

VERA LUCIA FURLANETTO

**“ANALITIZAR” E RESSIGNIFICAR A “DI-VISÃO” DE MATO
GROSSO UNO: PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS A PARTIR DOS
JORNAIS, *O ESTADO DE MATO GROSSO* E *CORREIO DO ESTADO*,
PUBLICADOS EM 1977**

DOURADOS – 2025

VERA LUCIA FURLANETTO

**“ANALITIZAR” E RESSIGNIFICAR A “DI-VISÃO” DE MATO
GROSSO UNO: PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS A PARTIR DOS
JORNAIS, *O ESTADO DE MATO GROSSO E CORREIO DO ESTADO*,
PUBLICADOS EM 1977**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Faculdade de Ciências Humanas da
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
como requisito parcial para a obtenção do título de
Doutora em História.

Área de concentração: *História, Região e
Identidades.*

Orientador: Prof. Dr. **Jérri Roberto Marin**

DOURADOS - 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

F985" Furlanetto, Vera Lucia

"ANALITIZAR" E RESSIGNIFICAR A "DI-VISÃO" DE MATO GROSSO UNO:
perspectivas historiográficas a partir dos jornais, O Estado de Mato Grosso e Correio do Estado,
publicados em 1977 [recurso eletrônico] / Vera Lucia Furlanetto. -- 2025.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Jérri Roberto Marin.

Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2025.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Política. 2. Imprensa. 3. Mato Grosso. 4. Mato Grosso do Sul. 5. Divisionismo. I. Marin, Jérri Roberto. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

VERA LUCIA FURLANETTO

**“ANALITIZAR” E RESSIGNIFICAR A “DI-VISÃO” DE MATO
GROSSO UNO: PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS A PARTIR DOS
JORNAIS, *O ESTADO DE MATO GROSSO* E *CORREIO DO ESTADO*,
PUBLICADOS EM 1977**

DEFESA DE TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em 11 de abril de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Jérri Roberto Marin (Dr., UFMS) _____

2º Examinador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr., UFGD) _____

3º Examinadora:

Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa (Dra., UFR) _____

4º Examinador:

Edvaldo Corrêa Sotana (Dr., UFMT) _____

5º Examinadora:

Adriana Aparecida Pinto (Dra., UFGD) _____

6º Examinador (Suplente):

Fabio da Silva Sousa (Dr., UFMS) _____

7º Examinador (Suplente):

Leandro Baller (Dr., UFGD) _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todas, todes e todos, *humanos* e *extra-humanos*, que direta ou indiretamente, de alguma forma, contribuíram para a realização do curso de doutorado e produção desta tese.

Absolvo-me de citar nomes, à exceção de meu orientador, Jérri Roberto Marin, de quem ressalto a atenção dedicada no acompanhamento deste estudo. A intenção é de não cometer injustiças ou delongar-me, por conta da lista extensa das pessoas envolvidas às quais sou muito grata.

Agradeço especialmente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES cujo apoio foi fundamental para a conclusão desta pesquisa.

Imagem I – Quadrinho sobre o desenvolvimentismo capitalista.



www.quino.com.ar

Autor: Joaquín Salvador Lavado Tejón - Quino, (Disponível em:
<https://www.quino.com.ar/>).

RESUMO

Este fazer historiográfico tem por interesse examinar as representações midiáticas tangentes à divisão do Estado de Mato Grosso, especificamente, sobre as performatividades identitárias, *sulistas* e *nortistas*. O objetivo é analisar os posicionamentos discursivos dos políticos e dos indivíduos a eles relacionados, para discuti-las interseccionalmente a partir do contexto em que foram publicadas e dos aspectos históricos que as sustentavam. O recorte temporal incidiu sobre o ano de 1977, anterior à implantação oficial de Mato Grosso do Sul ocorrida somente em 1979. Os jornais impressos: *Correio do Estado* (CE), de Campo Grande, e *O Estado de Mato Grosso* (OEMT), de Cuiabá (objetos-fontes deste estudo), e os seus respectivos registros empresariais, formaram o conjunto de documentos principais. Auxiliariamente incluiu-se dentre as fontes, parte da historiografia produzida posteriormente sobre o tema. A pesquisa fundamentou-se em epistemologias e paradigmas da Nova História Cultural e da Nova História Política, e utilizou-se da interdisciplinaridade com a psicanálise freudiana e lacaniana; a sociologia bourdieusiana; os estudos de linguagem pennycookianos; as teorias da comunicação social propugnadas por Patrick Charaudeau, Clóvis de Barros Filho e outros; e os estudos culturais de Stuart Hall. Esse aporte teórico amparou o uso das análises, crítica e psicanalítica, dos discursos, preconizadas pelas vertentes pennycookiana e lacaniana, respectivamente, como métodos de investigação. Foi verificado que os agentes atuantes nas esferas: social, econômica, intelectual, política e jornalística, e em nome dos dois municípios de maior destaque, em termos populacionais, à época, Cuiabá e Campo Grande, foram os mais evidenciados nos veículos de informação destas localidades. Seus interesses pelo desmembramento, ou pela manutenção da unidade territorial, e suas decisões políticas e administrativas decorrentes, eram justificadas com base em conflitos regionais tidos como existentes. Estes foram usados para tipificações antagônicas ancoradas nos locais de nascimento ou de residência. Adicionalmente, características econômicas e geográficas, que seriam singulares ao *Sul* ou ao *Norte* de Mato Grosso, foram elencadas como peremptórias para se realizar o recorte territorial. Tais tipificações dicotômicas foram, igualmente, abordadas por alguns historiadores nos escritos subsequentes. Logo, essas narrativas compartilharam da visão dual, da “di-visão”, criadora de identificações e diferenciações antagônicas, elencada pelos estadistas e pela imprensa naquele período. Porém, tanto as pessoas envolvidas nos embates separatistas quanto os estudos posteriores, concernentes a eles, apresentaram contradições explícitas não sustentadoras de tal polarização. Diante disso, nesta pesquisa se procedeu ao exame acerca das semânticas pretensamente hegemônicas circulantes, das redes de sociabilidades, dos aspectos econômicos e geográficos, das várias atividades entrelaçadas e dos matizes identitários evocados nos periódicos. Ademais, buscou-se pelos fragmentos de historicidade dos discursos, que ajudaram a compor os laços sociais e os circuitos de afetos, dentre os quais se encontraram elementos desestabilizadores das representações fixas e duais, até então usadas como justificadoras de uma oposição entre *nortistas* e *sulistas*, no íterim da divulgação de notícias divisionistas. Sob essa perspectiva, se propõe com esta tese a produção de uma historiografia “profunda”, como sugere a história política francesa. Dessa maneira, foi possível verificar os resquícios dos elos que favoreceram os deslocamentos e as atuações das pessoas nos âmbitos: econômico, intelectual, político e jornalístico; e ainda, os traços que demonstraram a multidiversidade geográfica e étnica. Consequentemente, construí uma interpretação distinta daquela que caracterizou o *Sul* e o *Norte* de Mato Grosso como previamente seccionados. Por fim, houve a constatação de que o poder econômico-político

beneficiou os sujeitos a assumirem posições dominantes e capitalistas quanto à constituição e dissolução de fronteiras, de qualquer ordem (social, intelectual, cultural, afetiva, territorial, etc.). E se pôde inferir pela existência das performatividades identitárias, no ano de 1977 quando foi legalizado o desmembramento do Estado de Mato Grosso, em detrimento da “pré-formação” da identidade regional “sulina”.

Palavras-Chave: Política. Imprensa. Mato Grosso. Mato Grosso do Sul. Divisionismo.

ABSTRACT

This historiographic work aims to examine the media representations surrounding the division of the State of Mato Grosso, specifically focusing on identity performativities of the southern and northern regions. The objective is to analyze the discursive positions of politicians and individuals related to them, discussing these positions intersectionally in the context in which they were published and the historical aspects that underpinned them. The temporal scope focuses on the year 1977, prior to the official establishment of Mato Grosso do Sul, which occurred only in 1979. The primary documents include the printed newspapers *Correio do Estado* (CE), from Campo Grande, and *O Estado de Mato Grosso* (OEMT), from Cuiabá, along with their respective business records. Additionally, part of the historiography produced later on the subject was included as supplementary sources. The research is grounded in epistemologies and paradigms of the New Cultural History and New Political History and incorporates interdisciplinarity with Freudian and Lacanian psychoanalysis, Bourdieusian sociology, Pennycookian language studies, social communication theories by Patrick Charaudeau, Clóvis de Barros Filho, and others, as well as Stuart Hall's cultural studies. This theoretical framework supported the use of critical and psychoanalytic discourse analyses, advocated by Pennycookian and Lacanian approaches, respectively, as investigative methods. It was observed that the agents operating in social, economic, intellectual, political, and journalistic spheres—representing the two most prominent municipalities at the time, Cuiabá and Campo Grande—were prominently featured in the local media. Their interests in either splitting or maintaining the territorial unity, as well as their resulting political and administrative decisions, were justified based on presumed regional conflicts. These conflicts were used to construct antagonistic typifications anchored in birthplace or residence. Additionally, economic and geographical characteristics, deemed unique to the southern or northern regions of Mato Grosso, were presented as decisive for the territorial division. Such dichotomous typifications were similarly addressed by some historians in later writings. Hence, these narratives echoed the dual perspective—the “di-vision”—that created antagonistic identifications and differentiations as promoted by statesmen and the press of that period. However, both those involved in separatist debates and subsequent studies revealed explicit contradictions that undermined this polarization. Therefore, this research examined the supposedly hegemonic semantics in circulation, the networks of sociability, economic and geographical aspects, intertwined activities, and identity nuances evoked in the periodicals. Moreover, it sought out the fragments of historicity within the discourses, which helped shape social bonds and affective circuits, uncovering destabilizing elements that challenged fixed and dual representations previously used to justify an opposition between northern and southern populations during the dissemination of separatist news. From this perspective, this thesis proposes a “deep” historiography, as suggested by the French political history tradition. Consequently, it became possible to trace the remnants of connections that facilitated the movements and actions of individuals in economic, intellectual, political, and journalistic realms, as well as features that demonstrated geographic and ethnic

multidiversity. As a result, a distinct interpretation was constructed, one that did not predefine the South and North of Mato Grosso as inherently divided. Finally, it was concluded that economic-political power benefited certain individuals in assuming dominant and capitalist positions regarding the constitution and dissolution of boundaries, of any kind (social, intellectual, cultural, affective, territorial, etc.). It was also inferred that identity performativities existed in 1977, the year when the separation of Mato Grosso was legally sanctioned, countering the idea of a "pre-formation" of a regional southern identity.

Keywords: Politics, Press, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Divisionism.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACRISSUL – Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul

ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

AE – Agência Estado

AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas

AI-5 – Ato Institucional nº 5

ALH-CG – Academia de Letras e História de Campo Grande

AML – Academia Mato-grossense de Letras

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASL – Academia Sul-Mato-Grossense de Letras

ASSULMAT – Associação dos Municípios do Sul de Mato Grosso

AVC – Acidente vascular cerebral

CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CBD – Confederação Brasileira de Desportos

CCSMT – Centro dos Criadores do Sul de Mato Grosso

CE – Correio do Estado

CEMAT – Centrais Elétricas Mato-grossenses S/A

CIPA – Colonizadora Industrial, Pastoril e Agrícola LTDA

CIMOBRA – Companhia Imobiliária Oeste do Brasil

CODEMAT – Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso

CMD – Comissão Municipal de Desportos

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Exército

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

DEGRAM – Departamento de Articulação com os Municípios da Secretaria Estadual de Planejamento

DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMFA – Estado-Maior das Forças Armadas

ENGEPRO S/C – engenharia de projetos e obras S/C LTDA

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

FAMATO – Federação da Agricultura de Mato Grosso

FBC – Fundação Brasil Central

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FMD – Federação Matogrossense de Desportos

FRIMA – frigorífico mato-grossense S.A.

FUCMT – Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGMS – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul

IHGMT – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JORNAMAT – Associação Profissional dos Empregados em Empresas Jornalísticas de Mato Grosso

LEMC – Liga Esportiva Campo-Grandense

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

MS – Mato Grosso do Sul

MT – Mato Grosso

NOB – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

OEMT – O Estado de Mato Grosso

OP – O Progresso

PLANASA – Plano Nacional de Saneamento

PEI – Programa de Educação Integrada

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PPGH – Programa de Pós-Graduação em História

REME – Rede Municipal de Educação

SANEMAT – Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso

SEI – Sociedade Esportiva Industriaria

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO – Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

STJD – Superior Tribunal de Justiça Desportiva

TJD – Tribunal de Justiça Desportiva

USA - United States of America (Estados Unidos da América)

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Quadrinho sobre o desenvolvimentismo capitalista

06

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Capítulo 1	
MATO GROSSO - NORTE E SUL: AS CONSTRUÇÕES DAS DUALIDADES INSUSTENTÁVEIS.....	35
1.1 – Retóricas dicotômicas e coerência falível: Os significantes partilhados entre os discursos políticos, as gramáticas jornalísticas e as escritas historiográficas.....	37
1.2 – Ambivalência: a base da constituição e da construção do sujeito	52
1.3 – Nem <i>nortistas</i> , nem <i>sulistas</i> – as discursividades deslizantes.....	65
1.4 – Identidade e identificação – performatividade política regional.....	79
Capítulo 2	
REDES DE SOCIABILIDADES – ATRAVESSAMENTO DAS FRONTEIRAS GEOGRÁFICAS E ECONÔMICAS.....	93
2.1 – Táticas e estratégias na formação de agrupamentos políticos em Mato Grosso – as aproximações para superar as adversidades e as diversidades.....	95
2.2 – O geográfico multi-pluri-diverso	113
2.3 – <i>Sul</i> e <i>Norte</i> – Por que e para quem?.....	131
2.4 – O econômico – <i>Poder</i> para forjar e ultrapassar fronteiras.....	147
Capítulo 3	
A COLONIALIDADE – LINGUAGEM E SEMÂNTICAS PRETENSAMENTE HEGEMÔNICAS EM MATO GROSSO NO ANO DE 1977.....	163
3.1 – A gramática militar apreciada pelas elites.....	165
3.2 – Os jornais <i>O Estado de Mato Grosso</i> e o <i>Correio do Estado</i> – identificações e diferenciações.....	193
3.3 – As contradições capitalistas enfrentadas em Mato Grosso – dos limites à eficácia.....	217
3.4 – Negação e denegação das elites mato-grossenses – alguns exemplos.....	240
Capítulo 4	
AMPLO TERRITÓRIO E LAÇOS ESTREITOS: TECITURAS DISCURSIVAS E CIRCUITOS DE AFETOS.....	260
4.1 – O econômico e o intelectual.....	262
4.2 – O intelectual e o jornalístico.....	280
4.3 – O jornalístico e o político.....	298
4.4 – O político e o intelectual.....	319
Considerações Finais	339
Referências e Fontes	356
Apêndices	380
Anexos	383

INTRODUÇÃO

A divisão territorial do Estado de Mato Grosso foi tema de pesquisa desde a iniciação científica¹. Por meio dela, foi começada a análise dos discursos jornalísticos e se puderam constatar nítidas disputas, não abordadas anteriormente pela historiografia, a respeito do ano de 1977². Ao aprofundar os estudos, na dissertação de mestrado³, se verificou, no tocante ao desmembramento, a falta de coesão dos políticos⁴ residentes nas localidades posteriormente designadas como parte de Mato Grosso do Sul. A ideia inicial era confrontar as publicações de três diários, *O Progresso* (OP), de Dourados, o *Correio do Estado* (CE), de Campo Grande e *O Estado de Mato Grosso* (OEMT), de Cuiabá, em razão de seus históricos e relevâncias⁵, bem como o fácil acesso aos seus arquivos. Pretendia-se entender as oposições regionais enunciadas à época, no entanto, a gama de material a ser analisado forçou a se restringir o escrutínio, naquele momento, aos dois primeiros impressos. Com as investigações foi possível demonstrar a heterogeneidade entre aqueles que se designavam “sulistas” e afirmavam a existência de coligações harmoniosas e uniformes nessa área. E ainda, percebeu-se nas narrativas midiáticas e nos discursos políticos a manipulação de elementos conflituosos, evidenciando uma complexidade maior do que a dicotomia, *nortistas versus sulistas*.

Diante de tais ilações, procurou-se compreender a dimensão de tal polarização entre *Sul* e *Norte* (e vice-versa), em nível estadual, mencionada recorrentemente tanto na imprensa, quanto na historiografia. Consequentemente, nesta tese foram retomados e ampliados os ideais primeiros de incluir o periódico *O Estado de Mato Grosso*. O recorte temporal foi mantido, portanto, a pesquisa incide sobre o ano 1977. Pois, os

¹ Tal estudo possibilitou a produção do Trabalho de Conclusão de Curso: FURLANETTO, Vera Lucia. *Os discursos sobre a criação de Mato Grosso do Sul e eventos comemorativos*.

² O recorte territorial do Estado de Mato Grosso e a consequente criação de Mato Grosso do Sul se deram por meio da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro, assinada pelo presidente da república Ernesto Geisel, em 1977, no contexto do regime militar. A nova entidade federativa foi implantada de fato, somente em 1979.

³ FURLANETTO, Vera Lucia. *Mato Grosso do Sul: sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio do Estado*.

⁴ Nesta tese serão abordados enfaticamente os políticos partidários, a política estatal institucionalizada e suas nuances.

⁵ A proeminência desses jornais em relação aos demais circulantes à época e seus históricos de criação foram abordadas por: SCHWENGBER, Isabela de Fátima. *Representações do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul (1995 a 2000)*; MEIRA, Leonice Maria. *Um estudo sobre os reflexos das ações da ditadura militar através do jornal O Estado de Mato Grosso - (1964-1974)*; ANDRADE, Danusa Santana. *A cobertura dos jornais Correio do Estado, de Campo Grande, e o Estado de Mato Grosso, de Cuiabá, na criação de Mato Grosso do Sul: uma análise de conteúdo*; FURLANETTO, Vera Lucia. *Mato Grosso do Sul: sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio do Estado*; CORREA, Línive de Albuquerque. *Grupo Correio do Estado, de jornal a conglomerado midiático (1954-1980)*.

embates acerca da divisão do estado naquele ano foram desencadeadores de uma efervescência de polaridades (tendo o regionalismo como tema central) evocadas nas páginas jornalísticas. Tal ebulição não foi verificada com tanta frequência e intensidade em nenhum outro período⁶. Ali os binarismos ficaram explícitos e alcançaram um novo patamar. Dessa maneira, a comparação entre os noticiosos com auxílio das demais fontes trouxe novas camadas interpretativas para a compreensão acerca das supostas dualidades e diferenciações entre o *Norte* e o *Sul* de Mato Grosso, elencadas como justificadoras das discussões e da própria secção territorial, ocorridas à época.

Os textos jornalísticos, com as falas dos agentes públicos, registrados em 1977 e parte da historiografia acadêmica produzida posteriormente, sobre o tema, partilharam desse binômio excludente. Por isso, revisitou-se e buscou-se por estudos, não só restritos a área da História, que tratassem de assuntos correlacionados ao desmembramento de Mato Grosso, à criação de Mato Grosso do Sul, à política institucional e aos jornais *O Estado de Mato Grosso* e *Correio do Estado*. Nesses escritos foram verificadas algumas contradições que auxiliaram a constatar a insustentabilidade das distinções entre *nortistas* e *sulistas* evocadas para justificar as celeumas separatistas naquele ano.

Dentre tais autores destaca-se Vinícius de Carvalho Araújo; com dissertação em História apresentada no ano de 2007, tratou da alternância entre os grupos partidários em Mato Grosso. Araújo trouxe várias entrevistas de pessoas atuantes historicamente no comando do Estado e, contiguamente, abordou como as mesmas se movimentaram no contexto da divisão quanto às suas tipificações “sulistas” e “nortistas”⁷. Entretanto, as lembranças traziam traços incoerentes e dissonantes, desestabilizadores de identidades regionais opostas. Outra averiguação relevante foi realizada por Larissa Rodrigues Vacari de Arruda, em uma tese de Ciências Políticas. A proposta era examinar os atores para além do local de nascimento, abordando rapidamente o ano de 1977, em razão do desmembramento. A ilação foi de que os indivíduos “se uniram conforme” suas motivações de bases ainda oligárquicas. Arruda não pretendia tratar os mato-grossenses “como polaridades irreconciliáveis ou como se houvesse um antagonismo de ‘sulistas’ versus ‘nortistas’”. Todavia, por não encontrar suporte historiográfico para tanto, acabou transitando entre a origem, a residência e a função

⁶ ANDRADE, Danusa Santana. *A cobertura dos jornais Correio do Estado, de Campo Grande, e o Estado de Mato Grosso, de Cuiabá, na criação de Mato Grosso do Sul: uma análise de conteúdo*.

⁷ ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002)*.

desempenhada pelos mesmos, para tipificar as identidades⁸. Similarmente, Delaine Márcia Martinelli, em sua dissertação em Estudos da Linguagem, em um primeiro momento postulou a favor do “percurso desencadeado pelo sujeito performático – geralmente caótico, porque instala o descontínuo”, bem como, sobre as manifestações de geração de sentido nos e pelos textos, ao tratar da criação de Mato Grosso do Sul. Depois, Martinelli recaiu no pensamento de uma região como um bloco sólido. Este só teria sido rompido, segundo os argumentos da autora, pelos discursos de parcela da elite, que evocando questões étnicas, sociais, culturais e geográficas asseverariam a existência de Mato Grosso do Sul como “um estado de fato” antes mesmo de “um estado de direito”⁹.

Anteriormente a esses escritos e servindo de referência a eles, o historiador Jovam Vilela da Silva, no tocante à divisão, arrazoou pela dualidade entre *Norte* e *Sul* mato-grossenses. Silva afirmou haver a existência de dois Estados, independentemente de o desmembramento oficial ocorrer¹⁰. Pedro do Valle, por sua vez, ao abordar o assunto retornou a fatos do século XIX e pautou o binômio “nortistas e sulistas” desde aquele período, o que teria culminado na secção de Mato Grosso. Valle identificou um movimento separatista contínuo¹¹. Nessa esteira, Marisa Bittar versou acerca de um determinismo divisionista ancorado no antagonismo entre *Norte* e *Sul*¹². A desconstrução da perspectiva de uma linha histórica contínua e o rompimento com o entendimento de uma relação direta, entre a formação de um ideário seccionista e a sua realização, foram produzidos posteriormente por Paulo Roberto Cimó Queiroz¹³. No entanto, o binarismo regionalista mato-grossense daquele contexto ainda não foi problematizado.

Quanto às dicotomias prolíferas nas pesquisas com vistas a interpretar o Brasil, Edson Nunes as investigou na década de 1990. Em seu livro, *A Gramática Política do*

⁸ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de mato grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964* (grifo do original).

⁹ MARTINELLI, Delaine Márcia. *A gênese do estado de Mato Grosso do Sul: matizes de uma identidade - análise semiótica do Manifesto/Requerimento da Liga Sul-mato-grossense de 1934 e de textos jornalísticos veiculados em 1977*.

¹⁰ SILVA, Jovam Vilela da. *A divisão do Estado de Mato Grosso: (uma visão histórica – 1892 – 1977)*.

¹¹ VALLE, Pedro. *A divisão de Mato Grosso*.

¹² BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*; BITTAR, Marisa. *Sonho e Realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso*; BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*; BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado*, v. 1- v. 2; BITTAR, Marisa. *O inesperado 1977: quarenta anos da criação de Mato Grosso do Sul*.

¹³ QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. *Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades* (um breve ensaio).

Brasil, Nunes propugnou pela necessidade de um “arcabouço analítico” não restrito ao “paradigma da sociedade dualista”, sobretudo, desagregado de tal enfoque e com uma perspectiva que combinasse “a preocupação com a economia” e as interações “entre as várias dimensões institucionais”¹⁴.

Frente a esse desafio, pretende-se problematizar as contradições, as dissonâncias e as incoerências observadas nos objetos-fontes que permitem sair da ordem dicotômica para entrar na fluidez dialógica¹⁵. Para tanto, segue-se a sutil sugestão de Jean-Jacques Becker, de se produzir uma historiografia “profunda”, na qual se “tem como finalidade perceber, da maneira mais precisa e segura possível, a atitude, o comportamento dos homens confrontados com os acontecimentos”, isto é, uma análise que privilegie a “profundidade”, a despeito do “comprimento” ou da “largura”¹⁶. A “profundidade” consiste na averiguação das minúcias discursivas individuais em seus entrelaçamentos com as narrativas coletivas, praticadas em determinada época e local, resultantes das dinamicidades e complexidades conjunturais, de modo a encontrar elementos das historicidades¹⁷ que as sustentam.

Assim, parte-se das representações¹⁸ sobre a divisão do estado de Mato Grosso, divulgadas em 1977 nos dois periódicos, para discuti-las em intersecção com temas transversais contextualizados, examinando as reminiscências do passado e as projeções de futuro ali realizadas. Essa ferramenta auxiliará a não cair nas armadilhas do

¹⁴ NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil*. Clientelismo e insulamento burocrático, p. 16.

¹⁵ LEMAIRE, Anika. *Jacques Lacan: uma introdução*; BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*; BARROS, José D’Assunção. *Os conceitos: seus usos nas ciências humanas*; BARROS, José D’Assunção. *O uso dos conceitos: uma abordagem interdisciplinar*. Ressalta-se que não se inclui dentre as proposta desta tese a elaboração de trajetórias biográficas acerca dos sujeitos estudados, embora em alguns momentos se faça uso de suas biografias.

¹⁶ BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública, p. 186. In: RÉMOND, Réne (org.). *Por uma história política*. Ressalta-se que não se pretende psicanalizar os sujeitos e se está longe de atribuir-lhes diagnósticos psicológicos, contudo, propõe-se entender suas “posições discursivas”, por isso não se trata de uma “Psico-História”. A proposta ainda se difere da “História das Mentalidades” por não se estudar a longa duração e nem discutir somente as permanências inconscientes. Também não se pretende adentrar no campo “das sensibilidades”, por se entender, nesta tese, que os afetos são contingenciais e resultantes da construção histórica das linguagens, por isso, intrínsecos a elas. Para aprofundar pode se ler: ARAÚJO, Ana Cristina. *História das Mentalidades - Opinião*; BARROS, José D’Assunção. *Imaginário, Mentalidades e Psico-História – uma discussão historiográfica*; DE CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*.

¹⁷ Para maior compreensão acerca das categorias: passado, presente e futuro; as ordens e experiências do tempo, suas diferentes apropriações e articulações pelas coletividades humanas; e os regimes de historicidade, ler: HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*; KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*; KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*.

¹⁸ Seguindo as concepções de ANKERSMIT, Frank. *A escrita da História: a natureza da representação histórica*; CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*.

regionalismo e não endossar léxicos consoantes a ele¹⁹. Propugna-se, portanto, concentrar-se em um recorte temporal curto e verificar nos discursos locais, daquele período específico, as retóricas ambivalentes e deslizantes, permanências e rupturas, fragmentos das redes de sociabilidades e dos circuitos de afetos compostos por uma pequena parcela da população mato-grossense; bem como, seus silenciamentos e ocultamentos jornalísticos propositais. E assim, entender porque aqueles agentes apresentaram interesses óbvios em instituir limites sociais, culturais, econômicos e políticos, ancorados em semânticas eurocêntricas, capitalistas, liberais e ditatoriais, por meio de significantes dualistas²⁰.

Além disso, a demonstração do percurso teórico é um dos compromissos deste estudo, especialmente por optar-se pela interdisciplinaridade. Isso requereu a exigência de se estabelecer previamente os critérios para a escolha dos autores e seus escritos²¹. Focou-se na “operação historiográfica”, proposta por Michel de Certeau com base em suas conceituações freudianas e lacanianas²², pensada sob as perspectivas da Nova História Cultural²³ e da Nova História Política²⁴. Especificamente ao que na primeira se propugna acerca da interdisciplinaridade, da complexidade das relações humanas e da necessidade de problematizações acerca dos temas a serem historiografados; e na segunda, o que diz respeito ao fato da sustentação do poder político se dar com base nas falácias do bem comum e do interesse geral. A partir disso, o escopo foi encontrar referências diretas da psicanálise (ou ecos dela) em outros ramos do saber que dialogassem entre si e com a proposta desta tese. Buscou-se ainda que esses textos, de algum modo, trouxessem percepções compatíveis com discussões contemporâneas²⁵.

¹⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região.

²⁰ Para a construção dessa perspectiva, baseou-se, também, em: LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade; especialmente no que se refere ao liberalismo que vigorou no país, quanto à defesa da propriedade privada e dos direitos individuais, contrariando o senso de comunidade e os direitos coletivos apregoados pelos povos originários.

²¹ Essa escolha não se deu de maneira aleatória, meramente por uma proximidade entre os temas ou por apenas encontrar em tais escritos as conceituações das categorias estudadas.

²² DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*;

²³ BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*; BURKE, Peter. *O que é história cultural?*; CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos domínios da história*.

²⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion, Uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*.

²⁵ É importante ressaltar que as teorias, nesta tese, foram utilizadas dentro das consonâncias possíveis. Já as percepções problemáticas de alguns autores referenciados, que divergiram das premissas explicitadas neste estudo, no que diz respeito a questões étnicas e de gênero, por exemplo, foram desconsideradas. Bem como, alguns conceitos foram atualizados com respaldo em estudos mais recentes obedecendo às formulações realizadas por BARROS, José D’Assunção. *Os conceitos: seus usos nas ciências humanas*; BARROS, José D’Assunção. *O uso dos conceitos: uma abordagem interdisciplinar*. Ter elencado

Foi essa ampliação de referenciais que possibilitou a construção de uma historiografia “profunda”²⁶ e “ética”²⁷, com ressignificação das formulações duais acerca de Mato Grosso em 1977, e maior compreensão do porquê o uso da mídia²⁸ pelos políticos e seus asseclas é tão eficiente. Afinal, o/a historiador/a/e é impelido por suas inquietações atuais em sua volta ao passado²⁹, sabendo-se, entretanto, que “o estudo do passado não é um guia para predizer o futuro”, mas “ele nos prepara para o futuro, expandindo nossa experiência” e visa “aumentar nossa habilidade, nossa energia – e se tudo for bem, nossa sabedoria”³⁰. Em razão disto, mencionar a seguir os estudiosos escolhidos para compor esse eixo teórico principal, suas abordagens e respectivas áreas de conhecimento, em entrelaçamento com o viés psicanalítico, dentro do aporte conceitual que atravessa as discussões aqui produzidas, tem o intuito de fomentar as pesquisas sobre a temática.

Por conseguinte, para ampliar o debate e produzir esta proposta narrativa³¹, no campo teórico da História recorreu-se também a Sandra Jatahy Pesavento. Ao abordar as novas dimensões epistemológicas e paradigmáticas assentidas interdisciplinarmente sob a insígnia da História Cultural, a autora dispôs acerca do enlace propício com a

determinados autores como aparato teórico-metodológico não significa que não há, de nossa parte, dissonâncias e até discordâncias com certos aspectos de seus escritos. Pois, se compreende as inorganicidades e incoerências próprias dos sujeitos e de seus discursos.

²⁶ BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública, p. 186. In: RÉMOND, Réne (org.). *Por uma história política*.

²⁷ COELHO, Fabiano; LEITE, Eudes. Visitar os mortos, compreender a vida. Para que serve a História? In: COELHO, Fabiano; et al. (orgs.). *História: o que é, quanto vale, para que serve?*

²⁸ Segue-se nesta tese o entendimento de mídia “como o conjunto das instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana”. Esta passa a ser “*mediatizada*” e apresenta duas características principais: “a sua unidirecionalidade e a produção centralizada, integrada e padronizada de seus conteúdos”. E ainda, “implica sempre a existência de um aparato tecnológico intermediário para que a comunicação se realize”, cujos jornais impressos estão inclusos, conforme: LIMA, Venício A. de. *Sete teses sobre mídia e política no Brasil*, p. 50 (grifo do original).

²⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. No atual contexto brasileiro nos deparamos com a ampliação das mídias, a polarização política, “a eleição de Bolsonaro, o negacionismo histórico [...] em ascendência”, a “negação de fatos cientificamente comprovados como as torturas e assassinatos da ditadura militar brasileira, a crescente agressão ao meio ambiente e as interferências climáticas do modo de produção capitalista no mundo, o período de escravidão e suas consequências sociais, o massacre à população indígena e a expropriação de suas terras, entre outros”. SANTOS, Luana Souza; TAFNER JUNIOR, Armando Wilson. *Comunicação social como ferramenta política do agronegócio*, p. 291. Por seu turno, nas Universidades os debates giram em torno da decolonialidade, da contracolônização; do pós-humanismo e do antiespecismo. Sobre eles indica-se, respectivamente, a leitura de: MIGNOLO, Walter. *Desafios decoloniais hoje*; SANTOS, Antonio Bispo. *Somos da terra*; HARAWAY, Donna. *Manifesto Ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*; COELHO, Carlos Cardozo. *Ontofagia: materialismo mágico*. Tal complexidade dessa conjuntura concitou a estender o referencial teórico neste estudo, em busca de uma nova interpretação sobre a divisão do estado de Mato Grosso em 1977, obtendo um maior entendimento sobre o uso da imprensa e a eficácia da discursividade nela veiculada, condizente também com a atualidade.

³⁰ GADDIS, John Lewis. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*, p. 26.

³¹ ANKERSMIT, Frank. *A escrita da História: a natureza da representação histórica*.

Psicanálise e as Letras. Pesavento elencou também, as “formas dinâmicas, instauradoras do imaginário coletivo” a funcionar “como permanências mentais socializadas e reatualizadas ao longo do tempo”, introduzindo “um pensamento centrado no universo simbólico”³². Foi trazida para a discussão a “ambivalência” (termo muito caro a Freud e um ponto central de sua teoria) que em um primeiro momento remeteu-se à ambiguidade de “ser isso e aquilo ao mesmo tempo, podendo um fato ter mais de uma versão, dotada cada uma da sua lógica própria”³³, sobretudo, sem hierarquização consciente. Esse conceito foi ampliado nesta tese, e os princípios da “identificação” e da “diferenciação”, inscritos dialeticamente (logo ambivalentes)³⁴ e incidentes na composição do “eu” e do “outro” - “nós” e “eles”, são entendidos em “triangulação”, porque submetidos à “torção”. Esta faz com que as categorias, “eu”, “outro”, “nós”, “eles”, deslizem e se alterem a depender do modulador posto em questão. Dessa maneira, pode-se, portanto, ser *isso, aquilo e o que mais se quiser*, simultaneamente, dentro da nodal interação sociabilizadora³⁵.

Michel de Certeau, com base nos estudos realizados na Escola Freudiana de Paris, propôs uma escrita da história que considerasse as preconizações da Psicanálise³⁶. A inovação estava em refletir sobre distintas esferas da linguagem, “subverter os aspectos do significante” e colocá-lo “como autônomo e supremo em relação ao significado”, interessar-se “pelo encadeamento metafórico do pensamento” e pela constituição do ser³⁷.

Nessa esteira epistemológica, aprecia-se a Psicanálise como “uma ciência da linguagem habitada pelo sujeito”³⁸. Consequentemente, os estudos preconizados por

³² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*, p. 13.

³³ *Idem*, p. 65.

³⁴ HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*, p. 107.

³⁵ FREUD, Sigmund. *Totem e tabu: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos*; LACAN, Jacques. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*; LEMAIRE, Anika. *Jacques Lacan: uma introdução*; EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*.

³⁶ GIARD, Luce. “Um caminho não traçado” por Luce Giard. In: DE CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*.

³⁷ DOSSE, François. *História do estruturalismo: o campo do signo*, p. 120.

³⁸ DUNKER, Christian Iago Lenz; PAULO, Clarice Pimentel; MILÁN-RAMOS, José Guilherme. *Análise psicanalítica do discurso: perspectivas lacanianas*, p.140; LEMAIRE, Anika. *Jacques Lacan: uma introdução*. Ressalta-se: nesta tese os termos, sujeito, indivíduo, pessoa, agente, etc, são utilizados como sinônimos e seguirão a conceituação lacaniana e não a concepção de MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*; do indivíduo moderno, centrado na razão de seu consciente. Para maior entendimento acerca de considerações que versam sobre a discussão “sujeito” e “indivíduo” ler: SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Quanto à concepção lacaniana sobre a constituição do sujeito: LACAN, Jacques. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*; LEMAIRE, Anika. *Jacques Lacan: uma introdução*; EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*.

Júlia Kristeva³⁹, Alastair Pennycook⁴⁰ e Donna Haraway⁴¹ permitem pensar a linguagem em sua dimensão mais ampla, entendida sempre no plural, ultrapassando as fronteiras linguísticas restritas à língua e à fala ou à semiótica. E, sobretudo, compreendê-la como uma composição local, coletiva, datada e não antropocêntrica, geradora de laços sociais, circuitos de afetos, culturas, ambientes e historicidades. Desse modo, infere-se que a linguagem é composta por traços, dentre os quais estão gestos, afetos, expressões, movimentos, ações, comportamentos, imagens, símbolos, signos, línguas, falas, etc., inscritos não apenas nas mentes, *racionalmente*, mas *nos corpos*⁴² *como um todo*. Traços esses que constituem o sujeito e são constituídos socialmente por ele de forma cíclica e relacional, possibilitando permanências e surgimento de novas linguagens, semânticas e gramáticas próprias⁴³.

Quanto à esfera do *humano*, nos termos ocidentais modernos⁴⁴, aponta-se para a especificidade da linguagem atuar em ambivalências entre “identificações” e “diferenciações”, conseqüentemente, em contradições⁴⁵. Essas, portanto, se manifestam nas objetividades e subjetividades⁴⁶. Apregoa-se ainda que o “filhote humano”⁴⁷ se constitui sujeito ao acessar o simbólico da linguagem, em suas expressões metafóricas e metonímicas, com ancoragem no real. A partir de tal momento, o indivíduo seguirá um caminho de construção de si, potencialmente infinito, frente a um mundo de linguagens

³⁹ KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*.

⁴⁰ PENNYCOOK, Alastair. *Critical applied linguistics: a critical introduction*; PENNYCOOK, Alastair. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.). *Por uma linguística aplicada Indisciplinar*; PENNYCOOK, Alastair. *Language as a local practice*.

⁴¹ HARAWAY, Donna. *O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade* significativa.

⁴² Quaisquer que sejam eles, não restritos ao antropocentrismo, entendido como tudo que afeta e que se deixa afetar; como pôde ser compreendido a partir de NANCY, Jean-Luc. *Being singular-plural*.

⁴³ Esses termos e outros como, fala e olhar, dentre muitos daqueles eventualmente constantes neste escrito, geralmente não são usados em seu sentido literal e sim, pensados como funções lacanianas. Para aprofundamento indica-se: SOLE, Maria Cristina Petrucci. *O sujeito surdo e a psicanálise: uma outra via de escuta*; LACAN, Jacques. *Escritos*. Ressalta-se, aqui, a iniciativa didática em hierarquizar a linguagem como o conjunto que contém todos os traços; a semântica/léxico, como uma derivativa daquela, um conjunto menor, mais delimitado, engendradora de discursos, e a gramática como um conjunto restrito composto em um campo social ou local de sociabilidade específico. Sobre campo social: BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*.

⁴⁴ BENITES, Eliel; PEREIRA, Levi Marques. Os conhecimentos dos Guardiões do modo de ser – teko jará, habitantes de patamares de existência tangíveis e intangíveis e a produção dos coletivos Kaiowá e Guarani.

⁴⁵ HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*.

⁴⁶ Resumidamente, é importante dizer, “para a psicanálise, a subjetividade é dividida em duas ordens de funcionamento, relativas ao consciente e ao inconsciente, sendo essencialmente constituída pela sintaxe inconsciente”, de acordo com TOREZAN, Zeila C. Facci; AGUIAR, Fernando. *O Sujeito da Psicanálise: Particularidades na Contemporaneidade*.

⁴⁷ LEMAIRE, Anika. *Jacques Lacan: uma introdução*.

no qual se insere e o precede, dividido entre o *eu do discurso* e o *si do psiquismo* mais íntimo, tendo dentre seus desejos a criação do simbólico⁴⁸. Por conseguinte, o que torna esse caminho altamente complexo são os circuitos das linguagens nos quais ocorrem permeabilidades entre elas, com entrelaçamentos de expressiva dinamicidade. Uma dinâmica que nem sempre se manifesta no traço linguístico. Ou seja, a língua de determinada sociedade não se altera na mesma celeridade da linguagem, portanto as transformações culturais serão muito mais nítidas do que as linguísticas⁴⁹.

Adicionalmente, é essa constituição, as construções posteriores e as ambivalências intrínsecas a elas que de algum modo explicam a “performatividade identitária” preconizada por Stuart Hall. Esse conceito é indispensável para a construção desta tese, porquanto, permite deslocar “a ênfase na identidade como descrição, como aquilo que é [...] para a ideia de ‘tomar-se’, para uma concepção da identidade como movimento e transformação”⁵⁰. Desse modo, neste trabalho, ao se tratar das evocações identitárias regionais divulgadas por meio da imprensa, se examinou em quais bases elas se sustentavam. Isso porque “as identidades não são nunca unificadas”, ao contrário, “elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas”, logo, “não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos”. Consequentemente, “as identidades estão [...] constantemente em processo de mudança e transformação [...] são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem”⁵¹.

⁴⁸ A criação do simbólico corresponde à formação de uma linguagem ou uma semântica e não se reduz meramente a símbolos, insígnias ou imagens; conforme BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*.

⁴⁹ Como pode ser observado, com maior evidência, nas várias etnias indígenas e afrodiáspóricas atualmente no Brasil. Apesar da hegemonia semântica imposta pelo Estado, esses povos ainda mantêm atualizada a elaboração de suas linguagens próprias. Possuidoras de simbólicos outros, tais coletividades, constroem semânticas diversas e podem transitar por significantes partilhados ou não com a sociedade envolvente, a exemplo do que escreveram BENITES, Eliel; PEREIRA, Levi Marques. Os conhecimentos dos Guardiões do modo de ser – teko jará, habitantes de patamares de existência tangíveis e intangíveis e a produção dos coletivos Kaiowá e Guarani.

⁵⁰ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*, p. 92 (grifo do original).

⁵¹ HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*, p. 108-112 (o termo “prática discursiva” nesta tese tem por sinônimo “discursividade”, em razão das revisões teóricas pautadas na Linguística que possibilitam se pensar a linguagem para além de uma separação entre língua, fala e semiótica e, portanto, sem divisão entre discurso e prática).

Ademais, as proposituras freudianas⁵² erigiram a formulação da “analitização”⁵³ e ensinaram a se pensar as pessoas quanto às posições que assumem individualmente e coletivamente em suas ações socializadoras, e não sobre as suas possíveis essências⁵⁴. Isso permite ainda se investigar as relações íntimas como fenômenos grupais, em razão das estruturas psíquicas envolvidas no processo de constituição do sujeito. Este, ao ser estabelecido pelas interações com o outro e com a linguagem, faz compreender que a vida gregária se submete às mesmas leis⁵⁵.

Assim, ao se dialogar com as epistemologias dos estudos culturais e da linguagem, da sociologia, da psicanálise e da história para a produção historiográfica, ampliam-se as camadas interpretativas das fontes e se encontram pontos nodais nos traços que criaram os laços sociais; e que por mais que até então tivessem sido pensados como secundários podem se repetir, eventualmente camuflados, e reaparecer em vestígios na vida pessoal e na coletividade. Paralelamente, esses traços trazem fragmentos de verdade, resquícios do passado, estilhaços do desejo recalcado, as entrelinhas, os desvios, as deformações e deslocamentos conceituados por Freud, ou o

⁵² FREUD, Sigmund. *O ego e o id*, Sigmund Freud obras completas volume 4 - A interpretação dos sonhos; FREUD, Sigmund. *Totem e tabu*: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos.

⁵³ HOMEM, Maria. O erro como desvelamento e limite. “Análitar” seria a experiência do psicanalista vivida na clínica, com escopo de levar o paciente à “elucidação” que na terapia analítica é entendida como o momento da compreensão e da produção de sentido sobre algo. Para Freud seria a descoberta dos desejos recalcados, que possibilitaria a ressignificação e a cura. Ou como escreveu Terry Eagleton, a descoberta das “causas da neurose, a fim de libertar o paciente de seus conflitos, fazendo desaparecer, com isso, os sintomas perturbadores”; EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura*: uma introdução, p. 238. Nesta tese a analitização será abordada como a possibilidade de incluir na produção historiográfica a historicidade de alguns traços, individuais e coletivos, constitutivos dos sujeitos e da sociedade, que propiciem chegar a novas interpretações. Ou seja, nesta operação, os textos e contextos, produtos da discursividades de determinados sujeitos, passarão pelo processo de analitização em conformidade com as propostas de Michel de Certeau. Apesar do termo “análitar” ter sido cunhado posteriormente, a expressão de seu conceito e seu uso no fazer historiográfico já havia sido propugnada nos livros: DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*; DE CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise*: entre ciência e ficção. A similaridade entre analista e historiador/a/e estaria no fato de ambos estarem posicionados em um lugar socialmente marcado; a autoridade atribuída a eles/as advir de uma instituição na qual estão inseridos e do crivo de seus pares; consequentemente, deverão estar sempre calcados em bases epistemológicas e paradigmáticas reconhecidas; os últimos, pautados em fontes, produzirão narrativas históricas. Assim, tanto a realização da análise quanto a produção historiográfica dependem de todo um aparato, sob o qual ambos, analista e historiador, se propõem a transformar uma explicação em condição de possibilidade de uma lucidez.

⁵⁴ LACAN, Jacques. *O seminário, Livro 17*: o avesso da psicanálise (1969 – 1970); DUNKER, Christian Iago Lenz; PAULOS, Clarice Pimentel; MILÁN-RAMOS, José Guilherme. *Análise psicanalítica do discurso*: perspectivas lacanianas.

⁵⁵ Freud entendia que assim como a criança passa por um processo de constituição para se tornar sujeito, a sociedade passou por um processo para se tornar de algum modo, organizada, normatizada, e entrar na ordem da cultura e da vida social. Associando o método analítico à psicologia dos povos, Freud voltou-se ao coletivo para entender a sociedade, recuando às origens da organização política, da moral, da religião, do remorso e da proibição do incesto, para então elaborar a sua teoria cultural. Tais considerações são encontradas em FREUD, Sigmund. *Totem e tabu*: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos.

encadeamento de significantes, conforme Lacan. Com isso, houve a possibilidade de se entender o sujeito como efeito e agente da história, da cultura e da sociedade que constrói discursos e é construída por eles⁵⁶. E ainda, compreendeu-se o que intencionalmente era ocultado, não destacado e tirado da proeminência nos jornais⁵⁷.

Dentro dessas perspectivas, o conceito de “poder simbólico”, apregoado por Pierre Bourdieu, foi importantíssimo para esta tese⁵⁸. Trata-se de “um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)”⁵⁹. No Brasil, assim como em outros países e continentes, a colonização foi poderosa na construção de simbolizações, exercendo forte concorrência com as demais já existentes nas localidades invadidas. Esse projeto de dominação trouxe consigo uma linguagem ocidental com semântica eurocêntrica. Esta aos poucos foi adquirindo contornos capitalistas, liberais e cristãos e introduziu de modo forçado e cruel as linguagens africanas, silenciando-as. A perspectiva colonial fechava-se para as demais semióticas étnicas e suas historicidades e, a despeito de todas as riquezas culturais delas, tinha por escopo solapá-las. Por conseguinte, voltava-se para os moldes internacionais como se eles fossem os marcadores de uma efetividade hegemônica, pretensiosamente, desejada de ser praticada neste país⁶⁰.

Mesmo com a independência do Brasil, já em 1822, aquela linguagem colonial permaneceu, e com o tempo se configurou na colonialidade⁶¹, exercitada em ambientes institucionais e compondo políticas de estado, com força para erigir o simbólico, ganhando potência e cada vez mais recursos para a sua manutenção. Havia a intenção de moldar as percepções acerca dos outros indivíduos, dos objetos e do real, e organizar as

⁵⁶ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*: a história entre incertezas e inquietude. O autor escreveu sobre “o desafio maior lançado hoje em dia aos historiadores: relacionar construção discursiva do social e construção social dos discursos”, p. 97; o que se pretende enfrentar nesta tese.

⁵⁷ FURLANETTO, Vera Lucia. Política e imprensa: a manipulação do “popular” na história da divisão territorial do Estado de Mato Grosso, em 1977. In: OLIVEIRA, Beatriz dos Santos de; SOTANA, Edvaldo Correa (orgs.). *Pesquisa histórica com a imprensa de (no) Mato Grosso*: fontes, temas & abordagens.

⁵⁸ BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe; BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação; BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*; BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*: o que falar quer dizer; BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*.

⁵⁹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, p. 9, (Grifo do original).

⁶⁰ LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*.

⁶¹ Sobre esse colonialismo interno, ler: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005.

sociedades⁶². É importante ressaltar que desde aquele período existia a tônica militar e uma propugnação por coesão e coerência, apesar de seus praticantes não atingirem esses atributos. Com a amplificação dos léxicos de controle, de disciplinarização, de exploração, de acúmulo, de subjugação e de extermínio, em 1964 o militarismo se inscreveu como regime de governo, compondo uma semiótica ocidentalizada, capitalista, liberal, autoritária, retrógrada e ditatorial, verificada também em 1977. Esses traços trouxeram em comum o não reconhecimento a qualquer narrativa dissonante das suas, resultando na imposição, no mando, no silenciamento e no constrangimento a falas, pensares e ações outras⁶³.

Logo, o “habitus”, repetição desse simbólico previamente construído, praticado de maneira “gradual, progressiva e imperceptível” sem “constituir um envolvimento consciente e deliberado, um contrato voluntário”, é imprescindível para este trabalho. Tal “sentido [...] que praticamente jamais é posto ou imposto” explicitamente e que se repete; depende, todavia, “das condições sociais de sua formação e de seu exercício”, consequentemente, pode ser examinado, historicizado, criticado e ressignificado⁶⁴. As linguagens ocidentalizadas, afrodiaspóricas, indígenas, etc., constitutivas do *habitus* e que forjam o *ser brasileiro* são, portanto, dinâmicas, históricas e sociais, e por mais que estejam entrelaçadas é por meio de suas historicidades que poderemos compreender melhor as coletividades de determinado tempo e local. Assim, se questiona “a identidade e a diferença como relações de poder” e se problematizam “os binarismos em torno dos quais elas se organizam”⁶⁵, por serem expressões do *habitus* no que tange à reprodução da colonialidade e estarem imbricados também na construção dos regionalismos⁶⁶.

⁶² MENDES, Luís César Castrillon; *Publicar ou arquivar?* A Revista do IHGB e a escrita da História Geral do Brasil (1839-1889).

⁶³ O regime civil-militar comandou o Estado brasileiro até 1985. Sobre esse tema consultar: FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar; QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985).

⁶⁴ BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*, p. 21,79.

⁶⁵ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*, p. 83.

⁶⁶ Cumpre dizer que a incessante inscrição da colonialidade ocorre porque todos nós estamos submetidos ao *habitus* e incidimos em sua reprodução; motivos pelos quais buscamos meios de reconhecê-la e dentro do possível combatê-la e ressignificá-la. Isso é possível porque o *habitus* pode ser considerado como “um sistema flexível de disposição [...] um sistema em construção, em constante mutação e, portanto, adaptável aos estímulos do mundo [...] como trajetória, mediação do passado e do presente [...] história sendo feita [...] expressão de uma identidade social em construção”, conforme defende SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea, p. 67. Para maior entendimento acerca das inscrições da colonialidade, suas derivações binárias (em intersecção com vários temas) e um pouco das consequências sociais e culturais, bem como, sua incidência na produção dos regionalismos, ler também: FANON, Frantz. *Os condenados da terra*; FANON, Frantz *Pele negra*,

Nesse bojo, para se entender os discursos jornalísticos circulantes em 1977 no Mato Grosso, que estavam enlaçados entre passado, presente e prospecção de futuro, e praticados pelos personagens estudados, foi preciso examinar as épocas anteriores e posteriores em busca dos fragmentos de historicidade dos mesmos. Esse movimento de retorno e avanço se mostrará fundamental em muitos momentos deste escrito⁶⁷. Simultaneamente, serão identificados alguns elementos observados na construção dos seus laços sociais, nos circuitos de afetos manifestos e nas redes de sociabilidades⁶⁸. Com efeito, a organização do Estado é de interesse desta pesquisa porque seus agentes por intermédio dele, e a partir dele, podem ocupar “posição dominante”⁶⁹. Tais sujeitos exercem suas semânticas e, fazendo uso dos mecanismos e sistemas burocráticos estatais, transformam-nas em ações institucionalizadas governamentais em *concorrência desleal* com as demais linguagens das várias etnias indígenas e afrodiáspóricas, por exemplo. Com isso, mediante políticas públicas e composições de leis, beneficiam a si e seus aliados e impõem, ao restante da população, “sistemas de disposições sociais”⁷⁰. Em decorrência disso, os comportamentos são moldados compulsoriamente, sempre na tentativa de homogeneizá-los e barrar/recalcar disruptividades por mais que elas sejam inevitáveis.

Seguindo esse viés, foram verificadas expressões do *léxico* da colonialidade dentre as semânticas circulantes em 1977, em nível internacional, nacional e local, concomitantemente. Quem então, de alguma maneira, naquele período se identificava

máscaras brancas; LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*; BENITES, Eliel; PEREIRA, Levi Marques. Os conhecimentos dos Guardiões do modo de ser – teko jará, habitantes de patamares de existência tangíveis e intangíveis e a produção dos coletivos Kaiowá e Guarani; REIS NETO, João Augusto dos; GRAMMONT, Maria Jaqueline de. Exu nas escolas: rompendo as fronteiras do currículo colonizado; GADELHA, Kaciano Barbosa. Notas de um arquivo queer; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. Vale ressaltar a constante luta contracolonial de diversas etnias indígenas e afrodiáspóricas decorrente de suas habilidades posicionais de respeito, compreensão e operação de múltiplas linguagens, mantendo e/ou reafirmando as suas originais.

⁶⁷ Sobre a importância e o entrelaçamento das categorias de passado, presente e futuro nas temporalidades históricas, ler: HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*; KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*; KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*.

⁶⁸ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*.

⁶⁹ Essa posição, assim denominada por BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*; nas conceituações lacanianas, foi nominada como “posição do senhor” / “mestre”, em relação dialética ao “servo”; LACAN, Jacques. *O seminário, Livro 17: o avesso da psicanálise (1969 - 1970)*. Tais preconizações podem também ser verificadas em DUNKER, Christian Iago Lenz; PAULOS, Clarice Pimentel; MILÁN-RAMOS, José Guilherme. *Análise psicanalítica do discurso: perspectivas lacanianas*. Já na dialetização bourdieusiana, essa relação se daria entre dominantes (os que almejam a dominação) e dominados (aqueles que mesmo sem saber corroboram os primeiros).

⁷⁰ MICELI, Sérgio. A sociologia faz sentido. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*, p. 13.

com ele e o exercitava de forma veemente (como faziam alguns políticos mato-grossenses e seus asseclas por meio dos periódicos) realizava a hetero limitação, ou seja, impunha as restrições quanto ao modo de ser, viver, pensar e se relacionar a terceiros, aos não pertencentes de seus circuitos de afetos e sociabilidades⁷¹.

Isso levou à compreensão de que o eurocentrismo, o capitalismo e a ditadura, foram incorporados aos governos, se transformaram em doutrina estatal, em leis e acabaram difundidas pela mídia. Por conseguinte, no diálogo com a área da Comunicação Social e o auxílio das propugnações de Patrick Charaudeau⁷², Clóvis de Barros Filho e outros⁷³, a imprensa nesta tese foi considerada como um meio para que certos grupos em posições dominantes manifestassem suas discursividades e interesses políticos, sociais, culturais e econômicos, e não como espaço de fabricação simbólica característico do Estado⁷⁴. Porquanto, a distinção entre a conduta estatal e os veículos de comunicação se ancora, dentre outras coisas, na possibilidade da primeira contar com artifícios que incorrem no alijamento direto dos sujeitos dissidentes às suas normas, bem como, na culpabilização e responsabilização por tais atos disformes. Enquanto o segundo não dispõe dos mesmos recursos, e ao exercer exclusões a faz indiretamente, portanto, serve de mediação para a divulgação dos valores e dos comportamentos da rede de pessoas que o compõem. Isto torna, conseqüentemente, sua gramática muito dinâmica, por mais que nela se encontrem “táticas” e “estratégias para moldar elementos constitutivos do corpus social, construídas pelos idealizadores da dominação e do controle”⁷⁵. Por outro lado, admite-se a eficácia de ambas.

A escrita, praticada no CE e no OEMT, ostentou seu influxo, em 1977, principalmente ao tratar da divisão territorial de Mato Grosso e oferecer “significantes vazios”⁷⁶, formatados e engessados, não excedentes à simplificação e à dualidade, que aceitavam os significados de inúmeros indivíduos, seus leitores diretos e indiretos.

⁷¹ DUNKER, Christian Iago Lenz. Crítica psicanalista do populismo no Brasil: massa, grupo, classe. In: HOFFMANN, Christian; BIRMAN, Joel (orgs.). *Psicanálise e Política: uma nova leitura do populismo*.

⁷² CHARAUDEAU, Patrick. O Discurso Político. In: EMEDIATO, Wander; et al. (orgs.). *Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade*; CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*.

⁷³ BARROS FILHO, Clóvis de; et al. (orgs.). *Teorias da Comunicação em Jornalismo*.

⁷⁴ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Sobre esse princípio seguimos também as preconizações de CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*; reportamos-nos aqui à imprensa vinculada ao capital econômico ou político com pretensões de seguir os padrões da “grande imprensa” e não à independente. Para maior compreensão dessa categoria, ler: SOTANA, Edvaldo Correa. *A paz sob suspeita – Representações jornalísticas sobre a manutenção da paz mundial, 1945 – 1953*, p. 16.

⁷⁵ FURLANETTO, Vera Lucia; GONCALVES, Dilza Porto. No teatro das comemorações do Sesquicentenário: a educação em Mato Grosso. In: LIMEIRA, Aline de Moraes (org.). *História da educação & projetos de Brasil no processo de independência*, p.110.

⁷⁶ LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*, p. 64 em diante.

Igualmente, restringia-se o simbólico, com interpretações pré-definidas e disponibilizava-se supostas resoluções e conclusões fechadas, frente à complexidade da vida e do humano⁷⁷. Aquelas eram as narrativas impressas de maior circulação diária, com maior difusão para a sociedade e amplo consumo⁷⁸, motivos pelos quais a análise e a crítica de suas aspirações pedagogizantes⁷⁹ se fazem importantes.

Havia naquelas páginas certo disfarce sobre as ambições pretensamente hegemônicas das corporações que estruturavam essas mídias; seguia-se nelas, parcialmente, uma tendência nacional de produzir uma gramática que se propunha neutra e empresarial⁸⁰. O distanciamento, dos partidos e grupos políticos, ocorrido superficialmente apenas com suas exclusões do expediente⁸¹ era um modo de ocultar suas atuações diretas. Naquele ano, sob os princípios jornalísticos de informar e comunicar, os periódicos⁸² agregavam o entreter e traziam aspectos da vida cotidiana às suas narrativas, escamoteando as influências ali manifestas. No entanto, ancoraram-se na ideologia⁸³ das elites⁸⁴ atuantes nas esferas: social, econômica, política e intelectual

⁷⁷ FURLANETTO, Vera Lucia. Política e imprensa: a manipulação do “popular” na história da divisão territorial do Estado de Mato Grosso, em 1977. In: OLIVEIRA, Beatriz dos Santos de; SOTANA, Edvaldo Correa (orgs.). *Pesquisa histórica com a imprensa de (no) Mato Grosso: fontes, temas & abordagens*.

⁷⁸ A contextualização da imprensa em Mato Grosso, seu surgimento e características, foi abordada por: ANDRADE, Danusa Santana. *A cobertura dos jornais Correio do Estado, de Campo Grande, e o Estado de Mato Grosso, de Cuiabá, na criação de Mato Grosso do Sul: uma análise de conteúdo*.

⁷⁹ Para melhor compreensão acerca da ação pedagógica exercida por meio dos periódicos, ler: PINTO, Adriana Aparecida. *Nas páginas da imprensa: a instrução/educação nos jornais em Mato Grosso (1880 – 1910)*.

⁸⁰ Sobre “os processos de modernização” ocorridos na imprensa, consultar: SOTANA, Edvaldo Correa. *A paz sob suspeita – Representações jornalísticas sobre a manutenção da paz mundial, 1945 – 1953*.

⁸¹ O expediente é a lista de todos os profissionais envolvidos na produção jornalística e suas respectivas responsabilidades, desde o diretor, chefes de redação, editores, repórteres, fotógrafos e demais funcionários. Traz ainda os dados da empresa, como endereço e inscrições nos órgãos estatais e está presente em todas as edições dos noticiosos.

⁸² *Correio do Estado; O Estado de Mato Grosso; O Progresso*.

⁸³ A ideologia aqui é entendida como “uma forma particular de preenchimento de um espaço vazio do universal”; um ponto nodal, de fixação, da semântica com teor supremacista; “um dispositivo discursivo para redução e controle da Contingência [...] campo de realização de reconciliação do sujeito ao modo de um mediador universal [...] lugar de conflito, de antagonismo, da hegemonia e da contradição”. Portanto, “a regra geral do funcionamento ideológico é de que as posições, sejam elas quais forem, tendem a se organizar de modo tendente à hegemonia”. Desse modo, a “ideologia discursiva opera [...] não apenas construindo falsos universais, mas também produzindo falsos particulares”. Ela traz consigo “pontos de remanência, retorno ou reinício [...] recorrências retóricas, bem como [...] o ângulo da seleção do que deve ser lembrado e do que cabe ser esquecido”. DUNKER, Christian Iago Lenz; PAULOS, Clarice Pimentel; MILÁN-RAMOS, José Guilherme. *Análise psicanalítica do discurso: perspectivas lacanianas*, p. 205-216.

⁸⁴ Neste escrito o termo *elite* (ou *elites*) se refere aos indivíduos ocupantes de posições sociais de destaque e que detêm meios de controle (econômico, político e comunicacional) com os quais objetivam subordinar, objetificar e destituir de sua condição de sujeitos as pessoas dialeticamente relacionados a ela, ou seja, a população em geral, mais pobre financeiramente e com menos recursos materiais do que aquela; em correspondência ao que Bourdieu conceituou respectivamente de “dominantes” e “dominados”. BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*.

em âmbito local, nacional e internacional, gradualmente, e acabaram por ocupar a posição e função do discurso capitalista⁸⁵. Portanto, as representações ali ofertadas expressavam e cooptavam os desejos e quereres dos mais variados sujeitos ao dar borda, plasticidade (com suas metáforas e metonímias que compunham significantes modelos) ao inalcançável da linguagem, ao inominável, ao infamiliar, ao heterogêneo, ao indizível em si de cada um⁸⁶. Pela inversão da falta, forjavam o preenchimento com uma coerência inexistente e ofereciam um sentido de coesão, que não existia, ao mundo social, e omitiam propositalmente uma enormidade de informações e de outras percepções, especialmente aquelas advindas dos povos originários e afrodiaspóricos, desconformes do *status quo*.

Naqueles noticiosos havia, simultaneamente, a busca para que seus leitores encontrassem “identificações” em suas páginas sem, contudo, julgá-las “como uma construção, como um processo nunca completado”, em permanente transformação. É preciso dizer que “embora tenha suas condições determinadas de existência, o que inclui os recursos materiais e simbólicos exigidos para sustentá-la, a identificação é, ao fim e ao cabo, condicional”. Tal condicionamento está alojado “na contingência. Uma vez assegurada, ela não anulará a diferença”. Dessa forma, “a fusão total entre o ‘mesmo’ e o ‘outro’ que ela sugere é, na verdade, uma fantasia de incorporação” porque “a identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção”⁸⁷.

Nesse bojo, algumas figuras acabaram por expressar maior protagonismo nos embates governamentais, em 1977. Ao que diz respeito ao “político”, naquele ano muitos partidários institucionais, ou profissionais, mostraram-se “usurpadores do universal, agindo como proprietários privados dos recursos públicos”⁸⁸ e ganharam

⁸⁵ Em tal discurso “não só é sugerido que receptor [...] e emissor [...] estão do mesmo lado, mas que o primeiro comanda o segundo – trata-se da ilusão de interatividade. Ilusão porque, apesar de, aparentemente, estar em controle, o sujeito é reificado, submete-se à lógica do objeto, que em última instância o determina [...] Temos, por conseguinte, uma função de cumplicidade, que torna esse discurso um mecanismo de controle mais refinado”, CASTRO, Julio Cesar Lemos de. Aplicações da teoria lacaniana dos discursos na área da Comunicação, p. 106.

⁸⁶ As representações difundidas nos jornais estudados consistiriam em versões, pautadas em aspectos da ideologia derivada da semântica pretensamente hegemônica, postas em evidência para a sociedade como um todo. Essas teriam o escopo de criar elos de identificações sociais, impor relações de força e dominar simbolicamente a coletividade e estabelecer elementos padrões de diferenciação, visando assegurar e perpetuar o assujeitamento de indivíduos que as aceitariam ou rejeitariam. Para maior entendimento sobre as representações de modo geral, ler: ANKERSMIT, Frank. *A escrita da História: a natureza da representação histórica*; CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*.

⁸⁷ HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*, p. 106 (grifo do original).

⁸⁸ BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*, p. 151.

reconhecimento em vários ambientes. Em diversas ocasiões, “o trabalho de construção simbólica” entendida como a “representação oficial do Estado como lugar de universalidade e do serviço para o interesse geral” forçava que aqueles indivíduos, oportunamente, dissimulassem suas ações. Resguardados sob os “valores de neutralidade e de dedicação desinteressada” ao bem comum angariavam legitimidade junto aos demais⁸⁹.

Entretanto, apesar do “privilégio de encarnar a coisa pública”, aqueles sujeitos “mesmo consagrados e teoricamente” voltados à sociedade como um todo, apresentaram contradições e transgrediram “a fronteira entre o público e o privado”. Tais personagens mobilizaram “meios públicos a serviço de fins privados, servindo-se do segredo sobre o privado para encobrir um uso privado do bem público”. O “descompasso entre a norma oficial prescrevendo a obrigação de desinteresse e a realidade da prática com todos os descumprimentos dessa obrigação”⁹⁰ foi observado, no ano das querelas acerca do desmembramento de Mato Grosso. Ademais, “através da constituição dos grupos” se pôde “observar melhor a eficácia das representações” que contribuíram “para fazer a ordem social impondo os princípios de di-visão”. Foram eles, protegidos pelo poder simbólico, que deu a determinadas pessoas legitimidade para atuarem no “teatro político que” realizava e oficializava “as visões de mundo e as divisões políticas”⁹¹.

Em 1977, tal dualidade expressava-se tanto no bipartidarismo⁹² quanto nas secções territoriais e, de modo amplo, culturalmente, por meio da cooptação dos jogos de futebol. Em todos esses ambientes nos quais “o trabalho [...] de representação [...] incute na objetividade de um discurso público [...] traços e experiências que poderiam parecer incompatíveis”⁹³, averiguou-se a produção de uma ordem e de uma coesão frágeis e insustentáveis, por mais que se pretendessem eficazes, ao se estudar as redes de sociabilidades e suas esferas de organização.

Daí adviria a necessidade de estabelecer as identidades regionais, uma vez que “instituir, dar definição, uma identidade, é também impor limites”⁹⁴. Todavia, sabe-se

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ *Idem*, p. 152

⁹¹ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*: o que falar quer dizer, p. 120.

⁹² Divisão partidária entre Arena e MDB, abordada em FURLANETTO, Vera Lucia. *Mato Grosso do Sul*: sua criação pelas representações dos jornais *O Progresso* e *Correio do Estado*.

⁹³ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*: o que falar quer dizer, p. 120.

⁹⁴ *Idem*, p. 100.

de sua performatividade e fluidez⁹⁵. Por isso, para Bourdieu, o “discurso regionalista”, que é “*performativo*” por excelência, “visa impor como legítima uma nova definição de fronteiras, e fazer conhecer e reconhecer a *região* assim delimitada”⁹⁶. Produz-se, por conseguinte, celeumas que comporão a “*dialética da manifestação* em todos os movimentos regionalistas”⁹⁷, porque estão ancoradas na psique individual do sujeito barrado/cindido/dividido entre identificações e diferenciações.

Portanto, as ações de alguns agentes, atuantes em Mato Grosso, e suas intenções em “produzir e impor representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) do mundo social”, suas habilidades e mecanismos para “agir sobre esse mundo”⁹⁸ e fazer circular afetos que compunham seus laços gregários, intermediadas pela imprensa, são particularmente discutidas nesta pesquisa.

Nesse sentido, os fragmentos biográficos serão utilizados para analisar as ambivalências e chegar aos *deslizamentos*; trazer à tona a historicidade das incoerências, conflitos e contradições que permearam as tipificações desses indivíduos como *sulistas* ou *nortistas* em um Estado ainda não dividido; mostrar as marcas e semânticas da colonialidade nas discursividades desses sujeitos e problematizá-las; criar um desvio ao *habitus* no que tange aos binarismos e regionalismos e destacar as diversidades étnica-socio-culturais locais com suas múltiplas linguagens circulantes. Bem como, escrutinar os protagonismos nas homologias e nos antagonismos, nos consensos e nos dissensos dessa elite matogrossense, denunciando seus feitos, efeitos e eficácias em decorrência de seus ditos e não ditos nas páginas jornalísticas. Desse modo, para compor a crítica norteadora desta tese, metodologicamente ancorou-se nas análises de discurso preconizadas pela sociologia bourdieusiana, pela linguística aplicada transgressiva pennycookiana e pela psicanálise lacaniana.

Bourdieu questionou a existência de uma “ciência do discurso considerado em si mesmo e por si mesmo”, como apregoava a linguística descritiva⁹⁹. Ele enfatizou a necessidade de se investigar, “num único relance”, as especificidades “sociais do estilo” e “do autor”, manifestadas implicitamente no texto ou fora do “efeito retórico”. Sob

⁹⁵ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*; SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*; HOFFMANN, Christian; BIRMAN, Joel (org.). *Psicanálise e Política: uma nova leitura do populismo*; CASTRO, Julio Cesar Lemos de. *Aplicações da teoria lacaniana dos discursos na área da Comunicação*.

⁹⁶ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*, p. 100 (grifos do original).

⁹⁷ *Idem*, p. 111 (grifos do original).

⁹⁸ *Idem*, p. 117

⁹⁹ GREIMAS, Algirdas Julien. *Semântica estrutural*.

esses preceitos, entende-se ser crucial o exame das “posições ocupadas por seus atores no campo da produção”, bem como, “descobrir nas propriedades mais tipicamente formais dos discursos os efeitos das condições” gregárias de sua criação e de sua “circulação”¹⁰⁰.

Pennycook ao propor a “análise crítica do discurso” refletiu acerca da indissociabilidade dos “textos e seus contextos”. Pois, o uso da linguagem¹⁰¹ cria vínculos sociais perpassados por “relações desiguais de poder” verificadas não na “estrutura dos textos”, mas sim “no conteúdo”, por trazerem “representações particulares de algum aspecto do mundo [...] associados a alguma ‘base social’ particular”¹⁰². Por isso, buscou-se compreender, nas fontes aqui elegidas, “a ordem” coletiva em suas fundamentações “corpórea, espacial, temporal, institucional, conflitante, marcada pelas diferenças”, constituída e constituinte do sujeito múltiplo em suas identidades “performadas em vez de pré-formadas”¹⁰³.

Jacques Lacan concebeu “o discurso do outro” interpretado a partir da “ressonância em rede”. Logo, coube “acompanhar [...] a ramificação ascendente” da “linguagem simbólica” e “detectar, nos pontos em que [...] se cruzam [...], os nós de sua estrutura”. E então, encontrar os “fatos históricos [...], reconhecidos num certo ponto ou censurados numa certa ordem”¹⁰⁴, constituídos por determinadas semânticas para as quais os sujeitos endereçam seus desejos, e destituir suas fantasias ou fetichizações. E ainda, pensar as metáforas e metonímias engendradoras de significantes, as posições assumidas pelas pessoas nessa teia e investigar “sobre ideologia [...], discurso [...], laço social [...], espaço, lugar e posição [...], relações de poder” e mídia¹⁰⁵.

Definidos os paradigmas, foram utilizadas como fontes principais as publicações do *Correio do Estado*, de Campo Grande, e do *O Estado de Mato Grosso*, de Cuiabá, cujas, todas as edições de 1977 foram estudadas e lidas na íntegra. Manchetes, notas, notícias, anúncios, reportagens, editoriais, etc., tiveram igual relevância para esta tese sem estabelecer-se hierarquia entre elas. Importaram o conteúdo e o teor dos escritos (não houve distinção em suas designações e ocasionalmente serão usados como sinônimos). Dentre eles, foram selecionadas, catalogadas, organizadas e analisadas 672

¹⁰⁰ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*: o que falar quer dizer, p. 128-129.

¹⁰¹ Entendida como ação, uma prática, uma atividade social e espacial integrada, um fazer local ao invés de um sistema, PENNYCOOK, Alastair. *Language as a local practice*.

¹⁰² PENNYCOOK, Alastair. *Critical applied linguistics*: a critical introduction, p. 78-82.

¹⁰³ PENNYCOOK, Alastair. Uma linguística aplicada transgressiva, p. 78-83.

¹⁰⁴ LACAN, Jacques. *Escritos*, p. 263-270.

¹⁰⁵ DUNKER, Christian Iago Lenz; PAULOS, Clarice Pimentel; MILÁN-RAMOS, José Guilherme. *Análise psicanalítica do discurso*: perspectivas lacanianas, p. 139-150.

páginas do *Correio do Estado* e 768 do *O Estado de Mato Grosso*, das quais se retirou aquelas que compuseram esta historiografia. Estes documentos foram elencados por tratarem direta ou indiretamente do desmembramento de Mato Grosso e demais recortes territoriais suscitados naquele período; manifestações políticas locais e nacionais direcionadas à região; opiniões editoriais; embates ou evocações identitárias e composição de redes de sociabilidades.

Em suma, buscaram-se quaisquer rastros econômicos, faccionais, culturais, intelectuais e políticos que ajudassem a compreender os léxicos produzidos e reproduzidos naqueles diários objetos-fontes deste trabalho. Foi dada atenção aos laços sociais e aos circuitos de afetos mobilizados pelas discursividades dos personagens que transitavam por aqueles campos e eram visibilizados pelos noticiosos; e simultaneamente, foram analisadas as narrativas que dessem indícios das posições dominantes e capitalistas assumidas por eles.

Além de comparar os dois periódicos, e contrapor os ditos com os não ditos neles, os documentos empresariais do *Correio do Estado* e do *O Estado de Mato Grosso*, adquiridos das Juntas Comerciais¹⁰⁶, permitiram entender as relações mantidas entre as elites mato-grossenses e destas com os demais membros da população. Sempre que necessário, os estudos e análises anteriores realizadas sobre *O Progresso* e todas as considerações produzidas pela pesquisa de mestrado foram utilizadas. Recorreu-se ainda às fontes auxiliares, historiografias produzidas tendo Mato Grosso e/ou sua divisão como tema, para observar as contradições e ambivalências explícitas.

Nessa esteira, foram produzidos os capítulos desta tese. Inicialmente, em *Mato Grosso - norte e sul: a dualidade insustentável*, foram abordados os aspectos gerais acerca dos significantes partilhados entre os discursos políticos, as *gramáticas* jornalísticas e as escritas historiográficas. Mostrou-se como o *habitus*, em suas expressões binárias dentro da colonialidade, se manifestou na difusão de oposições dicotômicas utilizadas para moldar regionalidades. Tratou-se, introdutoriamente, dos distanciamentos e aproximações entre os agentes que evidenciaram as *contradições* e os *deslizamentos* e, no entanto, endossaram as falsas coerências e simetrias ou assimetrias. Constatou-se a dificuldade dos sujeitos de se dizerem múltiplos e conflitantes, ao

¹⁰⁶ Atualmente as Juntas Comerciais dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul disponibilizam serviços remotos. Os documentos podem ser adquiridos por meio da *internet*, no site das instituições, mediante pagamento das tarifas pré-definidas pelos órgãos.

tentarem manterem-se retoricamente restritos a uma tipificação delimitada e fabricada não expansiva à *performatividade* identitária regional que lhes era própria.

No segundo capítulo, *Redes de sociabilidades – atravessamento das fronteiras geográficas e econômicas*, alguns motivos para as formações dos grupos serão explicitados e se relatará, introdutoriamente, as estratégias utilizadas pelas elites mato-grossenses na confecção de seus círculos sociais, políticos, econômicos e intelectuais. Versará a respeito da pluri-multi-diversidade geográfica e étnica. As bases das tipicidades *sulista* e *nortista* serão problematizadas. E serão exemplificadas as situações nas quais o poder econômico e político permitia o fluxo e o trânsito de alguns indivíduos, para além das supostas limitações regionais; suas propostas em forjá-las também serão tematizadas.

Sequencialmente, em *A colonialidade – linguagem e semânticas pretensamente hegemônicas em Mato Grosso no ano de 1977*, será mencionada a implicação da *gramática* militar na discursividade daqueles que se posicionavam como dominantes e capitalistas. Exporá como as tônicas da modernidade, do progresso e do desenvolvimentismo foram manifestadas nas escritas em *O Estado de Mato Grosso* e *Correio do Estado* naquele período. Debaterá as contradições do capitalismo enfrentadas no Estado e os meios e recursos utilizados por uma pequena parcela da população na expectativa de superar tais desafios, bem como, as situações nas quais se verificou sua falibilidade.

Por fim, no quarto capítulo, *Amplo território e laços estreitos: tecituras discursivas e circuitos de afetos*, se retomará e aprofundará acerca da construção das relações e dos recintos para o exercício das narrativas de pessoas privilegiadas nas áreas econômicas, intelectuais, jornalísticas e políticas em Mato Grosso. Para isso, será formulada uma abordagem em pares. Nesta escolha, se fará uso de aspectos duais não excludentes ou opositores; mostrando-se as teias existentes entre as quatro esferas já enunciadas, considerando-as cíclicas e retroalimentadoras. Essa perspectiva apontará as conexões escamoteadas e as propagandeadas pela mídia impressa, especialmente no tocante àqueles que foram denominados como *sulistas* pela imprensa e em muitos momentos pela historiografia. Serão abordados os atravessamentos e entrelaçamentos dos sujeitos pelos campos e os impactos desses movimentos para a coletividade. As manifestações dos afetos que eram moldados e moldavam as semânticas daqueles indivíduos, em suas buscas pelo capital simbólico e econômico, também serão averiguadas.

I - MATO GROSSO - NORTE E SUL: AS CONSTRUÇÕES DAS DUALIDADES INSUSTENTÁVEIS

Os nacionalismos, os regionalismos, as identidades nacionais e regionais, bem como, as panaceias prometidas pelo capitalismo, pelo desenvolvimentismo, além da modernização e do progresso, são apenas alguns exemplos das discursividades que criam vínculos e engendram inúmeros imaginários, de modo a construírem nos receptores uma “afinidade com esses espaços”¹⁰⁷. Essas narrativas são aqui entendidas integralmente, com todos os traços das linguagens, ou seja, como espaços sociais de exercício semântico. No entanto, este pode criar características exclusivas para determinadas pessoas, conjunturas e situações quando elas são abrangentes, e generalizar especificidades suprimindo-as. Isto foi comum na escrita dos jornais e nas falas dos políticos veiculadas midiaticamente. Houve a difusão destas mensagens pelas mais variadas esferas, incluindo a acadêmica; portanto, foi necessário mensurar as incoerências da aparente coesão entre elas.

Apesar de tais semânticas carregarem em si o potencial de estabelecer laços sociais, manifestados também nas intelectualidades, a grandeza e a extensão das simbolizações envolvidas nas tipificações duais, particularmente entre *nortistas* e *sulistas*, não se coadunaram à exatidão dos interesses de seus enunciadores e interlocutores. Ademais, as *identificações* e *diferenciações* são categorias recorrentes na constituição do sujeito, mas suas construções discursivas necessitam de investimento de décadas, de gerações, para terem adesão coletiva. O pertencimento é aprendido e internalizado, portanto, forjado. Em virtude de assumirmos um papel no sistema familiar pela força da heterogeneidade que nos cinde, necessitaremos de significantes que nos conduzam a identificações atualizadas¹⁰⁸. É, por conseguinte, na ancestralidade historicamente construída que se desperta a “vontade de pertencimento”¹⁰⁹.

Nesse sentido, em razão da transitoriedade populacional que forma os territórios e do pouco tempo de existência do recorte chamado Mato Grosso do Sul¹¹⁰, após 1979, verificou-se os investimentos estatais e privados, incluindo os financeiros, para se criar

¹⁰⁷ DE CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise*, p. 19, sobre “espaços discursivos”.

¹⁰⁸ LACAN, Jacques. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*; LEMAIRE, Anika. *Jacques Lacan: uma introdução*.

¹⁰⁹ DOMANSKA, Ewa. Retroactive ancestral constitution, new animism and alter-native modernities; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região.

¹¹⁰ Em 2024 MS completou 45 anos, considerando sua implantação em 1979.

e difundir uma cultura que fosse característica desse Estado¹¹¹. Por outro lado, houve brados de “DO SUL” no íterim das discussões acerca do desmembramento de Mato Grosso, em 1977. Em tais interpelações havia a introjeção de percepções que consideraram culturais apenas “espaços de homogeneidade” ancorados na “ancestralidade tradicional”¹¹², ou seja, em um simbólico construído a partir de moduladores falaciosos, duais e parciais. Entretanto, no ano da assinatura da lei instituidora do MS, as semânticas pretensamente hegemônicas ainda eram aquelas produzidas, desde o início do século XX, na construção de um Mato Grosso que correspondesse à lógica moderna e desenvolvimentista¹¹³.

Isso se deu porque a junção ou secção de determinadas regiões são propostas advindas de ambições econômicas e políticas. A homogeneidade ou heterogeneidade elencada midiaticamente como justificadoras das ações estatais, em grande parte foram apropriações, distorções e limitações culturais ou/e geográficas e rechaçavam a pluridiversidade local. Logo, as diferenças entre *Sul* e *Norte*, *sulistas* e *nortistas*, foram construídas, forçadas, forjadas, inventadas¹¹⁴, quando se elegeram determinadas características e apagaram-se outras tão significativas quanto.

Antes de 1979 tratava-se de “Mato Grosso indiviso”¹¹⁵, portanto, tal dicotomia se configurou em significantes vazios¹¹⁶ que aceitaram múltiplos e distintos significados. O binarismo excludente não se sustentava nem na dualidade cardinal, porquanto, não correspondia aos aspectos geográficos. Dentre os vários recortes, a triangulação Norte, Sul, Centro, na qual “o *Norte*” corresponderia à “parte mais propriamente amazônica [...] Estado de Rondônia e à porção setentrional do [...] Estado de Mato Grosso [...] o *Centro*” à “capital, Cuiabá [...] e o *Sul* (que se costuma identificar ao atual Estado de Mato Grosso do Sul [...])”, era mais assertiva¹¹⁷.

¹¹¹ AMARILHA, Carlos Magno Mieres. *Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul*.

¹¹² DOMANSKA, Ewa. Retroactive ancestral constitution, new animism and alter-native modernities.

¹¹³ Para maior compreensão acerca da “lógica da modernidade que subjaz os discursos de progresso e de desenvolvimento, mostrando a permanência de uma produção discursiva em momentos distintos da história brasileira que deu o tom da ocupação territorial no Brasil e solidificou um quadro de lugares sociais ocupados pelos grupos humanos”, e as consequências relacionadas à “redução absoluta de trabalho”, ler: FEITOSA, Beatriz dos Santos de Oliveira. *Entre os “imprescindíveis” e os “redundantes”*: olhares sobre constituição de espaços e mundo do trabalho rural na Região Norte de Mato Grosso do Sul Contemporâneo.

¹¹⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*.

¹¹⁵ Esse termo foi utilizado pela professora Suzana Arakaki em sua participação na disciplina, *Seminários de Projeto de Pesquisa*, oferecida no segundo semestre de 2021 pelo PPGH-UFGD.

¹¹⁶ LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*.

¹¹⁷ QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (Um breve ensaio), p. 154.

Por fim, o bipartidarismo que, em 1977, vigorava com o desempenho dos partidos políticos, ARENA (legenda oficial dos militares) e MDB (a oposição consentida¹¹⁸) foi meramente institucional. Pois, na primeira ocorriam embates pelo poder entre seus membros e no segundo, alguns de seus partícipes aliançavam-se aos arenistas. A existência de apenas dois partidos tinha por escopo demonstrar uma coerência inexistente, esconder os conflitos, os dissensos, as desconformidades, bem como, disfarçar as homologias que ultrapassavam a barreira partidária¹¹⁹.

Por esses motivos, as reflexões apresentadas a seguir partem da premissa que a oposição dicotômica se caracteriza como uma fórmula facilitadora e simplificadora. Esta teria a finalidade de cumprir com o objetivo de escamotear anseios direcionados à conservação de posições sociais e econômicas que se sobrepunham ao regionalismo. Apesar de elementos regionalistas terem sido evocados pela própria elite mato-grossense, a pretensão era de manter o *status* ou alcançar novos espaços de poder. Embora o binômio, *Sul versus Norte* (e vice-versa), fosse dissonante ao seu uso em alguns espaços, como o acadêmico, foi compartilhado nas mais diferentes esferas pela força do *habitus*¹²⁰, delimitou estudos e pesquisas, e se sobressaiu como uma característica regional.

1.1 – Retóricas dicotômicas e coerência falível: Os significantes partilhados entre os discursos políticos, as gramáticas jornalísticas e as escritas historiográficas

Em 1977, no mês de março, a secção territorial de Mato Grosso passou a ser abordada recorrentemente nos diários, inicialmente de maneira especulativa, com maior concentração nas opiniões locais. No CE, no dia 04, constaram as falas de Paulo Coelho Machado, “advogado e pecuarista [...], ex-secretário da agricultura de Mato Grosso no governo de José Fragelli” e ex-vereador em Campo Grande por duas legislaturas; e de

¹¹⁸ A atuação dos filiados ao MDB que não se opunham ao regime recebeu essa alcunha porque “a violência [...] foi uma das principais características da vida política, tornando a tortura e outras formas de violações dos direitos humanos uma prática institucionalizada de Estado”, aplicada aos adversários durante a ditadura civil-militar, conforme QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), p. 20.

¹¹⁹ Para maior compreensão sobre as contendas e alianças relacionadas à Arena e ao MDB, ler: FURLANETTO, Vera Lucia. *Mato Grosso do Sul: sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio do Estado*; ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso* (1945-2002);

¹²⁰ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*; BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*.

Nelly Elias Bacha, vereadora à época. Ambos trataram da área da cadeia pública de Campo Grande, em vias de ser alienada pela administração estadual¹²¹.

Paulo Coelho considerava que o local deveria ser destinado ao “Palácio do Governo do Mato Grosso do Sul” ou a outros fins não prejudiciais “aos interesses de Campo Grande”, tendo em vista a possível “divisão de Mato Grosso”. Já Nelly Bacha, ao apresentar requerimento à Câmara Municipal manifestou-se contra a venda do imóvel a particulares. Para a vereadora, Campo Grande estava “destinada a ser em breve a capital do Mato Grosso do Sul” e estaria naquela ocasião “com falta de área pública no perímetro Central, e esse imóvel” poderia “ser ocupado pelos inúmeros órgãos públicos” que necessitariam “de acomodações”. Nelly mostrou-se aguerrida em fazer provocações que colocavam Campo Grande e Cuiabá como cidades antagônicas entre si, ao assinalar que o poder executivo favoreceria essa e prejudicaria aquela.

A aleatoriedade com que o assunto foi introduzido no jornal pôde ser entendida com o artigo escrito por Inah Machado Metelo, irmã de Paulo Coelho, em 11 de março. Foram mencionados dois senadores, não identificados, que teriam se pronunciado nos últimos dias sobre o desmembramento. Inah opôs *Sul* a *Norte* e questionou a conservação de “sentimentalismo” ao se pretender manter o nome “Estado de Mato Grosso do Sul” para o ente federativo a porvir. A denominação seria uma sugestão cantada pela poetisa Lélia Rita e simbolizaria a não divisão da “alma mato-grossense”, ao que Inah, de certo modo, desprestigiou ao indicar “Estado de Guaicurus” ou “Estado da Laguna” como possibilidades de nomeação¹²².

No dia 22 de março, no OEMT e no CE, constou a nota a respeito da instituição de Mato Grosso do Sul, com base em matéria da agência de Brasília. No primeiro¹²³, eram citados os despachos do Presidente Geisel em relação à “criação de cinco novos municípios no território de Rondônia”. Transcreviam-se concomitantemente as falas do “ministro do Interior, Maurício Rangel Reis”, que teria admitido um prazo de “cinco anos” para a concretização de tal aprovação. Dentre as informações havia a confirmação do “envio ao Congresso Nacional, ainda no primeiro semestre, do projeto de divisão territorial de Mato Grosso em dois novos Estados - Mato Grosso do Norte, com Capital em Cuiabá e Mato Grosso do Sul, com Capital em Campo Grande”. Rangel teria

¹²¹ ÁREA da cadeia pública deve ser reservada para época da divisão. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7197, p. 02, 04 mar. 1977.

¹²² A CADEIA pública. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7203, p. 07, 11 mar. 1977.

¹²³ RONDÔNIA será estado em cinco anos. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7622, capa, 22 mar. 1977.

anunciado, simultaneamente, a permanência de José Garcia Neto no cargo de governador até o fim do mandato¹²⁴. Porém, o texto afirmava que “os dois primeiros governantes das futuras unidades administrativas seriam nomeados”. No segundo¹²⁵, optou-se por recortar o anunciado e divulgar somente os dizeres de Rangel sobre o envio do documento separatista. A maior diferença entre as duas mídias se deu na chamada, nesse escreveu-se: “Divisão de Mato Grosso - Rangel confirma e fala em dois interventores”; naquele a chamada desviava do assunto e o título dado foi: “Rondônia será estado em cinco anos”. Esses detalhes davam amostras das gramáticas a serem emplacadas em cada um dos periódicos; no diário campo-grandense se forçavam assertivas quanto ao desmembramento, não obstante a inexistência de quaisquer garantias de sua efetivação, já no cuiabano se tendia à manutenção da dúvida em alguns momentos.

Dois dias depois, seguindo a partilha de notícias, se publicou o pronunciamento de Garcia Neto, em sua visita à Assembleia Legislativa, ao ser indagado acerca da secção de Mato Grosso pelos parlamentares presentes. Ele comentou “a audiência com o Presidente Ernesto Geisel marcada para dia 5 de Abril”, declarando que não versaria sobre o tema e alegou que em 1975, “Geisel garantiu que ele seria o primeiro a ser cientificado no caso de ocorrer esta divisão”. O governador pontuou ainda os transtornos não pensados quando se propõe um desmembramento, por causa das diversas implicações para uma operação “difícil e complicada”¹²⁶.

As fundamentações para as argumentações de Garcia Neto amparavam-se nas propostas do chefe maior. Desde o início de seu mandato, em 1974, “o general Ernesto Geisel deu mostras de que estava disposto a intervir na configuração geográfica de algumas regiões do País”¹²⁷. Dentre os planejamentos estava o de reestruturação da economia brasileira assentada na redistribuição territorial, para tanto, a “Escola Superior de Guerra havia sido orientada a rever os estudos”¹²⁸ e foi criada a “Comissão Especial destinada à elaboração de projetos de lei sobre Redivisão Territorial e Política

¹²⁴ José Garcia Neto foi governador em Mato Grosso de 1975 a 1978, pois renunciou antes do término do mandato, previsto para 1979, para concorrer à vaga no Senado. GARCIA NETO – biografia – Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131443/biografia>. Acesso em: 08 ago. 2023; VALLE, Pedro. *A divisão de Mato Grosso*, p. 11.

¹²⁵ DIVISÃO de Mato Grosso - Rangel confirma e fala em dois interventores. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7212, capa, 22 mar. 1977.

¹²⁶ GARCIA visitou ontem a Assembleia Legislativa. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7624, capa, 24 mar. 1977; GARCIA: dividir um estado não é tão fácil quanto se pensa. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7214, p. 03, 24 mar. 1977.

¹²⁷ BITTAR, Marisa. *O inesperado 1977: quarenta anos da criação de Mato Grosso do Sul*, p. 227.

¹²⁸ *Ibidem*.

Demográfica”¹²⁹, em 1976. Essas condutas visavam dar seguimento ao “II Plano Nacional de desenvolvimento (PND 1975-1979)”, objetivando “em matéria de divisão [...] considerar um ou dois pontos importantes da ocupação do subcontinente Amazônia-Centro-Oeste, com atenção especial à situação de Mato Grosso”¹³⁰.

Para a elaboração e embasamento dos trabalhos, certos setores da sociedade foram acionados a fim de realizarem levantamentos estatísticos concernentes às suas regiões. Portanto, existia o conhecimento sobre os interesses presidenciais e as pesquisas em andamento, porém, não havia acesso por parte dos políticos civis aos direcionamentos e usos daqueles dados pelo governo, tratados em sigilo. Restava desse modo, aguardar os pronunciamentos e as diretrizes da cúpula federal quanto ao andamento dos processos, como relatava Garcia Neto naquela ocasião. Esses fatores, todavia, não impediam uma pequena parcela da sociedade, particularmente pertencente à elite, de tentar influenciar de alguma maneira a esfera ditatorial. Apesar de estarem alijados das decisões finais, a qualquer movimento por parte dos altos escalões da União, havia manifestações de expectativas ou preocupações nos jornais, por parte dos civis locais.

Ainda no dia 24, em edição do OEMT, constaram comentários acerca de uma entrevista dada por Luiz Philippe Pereira Leite, então presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IHGMT, que teria sido “oficialmente convidado pela Comissão de Redivisão Territorial do País, da Câmara dos Deputados, para depor a respeito da” secção de Mato Grosso. O convite teria sido formulado por Vicente Emílio Vuolo, “primeiro vice-presidente da mencionada comissão”¹³¹, e seria atendido por Luiz

¹²⁹ No portal da Câmara dos Deputados foram encontrados alguns Diários Oficiais da época. Em 24 de outubro de 1975, na primeira página, constou o requerimento de número 04, no qual se solicitava a constituição da Comissão. Em 18 de setembro de 1976, com o requerimento número 101, solicitava-se a prorrogação dos trabalhos até o fim daquela legislatura. Diário do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados - Ano XXX, nº 131, Capital Federal, 24 out. 1975, p. 01; Diário do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados - Ano XXXI, nº 101 - Capital Federal, 18 set. 1976, p. 04.

¹³⁰ BITTAR, Marisa. O inesperado 1977: quarenta anos da criação de Mato Grosso do Sul, p. 227. As discussões, suscitadas nos jornais, a partir das possíveis redivisões a serem realizadas no íterim do governo Geisel, serão tratadas com maiores detalhes no Capítulo II desta tese.

¹³¹ Em 7 abril de 1976, constou a composição daquela comissão, da qual Vuolo fazia parte como suplente. Já no dia 29 de junho de 1977, mostrava a movimentação dos membros, Gastão Müller, que saiu da vice-presidência dando lugar para Vicente Vuolo e assumiu o seu lugar na suplência. Diário do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados - Ano XXXI, nº 025 - Capital Federal, 07 abr. 1976, p. 57; Diário do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados - Ano XXXII, nº 070 - Capital Federal, 29 jun. 1977, p. 72.

Philippe que apresentaria aos solicitantes farta documentação com “as razões para não se dividir Mato Grosso”¹³².

No CE, conjuntamente aos dizeres de Garcia Neto, constava o “Informe - 2” no qual o editorial rebatia veementemente as falas proferidas em Cuiabá do secretário de planejamento, “Bento Porto”, de que: separar “Mato Grosso em duas unidades até que ele acha muito fácil. O difícil segundo ele é dividir a dívida de dois bilhões de cruzeiros que tem o atual governo estadual”. A isso, o redator não identificado contestou: “o nobre secretário se esquece, entretanto, que com uma arrecadação de 86% [...] quem iria pagar a mesma dívida seriam os sulinos”. A responsabilidade foi chamada aos *sulistas* que arranjariam um meio de pagar o montante como fariam “caso não houvesse a ‘irreversível divisão’, segundo o Ministro Rangel Reis”. A provocação foi complementada: “o norte [...] é que não vai ter condições de pagar e nós aqui assumimos o compromisso de livre espontânea vontade. Afinal, os nortistas, com apenas 14% [...] é que não iriam pagar”¹³³.

No entanto, não foi citado de onde advinha o percentual arrecadado, nem os gastos estatais despendidos em contrapartida e desconsiderou-se qualquer potencialidade da região que ele denominava *Norte*. A população foi englobada na responsabilidade de arcar com uma dívida, independentemente do estrato econômico ou dos benefícios e prejuízos advindos da criação de uma máquina administrativa, sem a devida organização e estrutura prévia. Ao articulista mais importava o desmembramento do que as consequências provenientes dele, quaisquer que fossem. Em decorrência de se colocar em posição de superioridade às adversidades, era indiferente a quem seria atingido. As matérias não eram assinadas e quando continham juízo de valor, independentemente de quem as escrevesse, eram assumidas como sendo de autoria de alguém diretamente vinculado ao jornal. Frequentemente as fontes não eram descritas e as reportagens seguiam com incógnitas e especulações.

A citação que incluiu o ministro Rangel Reis, contudo, estava baseada em nota republicada da AE – Agência Estado¹³⁴, de Porto Alegre, e foi feita pelos dois veículos dias antes (19 e 20 de março). Nela, relatava-se que em Pelotas (RS) Rangel

¹³² DIVISÃO: Câmara dos Deputados ouvirá dois de M. Grosso. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7624, capa, 24 mar. 1977.

¹³³ INFORME - 2. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7214, p. 03, 24 mar. 1977.

¹³⁴ Os responsáveis pelo *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, “em 4 de janeiro de 1970” criaram “a Agência Estado, para dar suporte operacional às unidades de mídia do Grupo. Quatro funcionários trabalhavam vendendo notícias e imagens via telex e Telefoto para clientes externos”. CUDISCHEVITCH, Clarice de Oliveira. *Vida de foca: uma análise do projeto de treinamento do jornal O Estado de S. Paulo*, p. 35.

havia mencionado o possível recorte de Mato Grosso. No anúncio, postulava-se ser a “primeira vez” em que “o ministro do interior, Maurício Rangel Reis”, assegurava as pretensões do “presidente da república” em remeter ainda naquele semestre, ao “Congresso Nacional, o projeto de lei complementar sobre a divisão do estado de Mato Grosso, em duas novas unidades federativas”. Conforme o texto, aquele ministério já teria concluído os “estudos finais”, bem como, a minuta que seria juntada aos demais documentos preparados por “um grupo interministerial”. Esta equipe seria composta por “representantes dos ministérios do Planejamento, da Fazenda e da Justiça” para compor um “pacote de medidas” que seguiria “à aprovação da lei complementar pelo Congresso Nacional”. O ministro teria declarado que as análises deveriam ser preparadas cuidadosamente de forma a não ferir interesses locais. Na notícia, com respaldo em “informações que se seguiram aos primeiros estudos realizados pelo governo”, desde 1976, afirmava-se: “Cuiabá, ao Norte, e Campo Grande, ao Sul, seriam as novas capitais”¹³⁵.

No OEMT, foi observado o escapismo dos editoriais ao não utilizarem da “voz” do redator para problematizar a secção. Elencaram-se apenas as potencialidades presentes e futuras, subsequentes ao desmembramento, tanto para Cuiabá quanto para o Estado de Mato Grosso. Nas publicações, abriu-se espaço para a manifestação de intelectuais e políticos, principalmente quando mostraram enfrentamentos e posicionamentos contrastantes em relação à divisão. Em 27 de março, na mesma página, duas perspectivas diferentes foram veiculadas. Em uma, alertava-se sobre a intromissão de “pessoas estranhas a Mato Grosso [...] no processo de divisão do Estado”, se referindo a jornalistas de outras unidades federativas. Arrazoava-se contrariamente à secção, porque atrasaria “tanto o Norte como o Sul” em “dezenas de anos”, pois o Brasil estava atravessando “uma das piores crises de todos os tempos”. Questionava-se ainda se perante “tantos problemas nacionais e internacionais [...] só a união de Mato Grosso” estaria “prejudicando a Nação”¹³⁶.

Na outra, inquiria-se “por que razões o encaminhamento do problema” do desmembramento estaria “sendo mascarado, em relação ao conhecimento” do “governador do Estado”. Alegava-se isto em decorrência de “ainda há pouco, pela

¹³⁵ SERIA enviado neste semestre: divisão. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7621, p. 07, 20 mar. 1977; RANGEL Reis e Geisel, no Sul: divisão de Mato Grosso vai sair mesmo em 1978. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7210, capa-p. 19, 20 mar. 1977.

¹³⁶ PADRE Raimundo Pombo: é difícil definir Sul e Norte. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7627, p. 10, 27 mar. 1977.

televisão, numa entrevista de âmbito nacional [...] Garcia Neto” reafirmar “o que dizia sempre: [...] em caso de se tornar uma realidade a divisão do Estado” ele seria “o primeiro a ser informado”. Todavia o comunicado sobre a decisão presidencial foi feito pela esfera nacional, surpreendendo a local, conseqüentemente, exigia-se “amplas explicações”. Convocava-se ainda “as elites que” representavam, “por delegação de mandatos ou de liderança, as suas regiões e comunidades” a “fazer” a separação territorial sabiamente, “de modo a levar ambas as partes resultantes ao desenvolvimento e não à frustração”¹³⁷. Porém, essas críticas dificilmente vinham no formato de editorial, ou seja, não eram colocadas como uma posição explícita do redator chefe ou dos sujeitos que compunham o quadro de funcionários da empresa.

No CE, especialmente após as declarações de Garcia Neto contrário à possível ação presidencial¹³⁸, as opiniões ficaram exacerbadas. No dia 25, as publicações denunciavam o desabastecimento de gêneros alimentícios para suprir as merendas nas escolas¹³⁹. Conquanto a questão estivesse resolvida no dia seguinte, como informada, o *impasse* foi suficiente para os repórteres advogarem pela separação como única maneira de sanar o problema¹⁴⁰. Pois, vendia-se a ideia de que com uma Unidade Administrativa estatal própria, os futuros gestores não permitiriam uma situação como aquela.

Nos meses seguintes, a partir de maio de 1977, com o comunicado oficial de Ernesto Geisel, a celeuma em torno do desmembramento de Mato Grosso se intensificou nas falas dos políticos e dos periodistas. No CE investiu-se na tônica propagandista para colocar Campo Grande como o centro da região *Sul*, elencando-a como a representação exclusiva dessa área. Em muitos momentos se resumia o *Sul* à cidade de Campo Grande, mas não havia a aceitação dessa pretensão em outras regiões *sulinas*, como pôde ser visto em Dourados¹⁴¹. Houve por parte dos editores e redatores do CE a conjunção de diversos motes ao divisionismo, em particular quando das sinalizações do governo em criar a nova entidade federativa. Procurava-se dar bordas ao

¹³⁷ A VEZ das elites. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7627, p. 10, 27 mar. 1977.

¹³⁸ SOU Contra. Até que me provem que ela será benéfica. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7215, p. 09, 25 mar. 1977.

¹³⁹ A MERENDA escolar custará 400 mil à Prefeitura: Há 40 dias que a Coordenadoria nada libera para nossas escolas. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7215, p. 03, 25 mar. 1977.

¹⁴⁰ COORDENADORIA assusta-se, cede e impasse já foi solucionado. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7216, p. 09, 26-27 mar. 1977.

¹⁴¹ Para acessar as reportagens que ensejaram esta análise, ler na íntegra: FURLANETTO, Vera Lucia. *Mato Grosso do Sul: sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio do Estado*; FURLANETTO, Vera Lucia. Na arena do poder: disputas políticas e identitárias na discursividade midiática de agentes públicos, douradenses e campo-grandenses, na história da criação de Mato Grosso do Sul, em 1977.

futuro cenário, fossem geográficas, econômicas, políticas, culturais ou afetivas. E a oposição a Cuiabá ou ao *Norte* (até então restrita ao âmbito futebolístico, como será abordado adiante neste trabalho) passou a ser direcionada a distintas esferas.

Nesse periódico, o tema separatista foi distribuído em vários tópicos, por meses, repetidamente forçou-se a escrita para se encaixar ao contexto, empregando-se tom sensacionalista. Havia o interesse de enfatizar possibilidades ou certezas quanto à concretização do recorte, em face de qualquer indício de discussão do assunto em nível estadual ou federal¹⁴². Já nas ocasiões em que as expectativas eram frustradas, embora houvesse a oportunidade de incluir uma diferenciação entre *Norte* e *Sul*, o artifício não era utilizado. Isso aconteceu, por exemplo, quando após reunião com Geisel, Garcia Neto argumentou que a lei da divisão estava somente sendo analisada, conforme comunicado, no dia 27 de julho, na capa e em matéria interna do diário. Afirmava-se: “os estudos ainda devem prosseguir por mais tempo”; e quando fosse oportuno ele seria “chamado para ter conhecimento prévio de sua íntegra e das alterações programadas”. Seria aquela uma “fase de troca de ideias”¹⁴³.

Na página dois, era trazido o acordo entre a prefeitura de Campo Grande e o governo estadual, e nada foi dito no tocante ao desmembramento ao se noticiar a doação de áreas para a construção de colégios no município. Seriam “dois terrenos para” serem “construídas escolas com 12 salas de aula cada uma”, nos bairros “Vilas Anahí e Vilas Boas”. A parceria entre os órgãos das diferentes esferas não foi usado para barganhar maior prestígio ao *Sul* em contraposição ao *Norte*¹⁴⁴. Também não houve apontamento de antagonismos ao relatar sobre o fim da intervenção do Ministério do Trabalho no Sindicato de Jornalistas Profissionais de Mato Grosso – JORNAMAT. Informava-se apenas que “a única chapa apresentada para as eleições” daquele “ano” estava “composta por representantes do Norte” majoritariamente¹⁴⁵. Nem na página de esportes, na qual comumente se fazia a oposição entre *Sul* e *Norte*, nada foi mencionado naquela data.

No dia seguinte, todavia, a efervescência dicotômica emergiu novamente com o anúncio do andamento do anteprojeto da lei à presidência da república. O texto teria

¹⁴² *Idem.*

¹⁴³ APÓS falar com Geisel, Garcia diz que lei da divisão está em estudos. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7315, p. 09, 27 jul. 1977.

¹⁴⁴ PREFEITURA vai doar terrenos para Estado construir escolas. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7315, p. 02, 27 jul. 1977.

¹⁴⁵ DIA 3 de agosto cessará intervenção no JORNAMAT. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7315, p. 03, 27 jul. 1977.

saído do “Ministério do Interior” e sido entregue “a Geisel”. O desejo era de que fosse brevemente encaminhado ao “Congresso Nacional para aprovação e votação”, ignorando-se todos os trâmites burocráticos e discussões sucessivas a serem enfrentadas. Fontes ocultas eram citadas para justificar uma possível fala de Rangel de que não haveria “interesse do governo em retardar a adoção de medidas essenciais à organização do novo Estado”. Isto se daria, segundo os depoentes não nomeados, por “já” existir “uma rebeldia dos habitantes do Sul de Mato Grosso contra a administração de Garcia Neto”, motivo suficiente para “o projeto” ter “uma tramitação muito rápida”. Entretanto, a chamada da matéria fazia referência à “lei”¹⁴⁶. O uso desta palavra no cabeçalho foi um recurso utilizado para antecipar aos leitores as etapas do projeto, porque este se encontrava em estágio anterior. E a referência a uma insatisfação *sulina* seria a forma de legitimar tal pressa. Logo, essas estratégias davam amostras de uma gramática midiática flutuante e incoerente em busca de coesão. A volatilidade com que aquela temática era tratada pela cúpula da União ensinava aos periodistas ora focarem nos binarismos e os opor, ora tentar reduzir ou não tocar em dualidades regionais.

Antonio Lopes Lins, à época professor de Economia Regional na FUCMT - Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso, escrevia com frequência para o CE. Entre os meses de abril e setembro, ele contribuiu com alguns artigos nos quais, além de imprimir teor histórico, destacava as condições geográficas e econômicas que polarizavam *Sul* e *Norte*. Eram usados indicadores para corroborar narrativas contrastantes e criar um dualismo, cujos números validariam como sendo anterior à secção¹⁴⁷. Ocorre que Lins também redigia para o OEMT, e seus textos, por vezes, eram simultaneamente veiculados nos dois periódicos. Entretanto, ao produzir escritas antípodas, entre as regiões, não as compartilhava indiscriminadamente¹⁴⁸. Assim, os elogios a Cuiabá e ao *Norte* eram publicados no diário cuiabano e os lauréis a Campo Grande e ao *Sul*, no noticioso campo-grandense, como uma maneira de agradar os leitores de cada localidade aos quais se dirigia, diferenciando-os previamente.

Esses léxicos duais foram apropriados por vários historiadores universitários, tal como Jovam Vilela da Silva. Ao tratar academicamente acerca do desmembramento,

¹⁴⁶ RANGEL entregou ontem a Geisel a lei de divisão de Mato Grosso. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7316, capa, 28 jul. 1977.

¹⁴⁷ MATO Grosso do Sul, um estado viável. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7242, p. 07-08, 28 abr. 1977.

¹⁴⁸ *Ibidem*; CRÔNICAS do tempo - Do nascimento de Mato Grosso a epopéia de Cuiabá. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7643, p. 06, 17 abr. 1977; CRÔNICAS do tempo - O povoamento e o fluxo demográfico de Mato Grosso. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7613, p. 06, 28 jul. 1977.

utilizou a distinção dicotômica entre *Norte* e *Sul* mato-grossenses. Corroborando a perspectiva apontada por Lins, Jovam pautou-se em dados estatísticos, econômicos, geográficos, administrativos e demográficos, para embasar seus estudos. O capítulo: “Crescimento autônomo entre o norte e o sul”, no qual são feitas afirmações estereotipadas sobre qualidades “físicas e sociais de vocações econômicas e até de tradições históricas bastante diversas”, cuja posterior secção seria “uma consequência lógica”, exemplifica sua abordagem. Esta se intensificou no item: “As dicotomias entre o norte e o sul-mato-grossense” ao se defender “que as peculiaridades da evolução histórica mato-grossense levaram o Sul do Estado à aspiração separatista”¹⁴⁹. Por fim, houve a afirmação de que “tais características configuravam a existência de dois estados, havendo uma divisão de fato, anterior à de direito”¹⁵⁰.

Marisa Bittar igualmente utilizou os termos *Norte* e *Sul*, para designar os polos em que se encontravam Campo Grande e Cuiabá, e assinalar a atuação de agentes públicos com base neles¹⁵¹. Isso se deu “em razão de uma consensualidade entre os historiadores e por serem amplamente propagados pelos meios de comunicação”; “facilitar o entendimento” estava dentre os fins¹⁵². Quanto ao ano de 1977 e às indagações relacionadas ao desmembramento, a historiadora sustentou recentemente, que a redistribuição territorial do Brasil não pretendia atingir terras *economicamente* ocupadas, ou seja, aquelas tituladas juridicamente como de propriedade privada. A intenção do governo federal calcava-se na “ideologia desenvolvimentista” e na “obsessão da ditadura” de usar “áreas ‘desintegradas’”, como “parte de uma estratégia de desenvolvimento”, envolvendo “interiorização do país e integração nacional”, logo, sem respeito algum às demais territorialidades dos “povos tradicionais”¹⁵³. Para Bittar, a

¹⁴⁹ SILVA, Jovam Vilela da. *A divisão do Estado de Mato Grosso: (uma visão histórica – 1892 – 1977)*, p. 201, 208.

¹⁵⁰ FURLANETTO, Vera Lucia. Na arena do poder: disputas políticas e identitárias na discursividade midiática de agentes públicos, douradenses e campo-grandenses, na história da criação de Mato Grosso do Sul, em 1977, p. 273.

¹⁵¹ BITTAR, Marisa. *Sonho e realidade: vinte e um anos da Divisão de Mato Grosso*; BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*.

¹⁵² FURLANETTO, Vera Lucia. Na arena do poder: disputas políticas e identitárias na discursividade midiática de agentes públicos, douradenses e campo-grandenses, na história da criação de Mato Grosso do Sul, em 1977, p. 271.

¹⁵³ BITTAR, Marisa. O inesperado 1977: quarenta anos da criação de Mato Grosso do Sul, p. 227-228 (grifo do original). Em relação ao que foi estabelecido pelo Estado brasileiro como terras de ocupação sem fins econômicos e não integradas, bem como, o resultado das políticas daí advindas na descaracterização das territorialidades dos “povos tradicionais” em nível nacional e regional, respectivamente, indica-se a leitura de: LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade; PEREIRA, Levi Marques. A reserva indígena de Dourados: a atuação do Estado brasileiro e o surgimento de figurações indígenas multiétnicas. In: CHAMORRO,

seção de Mato Grosso foi “uma demanda regional [...] vinculada às elites políticas e econômicas sulistas” e “contrastava com os desejos do Norte”. Apesar de ter concebido a ação presidencial de cunho geopolítico, a autora postulou que o recorte trouxe consigo a “natureza ambígua que envolvia essencialmente o sentimento de pertencimento e outras questões de identidade”. Bittar, entretanto, inferiu que esse resultado não teria produzido “uma cultura divisionista”¹⁵⁴.

Outros autores como Nathália da Costa Amedi, Leonice Maria Meira e Vinícius de Carvalho Araújo, posteriormente, em suas produções historiográficas, no tocante a Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, também optaram por traçar o binômio excludente, *Norte versus Sul*, justificado em aspectos geográficos, políticos partidários e identitários. Amedi ao pesquisar “os discursos sensíveis sobre a modernização da cidade de Cuiabá, no período pós-divisão do Estado” seguiu tais premissas. Referenciou-se na “fala de políticos, membros do governo, jornalistas, acadêmicos e representantes de associações [...] locais”¹⁵⁵, para apontar a existência de divergências irreconciliáveis entre “setores sulistas” e a “elite dirigente nortista”. Concernente ao desmembramento, Amedi inferiu “que a potencialização das hostilidades emocionais entre as duas populações (norte e sul) criou um forte regionalismo no Estado” e “levou ao desenvolvimento de um ‘ressentimento’ na região norte”¹⁵⁶.

A autora relatou ainda a disputa “com os sulistas” e a moldura de “uma identidade nortista ressentida” dada no âmbito das narrativas¹⁵⁷. Isso teria ocorrido frente à necessidade de alguns “cuiabanos”, com a inesperada divisão, de renovarem a “antiga” capital e apontarem a via da Amazônia Legal, dentre os caminhos para o progresso e o desenvolvimento. Pois, a separação do *Sul* teria feito com que os moradores locais buscassem maior aproximação com o *Norte*, sendo este seu novo aparato para a modernização sob o slogan “modernizar para não estagnar”¹⁵⁸.

Lydia da Silva Guedes Galetti¹⁵⁹, por seu turno, já havia denunciado os ideais progressistas, desenvolvimentistas e modernizadores que estavam em evidência

Graciela; COMBÈS, Isabelle (orgs.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*.

¹⁵⁴ *Idem*, p. 242.

¹⁵⁵ AMEDI, Nathália da Costa. *A invenção da capital eterna: discursos sensíveis sobre a modernização de Cuiabá no período pós-divisão do estado de Mato Grosso (1977-1985)*, p. 01.

¹⁵⁶ *Idem*, p. 20-21.

¹⁵⁷ *Idem*, p. 66.

¹⁵⁸ *Idem*, p. 56.

¹⁵⁹ GALETTI, Lydia da Silva Guedes. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*.

mundialmente no século XX. Tais semânticas foram apropriadas e aplicadas em âmbito governamental pelas elites locais, que de certa forma podiam usar de sua autoridade seja por meio da política ou da escrita, para criarem uma versão de Mato Grosso e uma identidade regionalizada. Usava-se da retórica eurocentrada para se fomentar o alcance à “civilidade”, à qual se contrapunha a “selvageria”. Esse pensamento foi confrontado por estudiosos de várias áreas do saber, contudo, as inéditas perspectivas não ganharam capilaridade nos Institutos Históricos Geográficos e Academias de Letras, ao menos até o ano de 1977. Nestes recintos privilegiados se concentravam os intelectuais, que se propunham a delinear os saberes definidores do Brasil, de seus “confins” e de seus habitantes¹⁶⁰, reiterando estereótipos e preconceitos, invisibilizando, assujeitando e marginalizando parcelas da camada populacional.

Juntamente a esses ideais globalizantes estavam as diretrizes de expansão de fronteiras preconizadas e amparadas juridicamente pelo “Estado-Nação”, desde seu surgimento no “primeiro quarto do século XIX”¹⁶¹. Tais diretivas foram encampadas pelas forças armadas e vigoraram no país com maior intensidade após o golpe civil-militar de 1964. Com base nesses princípios, homogeneizavam-se as territorialidades e as vinculavam às ideias de vigilância, nacionalismo e soberania, latentes na conjuntura ditatorial. Esses parâmetros legais obedeciam a uma gerência de propriedade diádica, de “terras públicas e privadas”; estas últimas eram “presididas pela lógica capitalista e individualista”¹⁶², e as primeiras estavam associadas “diretamente ao controle da terra por parte do Estado”. Ambas compunham a “razão instrumental do Estado”¹⁶³ ligada à burguesia e à burocracia.

Por outro lado, essa regulamentação se contrapunha às demais territorialidades e à “razão histórica”¹⁶⁴ que embora subordinada à razão instrumental, se constituía a partir das distintas formas de propriedade social, incorporando alguns elementos de bens coletivos (sem tutela do Estado) e privados (com os bens pertencentes ao grupo)

¹⁶⁰ MENDES, Luís César Castrillon; *Publicar ou Arquivar?* A Revista do IHGB e a escrita da História Geral do Brasil (1839-1889); GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos*: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional; AMARILHA, Carlos Magno Mieres. *Os intelectuais e o poder*: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul.

¹⁶¹ LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade, p. 257.

¹⁶² *Idem*, p. 258-259

¹⁶³ *Idem*, p. 280

¹⁶⁴ A razão histórica é entendida como o “regime de propriedade comum, sentido de pertencimento a um lugar específico e profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva”, particularmente vivida pelos povos tradicionais e originários, e seu “conceito surgiu para englobar um conjunto de grupos sociais que defendem seus respectivos territórios frente à usurpação por parte do Estado-Nação e outros grupos sociais vinculados a este”. *Idem*, p. 280, 282.

mas fora do âmbito do mercado (como eram as extrativistas, ribeirinhas, indígenas, quilombolas, etc.). Porém, essas articulações, existentes e valorosas para parcela considerável da população, eram vistas como ameaças ao desenvolvimento e tachadas de marginais pelos centros de poder. Em 1977, mantinha-se o escopo de modernizá-las e explorá-las economicamente, produzindo dessa maneira resultados desastrosos, como será demonstrado adiante.

Esse viés foi abordado por Leonice Maria Meira ao pesquisar como o diário *O Estado de Mato Grosso* refletiu as ações dos militares no regime de exceção. Ao triangular imprensa, política e autoritarismo, Meira observou que Médici, em seu mandato de 1969 a 1974, visava um plano econômico brasileiro calcado no desenvolvimento, ao qual pretendia incluir a exploração da Amazônia e do Centro-Oeste. Por conseguinte, o “jornal, servia como mecanismo de interesses dos governantes do período tendo como intuito realizar seus objetivos” hegemônicos¹⁶⁵. Uma vez que “desde 1968 o governo federal se preocupou em executar ações que fossem favoráveis a uma integração nacional”, verificou-se “o discurso integracionista” impregnado no imaginário das elites locais, porquanto, “encarnava o desejo de uma produção capitalista contemporânea”, cuja “ocupação e expansão” eram planejadas¹⁶⁶. A dicotomia, *Norte versus Sul*, não foi o mote central na escrita de Meira, no entanto, ela trouxe nuances concernentes a coligações binárias por referenciar-se em Vinícius de Carvalho Araújo.

Araújo preocupou-se em “problematizar [...] a alternância entre os grupos [...] no comando político do Estado” e “compreender melhor o divisionismo em Mato Grosso, suas razões e implicações [...] para os dois Estados”¹⁶⁷. Foram incluídos na pesquisa “os últimos governos do pré-divisão (Pedro Pedrossian, José Fragelli e Garcia Neto)”¹⁶⁸. Além de discutir acerca da ascensão dos militares aos cargos no governo e suas interferências nas gestões locais e regionais, esse autor trouxe a heterogeneidade das falas de diversos políticos civis nas entrevistas por ele realizadas e acabou por reforçar as dualidades. Todavia, por mais que nesses relatos houvesse o esforço dos agentes públicos para estabelecer marcas distintivas das tipificações *sulistas* e *nortistas*, as

¹⁶⁵ MEIRA, Leonice Maria. *Um estudo sobre os reflexos das ações da ditadura militar através do jornal O Estado de Mato Grosso - (1964-1974)*, p. 42.

¹⁶⁶ *Idem*, p. 46-47.

¹⁶⁷ ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002)*, p. 05.

¹⁶⁸ *Ibidem*.

contradições em torno de tais dicotomias e as ambivalências não binárias se sobressaíram, embora Araújo as tenha desprezado.

Este autor, similarmente à Amedi, ainda atribuiu traços psicologizantes a pessoas e situações, e fez referências às redes de sociabilidades verificadas à época do desmembramento. Esses elementos nodais foram examinados, em certa medida, por Larissa Rodrigues Vacari de Arruda ao pesquisar as trajetórias, práticas e alterações institucionais das elites políticas de Mato Grosso no íterim de 1930 a 1964. Arruda constatou que “os atores, indiferentes ao local de nascimento, se uniram conforme seus interesses”, conseqüentemente, não pretendia tratar os mato-grossenses “como polaridades irreconciliáveis ou como se houvesse um antagonismo de ‘sulistas’ versus ‘nortistas’”. Adicionalmente, foi deduzido: o “próprio entendimento sobre a disposição das cidades que formaram o Sul, Norte e Centro mudava conforme o período”. Essas ilações fundamentavam-se no fato de “às vezes, os políticos de Corumbá e Paranaíba não se consideraram do Sul, embora, hoje as cidades pertençam ao estado de Mato Grosso do Sul”. Além disso, em uma crítica à historiografia, Arruda defendeu: “passados 41 anos da divisão de Mato Grosso, é necessário redimensionar os impactos [...] na política mato-grossense”. Para tanto, argumentou: os “grupos formados se uniram em torno de um objetivo comum desde a Primeira República e lutaram por estes interesses mútuos, apesar de questões e diferenças regionais”. O intuito era “reavaliar a influência do divisionismo” o que não significaria “ignorar o desejo pela separação, muito menos as diferenças entre regiões”¹⁶⁹.

Delaine Márcia Martinelli averiguou escritas temáticas que abordaram a criação de Mato Grosso do Sul, com vistas a traçar a identidade do sul-mato-grossense. Sua dissertação teve como aporte teórico-metodológico a semiótica francesa de Greimas. Martinelli discutiu a singularidade dos indivíduos acerca da atribuição de valores aos objetos, e propugnou a respeito do “percurso desencadeado pelo sujeito performático – geralmente caótico, porque instala o descontínuo”, bem como, sobre as manifestações de produção de sentido nos e pelos textos, contudo, reiterou a oposição entre “Norte” e “Sul”¹⁷⁰.

¹⁶⁹ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de mato grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 38.

¹⁷⁰ MARTINELLI, Delaine Márcia. *A gênese do estado de Mato Grosso do Sul: matizes de uma identidade - análise semiótica do Manifesto/Requerimento da Liga Sul-mato-grossense de 1934 e de textos jornalísticos veiculados em 1977*, p. 28.

Martinelli recaiu no entendimento de uma região como um bloco sólido, rompido pelos discursos de parcela da elite, que evocando aspectos étnicos, sociais, culturais e geográficos afirmariam a existência de “um estado de fato” antes de “um estado de direito”. Dessa maneira, a autora argumentou que “o mato-grossense do centro-norte e o mato-grossense do sul sempre estiveram separados” e de que “era apenas uma questão de tempo” para a criação de Mato Grosso do Sul¹⁷¹.

Constata-se: tanto Martinelli quanto Arruda, cada uma delas inserida em suas áreas de saber, Estudos da Linguagem e Ciências Políticas, respectivamente, embasaram parte de suas percepções nos historiadores e historiadoras aos quais referenciaram. Arruda, particularmente, se propôs romper com a dicotomia *Norte/Sul*, todavia, por não encontrar suporte historiográfico, acabou transitando entre o local de nascimento e de atuação para tipificar identidades¹⁷².

Semelhantemente, Danusa Santana Andrade em sua dissertação em Comunicação Social, corroborou o binarismo Cuiabá-Campo Grande, especificamente, ao investigar os diários OEMT e CE. Segundo Andrade, em relação ao divisionismo “os jornais [...] agiram naquele período no convencimento da opinião pública e da sociedade [...] assumiram a posição adotada pelos grupos hegemônicos de Campo Grande e de Cuiabá, respectivamente”¹⁷³.

Frente ao desafio de não fomentar tal dualidade, torna-se fundamental avançar em direção ao disruptivo, e pormenorizar, detalhar, esmiuçar e problematizar esses meios de comunicação enquanto empresas, bem como, as publicações do OEMT e do CE¹⁷⁴. Estas, ao noticiarem os desejos e quereres, apenas de alguns, de se diferenciarem por um signifiante “Sul” e formarem um novo Estado, em 1977, produziam uma educação informal, formatada em base elitista, colocando o restante da população em posição subalternizada a ela. Em razão disso, serão demonstradas as dissonâncias e consonâncias ocorridas em um mesmo espaço, independentemente das fronteiras forjadas sobre ele e das possíveis identificações que ele pudesse suscitar. Sobretudo, ao se traduzir as incoerências veladas se tentará desviar dos binarismos, nas críticas realizadas, e desestabilizar os locais proeminentes de apresentação e representação das

¹⁷¹ *Idem*, p. 25.

¹⁷² *Idem*; ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de mato grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*.

¹⁷³ ANDRADE, Danusa Santana. *A cobertura dos jornais Correio do Estado, de Campo Grande, e o Estado de Mato Grosso, de Cuiabá, na criação de Mato Grosso do Sul: uma análise de conteúdo*, p. 83.

¹⁷⁴ Com essa abordagem os periódicos serão utilizados, concomitantemente, como objetos e fontes deste estudo.

vozes ainda mais privilegiadas; cujos ecos, das pretensões de legitimidades e autorizações, ancorados em regionalismos, dicotomias e tipificações identitárias, eram usados para justificar a tendência à supremacia¹⁷⁵, possibilitados por uma rede de sociabilidades, conforme as averiguações a seguir.

1.2 – Ambivalência: a base da constituição e da construção do sujeito

As historiografias e as pesquisas das distintas áreas, acima apresentadas, trataram de temas que envolveram a secção do Estado e os periódicos, considerando a dualidade entre *sulistas* e *nortistas*, ou a oposição entre *Sul* e *Norte* (mesmo quando utilizadas sob o viés geográfico)¹⁷⁶. Entretanto, ao se aprofundar os estudos, as contradições acerca de tais tipificações apareceram. Os primeiros indícios vieram das editorações e estruturações dos dois jornais, nas quais foram observadas as conivências e conveniências entre eles, em 1977.

Quanto ao CE¹⁷⁷, percebeu-se uma escrita opinativa e *bairrista*, mais preocupada em ressaltar tópicos relacionados a Campo Grande. As informações de outros municípios eram trazidas com menor ênfase. Os teores sensacionalistas e policialescos se faziam presentes em todas as edições. Havia páginas destinadas aos esportes, especialmente ao futebol, e uma página inteira, fortuitamente uma e meia, reservada aos anúncios de variados tipos, incluindo *orações* e *correntes religiosas*. Quando as propagandas eram robustas, de maior porte, flutuavam pelas páginas do diário evidenciando a importância do cunho comercial para a empresa.

Já no OEMT¹⁷⁸, as opiniões e emissões de juízo de valor, tangentes aos temas tratados, ficavam restritas à capa e a um campo de mais ou menos 1/8 da folha, sob o título “Editorial”, geralmente alocado na página 06¹⁷⁹. Havia um planejamento visual na apresentação do impresso, melhor trabalhado e padronizado do que no CE. A redação impunha uma tônica cosmopolita ao pautar outros países: Alemanha, França, Itália, Japão, Rússia, etc. A pretensão de tornar o leitor próximo aos assuntos do exterior foi

¹⁷⁵ Os termos: supremacista, supremacismo e supremacia, serão utilizados nesta tese em sentido amplo, não restritos à sobreposição *racial*.

¹⁷⁶ FURLANETTO, Vera Lucia. Divisão territorial de Mato Grosso: as representações midiáticas e as disputas políticas.

¹⁷⁷ Mais detalhes sobre a estruturação do jornal *Correio do Estado* podem ser verificados em FURLANETTO, Vera Lucia. *Mato Grosso do Sul: Sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio Do Estado*, p. 23-26.

¹⁷⁸ ANDRADE, Danusa Santana. *A cobertura dos jornais Correio do Estado, de Campo Grande, e o Estado de Mato Grosso, de Cuiabá, na criação de Mato Grosso do Sul: uma análise de conteúdo*.

¹⁷⁹ Após 19 de agosto o jornal deixou de apresentar a coluna “Editorial” e passou a incluir a escrita opinativa e voltada à autopropaganda em outras páginas, em meio às mais variadas notícias.

explicitada no dia 24 de maio, com os dizeres: “O mundo ao seu alcance”¹⁸⁰. Por conseguinte, eram abordados o cinema, o teatro e a literatura, nacionais e internacionais, enquanto no CE era disponibilizada uma lista de livros locais vendidos por sua livraria para a divulgação desta¹⁸¹. No OEMT se difundiam os lançamentos e se fazia sugestões de leitura, como ocorreu com a obra de Michel Foucault, “História da Sexualidade”¹⁸² e “O Alienista”, de Machado de Assis, publicado na Itália¹⁸³.

No diário cuiabano não se investia tanto em fotografias, havia menos propagandas do que no CE e não se destinava páginas específicas para anúncios. A maior atenção municipal voltava-se a Cuiabá. Isso se dava na folha 05 ou 06, habitualmente, sob o título “A cidade dia a dia” o qual trazia textos curtos, em torno de seis linhas cada, dispostos em duas colunas, em um quadrado pequeno que ocupava de 1/8 a 1/4 da página. Nesse recorte, tratavam-se de vários assuntos, ao menos cinco diferentes, com subtítulos de palavra única. O espaço nomeado “Sociedade” continha as trivialidades ou eventos do estrato citadino mais abastado financeiramente.

Havia edições que destinavam metade da última página para artigos, em série, do “Professor Pedro Jucá” abordando conhecimentos gerais, usando metade dela. Uma pequena amostra foi o do dia 10 de janeiro, com considerações sobre Ruffié, professor do *Collège de France*, discutindo como a vida coletiva e a cultura ultrapassavam questões biológicas e da natureza em prol da continuidade da espécie humana¹⁸⁴. No jornal cuiabano se primava pelo refinamento intelectual. Desse modo, percebeu-se o tratamento dispensado às etnias pelo noticioso; valorizava-se o europeu e as concepções políticas, econômicas e intelectuais em níveis: internacional, nacional e local, das elites.

Nesse periódico havia republicações da imprensa de Corumbá, Dourados, Três Lagoas e Campo Grande com maior recorrência. Fazia-se similarmente em relação aos distintos entes federativos e às agências nacionais e internacionais. Colocavam-se em pauta alguns municípios, independentemente da localização geográfica. Em 23 de novembro, com o número 7808, passou a incluir na última página a coluna chamada

¹⁸⁰ O MUNDO ao seu alcance. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7672, p. 06, 24 maio 1977.

¹⁸¹ LIVROS Matogrossenses. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7201, p. 03, 09 mar. 1977.

¹⁸² SEXUALIDADE: Nossa civilização é a “Maioral”. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7559, p. 05, 04 jan. 1977.

¹⁸³ PUBLICADO na Itália “O Alienista” de Machado de Assis. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7563, p. 05, 08 jan. 1977.

¹⁸⁴ MELHOR aproveitamento do cérebro na educação. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7565, p. 10, 10 jan. 1977.

“Interior”, trazendo notícias de várias outras cidades, ocasionalmente citando o veiculador da mensagem original¹⁸⁵.

No entanto, o que chamou mais atenção foi o alinhamento do OEMT ao CE. Muitas notas eram recorrentemente republicadas pelo impresso cuiabano, e em menor escala o contrário também acontecia. Matérias que abordavam o futebol e contrapunham as torcidas, os times, os jogadores, os técnicos e os juízes, eram frequentes. Nesses cadernos esportivos, desde o início do ano de 1977, apareciam rivalidades tendentes a regionalidades, preponderantes nesse campo até o mês de março. Foi em tal seção que primeiro se mencionou, naquele ano, uma oposição entre Campo Grande e Cuiabá, ou *Norte e Sul*, mesclada dentre tantas outras, e nem por isso deixou de circular por aquelas localidades.

Seguindo a esteira das afinidades, ambos os noticiosos nos primeiros meses do ano foram elogiosos a Garcia Neto e, em meio às polêmicas envolvendo seu nome e de sua família, faziam defesas ao governador¹⁸⁶. Simultaneamente, nos dois jornais eram trazidos anúncios das empresas “financeira”. No OEMT a insígnia “GRUPO financeira” referenciava informes como os de plantões farmacêuticos¹⁸⁷, aparentando uma presença banal e desprestigiada. Já no CE, a “financeira imobiliária s.a” anunciava seus serviços de “construções, financiamentos imobiliários, administração de imóveis, corretagem de imóveis, assessoria imobiliária, concessões de loteamentos e avaliação de imóveis”¹⁸⁸, deixando explícitos os negócios praticados.

Não obstante, ainda na pesquisa inicial, quando se procurava traçar a gênese do OEMT, ficaram nítidos os vínculos políticos e institucionais entre empresários e alguns agentes públicos. A formação de coalizões entre pessoas interessadas na estrutura administrativa e financeira do Estado, com arranjos na esfera econômica, foi observada desde a sua inauguração. Ao analisar a trajetória do OEMT verificou-se que seu primeiro exemplar é de agosto de 1939. O veículo de comunicação foi instalado em Cuiabá sob a direção do periodista “Archimedes Pereira Lima” e gerência de “Gabriel Martiniano de Araújo”. Sua “sucursal” era no “Rio de Janeiro” e o posto de diretor era

¹⁸⁵ INTERIOR. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7808, p. 10, 23 nov. 1977.

¹⁸⁶ ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002)*, p. 139, 150, 152, 227.

¹⁸⁷ GRUPO financeira informa farmácias de plantão para hoje. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7687, p. 10, 12 jun. 1977.

¹⁸⁸ FINANCIAL imobiliária s.a. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7201, p. 03, 09 mar. 1977. A grafia em minúsculo fazia parte do *marketing* da empresa.

exercido pelo “doutor Francisco Rodrigues”¹⁸⁹. Lima era o responsável pelo Departamento de Imprensa e Propaganda de Mato Grosso e em notícia daquela primeira edição afirmou que Júlio Strübing Müller (interventor Federal em Mato Grosso, filiado ao Partido Republicano Progressista, PRP) e João Ponce de Arruda (cunhado de Müller e governador, em 1956, pelo Partido Social Democrático, PSD) eram padrinhos e patronos do periódico.

A despeito daqueles periódicos serem pensados sob a tônica hegemônica desde a sua fundação¹⁹⁰, as publicações oportunamente soavam populares, em nome do desenvolvimento e do progresso local. Esses motivos alertam para a percepção de que apesar dos princípios de imparcialidade e objetividade serem discursos preconizados pelo jornalismo, forjava-se uma concepção de sociedade que correspondesse à linha editorial e fosse tida como a única possível de existir. Ao compreender a idealização dos veículos de comunicação por seus leitores como a porta-voz de uma fala autorizada, tornou-se fundamental estar alerta à falsa ideia de pretensa neutralidade e à necessidade de se fazer uma leitura crítica dos mesmos¹⁹¹. Por se entender os impressos como difusores de ideologias a serviço da corporação a que pertencem, foi imprescindível examinar os lugares sociais ocupados pelos sujeitos fundadores dos noticiosos, principalmente porque “no mundo político de maneira geral [...] a narrativa aí manifestada está intimamente ligada ao poder e, por conseguinte, à manipulação”. Dessa forma, “as mídias são utilizadas pelos políticos como um meio” para engendrar a “opinião pública”¹⁹².

Naquele primeiro exemplar havia ainda uma fotografia do interventor ao lado do diretor na inauguração da sucursal. As negociações entre público e privado que permeavam a imprensa ficaram expressas no texto de autoria de Archimedes, no qual explicitou “sua aliança com o governo e, conseqüentemente, a aliança do jornal com o poder constituído”¹⁹³. Ao longo do tempo no OEMT a administração teria se alternado, iniciou com Archimedes, após foi passada a Alcy Pereira Lima, depois a Otávio Costa e, posteriormente, para Pedro Rocha Jucá que o teria transformado na primeira empresa

¹⁸⁹ *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 0001, capa, 27 ago. 1939.

¹⁹⁰ Sobre o histórico do Correio do Estado ver FURLANETTO, Vera Lucia. *Mato Grosso do Sul: sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio do Estado*, p. 30-31.

¹⁹¹ DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos.

¹⁹² CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*, p. 17.

¹⁹³ ANDRADE, Danusa Santana. *A cobertura dos jornais Correio do Estado, de Campo Grande, e o Estado de Mato Grosso, de Cuiabá, na criação de Mato Grosso do Sul: uma análise de conteúdo*, p. 75.

jornalística mato-grossense e exercido a gerência por aproximadamente 25 anos¹⁹⁴. No ano de 1977, Jucá era também redator-chefe.

Em busca de pormenores sobre os proprietários do OEMT, uma vez que esses não constavam no expediente¹⁹⁵, foi necessário ampliar o estudo. Primeiramente rastreou-se o nome e foi encontrada a versão atual *on-line* no endereço “<https://oestadomatogrosso.com.br/>”, sob a direção geral de Geandre Frank Latorraca¹⁹⁶. Ao se procurar pelo histórico nesse *site*, uma matéria datada de 17 de junho de 2019 trazia declarações de Júlio Campos¹⁹⁷ relatando que o Grupo Futurista de Comunicação, de sua família, proprietária de veículo de rádio e televisão em Cuiabá, comprara a empresa, em 1985. A venda teria ocorrido porque “o diário era mantido por um grupo [...] que fomentava a região de Campo Grande [...] com a divisão do Estado, os políticos perderam o interesse de manter o jornal, uma vez que levaram sua liderança [...] para Mato Grosso do Sul”. Por motivos de mais desavenças, nos anos 2000 houve o seu encerramento e o retorno de suas publicações ocorreu somente em 2019 depois de quase 20 anos fechado¹⁹⁸.

Em face desse emblemático registro, em um segundo momento, foi realizada uma busca simples pela razão social “Editora Cuiabá LTDA – CGC: 03.469.780-0001”, descrita no expediente do periódico, em 1977, e verificou-se o cadastro vigente. A averiguação foi refeita em 11 de maio de 2023 e constatou-se que está ativa, mantém o nome e está inscrita sob o CNPJ - 03.469.780/0001-01, “com sede em Cuiabá, MT, possui 56 anos, 1 mês e 13 dias e foi fundada em 28/03/1967 [...] sua principal atividade econômica é Edição Integrada À Impressão de Jornais Diários”. *Jornal O Estado de Mato Grosso* ainda é apresentado como seu nome fantasia (nesses sites), sua última situação cadastral foi alterada em 2005, sua natureza jurídica é de “sociedade empresária limitada” e a modificação por parte do portal “Informe Cadastral”, ocorreu

¹⁹⁴ *Ibidem*.

¹⁹⁵ No *sítio, on-line*, da Biblioteca Nacional estão disponíveis vários exemplares do OEMT. As edições de 1939 a 1979 estão completas. Não constam as publicações de 1980 a 1984 e após esse intervalo pode-se consultar as de 1985. (Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098086&pagfis=2>. Acesso em: 06 jul. 2020). Mais informações puderam ser adquiridas nas plataformas digitais de pesquisa, como o Google.

¹⁹⁶ Disponível em: <https://oestadomatogrosso.com.br/>. Acesso em: 28 set. 2020.

¹⁹⁷ Júlio Campos governou Mato Grosso de 1983 a 1986; quando estava fora do executivo atuava no legislativo; atualmente exerce a função de deputado estadual em MT.

¹⁹⁸ 80 ANOS de história - O Estado de Mato Grosso recebe as boas vindas de Júlio Campos. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, *on-line*, n. 01, p. 03, 17 jun. 2019. Afirmar como essas de Júlio Campos, que tipificam grupos como fomentadores de apenas uma região específica, e suas contradições serão problematizadas ao longo deste escrito.

em 18 de abril de 2023. Atualmente tem por sócio administrador Júlio José de Campos e Isabel Coelho Pinto de Campos¹⁹⁹.

Esses dados não mudaram nas pesquisas feitas em 2020 e 2023, no entanto, neste último ano o endereço “<https://oestadomatogrosso.com.br/>” foi desativado e em seu lugar entrou “<https://www.estadaomatogrosso.com.br/>”. Este *site* foi indexado pelo *Google* em fevereiro de 2020, conforme a plataforma. Ao abri-lo, constatou-se certo apagamento de seu histórico factual e simbólico; o nome fantasia “Estadão de Mato Grosso”, usado desde 06 de junho de 2022, se distancia do antigo e almeja uma aproximação com a mídia paulistana. Nas versões impressas, ali disponibilizadas, em ícone menor e quase ao fim da página, se tem acesso apenas aos exemplares a partir de 17 de junho de 2019, ainda com a nomenclatura “O Estado de Mato Grosso”. Desde 17 de junho de 2021 constou no cabeçalho da capa, do lado esquerdo superior, “2 anos ESTADÃO MATO GROSSO”. A cada ano se altera a somatória; hoje em dia se indica “3 anos ESTADÃO MATO GROSSO”, contudo, a direção geral se encontra sob a gestão de Geandre Frank Latorraca²⁰⁰.

Em acesso à aba “edições anteriores” há a publicação que trata Júlio Campos como o “‘antigo dono’ da marca”. Asseverava-se: “quase 20 anos depois, outro grupo empresarial surge com a ideia do novo lançamento do Jornal O Estado de Mato Grosso, que passa a ser o diário mais antigo da história”. Evocavam-se os oitenta anos de história e, questionavelmente, se tentava disfarçar os laços políticos²⁰¹.

Ao que parece o apagamento e a manipulação de dados, sentidos e informações foi facilitada pelos meios digitais, ações essas que deixam a nós historiadores em alerta. Entretanto, essa estratégia de tentar esconder a rede de agentes que atua nos bastidores dos periódicos e os integra não é nenhuma excepcionalidade. Múltiplas variantes sustentavam a estrutura midiática; e dentre elas destacavam-se a busca pela extensão do público consumidor e as relações intelectuais, econômicas e políticas. Ademais, a personificação das instituições, públicas ou privadas como a imprensa, faz com que se esqueça das redes de sociabilidades, da contextualidade e da historicidade dos indivíduos que as compõem. Por conseguinte, os assujeitamentos dispensam as responsabilidades e implicam em simplificações, ao colocarem os veículos de

¹⁹⁹ Editora Cuiabá LTDA – situação atual. Disponível em: <https://www.informecadastral.com.br/cnpj/editora-cuiaba-ltda-03469780000101>. Acesso em: 11 maio 2023.

²⁰⁰ EXPEDIENTE. *Estadão Mato Grosso*. Cuiabá/MT, on-line, 11 maio 2023(grifo do original)..

²⁰¹ 80 ANOS de história - O Estado de Mato Grosso recebe as boas vindas de Júlio Campos. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, on-line, n. 01, p. 03, 17 jun. 2019 (grifo do original).

comunicação como entes abstratos que tudo podem, como se fosse possível suas existências sem ingerência direta de determinadas pessoas.

Estudos anteriores mostram as dificuldades em seguir os fios que tecem essas tramas. Na dissertação de Araújo²⁰² houve menção ao OEMT ter pertencido a Lúdio Coelho e seu cunhado Rachid Saldanha Derzi, políticos e empresários atuantes em várias esferas e municípios, não só em Mato Grosso, mas também em outros estados²⁰³. Ao descrever a entrevista com Julio Campos, posterior proprietário, o autor não especifica a data em que se teria dado a compra ou a continuidade dos primeiros no empreendimento. Todavia, pelo contexto da escrita, Campos estaria se referindo ao pleito de 1965, no qual Lúdio havia concorrido como candidato ao governo estadual.

Meira não explicitou a mudança de titularidade para Pedro Rocha Jucá, nos anos 60, mas o citou como gestor exclusivo²⁰⁴. Já Andrade afirmou: “o fato de um proprietário de jornal ocupar (mesmo após o fechamento [...]) um cargo político [...] revela nuances de que poderia haver ligação [...] com algum grupo” com resquícios oligárquicos “durante a sua permanência” no periódico²⁰⁵.

Logo, foi necessário ampliar as fontes²⁰⁶. No que tange ao OEMT, verificou-se que em 19 de março de 1957, foi protocolado pelo 6º tabelião, Joaquim Francisco de Assis, em Cuiabá, o contrato de constituição da Editora Cuiabá LTDA – CGC: 03.469.780-0001²⁰⁷, com objetivo de editar, imprimir, vender, distribuir e divulgar “O Estado de Mato Grosso”. Outro fim descrito era o de “exercer atividades correlatas ao ramo de artes gráficas” que incluía “negócios de publicidade, assinaturas, venda avulsa, propaganda [...] impressão em geral do jornal ou de livros próprios ou de terceiros,

²⁰² ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002)*, p. 62.

²⁰³ As atividades exercidas por esses sujeitos e seus familiares serão abordadas no decorrer desta escrita. Mais detalhes serão apresentados no quarto capítulo.

²⁰⁴ MEIRA, Leonice Maria. *Um estudo sobre os reflexos das ações da ditadura militar através do jornal O Estado de Mato Grosso - (1964-1974)*, p. 15.

²⁰⁵ ANDRADE, Danusa Santana. *A cobertura dos jornais Correio do Estado, de Campo Grande, e o Estado de Mato Grosso, de Cuiabá, na criação de Mato Grosso do Sul: uma análise de conteúdo*, p.76-77.

²⁰⁶ Ressalta-se que a seleção do material foi realizada no íterim da pandemia mundial de Coronavírus (COVID-19), resultando no acesso a serviços digitais. Outro fator a destacar foi o alto custo financeiro para a aquisição de documentos, em virtude de vários dados não serem abertos e gratuitos. Por isso, ao se recorrer às Juntas Comerciais de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, tornou-se imperativo uma escolha mínima e assertiva dos arquivos. Por não ter sido encontrado nenhum registro específico do ano de 1977, optou-se por aqueles que pudessem fornecer o melhor panorama histórico sobre a composição das empresas naquele período. Malgrado esses empecilhos, foi possível esmiuçar, ao menos em partes, a rede de sociabilidades envolvidas nas instituições midiáticas aqui examinadas.

²⁰⁷ Com o advento do CNPJ o número mudou somando-se apenas o dígito 01 ao código original; isso foi verificado no Contrato Social da empresa *Editora Cuiabá LTDA - CGC (CNPJ) – 03.469.780-0001* e nos demais aditivos.

cartazes, folhetos”. Compunham a firma, Pedro Paulo Bocayuva Bulcão, com 485.000 em cotas, Ilda Cocco, 485.000, Sérgio Camongia, 15.000, Djalmar da Costa Bessa, 15.000. Os quatro totalizavam 1.000.000 de cruzeiros (moeda da época) de capital social.

Na primeira alteração contratual, ocorrida em 14 de junho de 1969, constava o valor de 30.000 cruzeiros novos e uma configuração distinta dos membros. Pedro Paulo Bocayuva Bulcão, com 48 quotas; Arídio Orestes Marinho, 48 e Itálio Coelho, Wilson Coelho, Hélio M. Coelho, Edimar Pinto Costa, José Cândido de Paula, Antonio Barbosa de Souza, Eudeter Martins Coelho, Adelaide Martins Coelho, Maria Leonor Coelho Miranda, com 2.166 cada. Rachid S. Derzi e Lúcio Martins Coelho, 2.815 cada. Magno Martins Coelho aparentava ser o segundo a ter o maior quinhão com 2.634. Todos foram enumerados com profissões que designavam suas posições sociais, como advogados, médicos, veterinários, dentistas, comerciantes e fazendeiros. A última sócia listada era Carminda Póvoas Jucá, com 2.146, exercendo “lides domésticas”²⁰⁸.

Com isso, percebeu-se que não só Lúcio e Derzi compuseram o OEMT, mas sim, que se tratava de uma empresa de cunho familiar. Dos 12 irmãos²⁰⁹, descendentes de Laucídio Coelho e Lúcia Martins Coelho, oito estavam no diário, mais o cunhado Derzi casado com Edviges Coelho Derzi (que não constava no contrato naquele momento). Além deles, seguindo a lógica de parentesco, a esposa de Pedro Rocha Jucá. Assim, a família Coelho possuía majoritariamente as cotas do OEMT.

Em 24 de dezembro de 1973, o capital social foi alterado para 325.000 cruzeiros²¹⁰ divididos proporcionalmente em 25.000 para cada um dos treze membros. Da composição anterior saíram Pedro Paulo Bocayuva Bulcão, Arídio Orestes Marinho, Edimar Pinto Costa e no lugar deste foi acrescentada Lurdes Coelho Costa. Pela configuração familiar do jornal, pode-se deduzir que caso não houvesse laço matrimonial, ou de qualquer linha parental, entre Lurdes e Edimar, este poderia ser seu procurador. Isso pode ser pensado concomitantemente em relação a José Cândido de

²⁰⁸ Os contratos sociais e suas alterações foram acessados *on-line* no site da Junta Comercial de Mato Grosso, <http://www.jucemat.mt.gov.br/>, mediante pagamento de taxas referente à “Certidão Inteiro Teor”.

²⁰⁹ Lúcia Martins Coelho teve 12 filhos: Adelaide Martins Coelho, nascida em 1912; Eudeter Martins Coelho, nascida em 1915; Itálio Coelho, nascido em 1918; Wilson Coelho, nascido em 1919; Edviges Martins Coelho, nascida em 1921; Lúcio Martins Coelho, nascido em 1922; Magno Martins Coelho, nascido em 1924; Hélio Martins Coelho, nascido em 1926; Lurdes Martins Coelho, nascida em 1927; Leonor Maria Coelho e Maria Leonor Coelho, nascidas em 1931 e Lacy Coelho, nascida em 1933. Conforme informação disponível em: <https://sites.google.com/site/jornalluciamartinscoelho/home/1-semester/matematica>. Acesso em: 14 fev. 2023.

²¹⁰ Observou-se em poucos anos a mudança de moedas no país.

Paula, e Antonio Barbosa de Souza e as outras irmãs. Porém, nas pesquisas não foram encontrados documentos ou informações que comprovassem essas suposições. Nesse arranjo, Jucá teria, por meio de sua consorte, em torno de 7,6% do total.

Derzi era o diretor e apenas em 13 de maio de 1975 outorgou poderes, via procuração, para que Jucá gerisse e administrasse o diário em seu nome. No dia 29 de dezembro de 1976, registrou-se o aumento do capital para 650.000 cruzeiros, repartidos igualmente pelos integrantes anteriores. Essas alianças, independentemente dos propósitos e intenção com que foram traçadas, não permitem afirmar que OEMT era *sulista* ou comandado por *sulinos*. As ambivalências e as contradições, bem como, os fluxos desses sujeitos pelo território nacional naquela época, mostraram-se mais contundentes do que uma identidade regional *sulina*.

Quanto ao CE, autoras referenciadas em estudos anteriores²¹¹, Isabela de Fátima Schwengber e Danusa Santana Andrade, traçaram inicialmente seu histórico. Schwengber, com base em publicações desse impresso em 2004, escreveu que o grupo de formação inicial, que contava com Fernando Corrêa da Costa, José Manuel Fontanillas Fragelli e José Inácio da Costa Moraes, não permaneceu na titularidade após 1960. Porquanto, Corrêa da Costa “e os deputados e partidários da UDN responsáveis pela sustentação econômica do jornal deixaram de financiá-lo”, com exceção de José Inácio da Costa, tido como principal acionista. José Barbosa Rodrigues seria o gerente naquele período e “alguns anos depois [...] adquiriu a parte [...] que não era sua e tornou-se o único proprietário”²¹². Andrade, ao que lhe dizia respeito, repetiu as assertivas de Isabela e elencou José Barbosa Rodrigues como idealizador do CE “um dos jornais mais antigos [...] de Mato Grosso”²¹³.

Já Línive de Albuquerque Correa levantou a hipótese da compra da empresa por José Barbosa Rodrigues ter “ocorrido cerca de dois anos após o seu ingresso no periódico”, de modo que “em julho de 1956” já seria apresentado “como diretor-proprietário”. Dentre os acionistas, foram destacados o “comerciante português José Inácio da Costa Moraes” e o “negociante cuiabano Roberto Brunini, sócios fundadores e maiores cotistas do empreendimento”. Teriam sido as várias ameaças de falência que

²¹¹ FURLANETTO, Vera Lucia. *Mato Grosso do Sul: sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio do Estado*.

²¹² SCHWENGBER, Isabela de Fátima. *Representações do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul (1995 a 2000)*, p. 52-53.

²¹³ ANDRADE, Danusa Santana. *A cobertura dos jornais Correio do Estado, de Campo Grande, e o Estado de Mato Grosso, de Cuiabá, na criação de Mato Grosso do Sul: uma análise de conteúdo*, p. 12, 68.

teriam levado Brunini a se desinteressar e vender “sua participação a José Barbosa Rodrigues. No entanto, José Inácio Moraes permaneceria” com maior parcela. Além disso, a autora inferiu que salvo as dúvidas quanto à estipulação de “uma data para estes acontecimentos” havia o entendimento de “terem se realizado tais transações em fins da década de 1950”²¹⁴.

Os consensos e dissensos encontrados nesses textos induziram à investigação do contrato social da “Empresa Correio do Estado Limitada”, ICGMF (CNPJ) – 03232071/0001-08. Inscrito, em 27 de dezembro de 1953, no órgão correspondente à Junta Comercial, o CE apresentava 53 sócios. Cada quota correspondia a 1.000 cruzeiros da época e havia membros com apenas uma ou até três e as variações chegavam a 300, totalizando o Capital Social de 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros). Dentre aqueles com maiores valores sublinham-se José Inácio da Costa Moraes com 50.000,00; José Fragelli, 50.000,00; Fernando Augusto Corrêa da Costa, 100.000,00; Itálvio Coelho, 50.000,00; Rachid Saldanha Derzi, 20.000,00; Laucídio Coelho, 100.000,00 e Casa Bancária Financeira Imobiliária S.A., 300.000,00²¹⁵.

Na mesma data, foi registrada a primeira ata relatando a eleição do Diretor Presidente, José Fragelli e Diretor Gerente, Antonio de Arruda Marques. Os honorários foram estipulados em 2.000,00 e 5.000,00 cruzeiros, respectivamente. O veículo contava também com um Conselho Administrativo formado por 03 cotistas, sem ganho financeiro, que junto com os dois primeiros cargos geririam o periódico. Dentre as responsabilidades, o Diretor Presidente ficou incumbido particularmente de fornecer as orientações gerais da administração, dirigir o escritório e a contabilidade da firma, emitir cheques (assinados em conjunto com o diretor gerente), dar recibos e quitações. Já o Diretor Gerente promoveria e dirigiria os serviços da parte comercial do jornal, das oficinas e da livraria – papelaria; adquiriria (“sempre em harmonia com o diretor presidente”) os materiais necessários ao funcionamento, como “máquinas, aparelhos, acessório e produtos” que ficariam sob “sua guarda e imediata fiscalização”²¹⁶.

Em 07 de janeiro de 1954 foram protocoladas em cartório as firmas das assinaturas de todos os membros, e em tal data a empresa foi designada em fase de

²¹⁴ CORREA, Línive de Albuquerque. *Grupo Correio do Estado, de jornal a conglomerado midiático (1954-1980)*, p. 35, 66, 67, 78.

²¹⁵ Contrato Social da *Empresa Correio do Estado Limitada*. ICGMF (CNPJ) – 03232071/0001-08 e demais aditivos. Em 28 de março de 1969 houve a solicitação de registro na Junta Comercial, porque a Sub-Inspetoria Comercial de Campo Grande fora extinta em 02 de fevereiro de 1958, desse modo ocorreu a revisão de arquivos da empresa e o registro dos documentos transcritos em livro foi finalizado em 22 de novembro de 1973.

²¹⁶ *Ibidem*.

instalação e sem filiais. Naquele mesmo dia, foi publicada a primeira edição. Na segunda ata, de 10 de fevereiro de 1955, foi descrito que, em 16 de janeiro daquele ano, Antonio de Arruda Marques pedira exoneração do cargo, o qual foi assumido desde janeiro por José Barbosa Rodrigues, que exercia a função de Redator-Chefe por determinação de Fragelli. Frente ao ocorrido, Rodrigues foi eleito, unanimemente na ocasião, para o exercício definitivo de Diretor-Gerente, com vencimento de 5.000,00, mais 2.000,00 de pró-labore em fevereiro, março e abril; passando a 3.000,00 em maio, junho e julho, e 5.000,00 de agosto em diante, totalizando ganho mensal, a partir daquele mês, de 10.000,00 cruzeiros²¹⁷.

A terceira ata não foi redigida por falta de *quorum*. Na quarta, e última ata registrada, datada de 31 de julho de 1956, relatou-se o pedido de exoneração do cargo de Fragelli, em 17 daquele mês. Na data da reunião, Fernando Augusto Corrêa da Costa assumiu a função e José Barbosa Rodrigues foi reeleito como Diretor-Gerente. Frente à ampliação das atividades e “depois de estudadas minuciosamente as necessidades da empresa [...] resolveram os sócios presentes por unanimidade, que o capital social” seria aumentado de 1.200.000,00 para 3.000.000,00 de cruzeiros. Para tanto, “a diretoria” estava “autorizada a tomar as providências [...] necessárias”. Mencionou-se o fato de alguns aquinhoados deverem o total de 60.000,00 no ano de 1955, ficando a cargo de Rodrigues a cobrança e em caso de não pagamento se deveria cancelar os cotistas²¹⁸.

Somente em dezembro de 1965, foi juntado o aditivo contratual com a enumeração de alguns sócios e as quotas integralizadas. Dos 3.000.000 foi apresentada a composição de 1.200.000, divididos por 58 empreendedores, dentre os quais estavam José Barbosa Rodrigues com 115.000 e Brunini com 100.000. Em outro rol eram apresentadas as aquisições que somariam 903.000, dentre as quais estavam 273.000 de José Inácio da Costa Moraes, 30.000 de Itálvio Coelho, 115.000 de Fernando Augusto Corrêa da Costa, 239.000 de José Fragelli. Estes estavam também inscritos nos 1.200.000, com as mesmas parcelas anteriormente descritas. Já a relação, ao que diz respeito aos 897.000, ficou de ser anexada posteriormente, porém não consta nos protocolos. Por fim, tem-se a informação de que o valor pago em 1965 para cadastrar o aditivo foi de 18.000,00 cruzeiros²¹⁹.

²¹⁷ *Ibidem*. Se esse valor fosse transformado integralmente em cotas corresponderia a somente 10. No entanto, Barbosa figuraria só mais tarde entre os sócios.

²¹⁸ *Ibidem*.

²¹⁹ *Ibidem*.

Dessa forma, com o aditivo observou-se a inclusão de Rodrigues e Brunini na sociedade, perfazendo, cada um, em torno de 9% do total do capital, e o aumento da participação de José Inácio da Costa Moraes, totalizando 323.000. Moraes em um primeiro momento pareceu ter a maior porcentagem. Todavia, ao se pensar a distribuição em termos familiares, semelhantemente ao OEMT, pela lista apresentada pode-se argumentar que Fragelli e Fernando Corrêa teriam o maior percentual, porque em 1965 somavam juntos 504.000²²⁰. Ademais, naquele ano, Itálvio, Lúdio e Derzi também eram sócios do CE, além disso, a Casa Bancária Financial Imobiliária S.A. que em 1953, tinha o maior número de cotas, 300.000, compartilhava ações com a família Coelho²²¹, desse modo, se assim se mantivesse, somariam naquela oportunidade 500.000²²².

Permaneceu a incógnita sobre as 897.000 quotas não enumeradas, dentre as quais poderia estar a parcela da Casa Bancária. Cronologicamente a próxima inserção na Junta Comercial data de 1981, com o comunicado da mudança de endereço da sede. Se por um lado esses documentos são apenas fragmentos e podem não traduzir a composição do veículo em 1977, nem designar a real propriedade pela falta de aditivos depois de 1965, e ainda pela inserção nos registros comerciais serem falhos ou postergados pelos próprios empresários, por outro, dão indícios dos laços sociais e dos circuitos de afetos formados nesses recintos privilegiados. Porquanto, no ano da divisão, Fragelli, os Coelhos e o Grupo Financial eram figuras constantemente mencionadas no CE.

A tentativa dos políticos em ocultar o seu envolvimento com a imprensa desmorona ao se investigar a estrutura dos noticiosos, sobretudo, por aqueles sujeitos atuarem em várias frentes, independentemente da região. Essa era manifestada nos interesses mais imediatos, nas necessidades tangenciais e nos trânsitos entre impermanências e retornos, repetições e negações, identificações e diferenciações resultantes em grande medida de laços econômicos, familiares ou de amizades.

Ressalta-se que a instituição do diretor ou do redator-chefe dos jornais era lembrada aos leitores, diariamente por meio do expediente, como uma estratégia de produção de sentido ao sugerir que haveria *independência* editorial. Esse era um ritual proposital de mostrar, por um lado a quem deveria ser direcionada a atenção, as críticas

²²⁰ *Ibidem*. Fragelli era casado com a sobrinha de Fernando Corrêa.

²²¹ *Ibidem*. O histórico dessa empresa será discutido à frente.

²²² *Ibidem*.

e a responsabilidade sobre a gramática ali produzida, pois os fixava simbolicamente e regionalmente, por outro, buscava disfarçar a proximidade e a ingerência direta daqueles não mencionados como proprietários e escondidos atrás de uma equipe de funcionários, mas recorrentemente publicizados.

Quanto mais afastados os agentes públicos se mostrassem da produção midiática e mais fossem citados nela parecendo tal alusão ocorrer espontaneamente, maior era a sagração e a legitimação dada a seus nomes. Os atos, supostamente, alheios àquelas empresas, restritos à esfera da política partidária, aparentemente sem segundas intenções, obtinham maior validade e disfarçavam as influências diretas tangentes às lógicas operadas naqueles impressos.

Além disso, a nomeação e a ritualização, ao evidenciarem os diretores e os redatores, relembavam a estes os seus limites: o espaço restrito, o engajamento às orientações tácitas e explícitas, em nome de quê e de quem poderiam e deveriam se manifestar, os valores e os agentes a serem defendidos ou depreciados, os elos a serem mantidos ou ampliados e os afetos a circular.

Assim, as pretensas liberdades, autonomias editoriais, imparcialidades e objetividades estavam comprometidas nesses dois jornais, em razão do poder econômico, político e de mando de seus acionistas majoritários, financiadores e anunciantes, delimitando e direcionando todas as semânticas ali representadas. Ademais, o percentual de Jucá e Rodrigues no empreendimento, por mais ínfimo que fosse, aumentava os vínculos de identificação e de pertencimento desses com os demais sócios e com os lugares de prestígio e poder.

Nesse bojo, a ambivalência se torna interesse de estudo, porque compreende o ser, o querer e o fazer da pessoa, incompatíveis entre si, por constituírem-se na ordem coletiva a despeito do individual. Ou seja, os dois trabalhadores, eventualmente, aproximando-se de uns (identificação) e rejeitando outros (diferenciação) poderiam aspirar ao *arbítrio total* de suas atividades e com ele galgar ascendência social e econômica. No entanto, o sucesso de seus intuitos não estava dado e dependia de múltiplos fatores externos a eles que incluíam vontades e movimentações de terceiros, uma vez que, embora as relações de trabalho hierarquizado, demandantes de certa obediência deliberada, estivessem enevoadas em razão das cotas naquelas sociedades, elas continuavam existindo.

Os periódicos eram, conseqüentemente, portfólios do modo de viver, pensar e existir das elites e daqueles que compunham sua rede de sociabilidades. As gramáticas

ali exercitadas se tornaram derivativas da discursividade dominante, ocupando uma posição capitalista. Não obstante, executando atividades subalternizadas, “servis”, e de certa maneira técnicas, porém de grande responsabilidade, os diretores e redatores-chefes poderiam se entender, ilusoriamente, como participantes de planos similares, em igual esfera dos demais, ao aderir e difundir léxicos semelhantes aos dos “senhores”²²³. Entretanto, “apesar de, aparentemente, estar em controle, o sujeito é reificado, submete-se à lógica do objeto, que em última instância o determina” o que se configura em “uma função de cumplicidade, que torna esse discurso um mecanismo de controle mais refinado”²²⁴. Além disso, o ganho de capital simbólico por parte desses funcionários acionistas, relacionados à intelectualidade e à erudição, seria também motivador para assumirem tal posição.

1.3 – Nem *nortistas*, nem *sulistas* – as discursividades deslizantes

Em 1977, a necessidade das tipificações *sulistas* e *nortistas* adveio de possíveis ameaças às vantagens já alcançadas ou em vias de serem obtidas. As figuras públicas, ocupantes de lugares hegemônicos, podem ter se constituído sob determinada semântica, contudo, atravessadas por muitas outras foram se construindo ao longo de suas existências, e as modulando. Destarte, não existe sujeito pronto, completo, encerrado, acabado. As permanências ou mudanças relativas às identidades são contingenciais, performativas, e podem ser assumidas, distintamente, frente a variadas circunstâncias, sendo postas à luta, disputas e enfrentamentos, em diversas situações. Assim, tais identificações ou diferenciações regionais não tinham efetividade antes da divisão territorial ser uma possibilidade oficial e eram mobilizadas conforme os conflitos pautados.

Durante a história política de Mato Grosso puderam ser verificadas ambivalências, deslizamentos e incoerências. Não haverá aqui o escopo de traçar uma trajetória de qualquer uma das personagens protagonizadas, direta ou indiretamente, nos jornais²²⁵. Com efeito, as relações dos indivíduos referidos se alternavam de acordo com as vicissitudes a depender das conjunturas econômicas, políticas e sociais do momento; embora para alguns, certos desejos permanecessem.

²²³ LACAN, Jacques. *O seminário, Livro 17: o avesso da psicanálise* (1969 - 1970).

²²⁴ CASTRO, Julio Cesar Lemos de. Aplicações da teoria lacaniana dos discursos na área da Comunicação, p. 106.

²²⁵ Além do mais, ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de mato grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, cumpriu com esse objetivo.

Desse modo, são encontradas nos estudos informações importantes sobre os deslocamentos de alguns agentes. Portanto, é necessário recorrer a ocasiões anteriores para se compreender melhor o contexto em 1977, e a partir deles trazer à tona as contradições. Na maioria dos casos, o local de nascimento divergiu do domicílio eleitoral. E, quando observadas as atividades políticas e econômicas, a complexidade aumenta, além disso, como resquícios das oligarquias em Mato Grosso, frequentemente, apresentavam base familiar. Essas elites revezavam o poder de mando entre o “exercício dos cargos eletivos ou por nomeação”. Dentre elas, se posicionaram em um lugar de dominação por gerações, os “Corrêa da Costa”, os “Müller”, os “Campos” e os “Coelho”. Os vínculos estabelecidos, inter e extra familiares, visavam precipuamente conservar e ampliar suas atuações²²⁶.

Quanto aos “Corrêa da Costa”, sabe-se “que exerceram cargos públicos desde o Império”. Alguns membros, como “Fernando Corrêa da Costa, filho de Pedro Celestino, governou” Mato Grosso por dois mandatos e foi prefeito em Campo Grande. Também seu irmão “Ýtrio Corrêa foi prefeito e deputado federal. Em 1971, assumiu o governo de Mato Grosso, José Fragelli (1971-1976), sendo sua esposa sobrinha de Fernando”²²⁷. Fragelli nasceu em Corumbá, teve sua formação educacional neste município, em Campo Grande e no Rio de Janeiro; depois de concluir os estudos, tornou-se Promotor de Justiça em Campo Grande e na oportunidade em que sua companheira “(Dona Lourdes) recebera a herança de seu pai (Coronel Zelito Alves Ribeiro) em Aquidauana”²²⁸, mudou-se para lá. Maria de Lourdes Ribeiro Fragelli foi descrita como “nascida em Cuiabá, filha e neta de cuiabanos”. A ascendência dos consortes, somada a Fragelli ter assumido como deputado estadual, entre 1947 a 1955, “a liderança das regiões norte e leste do Estado”, foram os motivos pelo qual ele teria sido identificado como “bi-regional”²²⁹. Havia ainda outra extensão dessa família “composta por Filinto Müller, chefe da polícia do distrito federal do presidente Vargas, seus irmãos Fenelon, Júlio Müller e o cunhado deste, João Ponce de Arruda”²³⁰.

²²⁶ *Idem*, p.17. Havia também os matrimônios entre parentes como uma maneira de garantir as “vantagens advindas do casamento, utilizado para firmar aliança política, manter a riqueza e terras na família, como ocorreu com a família “Barbosa Martins” que teria iniciado uma “dinastia longeva” na qual “os herdeiros” de Vespasiano Martins, seus sobrinhos netos Wilson e Plínio Barbosa Martins” tornaram-se “seus genros, casados com suas filhas Nelly e Ruth”, respectivamente. *Idem*, p. 167, 197.

²²⁷ *Idem*, p. 246.

²²⁸ ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002)*, p. 64.

²²⁹ *Idem*, p. 93.

²³⁰ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de mato grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 17.

As pretensões supremacistas desses sujeitos não os restringiam à fixação regional. Filinto Müller, por exemplo, nascido em Cuiabá, atuava no Rio de Janeiro junto ao Governo Federal e tinha sede eleitoral em Campo Grande, na década de 1940. Filinto ocupou o senado por Mato Grosso, quatro vezes, e após instalação do comando político nacional em Brasília passou a residir na Capital do país. Durante o Estado-Novo, desde o seu ingresso na vida política, teria realizado “a transição do momento ápice de sua carreira [...] para uma nova fase de vitórias e derrotas eleitorais”. Seria o “acesso a recursos como os poderes de polícia e controle de empregos, sobretudo, capacidade de fazer favores, o que conferiu legitimidade” prolongada a ele em Mato Grosso. Teria sido fundamental para Filinto ter se ajustado “a cada mudança de período constitucional, tanto que teve cargos de 1930 até seu falecimento em 1973”²³¹. Enquanto senador organizou e articulou, em 1965, a candidatura de Pedrossian pela qual este foi indicado e apoiado para o posto de governador de Mato Grosso. No íterim do exercício de seu mandato, Pedrossian teve um filho, de nome semelhante ao dele, nascido em Cuiabá no ano de 1966²³². Em 1977, o ex-administrador estatal voltou a ser cogitado para assumir novamente o cargo na futura entidade federativa²³³.

Ao seu tempo, Pedrossian teria apoiado “as candidaturas do Marechal Lott e Filinto Müller em 1960”, pelo PSD²³⁴. O então gestor, “descendente de refugiados armênios e turcos, criado em Miranda [...] formado em São Paulo”²³⁵, teria por vice Lenine de Campos Póvoas, ex-deputado estadual pela UDN, ministro do Tribunal de Contas do Estado, residente em Cuiabá e pertencente a famílias tradicionalistas como os “Leite, Campos e Póvoas”. Gastão Müller, sobrinho de Filinto e filho de Fenelon, por seu turno, se declarou favorável à divisão em 1977²³⁶. E seu irmão, Gabriel Müller, a quem Pedrossian chamou de “grande amigo”²³⁷, atuou à frente da CODEMAT (Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso) durante vários

²³¹ *Idem*, p. 246.

²³² PEDRO Pedrossian. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/73455>. Acesso em: 23 maio 2023.

²³³ FURLANETTO, Vera Lucia. *Mato Grosso do Sul: sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio do Estado*.

²³⁴ ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002)*, p. 36, 63, 76.

²³⁵ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de mato grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 17.

²³⁶ ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002)*, p. 122-123.

²³⁷ *Idem*, p. 96

governos²³⁸. Ambos os filhos de Fenelon teriam nascido em Três Lagoas, ao Sul do estado, e na década de 1970 atuavam em Cuiabá e por isso foram tipificados como *nortistas*²³⁹.

Müller e Campos também mantinham laços políticos e de amizade. Conforme asseverações de Júlio, Filinto aspirava que ele viesse a assumir a administração do Estado por considerá-lo a nova geração da “‘linhagem’ pessedista”²⁴⁰. Adicionalmente, “Júlio Campos destacou que ele e Gastão Müller eram ‘os únicos do ‘norte’ de Mato Grosso a defender a divisão em debates públicos”²⁴¹. Por mais que tenha declarado, posteriormente, seu interesse em “ficar livre da turma de Campo Grande”²⁴² com o desmembramento, não especificou a quem se referia.

Apesar dessa animosidade, Campos, nascido em Várzea Grande e duas vezes prefeito daquele município²⁴³, reconhecia os vínculos e atuações de Lúdio Coelho, “próspero pecuarista e banqueiro”²⁴⁴, residente em Campo Grande, para além das fronteiras físicas de seu local de moradia. Em suas palavras, “Lúdio [...] era muito articulado [...] muito querido, por sua condição de maior comprador de gado da região e pelas fazendas que possuía em Barão de Melgaço e Vila Bela da Santíssima Trindade”²⁴⁵. Ou seja, nem a residência nem a naturalidade eram os definidores das motivações políticas antagônicas muitas vezes atribuídas por aqueles mesmos agentes de forma generalizada a regionalizações. Ao contrário, era a participação da família Coelho em negócios expandidos para distintas áreas econômicas, em vários municípios de MT e outros estados brasileiros, que lhes garantia prestígio entre a elite, da qual Campos fazia parte.

Essa família mantinha relações instáveis com Pedrossian. Não obstante, este ter concorrido com Lúdio no pleito de 1965 e logo depois ter Derzi como opositor, em 1977, percebem-se as alianças entre eles. Ademais, em um momento de dificuldade, antes da disputa governamental, “quando Pedrossian foi destituído do cargo de

²³⁸ ARAÚJO, Valdinéia Souza de. *Da pecuária ao turismo: transformações no viver pantaneiro*, no entorno da Transpantaneira em Poconé – MT, p. 38-39.

²³⁹ ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002)*, p. 122-123.

²⁴⁰ *Idem*, p. 114 (grifo do original).

²⁴¹ *Idem*, p. 122 (grifo meu).

²⁴² *Idem*, p. 123.

²⁴³ JÚLIO José de Campos. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/parlamento/deputados/405/perfil>. Acesso em: 24 maio 2023.

²⁴⁴ ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002)*, p. 59.

²⁴⁵ *Idem*, p. 62.

Superintendente da NOB, ele procurou o Itálvio Coelho, irmão de Lúdio” na tentativa de um auxílio para manter-se no cargo. Itálvio teria telefonado “para seu cunhado, o então deputado federal Rachid Saldanha Derzi”, e pedido a recondução, todavia, não teria obtido sucesso”²⁴⁶. Anos mais tarde a filha de Pedrossian casou com um sobrinho de Lúdio²⁴⁷.

Outro personagem, Archimedes Pereira Lima, apadrinhado de Filinto e de Júlio Müller, apresentou diversos deslocamentos territoriais; nascido em Campo Grande, atuou em jornais cuiabanos, campo-grandenses, aquidauanenses e cariocas; exerceu professorado em Araçatuba, São Paulo; promotoria de justiça em Nioaque e tabelionato em Corumbá²⁴⁸. “Em Goiás, Archimedes foi secretário de Estado e exerceu outras relevantes funções, inclusive na diretoria da Fundação Brasil Central, que tinha sede em Aragarças”²⁴⁹, durante a gestão de Getúlio Vargas. Em 1977, Archimedes ocupava o cargo de Chefe da Casa Civil no governo de Garcia Neto²⁵⁰ e, postumamente, seu nome batizou uma Avenida em Cuiabá por conta dos seus préstimos àquela cidade, especialmente no que dizia respeito, ao comércio, à imprensa e à política²⁵¹.

Observou-se, portanto, que os arranjos visando os benefícios do poder hegemônico ultrapassavam os âmbitos regionais ou os locais de residência e nascimento, bem como os liames familiares, salvo o elemento parental ser comum desde as oligarquias, e que direta ou indiretamente aqueles sujeitos mantiveram elos históricos entre si e com a mídia jornalística. Essa rede de sociabilidade se estendeu entre agentes dispostos ao mesmo engajamento ideológico, independentemente da não organicidade entre eles. Essas conexões oportunamente desencadeariam consensos, amizades e também hostilidades, rivalidades, rupturas, brigas ou apenas indiferença e fluidez. Tais afetos poderiam em certos momentos figurarem na ordem da racionalidade e das estratégias, mas eventualmente estariam manifestados nas táticas²⁵², em decorrência de que envolver-se politicamente não procede apenas de manobras

²⁴⁶ *Idem*, p. 52.

²⁴⁷ *Idem*, p. 70.

²⁴⁸ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de mato grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 235.

²⁴⁹ CUIABÁ 301 anos – Archimedes Pereira Lima. <https://www.boamidia.com.br/4-cuiaba-301-anos-archimedes-pereira-lima/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

²⁵⁰ GARCIA visitou ontem a Assembleia Legislativa. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7624, capa, 24 mar. 1977.

²⁵¹ CUIABÁ 301 anos – Archimedes Pereira Lima. <https://www.boamidia.com.br/4-cuiaba-301-anos-archimedes-pereira-lima/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

²⁵² DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer.

previamente ponderadas, pois “o sentimento e a afetividade algumas vezes prevalecem sobre a razão”²⁵³.

Sobrenomes similares, contudo, não eram sinônimos de pertencimento à igual ascendência. Os estudos mostraram, por exemplo, que a família de Paulo Coelho Machado não tinha parentesco com a família de Laucídio Coelho. Na genealogia de Laucídio constou por pai José Justiniano de Souza Coelho e por tio Antônio Justiniano de Souza Coelho²⁵⁴. Já a mãe de Paulo Coelho, Elvira Coelho Machado, tinha por pai, “o rico comerciante português, Antônio F. Rodrigues Coelho”²⁵⁵. Não obstante, ambas as famílias compartilhavam dos lugares sociais dominantes, dos afetos ali circulantes e das semânticas produzidas. Averiguou-se que os filhos e os netos de Elvira postularam pela divisão do Estado. Há nesses fatos indícios da permanência dos restos de uma arrogante pretensão colonial de supremacia e conquista, tal qual pôde ser verificada no decurso da formação da identidade de Mato Grosso, em uma possível valorização à ascendência europeia²⁵⁶.

Em 1977, os efeitos dessa construção foram constatados nas discussões acerca do desmembramento, entre alguns políticos de Dourados e Campo Grande. No momento auge da querela, quando no *Correio do Estado* eram publicadas reportagens favoráveis à instituição do novo Estado, que poderia se chamar “Campo Grande”²⁵⁷, no jornal douradense, *O Progresso*, veiculava-se contraposições de sujeitos que clamavam por uma ascendência tradicional, sobretudo, mato-grossense. Dentre as dualidades

²⁵³ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Réne (org.). *Por uma história política*, p. 250, 260.

²⁵⁴ NOVA Alvorada do Sul completa hoje 26 anos de emancipação. Disponível em: <https://www.topmidianews.com.br/interior/nova-alvorada-do-sul-completa-hoje-26-anos-de-emancipacao/78690/>. Acesso em: 24 maio 2023.

²⁵⁵ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de mato grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 273.

²⁵⁶ ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904 – 1983)*, p. 66.

²⁵⁷ “Em maio de 1977, com a nota oficial que informava o interesse do governo federal em dividir Mato Grosso, os jornais *Correio do Estado* e *O Progresso* estamparam discussões acirradas, entre alguns políticos de Campo Grande e Dourados, envolvendo os editores, redatores e dirigentes dos jornais. Isso porque o nome divulgado para o novo estado, tido como uma escolha de Geisel, foi “Estado de Campo Grande”. Frente ao poder simbólico dessa denominação no jogo político, que favoreceria aos discursos dos agentes que militavam pela supervalorização dos atributos do município com mesmo nome, mensurava-se naquele momento a força signica de tal “troféu”. Não se levou em consideração o tempo e as condições necessárias para a vigência da Lei, dependente ainda de elaboração e posterior aprovação do Congresso Nacional. Também se ignorou o conteúdo dos estudos utilizados pelo ministério do interior, por serem sigilosos. A simples nominação foi entendida e usada como um signo, imbuído de significação e existência. Aquela fala teria materializado um novo espaço, delimitado politicamente e culturalmente, que poderia ser ocupado e moldado por uns poucos agentes, já qualificados naquela titulação, ou seja, os campo-grandenses. FURLANETTO, Vera Lucia. Na arena do poder: disputas políticas e identitárias na discursividade midiática de agentes públicos, douradenses e campo-grandenses, na história da criação de Mato Grosso do Sul, em 1977, p. 275-276.

sugeridas à época, até o bipartidarismo implantado como forma de controle pelos militares mostrou-se pífio, pois a cisão da ARENA ocorria em âmbito local e nacional²⁵⁸.

Embora atuando no *Sul* de Mato Grosso, vários políticos mostraram muitas divergências entre si ao intitularem-se representantes dessa porção territorial. Nos embates identitários, ora identificações futuras eram evocadas, porém sem bordas específicas, em virtude de não haver ainda um delineamento sobre a entidade federativa a porvir. Ora, a *identidade mato-grossense*, forjada ao longo do tempo, era reivindicada. Tudo foi feito utilizando-se de uma gramática que pudesse ser estendida aos demais habitantes, impregnada de diferenciações colocadas em celeumas dicotômicas. Naquele contexto, foram criadas “narrativas e relações voláteis e ambivalentes, moldadas conforme as disputas em pauta, de aproximação” e rejeição “ao norte”²⁵⁹.

Naqueles conflitos, ficaram evidentes as pluralidades existentes nas esferas, intelectual, político e jornalístico, não sendo possível designar “os sulistas” como um grupo coeso e homogêneo. As disputas pelo poder e as alusões regionalistas veiculadas nos periódicos, pautavam elementos que evidenciaram uma complexidade maior do que a dicotomia, “nortistas versus sulistas”. Averiguou-se que os agentes públicos, “obstinados a ocupar os novos espaços de poder e associados” a variados projetos hegemônicos, “mantiveram estreitas relações com a imprensa (e vice-versa)”. A manipulação de “aspectos de identificação e diferenciação regionais” foi utilizada dentro “de um espaço privilegiado para a defesa de interesses próprios”²⁶⁰. Os complexos vínculos entre a mídia e os personagens públicos daquelas duas localidades, no contexto da divisão, permitiram que fosse traçado um entendimento tangente às forças políticas e suas negociações.

Assim, compreenderam-se como os membros das elites “se relacionavam entre si” no *Sul* de MT uno, “quando buscavam por novos espaços de poder”. Logo,

²⁵⁸ O bipartidarismo foi criado em 1965 pelo ato Institucional n. 2, que dissolveu os partidos políticos existentes e determinou novas regras para a criação de outros, possibilitando se instituir somente dois partidos políticos. Era uma tentativa de manter a lógica da coesão, a força estruturada e em funcionamento e, limitar a esfera de atuação dos adversários. As agremiações partidárias configuradas foram a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido dos militares e apoiadores da ditadura; e o partido contrário, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No entanto, houve momentos em que emedebistas aliaram-se a arenistas. FURLANETTO, Vera Lucia. *Mato Grosso do Sul: sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio do Estado*, p. 33.

²⁵⁹ FURLANETTO, Vera Lucia. Na arena do poder: disputas políticas e identitárias na discursividade midiática de agentes públicos, douradenses e campo-grandenses, na história da criação de Mato Grosso do Sul, em 1977, p. 294.

²⁶⁰ *Idem*, p. 270, 275

constatou-se “que não se tratava de um grupo coeso, de interesses comuns, com visão de mundo partilhada”. Muitas incongruências e heterogeneidade “dos sulistas” foram relatadas nas páginas jornalísticas. Foram utilizadas “estratégias de produção” de metáforas e metonímias, bem como, de “representações pretensas a construir um imaginário político-social positivo sobre a criação do novo estado”. Além disso, a “precariedade de uma possível identidade ‘sul-mato-grossense’” ficou nítida, “pois, a convergência ou divergência entre eles não se dava pelo local de atuação, simplesmente”²⁶¹.

Frente à dificuldade de se dizerem múltiplos e complexos, os sujeitos tenderam a oscilar dualmente em seus discursos e eleger o “outro” como um inimigo a ser vencido, reprimido ou disciplinado²⁶². Advogava-se pelas lealdades construídas nas redes de sociabilidades e, sobretudo, não pareceu que tais laços tenham se formado acidentalmente. Além de questões relacionadas ao parentesco, perceberam-se traços de desempenho dos indivíduos nas esferas, econômica, política, intelectual e jornalística, entrelaçadas entre si. O *nós* e o *eles* mudava a todo o momento, a depender do modulador que era posto em triangulação.

Por isso, no CE, eventualmente nos editoriais vinculados à divisão, clamava-se por acordos harmoniosos, para “deixar as desavenças”. A volatilidade compunha-se ao se forjar uma homogeneidade e conjuntamente se provocar dualidades. Porém, frente a um opositor de maior gabarito, como a cúpula da presidência da república, se aglutinavam forças locais para combater as nacionais. No dia 01 de agosto, em uma coluna inteira, propugnou-se por atitudes conciliatórias. A solicitação, que adviria “dos meios políticos regionais”, intencionava que “o governo federal” se animasse “em apressar o processo de desmembramento”²⁶³.

Sob o título: “União trabalho e compreensão”, a divulgação ocorreu no período em que se especulava quem ocuparia a gestão do vindouro Estado. Portanto, para o redator aquela seria uma circunstância em que “o povo mato-grossense” já teria se

²⁶¹ *Ibidem*.

²⁶² Lylia Galetti, em *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*, versou sobre o “outro geográfico”, entendido como um local onde haveria a projeção das categorizações bárbaras e atrasadas em oposição aos “já civilizados”. Estes civilizariam os primeiros e construiriam sobre eles os “mitos de origem, tradições, heróis” e “fatos históricos singulares” que afirmariam a eles “uma dada nacionalidade”, ou seja, uma integração, um pertencimento maior, mas ainda delimitado. Logo, a fronteira seria o espaço onde o discurso de diagnóstico ao atraso da nação proliferaria farto e veemente ao indicar um prognóstico de como chegar ao modelo europeu de “progresso” e “civilização”, p. 29-33.

²⁶³ UNIÃO, trabalho e compreensão. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7319, p. 02, 01 ago. 1977.

conscientizado de que a “paixão ou o bairrismo” deveriam ser relativizados. Como uma resposta às críticas advindas dos “mais moderados”, enfatizava-se os anseios de “apenas um ou outro setor da Arena” se empenharam “no sentido de conquistar liderança, a fim de poder mais tarde, tentar dominar a política regional do novo Estado”. Todavia, ficou nítida a manobra na construção *sígnica* e no enfrentamento indireto a Geisel. Dada a possibilidade da escolha recair em alguém que não participasse da facção, daqueles que almejavam um correligionário ao cargo, sobressaía o receio. Pois, se de algum modo a ganância denunciada seria “prejudicial não só ao partido”, controversamente, em larga medida, a preocupação se dava por um provável alijamento do comando estatal²⁶⁴.

A situação conflituosa e de disputa, segundo a reportagem, influenciaria para que fosse “imposto à futura Unidade da Federação um governo alienígena, completamente divorciado dos problemas regionais, o que seria um atestado de incapacidade administrativa” de todos os agentes locais. Além disso, o escritor constatou que a “movimentação” não contava “com o apoio popular” e teria “péssima repercussão no seio da massa” determinante nos sufrágios ainda que não fixada às coligações. Em relação ao povo, foi concluído: “passada uma dezena de anos da extinção dos antigos partidos, a maioria do eleitorado [...] não tem nenhum compromisso com chefes políticos de antanho e apenas se deixa levar pelos administradores que muito fizeram ultimamente ou que fazem atualmente”²⁶⁵.

Malgrado ter sido citado como exemplo, o ex-prefeito de Campo Grande, Levy Dias, “que se fosse candidato [...] a qualquer cargo eletivo, teria votação estrondosa”, sabe-se que a política era ocupada, repetidamente, por aqueles que há tempos praticavam essa atividade alternando-se nas esferas municipais, estaduais e federais. Para o redator, o bom mandatário seria aquele que *subjugasse* e *dirigisse* todos os habitantes, mostrando assim condições de permanecer naquele campo, uma vez que, “auscultando a tendência do seu povo coloca-se à frente desse mesmo povo e impunha o bastão de comando”, rejeitando o que ele teria chamado de líderes “pré-fabricados atrás dos bastidores, onde só tinham acesso as chamadas ‘raposas políticas’”.

Ou seja, naquela argumentação somente os aliados teriam condições de obter o apoio popular e conhecer de antemão as demandas locais. Seria, portanto, responsabilidade da ARENA se quisesse “manejar ou dominar a política do novo Estado [...] cuidar da sua unificação em torno daqueles cidadãos” que possuíssem

²⁶⁴ *Ibidem*.

²⁶⁵ *Ibidem*.

“votos na região, sob pena de deixar escapar, por entre os dedos, a grande oportunidade” que estaria tendo. Sobressaiu-se um aconselhamento nessa propugnação, em detrimento de uma crítica propriamente dita, porque dentre outras coisas, se visava à angariação de votos em eleições vindouras²⁶⁶.

Ao final era informado que a “população sul mato-grossense” *serviria* de modelo, ao exercer “união compreensão e trabalho” e por não fomentar disputas. Contudo, inequivocamente, os moradores foram utilizados como desculpa para colocar em atenção o *Sul* e os coligados favoráveis à divisão e ambiciosos a assumir os inéditos postos de controle. Reiterou-se ainda o alcance do jornal e se propôs a “alertar as pretensas lideranças do momento [...], que o caminho seguido por alguns destacados políticos da região quase não” tinha “adeptos”, consequentemente, deveriam focar nas “novas gerações de eleitores surgidas” nos “últimos quinze anos”²⁶⁷. Dessa maneira, sem aludir a nomes, situações concretas, factuais ou divergências regionais, comunicava-se o perigo, aos aliados pretensiosos em almejar benefícios com o desmembramento, de terem seus desejos e quereres frustrados por não conseguirem acessar os postos de poder.

Ademais, os intrincados laços sociais, a despeito de não estarem restritos às fronteiras físicas ou geográficas, eram constituídos por agentes com determinados atributos, ocupantes de posições específicas. Tais grupos seletos não eram tecidos aleatoriamente e a maioria da coletividade, ou os sujeitos entendidos como submissos, na concepção dos *dominantes*, eram uma categoria à parte²⁶⁸. Tanto no CE quanto no OEMT, foi averiguada a pretensão de manipular e abordar os traços populares apenas para formatar as condutas de uns e legitimar os privilégios de outros, e não de divulgar ou de fato ouvir o que certos moradores teriam a dizer ou a arrazoar²⁶⁹. No periódico campo-grandense, a seção dedicada às opiniões dos leitores era editada com textos de juízes, professores universitários, advogados e médicos colocados como representantes da *voz do povo*. No entanto, essas notas eram selecionadas com base nas profissões dos escritores, nas homologias e afinidades retóricas entre eles.

²⁶⁶ *Ibidem*.

²⁶⁷ *Ibidem*.

²⁶⁸ BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas; A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*; BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*.

²⁶⁹ FURLANETTO, Vera Lucia. Política e imprensa: a manipulação do “popular” na história da divisão territorial do Estado de Mato Grosso, em 1977. In: OLIVEIRA, Beatriz dos Santos de; SOTANA, Edvaldo Correa (orgs.). *Pesquisa histórica com a imprensa de (no) Mato Grosso: fontes, temas & abordagens*.

No noticioso cuiabano era evidente que publicavam apenas os redatores fixos adeptos às gramáticas das categorias sociais prestigiadas. Na seção “Editorial”, reservada para críticas, solicitações e sugestões, somente a opinião pessoal dos integrantes oficiais do veículo era apresentada²⁷⁰. Essas características não eram exclusividade dos dois veículos, em estudos anteriores verificou-se também no *O Progresso*, que o “Espaço para Leitor”, sem página fixa, não correspondia ao título. É importante ressaltar que, conquanto se induzisse à possibilidade de uma manifestação do público receptor, não havia identificação dos leitores. Ficava óbvio, portanto, que aquele era um dispositivo da imprensa, no qual apenas as apreciações da equipe de redação estavam incluídas.

No OEMT, em alguns cadernos, o modo de se relacionar com os leitores e de vê-los, foi mencionado. Estes foram destacados como consumidores, os anunciadores como fornecedores e a imprensa como a intermediária “eficaz” para que a fórmula de compra e venda se efetivasse. A competência publicitária difundida afiançava-se nos 86% dos indivíduos, que tinham acesso aos impressos, pertencerem “às classes A e B”, com “capacidade de comprar tudo que qualquer anunciante” pudesse oferecer “desde um palito até um avião”. Com isso objetivava-se demonstrar o potencial de comércio dos jornais para que vários setores os utilizassem como instrumento de propaganda. Assim, se poderia financiar parte do funcionamento daquela mídia. Os dados estatísticos utilizados tinham a finalidade de reiterar a credibilidade das páginas jornalísticas para a realização de negócios, cujas chances de bons desfechos seriam altas²⁷¹.

Os consumidores eram simultaneamente caracterizados “com instrução superior”, somando “noventa e nove por cento” das “lideranças brasileiras”, ou seja, tratava-se de sujeitos pertencentes a uma camada seleta da sociedade. Desse modo, ficou evidente que nem nas relações de consumo os menos abastados financeiramente eram considerados. Seria para a elite que se deveria enviar “mensagens [...] seja de vendas de um produto, seja institucional ou política”, por intermédio dos exemplares, para garantir o eficaz recebimento dos anúncios. Essa apresentação denotaria a importância do poder econômico nos vínculos gerados a partir da imprensa e a consequente formatação da comunicação midiática. Logo, os gestores desses veículos, os comerciantes e os agentes públicos mantinham interesses em comum que

²⁷⁰ Quando eram reportadas as publicações de agências e jornais locais, nacionais e internacionais, as fontes sempre estavam devidamente citadas.

²⁷¹ COMPROVE porque é ótimo anunciar em jornal. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7769, p. 03, 04 out. 1977.

perpassavam pelas camadas econômicas, os políticos, as “mulheres”, a “juventude de classes A e B”, residentes nas grandes “cidades brasileiras” e “certamente nas cidades do interior”. A ótica elitizada e discriminatória dessa mensagem ficou inequívoca, evidenciando quais eram os indivíduos e valores circulantes naqueles recintos²⁷².

Não obstante, nos jornais se tenha exercido práticas excludentes, é importante reconhecer que a narrativa ali impressa alcançou vários moradores mediante a oralidade. Mesmo as pessoas sem acesso à educação formal se tornavam “leitores” indiretamente²⁷³. Estes, entretanto, estariam expostos a interpretações terceiras ainda mais impregnadas de teor moralizante, normas sociais restritivas e padrões fixos a serem seguidos. Dessa forma, os difusores de notícias construía seu capital simbólico ao utilizar um repertório que, de forma implícita ou explicitamente, definia as diretrizes do que era desejável ou aceitável.

Por meio de metáforas dicotômicas, nos diários se ofereciam “significantes” simplistas e inflexíveis, apresentando supostas respostas e soluções diante da complexidade da vida. Essa simplificação tinha por escopo limitar a compreensão e a reflexão ao desprezar as diversidades e as nuances das experiências humanas. Concomitantemente, escondiam os vínculos afetivos e comerciais envolvendo elos familiares, de compadrios e de lealdades que circulavam pelos jornais. Dessa maneira, a construção de “significantes vazios”²⁷⁴ foi um processo complexo e frequentemente impregnado de influências e anseios diversos.

A retórica utilizada pelos impressos desempenhava seu papel na tentativa de moldar a opinião pública e os modos de relação com os diferentes aspectos da vida, e resguardar as conexões estabelecidas entre os membros das elites. Ao se reconhecer a complexidade inerente aos sujeitos envolvidos naquelas produções, é possível entender melhor as abordagens midiáticas que buscavam apagar as múltiplas perspectivas, as narrativas distintas e, por fim, fortaleciam os estereótipos e os preconceitos. Além disso, essas ilações corroboram o viés de que, no ínterim do desmembramento, os interesses hegemônicos tocantes à população estavam restritos a utilizá-la para a produção de um imaginário, positivo ou negativo, sobre a criação do novo Estado. Por conseguinte, as modulações *sulistas* e *nortistas* eventualmente evocadas, em 1977, diziam mais a respeito das vontades de certos agentes em conquistarem legitimidade junto ao povo,

²⁷² *Ibidem*.

²⁷³ MEIRA, Leonice Maria. *Um estudo sobre os reflexos das ações da ditadura militar através do jornal O Estado de Mato Grosso - (1964-1974)*.

²⁷⁴ LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*.

durante a celeuma do divisionismo, do que a um sentimento identitário previamente instaurado.

No OEMT, por exemplo, havia atenuações ao se veicular algumas vozes políticas pleiteadoras da secção. Italívio Coelho, senador à época, teve sua solicitação, ao ministro do trabalho, para instalação de uma Junta de Conciliação e Julgamento em Dourados, publicada naquele periódico. Seu pedido justificava-se a partir da concentração demográfica no *Sul* e nos municípios do entorno. Citou as juntas itinerantes já implantadas em Barra do Garças, Rondonópolis, Cáceres, Ponta Porã, entre outras. Italívio pedia ainda a criação do Tribunal Regional do Trabalho para atender o Distrito Federal, Goiás e “Mato Grosso (do norte)”. Ao incluir várias regiões em suas reivindicações o senador seria condizente com a sua função e atuação, todavia, ao sugerir Campo Grande como capital um assunto “já assentado”, sutilmente deixou marcas de seu incentivo ao separatismo. A edição jornalística também reiterou tal posicionamento, ao enfatizar que o senador ao tratar de Mato Grosso estaria se referindo à porção *Norte*²⁷⁵.

Tais observações não induzem a pensar em uma sustentação identitária implícita e sutil, mas sim em não camuflar suas ambições políticas e econômicas. Por certo, dentro de um recorte territorial menos extenso haveria menor custo com as futuras eleições e a manutenção em cargos públicos seria facilitada, em nada atrapalhando seus negócios particulares consolidados em diversas localidades (como a porcentagem de quotas no periódico) e a sua rede de sociabilidade já formada.

As questões identitárias foram ganhando destaque ao se indagar, defender ou contrariar o desmembramento. Afinal o cultural foi evocado como um modulador em momentos de crise e acabou sendo utilizado tanto para apaziguar quanto para acirrar os ânimos. Na página 10, simultaneamente às falas de Italívio, constava a matéria “Para quem fica a siriema”²⁷⁶, republicada da *Folha de Dourados*, escrita por Valfrido Silva. A partir dos símbolos atribuídos a tal ave, cantada em música, perguntava-se, baseado em conversa de “Wilson Valentin Biazoto” e “Ivan [Aparecido] Manoel”, acerca do

²⁷⁵ ITALÍVIO requer mais uma Junta de Conciliação. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7671, capa-p. 10, 22 maio 1977. Em se tratando de citações diretas, nesta tese, serão respeitadas as opções de escrita dos autores em grafarem Norte ou Sul, ou demais termos, com letras maiúsculas ou minúsculas, porque conotam o sentido hierárquico que pretendiam dar a eles na época.

²⁷⁶ PARA quem fica a siriema. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7671, p. 10, 22 maio 1977. Frisa-se que a grafia utilizada no jornal, incluindo os nomes do entrevistador e dos entrevistados, não foi alterada na transcrição para esta tese.

“problema cultural” desencadeado com a divisão do Estado. Manoel alegou, em relação à letra, “toda ela refere-se a uma visão folclórica do sul de Mato Grosso”.

Já “Biazzoto” a tinha como expressão do “folclore de Mato Grosso” e frisava que o nome da futura entidade federativa, elencado por Geisel como Campo Grande, era um descaso, um desdém, com a manifestação da cultura popular que tinha parte de sua representação na composição “Siriema”²⁷⁷. Segundo “Biazzoto” era necessário alterar a denominação do novo ente, em virtude de Mato Grosso trazer consigo uma tradição enraizada culturalmente e se traduzir “como uma expressão ‘de casa paterna’, de lar”, caso contrário significaria a mudança de “toda uma cultura” de “toda uma tradição”²⁷⁸.

Valfrido Silva fez rápida alusão aos autores responsáveis por aquela canção, Nho Pai e Mario Zan, e às intérpretes “Irmãs Cáceres”, para reforçar que “todo o povo matogrossense tanto do Sul como do Norte” a cantava, não pertencendo, portanto, a um ou outro polo, mas a ambos²⁷⁹. Ao se realizar a busca pela dupla de cantoras, cujo nome remetia à cidade situada ao Norte, na rede de *internet* nada foi encontrado. A pesquisa teve como resultado as *Irmãs Castro*, oriundas de Bauru, que teriam gravado a música na década de 1940. Observou-se que no texto não se mencionou São Paulo, origem dos compositores, ou o município Tupã citado na música. Assim, infere-se pelos deslocamentos e entrelaçamentos culturais não restritos a fronteiras físicas ou a denominações de localidades. O caldo cultural é produzido pelos usos, subversões, torções, reconfigurações, atravessamentos e contatos que o compõem e recompõem, cotidianamente, a depender das necessidades e das conjunturas apresentadas²⁸⁰. Historicamente as gramáticas vão sendo transformadas inter e transculturalmente²⁸¹.

Dessa maneira, entende-se que os sujeitos ao advogarem pelo separatismo não endereçavam seus anseios para aquilo que já possuíam, mas sim para aquilo que pretendiam ter, tecendo um horizonte de expectativas. Uma vez que, de certo modo, as redes de sociabilidades já estavam estabelecidas, salvo os fluxos, refluxos e contrafluxos²⁸², pretendia-se ampliar os ganhos financeiros e simbólicos.

²⁷⁷ A letra da música Siriema está disponível no Anexo I.

²⁷⁸ PARA quem fica a siriema. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7671, p. 10, 22 maio 1977.

²⁷⁹ *Ibidem*.

²⁸⁰ CAPAVERDE, Tatiana da Silva; RAMOS DA SILVA, Liliam (orgs.). *Deslocamentos culturais e suas formas de representação*.

²⁸¹ O que distinguiria os sujeitos “humanos” dos demais “não humanos”, para as epistemes “modernas”, seria a habilidade daqueles de torcer e distorcer as linguagens para se adequarem aos seus desejos, fantasias e imaginários individuais e coletivos. HARAWAY, Donna. *O manifesto das espécies companheiras*: cachorros, pessoas e alteridade significativa.

²⁸² SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Réne (org.). *Por uma história política*.

Consequentemente, as dicotomias criadas não tinham sustentação, em decorrência de ao serem problematizadas evidenciarem as contradições e a diversidade daquelas personagens que as evocavam. Assim, o apelo a uma identidade pública (nacional/regional/local) por políticos e seus asseclas em 1977, foi uma estratégia utilizada para ocultar os interesses privados, individuais ou familiares, ou ainda, de grupos restritos. Isso porque a proposição de uma cultura própria era ambivalente, instável e deslizando, apesar de contar com alguns elementos semânticos comuns e coletivos (especialmente aqueles estabelecidos há muito tempo em relação a MT, como veremos adiante).

1.4 – Identidade e identificação – performatividade política regional

O sujeito se constitui pela força da alteridade, isto é, pela heterogeneidade quando de sua inserção no mundo da linguagem. Entretanto, antes, e para que esse processo se realize é necessária uma identificação primária, imediata e direta da criança com quem cumpriu a função materna. Para ser si mesma, a pessoa precisa acessar a ordem simbólica atravessada pela sua inserção na sociedade e na cultura e é compelida a se diferenciar do outro desde o *topos* familiar. Porém, o desejo primeiro de identificação e pertencimento, que foi interditado no transcurso da formação psíquica, será uma constante na vida, embora não se tenha consciência disso. Essa será a maior causa das angústias, especialmente nas coletividades nas quais são partilhadas as linguagens, e suas discursividades derivativas, com forte carga interditoria como são as colonizadoras, capitalistas e liberais²⁸³. Por consequência, eventualmente, o sujeito operará no sentido de homogeneizar e moralizar as incongruências, principalmente ao ocupar instâncias de poder²⁸⁴.

Isso foi observado nas retóricas que distinguiam *sulistas* e *nortistas*, em Mato Grosso, e pretendiam criar antagonismos, no ano de 1977. Desejava-se com essas tipificações incidir subjetivamente naquela sociedade, paradoxalmente, de maneira gregária, porque não é possível aos indivíduos somente serem diferentes. É necessário

²⁸³ Dentre essas podem ser acrescidas ainda as ditatoriais e as religiosas, especialmente as cristãs. EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*; FREUD, Sigmund. *Totem e tabu*: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos; LACAN, Jacques. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*; LEMAIRE, Anika. *Jacques Lacan: uma introdução*.

²⁸⁴ FREUD, Sigmund. *Totem e tabu*: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos; LACAN, Jacques. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*; LEMAIRE, Anika. *Jacques Lacan: uma introdução*; DUNKER, Christian Iago Lenz. Crítica psicanalista do populismo no Brasil: massa, grupo, classe. In: HOFFMANN, Christian; BIRMAN, Joel (orgs.). *Psicanálise e Política: uma nova leitura do populismo*.

ser igual a algo ou alguém para não ficar à deriva, desarticulado do mundo, com a impressão de não pertencimento. Para se ter uma autonomia maior em relação a esses sentimentos seria preciso exercer a análise e a crítica daquelas formulações. No entanto, se estas fossem muito bem articuladas, poderiam gerar uma impressão de exclusão a quem não aderisse a elas. O que seria, sobretudo, alienante e angustiante²⁸⁵. Em contrapartida, por mais que se tentasse ancorar em algum fragmento do real, seja no aspecto geográfico, econômico ou cultural, as identidades se apresentaram fluidas. Naquele ano, havia, por parte dos personagens que compartilhavam desses *significantes*, intrínseca identificação com o *Sul* ou com o *Norte*, ou com ambos, sem excluir quaisquer outras modulações.

Desse modo, é possível compreender, em certa medida, a eficácia das ações estatais quando burocratizam e objetivam a vida²⁸⁶, expedindo uma “certidão de nascimento” ou uma “carteira de identidade”, por exemplo, com as formatações sob as quais se inscrevem o ser. Nesses documentos, os “indivíduos” passam a ser identificados *oficialmente* e os dados ali apresentados dão algumas bordas à complexidade e amplitude humana²⁸⁷, embora não haja uma subjetivação total delas. O mesmo ocorre com a construção identitária cultural²⁸⁸. Contudo, o sujeito do discurso consciente, do comportamento, não é redutível ao que vive, identifica ou recusa. Haverá manifestações metaforizadas, das primeiras vivências não simbolizadas, em outros desejos ao longo da vida, dinamicamente; pois esse é um ponto nodal da existência humana. Por isso, ninguém está limitado à coerência que tenta aplicar à sua discursividade²⁸⁹.

Portanto, a identificação e a diferenciação estão na base da constituição pessoal e são necessidades fundantes. Já a identidade, resultante das duas primeiras, é construída ao longo da vida, nunca está dada ou acabada, e é flutuante por ser constantemente afetada, performada, trabalhada, moldada e divulgada de maneira direta e indireta²⁹⁰. Nesse sentido, para que uma identidade regional seja construída, ganhe

²⁸⁵ LEMAIRE, Anika. *Jacques Lacan: uma introdução*.

²⁸⁶ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*.

²⁸⁷ MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*.

²⁸⁸ BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*.

²⁸⁹ SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*; LEMAIRE, Anika. *Jacques Lacan: uma introdução*; AZEVEDO, Natanael Duarte de. *No cinema com a psicanálise: Seven e a perversão*.

²⁹⁰ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*; HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*.

tônus, passe a vigorar simbolicamente no imaginário social e depois venha a ser, de alguma forma, reivindicada coletivamente, será necessário haver investimentos contínuos estatais e de instituições privadas. Os gestores, os políticos e demais agentes utilizam do aparato jurídico e burocrático governamental, não exclusivamente, para a instituição da identidade oficial. Para esta finalidade, são também mobilizados os meios de comunicação, promovidas festividades, criados feriados, construídos símbolos e emblemas. Simultaneamente é feito uso de recursos públicos para fomentar certos tópicos culturais, geográficos, econômicos e demográficos, em detrimento de outros, e assim se forjar uma região idealizada/fetichizada²⁹¹, dentro dos moldes da colonialidade.

É preciso, sobretudo, de ancoragem objetiva, caso contrário o pertencimento regionalista será transitório e circunstancial. Para tanto, as instituições, por onde passa o letramento cultural, acabam também servindo de aporte²⁹². Quanto mais a enunciação identitária estatal (local, regional, nacional) for direcionada a signos bem definidos, maior impressão de controle se terá sobre sua significação²⁹³. Para além dos efeitos, materiais ou simbólicos, perpassados pelas questões subjetivas, sem o oferecimento de “significantes prontos”, a fluidez se sobressairá e a performatividade recairá em múltiplas metáforas e metonímias a depender dos pactos explícitos e intersubjetivos realizados em coletividades outras²⁹⁴. Todavia, em razão da diversidade não corresponder aos anseios daqueles pretensiosos em disciplinar, explorar, subjugar, manipular e esquadrihar o modo de ser, de pensar e de viver de uma população, ela não encontra amparo nas semânticas dominantes²⁹⁵.

Isso pôde ser verificado em Mato Grosso, quando a elite, usando da intelectualidade, da política e da economia, no início do século XX, em resposta aos olhares externos, manifestou-se culturalmente “pela exaltação à terra e ao homem mato-

²⁹¹ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*: o que falar quer dizer; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região.

²⁹² MENDES, Luís César Castrillon; *Publicar ou Arquivar?* A Revista do IHGB e a escrita da História Geral do Brasil (1839-1889); FURLANETTO, Vera Lucia; PALHANO, Hadylyse Maria Lourdes. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sob as proposições de Januário da Cunha Barbosa e Rodrigo de Sousa da Silva Pontes; AMARILHA, Carlos Magno Mieres. *Os intelectuais e o poder*: História, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul; PEREIRA, João Pedro Ribeiro. *“Um povo sem identidade cultural definida”*: José Octávio Guizzo e a construção da identidade sul-mato-grossense (1967-1989).

²⁹³ BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*.

²⁹⁴ SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos Estudos Culturais.

²⁹⁵ FANON, Frantz. *Os condenados da terra*; FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*; LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais; BENITES, Eliel; PEREIRA, Levi Marques. Os conhecimentos dos Guardiões do modo de ser – teko jará, habitantes de patamares de existência tangíveis e intangíveis e a produção dos coletivos Kaiowá e Guarani.

grossenses”²⁹⁶. A historiografia memorialista teria desenvolvido importante papel na “constituição de uma memória” utilizada “para justificar determinadas condutas e ações políticas”. Naquele período, publicações com teor histórico teriam dado “início ao processo” de construções identitárias por um lado, e colocavam o heterogêneo como inimigo, por outro. Dentre os variados motivos, que teriam levado a essa conduta, estava o fato de ter ocorrido no Estado a abertura “aos investimentos externos” e “à vinda de imigrantes”. Desse modo, “o Álbum Gráfico de Mato Grosso, publicado em 1914” teria dentre as suas finalidades, a de auxiliar na “construção de um imaginário” que estabelecesse “laços identitários” e afastasse “estereótipos elaborados externamente”. A manutenção da “primazia do mando” seria a principal causa que teria levado ao trabalho de elaborar “uma identidade local” na qual eram destacados os aspectos dos “pioneiros”, do “defensor fronteiriço”, da “gente de boa origem” e dos “amantes do progresso”. Essas características teriam por desígnio estabelecer a supremacia dos antigos moradores em relação aos novos “forasteiros”²⁹⁷.

Concomitantemente, se desprezava as demais camadas sociais e etnias outras, especialmente aquelas dos povos indígenas, afrodiáspóricos e dos imigrantes pobres advindos dos países Sul Americanos vizinhos, como Paraguai e Bolívia, porque elas não se adequavam ao modelo europeu. O movimento contrário ao “estigma de barbárie” era uma resposta, com resquícios colonialistas, dos intelectuais de Mato Grosso aos viajantes estrangeiros e brasileiros, do Rio de Janeiro e de São Paulo, que caracterizaram o Estado como “incivilizado”. Naquele contexto, o Instituto Histórico de Mato Grosso inaugurado em 1919, e o Centro Mato-Grossense de Letras, em 1921, foram imprescindíveis para aglutinar “o esforço coletivo de redefinição da identidade regional” com “conotação nacionalista”. Naquela conjuntura o evento das “Comemorações do Bicentenário da fundação de Cuiabá”, em 1919, foi propício para proliferar “a elaboração de símbolos distintivos da identidade regional”²⁹⁸.

Vários signos foram criados para “compor a memória histórica e as tradições locais”, e dentre eles destacaram-se “o hino, o brasão e a Carta Geográfica de Mato Grosso, as datas, os heróis e grandes personagens redescobertos ou alçados a essa

²⁹⁶ GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*, p. 321.

²⁹⁷ ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904 – 1983)*, p. 05-06, para aprofundar o tema ler também GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*.

²⁹⁸ GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*, p. 321.

condição”. Frente às exigências políticas quanto à modernização e ao desenvolvimento, a preocupação com o futuro do Estado teria gerado inúmeros sentimentos como “incertezas angústias e medos” de modo que “energias intelectuais e afetivas [...] foram mobilizadas” para construir *significantes* positivos²⁹⁹. Similarmente, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, divulgada “com patrocínio do dinheiro público” a partir de 1919, sem interrupções até 1956, igualmente cumpriria com o propósito de referenciar “aquilo que merecia ser cultivado”, como símbolo dos “componentes desejados”, de uma identidade mato-grossense que vigorou no imaginário social por muitos anos³⁰⁰.

Seguindo esses moldes, em 1972 foi fundada em Campo Grande a Academia de Letras e História (ALH-CG). Esta fora idealizada dentre outros por Demóstenes Martins e Antonio Lopes Lins, atuantes também na Academia Mato-Grossense de Letras instalada em Cuiabá. Incluídos nos objetivos propugnados no recinto letrado campo-grandense, estariam o apoio à ditadura e a construção de “símbolos que representassem a cidade como desenvolvida e civilizada”, o que não significava uma oposição a Cuiabá ou aos cuiabanos. Dos fundadores da ALH-CG destaca-se, além dos dois sócios já mencionados, José Barbosa Rodrigues, Inah Machado Metelo, Paulo Coelho Machado e José Manoel Fontanillas Fragelli³⁰¹. Todos eles em 1977 mantinham vínculos que apareciam no OEMT e no CE, nos quais as semânticas historicamente construídas a respeito de Mato Grosso eram manifestadas implícita ou explicitamente.

No dia 19 de maio, por exemplo, no OEMT, sob o título “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso” foi republicado um artigo, de Antônio Lopes Lins, escrito para o CE³⁰². Nele inicialmente Lins elogiava Cuiabá como “mãe intelectual” e relembrava “um período pleno de realizações” no qual teriam se destacado “D. Aquino, Barnabé de Mesquita, Estevão de Mendonça, Isac Póvoas” e outros. Estas personagens remeteriam a “glórias passadas” que teriam embalado o imaginário social por muito tempo. Em um segundo momento era chamada a atenção para a geração de sua contemporaneidade que, a despeito da produção literária, não teria se destacado

²⁹⁹ *Ibidem*. Para aprofundar, ler também: MARIN, Jérri Roberto. D. Francisco de Aquino Corrêa e a construção da identidade mato-grossense.

³⁰⁰ ZORZATO, Osvaldo. Alicerces da identidade mato-grossense, p. 470. Para maiores informações consultar: LEOTTI, Odemar. *Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IHGMT: relações de poder, escrita, política, cientificidade e a invenção do mato-grossense moderno 1895 a 1934*.

³⁰¹ AMARILHA, Carlos Magno Mieres. *Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul*, p. 119, 121, 128.

³⁰² REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7668, p. 10, 19 maio 1977.

suficientemente para dar continuidade ao vigor anteriormente apresentado na “Academia Estadual de Letras” e no “Instituto Histórico” local³⁰³.

Isso teria levado as “duas Casas de Cultura” a terem as suas bibliotecas abandonadas, conseqüentemente, resultaria em “enormes prejuízos” históricos e culturais, por não haver “títulos novos”. Lins fez questão de relatar os nomes de Luiz Philippe, Rubens de Mendonça, Silva Freire e João Moreira como exceções à ociosidade criticada. Constaram simultaneamente no escrito agradecimentos ao governador Garcia Neto pela “criação da Fundação Cultural de Mato Grosso”, que teria sido “uma obra nascida do esforço e do idealismo da primeira dama”. Naquelas considerações, contudo, foram evidenciadas as “deficiências de órgão de um Estado pobre e asoberbado de obrigações e compromissos”, cuja potencialidade teria sido “em menos de um ano e meio de vida” ter organizado “a biblioteca das duas Casas, preservando volumes preciosos” e “dado alento às artes plásticas, com grandes e meritórias exposições” com o quê teria reavivado as “tradições” e o “folclore” de Mato Grosso. As ações teriam sido elogiadas também em razão de “intercâmbios notáveis com outras culturas regionais, através de espetáculos na capital e em várias cidades do Estado, Campo Grande inclusive”. Ainda se agradecia o incentivo às obras literárias inéditas e os auxílios recebidos da Fundação à Academia de Campo Grande que estaria cumprindo “seu programa cultural”³⁰⁴.

Luiz Philippe, então presidente, foi enaltecido como um “velho trabalhador das causas da cultura no norte”, ele teria sido o responsável pela “continuidade do lançamento da revista do Instituto, cuja publicação estava suspensa desde 1956”. Nas palavras de Antônio Lopes Lins era um feito “magnífico”, porque naquela edição haveria textos retratando “páginas de nossa história, homenageando figuras singulares do passado, descrevendo os estranhos acidentes geográficos de nossas grutas” e suas “misteriosas inscrições rupestres”. Por fim, além de Luiz Philippe, foram elogiados mais alguns autores dos artigos, como Lenine Póvoas, Pedro Jucá e Senador Canale³⁰⁵.

Nessas argumentações de Lins, não se percebeu nenhuma reivindicação *sulina*, sequer houve uma defesa da ACL-CG por conta de oposições ou disputas com qualquer órgão ou localidade. Ao contrário, houve rememorações de um passado comum, não houve enfoques regionalistas, nem foi aventada a discussão em torno do

³⁰³ *Ibidem.*

³⁰⁴ *Ibidem.*

³⁰⁵ *Ibidem.*

desmembramento e foram agraciados inclusive aqueles que se posicionaram desfavoravelmente meses antes, como Philippe³⁰⁶.

Aliás, fora difundida, em 01 de maio de 1977, uma nota, acerca da reunião realizada no dia anterior com membros do Instituto e de técnicos da Universidade Federal de Mato Grosso, na qual foi debatida a possibilidade de se firmar entre as duas instituições “um convênio futuro [...] para garantir o acervo cultural mato-grossense”. Os participantes vislumbravam “resguardar” o que para eles era o “valioso patrimônio histórico e cultural do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, a mais antiga entidade cultural do Estado”. No encontro, sob a presidência de Philippe, foi aprovado “o envio de um telegrama ao governo federal contra a divisão”; concomitantemente se sugeria a necessidade de “estimular a inclusão nos currículos dos estabelecimentos de ensino do estado do estudo da História e da Geografia de Mato Grosso” o que já ocorreria na “Escola Técnica Federal” de Cuiabá. Ao final a Câmara Municipal da capital fora laureada por promover uma “campanha” não aceitando a secção³⁰⁷.

O envio do referido telegrama foi noticiado na edição seguinte, cujo teor mencionava a aprovação unânime no IHGMT da “moção contrária” à separação territorial. No anúncio se versava também sobre “outro despacho telegráfico” encaminhado ao “vereador Benedito Alves Ferraz, presidente da Câmara Municipal de Cuiabá”, no qual se informava que “o Instituto” teria aprovado “por unanimidade moção de aplausos” pelo posicionamento de rejeição do órgão legislativo “em face da divisão do Estado”³⁰⁸. Dessa forma, Philippe enquanto presidente do IHGMT estaria cumprindo com as prerrogativas do órgão, cujas diretrizes foram moldadas desde a fundação.

Nesse sentido, enfatiza-se que a “construção social das identidades a partir do posicionamento de grupos ou categorias sociais”, pode adquirir movimentos variados, especialmente dois: de auto-afirmação ou de consenso. “Aqueles que fazem uso do discurso para se auto-afirmar”, comumente agem “em contraposição a alguma norma social e cultural vigentes”. Com efeito, “a afirmação se torna um artifício de negação do opositor ou das normas a que se opõe, pois necessariamente afirmar alguma coisa é sempre negar outra coisa (e geralmente nega-se a norma, a supremacia)”. Nesse caso, a

³⁰⁶ DIVISÃO: Câmara dos Deputados ouvirá dois de M. Grosso. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7624, capa, 24 mar. 1977.

³⁰⁷ CONVÊNIO garantirá conservação de acervo cultural de MT. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7654, capa, 01 maio 1977.

³⁰⁸ DIVISÃO: IHGMT é contrário. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7655, capa, 03 maio 1977.

“afirmação [...] vem carregada do desejo de negação de alguém ou alguma coisa que representa o *status quo*”. Já no caso do consenso, “a afirmação não se faz necessária”³⁰⁹, pois há uma concordância conjuntural.

Portanto, infere-se que, em 1977, alguns políticos e demais agentes se consideraram detentores da palavra escrita e amplamente divulgada. Eles se propuseram aos enfoques regionalistas duais, não com intuitos de *autoafirmar* uma cultura particular/singular, e sim como uma mimese do desenvolvimentismo capitalista moderno nacional e internacional, sob as égides da colonialidade. Aqueles que exerciam algum tipo de poder na sociedade sentiam-se autorizados a definirem quais seriam os objetos legítimos de se querer, e dentre tantas possibilidades, ser *sulista* ou *nortista* poderia ser uma identificação *desejante* válida, a depender das vantagens ou conquistas que isso pudesse significar.

Todavia, a fronteira entre *Norte* e *Sul*, naquele ano ainda não tinha sido marcada juridicamente, era um *significante* incipiente sem inscrição na objetividade material e estava suscetível a qualquer tipo de apropriação nos embates separatistas. Nestes, ora se apelava ao pertencimento anteriormente forjado pela identidade mato-grossense, cuja *ascendência tradicional* estava implicada. Ora, se buscava no passado elementos ou significados que justificassem a adequação identitária a novos moduladores, que em determinado momento foi Campo Grande, oportunamente Mato Grosso do Sul, e que poderia ter sido qualquer outro, como Maracaju, Dourados ou Estado da Bodoquena³¹⁰.

Desse modo, o início da construção semântica regional “sul-mato-grossense” propiciou a evocação dos mais variados signos históricos, porém, frente ao múltiplo, desconhecido ou rejeitado, houve a necessidade de alguns de se qualificarem pela igualdade. Houve políticos em Dourados, por exemplo, que se caracterizavam como filhos de uma mesma terra e desse modo podiam retomar o conhecido e vivido. Ou seja, “às tradições nortistas” voltavam suas defesas e assim sustentavam a identidade mato-grossense. Simultaneamente, rechaçavam que o novo Estado fosse chamado Campo

³⁰⁹ ARAÚJO, Valterlei Borges de; SUZUKI, Júlio César. Afirmar é negar: Vitor Ramil, um caso fronteiriço na música popular brasileira. In: CAPAVERDE, Tatiana da Silva; RAMOS DA SILVA, Liliam (orgs.). *Deslocamentos culturais e suas formas de representação*, p.112-113.

³¹⁰ GEISEL recebe hoje documento sobre divisão de Mato Grosso. *O Progresso*, Dourados/MT, n. 2059, p. 01, 28 jul. 1977; FURLANETTO, Vera Lucia. Na arena do poder: disputas políticas e identitárias na discursividade midiática de agentes públicos, douradenses e campo-grandenses, na história da criação de Mato Grosso do Sul, em 1977.

Grande, pois consideravam que essa nomenclatura os desvalorizava no jogo político de forças, dentro do qual reivindicavam maior participação e temiam serem excluídos.

Logo, o apelo ao sentimento de pertencimento a Mato Grosso, os resguardava frente a um quadrante desconhecido, pois, embora criado um novo ente federativo “não deixariam de ser mato-grossenses”. Essas asseverações mostraram a força dos significantes forjados e oferecidos como identificatórios de “Mato Grosso” e de “seu povo” por terem contado com décadas de investimento governamental em sua construção coletiva, amparados em semânticas ascendentes de outros tempos, Estados e até países³¹¹.

Na distinção entre *Norte* e *Sul*, posta como necessária para formar uma estereotípia, aquelas características tradicionais também se fizeram presente e a denominação política da futura unidade conteve elementos das construções identitárias anteriores. Maior do que as dissonâncias entre *nortistas* e *sulistas*, aludidas por alguns habitantes, havia a construção de traços culturais, sociais, geográficos, imaginários e simbólicos distintos. Pretendia-se, sobretudo, partilhá-los entre toda a população, como se existissem, desde aquele momento, dois Estados, duas regiões. Com efeito, quando certos agentes bradavam “do Sul” a cada rechaço à entidade federativa da qual seriam vizinhos, mas que naquela ocasião eram partícipes, não pretendiam circunscrever e oficializar uma tipificação própria³¹². E sim, havia a finalidade de atestarem-se historicamente competentes para assumirem lugares privilegiados inéditos, colocando-se como destinatários, justamente, por já experimentarem as regalias burguesas, portanto, mobilizavam instrumentos, recursos, afetos e meios para alcançar seus objetivos políticos, econômicos e sociais.

Essa performance multifacetada pôde ser verificada em diversos textos de Lins, nos quais, concomitantemente, exaltava Cuiabá, o Estado como um todo e ainda apontava a viabilidade de se instituir Mato Grosso do Sul. Em artigo publicado no OEMT³¹³ se propôs a “cantar a sua terra”, Mato Grosso que o havia “adotado”, a qual chamou de “Estado-Solução, que nasceu em berço de ouro”, em menção a dizeres de Garcia Neto³¹⁴. Usou-se de termos cronológicos para a ponderação de que é na “história que se encontra a explicação dos fenômenos sociais e econômicos”. Eram exaltados os

³¹¹ FURLANETTO, Vera Lucia. *Mato Grosso do Sul: sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio do Estado*, p. 107-118.

³¹² *Ibidem*.

³¹³ CRÔNICAS do tempo - Do nascimento de Mato Grosso a epopeia de Cuiabá. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7643, p. 06, 17 abr. 1977.

³¹⁴ GARCIA NETO, José. *Mato Grosso: Estado Solução*.

eventos históricos de invasão e dominação, desde o século XVI, que teriam com o tempo dado “a base de sustentação” oportunizando “com a assinatura da Ata de fundação de Cuiabá” o começo “de fato” da “existência legal de Mato Grosso”³¹⁵.

Para Lins, se era cuiabano antes mesmo de ser mato-grossense, pois, a existência de Cuiabá, como *cidade-mãe*, teria possibilitado a criação do Estado de MT. Nesse sentido, a chegada do governador da capitania de São Paulo, seu secretário, um padre e mais três mil homens, em 15 de Novembro de 1726, é que teria dado “o substrato legal e espiritual à terra nova”. Os encargos se dariam porque “nunca uma região tão grande deveu tanto a uma única cidade. Cuiabá nascia e nascendo já se tornava o fulcro de radiação de uma ecumênia rica e próspera, tenaz e forte que logo, quase de imediato [...] se converteria em unidade política e econômica”³¹⁶.

Assim também foi feito no CE, no dia 28 de abril. A escrita, de duas páginas, representava uma ode à área que viria a ser o novo ente. Acrescido a isto, eram trazidos dados que incluíam elementos identitários relacionados à extensão territorial, qualidade do solo, distribuição pluviométrica, faixas climáticas e estações distintas, especificidades geofísicas e altimetria. As características propiciariam a “cultura mecanizada da terra”, valorizada pelos “agricultores do Sul” nelas estabelecidos. Postulava-se por uma “fronteira de economia agrícola” destacando o plantio de arroz e soja. Tais campos, extensos e ondulados, lembrariam as “coxilhas gaúchas [...] excelentes para a criação” bovina, dos quais mereceria maior atenção o pantanal Sudoeste, “uma das melhores regiões naturais para pecuária no mundo”³¹⁷.

Lins continuou pontuando o que ele considerava como as potencialidades minerais de Corumbá, e de maneira geral, das demais localidades em relação à produção agrícola, ao rebanho bovino, à indústria, à comunicação ferroviária e pavimentada, bem como à hidroviária. Houve ainda destaque para a arrecadação tributária e foi proposta uma divisão administrativa entre 56 municípios, frisando dentre eles as “cidades principais”: Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas, Aquidauana, Paranaíba, Ponta Porã e Coxim. Havia três quadros com as devidas estimativas por localidade. O primeiro trazia a superfície e a população estimada em 31 de dezembro de 1976. O segundo expunha o levantamento efetuado a partir das declarações dos pecuaristas em

³¹⁵ CRÔNICAS do tempo - Do nascimento de Mato Grosso a epopeia de Cuiabá. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7643, p. 06, 17 abr. 1977.

³¹⁶ *Ibidem*.

³¹⁷ MATO Grosso do Sul, um estado viável. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7242, p. 07-08, 28 abr. 1977.

1975 com o número provável de cabeças de gado. E no último, eram descritos os ganhos estaduais em 1976 contendo tabelas de ICM, total e per capita³¹⁸.

Essa edição do CE teria sido disponibilizada ao público alguns dias após o encontro de membros da “Liga sul-mato-grossense”³¹⁹ com o “governador Garcia Neto” e seu vice “Cássio Leite de Barros”, ocorrido em “17 de Abril”, na sede do “frigorífico Bordon”³²⁰. Dentre os presentes destacavam-se ainda, José Fragelli, Fernando Correia da Costa, Itálvio Coelho, Lúdio Coelho, Rubens Figueiró de Oliveira, Paulo Coelho Machado e o próprio Antônio Lopes Lins. Em 23 de abril, foi noticiado um texto redigido em teor de ata³²¹. A escolha por tal formato poderia ter a intenção de cumprir com a função de evidenciar um registro verossímil. Isso pode ter se dado em razão de matéria precedente, do dia 18, de conteúdo semelhante, que trazia asseverações não confirmadas, como o dizer de Garcia Neto: “Mato Grosso está dividido”. Nesse impresso de n. 7234, mencionava-se a “reunião a portas fechadas, bastante restrita”, motivo pelo qual a divulgação antecipada não ocorrera, por atender “justamente pelo cunho de ‘secreta’”. Nessa veiculação, constaram pormenores do encontro e das falas dos participantes com viés positivo ao desmembramento³²².

Caso a publicação 7238³²³ tenha sido de fato a ata do evento, cumpriu desfazer as distorções sobre as manifestações de Garcia Neto comunicadas naquela data anterior. Na reportagem do dia 23, eram apresentadas suas escusas ao considerar inoportuna a secção, bem como, sua vontade em encaminhar a Geisel, em audiência futura, um relatório especial. Nesse documento, Garcia Neto “pretendia provar que não apenas o governo estadual estava dando ao sul todos os meios possíveis para o seu desenvolvimento”, mas também arrazoar “que o processo divisionista apresentaria os inconvenientes de criar duas despesas administrativas nos três poderes, tanto para os estados como para a união”. Ao manifestar sua opinião, adjetivava essa postura como

³¹⁸ *Ibidem*.

³¹⁹ Para mais informações acerca da Liga, seus períodos de ostracismo e reativação, ler: FURLANETTO, Vera Lucia. *Mato Grosso do Sul: sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio do Estado*, em especial páginas 56-57, 83- 85.

³²⁰ A LIGA Sul Matogrossense e o governador Garcia Neto discutem em conjunto problemas da divisão. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7238, p. 04, 23-24 abr. 1977.

³²¹ *Ibidem*.

³²² MATO Grosso está dividido, diz o governador - Garcia reúne divisionistas para falar da divisão. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7234, p. 09, 18 abr. 1977.

³²³ A LIGA Sul Matogrossense e o governador Garcia Neto discutem em conjunto problemas da divisão. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7238, p. 04, 23-24 abr. 1977.

leal e honesta, por conseguinte, formularia seus argumentos para subsidiar os estudos realizados pela cúpula federal, a pedido do presidente³²⁴.

Seu desejo era “manter Mato Grosso unido”, porém, conforme comunicado a Geisel, “caso a medida fosse tomada” a aceitaria e procuraria “torná-la efetiva usando os meios de que dispusesse e os instrumentos que” lhe “fossem postos à disposição”. Portanto, estaria o governador inclinado a “dar, aos emancipacionistas, uma oportunidade de expor seus pontos de vista, até mesmo para procurar convencer-se”; desse modo, “solicitou a opinião dos presentes” ponderando “que uma súmula dessas informações poderia constar, também, da matéria a ser entregue ao presidente”. Diante disso, e após as explanações de vários participantes, Paulo Coelho Machado teria proposto a redação de “um trabalho” pelo grupo, que provasse “não haver nenhum óbice a se opor à emancipação”, requerendo que o “memorial” fosse incorporado ao relatório governamental “ou figurasse como adendo do mesmo”, ao que Garcia Neto assegurou ser um “prazer”³²⁵.

A continuidade das “Crônicas do tempo”, anunciada por Lins, ao final do primeiro artigo, foi publicada somente em julho daquele ano no CE e não no OEMT. A segunda parte trazia evocações sobre o século XVII em diante e dentre outras coisas estabelecia alguns paralelos entre municípios tanto do *Sul* quanto do *Norte*. Entretanto, concomitantemente era destacado que a partir da segunda década daquele século XX, a pecuária ganhara importância em razão da construção da estrada de ferro Noroeste, que facilitaria o transporte do gado, e junto com a criação da nona região militar daria posição de relevo a Campo Grande. A agricultura foi elencada como “a grande mola impulsora do progresso do Estado”, mencionando-se que “o começo dessa atividade, em escala de exportação, nascera da criação da Colônia Agrícola de Dourados em 1934”³²⁶.

Omitiu-se, no entanto, que os “3.000 hectares, divididos em lotes familiares de 30 hectares”, da CAND, “se sobrepuseram a grande parte do território do *tekoha guasu Kanindeju*”, da etnia Kaiowa, e que “muitas comunidades foram expulsas de suas terras tradicionais, provocando um trauma em suas histórias, sempre rememorado nas

³²⁴ *Ibidem*.

³²⁵ *Ibidem*. Consta nos escritos de Pedro do Valle que, no dia 27 de abril, Garcia Neto teria entregado a Geisel um “estudo sobre a realidade mato-grossense” no qual seria demonstrada que a divisão territorial implicaria em “duas unidades inviáveis”. VALLE, Pedro. *A divisão de Mato grosso*, p. 40.

³²⁶ CRÔNICAS do tempo - o povoamento e o fluxo demográfico de Mato Grosso I – fatores do povoamento. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7316, p. 04, 28 jul. 1977. Observa-se que a menção ao ano de 1934 no texto não corresponde à data de criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), ocorrida em 28 de outubro de 1943, por meio do Decreto-lei n.º 5.941. Dada a similaridade dos números, o erro na grafia aparenta ter se tratado apenas de uma inversão de dígitos.

narrativas de seus líderes atuais”³²⁷. Lins prometeu, ao término, mais “crônicas” para descrever “o desenvolvimento do Estado nos últimos cinquenta anos, as imigrações recebidas e o fluxo de populações” e assim o fez nos dias 02³²⁸, 16³²⁹, 17³³⁰ de agosto e 09³³¹ de setembro, enfatizando, contudo, a pecuária e a mineração da porção *Sul*, sem nada mencionar sobre as populações indígenas e quilombolas ou quaisquer qualidades do *Norte*.

Não é possível deduzir se a perspectiva de Lins se alterou nesse último texto, para reforçar uma gramática que prestigiasse a divisão e corresponder aos anseios da Liga, como parte dos trabalhos mencionados por Paulo Coelho Machado, sendo a preterição ao *Norte* uma escolha deliberada. Ou, se foi redigido na mesma época em que o primeiro, todavia, utilizado pelos diretores para atender aquilo que considerassem favoráveis a ser divulgado em Cuiabá ou em Campo Grande, naquele momento de disputas. De qualquer modo, foram observados elementos ambivalentes e contraditórios, ora em elogios e defesas ao *Sul* ora ao *Norte*. Consequentemente, tais traços são insuficientes para se conformarem em uma identidade *nortista* ou *sulista* do professor, por mais óbvio que tenha ficado seu engajamento pela divisão e seu desempenho como “intelectual mediador” na causa separatista³³².

No tocante a isso, se frisa, as “identidades que se constroem e se desconstroem ao transitarem entre histórias, culturas, línguas e imaginários a partir de escrituras derivadas de suas experiências”³³³, levam tempo, investimento e amparo objetivo para se constituir como um significante sob o qual os sujeitos podem performar. Naquele período, não havia ainda uma definição estatal acerca do novo cenário, de maneira que uma identidade regional *sulina* não tinha contornos suficientes para se tornar simbólica,

³²⁷ PEREIRA, Levi Marques. A reserva indígena de Dourados: a atuação do Estado brasileiro e o surgimento de figurações indígenas multiétnicas. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (orgs.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*, p. 781 (grifo do original).

³²⁸ CRÔNICAS do tempo - o povoamento e o fluxo demográfico de Mato Grosso II – a produção agrícola e a população. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7320, p. 06, 02 ago. 1977.

³²⁹ CRÔNICAS do tempo II - A pecuária em Mato Grosso - desenvolvimento, meio, raças e suas características. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7332, p. 06, 16 ago. 1977.

³³⁰ CRÔNICAS do tempo III - A pecuária em Mato Grosso - campos de criação e pastos cultivados - rebanhos por município. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7333, p. 06, 17 ago. 1977.

³³¹ CRÔNICAS do tempo - Riquezas minerais do estado e sua exploração - manganês e ferro de Mato Grosso Sul. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7350, p. 06, 09 set. 1977.

³³² SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais.

³³³ CAPAVERDE, Tatiana da Silva; RAMOS DA SILVA, Liliam (orgs.). *Deslocamentos culturais e suas formas de representação*, p. 16.

porquanto, ela se erigiria “a partir de afirmações e negações de linguagem”³³⁴ e não havia até então a força do poder simbólico incidido sobre ela e a objetivando³³⁵.

Sobretudo, os indivíduos que defendiam a separação do Estado, em 1977, não estavam refutando as normas vigentes, mas sim, pretendiam ampliar o poder de criá-las. Aqueles sujeitos não estavam questionando suas identidades ou os seus privilégios, ao contrário, pretendiam reforçá-los, aumentá-los, expandi-los; a expectativa era a de usufruírem ainda mais das condições hegemônicas, com as quais além de serem consoantes lhes interessava a permanência, preferencialmente, dentro de uma unidade federativa sobre a qual teriam maior controle.

³³⁴ *Idem*, p. 17.

³³⁵ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*.

II - REDES DE SOCIABILIDADES – ATRAVESSAMENTO DAS FRONTEIRAS GEOGRÁFICAS E ECONÔMICAS

Como abordado no capítulo anterior, os políticos e os sujeitos a eles relacionados ao comporem suas redes de sociabilidades, não se limitavam às esferas geográficas e financeiras, conquanto esta última estivesse em voga. Os vínculos analisados, contudo, não eram desprezíveis. Apesar dos afetos, que regem as relações, ultrapassarem a racionalidade, aqueles agentes envolvidos atuavam especificamente nos campos, econômico, político, intelectual e jornalístico. A mídia impressa serviu como um recinto privilegiado que auxiliou a garantir os lugares e as posições sociais, por ser um dos meios pelo qual as elites difundiam, para terceiros, ideais e diretrizes comportamentais que julgavam válidas, bem como, *significantes* passíveis de serem aceitos, desejados e quistos por serem simplificados e fixos. Assim, eram estabelecidas formas “de neutralização e de distanciamento da realidade” incidentes, sobretudo, na ordem social, cultural, étnica e moral, como uma baliza de oposição e ainda como disfarce para identificações e intenções particulares. Essas “marcas da distância neutralizante” foram embasadas nas semânticas eurocêntricas, capitalistas, liberais e autoritárias evidenciadas e pretensamente hegemônicas à época³³⁶.

Por esses motivos, nas estratégias gregárias eram imprescindíveis as ações ativas daquelas pessoas que, ao aderirem a tais discursividades, se tornavam legitimadas a participarem de arranjos políticos, culturais, sociais e econômicos. Os posicionamentos as autorizam a transitar pelos lugares de dominação e a emitirem suas opiniões, em decorrência de não serem divergentes a respeito das gramáticas ali praticadas. Por mais que não houvesse coerência íntima, havia a forja ideológica com vistas à coesão³³⁷. Foi por meio dessas conexões, que os indivíduos criaram e desenvolveram ambientes para compartilharem seus desejos e quererem, unirem forças e influenciarem-se mutuamente.

Dessa maneira, a imprensa, as associações, os institutos, as academias, as escolas, os centros, as empresas por eles constituídas, lhes proporcionaram engajamentos, trocas de informações e estímulo a um pensamento de superioridade, independentemente do local onde estivessem situados. Por conseguinte, as homologias, ancoradas nas suas ambições mais latentes, foram cruciais para a defesa ou a rejeição à causa divisionista. Houve afinidades entre os agentes atuantes em distintas áreas e certa

³³⁶ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*, p. 73-74.

³³⁷ CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia?*

confissão social, “cumplicidade fundamental prévia”, gerando-lhes reconhecimento e aumento de capital simbólico³³⁸.

Adicionalmente, aqueles grupos se mostraram restritos, como uma extensão familiar, resquícios das oligarquias locais, e contaram também com a interação não parental. Neles não havia espaço para laços mais abrangentes e diversos (com pessoas não letradas ou que praticassem culturas outras, por exemplo), de modo que questões *domésticas* (como as que envolviam seus negócios e empresas) eram priorizadas em detrimento de causas coletivas abarcadas por outras categorias da população. Uma vez que suas emoções incidiam sobre suas ações sociais sem diferenciações entre as esferas privada e pública³³⁹, os dominantes exerciam e estabeleciam a hetero limitação, ou seja, impunham as circunscrições de onde e como viver, pensar e agir a outrem³⁴⁰.

No CE e OEMT, em 1977, foram mostrados os indícios dos interesses colocados em cena enquanto se discutia o desmembramento. Entretanto, para se desviar a atenção focaram-se aspectos regionais ligados à economia, à história e à geografia. No entanto, ao se analisar com maior profundidade as táticas e as estratégias na formação dos agrupamentos políticos em Mato Grosso, verificou-se tratarem-se somente de “significantes vazios”³⁴¹. Isso porque “a ideologia burguesa a partir de sua linguagem como discurso fechado sobre si mesmo e dissolvente dos significados [...] opera com tautologias, expulsando polissemias e contradições, a fim de que a linguagem reconcilie os contrários e as oposições”³⁴².

A complexidade não estaria restrita, portanto, aos locais previamente caracterizados e aos seus possíveis limites oficiais. Os afetos circulantes, liames daqueles laços sociais estabelecidos, mostravam-se resultantes historicamente de um léxico supremacista, visando a disciplinarização e a subjugação física e simbólica de tudo e todos que não correspondessem aos princípios da modernização, do desenvolvimentismo e do progresso, como o que dizia respeito aos povos indígenas e quilombolas, suas culturas e territorialidades. Esquadrinhar a geografia, recortá-la e utilizar os espaços precipuamente com objetivo financeiro, estavam inclusos nessas pretensões. Ademais, “quanto menor sua extensão territorial, mais eficaz seria a sua

³³⁸ BOURDIEU, Pierre. O campo político, p. 198.

³³⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*.

³⁴⁰ DUNKER, Christian Iago Lenz. Crítica psicanalista do populismo no Brasil: massa, grupo, classe. In: HOFFMANN, Christian; BIRMAN, Joel (orgs.). *Psicanálise e Política: uma nova leitura do populismo*.

³⁴¹ LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*.

³⁴² CHAUI, Marilena. O totalitarismo neoliberal.

governabilidade, o controle e a gestão dos indivíduos”³⁴³. Nesse sentido, as redivisões propostas no mandato de Geisel encontraram apoio entre os supremacistas, não só matogrossenses. Não houve somente aceitação, todavia, vários agentes se dispuseram a pôr em luta anseios comezinhos, especialmente, quando esses já haviam sido partilhados direta ou indiretamente nos seus núcleos de convivência.

Alguns recintos, como a ADESG - Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, o CCSMT - Centro dos Criadores do Sul de Mato Grosso (atual ACRISUL - Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), formado por latifundiários pecuaristas, o IHGMT, as Academias de Letras e os próprios diários, desde suas criações, foram pensados para cumprirem com as finalidades e os propósitos intrínsecos às semânticas das elites de Mato Grosso, em âmbito econômico, político e intelectual. Por isso, em 1977, no auge dos conflitos relacionados ao desmembramento, nas evocações das tipificações “nortistas” ou “sulinas”, postulava-se, não por identidades “pré-formadas”³⁴⁴ e rígidas, mas sim por ambições muito bem definidas. Estas eram compartilhadas em diversas esferas por agentes presentes nos variados campos, dentre os quais o econômico foi o mais propício para ultrapassar e forjar barreiras porque facilitou a circulação territorial, ideológica, afetiva e política de certos sujeitos.

2.1 – Táticas e estratégias na formação de agrupamentos políticos em Mato Grosso – as aproximações para superar as adversidades e as diversidades

É preciso considerar a heterogeneidade, o singular, o individual para se chegar a um coletivo. Contudo, os mecanismos utilizados pelas coalizões políticas em Mato Grosso, no ano de 1977, apagavam as diferenças particulares dos envolvidos e caracterizavam-se em estratégia de sobrevivência do próprio agrupamento. Tal atitude teve como escopo formar e sustentar as intencionalidades e os interesses que parecessem plurais e camuflassem as motivações pessoais. A elite dominante operava sob o prisma econômico, político e letrado no qual se incluía o jornalismo; na ausência dos dois primeiros, a conjunção se dava pela intelectualidade. Assim, aquelas figuras realizavam seus pactos, suas amarras, em uma rede de sociabilidade ao transitarem por vários campos. Tais relações permeáveis faziam com que os ganhos simbólicos atravessassem as fissuras dos ambientes privilegiados e se retroalimentassem mutuamente.

³⁴³ MARIN, Jérri Roberto. A criação da província eclesiástica de Cuiabá em 1910, p. 67.

³⁴⁴ PENNYCOOK, Alastair. Uma linguística aplicada transgressiva.

Em termos políticos no OEMT, uma matéria trouxe a reivindicação de alguns prefeitos, logo após as posses ocorridas no dia primeiro de fevereiro de 1977. A união dos chefes do executivo das regiões “Norte, Leste, Oeste e Centro de Mato Grosso” tinha por objetivo angariar recursos junto à administração estadual para o asfaltamento de “rodovias”. Suas justificativas pautavam-se na ofensiva “do Governo Federal de penetrar no vazio desconhecido da Amazônia através das estradas”, que estaria “sendo alvo de admiração das maiores nações do mundo e ponto de honra do povo brasileiro na grande meta de integração”. Dentro destas articulações, pensava-se em incentivar o crescimento financeiro de MT tornando seu território menor, para assim investir em áreas estratégicas³⁴⁵.

Havia, sobretudo, a expectativa dos políticos locais pelos “incentivos fiscais dentro da filosofia do governo federal, grandes investimentos industriais, extrativos vegetais e minerais” e “desenvolvimento moderno”. O asfaltamento era concebido por aqueles agentes como “o novo bandeirante, que desbravando os sertões, vai plantando as sementes do progresso que crescem e se transformam em verdadeiras explosões econômicas”. Com elogios à atuação de Garcia Neto frente “ao Complexo rodoviário de Mato Grosso - este gigante adormecido do passado”, que naquele período estaria sob a sua gerência e que tinha contado também com os “outros governos” da “última década”, laureava-se o “Estado Solução”³⁴⁶.

Desde o início de tal memorando, observou-se a evocação de elementos históricos apregoados pelos lugares letrados, desde o início do século, do que seriam as diretrizes formadoras do regionalismo mato-grossense. A preocupação com o olhar estrangeiro, a busca pela integração nacional, o bandeirantismo como gênese moral e heroica, a obstinação acerca do desenvolvimentismo e da modernização compunham o retorno ao passado para sustentar as solicitações do presente, apagando-se quaisquer traços indígenas ou afrodiaspóricos existentes na região.

Visava-se precipuamente os “incentivos federais”, pois necessitava-se de “melhores meios de transporte para escoar sua produção” assentada na pecuária, na extração de madeira, na produção de feijão, milho, mandioca, amendoim, arroz, açúcar e “outros produtos como banana, café, laranja, pimenta do reino, abóbora, moranga, caju, manga”. Foi lembrada “ainda a produção mineral como cassiterita, ferro,

³⁴⁵ PREFEITOS pedem rodovias asfaltadas a Garcia. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7586, p. 10, 04 fev. 1977.

³⁴⁶ *Ibidem*.

manganês, etc.” Aqueles sujeitos baseavam seus pedidos na possível contratação de “um empréstimo para revestimento asfáltico em várias estradas” por parte do executivo estadual junto à União³⁴⁷. O atendimento a essas reivindicações beneficiaria os próprios prefeitos, pois, o comércio em alta escala desses produtos e a necessidade de escoá-los dizia respeito às pessoas detentoras de grandes áreas de terra; uma ínfima parcela dos moradores daquelas localidades, que os incluía.

Durante o “curso de aperfeiçoamento administrativo” para os “eleitos a 15 de novembro”, do ano anterior, para gerirem as municipalidades e que contou também com a participação de membros do executivo e do legislativo estaduais³⁴⁸, Garcia Neto declarou que o “governo do estado” não via “siglas políticas” naqueles que ali estavam e os respeitava como representantes da “vontade popular”, sendo “todos iguais”. Assim, denotava sua estima pelas localidades e suas respectivas gestões públicas. Porquanto, tratar-se-ia de um “governo político” que não impunha barreiras entre “a autoridade e o povo” julgando-se solícito em procurar “resolver os problemas que afetam de perto a aqueles”³⁴⁹.

Na ocasião, “o deputado Antônio Corrêa da Costa Neto, da Arena”, teria proposto “a criação da Associação Matogrossense dos municípios”, por considerar “que a entidade representaria uma força viva para lutar pelos problemas de Mato Grosso, numa perfeita sintonia entre os governos federal e estadual”³⁵⁰. Muito além de um reconhecimento às chefias, se primava pela coesão ideológica ditatorial daqueles, que pleiteariam e direcionariam os recursos, coadunados aos propósitos difundidos pelos militares. Verificou-se que o “memorando” dos prefeitos ocorreu no período das fortes chuvas que colocavam grande parte da população em vulnerabilidade, porém, a situação sequer foi aludida no documento³⁵¹.

O curso, oferecido em janeiro de 1977, teria sido promovido pelo “Departamento de Articulação com os Municípios - DEGRAM”, da Secretaria Estadual de Planejamento, e no evento o desmembramento de MT foi discutido entre os presentes. Dentre aqueles que teriam se manifestado “favoráveis ao apressamento da decisão do governo federal, em dividir o estado”, estavam os gestores de Anaurilândia,

³⁴⁷ *Ibidem*.

³⁴⁸ GARCIA aos prefeitos: governo político. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7566, capa, 12 jan. 1977.

³⁴⁹ MUNICÍPIOS: Deputado propõe a associação. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7566, capa, 12 jan. 1977.

³⁵⁰ *Ibidem*.

³⁵¹ TRÊS mil desabrigados. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7586, p. 10, 04 fev. 1977. No terceiro capítulo desta tese, se abordará sobre as enchentes.

São Félix do Araguaia, Anastácio, Aquidauana, Fátima do Sul e Jardim. Já o chefe do executivo de Chapada dos Guimarães, um dos entrevistados, mostrou-se contrário e incrédulo quanto à sua realização. Naquele momento, mencionava-se “a falada divisão” e reconhecia-se “a existência dos estudos” que na escrita do repórter se transformaria no “decreto [...] futuramente [...] assinado pelo presidente da República”. Desde essa primeira publicação, havia incertezas e paradoxalmente um apelo auspicioso e tendencialmente grandiloquente no CE ao se abordar a separação. A chamada apontava para sete defensores da secção, todavia, esse era o número dos ouvidos e não dos favoráveis. Ademais, ficou nítido que alguns só se posicionaram em virtude do tema partir do jornalista, e os inquiridos fortuitamente procuraram “não falar muito sobre o assunto”³⁵².

Contudo, nos primeiros meses daquele ano ainda não havia se estabelecido uma oposição entre *nortistas* e *sulistas*, porque as pautas reivindicadas eram semelhantemente comungadas entre os agentes públicos. Ficava evidente a falta de recursos para fazer com que as localidades atendessem aos ideários da modernização. As demandas políticas recaíam nas ambições de expansão da elite no âmbito econômico e agropecuário e não nas necessidades básicas da população. Vendia-se a crença na falácia de que o enriquecimento de poucos beneficiaria os demais habitantes de alguma maneira. Sob esses propósitos iam se formando coligações.

Após a cúpula da presidência da República anunciar o recorte do Estado, “a frente municipalista formada pelos prefeitos e líderes políticos do Leste de Mato Grosso” foi vislumbrada por Josefino F. Ramos, no jornal *Tribuna do Leste*, de Rondonópolis. Essa matéria foi republicada pelo OEMT. Postulava-se pela união de 15 municípios “com fins administrativos e visando formar uma liderança capaz de facilitar o trabalho do governo estadual” para atender “ao interior do Estado na parte leste”. Para o periodista, essa conjunção “seria o ideal para a solução dos problemas administrativos” ocasionados pela carência “de recursos maiores para enfrentar obras de vulto de interesse do povo”, bem como, “para soerguer a economia do novo estado de Mato Grosso”³⁵³.

A busca pela concentração de forças em prol da hegemonia se dava frente às ameaças ou à experimentação da diminuição de verbas públicas, e ainda para conservar

³⁵² 7 PREFEITOS querem a divisão. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7158, p. 5, 13 jan. 1977.

³⁵³ FRENTE Municipalista do Leste de Mato Grosso. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7694, p. 10, 21 jun. 1977.

e expandir os ganhos já adquiridos. Isso pôde ser observado nos vários embates “emancipatórios”, tal qual ocorreu em Vicentina, que elevada a município voltou a ser distrito de Fátima do Sul por uma decisão judicial que julgou o ato como inconstitucional. Em maio, no OEMT, se republicava uma nota de *O Progresso*, com o título, “Durou pouco a existência de Vicentina como município”³⁵⁴.

Noticiava-se que “a lei nº 3699 de 14 de Maio de 1976, elaborada pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso e sancionada pelo Governador José Garcia Neto”, tirando Vicentina da categoria de distrito, havia sido julgada “inconstitucional” pelo “Supremo Tribunal Federal”, no dia 18 daquele mês. No tocante ao “retorno da cidade à categoria” anterior, o redator escrevera acerca das “muitas indignações” dos residentes locais e dos festejos e soltura de “foguetes, em comemoração ao fato”, ocorridos “no distrito de São José, distante 12 km da sede do município” de Vicentina. Isso teria se dado em razão da “forte corrente contrária à emancipação”, questão partilhada pelo mandatário de Fátima do Sul, Samis Chafic Garib, que teria declarado ser aquela “uma boa notícia” uma vez que a localidade voltaria à sua gestão³⁵⁵.

No mês seguinte, no CE o tema voltou a ser pautado informando-se que “o prefeito Júlio Pereira Bastos, de Vicentina”, entrara “com recurso no próprio STF, visando obter a reconsideração da decisão”, porque ainda não teria ocorrido a homologação “pelo governo de Mato Grosso”. Comunicava-se o funcionamento regular da prefeitura e da Câmara enquanto o recurso não fosse apreciado. Ponderava-se concomitantemente que a situação jurídica conflituosa decorria de “ação proposta por políticos de Fátima do Sul” da qual havia participado Chafic Garib. Na disputa, “o chefe do executivo vicentinense” teria declarado que contava “com apoio incondicional do governador Garcia Neto, dos senadores Itálvio Coelho e Rachid Saldanha Derzi e dos deputados Paulo Saldanha, Airton Reis (estaduais), Nunes Rocha e Valdomiro Gonçalves (federais), além da população de Vicentina”³⁵⁶. Essa era uma forma de ressaltar a legitimidade da causa. Para tanto, os moradores abrangentemente eram agregados como um suporte fictício, por não se dar acesso às suas considerações, nem

³⁵⁴ DUROU pouco a existência de Vicentina como município. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7673, capa, 25 maio 1977.

³⁵⁵ *Ibidem*.

³⁵⁶ VICENTINA não desiste e luta pela independência. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7287, p. 07, 22 jun. 1977. A localidade só viria a ser instituída como município por meio da lei nº 725 de 20 de junho de 1987, publicada a 22 de junho de 1987; e a instalação ocorreria em 01 de janeiro de 1989 segundo dados da prefeitura, disponível em: <http://www.vicentina.ms.gov.br/vicentina/historia/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

se pontuar os benefícios ou malefícios a eles trazidos. Adicionalmente, ressaltavam-se os aliados e os opositores naquele litígio.

Na mesma página, foi anunciada a elevação de Nova Alvorada à categoria de distrito. O título da matéria destacava: “distrito de Nova Alvorada, em Rio Brilhante. De autoria do deputado Rubens Figueiró de Oliveira” o “projeto de lei” fora aprovado pela “Assembleia Legislativa do Mato Grosso”. Dentre as “razões apresentadas para a criação do Distrito” destacavam-se os “cidadãos humildes que ali trabalharam a terra e deram condições e vital posição econômica, social e política” à localidade, anteriormente, “conhecida por Entroncamento - desmembrado do Distrito de Aroeira”³⁵⁷.

As diversas contendas acerca das delimitações territoriais, desde aquelas que envolviam das menores às maiores áreas, e as competições e alianças realizadas em razão delas, ficaram evidentes também quando se discutia a divisão do Estado de Mato Grosso. E frente às incertezas quanto à instituição de um novo ente federativo e às implicações que sua efetivação oferecia, no “Sudoeste de Mato Grosso” os prefeitos também se movimentaram para formar uma “Associação”. No dia 10 de julho foi erigida “uma Comissão para elaborar o Estatuto da entidade, além de marcar para 06 de agosto [...] a data da 1ª Assembleia Geral”, para aprová-lo e simultaneamente eleger a “Diretoria”. A iniciativa contaria com os gestores de Aquidauana, Rio Negro, Jardim, Bela Vista, Sidrolândia, Porto Murtinho e Guia Lopes da Laguna³⁵⁸.

Em 03 de agosto a notícia relatava a reunião “no Centro de Educação Rural de Aquidauana com vistas a uma definição sobre o futuro da entidade”, que estaria “em fase de criação”. Anunciou-se que o “programa oficial” norteador das atividades já havia sido elaborado. Esperava-se a presença dos prefeitos de Campo Grande, de Dourados e de Fátima do Sul “para prestigiar o encontro e demonstrar que a formação de novas associações” era “vista com satisfação por chefes de executivos de outras áreas”. Ademais, contava-se com o apoio “de grande número de políticos, interessados no desenvolvimento da região e, notadamente no revigoramento do Programa de

³⁵⁷ CRIADO o distrito de Nova Alvorada, em Rio Brilhante. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7287, p. 07, 22 jun. 1977.

³⁵⁸ ASSOCIAÇÃO dos Municípios do Sudoeste de MT. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7302, p. 02, 12 jul. 1977.

Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRODOESTE - criado pelo então presidente Garrastazu Médici”, mas desativado naquele período³⁵⁹.

Além deles, compareceria também “o coordenador regional do INCRA” - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Apregoava-se pela “vida independente” da instituição com “linhas de ação definidas”, como ressalva à “maioria dos seus componentes” pertencerem “à Associação dos Municípios de Mato Grosso - ASSULMAT”, da Grande Dourados. A existência da corporação comprovaria “que a formação de novas associações paralelas” não significava “em nenhuma hipótese, enfraquecimento” das demais. Arrazoava-se, de qualquer modo, pela superioridade da mais velha que era proposta como uma “entidade mater” a todas que viessem a ser erigidas, e a qual se filiariam, “inclusive a do Vale do Ivinhema”, em razão dos objetivos comuns³⁶⁰.

Com isso, observou-se que os mesmos sujeitos inauguravam e ocupavam vários recintos expandindo as suas ações e o poder político, além de preservar as suas ambições. Nos dias do encontro, duas reportagens foram disponibilizadas no CE reiterando as informações anteriores, ampliando-as e detalhando-as. O empenho pela “reativação do PRODOESTE” estaria baseada no fato do programa ter custeado “as ligações asfálticas entre Campo Grande e Cuiabá, Campo Grande e Aquidauana e Anastácio -Miranda (em fase de execução)” naquele ano. Seria a retomada, “essencial para promover o desenvolvimento regional para a expansão cada vez maior de suas potencialidades”. Afirmava-se concomitantemente que os correligionários do movimento eram “todos de ala Pedrossian”³⁶¹ e afiançavam-se suas importâncias, em deferências pessoais e nas “facilidades de acesso” de que dispunham “nas altas esferas federais”³⁶².

A obstinação desses agentes em relação aos meios para o escoamento e comercialização de seus produtos agrícolas e pecuários ficava mais evidente. Suas organizações em aparentes blocos políticos regionalizados eram estratégias que visavam, sobretudo, colocá-los em evidência e criar um caminho administrativo burocratizado, por meio do qual poderiam ser direcionados os recursos públicos

³⁵⁹ PREFEITOS do Sudoeste promovem encontro sábado em Aquidauana. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7321, p. 05, 03 ago. 1977.

³⁶⁰ *Ibidem*.

³⁶¹ Para maiores informações acerca das controvérsias políticas envolvendo Pedro Pedrossian, ler: FURLANETTO, Vera Lucia. *Mato Grosso do Sul: sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio do Estado*.

³⁶² PREFEITOS reúnem-se hoje em Aquidauana: Sudoeste. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7324, p. 03-06, 07 ago. 1977.

estaduais e federais que atenderiam alguns de seus interesses localizados. Afinal, os negócios rurais proviam suas maiores riquezas expandidas para os demais campos, sem restrição geográfica, incluindo o político que voltava a fomentá-las ciclicamente.

Na gramática jornalística o jogo de palavras e acepções foi utilizado para dar direcionamento e contornos à região colocada em voga. Com ênfase em uma área menor, ao se referir à ASSULMAT (Associação dos Municípios do Sul de Mato Grosso) suprimiu-se o termo “Sul”, e colocou os municípios participantes da Associação dentro da esfera do Estado uno sem distinção. Pois, naquele momento a atenção dos leitores a quem era direcionada a mensagem deveria restringir-se ao polo Sudoeste e não vagar pelas discussões concernentes a *Sul versus Norte* ou vice-versa³⁶³. Em outra ocasião, no OEMT, também não foi mencionado o significado da sigla ASSULMAT por extenso, de modo a não adentrar em polêmicas duais e sim enfatizar unidade³⁶⁴, diferentemente, de quando em ambos os periódicos se pretendia afirmar a polaridade, porque o foco estava no desmembramento³⁶⁵.

Entretanto, a última publicação, após findada aquela reunião, repercutiu as divergências e as dificuldades frente aos intentos almejados. Conquanto, no CE se tentasse emplacar algumas campanhas, veementemente, não demorava muito para a coesão propagandeada ruir. Sob o título “Sudoeste: Associação de prefeitos ainda não sabe o que fazer para reativar o PRODOESTE”, eram explicados os motivos pelos quais não seria tão fácil adotar posições “no sentido de alcançar a sua meta maior”, com fins de “promover mais rapidamente o desenvolvimento da região do Sudoeste”, por meio da ativação do Programa. Ter dado natureza jurídica à Associação teria sido “o primeiro passo”. Nesse texto o marcador “Sul” foi evidenciado, talvez porque os acordos em torno do nome de Pedrossian não obtiveram o amparo desejado. Aludia-se a “mais de 20” gestores reunidos “para uma série de debates e, notadamente, troca de ideias” e que “vários dos chefes executivos presentes” não pertenceriam ao “Sudoeste, mas compareceram para dar sua colaboração, prestígio e, acima de tudo, demonstração de

³⁶³ PREFEITOS do Sudoeste promovem encontro sábado em Aquidauana. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7321, p. 05, 03 ago. 1977.

³⁶⁴ POLÍTICOS destacam liderança de Derzi. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7725, capa, 31 jul. 1977.

³⁶⁵ TÉCNICOS analisam problemas do Novo Estado. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7695, capa, 22 jun. 1977. Matéria republicada do CE.

que” existiria “uma união altamente benéfica e favorável à criação do novo estado do Mato Grosso do Sul”³⁶⁶.

Dentre os temas abordados, até mesmo “informalmente”, estavam as vantagens já alcançadas com a antiga PRODOESTE, como a previsão de “pavimentação das rodovias”, existência de “recursos devidamente alocados para extensão de redes de eletrificação rural, abertura de inúmeras e importantes estradas vicinais”, bem como, fundos “para a agropecuária”. Uma das preocupações seria “saber se o governo federal” dispunha ainda “dos recursos do Programa, que não foram utilizados, apesar dos insistentes pedidos feitos pelos líderes das regiões prejudicadas com a não aplicação da verba”. Essa seria a prova a ser emplacada, de que os mandatários não figuravam “sem força”, pois, tentariam “sensibilizar as autoridades federais para atender os municípios-membros em seus anseios maiores”³⁶⁷. Ou seja, sob o anseio modernizador, procurava-se facilitar o acesso às grandes fazendas, com construção de vias e pontes, e garantir as estruturas, incluindo as elétricas, que aumentariam as potencialidades econômicas das propriedades.

Aquele encontro, além dos personagens já mencionados, também “contou com a participação do ex-governador José Fragelli, deputados estaduais Rubens Figueiró, Sérgio Cruz e Henrique Pires de Freitas”. Em seu escrito, o articulista comentou acerca das contradições; de um lado “o prefeito aquidauanense fez questão de frisar” que a reunião acontecia independentemente “de cor política-partidária, credo ou crença religiosa”, no entanto, o jornalista teria observado que “se fez muita política, principalmente, aproveitando-se a ocasião para sutis e desnecessários ataques a um autêntico líder político e popular, Pedrossian”, o que teria causado “profundo mal estar entre a grande maioria de prefeitos”. Nesse evento, organizado por arenistas, se apresentava Sérgio Cruz, do MDB, como um aliado, embora sua legenda fosse concebida como oposição consentida. Além disso, ficou evidente a não unanimidade em relação à Pedrossian de modo divergente à vontade do periodista³⁶⁸.

Frente às críticas “aos ex-administradores, principalmente aos que ocuparam o Governo do Estado”, Fragelli defendeu-se “afirmando que nenhum dos ex-governadores fez menos do que desejavam ou podiam fazer nas suas respectivas épocas”. Postulou também por uma “reforma constitucional” bem como “a eleição de uma constituinte

³⁶⁶ SUDOESTE: Associação de prefeitos ainda não sabe o que fazer para reativar o PRODOESTE. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7325, p. 05, 08 ago. 1977.

³⁶⁷ *Ibidem*.

³⁶⁸ *Ibidem*.

nacional ‘para devolver o país ao regime de autêntica democracia’”, pelo que teria sido aplaudido. Já Marcelo Miranda e José Elias Moreira, gestores de Campo Grande e de Dourados respectivamente, “pregaram a união como forma de dar maiores condições ao futuro Estado de Mato Grosso do Sul de se desenvolver mais aceleradamente, correspondendo à confiança do governo federal nas suas potencialidades e capacidade de sobrevivência”³⁶⁹. Cogitariam também, a localização geoestratégica e as fronteiras internacionais.

Por esses relatos finais, verificaram-se os posicionamentos não recíprocos entre Fragelli e os dois prefeitos. Enquanto o primeiro estaria primando por certo afastamento à ditadura, provavelmente porque o golpe de 1964 tenha instituído “uma narrativa de Estado, compulsória, definindo a natureza, a ordem e o ritmo do que seria o projeto nacional de desenvolvimento”³⁷⁰, considerado insuficiente para o ex-governador, os outros priorizavam os favorecimentos que a ditadura civil-militar ainda poderia trazer. Dessa forma, a instabilidade acabava sendo publicada no próprio diário, cuja inorganicidade daquelas homologias restava explicitada.

Outro embate indireto dizia respeito à extensão das áreas abrangidas com a nova reconfiguração a partir do desmembramento. Na capa do CE, em 06 de abril, um mapa de Mato Grosso com uma linha mais escura chamada de “inteligente” era a proposta para o recorte territorial³⁷¹. Na página três, daquela edição, havia o detalhamento de tal sugestão, caso “se entendessem fazer a divisão”, e se comentava as tangências de sua origem quando das análises iniciadas em 1974, por “uma Comissão do Ministério do Interior” vinda a Campo Grande³⁷².

Essa linha divisória, proposta entre Mato Grosso e a nova unidade a ser criada, tivera sido arrazoada como a melhor opção porque seccionaria “o ‘estado em duas regiões que não se’ identificavam”, não cortaria “nenhum município” e dispensaria “a necessidade de um trabalho de topografia, que oneraria excessivamente” o processo, colocando Corumbá como o ponto de partida³⁷³. Perceberam-se no texto alguns elementos que procuravam dar validade e autoridade ao que ali estava sendo exposto

³⁶⁹ *Ibidem*.

³⁷⁰ DUNKER, Christian Iago Lenz. Crítica psicanalista do populismo no Brasil: massa, grupo, classe. In: HOFFMANN, Christian; BIRMAN, Joel (orgs.). *Psicanálise e política: uma nova leitura do populismo*, p. 204.

³⁷¹ GARCIA: divisão, só em estudos. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7225, capa, 06 abr. 1977 Anexo II.

³⁷² A “LINHA inteligente” que dividirá Mato Grosso do Sul, do Norte. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7225, p. 03, 06 abr. 1977.

³⁷³ *Ibidem* (grifos do original).

sob a tônica separatista, se sobrepondo à materialidade do estudo propriamente dito. Questões identitárias sobre as novas configurações territoriais foram evocadas e colocadas como opostas, ao se afirmar a falta de similaridades que pudessem ser partilhadas entre elas. Procurava-se regionalizar e demarcar os sentimentos de pertencimento das respectivas populações, como se isto fosse possível naquele momento.

Citava-se o sigilo da visita da Comissão e inferia-se por um “Mato Grosso já dividido”, cujo desmembramento estaria previamente delimitado. No tocante a qualquer divergência quanto à “linha inteligente”, que previa as fronteiras “dos dois futuros Estados”, na qual “Corumbá, Pedro Gomes e Alto Araguaia ficariam para o Sul” e “para o Norte [...] Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço, Itiquira, Alto Garças e Araguainha”, dizia-se não poder “ser chamada de ‘linha burra’” e sim “de burrice”. Essa demarcação territorial teria sido entendida, segundo o periodista, como “perfeita [...] mais viável e mais fácil”, e estaria situada “entre os paralelos 16 e 18, quase na altura do paralelo 17”³⁷⁴. A reportagem, como a maioria daquelas veiculadas pelo CE, não continha uma autoria e a escrita remetia a terceira pessoa do plural atribuindo a outrem as postulações ali impressas. Propugnava-se por diferenças antecedentes e justificadoras da seção, para com isso construir no imaginário social um regionalismo pré-existente, visando impor como legítimas aquelas novas definições territoriais.

Mencionava-se simultaneamente que “um grupo de intelectuais de Cuiabá” teriam decidido, 15 dias antes, fundar “uma espécie de ‘Associação secreta independente’”, cujas reuniões sistemáticas teriam por finalidade “levantar todos os itens relacionados ao assunto, desde aspectos históricos até as mais recentes caracterizações econômicas”. Na equipe estariam, especialmente, “Archimedes Pereira Lima, chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Lenine Póvoas, presidente da Fundação Cultural de Mato Grosso e Luís Phillippe, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Estado”. Tal grupo teria se designado como “desvinculado de qualquer área oficial” e os membros teriam asseverado “que somente depois de estarem de posse de todos os dados [...], inclusive estudos de caráter sociológico para definir a conveniência ou não da divisão”, se manifestariam “oficialmente sobre o assunto. Inclusive com envio de material ao Presidente da República, recomendando ou desaconselhando” a seção³⁷⁵.

³⁷⁴*Ibidem* (grifos do original).

³⁷⁵*Ibidem* (grifos do original).

Nesse ponto, o articulista reforçou uma oposição entre aqueles que já estariam contribuindo com o desmembramento e os demais que poderiam, porventura, atrapalhá-lo. Os primeiros tinham uma proposta para o território da nova unidade e estabeleciam os motivos pelos quais deveriam ser atendidos, em contraste aos segundos que poderiam elencar razões discordantes e assim prejudicarem o trabalho previamente realizado. Ao se afirmar a autonomia dos últimos, a despeito de contarem com Archimedes, braço direito de Garcia Neto, pretendia-se somente um afastamento, não obstante fantasioso, desses com os interesses estatais.

Também se alertava acerca dos riscos de se discutir o tema e da falta de unanimidade entre “o grupo de intelectuais de Cuiabá”, por conseguinte, alguns defendiam o recorte “através do Paralelo 16”, outros do “Paralelo 14”, havendo ainda rejeições a “linhas imaginárias”, em razão dos “acidentes geográficos naturais” que por si só garantiriam os “limites entre os dois futuros Estados”. A simplificação e a naturalização dos aspectos envolvendo a criação da entidade federativa, colocadas em dualidade, ficaram nítidas. Outrossim, permaneciam as incógnitas sobre as questões pertencentes às distintas esferas, das quais não havia maiores informações. Nesse sentido, percebeu-se que a proximidade e a familiaridade com o assunto e com as gestões estadual e federal, sugeridas recorrentemente no CE, não eram concretas³⁷⁶.

Reiterando a proposta, em 14 de abril, no CE foi publicado um mapa minucioso no qual constavam somente os municípios elencados anteriormente como pertencentes ao “Sul”. Apresentando as divisas com Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Paraguai, a cartografia seria a representação da configuração territorial do novo ente federativo a ser criado no Brasil. Nela, Campo Grande já estava demarcada como capital e havia as convenções do que seriam os centros regionais, as cidades, as vilas, os povoados ou grandes fazendas, aeroportos, portos e ferrovias. Caracterizavam-se também as rodovias como pavimentadas, a pavimentar, implantadas, secundárias e planejadas³⁷⁷. Desse modo, iam se erigindo os signos reivindicatórios, do projeto fundiário e agropecuário dos poucos privilegiados aos quais o desmembramento poderia dar contornos mais precisos.

³⁷⁶ *Ibidem*.

³⁷⁷ ASSIM deverá ficar o futuro Mato Grosso do Sul. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7231, p. 07, 14 abr. 1977. Anexo III.

A volatilidade desses símbolos pode ser verificada no OEMT em 24 de abril³⁷⁸. Enquanto para a porção *Sul* se almejam terras específicas e dinheiro para atender demandas generalizadas, para o *Norte* se vislumbravam infraestruturas relativas à ferrovia e rodovias, bem como, maior acesso às riquezas da Amazônia. De modo geral, pretendia-se expandir a agricultura, a pecuária, o comércio e a indústria. Para aqueles que compunham a elite, essa seria a maneira de garantir o acúmulo de capital e de ter acesso a tudo que era prometido pelo desenvolvimentismo.

Os recursos públicos federais, estaduais e municipais custeariam as estruturas necessárias para se alavancar o enriquecimento daqueles que já ocupavam lugares de prestígio na sociedade, mas que acreditavam terem muito mais a alcançar, seguindo a lógica do capitalismo e do liberalismo. Assim, a metáfora da “divisão” servia para se requerer, politicamente, junto à cúpula do governo federal, embora indiretamente pelos jornais, expedientes que tirassem essas regiões da “periferia” e as alçassem ao *status* de “centros” modernos e desenvolvidos que beneficiariam, sobretudo, a camada mais abastada da sociedade³⁷⁹.

Independentemente de serem contrários ou favoráveis ao desmembramento de Mato Grosso, o uso da pauta divisionista possibilitaria aos sujeitos pleitearem antigas solicitações, compreendidas por eles como não alcançadas. Suas reivindicações pautavam-se na grandeza territorial, na localização geoestratégica e nas *riquezas inesgotáveis*, almejando um futuro próspero. A matéria do noticioso cuiabano trazia os dizeres de Antonio Corrêa da Costa³⁸⁰, deputado estadual em 1977, para quem a separação “de Mato Grosso em duas unidades federativas” não interessaria “ao estado por uma série de razões, a começar pela tradição, pelo desenvolvimento e, principalmente, pelo grande futuro” que estaria “reservado para a Terra de Rondon”³⁸¹.

³⁷⁸ CORRÊA da Costa: Divisão não interessa a MT. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7648, p. 09, 24 abr. 1977.

³⁷⁹ A lógica das sociedades hierarquizadas, baseada na economia capitalista que estabelecia a relação dual centro-periferia, e toda a semântica resultante dela, foi compartilhada pelo pensamento político no Brasil desde os primeiros anos do século XX, como abordou PEREIRA, Vinícius Vieira. *A produção da relação centro e periferia no pensamento econômico*: das teses marxistas do imperialismo capitalista às teorias da dependência.

³⁸⁰ Possivelmente sobrinho de Fernando Corrêa da Costa e filho de Mário Corrêa da Costa. ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso*: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964, p. 187.

³⁸¹ O Projeto Rondon (e a pessoa a que ele remetia) era aclamado no jornal OEMT, por dar autoridade científica às causas militares, especialmente durante o período ditatorial, incluindo assuntos relacionados à agropecuária e à modernização das cidades. Maiores detalhes podem ser verificados em: PROJETO Rondon: relatório mostra eficiência. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7637, capa, 08 abr. 1977; FRANK, Eduardo Klock. *Projeto Rondon - Primeira Fase (1967-1989)*: Participação UFRGS.

Tentou-se elencar as qualidades do presente em detrimento das expectativas criadas no passado ou perspectivas vindouras, contudo, se recorreu a fatos históricos e a promessas de um devir glorioso. Para Corrêa da Costa, “Mato Grosso” teria “vocação para liderança no contexto nacional” e seria “privilegiado pelo seu clima, pela sua exuberante terra, pelo seu manancial hídrico”. Em razão dos “incentivos fiscais” e dos “programas especializados do Governo Federal” esperava-se pela “construção da Cuiabá-Santarém, da TRANSAMAZÔNICA e do asfaltamento entre Cuiabá-São Paulo”. A intenção era formar “um verdadeiro corredor de exportação” com o qual se ganharia “um novo ritmo de progresso e Cuiabá” seria o “verdadeiro trampolim para ocupação nacional da Amazônia”³⁸².

Concomitantemente, o parlamentar demandava pela “construção de uma Ferrovia” que deveria conectar Cuiabá a São Paulo, ao que assegurava ser “aspiração secular do povo mato-grossense [...] que, pacientemente, vem acalentando os seus anseios, esperando pelos poderes constituídos”: Corrêa da Costa objetivava “Mato Grosso cada vez mais unido e forte” e enfatizava a necessidade, para se conseguir “o progresso”, de se ter um “grande tripé indispensável a qualquer tipo de atividade humana: homens, recursos econômicos e infraestrutura”, os quais seriam precários na região. Isso porque o “grande Estado” usufruiria de “um dos menores índices demográficos do Brasil [...], seus recursos econômicos” eram “os mínimos possíveis e a infraestrutura necessária ao desenvolvimento praticamente” inexistente. Sua vontade era transformar as “grandes selvas [...] em áreas produtoras, tanto para pecuária como para a agricultura”³⁸³.

Já “no fim do século XIX início do XX, a ideia de interligar o Brasil através dos trens estava atrelada a ideia de progresso e rompimento de barreiras naturais, econômicas e sociais”, e era também difundida pelos militares em 1977, de modo a ser valorizada e arrazoada no momento em que se discutia o desmembramento. Ademais, a lógica capitalista, sob os auspícios das “relações internacionais”, entendia a modernização como vital para o país, ao visar, sobretudo, “atrair investimentos, dinamizar a produção e incrementar o comércio” interno e externo, e para tanto as “vias de comunicação”³⁸⁴ eram consideradas imprescindíveis.

³⁸² CORRÊA da Costa: Divisão não interessa a MT. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7648, p. 09, 24 abr. 1977.

³⁸³ *Ibidem* (grifo do original).

³⁸⁴ ARAÚJO, Valdinéia Souza de. *Da pecuária ao turismo: transformações no viver pantaneiro*, no entorno da Transpantaneira em Poconé – MT, p. 30, 39.

Por seu turno, Gabriel Muller, “presidente da Federação da Agricultura de Mato Grosso”, FAMATO, em exposição das ambições “da classe empresária rural mato-grossense”, frente à “iminência da divisão territorial de Mato Grosso”, argumentou que em caso de efetivação a “rica e próspera região do país” não seria afetada, e continuaria “crescendo, a níveis acima da média nacional”, no que dizia a respeito à agropecuária. Para Müller, a dicotomia *Norte* e *Sul* era inegável, em razão das diferentes produções “de produtos do setor primário” que definiriam “as duas regiões distintamente”. Motivos esses, pelos quais se solicitava a Garcia Neto levar a pauta ao Presidente da República para que fosse incluída na legislação, a instituir os dois estados, “as reivindicações do setor agrícola mato-grossense”³⁸⁵.

Antonio Lopes Lins, ao escrever para o CE acerca da viabilidade da criação de “Mato Grosso do Sul”, dispunha em um quadro, referente à arrecadação do ano anterior, os municípios que segundo o economista já comporiam a futura unidade, totalizando 56, incluindo Vicentina. Era uma exposição divergente da primeira apresentada no CE, mas dentre os fatores determinantes para o desmembramento também estaria a agropecuária e os lucros por ela proporcionados³⁸⁶. No entanto, o governo federal elencou outras prioridades tangentes à redivisão, nas quais não estavam inclusas as investidas dos ruralistas.

Isto foi exposto em entrevista para a Revista Manchete³⁸⁷, republicada no OEMT em 17 de maio, fornecida por Miguel Colasuonno. Todavia, a ideia de “novas relações socio-econômicas, da região”, justificarem o recorte de Mato Grosso, era similarmente difundida naquela oportunidade. Para Colasuonno, “assessor direto do Ministro do Planejamento” (Reis Velloso), “ex-prefeito de São Paulo e coordenador do projeto”, tal circunstância teria levado “diversos órgãos” daquele Ministério a pensarem em uma equipe a ser por ele comandada. Integrado “por geógrafos, economistas, sociólogos e juristas”, o grupo deveria “inventariar as características distintas de vastas zonas mato-grossenses e submetê-las a Brasília”³⁸⁸.

³⁸⁵ DIVISÃO: presidente da FAMATO apresenta subsídios ao governo. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7648, p. 09, 24 abr. 1977.

³⁸⁶ MATO Grosso do Sul, um estado viável. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7242, p. 07-08, 28 abr. 1977. Embora não houvesse nenhuma decisão presidencial sobre a criação do novo Estado e sua denominação, Lins nesse seu texto escreveu como se o nome já tivesse sido definido.

³⁸⁷ MATO Grosso – dividir para administrar melhor. *Revista Manchete*. n. 1309 (01), p. 146, 21 maio 1977. A data de publicação da revista antecedia à imprensa na edição, por questões de *marketing*.

³⁸⁸ COLASUONNO: dividir para administrar melhor. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7666, p. 10, 15 maio 1977.

Dentre os resultados teria se verificado “que o norte de Mato Grosso tinha muito mais influências dentro da região Amazônica e a parte sul do estado mostrava uma grande soma de interferências com a região geoeconômica do oeste de São Paulo, principalmente no eixo pecuário de Araçatuba - Três Lagoas”. O exame teria ocorrido a partir de “dados obtidos através das pesquisas realizadas por órgãos dos Ministérios do Interior, Agricultura e Planejamento” e daria subsídios para se estabelecer as fronteiras “entre os Paralelos 17 e 18, dentro dos critérios de uma linha natural”, que não seccionasse “nenhuma região Econômica ou geográfica” aproveitando-se “do relevo topográfico, como rios e montanhas”³⁸⁹.

Essa entrevista ocorreu logo após o Presidente Geisel comunicar oficialmente o interesse em criar a entidade federativa, nomeada por ele, de “Estado de Campo Grande”. Era a esta denominação que Colasuonno se referia ao declarar que “as duas novas unidades” só teriam “vantagem com a decisão governamental”, em decorrência de se estar “dividindo para dobrar recursos e não separando para dividir recursos”. O coordenador refutava, portanto, “algumas queixas formuladas”, salvo admitir não haver sido estabelecido “o total dos recursos a serem dados às novas unidades” e enfatizar a realização dos estudos “das vocações das duas regiões para criar uma infraestrutura básica e a partir daí calcular uma dotação orçamentária que” as tornassem viáveis³⁹⁰.

Dentre tais necessidades, foram elencados “sistemas viários básicos, apoio às principais cidades com instalação de redes de abastecimento de água e energia elétrica, extensão das redes de serviços sanitários e multiplicação das unidades educacionais”. Simultaneamente seriam “criados Fundos de Desenvolvimento Agrícola, Pecuário e Industrial para atender a um programa de crédito seletivo e à orientação da produção dos dois estados”, em conformidade às determinações da “Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste”. A ação incluía a atenção especial ao “mercado de gado, procurando evitar os desvios que os intermediários” impunham “aos distribuidores de carne”, bem como, “orientar a produção para conseguir preços adequados”³⁹¹.

Esses critérios estariam sendo possíveis porque os pecuaristas estariam “atendendo aos pedidos de informações do governo através dos bancos e órgãos dos Ministérios” que centralizariam os relatórios e orientariam “Brasília na elaboração dos

³⁸⁹ *Ibidem.*

³⁹⁰ *Ibidem.*

³⁹¹ *Ibidem.*

projetos”. Colasuonno frisara: “a primeira fase do trabalho é mais jurídica e administrativa, com a implantação dos dois novos estados e a definição de suas regiões, limites e capitais”. Apenas na segunda etapa, depois de estruturadas “administrativamente as duas unidades” é que se abarcariam “os programas de apoio e de diretrizes econômicas” e somente aí “as opiniões dos pecuaristas e dos demais setores da atividade privada” seriam “aceitas e discutidas pelo Ministério do Planejamento”. Repetiu-se no jornal a edição de um mapa sob a legenda “assim ficarão os dois Estados”³⁹².

Essa matéria foi o mais perto que se chegou à época, das estratégias a serem usadas pelo governo autoritário, concernentes aos futuros entes federativos. Percebeu-se a concentração das decisões nos gabinetes ministeriais e presidenciais, distantes das realidades locais, embasados em informações superficiais e generalistas, e desinteressados, por ora, também das demandas locais levantadas pelos políticos civis. A demarcação territorial de Mato Grosso do Sul, constante em documento elaborado pela Segunda Coordenadoria Regional da EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), vinculada ao Ministério da Agricultura³⁹³, em consonância aos limites determinados na Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro, correspondia àquela apresentada por Antonio Lopes Lins, com exceção de Vicentina, cuja condição de município estava sob *judice*.

Isso leva ao entendimento de que por colaborarem com os estudos relacionados à separação territorial, esses agentes acreditavam poder influenciar e barganhar com a cúpula da União, muitas vezes usando os jornais para esse fim. Ao que tudo indica esse critério, no entanto, não teria sido adotado por Fragelli e seus correligionários, conforme suas declarações anteriormente citadas. O ex-governador ao mencionar as limitações determinadas pelo regime durante seu mandato e defender a abertura pela via da democracia, deixou transparecer ter experimentado os mandos ditatoriais e preferiria gerenciar e destinar irrestritamente os recursos públicos, do que contar com a *benevolência* ou *diretrizes* dos militares. Essa postura não significava falta de interesse pela divisão, mas sim pelas restrições que continuariam a ser impostas, uma vez que havia a consciência de que os membros da presidência da república não se deixavam afetar pelas insistências dos civis, quaisquer que fossem elas.

³⁹² *Ibidem*. Há a dificuldade de visualização dos pormenores do mapa porque a nitidez da página do periódico restou prejudicada com a digitalização. Anexo IV.

³⁹³ MATO GROSSO DO SUL – subsídios para o diagnóstico do estado. EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) vinculada ao Ministério da Agricultura. Anexo V.

Mediante essas exposições, verificou-se que os lugares sociais e as conjunções construídas a partir deles possibilitaram circuitos de afetos oscilantes, entre homologias e conflitos. Esses laços carregaram consigo marcas supremacistas quando moldados pelas elites, dentre as quais os antagonismos entre os *nortistas* e *sulistas*, conquanto evocados em vários momentos como moduladores e justificadores, não eram o centro do debate. Os sujeitos detentores do poder concentrado, fosse ele social, político, econômico ou intelectual, tinham condições, meios, instrumentos e recursos para comporem suas próprias semânticas e gramáticas.

Ou seja, foram construídos e difundidos interesses políticos, valores, ações, pensamentos, movimentos e comportamentos que tinham elos, pontos nodais comuns entre si, capazes de estabelecer os vínculos manifestados nesses ambientes privilegiados, onde se podia exercer a discursividade dominante e capitalista, independentemente de suas sedes. Por mais que não interferissem nas decisões presidenciais, tais espaços receberam recursos afetivos e materiais para suas existências dadas pelas trocas, entrelaçamentos e tecituras discursivas, como as que ocorriam entre os campos político e midiático e fortaleciam os laços ideológicos. Os intelectuais e os demais agentes que interagiram nesses recintos se engajaram aos ideais ali formulados e se propuseram a alargar os horizontes de suas atuações, na expectativa de atingirem outras pessoas, levando o que ali era produzido para distintos públicos.

Com efeito, não agiam de modo “isolado”, havia as “solidariedades duráveis”, as “fidelidades incoercíveis”. Todavia, nesses locais gregários se realizavam negociações, alianças e também disputas e rupturas a depender dos quereres e desejos postos em cena, em relação às vantagens e finalidades visadas. Pois, o *habitus* composto por “experiências mnésicas [...] capazes de agitar pensamentos, emoções, imaginações”, sob o qual nem “todas as relações” podem ser redutíveis à “força e a lutas de interesses”³⁹⁴, ocasionalmente se expressou, como nos exemplos acima apresentados, em aspectos políticos e econômicos.

Usou-se fartamente de binarismos hierárquicos, dentre eles o de colocar em oposição natureza e tecnologia, a primeira a ser controlada e superada por meio da pavimentação e da agropecuária; e as segundas como instrumentos da modernização para tal fim. Além disso, os regionalismos serviam como amalgama que justificavam as aproximações e os distanciamentos entre alguns agentes, tanto nas aglutinações menores

³⁹⁴ BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*, p. 133.

(como na criação de uma associação que daria contornos ao Sudeste mato grossense), quanto nas separações (a exemplo da divisão do estado ou dos municípios e distritos a serem emancipados). Nessas estratégias, nas páginas jornalísticas do CE e do OEMT se dava evidência aos princípios do capitalismo e do liberalismo sem espaço para quaisquer percepções sobre outros modos de existência.

2.2 – O geográfico multi-pluri-diverso

Em 1977, as ideias separatistas estavam presentes nas pautas das discussões políticas. Na matéria do dia 24 de março, do OEMT, se mencionava a fala de um jornalista, que lembrou dos cursos da ADESG realizados no Estado, sendo que “em Cuiabá o parecer foi contra a divisão; em Campo Grande, a favor; mas em Corumbá os adesguianos se pronunciaram a favor da criação de um terceiro Estado, compreendendo o Pantanal, tendo Corumbá como Capital”³⁹⁵.

No auge da discussão acerca das linhas fronteiriças, no CE em 13 de abril se postulava por um recorte entre os Paralelos 16 ou 18, e caso o primeiro fosse atendido Corumbá pertenceria ao “Sul”³⁹⁶. Na mesma página, Jorcene Martinez escreveu sobre o quanto o anúncio do “Ministro do Interior”, tangente ao envio para “o Congresso Nacional [...] de projeto da divisão de Mato Grosso”, teria frustrado “o sonho do terceiro maior Município do Estado: a criação do Estado do Pantanal, com capital em Corumbá”. Isso se daria porque “a súbita decisão oficial” teria pego “o corumbaense de surpresa, mesmo aqueles que aceitavam em princípio” a separação. O articulista afirmava haver “rixas entre nortistas e sulistas” o que causaria a apreensão, por Corumbá estar localizada “no Centro do Estado” e ter sido sempre “o cerne das discussões”. Pois, os “políticos das duas regiões” a considerariam de “vital importância para o desenvolvimento de seus Estados em qualquer fracionamento que fosse feito”. No entanto, informava-se que Corumbá seria “uma espécie de prolongamento de

³⁹⁵ DIVISÃO: Câmara dos Deputados ouvirá dois de M. Grosso. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7624, capa, 24 mar. 1977. Ressalta-se que os adesguianos eram as pessoas que haviam realizado o curso da Escola Superior de Guerra, se diplomado nele, e que depois participavam das delegacias regionais da ADESG.

³⁹⁶ SUL de Mato Grosso já se considera separado do Norte. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7230, p. 05, 13 abr. 1977.

Cuiabá”, teria “muito dos seus hábitos e costumes”, bem como, “idênticas afinidades de ideias e objetivos econômicos” que lhe dariam essa característica³⁹⁷.

Portanto, se rechaçava a secção a partir do Paralelo 16 porque não se teria semelhante relação com Campo Grande, onde “sempre” haveria rejeições às “tradições e costumes comuns aos habitantes do Norte”. Falava-se em nome do “corumbaense” e de “algumas personalidades do município”, para as quais, no desmembramento, não deveriam “ser levadas em conta apenas as questões técnicas, como terras, economia, área povoada ou densidade demográfica”. Mas também os aspectos da tradição, estilos, costumes e, sobretudo, o temperamento dos habitantes do Estado como um todo”. Estaria se rejeitando os laços de pertencimento ao mesmo cenário, em virtude dos vínculos afetivos “entre corumbaenses e campo-grandenses” terem se baseado “apenas na ligação dos Trilhos da Noroeste do Brasil”. Com esses argumentos, se reivindicava “a fronteira [...] formada pelos rios Taquari, Coxim e Verde” cortando “Corumbá [...] ao meio, ficando sua sede e o Município de Ladário com Mato Grosso do Norte”. Para justificar, ressaltavam-se as potencialidades calcadas no “clima semiúmido e tropical” [...], exuberantes fauna e flora” e propícias a receber investimento, por estarem enquadradas “nos esforços governamentais” em impulsionar o turismo “como fator de integração e unidade”. Além disso, frisava-se: “o pantanal não é apenas uma das regiões mais bonitas do mundo. É também o lugar em que se encontra o desenvolvimento pecuário de Mato Grosso, onde um rebanho bovino de mais de 6 milhões de cabeças vive nas grandes fazendas”³⁹⁸.

Apesar da retórica estar impregnada da tônica militar, verificaram-se deslizamentos desestabilizadores da homogeneidade *sulina*. Conjuntamente, houve a inscrição da diversidade, para além de uma oposição entre “campo-grandenses” e “cuiabanos”, concernente ao espaço corumbaense ao postular-se por sua própria divisão. Referenciar o local, em dualidade a Campo Grande ou Cuiabá, seria concomitantemente uma maneira de disfarçar as disputas internas. A expectativa era de reversibilidade da proposta apresentada por Rangel Reis e emplacar um “terceiro Estado”. Este poderia garantir alguns milhões de cruzeiros advindos da União para trazer novamente Corumbá ao seu apogeu desenvolvimentista. Alegava-se o esquecimento, por parte dos órgãos governamentais, ao não procederem à transferência de recursos necessários ao

³⁹⁷ PANTANAL vê desfeito o sonho do terceiro Estado. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7230, p. 05, 13 abr. 1977. Essas duas matérias estavam assinadas por Nelson Severino e Jorcene Martinez, respectivamente; uma exceção à falta de autoria praticada no jornal.

³⁹⁸ *Ibidem*.

“município maior que a Bélgica, a Holanda ou a Suécia [...], único [...] inteiramente dentro” do Pantanal e “maior arrecadador de ICM”, deixando-o relegado. Não obstante, asseverava-se Corumbá como “polo de toda uma região”, que somado às suas “características de fronteira”, motivaria a se advogar por sua emancipação³⁹⁹.

Relatava-se: “a ideia da criação do Estado do Pantanal e que compreenderia cerca de 20 cidades do Sul” nascera por volta de 1970. Para fundamentar a investida separatista, se fez um rol das precariedades às quais a localidade estaria submetida. Dentre elas estavam a distância “dos grandes centros”, ter por “única via de acesso” a “ferrovia, através da Noroeste do Brasil”, contar com “navegação fluvial [...]” escassa e inadequada, comprometida pelas más condições de navegabilidade” e limitada “ao transporte de gado a bordo de navios-currais. E ainda, estradas vicinais [...] poucas e precárias”, fazendo com que “a comunicação” na “região” se desse por meio “da rede hidrográfica [...], sujeita às restrições do regime dos cursos d’água, durante as estiagens”. Ressaltava-se simultaneamente “o pequeno aeroporto” sem voos diários, com “pequeno número de passageiros e diminuta capacidade de carga”. Nesses reclamos, contudo, foi explicitado o poderio econômico dos “fazendeiros de gado” que utilizavam “o teco-teco”, como transporte “para atingir suas propriedades” estendidas “pela vastidão dos pantanais mato-grossenses”⁴⁰⁰, elencado como uma fragilidade.

Buscar comparações com países internacionais desenvolvidos, associar o advento do progresso ao acesso a recursos públicos, apresentar demandas relacionadas ao trânsito e ao deslocamento para favorecer o escoamento da produção, invocar os termos do governo ditatorial tangentes à modernização, integração e desenvolvimentismo, usar elementos culturais e tradicionais, e mencionar a população como um todo, eram estratégias rotineiras, em 1977, quando se punha o regionalismo em foco. No OEMT foi observado método similar, no dia 15 subsequente, ao se dedicar uma página inteira para tratar de assuntos acerca do desmembramento. Dentre eles estava a matéria: “Corumbá quer ser um terceiro estado”, republicada do *Diário de*

³⁹⁹ *Ibidem*.

⁴⁰⁰ *Ibidem*. Pedro Valle, “mato-grossense de Miranda”, jornalista profissional, servidor público estadual e Secretário Chefe da Casa Civil, no ano de 1978 no governo de Cássio Leite de Barros, em seu livro, *A divisão de Mato Grosso*, escreveu: “Os corumbaenses lançavam a ideia de criar um 3º Estado. Não seriam [...] nem do Sul, nem do Norte. Seriam do Estado do Pantanal a ser formado pelos municípios localizados na periferia dessa vasta região”, p. 35. Para maiores informações acerca dos ideais de progresso fomentados desde o final do século XIX a respeito de Corumbá, e a implicação disto em termos econômicos, políticos, intelectuais, sociais e culturais, ler: SOUZA, João Carlos de. *Sertão cosmopolita: a modernidade de Corumbá (1872-1918)*.

Corumbá; e trazia um mapa com a legenda: “A região de Corumbá se identifica mais com Cuiabá”; obedecendo a semelhante tom do que foi divulgado pelo CE⁴⁰¹.

Veiculava-se que “a viabilidade” do recorte de Mato Grosso permitiria, “por parte de alguns setores, a ideia especulatória de que Corumbá, como cidade, tornou-se polo de toda uma região e por suas características de fronteira poderia ser sede (ou Capital) de um novo Estado”. Assegurava-se a suficiência “de uma análise sociológica do Estado de Mato Grosso” para se concluir quanto às “divisões” envolvendo “ideias econômicas e mesmo tradições”, a despeito do “natural bairrismo de pessoas que nasceram na mesma unidade federativa”. Cuiabá era colocada como “ponto de convergência” no “Norte de Mato Grosso” e enfatizava-se o “quase isolamento total” em que vivera por ter como “primeira e única estrada de ligação com outro Estado - a BR-262”, passando inicialmente em “Goiânia”, para então alcançar “os grandes centros consumidores”⁴⁰².

Já o “Sul” concentraria seu “desenvolvimento” em Campo Grande, disporia de “abundante e férteis terras em cidades próximas como Dourados e Maracaju” e teria obtido “ajuda fornecida pelas necessidades de São Paulo”. Por isso, teria ganhado “um crescimento mais acelerado, constituindo-se no centro agrícola de importância para o País inteiro e com fácil escoamento da produção”. Dizia-se estar Corumbá “distante do Norte e do Sul de Mato Grosso”, ter “sua vida econômica quase que exclusivamente baseada na pecuária (pouco diferente das outras duas)” e se situar “a Oeste do Estado”. Igualmente se denunciava a ligação entre Corumbá e Campo Grande, que seria realizada somente por “não haver estrada de acesso entre a capital do pantanal e a capital do Estado, e existir uma estrada de ferro até Campo Grande. Ideologicamente, porém, a população de Corumbá se” aproximaria “muito mais da de Cuiabá”. Haveria, “entretanto, uma preferência unânime em torno da possibilidade de se oferecer a Corumbá a grande oportunidade de torná-la independente, capaz de desenvolver o seu Estado, e crescer se baseando nos recursos próprios”, contando para tanto, obviamente, “com auxílios federais que incrementariam o desenvolvimento maciço”⁴⁰³.

A rejeição em Campo Grande, às “tradições” e aos “costumes mais comuns” do povo corumbaense, foi repetida nessa notícia. Bem como, a importância “das autoridades do Governo Federal” levarem em consideração, “antes de adotar qualquer

⁴⁰¹ CORUMBÁ quer ser um terceiro estado. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7641, p. 10, 15 abr. 1977.

⁴⁰² *Ibidem*.

⁴⁰³ *Ibidem*.

iniciativa em caráter definitivo”, os aspectos regionalistas, tradicionalistas e identificatórios, no íterim da redivisão territorial⁴⁰⁴, como anteriormente apontados na matéria do CE. Esse seria um artifício usado na expectativa de que questões afetivas pudessem se sobrepor às técnicas, perante a cúpula presidencial, já que o tecnicismo era o mote justificador do distanciamento entre os militares e os civis, naquele período⁴⁰⁵. Além disso, Cássio Leite de Barros, “advogado, pecuarista e empresário corumbaense”, nascido em “Nossa Senhora do Livramento [...] a 30 quilômetros ao Sul de Cuiabá”, era o vice-governador em 1977⁴⁰⁶, motivos *suficientes* para aqueles que ressaltavam o local de nascimento ou de atuação, como atributos nas disputas hegemônicas, pleitearem um espaço exclusivo de poder como uma unidade federativa ou uma capital a gerir.

Com isso, verificou-se que as dualidades *sulistas* e *nortistas*, constantemente referidas na gramática jornalística e política quando se discutia a secção, eram em algumas ocasiões substituídas por outros signos. Ao se pleitear um terceiro Estado, por exemplo, Corumbá entrou como outro modulador em jogo, provocando triangulações. Este município foi posicionado a Oeste, foi-lhe dada autonomia e o diferenciaram das tipificações próprias do *Sul* ou do *Norte*. Isso ocorreu também em Dourados onde alguns políticos protagonizaram embates, conexos à divisão, com a pretensão de emplacar o município como capital. O pronunciamento do ministro do interior Rangel Reis, um dos responsáveis pela edição final dos estudos acerca do desmembramento de Mato Grosso, no qual teria arrazoado a possibilidade de Dourados ou Maracaju figurar como centro administrativo do Estado a porvir, teria impulsionado tais expectativas⁴⁰⁷.

As pretensões daqueles agentes ganharam difusão no jornal *O Progresso* e aludiam com maior exaltação à agricultura e à pecuária, valorizando, sobretudo, as necessidades do meio rural. No periódico eram apresentadas denúncias e solicitações visando às ações do prefeito junto aos órgãos estaduais e federais, principalmente na busca por auxílios financeiros em questões vinculadas à produção agrícola abundante. Eram tidos como os maiores desafios, recorrentes, aqueles tangentes ao armazenamento

⁴⁰⁴ *Ibidem*.

⁴⁰⁵ BITTAR, Marisa; FERREIRA JR, Amarílio. Educação e tecnologia tecnocrática na ditadura militar.

⁴⁰⁶ VALLE, Pedro. *A divisão de Mato Grosso*, p. 11, 35. Com a renúncia de Garcia Neto ao cargo, em 1978, para concorrer à vaga no Senado, Cássio Leite assumiu o governo do Estado em 14 de agosto e ficou na administração até março de 1979, durante o período em que foi implantado o Estado de Mato Grosso do Sul. Dados disponíveis também em CÁSSIO LEITE DE BARROS - biografia. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/barros-cassio-leite-de>. Acesso em: 26 jun. 2023.

⁴⁰⁷ A GRANDE festa de Campo Grande pela criação do Estado de Campo Grande. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7247, p. 3, 04 maio 1977.

de grãos, às dificuldades do escoamento da safra, à carência de infraestrutura e de iluminação elétrica, e às problemáticas envolvendo as estradas rurais⁴⁰⁸.

Nessa conjuntura, a dicotomia da vez recaiu nas desavenças entre certos políticos douradenses e campo-grandenses, em razão de Geisel ter nomeado o ente vindouro com o nome de “Campo Grande”, ao manifestar-se oficialmente sobre o desmembramento⁴⁰⁹. A instalação da Faculdade de Agronomia, entre as duas cidades, foi concomitantemente disputada. Todavia, frente a um novo “significante” para o que se postulava “Sul”, ou seja, a extensão do signo “Campo- Grande” à futura entidade, as simbologias até então produzidas sofreram um deslocamento e repulsas se fizeram presentes, por parte de douradenses. No *O Progresso*, defendiam-se significações da identidade “nortista” e mencionava-se “a subjugação de Dourados a Campo Grande, a imposição desta àquela e a força econômica da primeira usurpada pela segunda, igualitariamente ao que alguns campo-grandenses fizeram em relação a Cuiabá”⁴¹⁰.

Já no CE, amenizava-se a ação do Presidente Geisel quanto à denominação e aproveitava-se “para fomentar autoelogios ao periódico e aos aliados. A retórica ali exercitada posicionava o veículo como um representante ‘sulista’, quiçá ‘campo-grandista’”. Desse modo, já que a lei estava sendo elaborada e pairavam incertezas a respeito da secção, os redatores de ambos os noticiosos, *O Progresso* e *Correio do Estado*, alinhados aos discursos políticos, conferiram destaque aos municípios envolvidos nas contendas, visando posicioná-los como possíveis capitais. Naquele momento, a intenção era direcionar os debates para os aspectos associados à modernidade e ao desenvolvimento, destacando as potencialidades de cada um. Simultaneamente, em matérias que envolvessem confrontos diretos, buscava-se omitir quaisquer indícios de características que fossem percebidas como precárias ou periféricas. Entretanto, era necessário atribuir estas adjetivações ao outro como forma de menosprezá-lo, embora “as fragilidades estruturais e sociais das respectivas localidades ficassem evidentes em outras publicações”⁴¹¹.

Constatou-se, por conseguinte, as muitas divergências entre aqueles que se intitulavam “sulistas” em determinadas situações e como esse referencial mudava com

⁴⁰⁸ FURLANETTO, Vera Lucia. *Mato Grosso do Sul: sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio do Estado*.

⁴⁰⁹ CAMPO Grande: o novo estado. A GRANDE festa de Campo Grande pela criação do Estado de Campo Grande. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7247, capa, 04 maio 1977.

⁴¹⁰ FURLANETTO, Vera Lucia. Na arena do poder: disputas políticas e identitárias na discursividade midiática de agentes públicos, douradenses e campo-grandenses, na história da criação de Mato Grosso do Sul, em 1977, p. 279, 293, 294 (grifos do original).

⁴¹¹ *Ibidem*.

facilidade. As relações se mostraram “voláteis e ambivalentes, moldadas conforme as disputas em pauta, de aproximação e diferenciação ao norte”. A proximidade entre políticos e mídia ficou explícita também no *O Progresso* e, salvo as dicotomias regionalistas e identitárias evocadas, a heterogeneidade se sobressaía. Naquele prélio houve “a tentativa de uniformização da diversidade, da simplificação de intrincadas cadeias de sociabilidade e de pensares, contiguamente, à condensação de múltiplas vivências em apenas dois polos distintos”, que se rendeu em face de um componente triádico⁴¹².

Os binarismos não tinham bases para serem sustentados e se dissolviam rapidamente, bastava se aprofundar as discussões. Malgrado as criações dos antagonismos duais, não era possível excluir totalmente a diversidade interna e as várias características envolvidas apareciam, por mais que as designassem hierarquicamente como “sub-regiões”. Na nota que tratou da “linha inteligente”, a ser contemplada quando do estabelecimento dos limites, foram citadas quatro regiões que seriam muito diferentes entre si. Estas características justificariam a “divisão” geoeconômica entre “Norte e Sul” já existente em Mato Grosso na “opinião de [...] técnicos e políticos do Estado”. Seriam elas: “os campos do Sul [...] responsáveis pela exponencial produção de arroz, soja e trigo [...]; os cerrados [...] ocupados com uma agricultura a nível bastante evoluído [...]; o pantanal” com “um rebanho bovino calculado em 6 milhões de cabeças; e finalmente a Amazônia”. Esta teria experimentado um “rápido processo de incorporação, graças aos programas de incentivos principalmente a SUDAM” - Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia. O Governo Federal por meio desse órgão, “segundo a sua delegacia de Cuiabá”, teria investido “no setor de incentivos fiscais, nada menos que 2 bilhões de cruzeiros em mais de 50 diferentes projetos, quase todos na área da agropecuária”⁴¹³.

Observou-se, conquanto tratado superficialmente e endereçado à questão da terra, do gado e do capital, o aspecto geográfico era muito mais complexo do que se apresentava no periódico. No relatório da EMBRATER, produzido após a assinatura da Lei da Divisão, em dezembro de 1977, na porção pertencente à Mato Grosso do Sul foram nomeadas sete regiões. Elas estariam descritas como: “Alto Taquari”, envolvendo os municípios de Camapuã, Coxim, Pedro Gomes e Rio Verde de Mato Grosso;

⁴¹² *Ibidem*.

⁴¹³ A “LINHA inteligente” que dividirá Mato Grosso do Sul, do Norte. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7225, p. 03, 06 abr. 1977.

“Paranaíba”, contando com Aparecida do Taboado, Cassilândia, Inocência e Paranaíba; “Três Lagoas”, englobando Água Clara, Brasilândia e Três Lagoas; “Pastoril de Campo Grande”, ao qual pertenceriam Bandeirantes, Campo Grande, Corguinho, Jaraguari, Maracaju, Ribas do Rio Pardo, Rio Brilhante, Rio Negro, Rochedo, Sidrolândia e Terenos; “Campos de Vacaria e Mata de Dourados”, com Amambai, Anaurilândia, Bataguassu, Bataiporã, Caarapó, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Iguatemi, Itaporã, Ivinhema, Jateí, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã, Angélica, Aral Moreira, Deodápolis, Eldorado e Mundo Novo; “Bodoquena”, envolvendo: Antônio João, Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque; e por fim “Pantaneais”, de Anastácio, Aquidauana, Corumbá, Ladário, Miranda e Porto Murtinho⁴¹⁴.

Só o Pantanal, reduzido no CE às milhares de cabeças de gado, teve sua biodiversidade melhor apresentada por Valdinéia Souza de Araújo. A autora ressaltou a “pouca importância dada ao elemento humano no espaço Pantaneiro”, ocupado “imemorialmente” por etnias indígenas como os “Guató, Paiaguá, Bororo, Itatim, Guaicuru, Nuare, Xané, Xaraí e Coxiponês”. Antes das investidas capitalistas, por parte dos pecuaristas, as relações naquele ambiente preconizavam o “equilíbrio com a natureza”. Esse espaço poderia “ser definido como um enorme ecótono”, cujos “cerrado, chaco, mata atlântica e amazônica”, por seus múltiplos biomas, com fauna e flora de todos eles, seria “considerado um dos ecossistemas, de áreas úmidas, mais ricos do planeta”. Portanto, caracterizar esse lugar tendo como referência apenas a lógica de exploração econômica, era rechaçar sua complexidade, pois, “o pantanal não oferece uma uniformidade em toda a sua extensão”. Em termos geográficos possui “12 subdivisões” diferenciando-se por algumas “peculiaridades”: Pantanal do Corixo - Grande Jauru- Padre Inácio; Pantanal do Cuiabá Bento Gomes; Pantanal do Itiquira São Lourenço; Pantanal dos Paiaguás; Pantanal do Taquari; Pantanal do Negro; Pantanal do Miranda Aquidauana; Pantanal do Tarumã - Jibóia; Pantanal do Nabileque; Pantanal do Aquidabã; Pantanal do Branco - Amonguija e Pantanal do Apa⁴¹⁵.

Não só indígenas habitavam aquele espaço. Havia registros de povos afrodiaspóricos residindo em terras próprias, desde 1883, posteriormente delimitadas, dentro do município de Nossa Senhora do Livramento, chamadas “Quilombo Mata

⁴¹⁴ MATO GROSSO DO SUL – subsídios para o diagnóstico do estado. EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) vinculada ao Ministério da Agricultura, p. 20.

⁴¹⁵ ARAÚJO, Valdinéia Souza de. *Da pecuária ao turismo: transformações no viver pantaneiro*, no entorno da Transpantaneira em Poconé – MT, p. 3, 16-18.

Cavalo”⁴¹⁶. Ali foram construídos “os elementos culturais de suas identidades marcadas pela singularidade do ser negro e quilombola”, estendidos à atualidade. Por conseguinte, “os costumes, a religiosidade, a vida comunitária, as tradições e o esforço na manutenção de suas identidades” foram produzindo “uma territorialidade única, edificando-a enquanto espaço vital, real e simbólico”⁴¹⁷.

Logo, tratar a região pantaneira dicotomicamente, entre *Norte* e *Sul*, sob a égide ditatorial capitalista da colonialidade, como se observou nas publicações do CE e do OEMT, era deixar de considerar os movimentos, as transformações, as rupturas, as re-elaboraões, ressignificações, permanências, continuidades, e resquícios ressurgentes na dinâmica local abarcada por seus moradores. Esses apagamentos difundidos por meio da imprensa, contudo, não eram despropositais, porquanto a diversidade era abominada por aqueles que postulavam pela modernização e pelo desenvolvimentismo. Tinha-se por finalidade destituir o outro “da sua condição de sujeito” como uma maneira de solapar dissonâncias, assim os “setores dominantes” ofereceriam “aos demais [...] uma única força”, que se pretendia e se apresentava “como capaz de pensar a soma dos sistemas simbólicos, dando-lhe unidade e sentido”⁴¹⁸.

Essas discursividades não eram de maneira alguma éticas, porque não respeitavam as contradições expressas nas complexidades territoriais, sociais, econômicas, culturais, filosóficas, de múltiplas etnias. Imaginava-se que o poder e a autoridade estavam restritos ao núcleo de convivências elitistas que incluía familiares e amigos, no qual se compartilhava interesses particulares. Aos outros eram impostos os limites, definidas as fronteiras, simplificadas e reduzidas as significações, e principalmente, soterradas as historicidades.

Era sob essa verve que as disputas separatistas se movimentavam em 1977. Há registros da problemática sendo levantada no tocante a MT, bem como à MG⁴¹⁹, RO⁴²⁰

⁴¹⁶ O status de quilombo foi assegurado em 1988 com a promulgação da Constituição Federal Brasileira.

⁴¹⁷ BARCELOS, Silvânio Paulo de. *Quilombo Mata Cavalo*: terra, conflito e os caminhos da identidade negra, p. 01; COMUNIDADE QUILOMBOLA - MATA CAVALO. Disponível em: <https://www.nossasenhoralivramento.mt.gov.br/Nossa-Cidade/Turismo-e-Cultura/11/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

⁴¹⁸ DUNKER, Christian Iago Lenz. Crítica psicanalista do populismo no Brasil: massa, grupo, classe. In: HOFFMANN, Christian; BIRMAN, Joel (orgs.). *Psicanálise e Política*: uma nova leitura do populismo, p. 207.

⁴¹⁹ MINEIROS querem também dividir o estado. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7250, p. 04, 07/08 maio 1977.

⁴²⁰ RONDÔNIA será estado em cinco anos. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7622, capa, 22 mar. 1977.

e GO⁴²¹. Municipalmente os desmembramentos também eram pleiteados, como se viu em Vicentina com relação a Fátima do Sul⁴²². Essas reivindicações se davam em virtude da necessidade política de regionalização do controle e concentração de recursos para a expansão do poder, frente à múltipla diversidade; e porque a ascensão não correspondia às expectativas difundidas pelo capitalismo, uma vez que estas eram infinitas. Tais complexidades faziam com que os agentes pleiteassem limites territoriais frequentemente mais esquadrinhados e definidos, cada qual com seu aparato governamental, de modo a servirem à dominação, onde apenas alguns privilegiados teriam acesso.

Em Goiás, durante a celeuma seccionista, houve o escopo de estender a contenda às áreas mato-grossenses. Primeiramente se postulava por uma separação interna⁴²³. No OEMT, em 08 de maio, a nota trazia as proclamas do “deputado federal Siqueira Campos”, da ARENA goiana, que se mostrava esperançoso quanto à criação “do Estado de Tocantins”. A nova unidade federativa se daria a partir do recorte de Goiás em razão da “descomunal extensão” de tal território que poderia gerar “sérios prejuízos para os goianos e o País”⁴²⁴. No dia seguinte, no CE, sob o título: “A exemplo de Mato Grosso, Goiás também quer divisão”, se noticiavam as argumentações do deputado arenista “Raimundo Marinho”, junto à “Assembleia Legislativa”, solicitando “o envio de sugestões ao presidente da república” para a instituição de Tocantins ao “Norte” de Goiás, “acima do paralelo 13”. Seriam “as condições econômicas sociais”, daquela porção, justificativas suficientes para o desmembramento, em decorrência dos “recursos naturais [...] abundantes” possibilitando “a curto prazo, sua exploração em bases racionais e científicas”⁴²⁵.

Afirmava-se que a redistribuição “territorial num Estado como Goiás, de grande extensão”, representaria “uma fórmula capaz de propiciar os meios indispensáveis à correção das disparidades e ao oferecimento” do “desenvolvimento regional”. Esse pedido seguiria igualmente as motivações “em tese [...] contidas na

⁴²¹ A EXEMPLO de Mato Grosso, Goiás também quer divisão. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7251, p. 07, 09 maio 1977.

⁴²² VICENTINA não desiste e luta pela independência. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7287, p. 07, 22 jun. 1977.

⁴²³ Para maiores informações sobre a divisão de Goiás, consultar: SANTOS, Roberto de Souza. Ideologia desenvolvimentista e o discurso regionalista no Tocantins.

⁴²⁴ REIVINDICADA divisão de Goiás. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7659, p. 07, 08 maio 1977.

⁴²⁵ A EXEMPLO de Mato Grosso, Goiás também quer divisão. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7251, p. 07, 09 maio 1977.

mensagem que determinou a criação do Estado de Campo Grande, em Mato Grosso”. As alegações seguiam similar dicotomia *Norte - Sul* ao se postular que Goiás, “apesar dos esforços de seus governantes, jamais pôde realizar o desenvolvimento da região Norte, exatamente pela complexidade gerada em face da grande distância que a separa do centro das decisões políticas administrativas, no Sul”⁴²⁶.

As metonímias usadas, politicamente e midiaticamente, para se reivindicar da União o financiamento de recursos, e estruturar justamente aquilo defendido e valorado pelas forças armadas, eram: “a distância”, a “falta de comunicação”, a “precariedade das estradas” e a “falta de acesso a outros centros”. A essa correspondência gramatical eram acrescentados elementos históricos e afetivos, configurando-se como uma repetição em *looping* infinito, independentemente de quem a utilizasse. Seguiu-se o exemplo da asseveração de que “a ideia da criação [...] de Tocantins” seria “muito antiga”. Essa já teria inclusive ensejado, “entre os políticos do Norte do Estado, movimentos célebres como o encabeçado por Lisboa Machado na década de” 1950. Machado teria feito “uma bandeira do Estado de Tocantins” que fora “hasteada em estabelecimentos escolares das principais cidades do Norte”. Desse modo, “sempre que o governo” mencionava redivisões ou formalizava “uma providência nesse sentido”, como ocorreu com o “Estado de Campo Grande - os políticos do Norte” voltariam “a se mobilizar pela concretização do seu ‘velho sonho’ [...], a emancipação do Norte de Goiás”⁴²⁷.

A insistência no tema foi reportada novamente pelo CE em 20 de junho, e teria partido do senador “Osires Teixeira” da ARENA goiana, após ter participado “do I encontro Regional de municípios” ocorrido “em Colinas de Goiás”. Tal evento seria preparatório “para a formação” de uma nova entidade que estaria apenas aguardando “a alavanca do governo estadual, em perfeita sintonia com o governo federal”. Esse seria o resultado da “efetivação de um trabalho harmônico válido e perfeito” ao “transformar o sonho dos nortistas em realidade”⁴²⁸. A mesma matéria foi publicada no OEMT quatro dias depois, e até o título foi mantido igual⁴²⁹.

Esse assunto só foi retomado no CE e no OEMT em setembro, um mês antes da assinatura da Lei que criou Mato Grosso do Sul, e a tônica já era distinta ao se divulgar as investidas dos goianos. Estes, por meio de “emenda ao projeto do governo”

⁴²⁶ *Ibidem*.

⁴²⁷ *Ibidem* (grifo meu).

⁴²⁸ SENADOR insiste no Estado de Tocantins. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7285, p. 04, 20 jun. 1977.

⁴²⁹ SENADOR insiste no Estado de Tocantins. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7697, p. 07, 24 jun. 1977.

que propunha o recorte de Mato Grosso, pretendiam a incorporação, a Goiás, de “16 municípios”, totalizando “uma área de dez mil quilômetros quadrados”, situados ao leste mato-grossense. Considerada uma agressão, “mesmo em ideias”, a iniciativa foi repudiada na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, com a emissão de uma nota oficial contrapondo a “decisão da bancada Federal de Goiás”. Foi manifestado “total desacordo” e veemente repúdio à “maquinação, alegando-a inoportuna e atentatória aos interesses maiores de Mato Grosso”⁴³⁰.

A propositura teria sido realizada por “três senadores e treze deputados federais da Arena e do MDB de Goiás”. Estes advogariam pela “alteração dos limites com Mato Grosso”, e se baseariam em um “protocolo assinado entre os dois Estados em 1937, com a intermediação do então ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, onde se fixou a nova divisa entre as duas unidades”. Logo, a reivindicação seria pela implantação do acordo “fixado diante de uma exigência da constituição de 1934, que estabelecia o prazo de cinco anos para a definição das disputas” das fronteiras, e não fora realizado somente porque “os dirigentes de” Goiás “não providenciaram junto ao governo federal o cumprimento”⁴³¹.

Na edição seguinte do CE, foram dedicadas três matérias para tratar dessa questão. Em: “Garcia Neto e deputados defendem Mato Grosso e repudiam goianos”, o governador teria classificado “a pretensão dos senadores e deputados goianos de ‘absurda e completamente errada’”, e acrescentado: “se tivéssemos que fazer uma anexação, seria Mato Grosso [...] a incorporar parte de Goiás, e isso por princípios históricos”. Ademais, Garcia Neto teria se mostrado “profundamente irritado com a pretensão da bancada goiana”, afirmando que “a integridade territorial do Estado tem que ser respeitada” e frisado que não seriam parlamentares goianos que conseguiriam “invadir Mato Grosso, tomando suas partes mais importantes”⁴³².

Era ressaltado o “sentimento profundo de revolta” demonstrado pelo gestor estatal ao garantir que ninguém iria “redividir Mato Grosso”. Na ocasião, “o presidente do Diretório Regional da Arena, Lúdio Martins Coelho, disse não entender a investida goiana” e a consideraria “como o início de mais uma guerra contra Mato Grosso”.

⁴³⁰ ASSEMBLEIA de Mato Grosso repudia anexação: Goiás. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7746, capa, 02 set. 1977.

⁴³¹ GOIÁS quer incorporar municípios mato-grossenses. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7746, capa, 02 set. 1977; EMENDA à “lei da divisão”: Goianos querem tomar parte do Norte de Mato Grosso. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7345, capa, 02 set. 1977.

⁴³² GARCIA Neto e deputados defendem Mato Grosso e repudiam goianos. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7346, p. 02, 04 set. 1977.

Lúdio teria ainda declarado sua confiança na seriedade e nos propósitos de Geisel, demonstrados em relação ao “projeto” de desmembramento de Mato Grosso, bem como, no Congresso Nacional quanto à recusa futura da “estapafúrdia emenda”. Os deputados Paulo Saldanha, Sérgio Cruz, Walter Pereira, Oscar Ribeiro e Cecílio Jesus Gaeta também teriam emitido seus protestos, nos quais não foram mencionadas oposições partidárias, nem atuações regionalizadas entre eles, porquanto os inimigos da vez eram os goianos⁴³³.

Foi também evidenciado o antagonismo entre os deputados mato-grossenses e goianos. Estes advogariam pela “justeza daquela medida” e estariam trabalhando nos bastidores para influenciarem “os membros da comissão mista”⁴³⁴ que iriam “emitir parecer sobre a matéria”, enquanto aqueles recriminavam “a reivindicação”⁴³⁵. O senador Itálvio Coelho, ao seu tempo, teria dito “não acreditar na aprovação” e arrazoado que “parlamentares do Norte e do Sul de Mato Grosso” ficariam “unidos em torno da integridade territorial dos dois futuros Estados”. O senador teria sido comunicado de que a emenda “ainda não havia sido apresentada”, porém, embora expirado “o prazo legal para apresentação” junto à Comissão isso poderia ser feito quando o assunto fosse debatido em plenário⁴³⁶.

Itálvio teria tratado a atitude dos goianos como oportunismo e anunciado que até então apenas um projeto havia sido apresentado, “em relação a Goiás: o deputado Siqueira Campos, ardente divisionista goiano, pediu a criação, dentro da ‘Lei da Divisão’, do Estado de Tocantins”. Conjuntamente, alertava-se que uma unidade não poderia ser erigida “através de uma simples emenda”, ressaltando-se a necessidade “de se efetuar estudos profundos e completos para que o governo” pudesse adotar tal medida. O senador teria dito que “o governo federal” teria feito esses levantamentos, desde 1974, ao se propor a seccionar “o território mato-grossense”⁴³⁷.

Na mesma chamada, o jornalista informava sobre várias pessoas entrevistadas que teriam considerado o plano ridículo, desacreditavam de sua aprovação e confiavam

⁴³³ *Ibidem*.

⁴³⁴ Fora montada uma Comissão Mista para estudar o anteprojeto de lei complementar que tratava da divisão territorial de Mato Grosso, contando com 22 parlamentares dentre os quais estariam 05 goianos e nenhum mato-grossense. Conforme a notícia: GOIÁS quer incorporar municípios mato-grossenses. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7746, capa, 02 set. 1977.

⁴³⁵ EMENDA goiana: agitação nos meios mato-grossenses. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7346, p. 02, 04 set. 1977.

⁴³⁶ ITALÍVIO não acredita na aprovação da emenda goiana à lei da divisão. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7346, p. 02, 04 set. 1977.

⁴³⁷ *Ibidem* (grifo do original).

que o presidente Geisel não o aceitaria, pois caso contrário seria “uma forma de enfraquecer [...] Mato Grosso, que perderia sua mais importante e praticamente a única [...] área agrícola”. Apesar de se referir à “opinião geral” de “toda a região Sul”, na sequência eram reportadas as declarações do prefeito de Campo Grande, Marcelo Miranda. Atribuía-se aos sujeitos indeterminados a demanda por “Lei Especial, cancelando o tratado de 1934 e definindo as reais divisas [...] de Goiás e de Mato Grosso” a ser providenciada pela União, para que não ocorressem “novas tentativas de usurpação territorial”. Com evocação legalista, postulava-se que essa seria uma medida necessária para encerrar “de uma vez por todas os desentendimentos existentes”⁴³⁸. Essa publicação remetia a um interesse em se buscar resguardo jurídico sob os termos autoritários, se pelas negociações políticas não fosse possível resolver o impasse. No regime de exceção, dentre os artifícios utilizados constantemente para barrar confrontos contingenciais, estavam as muitas normas impositivas confeccionadas e oficializadas autocraticamente de chofre⁴³⁹.

Em todos os dias subsequentes, a querela foi noticiada no CE. Em 14 de setembro, no OEMT simultaneamente se divulgava a rejeição por parte da Comissão Mista e a confusão em relação aos limites pleiteados pelos goianos. No impresso cuiabano foram utilizadas três páginas da mesma edição para tratar do assunto⁴⁴⁰. Na capa constaram duas chamadas. A primeira: “Por 15 a 3, foi rejeitada emenda de Goiás contra Mato Grosso”, trazia um mapa com a legenda: “Das duas áreas litigiosas Goiás reivindica [...] apenas o Contestado 1, confrontante com Mato Grosso do Sul”. Essa cartografia fora referida pelo periódico goiano *O Popular*, na qual as terras a serem anexadas a Goiás, em caso de aprovação da emenda, seriam do vindouro “Mato Grosso do Sul” e não da porção “Norte”⁴⁴¹.

A desaprovação, justificada sob a alegação de pôr “termo a uma pendência que vinha de 1750”, teria motivado “sérios atritos entre o Senador Benjamin Farah (MDB-RJ) e o relator, Senador Osires Teixeira (ARENA-GO)”. Farah teria acentuado “que estava ali para abordar uma coisa séria, uma mensagem do presidente da República e não para criar o Estado de Tocantins ou de Rondônia ou doar terras a Goiás”. Já o autor, Siqueira Campos, teria qualificado “o ministro do Interior Rangel Reis” como “um

⁴³⁸ *Ibidem*.

⁴³⁹ Como exemplo disso tem-se o Ato Institucional nº 5 e o Pacote de Abril.

⁴⁴⁰ *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7753, capa, p. 02-08, 14 set. 1977.

⁴⁴¹ POR 15 a 3, foi rejeitada emenda de Goiás contra Mato Grosso. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7753, capa, 14 set. 1977. Anexo VI.

grande inimigo” de Goiás e como “incapaz, juntamente com os seus técnicos”, por ter se manifestado contrário ao projeto. O ministro não teria considerando oportuno naquele momento, em que a pauta era o desmembramento de Mato Grosso, resolver tais pendências, mas teria se direcionado a voltar futuramente ao debate. Além disso, Campos apontaria um possível conluio entre o relator e Rangel, sendo que o primeiro não teria votado a seu favor “para atender ao Ministro do interior”, porque este seria “candidato a Governador do Estado de Mato Grosso do Sul”⁴⁴². Essa polêmica não foi abrangida no OEMT, somente no CE.

A segunda: “Nem os Goianos a entendem”, difundia a entrevista dada pelo “ex-superintendente da SUDECO” - Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste, “o engenheiro Sebastião Dante Camargo [...] ao *Cinco de Março*, de Goiânia, criticando aqueles que procuraram modificar os objetivos da emenda de Goiás”⁴⁴³. Na página 2, reforçando essa nota da capa, era trazida a matéria⁴⁴⁴ que continha na íntegra cópia da página 4 do semanário goiano, compreendendo os dias 12 a 18 de setembro, com a manchete: “Divisão de Mato Grosso: emenda de Goiás distorcida para favorecer Mato Grosso”⁴⁴⁵. Pedro Rocha Jucá teria sido o “enviado especial” para fazer a reportagem e incluía em seus escritos as publicações goianas⁴⁴⁶.

Sobre esses periódicos, destaca-se que “os diretores de *O Popular* tinham fortes relações com o Governo Estadual” e o jornal foi percebido “como um órgão de propaganda política das elites locais [...] utilizada pelo Governo Federal como veículo de difusão de seu arcabouço ideológico”⁴⁴⁷. Já o “*Cinco de Março* teve duas fases: até a década de 1970” poderia ser classificado como uma mídia de oposição “com forte ataque aos governos (federal, estadual e municipal), recheado de jargões, vícios e gírias, com foco no jornalismo opinativo; e após 1970” teria se aproximado “do conteúdo noticioso, mais ameno, ouvindo os dois lados e analisando as situações com maior cautela”, como resultado do “endurecimento do regime militar”. Ainda assim, teria

⁴⁴² *Ibidem*.

⁴⁴³ NEM os Goianos a entendem. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7753, capa, 14 set. 1977.

⁴⁴⁴ A EMENDA da anexação: Nem os Goianos entendem os limites. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7753, p. 02, 14 set. 1977.

⁴⁴⁵ DIVISÃO de Mato Grosso: emenda de Goiás distorcida para favorecer Mato Grosso. *Cinco de Março*, Goiânia/GO, sem n., p. 04, 12-18 set. 1977. Nos semanários as datas impressas em suas páginas correspondiam aos dias compreendidos na semana corrente a da publicação.

⁴⁴⁶ *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7753, capa, p. 02-08, 14 set. 1977.

⁴⁴⁷ SEABRA COELHO, George Leonardo. Cotidiano, imprensa e política: a construção simbólica da cidade de Goiânia por intermédio do jornal *O Popular*, p. 21.

mantido “a sua linha editorial voltada para denúncias de corrupção, má prestação de serviços e descuido com o caráter público inerente ao Executivo e Legislativo”⁴⁴⁸.

O fato de o articulista ter optado por incluir às suas argumentações uma escrita com algum traço dissonante ao léxico ditatorial, devia-se à ambição de *descreditar* os políticos goianos mostrando seus contrassensos, contradições e impasses. Concomitantemente, era apresentada uma defesa quanto às alegações de Sebastião Dante Camargo. Jucá afirmou: “nem mesmo os interesses Goianos estavam a seu favor, pois o texto da emenda, depois de uma análise mais profunda, mostra que Mato Grosso se beneficiaria com os novos limites pretendidos”, em virtude de estarem requerendo parcialmente o território a que supostamente teriam direito. Para Jucá, “em Goiânia existem contradições a respeito da emenda, que nem mesmo os goianos a entendem perfeitamente”⁴⁴⁹.

Isso se dava porque no início dos embates havia se divulgado que a área reivindicada estaria a leste do Estado e, entretanto, tratava-se daquelas que passariam a pertencer ao futuro “Mato Grosso do Sul”, conforme se dizia no *Cinco de Março*. Neste semanário, relatava-se sobre as restrições da “zona litigiosa [...] situada nas Cabeceiras dos rios Araguaia, Aporé e Sucuriú”, a falta de iniciativa da cúpula do Governo Federal em enfrentar a querela e o boato não confirmado “de que presidente Ernesto Geisel, pessoalmente, tivera tomado a iniciativa de recomendar à bancada da Arena, nas duas casas do Congresso Nacional, que rejeitasse liminarmente a proposta de Goiás”⁴⁵⁰.

Na entrevista de Camargo Júnior, este teria explicitado a “exploração indevida e falsa da situação, da parte de autoridades e parlamentares de Mato Grosso, objetivando criar uma situação inexistente”, por terem distorcidos os recortes territoriais pretendidos ampliando-os⁴⁵¹, a exemplo do que trouxe a matéria de 02 de setembro, anteriormente citada, do OEMT⁴⁵². Para o ex-superintendente, esse motivo teria levado Geisel a não aceitar o planejamento “por ter sido vítima de uma informação errônea, ou

⁴⁴⁸ BORGES, Rosana Maria Ribeiro; LIMA, Angelita Pereira de. História da imprensa goiana: dos velhos tempos da Colônia à modernidade mercadológica, p. 82-84.

⁴⁴⁹ A EMENDA da anexação: Nem os Goianos entendem os limites. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7753, p. 02, 14 set. 1977.

⁴⁵⁰ DIVISÃO de Mato Grosso: emenda de Goiás distorcida para favorecer Mato Grosso. *Cinco de Março*, Goiânia/GO, sem n., p. 04, 12-18 set. 1977.

⁴⁵¹ *Ibidem*.

⁴⁵² ASSEMBLEIA de Mato Grosso repudia anexação: Goiás. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7746, capa, 02 set. 1977.

recheada de dados falsos - uma vez que o que a imprensa tem noticiado a respeito das pretensões de Goiás [...] nada” teria “a ver com a realidade da propositura”⁴⁵³.

Ao que parece a rixa se deslocou da esfera política e foi endereçada para a jornalística, quando se sobrepôs as intrigas publicadas nas mídias ao teor do próprio documento oficial e por considerá-las condicionadoras das razões que levariam o representante da União a se posicionar frente à questão. Ocorre que esses campos tinham seus elos partilhados, já que seus agentes atuavam em ambos, por conseguinte, a mescla entre público e privado ficava evidente.

Nos meios de comunicação se concentravam, sobretudo, os diagnósticos e prognósticos das disputas momentâneas, fazendo com que malabarismos retóricos fossem constantemente utilizados para se manter a falaciosa coerência e garantir não haver prejuízos de nenhuma monta. No entanto, não havia ali a força de alterar ou interferir nas ações presidenciais, mas se fornecia material suficiente para que os líderes sofisticassem seus argumentos ao se justificarem publicamente. A reportagem de Jucá teve prosseguimento na página 8, e foram trazidas mais duas manifestações: “Nunes Rocha insiste contra a emenda de Goiás: anexação” e “Reis Costa: bancada de Goiás poderá retirar emenda”⁴⁵⁴.

No CE, em edição daquele dia, na página 10, se forneceu maiores detalhes tangentes à sessão de votação pela Comissão Mista, ocorrida em Brasília. E quanto ao território litigado, se recorreu à explicação do “secretário de Interior e Justiça”, Edward Reis Costa⁴⁵⁵, em seu argumento: “se [...] fosse aprovada, apenas uma parte de Cassilândia - mais precisamente o distrito de Paraíso, passaria para Goiás”. O secretário teria elucidado ainda as vantagens: “Mato Grosso ficaria com os municípios goianos de Mineiros, Caiapônia, Aragarças, Baliza, Bom Jardim de Goiás, Santa Rita de Araguaia, Piranhas e Portelândia”⁴⁵⁶.

Na ocasião, a maior preocupação demonstrada no periódico foram as declarações de Siqueira Campos acerca de eventualmente Rangel Reis governar o futuro “Mato Grosso do Sul”⁴⁵⁷. Essa notícia seria frustrante para aqueles que ansiavam ocupar tal posto, ou os outros novos cargos públicos dependentes de indicações do chefe do

⁴⁵³ DIVISÃO de Mato Grosso: emenda de Goiás distorcida para favorecer Mato Grosso. *Cinco de Março*, Goiânia/GO, sem n., p. 04, 12-18 set. 1977.

⁴⁵⁴ *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7753, capa, p. 08, 14 set. 1977.

⁴⁵⁵ DIÁRIO OFICIAL – Governo do Estado de Mato Grosso, p. 03, 25 out. 1977.

⁴⁵⁶ COMISSÃO Mista do Congresso rejeita emenda dos Goianos. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7354, p.10, 14 set. 1977.

⁴⁵⁷ *Ibidem*.

executivo. Destinou-se uma coluna, naquela página do CE para tratar da “responsabilidade da Arena” quando da criação da entidade federativa, com intuito de encontrar estratégias para evitar a nomeação de “um cidadão completamente desligado da política local”, e alheio aos compromissos já acordados entre os coligados regionais e seus asseclas, para ser o gestor⁴⁵⁸. Desse modo, deslindava-se o quanto as determinações geográficas funcionavam como aporte aos propósitos da governabilidade pretendida⁴⁵⁹. Estabelecer as fronteiras territoriais era sinônimo de cristalizar e imobilizar os “significantes”⁴⁶⁰ relacionados ao domínio, ao controle, às separações, inclusões e exclusões, oferecidos aos outros, bem como, assegurar para si o exercício e a legitimação do poder concernentes às “operações de significação”⁴⁶¹, ao acesso aos cofres estatais, à credibilidade para atuar nos comandos jurídicos e no *lobby* com os eleitores.

Consequentemente, os contrassensos continuaram a ser expostos pela imprensa. No dia 18 de setembro se noticiou acerca da proposta de arbitramento que o governador, Irapuan Costa Júnior, de Goiânia faria a Garcia Neto. Era aventada a possibilidade de o “próprio Presidente Ernesto Geisel” decidir “em relação” às “divisas entre Goiás e Mato Grosso”. Para Costa Júnior, “a aprovação do projeto” de criação de Mato Grosso do Sul não extinguia o transtorno sobre as terras em disputa⁴⁶². Uma suposta réplica foi publicada no dia 30 subsequente, diretamente de Goiânia, vinda da “assessoria do governador” de Goiás. Era comunicado: “Garcia Neto, admitiu pela primeira vez a existência de conflito fronteiro entre MT e Goiás, tendo afirmado aos membros de uma comissão especial do governo goiano que o problema realmente” precisaria “ser solucionado”⁴⁶³.

No entanto, apesar do tom inicialmente positivo, advogava-se que o assunto seria “detalhadamente estudado e analisado por uma comissão coordenada pelo secretário de Justiça de Mato Grosso”, cujo parecer embasaria a aceitação, ou não, por parte de Garcia Neto. Por fim, “tendo em vista que a Lei da Divisão” já teria especificado “os limites do Estado de Mato Grosso do Sul”, reiterava-se que “a questão

⁴⁵⁸ A RESPONSABILIDADE da Arena. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7354, p.10, 14 set. 1977.

⁴⁵⁹ MARIN, Jéri Roberto. A criação da província eclesiástica de Cuiabá em 1910.

⁴⁶⁰ LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*.

⁴⁶¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região, p. 62-63.

⁴⁶² MT: Divisa. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7357, capa, 17, 18 set. 1977.

⁴⁶³ GARCIA admite negociação definitiva ao problema. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7368, capa, 30 set. 1977.

de divisas” deveria tratar apenas da “Região Norte” do então “Mato Grosso”⁴⁶⁴. A resposta do governador mato-grossense só seria veiculada após a assinatura da Lei, em 18 de outubro, encerrando a discussão nos jornais. Reportada a notícia de Goiânia, no CE, divulgou-se o posicionamento de Garcia Neto ao não entender necessário o “arbitramento do Presidente Ernesto Geisel”, o que teria colocado “ponto final” no “litígio”, com duração de “quase um século”. Garcia teria salientado “a necessidade de assinalar-se fisicamente a linha seca” que separaria “Mato Grosso de Goiás, no trecho entre as cabeceiras dos rios Aporé e Araguaia”. O documento a arrematar a lide teria sido “o ofício-resposta” entregue “pelo secretário do Interior e Justiça”, pessoalmente, “no Palácio das Esmeraldas” em Goiás, a Costa Junior⁴⁶⁵.

Dessa maneira, as contendas incitadas por alguns políticos goianos não ganharam forma naquele período, nem no meio parlamentar, nem nas *tratativas diplomáticas* entre os dois governadores. De modo geral, em 1977, o tópico territorial, interno e externo, foi utilizado em muitos textos jornalísticos e por meio deles verificou-se a ampla liberdade de atuação daqueles agentes que apelavam para construções históricas, afetos e sentimentos de pertencimento regional para justificar suas investidas. Logo, o mote regionalista dual foi usado conforme as disputas foram aparecendo, ora se contrapunha *Norte* e *Sul* mato-grossenses, ora esses eram unificados para se contestar os goianos. Porém, quando existiam empecilhos e as alianças eram frágeis ou ocasionalmente se dissolviam, era na dinâmica ditatorial e autoritária que se tentava encontrar respaldos para concretizar anseios, de fato oportunistas, mas não restritos a um polo específico.

Assim, nas publicações, o uso das tipificações regionalistas mudava constantemente e essas eram colocadas em oposições binárias excludentes quando convinha, reforçando o colonialismo interno, como também aconteceu em relação a Corumbá. Além disso, os assuntos tidos como resolvidos e estabilizados, em momentos de crise retornavam à pauta. Em tais querelas, se pretendia esfumar qualquer aspecto que não contribuísse com suas retóricas. Contudo, não obstante a tentativa de invisibilizar e apagar a pluralidade e as múltiplas diversidades étnicas, culturais, sociais, políticas ou geográficas, elas acabavam aparecendo. Essas se sobressaíam apesar dos “empreendimentos econômicos agrários” realizados “através de implantação de obras

⁴⁶⁴ *Ibidem*.

⁴⁶⁵ FRONTEIRAS: Garcia Neto não vê necessidades de arbitramento. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7381, p. 03, 18 out. 1977.

de infraestrutura, armazenagem, estradas” financiadas pela União e utilizadas “para elevar a produtividade, dentro de uma lógica socialmente excludente”, própria do regime militar, de maior projeção a partir de 1970⁴⁶⁶.

2.3 – *Sul e Norte* – Por que e para quem?

Como visto anteriormente, os sujeitos estavam em constantes deslocamentos, “frequentemente migravam dentro do Estado”, não havia limites territoriais para seus negócios, suas terras, suas performances intelectuais e/ou políticas. Desse modo, as “regiões estavam integradas por relações de parentesco”, de solidariedade e de capital simbólico e econômico, não havia desintegração ou isolamentos como afirmavam os militares e aqueles que compartilhavam de tal retórica. Consequentemente, “não é possível basear a competição política em categorias que considerem o local de nascimento”, de atuação ou de residência⁴⁶⁷.

Todavia, para se manter o poder dominante, dois feitos seriam basilares, o estabelecimento de fronteiras cada vez menores e a condensação dos aparelhos estatais e dos recursos públicos. Por isso, havia digladiações para a formação de novos entes municipais ou estaduais, nas quais os regionalismos eram evocados como *armas* simbólicas, sobretudo para delinear pertencimento, conhecimento, autoridade e legitimidade frente ao pleiteado. Para tanto, era necessário dar bordas ao cenário, defini-lo simplificadoramente e superficialmente, de preferência em termos dicotômicos, obedecendo a uma coesão forjada, sob égides históricas, sentimentais, geográficas e econômicas, para o que os jornais e demais recintos comerciais e de letramento cultural se tornaram excelentes instrumentos.

Dentre as pessoas que demonstraram expectativas comuns nas tentativas da construção dessa homogeneidade regionalista, verificaram-se elos com a questão fundiária. Parte da elite em Mato Grosso era proprietária e/ou comerciante de grandes extensões de terra. Nestas, majoritariamente se exercia a agricultura e/ou a pecuária. Muitos latifundiários participavam das esferas governamentais em âmbito executivo, administrativo e judiciário. Entretanto, poucos tinham o poder de criar leis específicas para o setor agro, competência do âmbito estatal e federal. Paralelamente, ficaram evidentes os impasses enfrentados quando das investidas separatistas e das

⁴⁶⁶ SANTOS, Roberto de Souza. Ideologia desenvolvimentista e o discurso regionalista no Tocantins, p. 88.

⁴⁶⁷ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 142, 209.

demonstrações de esforços em direcionar os recursos públicos para atender necessidades próprias envolvendo tal categoria.

Nesse sentido, observou-se que a defesa para a implantação de Mato Grosso do Sul, em 1977, onde alguns agentes pudessem exercer maior domínio político e legislativo, estava coadunada, convenientemente, à “modernização conservadora” do campo. Esta fora mais uma estratégia adicionada pelas forças armadas quanto à “ocupação da fronteira” e tinha por finalidade promover a produção agropecuária para servir à exportação, com consequências danosas aos trabalhadores rurais mais pobres. No entanto, apesar da lucratividade para os latifundiários, a contrapartida para se atingir tal estágio demandava de “maquinarias, insumos [...] rações” e “produtos veterinários”, além dos meios para o transporte e comércio, todos de alto custo, fazendo com que os grandes produtores não cessassem de solicitar auxílios governamentais e os pequenos sucumbissem⁴⁶⁸. Frente à conjuntura e às promessas da expansão capitalista, até mesmo aqueles que não eram ruralistas (mas vinculados a estes) fetichizavam as possíveis benfeitorias a serem conquistadas (devido ao progresso e ao desenvolvimento serem renunciados também às urbes).

Essas premissas ficaram nítidas nas páginas jornalísticas como trouxe a publicação do CE, em 13 de janeiro. Dos “mais de 70 prefeitos eleitos”, no pleito de 1976, no momento em que se reuniram para realizarem o curso oferecido pela Secretaria Estadual de Planejamento, menos de sete teriam se pronunciado auspiciosamente à divisão. Contudo, dentre as justificativas estavam as vantagens a serem angariadas em prol do escoamento da produção agrícola e do gado, bem como *a possibilidade de alteração das tarifas tributárias tornando-as mais favoráveis*⁴⁶⁹.

Não se tratava, portanto, de “uma disputa sobre qual” seria “a lei, mas sobre quem” mandaria “na lei”, em razão da “forma de vida e prática de governo, baseada na extensão da família e da lógica privada ao universo público e institucional”, resultante do “compromisso mal resolvido entre a família e o Estado, entre o político e o

⁴⁶⁸ PERIPOLLI, Odimar João. *Expansão do capitalismo na Amazônia norte mato-grossense: a mercantilização da terra e da escola*, p. 61-62. Este autor tratou acerca da problemática dessa investida causadora da expropriação do campo daqueles com menos recursos, particularmente em Mato Grosso. Para saber mais sobre a “modernização conservadora” em âmbito nacional, ler: SILVA, José Francisco Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*.

⁴⁶⁹ 7 PREFEITOS querem a divisão. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7158, p. 5, 13 jan. 1977. Esse evento foi abordado anteriormente nesta tese.

privado”⁴⁷⁰. Por conseguinte, nas esferas governamentais as marcas “pessoalistas, mandonistas, [...] práticas clientelistas e [...] estruturas partidárias” com matizes “oligárquicos” se faziam presentes e estavam coadunadas às semânticas capitalistas e ditatoriais⁴⁷¹. Dessa maneira, a dependência dos poderes estadual e federal, e de seus aparelhos burocráticos, dos quais muitos daqueles indivíduos eram partícipes, porém sem autonomia irrestrita, fazia com que realizassem alianças para alavancar os setores comandados pelas elites. As homologias podiam ser notadas nos diversos recintos criados para fortalecer os elos e as discursividades dominantes.

Logo, o repertório midiático trazia nuances dessas simbolizações norteadoras de tais laços sociais. Isso pôde ser observado em 11 de março, no CE, em artigo assinado por Inah Machado Metelo. Referia-se às “pastagens” de sua “fazenda” próxima às “estâncias das famílias Baís e Barcelos” (que também faziam parte da elite), cujo acesso se dava “via Maracaju”. Inah laureava a modificação sofrida por aqueles campos, caracterizando-os como “arrozais pujantes”, e por possibilitarem o cultivo da “verde soja quase espontânea”⁴⁷², o que teria transformado o “Sul [...] em celeiro do Brasil”. Rica, proprietária de grandes extensões de terras e interessada em usufruir dos recursos que a instalação de uma nova máquina administrativa poderia proporcionar, ao declarar seu otimismo e apaixonamento, concernentes ao desmembramento de Mato Grosso, Inah mobilizava afetos e reiterava: “qualquer alusão sobre o assunto, estimula meus sentimentos regionalistas e é uma nova esperança que desponta”. O texto trazia também traços das relações estabelecidas na *Academia de Letras e História de Campo Grande*, ao mencionar os demais membros e os debates suscitados envolvendo o nome da futura unidade⁴⁷³.

Quanto à política, Inah afirmava ter participado da última “campanha” separatista, realizada durante “a eleição de 1960 para a Presidência da República, na qual Jânio da Silva Quadros [...] era candidato”⁴⁷⁴. Revelava ainda ter confeccionado a

⁴⁷⁰ DUNKER, Christian Iago Lenz. Crítica psicanalista do populismo no Brasil: massa, grupo, classe. In: HOFFMANN, Christian; BIRMAN, Joel (orgs.). *Psicanálise e Política: uma nova leitura do populismo*, p. 205.

⁴⁷¹ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 164.

⁴⁷² O uso de termos amenos para se referir ao processo de produção da soja, dentro de uma “quase” espontaneidade, omitia todos os recursos necessários para a sua realização que iam desde o latifúndio, os implementos agrícolas caros, a mão de obra precarizada, dentre outros.

⁴⁷³ A CADEIA pública. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7203, p. 07, 11 mar. 1977.

⁴⁷⁴ ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002)*, p. 120. Sobre as lutas separatistas, esporádicas, anteriores a 1977 e reivindicações isoladas em Mato Grosso, que também não produziram resultados na constituição de novas fronteiras físicas,

“bandeira [...] tricolor” com “a histórica tesoura” cortando o “Sul, do norte do Estado e abaixo o conhecido lema ‘dividir para multiplicar’”. Em razão disso, a autora teria recebido um telefonema discordante, de alguém que “não achava interessante nem o desenho nem o lema” e “não conhecia bandeira [...] que levasse um apelo tão violento e ambicioso”. Para esquivar-se das acusações, Inah destacava a inúmera “adesão ao [...] ideal” e trazia à comparação, bandeiras de distintos entes federados, sob alegações genéricas e apelativas a fim de arrazoar pela liberdade e independência⁴⁷⁵.

Aqueles sujeitos, e suas redes de sociabilidades, que discutiam a secção de Mato Grosso, em 1977, bem como seus ascendentes e descendentes, faziam parte das gerações, cujas aquisições de terras foram subsidiadas pela Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Com esta normativa o Imperador promoveu “o processo de incorporação de novos espaços – ‘assaltados, tomados das nações indígenas’” e fez “aumentar ainda mais a concentração das terras nas mãos de poucos proprietários”, para o que em muitas situações foi utilizada a “burla legal”⁴⁷⁶.

Esta foi uma das “condições objetivas em que se deu [...] a passagem das terras”, espoliadas dos povos originários e gerenciadas pela União sob a alcunha de “devolutas/públicas, para o domínio privado”. Nesse bojo, os “governos estaduais” estimulavam e favoreciam, “desde 1892 [...] o acesso a grandes porções do território a capitalistas, grupos econômicos e proprietários individuais”. Em Mato Grosso, “todo um aparato jurídico-político foi sendo montado para mediar e legitimar os diferentes interesses das classes sociais envolvidas no processo de acesso a terra e dar sustentação à política fundiária de regularização e venda [...] no estado”⁴⁷⁷.

Além disso, com o advento de tal Lei, foram adotados “procedimentos [...] geralmente inacessíveis” às populações que foram escravizadas, seja pelas “praxes escusas, seja por falta de recursos financeiros para cobrir despesas judiciais e subornar autoridades (essas despesas eram provavelmente ínfimas em relação à extensão e ao valor potencial das terras griladas, mas eram também desproporcionais aos ganhos do

consultar: QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (Um breve ensaio).

⁴⁷⁵ A CADEIA pública. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7203, p. 07, 11 mar. 1977. (grifo do original, bem como a opção de usar maiúscula para iniciar a escrita de “Sul” e manter “norte” com letra minúscula).

⁴⁷⁶ PERIPOLLI, Odimar João. *Expansão do capitalismo na Amazônia norte mato-grossense: a mercantilização da terra e da escola*, p. 46 (grifo do original). Vale lembrar que as “experiências se articulam de maneira geracional”, conforme as considerações de KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*, p. 37.

⁴⁷⁷ MORENO, Gislaine. *Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*, p. 06, 81, 90, 91, 147.

trabalhador sem recursos)”. Naquele contexto, “a impossibilidade de ocupação legítima, sem pagamento, das terras devolutas, recriava as condições de sujeição do trabalho que desapareceriam com o fim do cativoiro”⁴⁷⁸.

No aparato governamental foi detectado “o envolvimento de funcionários em atos de corrupção e a participação de dirigentes em grandes transações de terra”, o que teria garantido “benefícios” particulares. Dentre as estratégias, estava o registro de “áreas exorbitantes” legalizando a “prática dos proprietários em burlar a lei, com a pluralidade das posses contíguas [...] em nome de várias pessoas ligadas por laços de parentesco”. Assim, se concretizaria a “orgia de transações imobiliárias” que fariam “milionários da noite para o dia”, privilegiariam “tubarões de todos os matizes, parentes, amigos” e “afilhados políticos”⁴⁷⁹. Essa situação conta com registros oficiais mantidos pelos órgãos públicos, porém, alguns sem acesso livre a pesquisadores porque os documentos demonstram “sobreposição de títulos”, denunciando “as problemáticas de grilagem e má gestão de propriedades na região” do Alto Taquari, por exemplo⁴⁸⁰.

Eduardo Olímpio Machado, por seu turno, político e jurista, nascido em 1875 e falecido no ano de 1968, fora “vice-presidente do Estado” em 1911⁴⁸¹ e prefeito de Campo Grande de 1937 a 1941⁴⁸². “Como advogado”, teria atuado “na regularização” de “terras”, e seus filhos, netos e bisnetos foram geralmente referenciados como pecuaristas. Seu sogro era “um abastado fazendeiro em Nioaque”⁴⁸³. Seu filho, Paulo Coelho Machado, também foi jurista, funcionário “da Justiça Militar”⁴⁸⁴ como promotor e auditor substituto⁴⁸⁵, Secretário de Agricultura no mandato de José Fragelli, vereador por duas vezes em Campo Grande⁴⁸⁶, presidente do “Centro dos Criadores do Sul de

⁴⁷⁸ MARTINS, José de Souza. *O cativoiro da terra*, p. 21.

⁴⁷⁹ MORENO, Gislaine. *Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*, p. 06, 81, 90, 91, 147.

⁴⁸⁰ Os municípios que compõem essa localidade, atualmente, foram estudados por Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa. Em sua tese de doutorado, a autora relatou a dificuldade para checar os documentos fundiários mantidos pela “Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER” que negou o “acesso ao mapa das propriedades da região estudada” à pesquisadora e forneceu “apenas algumas informações”. FEITOSA, Beatriz dos Santos de Oliveira. *Entre os “imprescindíveis” e os “redundantes”*: olhares sobre constituição de espaços e mundo do trabalho rural na Região Norte de Mato Grosso do Sul Contemporâneo, p. 42-43.

⁴⁸¹ WEINGARTNER, Alisolete Antônia dos Santos. Eduardo Olímpio Machado, p. 131.

⁴⁸² ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 273.

⁴⁸³ WEINGARTNER, Alisolete Antônia dos Santos. Eduardo Olímpio Machado, p. 130-131.

⁴⁸⁴ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 111.

⁴⁸⁵ 1917 - Nasce Paulo Coelho Machado, advogado, professor, político e historiador. Disponível em: <https://datasefatoshistoricos.blogspot.com/search/label/1917>. Acesso em: 10 jul. 2023.

⁴⁸⁶ FURLANETTO, Vera Lucia. *Mato Grosso do Sul: sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio do Estado*, p. 32.

Mato Grosso”, fundada em 1931 e posteriormente nomeada de Acrissul⁴⁸⁷, e igualmente “do Sindicato Rural de Campo Grande e da Associação Sul-Mato-Grossense de Criadores de Nelore”, exercendo “a advocacia em Campo Grande e no Rio de Janeiro”⁴⁸⁸.

Em 1977, Paulo Coelho coordenou a Liga Sul-Mato-Grossense, quando de sua reativação, cujo “Diretório Central” contou com seu sobrinho, “Eduardo Machado Metelo”⁴⁸⁹, filho único de Inah com seu esposo, o oficial do exército Adriano Metello Junior⁴⁹⁰. Na atuação dos membros da família Machado, percebeu-se o trânsito por vários recintos privilegiados, nos quais se partilhava a circularidade de ideais, atravessados e entrelaçados, como os do judiciário, do latifúndio, da intelectualidade, do militarismo, da política e do jornalismo.

O sistema capitalista, incidente sobre o âmbito rural, alterou o “uso e ocupação da terra [...] que era de todos e de uso coletivo” passando a consagrar-lhe um “dono”⁴⁹¹ juridicamente, e acentuou-se com as legislações fundiárias do final do século XIX e início do XX⁴⁹², ao tornarem-na “um direito excludente, acumulativo, sagrado”⁴⁹³. Somam-se a isso, os “incessantes processos de expansão de fronteiras”, desde a colônia, resultando na “implantação pelos governos militares de múltiplos grandes projetos de desenvolvimento”. Estes foram caracterizados como “invasões” às terras dos “povos tradicionais”, por desconsiderarem e inviabilizarem suas territorialidades. O uso das “novas tecnologias industriais de produção, transporte e comunicação, que alteraram as relações ecológicas de forma inédita” causou intensa e profunda “destruição ambiental”⁴⁹⁴.

Tais iniciativas se sustentavam na “ideologia territorial”, iniciada com o “estabelecimento e a expansão dos Estados-nação [...], vinculada ao fenômeno do

⁴⁸⁷ CENTENÁRIA, mesa de jacarandá “marca” grito separatista de fazendeiros por MS. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/reportagens-especiais/centenaria-mesa-de-jacaranda-marca-grito-separatista-de-fazendeiros-por-ms>. Acesso em: 10 jul. 2023.

⁴⁸⁸ 1917 - Nasce Paulo Coelho Machado, advogado, professor, político e historiador. Disponível em: <https://datasefatoshistoricos.blogspot.com/search/label/1917>. Acesso em: 10 jul. 2023.

⁴⁸⁹ AMARILHA, Carlos Magno Mieres. *Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul*, p. 148.

⁴⁹⁰ PRÉDIO na Afonso Pena foi construído para família e guarda memórias de Inah. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/arquitetura-23-08-2011-08/predio-na-afonso-pena-foi-construido-para-familia-e-guarda-memorias-de-inah>. Acesso em: 10 jul. 2023.

⁴⁹¹ PERIPOLLI, Odimar João. *Expansão do capitalismo na Amazônia norte mato-grossense: a mercantilização da terra e da escola*, p. 11.

⁴⁹² MORENO, Gislaine. *Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*.

⁴⁹³ PERIPOLLI, Odimar João. *Expansão do capitalismo na Amazônia norte mato-grossense: a mercantilização da terra e da escola*, p. 11.

⁴⁹⁴ LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade, p. 254, 257, 278.

nacionalismo” e alicerçada “no conceito legal de soberania”. Ademais, “a vigilância e o ordenamento territorial” foram “tratados” por agentes estatais “como questão militar, de segurança [...] de caráter centralizador e autoritário, fundamentadas na razão instrumental do Estado e na exclusividade” deste “tomar decisões sobre essas políticas”⁴⁹⁵.

Durante a ditadura civil-militar, com a fusão entre Estado e forças armadas, essas premissas se exacerbaram, bem como, a adesão daqueles que nelas encontravam respostas para seus anseios. Nesse sentido, é possível entender o desejo e o querer da família Machado, juntamente a outros sujeitos, todos “educados em ordem social escravocrata, em um mundo político de constantes perseguições aos adversários e com participação popular” relegada⁴⁹⁶, postularem pela separação de Mato Grosso, sob os auspícios de sentirem-se como vindouros *proprietários* de uma unidade federativa.

Em 28 de março no CE, Eduardo Machado Metello afirmou ser “a divisão [...] de Mato Grosso” um “fato irreversível” e que não haveria motivos para combatê-la, caso houvesse se tratariam apenas de pretextos “puramente sentimentais e improcedentes”. Embasava sua persuasão no “2º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)” que, de acordo com o autor, exigiria o recorte “como medida de SEGURANÇA NACIONAL, às razões econômicas, administrativas e político-social”. Eduardo Machado não admitia que “alguém” pudesse “se insurgir contra” o “fato consumado, querido por todos, governo e povo interessado”, por tratar-se de uma providência visando “a própria integridade da Pátria”. Recordando Rondon, não titubeou em escrever: “se vivo fosse, compreenderia a mudança, dos tempos e, evoluindo, seria [...] um divisionista”. Além disso, indagava-se “por que o mapa de Mato Grosso não” poderia “ser modificado?”, se anteriormente “desmembraram um pedaço, para criar o território de RONDÔNIA, justamente em homenagem ao [...] mais célebre sertanista”. Reiterava também que estaria “na hora de mexer novamente no mapa do colossal Estado Central”⁴⁹⁷.

Para Eduardo, a secção auxiliaria a “melhor administrar”, erigiria “dois novos estados [...] irmãos e amigos”, homologaria o que já existiria “de fato”, garantiria que “no futuro” ninguém ousaria “pretender dividir uma Nação” e se aproveitaria “o

⁴⁹⁵ *Ibidem*.

⁴⁹⁶ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 138.

⁴⁹⁷ A DIVISÃO. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7217, p. 02, 28 mar. 1977. (grifos e opções de palavras escritas em maiúsculo foram do autor).

impulso notável que o governo Federal” pretenderia “dar” e já estaria “dando [...] às duas novas” unidades. O artigo finalizava com duas frases de efeito remetendo à bandeira confeccionada por Inah: “Dividir para fortalecer” e “Dividir para multiplicar!”⁴⁹⁸. Nessa escrita, o filho faz uma torção das falas da mãe. Ela apelava para questões sentimentais e regionalistas, ao se referir às *paixões, estímulos e esperanças* sobre o porvir pós-divisão, com reforço ao significante *Sul*. Ele as rechaça, pois, tais afeições poderiam ser usadas para se questionar a secção, e nesse caso não poderiam ser admitidas. Por outro lado, irmandade e amizade foram afetos mobilizados também por Eduardo. Ao fim, para fazer um arremate e defender o desmembramento, questões técnicas e burocráticas foram elencadas sob um verniz resolutivo quanto à extensão territorial, suficiente para sanar as demandas das demais áreas, segundo o articulista.

Eduardo Machado Metello participou da “Comissão Julgadora”, do concurso promovido pela *Academia de Letras e História de Campo Grande*, que avaliara oito biografias do seu avô, Eduardo Olímpio Machado, em razão do centenário do nascimento deste. Na ocasião, ganhara em primeiro lugar o livro redigido por Antonio Lopes Lins, sob “pseudônimo” depois “revelado”, obtendo financiamento da “Fundação Cultural de Mato Grosso” para a publicação, em 1976⁴⁹⁹.

A permeabilidade entre os diferentes campos, as gramáticas coligadas e circulantes nos diferentes recintos, permitiram compreender a força das redes de sociabilidades para os sujeitos que as compunham. Bem como, a eficácia das memórias dos antepassados elencadas como *dignas* de serem lembradas. Isso ocorreu semelhantemente à Inah, falecida em 11 de maio de 1977. No CE foram divulgadas várias homenagens em seu nome. Desde a comunicação de sua morte se enfatizou seu *status* de “bem nascida, economicamente próspera [...] mas também com muito trabalho no campo assistencial” e de “seu talento como escritora, poetisa e pintora”, ocupante de uma cadeira na ALH-CG⁵⁰⁰.

Na mesma página do jornal, se anunciava o lançamento do livro de Lélia Rita (igualmente membro da Academia)⁵⁰¹. Intitulado, *Amor em todos os quadrantes*, a primeira parte estaria reservada “aos ‘Poemas de Divisão’ e o prefácio, “de autoria da

⁴⁹⁸ *Ibidem*.

⁴⁹⁹ AMARILHA, Carlos Magno Mieres. *Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul*, p. 134-135.

⁵⁰⁰ FALECEU Dona Inah Machado Metello. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7254, p. 02, 12 maio 1977.

⁵⁰¹ Lélia Rita Euterpe de Figueiredo Ribeiro, filha de Menodora Fialho de Figueiredo e do político e fazendeiro Arnaldo Estevão de Figueiredo. Para maiores informações, ler: NOGUEIRA, Ana Claudia Pinheiro Dias. *Dora Ribeiro: esboço de vida e obra*.

professora Maria da Glória Sá Rosa”, contaria com “a apreciação do Dr. Paulo Coelho Machado”. Rita teria dito que aproveitaria a data para “comemorar” o desmembramento e ainda agradecia “muito ao professor Barbosa Rodrigues pelo estímulo [...] e pela divulgação” das “poesias no CORREIO DO ESTADO”⁵⁰².

Sobre Lélia, havia um pequeno texto sob a rubrica de Inah, portanto, sua última escrita midiática, na qual se apresentavam as considerações dessa em relação àquela. Era exaltada, dentre outras coisas, “as raízes profundas no Mato Grosso com antepassados de Rosário Oeste juntando aos ancestrais de Nioaque”, cujo “cadinho de raças e terras norte-sul” teria sido o nascedouro de Lélia. Esta foi caracterizada como “muito combativa a favor da” secção, independentemente de “todos” os “problemas” que o recorte territorial suscitasse. E por isso, a poetisa já sentiria as “saudades da ‘supermãe’”, Cuiabá. Complementarmente, dizia-se que Lélia, cuja presença só faria “bem à gente”, seria “grata ao velho professor de tênis Olympio”, o patriarca da família Machado. Por fim, era caracterizada como uma “matogrossense do Sul *até morrer*”⁵⁰³.

A desfaçatez na escolha jornalística ao se publicar essa nota se acentua ao se perceber que, antes mesmo de realizado o enterro, a memória de Inah foi oportunamente usada para fortalecer a narrativa separatista. Todavia, não se limitava a isso, porque os três textos, em conjunto, demonstravam os laços familiares, sociais, ideológicos e afetivos entre as personagens ali mencionadas. Ademais, evidenciava-se pela redação de Inah que o desmembramento não estaria sendo pautado pelos lugares de nascimento de seus defensores. Para justificar a campanha, os envolvidos utilizavam os sentimentos de pertença regionalista, que teriam sido engendrados com o tempo e favorecidos pelas redes de sociabilidades, mas que foram negados em outros momentos.

No entanto, passados dez dias, no caderno “Suplemento Literário”, Otávio Gonçalves Gomes, também membro da ALH-CG, enaltecia a “modéstia”, a postura “conciliatória”, o “prestígio e simpatia” de Inah. Além disso, era ressaltada a habilidade de “cronista por excelência” e o patrocínio dado ao concurso que elegera a melhor biografia de seu pai e patrono da Academia, Eduardo Olímpio Machado⁵⁰⁴. O valor do

⁵⁰² LÉLIA Rita lançará, no dia 28, “Amor em Todos os Quadrantes”. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7254, p. 02, 12 maio 1977.

⁵⁰³ OPINIÃO de D^a Inah. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7254, p. 02, 12 maio 1977 (grifo meu).

⁵⁰⁴ UMA BRAÇADA de rosas para Inah. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7262, p. 06, 21,22 maio 1977.

prêmio entregue ao vencedor fora de 10.000 cruzeiros, em dinheiro. Este relato era mais uma comprovação da fartura econômica da família Machado⁵⁰⁵.

Sequencialmente, Gonçalves Gomes asseverava ser Inah uma “pessoa sensível e vibrátil, tal como o seu genitor, engajava-se em todos os movimentos cívicos, sociais e beneficentes de Campo Grande” e a chamava de “divisionista por tradição”. Pois, estaria ela, ligada a “todas” as agendas “pró” secção, porque teria nascido “ouvindo falar em dividir o Estado”, no município de Nioaque, exatamente “onze anos após o primeiro brado [...] lançado no seu berço natal [...] por Jango Mascarenhas, em 1900”. Gomes fez questão de buscar o evento mais remoto, para dar a pretensa contundência histórica postulada por aqueles que advogavam pela causa separatista⁵⁰⁶.

Para tornar verossímil a retórica, citava-se a “felicidade” de Inah, partilhada com os “amigos”, ao saber da declaração oficial do ministro Rangel Reis, acerca da criação do novo ente federativo; ao que teria proferido: “agora posso morrer feliz; o Estado está dividido”. Gonçalves Gomes alegava, concomitantemente, que a filha de Eduardo “desejava” o desmembramento “como uma contingência do programa, mas teve atitude de simpatia para com os [...] irmãos do Norte, descrevendo Cuiabá como uma relíquia histórica, enaltecia a hospitalidade Cuiabana”⁵⁰⁷. Ao final do artigo, percebe-se a intenção de se forjar indiretamente a dualidade entre cuiabanos e campo-grandenses, ou *nortistas* e *sulistas*, porquanto, uma vez ausente a simpatia destes não haveria o enaltecimento daqueles.

Na edição do fim de semana seguinte, se reportava o pedido do “Deputado Ruben Figueiró, líder do Governo do Estado”, à “Assembleia Legislativa de Mato Grosso”, solicitando “voto de pesar pelo falecimento de Inah Machado Metello”. Foi salientado o trabalho “da ilustre extinta em todos os setores da [...] cidade sulina, especialmente nas letras, nas artes, nas lutas políticas e nos serviços da Comunidade”. Destacavam-se ainda os “ideais democráticos” e o pertencimento à “tradicional família matogrossense - do norte e do Sul” de Inah, cujo “maior” empenho teria sido “pela emancipação territorial do Sul”. Este teria sido o “grande sonho cuja concretização ela não” veria, mas teria levado “consigo a certeza de que seus netos” viveriam “a realidade

⁵⁰⁵ AMARILHA, Carlos Magno Mieres. *Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul*, p. 135.

⁵⁰⁶ UMA BRAÇADA de rosas para Inah. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7262, p. 06, 21,22 maio 1977.

⁵⁰⁷ *Ibidem*.

que sonhara: o Estado de Mato Grosso do Sul”, segundo as palavras de Figueiró⁵⁰⁸. As repetições enfatizando o *Sul* foram preferências do orador, de sua assessoria de comunicação ou da equipe do diário.

Essa atividade jornalística dentro dos gabinetes parlamentares surgiu no Brasil no ínterim ditadura civil-militar, “quando a imprensa era censurada e tinha seu direito à liberdade [...] violada pelo governo”, logo “se limitava a enviar apenas notas frias”. Desse modo, “os órgãos públicos, buscando um afastamento [...] viram na atuação das assessorias [...] uma forma segura de proteger-se do julgamento [...] e de promover o governo”. Por conseguinte, “as assessorias [...] serviam mais para desinformar e manipular as informações conforme os interesses do governo, do que como fonte legítima”. Frente à conjuntura da época, “alguns jornalistas condicionaram-se apenas a reescrever *releases*”, resumos dos pronunciamentos dos chefes, “sem nada acrescentar, produzindo notícias pobres, marcadas por excesso de adjetivações e escassez de conteúdo informativo”⁵⁰⁹, reforçando, apenas, a retórica daqueles agentes públicos.

Ficava a cargo das editorias dos periódicos gerenciarem as origens e os conteúdos dos textos a serem aceitos, a depender da relevância do político, dos acordos prévios e até das verbas destinadas aos veículos de comunicação. Ao que tudo indica não havia alterações na escrita do assessor por parte dos redatores midiáticos e o aceite marcava as convergências semânticas entre os produtores e os divulgadores. Contudo, na publicação sobre a solicitação de Figueiró, por exemplo, como não eram atribuídas as devidas autorias à maioria das matérias, não é possível afirmar de quem foi a escolha de grafar “norte” com letra minúscula e “Sul” com maiúscula⁵¹⁰. Na ocasião, foi projetado um sentido de hierarquia entre as regiões, entretanto, o próprio deputado teria feito questão de mencionar a ascendência *nortista* de Inah, o que pareceu um contrassenso. Já no OEMT, optou-se por reproduzir parcialmente aquela nota, não adentrando em aspectos da secção territorial e dando maior destaque à ação do deputado do que às militâncias políticas da homenageada⁵¹¹.

Dessa forma, o fato de Inah não ter vivido o suficiente para acompanhar o desfecho do desmembramento de Mato Grosso, defendido por ela, sua família, e outros

⁵⁰⁸ NA ASSEMBLEIA, voto de pesar pela morte de Inah Metello. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7268, p. 09, 28-29 maio 1977.

⁵⁰⁹ NUNES, Livia Eveline de Almeida. *O papel das assessorias de imprensa na construção do caderno de cidade do jornal O Povo*, p. 14.

⁵¹⁰ NA ASSEMBLEIA, voto de pesar pela morte de Inah Metello. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7268, p. 09, 28-29 maio 1977.

⁵¹¹ FIGUEIRÓ reverencia memória de Dona Inah. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7678, p. 10, 01 jun. 1977.

sujeitos, foi mais tematizado no CE do que no OEMT. O acesso de seu irmão Paulo Coelho Machado ao CE, igualmente foi notório. O trânsito dessa família por diversas associações e as conexões mantidas com o jornalismo, a intelectualidade, o latifúndio, a política e o militarismo (característica geral daquela rede de sociabilidade), eram constantemente anunciadas nos impressos. Não foi ocasional a reunião de Garcia Neto com representantes da “Liga Sul Mato-grossense”, para tratar de assuntos concernentes à divisão, no Frigorífico Bordon⁵¹².

Antonio Lopes Lins, professor na FUCMAT, também estava presente neste recinto. A agricultura e a pecuária eram seus tópicos de estudo. Obviamente este não era o único motivo contundente que levaria Lins a estabelecer seus laços sociais e afetivos, no entanto, poderia ser uma oportuna justificativa em caso de indagações públicas⁵¹³.

Na lista dos presentes estavam: “Rubem Figueiró”, coordenador da reunião; os apoiadores, “Tiago Franco Cansado e Mário Sérgio de Azevedo, gerente superintendente industrial do Frigorífico Bordon”; o “Governador Garcia Neto” e seu vice “Cássio Leite de Barros”; os “ex-governadores José Fragelli e Fernando Correia da Costa”; e ainda o “secretário da Indústria e Comércio David Balaniuc”; o “Presidente da Arena em Campo Grande Conselheiro Waldir dos Santos Pereira”; o “Vice-presidente da Arena estadual Lúdio Coelho”, juntamente com seu irmão “Senador Italívio Coelho”, bem como o “Líder pecuarista José Pereira Martins e” o “prefeito Ramez Tebet, de Três Lagoas”; os integrantes da “Liga Sul Mato-grossense”, o coordenador “Paulo Coelho Machado”, os “chefes de comissões [...], Eduardo Contar, presidente da Câmara de Vereadores [...], Eloi Pereira, prof. Antônio Lopes Lins [...], Anísio de Barros e [...] Abílio Leite de Barros”; e concomitantemente os “observadores de Corumbá e Aquidauana [...], o jornalista Feliciano Batista Neto [...], Rudel Trindade, Fernando Alves Ribeiro e Tônico Pacu”⁵¹⁴. Frente a esses nomes, constatou-se o encontro de sujeitos que transitavam pelos mais variados campos, por onde iam tecendo relações.

Entretanto, apesar desses recintos privilegiados, construídos pelas elites, terem sedes fixas nas quais poderiam se ancorar alguns *significantes* dando-lhes objetividade, as ideias ali circulantes não se restringiam ao local e não se limitavam a quaisquer fronteiras territoriais. Por outro lado, averiguou-se em 1977 o uso do CE como um

⁵¹² A LIGA Sul Matogrossense e o governador Garcia Neto discutem em conjunto problemas da divisão. Correio do Estado, Campo Grande/MT, n. 7238, p. 04, 23-24 abr. 1977.

⁵¹³ Maiores detalhes acerca de Antonio Lopes Lins serão abordados no Capítulo 4 desta tese.

⁵¹⁴ A LIGA Sul Matogrossense e o governador Garcia Neto discutem em conjunto problemas da divisão. Correio do Estado, Campo Grande/MT, n. 7238, p. 04, 23-24 abr. 1977.

holofote à tônica separatista, frequentemente impregnada da polarização entre *nortistas* e *sulistas*, e às tentativas de se projetar Campo Grande como representante do *Sul*. Seguidamente, encarnava-se o *Sul* nesse município e atribuía-lhe as metonímias do progresso, do desenvolvimento, e da modernização sob as égides ditatoriais.

Pode-se dizer que, em tal contexto, a ADESG, com suas *filiais*, exercia forte influência ideológica, até naqueles que não participavam diretamente de seus quadros societários, asseverando regionalismos⁵¹⁵, por meio de suas “delegacias”. Dentre as “missões” da corporação está o propósito de “congregar os diplomados da Escola Superior de Guerra (ESG) e vivificar a solidariedade” de seus membros divulgando “a Doutrina da ESG”. Montada para ser “uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de duração ilimitada [...], foi fundada em 7 de dezembro de 1951”⁵¹⁶.

Já a ESG foi “criada pela Lei nº 785” de 1949, atualmente é considerada “um Instituto de Altos Estudos, integrante da estrutura da Chefia de Educação e Cultura do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa”. Hoje em dia, em sua página oficial na *internet*, é salientado que “destina-se a desenvolver e a consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional”⁵¹⁷.

Contudo, a ESG ficou conhecida pelas “tentativas de militarização de vários setores sociais [...] como a educação superior”, no período dos governos antidemocráticos, além das sugestões para a “adoção de ‘princípios de guerra’ pela administração pública, ‘com as convenientes adaptações’, de modo a funcionar também como um auxílio no controle social”⁵¹⁸. E, sobretudo, porque “a partir de suas formulações doutrinárias” teria tornado “possível a um grupo de militares e civis [...] elaborar um projeto político para o país, que articulasse [...] segurança com desenvolvimento econômico [...], em estreita ligação com os destinos da política nacional”. E ainda se configurou “como um *lócus* ideológico de sustentação do regime autoritário/tutelar” e “das relações de dominação assimétricas entre” forças armadas e

⁵¹⁵ DIVISÃO: Câmara dos Deputados ouvirá dois de M. Grosso. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7624, capa, 24 mar. 1977.

⁵¹⁶ SOBRE a ADESG - Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Disponível em: <https://adesg.org.br/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

⁵¹⁷ INSTITUCIONAL - Escola Superior de Guerra - ESG. Disponível em: <https://www.gov.br/esg/pt-br>. Acesso em: 12 jul. 2023.

⁵¹⁸ MANSAN, Jaime Valim. A Escola Superior de Guerra e a formação de intelectuais no campo da educação superior no Brasil (1964-1988), p. 829-830 (grifos do original).

civis⁵¹⁹. Seus “pressupostos ideológicos” tinham “como modelo o National War College dos EUA” e defendia para o Brasil “um projeto econômico de capitalismo associado ao bloco internacional, nos quadros de uma Doutrina Interamericana de segurança anticomunista”⁵²⁰.

Além das vinculações indiretas de membros da família Machado, apontadas anteriormente, daquelas redes de sociabilidades existem registros de que Hélio Martins Coelho, “médico, agropecuarista e empreendedor”, irmão de Lúdio e Italívio, teria realizado, em 1974, o “Curso Superior de Guerra da ESG – EMFA” - Estado-Maior das Forças Armadas, “Rio de Janeiro. Por indicação do Governador [...] na época”, José Fragelli. Consequentemente, Hélio teria assumido, de 1975 a 1979, a coordenação “da ADESG” na sucursal depois designada “Mato Grosso do Sul”⁵²¹.

No que diz respeito ao recorte territorial do Estado, “em 1975, a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) - Delegação de Mato Grosso” teria promovido “simultaneamente em Campo Grande e em Cuiabá o 1º Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento” e “um dos temas propostos para discussão foi a Divisão Político-Administrativa de Mato Grosso”. No “grupo de Campo Grande” haveria doze civis e um militar de coordenador. Na ocasião, “os estagiários” pertencentes à “ADESG em Campo Grande” teriam concluído “favoravelmente” ao desmembramento, já “em Cuiabá, os participantes” teriam sido “frontalmente contrários à tese” separatista, “considerando-a artificial, inoportuna e inconveniente”⁵²².

No relatório produzido, a partir das análises, haveria referências à “caracterização da área territorial”, ao “desempenho do estado no setor econômico, social e cultural” e se evocou “a superioridade econômica do sul de Mato Grosso”, cujas diferenças tangentes ao *Norte* teriam sido “atribuídas ao passado e à dicotomia dos ‘estilos de vida’ dos ‘dois povos’”. Tal apresentação teria sua relevância, pois poderia ter subsidiado “o projeto da divisão de Mato Grosso”, uma vez que os “limites geográficos do novo” ente teriam coincidido com os “que haviam sido sugeridos”

⁵¹⁹ SANTOS, Everton Rodrigo. Ideologia e dominação no Brasil (1974- 1989): um estudo sobre a Escola Superior de Guerra, p. 154, 180.

⁵²⁰ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, p. 199.

⁵²¹ HÉLIO MASTINS COELHO – biografia. Disponível em: <http://www.heliocoelho.com.br/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

⁵²² BITTAR, Marisa. O inesperado 1977: quarenta anos da criação de Mato Grosso do Sul, p. 228-229 (grifos do original, bem como as palavras grafadas com iniciais minúsculas ou maiúsculas).

nela⁵²³. Entretanto, reduzia-se a diversidade étnica populacional a uma cultura dual sem conexões entre si.

Mais do que a incidência direta do relatório sobre a decisão pelo desmembramento, ficou evidente a circularidade, no espaço social, da simbolização praticada nele. Houve uma constante repetição a fim de reforçar as premissas veiculadas pela imprensa. Porém, por mais que essa fosse uma forma de solapar a existência das diversas etnias indígenas e afrodiaspóricas, homogeneizando-as em *sulistas* ou *nortistas*, com intuito de se evitar dissonâncias; as contradições fugiam à vigilância e eram manifestadas nas páginas dos noticiosos, como ocorreu sutilmente em abril de 1977.

Em um artigo que tomava quase uma folha inteira do CE, Nélson Severino arrazoou que o “Sul de Mato Grosso já se” consideraria “separado do Norte”. No entanto, suas ilações não correspondiam ao que se tentava apregoar. Afirmou-se que “Mato Grosso do Norte” não sofreria com as “enchentes cíclicas do Baixo Pantanal” e disporia de “um rebanho avaliado em 10 milhões de cabeças”, de modo a oferecer “maior segurança aos pecuaristas”. A seguir vinha a ressalva: “apesar de contar com rebanho menor o sul vai usufruir pelo menos por algum tempo do Imposto sobre Produtos Industrializados, porque não existem frigoríficos em Mato Grosso do Norte e toda a produção será industrializada em Campo Grande”⁵²⁴.

Entretanto, essas assertivas não foram reproduzidas posteriormente. Além disso, a despeito de encaminhar a escrita para os lauréis a “Campo Grande” e a “Mato Grosso do Sul”, ainda não criado, Severino inferia que tanto esse município quanto Cuiabá não disporiam de “suficientes redes de esgoto” o que causaria a inundação das ruas “durante as chuvas”. Para o articulista, “a situação de Campo Grande” seria “mais grave, porque os riachos Segredo e Prosa não” conseguiriam “dar vazão ao volume das águas, problemas que Cuiabá não” enfrentaria, “porque o Rio Cuiabá, que separa a Capital da Cidade-Município industrial de Várzea Grande”, daria “perfeita vazão as águas decorrentes das chuvas”⁵²⁵.

O controle das águas era uma das maiores pretensões dos postulantes do desenvolvimentismo⁵²⁶, já os transtornos com saneamento básico ou quaisquer outros

⁵²³ *Ibidem*.

⁵²⁴ SUL de Mato Grosso já se considera separado do Norte. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7230, p. 05, 13 abr. 1977.

⁵²⁵ *Ibidem*.

⁵²⁶ Esse tema será abordado profundamente no próximo Capítulo.

que afetassem os residentes pobres, raramente eram apontados pelos divisionistas. As observações de Severino, todavia, não se dirigia às pessoas vulneráveis e sim aos incômodos que afetavam também as elites, afinal o centro de Campo Grande era continuamente tomado pelas enchentes⁵²⁷, bem como, as diversas estradas vicinais em todo o Estado, que davam acesso às fazendas⁵²⁸.

Percebeu-se não haver, na gramática separatista, preocupações de se sugerir qualquer prejuízo aos habitantes menos favorecidos, pois a disputa territorial e simbólica se daria nas esferas econômica, política e jornalística, conformada aos anseios supremacistas e dentro da tônica militar. Naquele período, tentaram-se construir, e consequentemente legitimar, distinções entre o *Norte* e o *Sul*, *nortistas* e *sulistas*, que ganharam amplitudes geográficas, econômicas e culturais veiculadas pelas páginas jornalísticas. Os discursos dos políticos a respeito das singularidades do *Sul*, e das suas identificações como *sulistas*, visavam autenticar uma coerência às suas ações, ao apresentarem suas versões particulares sobre a divisão. Esse panorama foi construído a partir de um projeto social, com vistas a encapsular uma verdade no tempo, favorável àqueles agentes. Essa estratégia permitiria angariar legitimidade, autoridade e maior capital político frente à conjuntura apresentada, e deslegitimar qualquer narrativa dissonante.

No entanto, as tentativas no CE em se privilegiar aspectos positivos do *Sul* pautados na economia, colocando-o como um diferencial em relação ao *Norte*, não foi suficiente para agregar adeptos de distintos estratos populares e não possibilitou uma identidade sul-mato-grossense naquele momento. Tal semântica contou com investimentos para sua circulação, contudo, não se constituiu potencialmente hegemônica em decorrência de não ter tratado das necessidades mais latentes do cotidiano de grande parte dos moradores apesar dos sentimentos e afetos mobilizados.

2.4 – O econômico – Poder para forjar e ultrapassar fronteiras

As identidades e as redes de sociabilidades não se restringiam aos locais de nascimento e de domicílio; os pactos orbitavam em torno de signos e valores visando

⁵²⁷ CHUVAS causam sérios problemas e prejuízos em Campo Grande. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7176, p. 03, 04 fev. 1977.

⁵²⁸ PREFEITO FALA sobre a sua administração. *O Progresso*, Dourados/MT, n. 1991, p.1, 23-24 abr. 1977; PARA o GEACAP, Pantanal vai perder 600 mil reses. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7600, capa, 24 fev. 1977.

aos ganhos particulares⁵²⁹. Diante disto, restou esmiuçar como “a centralização do poder político-econômico do estado” se deu, “em mãos dos mesmos atores por anos a fio”, de modo a permitir “a manipulação do processo de apropriação capitalista da terra, segundo seus interesses e [...] da burguesia rural e empresarial”⁵³⁰, ao ponto de forjarem regionalismos.

Devido à política partidária ter suas bases no parentesco desde a formação das antigas oligarquias, embora as ultrapassassem, carregavam traços que se traduziam como uma extensão do familiar envolvendo compadrios, lealdades e compromissos. Outrossim, esses sujeitos formavam as entranhas dos “Estados Nacionais” onde “o poder político [...] se fundamenta num domínio territorial”, cujo reconhecimento da “importância da propriedade em relação à” sua “reconfiguração interna” lhe é intrínseca, tal qual a imposição arbitrária de fronteiras. Com efeito, cabia à burocracia estatal expulsar e confinar ocupantes originários, se apropriar das terras, fatiá-las, marcá-las e tratá-las “como um objeto mercadológico”⁵³¹; e seus agentes públicos incumbiam-se de propagandear e pugnar por tais concepções, porque teriam benefícios diretos com essa atitude. Logo, a “articulação entre o poder político e o poder econômico, sustentada pelos mecanismos institucionais e jurídicos” do Estado, “permitiu a transformação das ‘terras devolutas’ em propriedades privadas, fortalecendo, de um lado, a estrutura fundiária existente e, de outro, criando as condições necessárias para a territorialização do capital”, em Mato Grosso⁵³².

Ao se retomar o arranjo societário do jornal CE, encontramos a “Casa Bancária Financial Imobiliária S/A, com sede no Rio de Janeiro”. Nos documentos empresariais constou uma procuração, datada de 08 de outubro de 1953, na qual o diretor da Casa “com sede no Distrito Federal”, Paulo Ortiz Miyuki Setoguti (casado com Yolanda Colin), usando um cartório de “Presidente Prudente, São Paulo”, elencou “José Fragelli” para representá-lo junto ao periódico⁵³³.

No mesmo ano, nos meses de novembro e dezembro, houve um contrato, Processo número 73/53, firmado entre o “Estado de Mato Grosso” e a “Casa Bancária Financial Imobiliária S/A, com sede no Rio de Janeiro [...]”, para colonização de uma

⁵²⁹ Como no caso das elites mato-grossenses.

⁵³⁰ MORENO, Gislaine. *Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*, p. 06.

⁵³¹ BRIGHENTI, Clovis Antonio. *Estados Nacionais e povos indígenas: análise da experiência Guarani*, p. 78, 80.

⁵³² MORENO, Gislaine. *Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*, p. 06 (grifo meu).

⁵³³ Contrato Social da *Empresa Correio do Estado Limitada*, ICGMF (CNPJ) – 03232071/0001-08 e demais aditivos.

área de 200.000 hectares”. Com selo do serviço judiciário do Tribunal Federal, em papel timbrado da Assembleia Legislativa em Cuiabá, afirmava-se a legalidade da transação que tinha por relator da Comissão parecerista, José Fragelli⁵³⁴, deputado estadual udenista entre 1947 a 1954⁵³⁵.

Dentre os tantos aspectos que podem ser inferidos a partir dessas informações, três destacam-se. Primeiro, a teia de negociações da Casa, com estabelecimento em vários entes federados. Segundo, o afastamento ilusório dos mandatários, ao transferirem responsabilidades a Setoguti e não terem seus nomes expressos no mesmo documento. Terceiro, a conexão com a esfera pública por meio de um de seus *servidores*.

Adicionalmente, ao que tudo indica, a comercialização incidiria sobre parte do território que abarcava o rio Xingu, cuja “criação do Parque [...] resultou de um longo processo de luta entre instituições do Estado brasileiro e setores da sociedade civil, envolvendo o controle territorial e a privatização de terras”⁵³⁶. A efetivação se deu somente em 1961 e tinha por finalidade, “abrigar um conjunto de povos indígenas - alguns deles desalojados de seus territórios para ser reassentados no Parque - em uma política militar de ‘desbravamento’” da região⁵³⁷.

Em 12 de setembro de 1954, foi publicada “A vergonhosa negociatas de terra”. Datada de 27 de outubro de 1953, tratava-se de “uma proposta da bancada udenista” endereçada “ao deputado Gerson de Oliveira, com autorização do governo, pedindo o apoio do deputado para”, entre outras coisas, se compromissar a votar a favor da “criação do Tribunal de Contas com as respectivas nomeações e [...] da Guarda de Fronteira”. Dentre as gratificações a serem recebidas em troca, pelo deputado, estava a “assinatura, até o dia 30 do corrente, pelo órgão competente, do contrato para Colonização da Zona Camararé, município de Mato Grosso”, correspondente a

⁵³⁴ PROCESSO n. 73/53 - Contrato de colonização firmado entre o Estado e a Casa Bancária Financeira Imobiliária S/A. Assembleia Legislativa – Estado de Mato Grosso – Cuiabá, 19 dez. 1953.

⁵³⁵ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 253. Para maiores informações sobre os acertos e as disputas políticas partidárias em Mato Grosso no período citado, consultar também: ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002)*.

⁵³⁶ MENEZES, Maria Lucia. Parque indígena do Xingu: efeitos do modo de vida urbano e da urbanização no território indígena, p. 184.

⁵³⁷ LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade, p. 268-269.

“200.000 hectares, tudo de acordo com o processo já encaminhado na Secretaria da Agricultura”⁵³⁸.

Essa reportagem do OEMT pode ser entendida como uma das “denúncias” que apontavam os “flagrantes sinais de corrupção e alianças diversas, entre grupos econômicos e político-partidários, para o domínio na distribuição de ‘terras devolutas’”, cuja “legalidade das concessões acabou sendo objeto de inquérito por parte do Senado Federal, em 1955”. Neste mesmo ano teria eclodido “a crise em torno das questões de terra” devido o “governador Fernando Corrêa” ter boicotado a “aprovação do projeto de criação do Parque Indígena do Xingu”, uma vez que o esboço da “lei, apresentado à Câmara dos Deputados em 1953, pretendia reservar [...] mais de 200.000 Km²”. Entretanto, os políticos da época teriam considerado “desmesurada a área pretendida, com terras de boa qualidade e situada em zona destinada ‘às conquistas da civilização’”. Esses motivos levaram “a imprensa” a acusar “o governo de leiloar as terras entre as empresas colonizadoras, para minar o projeto de criação do parque e atender interesses diversos dos particulares”⁵³⁹.

Semelhantemente, no periódico *Correio da Manhã*, em 04 de agosto de 1955, era noticiado o “expediente das empresas imobiliárias para fraudar a Constituição”, a cedência “de três quartos [...] do Parque indígena do Xingu” e a “resposta do Ministério da Agricultura ao Deputado Aurélio Viana”. Referia-se ao “requerimento”, apresentado pelo deputado “à Câmara”, solicitando “informações” acerca da “extensão das áreas de terras, na região do Xingu, cedidas pelo governo de Mato Grosso a particulares, dentro dos limites convencionados para o Parque” e sobre quem eram “os beneficiários das concessões”. Em resposta, “o Ministério da Agricultura” teria apresentado a relação das “áreas [...] concedidas pelo ‘Departamento de Terras e Colonização do Governo de Mato Grosso [...] a companhias particulares, ditas de colonização’”⁵⁴⁰.

Dentre elas estavam a Imobiliária Ipiranga, Construções Comércio Camargo Corrêa S.A., Empresa Colonizadora Rio Ferro LTDA, Sociedade de Agricultura e Colonização Araraquara Mato Grosso e a Casa Bancária Financeira Imobiliária (cotista no CE). A denúncia se concentrava nas permissões daquele Departamento para “a atuação de escritórios particulares” na “venda de terras ditas devolutas”. Essas

⁵³⁸ A VERGONHOSA negociatas de terra. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 2457, p. 06, 12 set. 1954.

⁵³⁹ MORENO, Gislaíne. *Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*, p. 148. (primeiro grifo meu; segundo do original).

⁵⁴⁰ A ESPECULAÇÃO com as terras em Mato Grosso. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro/RJ, n. 19128, p. 07, 04 ago. 1955.

corporações estariam “lançando mão de expedientes tais como a continuidade dos lotes requeridos” formando “glebas consideráveis, numa tentativa de frustrar a observância do dispositivo constitucional” que impediria “sem prévia licença do Senado, a venda de áreas de mais de 10.000 hectares”. As negociações envolviam personagens já conhecidos, a exemplo da “Gleba Piratininga, pertencente à Sociedade de Melhoramentos Irmãos Brunini”⁵⁴¹, um dos sócios do CE⁵⁴², proprietários também da “Gleba Atlântida, com 7500 hectares de suas terras situadas dentro do Parque Indígena do Xingu”.

As delações seguiam informando que “6.227.500 hectares”, dos quais “teria direito o Parque”, já se encontravam “vendidos ou em processo de venda”; e dentre “o grupo” usufruidor “da prodigalidade do governo de Mato Grosso” estaria “Irmãos Brunini, Casa Bancária Financeira Imobiliária” e as “glebas Piratininga” e “Atlântica”. Em face da atitude contraditória do “governo de Mato Grosso, que havia hipotecado apoio ao projeto do parque” e “nunca comunicou a alteração de seu modo de ver o problema”, seguia-se reportando as denúncias realizadas pelo “diretor do Serviço de Proteção aos Índios [...] ao Ministério da Agricultura”⁵⁴³.

Era elogiada “a atitude firme” do diretor por ter proposto a judicialização das ações governamentais, por causa da “especulação” e da “exploração” que estariam “pondo em perigo a vida dos” indígenas e “em risco a segurança nacional”, o que teria feito “com que desistissem da luta as firmas Imobiliária Ipiranga e Camargo Corrêa”⁵⁴⁴. Toda a investida secular contra as populações indígenas não seria resolvida com o confinamento no Parque. Obviamente, seria necessária uma política muito mais abrangente que de fato promovesse reparação⁵⁴⁵. No entanto, frente à tragédia instaurada, o escândalo fundiário envolvendo quotistas do jornal mereceu atenção.

Assim, em face das divergências a respeito da sede da Casa Bancária Financeira Imobiliária e na tentativa de rastrear os agentes participantes de sua constituição, bem como, das polêmicas envolvendo-a cujos nomes de Fernando Corrêa, Fragelli e Brunini estavam implicados, se recorreu aos arquivos nas Juntas Comerciais. A busca a esses documentos, bem como, às notícias mais antigas, correspondeu ao propósito de se

⁵⁴¹ *Ibidem*.

⁵⁴² Contrato Social da *Empresa Correio do Estado Limitada*, ICGMF (CNPJ) – 03232071/0001-08 e demais aditivos.

⁵⁴³ A ESPECULAÇÃO com as terras em Mato Grosso. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro/RJ, n. 19128, p. 07, 04 ago. 1955.

⁵⁴⁴ *Ibidem*.

⁵⁴⁵ LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.

“identificar cuidadosamente” não só “o grupo responsável pela linha editorial”, mas também “estabelecer os colaboradores mais assíduos”, porque forneceram “pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores”⁵⁴⁶.

E ainda permitiu saber “sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário”. Além disso, acrescentaram-se “aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos”, para o que foi necessário “recorrer a outras fontes de informação para dar conta do processo que envolveu a organização, o lançamento e a manutenção” dos periódicos e o que se colocava em jogo na esfera pública e o que se pretendia ocultar dela com as veiculações⁵⁴⁷.

Em Mato Grosso existiam nove empresas que levavam na designação a insígnia “Financial”, dentre elas “Financial Imobiliária”⁵⁴⁸ situada em Campo Grande, se aproximando bastante do alvo estudado. Portanto, ciente de que o objetivo desta tese não é examinar a cronologia dos empreendimentos em suas constituições, mas sim, estabelecer os elos entre os sujeitos que neles transitaram, o escrutínio ficou concentrado na Junta Comercial de Mato Grosso do Sul. Isso possibilitou simultaneamente a otimização dos custos e do tempo, uma vez que foi encontrada similaridade entre as razões sociais e se localizou o contrato da Imobiliária e do “Banco Financial”⁵⁴⁹.

Este último entrou nas averiguações porque Vinícius de Carvalho Araújo, em sua dissertação, rapidamente trouxe a asseveração de que “Lúdio [...], banqueiro”,

⁵⁴⁶ DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos, p. 140-141. As consultas foram realizadas virtualmente, em 2023, nas juntas do Distrito Federal, Goiás, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro novamente se incidindo nas restrições orçamentárias. Nesta última, constou “Casa Bancária Financial Imobiliária Ltda”, sob NIRE: 33203102913, sem disponibilização do CNPJ, com natureza jurídica de “Sociedade Empresária Limitada”, porém, uma única certidão estava estimada em R\$ 221,00 (Duzentos e vinte e um reais), o que tornou inviável a aquisição. Em Goiás, foram encontradas mais de quarenta denominações com o termo “financial”; em São Paulo, foi superior a trezentas e no Paraná, de cinquenta. No Distrito Federal havia dez, entretanto, para cada ato arquivado, em se tratando de Sociedades Anônimas, referente a certidões de Inteiro Teor, era cobrado o valor de R\$ 107,23 (Cento e sete reais e vinte e três centavos). O alto custo e a incerteza tangente ao conteúdo e ao histórico das empresas (em decorrência de nenhum dos nomes corresponderem ao procurado) fez com que a pesquisa em relação a elas não prosseguisse. Em agosto de 2023 esse valor de R\$ 221,00 (Duzentos e vinte e um reais), correspondeu em torno de 16,74% do salário mínimo, conforme dados do Senado Federal disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/05/02/mp-eleva-salario-minimo-a-r-1-320-a-partir-de-maio>. Acesso em: 21 ago. 2023.

⁵⁴⁷ *Ibidem*.

⁵⁴⁸ Contrato Social da empresa *Financial Imobiliária LTDA*. CNPJ – 03234788/0001-99 e demais aditivos.

⁵⁴⁹ Contrato Social da empresa *Banco Financial S.A*. CNPJ – 03377934/0001-35 e demais aditivos.

pertencia à “família Coelho [...] dona do Banco Financial”⁵⁵⁰. Além disso, tanto no CE quanto no OEMT havia cotidianamente em suas páginas o logotipo das empresas “financial”, embora no primeiro se referisse à Imobiliária⁵⁵¹ e no segundo ao grupo⁵⁵². Na capa do contrato social do Banco, datado de 21 de junho de 1945, constava a denominação “Casa Bancária Financial S.A.”, com sede no município de Corumbá, em sucessão à “Casa Bancária Financial Ltda”. O Diretor Presidente era Alfredo Zamlutti, o segundo Diretor, Lucílio Medeiros e existiam mais 11 sócios, nenhum deles da família Coelho⁵⁵³.

Fora protocolado junto à Mesa de Rendas do Estado e Sub-Inspetoria Comercial, naquela data, e em 1953 já se chamava Banco Financial de Mato Grosso S.A., conforme o Diário Oficial da União, número 116, de 23 de maio daquele ano, anexado aos aditivos na Junta. A “Ata [...] 154”, de 09 de novembro de 1976, detalhava o fato de a Matriz encontrar-se em Corumbá e a Administração Geral em Campo Grande, na Rua Treze de Maio, 2.815. Tendo ainda por Diretor Alfredo Zamlutti, se propunha estender a rede de agências ao Norte do Paraná, Goiás e São Paulo. Nesse documento⁵⁵⁴ havia a logomarca⁵⁵⁵ compartilhada com a Financial Imobiliária⁵⁵⁶, de acordo com a Ata deste estabelecimento, número 38, de 14 de fevereiro de 1977, idêntica à propagandeada nos dois jornais. Ademais, nesse registro, na descrição dos presentes a assinarem a referida Ata, constava o “Banco Financial S/A”⁵⁵⁷.

Atualmente, na *internet*, informa-se que a firma “de CNPJ 03.377.934/0001-35, foi fundada em 13/09/1966 na cidade Campo Grande”. A “sua atividade principal, conforme a Receita Federal, é 64.22-1-00 - Bancos múltiplos, com carteira comercial”. Todavia, “a situação cadastral até o momento é Baixada”, desde 29 de maio de 1984, por motivos de “incorporação”⁵⁵⁸. Isso leva a supor que o Banco Financial, em um primeiro instante sem relação com a família Coelho, foi posteriormente agregado ao patrimônio desta, compondo a Imobiliária Financial, não necessariamente em uma das

⁵⁵⁰ ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002)*, p. 63.

⁵⁵¹ Anexo VII.

⁵⁵² Anexo VIII.

⁵⁵³ Contrato Social da empresa *Banco Financial S.A.* CNPJ – 03377934/0001-35 e demais aditivos.

⁵⁵⁴ Contrato Social da empresa *Banco Financial S.A.* CNPJ – 03377934/0001-35 e demais aditivos.

⁵⁵⁵ Anexo IX.

⁵⁵⁶ Anexo X.

⁵⁵⁷ Contrato Social da empresa *Financial Imobiliária LTDA.* CNPJ – 03234788/0001-99 e demais aditivos.

⁵⁵⁸ BANCO FINANCIAL S.A – situação atual. Disponível em: <https://www.informecadastral.com.br/cnpj/banco-financial-sa-03377934000135>. Acesso em: 15 maio 2023.

datas acima citadas, já que nem todos os registros nas Juntas correspondiam à cronologia da oficialidade econômica.

Quanto à Imobiliária, verificou-se sua existência inicial como “CIMOBRÁS: Companhia Imobiliária Oeste do Brasil (sede em Campo Grande – MT)”, conforme a “Certidão número 128/69”, com início de suas atividades a 20 de setembro de 1963. Em 31 de janeiro de 1969, os sócios, Euterpe Ghermel e Italívio Coelho, enumeraram o “Capital da empresa” em “247.309,20 cruzeiros novos”, tendo por “objeto” o “loteamento de terras e venda de terrenos, lotes, etc.”. Em certidão anterior, 51/69, de 02 de setembro de 1963, comunicava-se a constituição do negócio, do qual participava a “FRIMA: frigorífico mato-grossense S.A.”, como empreendimento societário, com sede em “Campo Grande – MT”, representada por seu “Diretor Presidente: Italívio Coelho e Diretor Secretário: Ruben Figueiró de Oliveira”⁵⁵⁹.

Dentre os demais integrantes da CIMOBRÁS S.A, além da FRIMA, estavam Laucídio Coelho, Italívio Coelho, Ruben Figueiró de Oliveira, Magno Martins Coelho, Lúcio Martins Coelho, Waldemiro de Oliveira Lima, Maria Leonor Coelho Barbosa (designada como viúva e tendo por procurador Edmar Pinto Costa), Hélio Martins Coelho, Gen. Cyro Darmm (militar reformado, residente no Rio de Janeiro), Wilson Coelho, Adelaide Martins Coelho (Solteira), Eudeter Martins Coelho (solteira), Lúcia Martins Coelho, Vespasiano Barbosa Martins, Rachid Saldanha Derzi, conjuntamente a outros, totalizando 65 listados, a maioria criadores de gado. Nesse documento o “objeto principal” da corporação era o “loteamento de imóveis, compra e venda de bens dessa natureza e a urbanização de terrenos”, junto ao “planejamento e execução de Negócios Imobiliários [...], administração de bens e de operações imobiliárias por conta de terceiros” e o capital declarado era de 32.328.000,00 cruzeiros⁵⁶⁰.

Ao se arrolar os bens, dos quais cada sócio disporia, a FRIMA entrava com 646 hectares divididos entre terras localizadas no Rio de Janeiro (Estado da Guanabara), adquiridas pela “Casa Puga Bifeaves Limitada, em 29 de julho de 1963”, e em “Campo Grande”, além de “outros imóveis, alguns terrenos gravados de ônus hipotecário em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico”. Tal área no Rio de Janeiro estava cotada em 7.000.000,00 (sete milhões) de cruzeiros, a de Campo Grande em 12.000.000,00 (doze milhões) de cruzeiros, os demais imóveis e móveis situados em

⁵⁵⁹Contrato Social da empresa *Financiar Imobiliária LTDA*. CNPJ – 03234788/0001-99 e demais aditivos.

⁵⁶⁰*Ibidem*.

Campo Grande valiam 20.700.000,00 (vinte milhões e setecentos mil) cruzeiros, e ainda se aportaria o valor em dinheiro de 5.167.890,80 (cinco milhões cento e sessenta e sete mil oitocentos e noventa cruzeiros e oitenta centavos). Ao se relatar o depósito, informava-se que o valor fora recebido de “Laucídio Coelho e outros”, ao que se deduz que Laucídio também fazia parte dos membros do FRIMA. A transação foi realizada junto ao “Banco Financeiro de Mato Grosso S.A”, mostrando desde esse período a relação entre a família Coelho e o Banco⁵⁶¹.

Dentre a distribuição das cotas estava o FRIMA com 345.00 ações no valor de 20.700.000,00; Laucídio (como pessoa física) com 81.035 ações no valor de 4.862.100,00; Itálvio: 4.842 ações no valor de 590.520,00; Ruben Figueiró: 732 ações no valor de 43.920,00; Magno Martins Coelho: 3.872 ações no valor de 232.320,00; Lúdio Martins Coelho: 3.520 ações no valor de 211.200,00; Edmar Pinto Costa: 10.420 ações no valor de 625.200,00; Maria Leonor Coelho Barbosa: 2.189 ações no valor de 131.340,00; Hélio Martins Coelho: 2.638 ações no valor de 158.280,00; Wilson Coelho: 2.100 ações no valor de 126.000,00; Adelaide Martins Coelho: 2.210 ações no valor de 136.600,00; Eudeter Martins Coelho: 2.194 ações no valor de 131.640,00; Durval Coelho Barbosa: 250 ações no valor de 15.000,00; Lúcia Martins Coelho: 3.063 ações no valor de 183.780,00; Rachid Saldanha Derzi: 2.740 ações no valor de 164.400,00⁵⁶². Essas quantias demonstravam que só a família Coelho possuía 28.312.300,00, dos 32.328.000,00 cruzeiros do Capital total, sendo a comercialização de terras um grande negócio para esses sujeitos. À gestão da CIMOBRÁS estavam vinculados o “Presidente: Itálvio Coelho”, o “Diretor Gerente: Napoleão Coelho Barbosa” e no “Conselho de administração: Laucídio Coelho, Magno Martins Coelho, juntamente com outros sete” e no “Conselho fiscal: Euterpe Gherse e mais dois conselheiros”⁵⁶³.

Na Ata 02, de 23 de outubro de 1964, foi proposta a elevação do capital de 32.328.000,00 para 96.984.000,00 cruzeiros. Para tanto, se solicitava autorização para a diretoria proceder com a venda dos terrenos de propriedade da Companhia, existentes “na Cidade do Rio de Janeiro”. Na de número 03, de 15 de dezembro de 1964, relatava-se a aprovação unânime ao aumento do capital social. Na 07, de 14 de Agosto de 1967, a diretoria se propunha a “doar para a Liga Esportiva Municipal Campo Grande área de terrenos destinados à construção do estádio de Desportos de 9 hectares”. Dentre as

⁵⁶¹ *Ibidem*.

⁵⁶² *Ibidem*. Apêndice I.

⁵⁶³ *Ibidem*.

condições impostas estava “a inalienabilidade temporária do bem em 20 anos”. Na ocasião houve a substituição do cargo de diretor gerente, ocupado por Napoleão Coelho Barbosa, em face da renúncia deste, por motivos particulares, sendo ocupado então por Euterpe Ghersele. Em 30 de janeiro de 1969, o capital da empresa foi aumentado novamente para 101.833,20 cruzeiros, resultando nos 247.309,20 cruzeiros novos, em virtude da troca da moeda nacional⁵⁶⁴.

Nessa última configuração financeira houve vários aportes dentre os quais constaram, Hélio Martins Coelho: 4.838 ações (já em cruzeiros novos) no valor de 174,17. Somaram-se aos sócios sua esposa, Cynthia Folley Coelho (de ascendência Norte-Americana): 367 ações no valor de 12,85; seus filhos, Edward Folley Coelho: 20 ações no valor de 0,70; Cristina Folley Coelho: 20 ações no valor de 0,70; Neneth Folley Coelho: 20 ações no valor de 0,70; Roberto Coelho Folley: 20 ações no valor de 0,70. Lúdio Martins Coelho: 27.565 ações no valor de 992,34; cônjuge, Nilda de Almeida Coelho: 12.223 ações no valor de 440,03 e seu filho, Lúdio Martins Coelho Filho: 1.734 ações no valor de 62,42. Magno Martins Coelho: 38.884 ações no valor de 1.399,82; sua consorte: Jurema Peron Coelho: 8.336 ações no valor de 300,10; e seus filhos, Magno Martins Coelho Filho: 1.664 ações no valor de 59,90; Lúcia Helena Peron Coelho: 1.664 ações no valor de 59,90; Elizabeth Peron Coelho: 1.664 ações no valor de 59,90; Isabel Perón Coelho: 1.664 ações no valor de 59,90; Emory Peron Coelho: 1.664 ações no valor de 59,90 (supõe-se o primeiro nome pela falta de total legibilidade); Maria Beatriz Peron Coelho: 1.664 ações no valor de 59,90; Eugênio César Peron Coelho: 1.674 ações no valor de 60,26; Renato Peron Coelho: 3.334 ações no valor de 120,02. Maria da Glória Lessa Coelho (cônjuge de Italívio): 16.665 ações no valor de 599,94; e seus filhos, Laucídio Coelho Neto: 13.471 ações no valor de 484,96; Hamilton Lessa Coelho: 13.471 ações no valor de 484,96; Aluísio Lessa Coelho: 13.471 ações no valor de 484,96. E ainda, Rachid Saldanha Derzi: 15.808 ações no valor de 195,55; Edvirges Coelho Derzi: 812 ações no valor de 29,23; Laucídio Coelho: 797.390 ações no valor de 28.706,04; Italívio Coelho: 112.055 ações no valor de 4.033,98⁵⁶⁵.

Além de expressarem a inserção de todos os membros da família Coelho na empresa, esses documentos permitiram inferir o vulto econômico e a não obediência

⁵⁶⁴ *Ibidem*.

⁵⁶⁵ Apêndice II, conforme o Contrato Social da empresa *Finacial Imobiliária LTDA*. CNPJ – 03234788/0001-99 e demais aditivos.

financeira desses indivíduos às fronteiras territoriais. Isso pôde ser observado a partir da nomeação e incorporação de bens adquiridos, administrados e localizados no Rio de Janeiro no caso da Imobiliária, em Cuiabá ao que diz respeito ao jornal OEMT, e nos demais Estados ao se considerar o Banco. Aliás, uma das grandes incoerências praticadas por esses sujeitos era o apregoamento da secção de Mato Grosso que também representava novas divisas e limitações, devido a eles mesmos não se restringirem a barreiras de qualquer ordem.

Esses agentes defendiam tais limiares por não serem eles a ficarem adstritos com uma demarcação inédita; ao contrário, tudo indicava que conquistariam mais privilégios. Igualmente eram significativos os artifícios utilizados no engendramento dos enlaces familiares e na busca por seu fortalecimento, cujas ínfimas participações acionárias de alguns parentes deixaram transparecer, como expressivamente se verificou sobre as cotas da esposa e dos filhos de Hélio. Indubitavelmente, não só o ganho de capital financeiro era almejado com os empreendimentos consanguíneos; a simbolização desses gestos eclodia nos afetos, na moral e nos valores familiares mais íntimos e partilhados socialmente, sem garantias de união ou harmonia, certamente.

De acordo com registros em *sites* com dados abertos, acessados em 2023, a “Financial Imobiliária, de CNPJ 03.234.788/0001-99, fundada em 23/09/1966” encontra-se ativa, “localizada na cidade Campo Grande [...] Mato Grosso do Sul. Sua atividade principal, conforme a Receita Federal, é 68.10-2-03 - Loteamento de imóveis próprios”. Percebe-se que as informações relacionadas às datas de abertura das corporações, nesses sítios da *internet*, não coincidem com aquelas constantes nos contratos sociais, provavelmente por se referirem a alguma alteração específica e não necessariamente ao dia de suas instituições⁵⁶⁶.

No quadro de “Sócios e Administradores”, em vigor, atuam Anna Lucia Coelho Paiva (Sócia-Administradora); Cynthia Folley Coelho (Administradora); Eleanor Cristina Coelho (Administradora); Felipe Espirito Santo Coelho (Sócio-Administrador); Geraldo Barbosa de Paiva (Sócio-Administrador); Helio Coelho de Paiva (Administrador); Jatei Participações Ltda. - CNPJ: 48815446000109 (Sócio representado por Peter James Richardson – Administrador); Juliana Espírito Santo Coelho (Sócia-Administradora); Kenneth Coelho Correa (Administrador); K&K Participações Ltda. - CNPJ: 24051890000129 (Sócio representado por Eleanor Cristina

⁵⁶⁶ FINANCIAL IMOBILIÁRIA LTDA – Situação atual. Disponível em: <https://www.informecadastral.com.br/cnpj/financial-imobiliaria-ltda-03234788000199>. Acesso em: 15 maio 2023.

Coelho – Administradora); Peter James Richardson (Sócio-Administrador) e Rafael Espírito Santo Coelho (Sócio)⁵⁶⁷. Desse modo, entende-se a força comercial adquirida por esses agentes a partir da negociação de terras, suas permanências frente à empresa e a estabilidade econômica e política construídas ao longo do tempo pelas redes inter e extra parental.

A extensão territorial das propriedades rurais em Mato Grosso restritas a poucos latifundiários foram abordadas similarmente por Eduardo Olympio Machado, ao escrever sobre Campo Grande. Neste município, desde as “primeiras décadas do século XX” a base econômica seria “principalmente a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência”, mais significativamente a “‘indústria pastoril’, que contava com ‘[...] umas duzentas e tantas fazendas de criação, situadas em terras do domínio particular, abrangendo uma área de mais de dois milhões de hectares’”⁵⁶⁸. Esse seria um exemplo do quanto era propício o comércio fundiário nas décadas de 1900, com o respaldo das políticas estatais, somadas às empreitadas, “de cunho colonizador”, assumidas pelas firmas privadas e fomentadas pelas propagandas de terras mato-grossenses realizadas em vários Estados⁵⁶⁹.

Havia o apoio da “Revista Brasil-Oeste [...] de circulação nacional e [...] publicação trimestral [...], lançada em janeiro de 1956” que, dentre os distintos propósitos, “contribuiu, em parte, também para divulgar um projeto que idealizou uma imagem positiva [...] de Mato Grosso para o restante do Brasil”. Concomitantemente, chamava “a atenção do leitor para a existência de oportunidades em todas as Localidades” desse Estado. Em uma propaganda de 1957, em nome do “Departamento Imobiliário do Oeste Brasileiro”, com escritórios em Cuiabá, São Paulo e Maringá, as “terras em Mato Grosso” eram difundidas como “as melhores do Brasil”⁵⁷⁰.

Afirmava-se que estariam “livres de geadas e de tempestades de granizo” (o que não correspondia ao clima de Ponta Porã, por exemplo); eram “apropriadas a todos os gêneros de lavouras, particularmente à do CAFÉ [...], dotadas de abundantes aguadas e de vegetação de alto porte [...], sujeitas a um regime regular de precipitação de chuvas, o que” favoreceria “alto rendimento de produção” (contudo não se mencionava as

⁵⁶⁷ *Ibidem*.

⁵⁶⁸ MACHADO, Eduardo Olympio. Campo Grande. In: AYALA, S. Cardoso; SIMON, Feliciano (orgs.). *ALBUM graphico do Estado de Matto Grosso*. Hamburgo/Corumbá: [s.n.], 1914, p. 410-411, citado por MORO. Nataniel Dal'. *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*, p. 24-25 (grifo do original).

⁵⁶⁹ MORO. Nataniel Dal'. *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*, p. 77.

⁵⁷⁰ *Idem*, p. 88-89.

recorrentes enchentes); e ainda seriam “servidas por meios rápidos de transportes” (muito questionáveis em decorrência de não serem explicitados os parâmetros de comparação, e a conservação das estradas ser péssima por causa das chuvas). Adicionalmente se noticiava que a empresa disporia de “ótimas glebas em várias regiões do Estado, a preços módicos e com facilidades de pagamento” (correspondendo esse item ao que fora denunciado no *Correio da Manhã*)⁵⁷¹.

O investimento em publicidade teria significativamente atraído migrantes. A comercialização de terras foi, de certo modo, a maior responsável pelo aumento populacional tão louvado, em 1977, quando se faziam as comparações para justificar a divisão de Mato Grosso. Nas ilações de Nataniel Dal’ Moro, teria sido a “colonização via rodovias [...], por meio das estradas de rodagem [...], a maior parte delas sem pavimentação asfáltica”, a responsável por alterar “a realidade demográfica do sul [...] de Mato Grosso [...] com grande intensidade, em especial a partir da década de 1960 e na subsequente”⁵⁷².

Alguns fatores teriam contribuído para que tal porção territorial ganhasse suas vantagens na concorrência mercadológica. Uma delas teria sido a “crise agrícola que afetou o [...] Rio Grande do Sul nas décadas de 1940 e de 1950 e, por seu turno, causou um êxodo rural de grandes proporções”. A outra seria a “desapropriação de terras para a construção de usinas hidrelétricas na Região Noroeste [...] do Rio Grande do Sul”, fazendo com que “agricultores daquela região adquirissem terras no sul de Mato Grosso, em especial pelo valor das mesmas” serem em torno de “aproximadamente 6 vezes mais baratas”, ou “10 [...], do que o preço das terras gaúchas”. Esses valores teriam sido incentivadores também para que “fazendeiros” estabelecidos vendessem “suas propriedades no RS para comprar terras no sul de Mato Grosso”⁵⁷³. Estes foram os migrantes evidenciados, mais tarde, pelas elites locais dentre aqueles que povoaram o MS.

Essas informações auxiliaram a entender o porquê seria importante para os divisionistas mato-grossenses, em 1977, conforme o posicionamento político-ideológico que aparecia na escrita jornalística de Antonio Lopes Lins, estabelecer a semelhança entre “os campos”, do que seria o futuro Mato Grosso do Sul, com as “coxilhas gaúchas” e não mencionar nada acerca das populações indígenas e a expulsão de suas

⁵⁷¹ *Ibidem*.

⁵⁷² *Ibidem*.

⁵⁷³ MORO. Nataniel Dal’. *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*, p. 82, 83, 87.

terras originárias. Essa seria uma maneira de afiançar o quanto o ambiente era propício para a agricultura e a criação bovina, ainda mais se contasse com a valorização dos “agricultores do Sul” do país⁵⁷⁴.

Os seccionistas estavam amparando-se nos motivos que teriam, em certa medida, promovido tanto o aumento demográfico, quanto o lucro com as vendas de terras, e a consequente implantação de “casas comerciais na cidade de Campo Grande”, e demais aparatos para atender ao setor agropecuário, incidindo também em maior arrecadação tributária⁵⁷⁵. É preciso dizer, que as negociações não se davam somente em área rural. A atuação da Imobiliária Financial, que nos dias de hoje comercializa principalmente imóveis urbanos, bem como, o espólio de Inah Machado Metello, no qual constam vários terrenos no espaço urbano de Campo Grande, demonstraram isso⁵⁷⁶.

Entretanto, os “Projetos Integrados de Colonização”, que “em Mato Grosso” se estabilizaram “a partir das décadas de 1970/1980”, com a programação dos “poderes estaduais e federais”, teriam transformado “o Estado na região de melhor expansão da fronteira agrícola do Brasil”. Para tanto, contou-se com a coordenação da “SUDAM [...], SUDECO” e da “Secretaria de Agricultura do governo estadual” ou diretamente do “Governo Federal”. Às “grandes empresas o governo oferecia enormes facilidades” como a isenção de “impostos [...], empréstimos em longo prazo e a juros baixos e [...] incentivos fiscais de toda ordem”. Desse modo, tais “projetos de colonização” teriam atraído “milhares de migrantes” similarmente para o “norte do Mato Grosso [...], principalmente a partir de 1964, quando a anunciada reforma agrária foi substituída, na prática, ‘pela estatal de colonização das regiões norte e centro-oeste do país’ no bojo do processo de modernização do setor agropecuário”⁵⁷⁷.

Afetada por tal situação, “uma grande massa de pequenos trabalhadores – principalmente sem terra, pobres”, teriam vindo do “norte e centro-sul do país, na crença de fácil acesso à terra”. Além deles, “um número significativo de empresas agropecuárias (fazendas, madeireiras, etc.) nacionais e internacionais que se

⁵⁷⁴ MATO Grosso do Sul, um estado viável. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7242, p. 07-08, 28 abr. 1977.

⁵⁷⁵ MORO. Nataniel Dal’. *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*, p. 61.

⁵⁷⁶ CERTIDÃO - Registro de Imóveis de Campo Grande 2ª Circunscrição - Livro Nº 2 - Registro Geral. Matrículas 46.649, 46.650, 46.651, 46.652 e 46.653. Disponível em: https://www.casadeleiloes.com.br/envios/leiloes_edital3090.pdf. Acesso em: 18 jul. 2023.

⁵⁷⁷ PERIPOLLI, Odimar João. *Expansão do capitalismo na Amazônia norte mato-grossense: a mercantilização da terra e da escola*, p. 61-63 (grifo do original).

beneficiaram dos mais diferentes programas voltados para o desenvolvimento da Amazônia” teriam se interessado pela região⁵⁷⁸. Por essas formulações entende-se qual camada econômica e social obteve privilégios com as negociações fundiárias. Muitas pessoas com pouca renda foram enganadas pelas propagandas das colonizadoras, pois ao chegarem à área adquirida não encontravam correspondência com o que fora ofertado e não conseguiam dar sequência ao inicialmente almejado, por falta de recursos. Porém, aqueles que já dispunham de dinheiro suficiente, para investirem na infraestrutura da nova localidade, usufruíram proveitosamente, se mantendo na terra ou comercializando-a⁵⁷⁹.

Outra questão bastante valorada durante os embates separatistas, quando se enalteciam as características do *Sul* em oposição depreciativa ao *Norte*, era a arrecadação de impostos. Os meandros originais sobre esse percentual favorável ao *Sul* e os motivos que faziam aquela economia e PIB maiores não eram mencionados nos periódicos, no entanto, perceberam-se apontamentos indiretos no CE. Nélson Severino relatou que “nos municípios não muito distantes de Cuiabá” estaria ocorrendo “perdas consideráveis de cereais, cujos grandes prejudicados” seriam majoritariamente “os pequenos agricultores, não beneficiados com financiamentos da rede bancária oficial ou particular”. Esses menos afortunados estariam “em grande número em Mato Grosso do Norte [...] cuja soma de safras” pesaria “na produção global”, todavia, não desfrutariam “nem das vantagens dos preços mínimos assegurados pelo Governo Federal”, de modo a serem “obrigados a vender seus produtos a intermediários”⁵⁸⁰.

Ou seja, a falta de incentivos e respaldos financeiros resultava em menor circulação de mercadorias e todo o aparato comercial que poderia ser gerado a partir disso restava prejudicado, refletindo também em menores contribuições fiscais. Implicitamente, tais asseverações binomiais deixavam subentendido que no *Sul* havia maior concentração de terras produtivas nas mãos de latifundiários, isentos de passarem por iguais percalços, logo, os percentuais destinados ao fisco seriam maiores. Essa percepção era reforçada ao se afirmar que “algumas grandes fazendas”, dentro dos “arrojados projetos da Amazônia”, eram desconhecidas do “próprio Instituto Nacional

⁵⁷⁸ *Ibidem*.

⁵⁷⁹ *Ibidem*. Maiores detalhes acerca dos problemas enfrentados pela camada populacional menos abastada, no processo migratório, serão tratados no capítulo seguinte desta tese.

⁵⁸⁰ SUL de Mato Grosso já se considera separado do Norte. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7230, p. 05, 13 abr. 1977.

de Colonização e Reforma Agrária”, portanto, não passariam pelo crivo tributário⁵⁸¹. Potencialmente, tratava-se de negócios não finalizados, de territórios ainda em nome das empresas ditas *colonizadoras*.

Nesse sentido, maior que a polarização entre *Sul* e *Norte* era a especulação fundiária que ocorria em todo o MT, custeada com dinheiro particular e público, criando a *desproporção* produtiva e tributária, trazendo muito lucro para certas poucas famílias não constringidas a quaisquer fronteiras territoriais. Esses sujeitos, contudo, vislumbravam impor os limites, de modo que suas escolhas políticas se tornassem ações no futuro MS ao ponto de inscrevê-las em normas tácitas e, juridicamente, em leis expressas, que os beneficiassem ainda mais.

Além disso, os acontecimentos ocorridos nas décadas de 1950, 1960 e 1970 demonstram que as eventuais defesas por divisões e redivisões territoriais, debatidas em 1977, advieram de um permanente e histórico interesse da elite em impor um formato de territorialidade capitalista que as contemplava, em detrimento das demais⁵⁸². Os sujeitos envolvidos naquelas redes de sociabilidade, como Fragelli, Brunini e os Coelhos, há muito tempo agiam a favor da capitalização das terras, para delas se apropriarem e/ou comercializarem⁵⁸³. Para tanto, utilizaram os mais diversos mecanismos estatais, jurídicos e empresariais. Adicionalmente, os jornais, por eles comandados, foram usados amplamente para validar, justificar e legitimar aquelas ações. Os veículos de comunicação foram instrumentos fundamentais para se concretizar a estratégia de colocar suas perspectivas em sobreposição às demais, inclusive sobre aquelas que denunciavam suas práticas.

Em 1977, observou-se a coadunação entre essa pretensão de domínio territorial e os planos de governo do presidente Ernesto Geisel (cada qual almejando finalidades próprias, mas conciliáveis entre si), motivo pelo qual as emancipações distritais, municipais e estaduais foram tão debatidas. De todas as que estavam em pauta, no CE e no OEMT, servindo de significante para as diversas demandas daqueles políticos latifundiários, independentemente das regiões em voga, foi a da divisão de Mato Grosso que tomou maior proporção ao se concretizar. A secção ocorreu devido à decisão

⁵⁸¹ *Ibidem*.

⁵⁸² LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.

⁵⁸³ Para maiores detalhes acerca da especulação fundiária ocorrida em Mato Grosso na década de 1950, envolvendo o Parque Xingu, e os posicionamentos de políticos locais, incluindo Fragelli, bem como, a consequente repercussão nacional, consultar: ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Um guardião do Udenismo: a trajetória política de José Fragelli (1934-1971)*, p. 250-255.

exclusiva da cúpula do governo federal, seguindo os protocolos do regime ditatorial, a despeito dos estudos e das informações fornecidas pelos locais. Mesmo assim, aqueles civis fizeram questão de manter uma retórica, sugestiva de suas participações que amenizasse as limitações delas.

Por fim, qualquer assertividade de suas narrativas, ainda que, objetivada e transformada em política pública por outros agentes, seria o suficiente para atribuírem a si a autoridade e legitimidade sobre a questão, como ocorreu com o desmembramento. Passado, presente e futuro, conjuntamente a aspectos identitários e regionalistas, foram evocados na construção de seus horizontes de expectativas, moldando suas gramáticas de modo a dar veracidade a suas discursividades, para assim se manterem em posição dominante, ditando regras e se beneficiando com elas.

III - A COLONIALIDADE – LINGUAGEM E SEMÂNTICAS PRETENSAMENTE HEGEMÔNICAS EM MATO GROSSO NO ANO DE 1977

A colonialidade⁵⁸⁴ no Brasil é o resultado de uma linguagem moldada em ideais internacionais; discriminatória às demais semióticas locais e suas historicidades. Trata-se de um projeto de dominação que tem por marcador de sua efetividade, em linhas hegemônicas, a pretensão de exterminar física e simbolicamente tudo o que não estiver dentro de suas premissas⁵⁸⁵. Não haveria de ser de outro modo, uma vez que o eurocentrismo, desde a colonização, já postulava pela total desconsideração ou negligência às simbolizações compostas por outras coletividades, impondo à força sua racionalidade, sua moral e sua norma. Ademais, se sobrepunha a tudo que não fosse confluyente com sua ideologia.

Por conseguinte, o poder simbólico, não foi restrito a um ou outro sujeito apenas, mas dependente de redes de sociabilidades amparadas ou configuradas em instituições governamentais⁵⁸⁶. Em algumas comunidades, especialmente nas modernas ocidentalizadas, essa foi a “estrutura estruturante”⁵⁸⁷ a receber maior investimento para ficar em evidência. O artifício consistiu em solapar a multidiversidade étnica circulante, engessar significantes e oferecer elementos de identificação e desejo, ao mesmo tempo em que elegia seus inimigos. A estes era reservada a exclusão dos recintos, dos lugares e dos espaços nos quais a elite viesse a transitar.

Constituiu-se, com efeito, em um discurso exercitado nos ambientes institucionais e atualmente compõe políticas de Estado, ganhando potência e cada vez mais recursos para a sua manutenção⁵⁸⁸. Manifesta-se como “um conflito pelo poder simbólico cujo móvel é a formação e a re-formação das estruturas mentais” que almejam “fazer reconhecer um novo discurso de autoridade” tal qual o “político”, bem como a “representação do mundo social por ele veiculada”⁵⁸⁹. É importante ressaltar que

⁵⁸⁴ LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*.

⁵⁸⁵ Diz-se pretensos, porque uma vez que o traço se constitui na linguagem constará sempre na linguagem. Já que o barrado, o interditado, encontra furos, fissuras, nessa barra e retorna. SOUZA JR, Paulo Sergio de. *A língua do outro e a nossa: Política, tradução e psicanálise*.

⁵⁸⁶ Nas quais podemos incluir os campos sociais.

⁵⁸⁷ BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*.

⁵⁸⁸ MENDES, Luís César Castrillon; *Publicar ou arquivar?* A Revista do IHGB e a escrita da História Geral do Brasil (1839-1889).

⁵⁸⁹ Esse não foi um movimento exclusivamente brasileiro ou Sul Americano, e foi moldado em exemplos dados por outros países, dentre os quais podemos citar a França, como se observa em BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*, p. 74. O autor já alertava: “a necessidade de formular (e de colocar formas) que define* a linguagem em forma oficial (formal), se impõe com um rigor absoluto, em detrimento da função comunicacional passível inclusive de ser anulada, contanto que funcione à lógica performativa da dominação simbólica”. Nós trocaríamos o verbo *definir** por *reduzir*, em razão da afirmação seguinte: “A linguagem é uma técnica do corpo, e a competência

o colonialismo desde sua origem trouxe consigo a tônica militar e se propugnou coeso e coerente, apesar de seus praticantes nunca o serem.

A partir de 1964, com o golpe civil-militar, as semióticas do controle, da disciplinarização, da exploração, do acúmulo, da subjugação e do extermínio, compostas pelas semânticas capitalista, liberal e ditatorial, passaram a reger oficialmente as ações governamentais. Esses traços trouxeram em comum o não reconhecimento, o silenciamento, o apagamento e o constrangimento às narrativas dissonantes das suas, resultando em imposição e mando. Além disso, contou com forte ingerência de agentes do governo estadunidense sob a égide do imperialismo norte-americano⁵⁹⁰.

Em 1977, no Mato Grosso, como visto anteriormente, as elites alimentavam essas premissas sob as égides da modernização, do progresso e do desenvolvimentismo, o que as levava a forjar um regional fantasioso⁵⁹¹. Pretos⁵⁹², pobres e indígenas quando não eram alvos declarados de negação de suas existências, por aqueles que se posicionavam como dominantes, passavam pela denegação, ou seja, negava-se indiretamente que não havia qualquer preocupação com os motivos que os colocavam em situação de vulnerabilidade. Aliás, precariedade esta causada por ações de cunho supremacista para legitimar a própria elite.

Esta se agregava e se movimentava para manter suas posições discursivas, econômicas, sociais, políticas e intelectuais como diferenciais em relação aos demais habitantes. Isso significava não estarem à mercê das condições da favela, do subemprego, da fome, etc. As enchentes, por exemplo, que afetavam seu gado e seus

propriamente linguística, especialmente a fonológica, constitui uma dimensão da *hexis* corporal onde se exprime toda relação do mundo social e toda a relação socialmente instituída com o mundo” (*ibidem*). Isso porque uma língua oficial “define muito parcialmente o sentido”, pois têm seus limites quando “se trata de transmitir emoções”, destarte, os sujeitos as externalizarão por meio de outros traços da linguagem quando não encontram na língua metáforas e metonímias para simbolizá-las. MICELI, Sérgio. A sociologia faz sentido, p. 24-25. E ainda, reitera-se: “a forma puramente gramatical [...] pode receber todo um conjunto de substitutivos [...] sorrisos, gestos [...] toda uma simbologia cuja forma puramente linguística constitui apenas um elemento”, BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*: o que falar quer dizer, p. 34, 72-73, nota de rodapé 23.

⁵⁹⁰ Para maiores informações ler: VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano*: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964; PALHARES, Carolina de Castro. *Relações entre imperialismo estadunidense e luta armada na Ditadura Civil-Militar brasileira*: o caso da Ação Libertadora Nacional.

⁵⁹¹ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*: o que falar quer dizer; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região.

⁵⁹² Esse é um dos termos de categorização populacional, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

carros, não afetariam seus corpos, como ocorria com grande parte da população. Por isso, aparatos administrativos, legislativos e judiciários em suas mãos, advindos da divisão do Estado seriam favoráveis aos seus interesses.

Assim, o fato da secção de Mato Grosso ter se tornado, particularmente, de interesse do governo federal sob a gestão de Geisel; e a criação de Mato Grosso do Sul passar a fazer parte do projeto desenvolvimentista que os militares propuseram para o interior do Brasil, convinha a essa pequena parcela de pessoas, especialmente, por não se pretender contar com a participação das demais⁵⁹³.

Foi, portanto, sob esses princípios que a gramática midiática foi sendo moldada, em conformidade ao *habitus* da colonialidade, em suas expressões binárias e regionalistas, exercitado pelos grupos que se pretendiam superiores. Foram os interesses destes sujeitos que fundaram, organizaram e circularam pelo OEMT e CE. Por mais que houvesse negociações acerca dos indivíduos que seriam ou não escolhidos para transitarem/falarem/escreverem naquelas páginas, admitindo-se inclusive *press release* de ambos partidos políticos; inegociavelmente só eram aceitas retóricas coadunadas com as semânticas pretensamente hegemônicas. Nesse sentido, naqueles jornais eram preconizadas as tônicas: capitalista, liberal e ditatorial no ano de 1977, em todas as suas nuances, como será apresentado a seguir.

3.1 – A gramática militar apreciada pelas elites

No Brasil, em 1964, viveu-se a experiência do golpe civil-militar com a implantação de um governo ditatorial regido por generais. Essa foi uma realidade enfrentada, em períodos próximos, por outros países também do Cone Sul da América Latina como Paraguai, Argentina, Uruguai e Chile. Em solo brasileiro, “uma das principais características [...] foi o forte investimento no binômio informação-repressão”. O estado de exceção foi mantido, por duas décadas, por contar com “uma bem estruturada ‘comunidade de informações’”; e sustentado, em certa medida, pelas atividades legislativas praticadas “intensamente ao longo de toda a sua duração”, que lhe outorgava legitimidade⁵⁹⁴. Além disso, a manutenção do sigilo sobre as intenções

⁵⁹³ Para aprofundar a leitura sobre a participação do povo no que diz respeito à secção do Estado, indica-se: FURLANETTO, Vera Lucia. Política e imprensa: a manipulação do “popular” na história da divisão territorial do Estado de Mato Grosso, em 1977. In: OLIVEIRA, Beatriz dos Santos de; SOTANA, Edvaldo Correa (orgs.). *Pesquisa histórica com a imprensa de (no) Mato Grosso: fontes, temas & abordagens*.

⁵⁹⁴ QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), p. 20.

políticas era outro atributo do regime; as decisões somente eram tornadas públicas quando estivessem prestes a serem implantadas. Nem mesmo pessoas civis de setores ligados à presidência não compartilhavam questões confidenciais com os demais participantes de seu partido, Aliança Renovadora Nacional, a ARENA⁵⁹⁵.

Isso ficou evidente com o Pacote de Abril, posto em funcionamento em 1977. Por meio da emenda nº 8, tinha-se a finalidade de reformar o processo eleitoral, conter o avanço do MDB e agilizar as votações referentes às mudanças constitucionais. Esta artimanha, de alguma maneira favoreceria a eleição de um substituto a Ernesto Geisel no pleito seguinte. Foi um ato ditatorial de fechamento do Congresso, no qual as lideranças partidárias não foram consultadas, somente informadas. Com ele, as eleições indiretas para o cargo de governadores foram mantidas com o intuito de favorecer a ARENA, e também se criou a figura do senador biônico. Com tal medida, um senador, dos três ingressantes, seria eleito indiretamente pelas Assembleias Legislativas em cada unidade da federação. Com essa estratégia, ao invés do governo depender de 2/3 da bancada, para uma emenda ser aprovada, bastava uma maioria simples⁵⁹⁶.

Tal afastamento entre as proposições dos militares e a participação dos políticos civis não era exclusividade do governo Geisel e advinha desde a gestão de Castelo Branco. Tratava-se da vontade de promover uma “limpeza”, visando distanciar os líderes políticos da gestão pública e em seus lugares colocar “tecno-empresários” e militares. Dessa maneira, os políticos tradicionais foram relegados a papéis acessórios, colocados em posições de menor relevância e passaram a desempenhar funções secundárias ou de suporte burocrático, sem exercer influência significativa sobre as deliberações principais. Ou seja, eles se tornaram figurantes no cenário político decisivo; excluídos do poder central e tendo que lidar com a ampliação da atuação dos militares⁵⁹⁷.

Assim, “as Forças Armadas tornaram-se mais articuladas, diferenciadas e independentes da sociedade civil, reforçadas por sua socialização profissional específica”. Isto se configurou em fortalecimento e maior autonomia militar, propugnando-se por uma unificação e um alinhamento de ideais dentro da administração pública. Simultaneamente, havia menos diversidade de opiniões e uma

⁵⁹⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*.

⁵⁹⁶ *Idem*.

⁵⁹⁷ DREIFUSS, René Armand; DULCI, Otávio Soares. As forças armadas e a política. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*, p. 150-151.

maior uniformidade nas perspectivas e decisões tomadas, reorganizando e reestruturando valores coadunados aos princípios e doutrinas ditatoriais⁵⁹⁸. Dentre estes, destacava-se o projeto desenvolvimentista visando à interiorização do país, a integração e segurança nacional, a soberania e a ocupação das fronteiras, cuja redivisão territorial estava inclusa⁵⁹⁹.

Isto ocorria dentro da proposta de “autorreforma do regime militar” iniciada no governo de Geisel, com o escopo de eleger seu sucessor e promover a “política de distensão” na qual se sugeria a “abertura política lenta, gradual e segura”. Pleiteava-se por uma “democracia relativa”, cujo “programa de medidas de liberalização cuidadosamente controladas” previa um Estado calcado em bases constitucionais. Esperava-se que estas autorizassem “salvaguardas e poderes repressivos de emergência para suspender os direitos individuais e governar por decreto sempre que se manifestasse ameaça direta da contestação organizada”. Para tanto, certa flexibilidade era permitida às “instituições políticas de representação”, na medida calculada de possibilitar apenas “uma participação limitada no processo decisório”. Consequentemente, essa “teoria de distensão”, e as ações decorrentes dela, “constituíam uma derradeira busca de legitimação do Estado”, ou seja, uma maneira de garantir “o controle da sociedade civil pela aplicação seletiva do poder coercitivo”. Nesse bojo, o Pacote de Abril daria condições para se efetivar o “fortalecimento eleitoral” usando-se do aparato institucional legalizado para alcançar tal legitimidade e manter intacta a “ordem ditatorial”⁶⁰⁰.

Neste cenário, no qual a “democracia parecia existir, em virtude do Brasil ter uma constituição, partidos políticos e um regime representativo, sugerindo que os anseios populares eram acatados pelo governo”⁶⁰¹, alguns políticos locais tentavam por meio da imprensa (e das demais instituições por onde transitavam) amenizar os efeitos desse distanciamento. O método poderia ser difuso, porém sistemático, ou deliberado, repetindo e reafirmando jargões militares nas retóricas. O alijamento decisório não impedia que nas notícias diárias se tentasse forjar uma proximidade, física e simbólica, entre agentes locais e nacionais, como já apresentado anteriormente. Especialmente, ao se discutir o desmembramento de Mato Grosso eram utilizados muitos termos genéricos

⁵⁹⁸ *Ibidem*.

⁵⁹⁹ BITTAR, Marisa. O inesperado 1977: quarenta anos da criação de Mato Grosso do Sul.

⁶⁰⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, p. 186-187.

⁶⁰¹ FURLANETTO, Vera Lucia. *Mato Grosso do Sul: sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio Do Estado*, p. 161.

e esvaziados de sentido: *segurança nacional; integridade da pátria; defesa e unidade da nação; dividir para fortalecer e multiplicar; extensão territorial; razões econômicas, administrativas, político-sociais e geopolíticas; interesse popular e liberdade*, por exemplo.

O vocabulário dos jornalistas e dos políticos estava impregnado de tônica desenvolvimentista, elitista, militar e autoritária. Isto ficou mais explícito no apoio aberto ao que de pior o regime tinha a oferecer. O AI-5 (Ato Institucional nº 5) foi veiculado igualmente no *O Progresso* e no OEMT, respectivamente, em 11 e 13 de fevereiro de 1977. Tratou-se de uma declaração do senador Rachid Saldanha Derzi (casado com uma das descendentes de Laucídio Coelho; sócio em muitos empreendimentos daquela família; participante em cotas de periódicos; um dos proprietários e diretor do jornal cuiabano) dada em Brasília e reportada pela Agência de Notícias. Nela referia-se a “uma reforma geral da Constituição” e enfatizava os “vários pontos” a serem revistos “além das emendas” que tramitavam “no Congresso nos últimos anos”⁶⁰².

Contudo, o maior destaque recaía para o que Derzi considerava mais urgente: dar “feição constitucional aos mecanismos, com o AI-5, preservando-se todas as suas cláusulas”. Pois, segundo ele, esse era o “instrumento necessário para defender a liberdade e a tranquilidade da nação”. O senador arenista afirmava não ver quem não desfrutasse “de liberdade no país”. Motivo pelo qual ele era “favorável à manutenção do AI-5”, que estaria sendo “usado muito pouco e apenas contra subversivos” que lutavam “contra a segurança e a liberdade e, por isso”, deveriam “ser penalizados”. Outro arrazoamento era de que “o AI-5 por enquanto” seria “instrumento forte da sociedade, constituindo-se numa garantia contra os que” desejavam “perturbar a tranquilidade do país”. Por fim, o argumento era de que a maior ferramenta de repressão deveria “integrar a nova Constituição”, para torná-la “forte, porque, infelizmente, não” haveria “mais campo para a vigência de uma democracia liberal no Brasil”. Além disso, no tangente ao AI-5 inferia-se que “o Governo” estaria sendo “muito parcimonioso em seu uso, embora tenha sido instado a recorrer mais vezes a ele”⁶⁰³.

Nessas alusões, Derzi incitava abertamente o dever do governo brasileiro de acirrar o autoritarismo, porquanto a intensidade do uso de tal prerrogativa estaria sendo

⁶⁰² CONSTITUCIONALIZAÇÃO do AI-5. *O Progresso*, Dourados-MT, n. 1945, p. 08, 11 fev. 1977; DERZI defende reforma da Constituição com AI-5. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7594, capa, 13 fev. 1977.

⁶⁰³ *Ibidem*.

amena, em sua percepção. Apelava-se pela legalização máxima do maior instrumento de repressão, constitucionalizando-o, alegando-se a imperatividade de se manter a ordem social. Entretanto, as principais características do AI-5 foram omitidas e nada se comentou sobre “a violência repressiva” expressada na perseguição, exílio, prisão, tortura, morte e desaparecimento dos corpos dos opositores. O contexto no qual “o ápice do projeto modernizador-autoritário da ditadura, fase em que os tecnocratas civis e militares tiveram mãos livres para agir, de maneira semelhante aos ‘técnicos’ que operavam os aparelhos de repressão”, também não foi mencionado. Ademais, suprimiu-se o fato daquele Ato Institucional ter armado “o Estado de poderes extraordinários” desde “13 de dezembro de 1968” e tornado a ditadura “mais militar, mais autoritária”, além de ter reduzido “o espaço para a atuação de aliados civis”⁶⁰⁴.

Apesar destes terem permanecido no governo estariam “em posição ainda mais subalterna. O partido oficial, a ARENA, tornou-se menos relevante nos assuntos do governo, que tratou com desdém os seus quadros políticos ao ponto de escolher técnicos e lideranças jovens para cargos de responsabilidade”. No entanto, essas questões não foram suficientes para a elite se posicionar contrária ao regime, pois havia a crença de que o “incremento do poder autoritário poderia trazer benefícios econômicos e favorecer a modernização tecnológica e administrativa” que a privilegiaria⁶⁰⁵. Destarte, na pretensão de não ter as suas expectativas frustradas, a parcela dominante da sociedade clamava pelo uso daquele aparelho de maneira mais contundente e habitual contra qualquer um que pudesse atrapalhar a ideiação supremacista⁶⁰⁶.

A democracia para os militares era o controle e a disciplina aplicada austeramente por eles, logo, foi com o AI-5 que “as Forças Armadas se tornaram o poder dirigente sobre a nação. Elas assumiram a promoção do desenvolvimento pela garantia da segurança, na forma definida pelos ideólogos da Escola Superior de Guerra e dentro das condições da lógica da coerção”. Em tal conjuntura sua “política voltava-se para a permanência”, do que alguns chamavam de, “‘poder revolucionário’, de modo a fazer do país, por volta do fim do século, uma potência reconhecida mundialmente”. Esse era um projeto que “demandava ‘estabilidade política’, a democracia seria”, portanto, “o produto final de uma evolução controlada de cima”. Por conseguinte, “um

⁶⁰⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5, p. 197, 204, 210.

⁶⁰⁵ *Ibidem*.

⁶⁰⁶ FURLANETTO, Vera Lucia. 1977: Divisão do estado de Mato Grosso – a colonialidade não cessa de se inscrever.

conceito autoritário de poder foi então adotado como fundamento, como técnica e forma organizacional do regime, cristalizando-se no Ato Institucional nº5”⁶⁰⁷.

Nas páginas do CE, em 14 de fevereiro, optou-se por publicar outra nota da AE, com frases de políticos de expressão nacional como Jarbas Passarinho, Franco Montoro, Marco Maciel e Aloísio Chaves. Sob a manchete “SUBSTITUIÇÃO do AI-5: início do diálogo entre Arena e MDB”, remetia-se a uma aproximação, entre os dois partidos, iniciada somente a partir de uma possível alteração do *modus operandi* ditatorial. Todavia, com essa mensagem as configurações regionais, cujas homologias entre membros da ARENA e da oposição eram comuns e frequentemente noticiadas, foram afastadas. Inicialmente, “a tese do senador Jarbas Passarinho, de substituição do Ato Institucional Nº 5 por um mecanismo que” desse “ao Governo instrumentos de seguranças, mas sem o arbítrio pessoal” foi colocada como passível de “representar o ponto de partida para o diálogo entre oposição e as lideranças da maioria, com vistas às reformas institucionais”⁶⁰⁸.

Já ao se referir a Montoro, chamado de “poder do MDB”, foi descrito seu contato “com o líder do Governo, Petrônio Portella, recolhendo-se a impressão de que” existiriam “efetivamente nos meios oficiais propósitos de encaminhar a reinstitucionalização do País”. O parágrafo foi finalizado com a transcrição da fala do emedebista: “o diálogo continua [...] mas essa disposição não representa a aceitação de quaisquer fórmulas”⁶⁰⁹; sem mais detalhes desconsiderando as eventuais consonâncias⁶¹⁰. Em seguida, Marco Maciel foi elencado como “o futuro Presidente da

⁶⁰⁷ DREIFUSS, René Armand; DULCI, Otávio Soares. As forças armadas e a política. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*, p. 143.

⁶⁰⁸ SUBSTITUIÇÃO do AI-5: início do diálogo entre Arena e MDB. *Correio do Estado*, Campo Grande-MT, n. 7185, p. 6, 14 fev. 1977 (grifos do original).

⁶⁰⁹ *Ibidem*.

⁶¹⁰ Leonardo Martins Barbosa escreveu sobre como “o estabelecimento de um sistema bipartidário não apenas pôs fim às agremiações que deram vida à República de 1946, como também excluiu do novo sistema político as lideranças mais esquerdistas ou mais radicalmente contrárias ao regime”. Inferiu ainda que “nos anos iniciais de sua formação [...] o MDB era majoritariamente composto por políticos moderados e conservadores da antiga ordem republicana [...] mas que defendiam o retorno ao Estado de direito sob liderança civil, a exemplo de Tancredo Neves, Franco Montoro e Ulysses Guimarães”. Arrazouo: “à medida que a competição bipartidária assumiu ares plebiscitários” e o MDB se afastou do “modelo de oposição permitida”, ampliou “gradativamente sua legitimidade” fugiu “à mera chancela do regime” e atingiu “círculos oposicionistas e camadas sociais mais amplas”. “Em fins da década de 1970 [...] a frente emedebista incluía grupos que tanto apoiavam quanto rejeitavam propostas de democratização social”. Além disso, afirmou: “em alguma medida, os setores conservadores das elites civis também compartilhavam com o governo militar o temor de perder o controle sobre o processo de transição e nutriam receios semelhantes quanto à possibilidade de radicalização do processo político. Por essa razão, a partir de 1979 houve um deliberado esforço de lideranças civis conservadoras para criar um partido capaz de conduzir a transição de regime e restabelecer as instituições representativas, dirimindo, no entanto, os riscos que a democratização poderia oferecer ao *status quo* social. Do ponto de vista

Câmara”, para justificar de onde viria sua autoridade, e explanou-se sobre a confluência deste com Passarinho: “o AI-5 só será substituído quando se conseguir instrumentos capazes de garantir seguranças ao Estado contra atividades subversivas”, ao que Aloísio Chaves concordava⁶¹¹. Não foram relatadas contrariedades diretas ao AI-5, apenas propugnações para que aquela ferramenta só deixasse de existir caso outra tão eficiente quanto ela fosse implantada, passando ao largo das crueldades envolvidas em seu uso.

Essa adesão explícita, ocorrida na imprensa à gramática militar, ficou mais notória a partir de 1964 e seguiu tal inclinação durante o período posterior ao Golpe. O apoio à instauração do regime autoritário e as boas relações com os militares foram demonstradas e cultivadas. Especificamente em 1977, esses periódicos estavam alinhados à ditadura e adotavam uma abordagem informalmente pedagogizante ao escolher quais eventos cobrir, como organizá-los e apresentá-los aos leitores. Isso significava não apenas relatar os fatos, mas fazer escolhas editoriais intencionais para moldar a retórica de acordo com suas preferências políticas, sociais, econômicas, culturais e intelectuais.

Coadunavam-se as opiniões e interesses supremacistas regionais com os nacionais e internacionais, com o escopo de influenciar a percepção pública para apoiar suas perspectivas. Os interesses eleitorais eram evidentes, todavia estavam emaranhados em temas complexos, como economia, política e cultura em busca de uma significância singular, uma vez que “o discurso de informação midiática joga com essas influências, pondo em cena, de maneira variável e com consequências diversas, efeitos de autenticidade, de verossimilhança e de dramatização”⁶¹².

Nesse sentido, enfatizava-se a tônica do governo autoritário “em nome de um projeto maior de nação (garantidor dos privilégios de poucos)”. A elite considerava esta “como a única alternativa possível e eficaz naquela conjuntura para mantê-la em superioridade aos demais e alavancá-la economicamente”. Por seu turno, este propósito dentro do capitalismo é infundável. O fato da repressão recair também sobre “a imprensa, fazendo com que nos noticiosos houvesse adequações à censura” resultando

político, isso significava organizar uma agremiação civil forte o suficiente para liderar sem sobressaltos o processo de transição, isolando os setores mais radicais e criando pontes com lideranças civis que haviam apoiado o regime militar”. BARBOSA, Leonardo Martins. A “transição moderada” e as origens ideológicas da direita democrática na Nova República, p. 573-574.

⁶¹¹ SUBSTITUIÇÃO do AI-5: início do diálogo entre Arena e MDB. *Correio do Estado*, Campo Grande-MT, n. 7185, p. 06, 14 fev. 1977.

⁶¹² CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*, p. 63.

na “restrição de conteúdo”, não era suficiente para se deixar de lado “a valorização da economia e de políticos locais e de figuras de alta patente”⁶¹³.

No *Correio do Estado*, no *O Progresso* e no *O Estado de Mato Grosso* “eram constantes as matérias elogiosas pautando personalidades nacionais como o presidente da república Ernesto Geisel, que governou de 1974 a 1979; o seu ministro do Interior Rangel Reis, o ministro da Agricultura Alysson Paulineli”, bem como, “o chefe da casa civil Golbery do Couto e Silva, o ministro da Justiça Armando Falcão e o ministro do Planejamento Reis Velloso”. Ademais, “eram frequentes as publicações acerca da força econômica de MT e seus municípios e não havia críticas ao regime, nem aos seus idealizadores e executores”. Logo, “quaisquer assuntos que pudessem abordar a multidiversidade territorial, geográfica ou populacional eram ocultados”, e os saberes dos povos indígenas e afrodiaspóricos, habitantes dessa localidade, eram desprezados⁶¹⁴.

Foi nessa conjuntura que, em 11 de outubro de 1977, o então presidente general Ernesto Geisel assinou uma lei que resultou no desmembramento do Estado de Mato Grosso e na criação de Mato Grosso do Sul. Esse evento foi justificado como sendo motivado por razões de desenvolvimento geoestratégico do país. Porém, essa decisão foi tomada de forma unilateral, isto é, sem a participação da população ou dos políticos civis locais⁶¹⁵. Apesar de obedecer a trâmites burocráticos para a apreciação e aprovação do projeto, essa foi uma atuação executiva arbitrária do governo federal. Nesse contexto se destacava a natureza impositiva do regime de exceção da época, cujos líderes frequentemente tomavam decisões importantes sem consultar a sociedade civil ou outras esferas do poder, refletindo o centralismo e a concentração do poder maior nas mãos dos militares.

As discussões divulgadas pelos jornais se acirraram, anteriormente, a partir de março daquele ano; momento em que a cúpula presidencial mostrou de maneira mais contundente o interesse de enfim seccionar o Estado e criar uma nova entidade federativa⁶¹⁶. No teor dos textos se tornou cotidiana “a quadrangulação envolvendo lisonjas aos políticos regionais, demonstrações de potencialidades econômicas de um

⁶¹³ FURLANETTO, Vera Lucia. 1977: Divisão do estado de Mato Grosso – a colonialidade não cessa de se inscrever, p. 439-440.

⁶¹⁴ *Ibidem*.

⁶¹⁵ AMARILHA, Carlos Magno Mieres. *Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul*; BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado*, v. 1- v. 2.

⁶¹⁶ SERIA enviado neste semestre: divisão. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7621, p. 07, 20 mar. 1977; RANGEL Reis e Geisel, no Sul: divisão de Mato Grosso vai sair mesmo em 1978. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7210, capa-p. 19, 20 mar. 1977.

determinado município em oposição às fragilidades de outro, contenção ao tratar sobre os atos autoritários do governo federal e a busca forçosa de aproximação entre agentes locais e nacionais ficou mais intensa”. Embora “a retórica jornalística e os discursos políticos” tivessem se tornado mais eloquentes e articulados, a respeito do separatismo, “operavam ainda dentro das coibições impostas, como ficou evidente em uma publicação, de 29 de abril de 1977”, do CE⁶¹⁷.

Nessa nota iniciava-se afirmando: “Divisão, um assunto que não iria agradar”; e seguia relatando sobre “os jornalistas que participaram da cobertura da visita do presidente Geisel” e o aviso lhes feito “na noite de quarta-feira”, anterior à chegada, “de que o assunto divisão territorial [...] não seria visto com bons olhos pela presidência. De forma que - embora não fosse proibido - não se deveria interpelar o chefe da Nação sobre o assunto, para evitar situações ‘constrangedoras’”. Esse alerta teria sido transmitido pelo “major Valentim, da 5ª Secção, explicando que não se tratava realmente de uma proibição, muito mais, um pedido de colaboração”, pois segundo ele a divisão era “de competência exclusiva do presidente” e envolvia “uma série de fatores afetos à segurança”. A escrita era finalizada elucidando as circunstâncias: “ontem pela manhã, quando o chefe da Nação esteve em visita a Campo Grande, não se falou em divisão, não se atendeu, em audiência, os divisionistas e não se viram manifestações pró-divisão”. O arremate exemplificou como ocorria a subserviência: “apenas, indiretamente, a Associação dos Vereadores do Sul de Mato Grosso entregou ao presidente Geisel, por via indireta, um pequeno manifesto”⁶¹⁸.

Essa notícia deixou evidente que “amenizar a violência institucionalizada e o menosprezo da alta cúpula aos demais membros da sociedade, sob o verniz da segurança nacional e do bem da nação, era praxe na narrativa ditatorial”. Semelhantemente, era essa a “tônica exercida por políticos, intelectuais e jornalistas” resultando no fortalecimento da “gramática militar, fosse de maneira enfática ou por meio de nuances cotidianas”. Tal comprometimento da elite era manifestado similarmente em suas discursividades através do apelo ao desenvolvimentismo. “Nessa conjuntura, e no íterim das discussões separatistas, a adesão popular para fins eleitorais era também almejada por aqueles que se pronunciavam favoráveis ou [...] contrários à divisão”. Portanto, “o silenciamento sobre temas dissonantes [...] era uma estratégia”

⁶¹⁷ FURLANETTO, Vera Lucia. 1977: Divisão do estado de Mato Grosso – a colonialidade não cessa de se inscrever, p. 440.

⁶¹⁸ DIVISÃO, um assunto que não iria agradar. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7243, p. 05, 29 abr. 1977.

agregada. Nesse sentido, “as evocações identitárias regionalistas homogeneizantes” era uma forma dos “políticos locais em conjunto com os redatores” chamarem “a atenção e ganhar aliados”; sobretudo, por não terem “acesso às ações presidenciais, cujas decisões só eram divulgadas após sua concretização”⁶¹⁹.

Esse imbricamento do léxico militar, observado particularmente nas evocações econômicas, políticas, jornalísticas e intelectuais, trazia traços do que ocorria no século XIX, no qual algumas figuras angariavam notoriedade ao atuarem nessas cinco áreas concomitantemente⁶²⁰. Essas instâncias, por meio de suas instituições, respaldavam a autoridade atribuída aos agentes que as compunham. Em 1977, era notório o engajamento da elite com o projeto de modernização conservadora⁶²¹ que perpassava pela distribuição da terra, pelos recintos de letramento cultural e cooptava também o futebol, provocando atravessamentos identitários regionalizados. É importante dizer que “quando Geisel assumiu a presidência, já havia sido realizado um estudo sobre as regiões brasileiras, principalmente [...] no interior do país”. Este teria sido um “trabalho realizado por Golbery do Couto e Silva, que fora entregue ao presidente”. Ressalta-se: “juntamente a essa pesquisa” foram destacados “os ‘espaços vazios’ do Brasil”, que se sabe eram povoados por indígenas, aquilombados e comunidades extrativistas⁶²².

Tais territorialidades foram, absurdamente, marcadas “como um problema a ser resolvido” pelo regime. E para atingir esse objetivo, algumas medidas foram adotadas, como o lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento, em 1974, “que idealizava ações que elevariam o país econômica e socialmente, sendo uma das tarefas ‘desenvolver as frentes do Nordeste, na Amazônia e no Centro-Oeste, e de impulsionar o desenvolvimento social’”. Desse modo, tanto o “II PND que previa o desenvolvimento do Brasil com um olhar à região Centro-Oeste”, quanto “a pesquisa de Golbery, foram utilizados pelo presidente Geisel para justificar a decisão de dividir o estado de Mato Grosso, alegando motivos geopolíticos”. Entretanto, se por um lado se oferecia “segurança às fronteiras nacionais; desenvolvimento econômico e social

⁶¹⁹ FURLANETTO, Vera Lucia. 1977: Divisão do estado de Mato Grosso – a colonialidade não cessa de se inscrever, p. 441.

⁶²⁰ Para compreender a atuação de alguns agentes nessas diferentes esferas e as consequências disso no século XIX, ler: FURLANETTO, Vera Lucia; PALHANO, Hadyse Maria Lourdes. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sob as proposições de Januário da Cunha Barbosa e Rodrigo de Sousa da Silva Pontes; MENDES, Luís César Castrillon; *Publicar ou arquivar?* A Revista do IHGB e a escrita da História Geral do Brasil (1839-1889).

⁶²¹ NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil*. Clientelismo e insulamento burocrático.

⁶²² ADESG ajudará a implantar o novo Estado. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7272, p. 07, 02 jun. 1977.

brasileiro”, por outro, aumentava “sua base de sustentação política, o objetivo imediato do governo”. Foi, portanto, com respaldos da “Escola Superior de Guerra, que [...] a visão geopolítica” foi afirmada e reafirmada. Ademais, “a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) – Delegação de Mato Grosso”, como resultado de sua pesquisa, “fez um documento relatando as diferenças econômicas das duas regiões, atribuídas ao passado e à dicotomia entre os estilos de vida dos dois povos”⁶²³.

As postulações de ser “o Norte voltado à mineração do ouro, extração da borracha e garimpagem e o Sul da lida do criatório, exploração da erva-mate e da agricultura” foram ali reforçadas. “Nesse aspecto justificava-se” a separação “física do território”. Ocorreu, por conseguinte, que “quando o presidente se decidiu pela divisão de Mato Grosso, utilizou esse documento da ADESG como subsídio”. Em 1977, segundo matéria do CE, aquelas informações teriam sido reiteradas pela sucursal de Cuiabá⁶²⁴. Esses dados foram atualizados pela equipe de Colasuonno, porém foi mantida a perspectiva dual e desconsideradas quaisquer outras diversidades (conforme se apresentou no capítulo anterior desta tese). Apesar da argumentação utilizada pela cúpula da União “é válido refletir que, havendo dois estados o Governo Federal possuiria mais apoio político, cargos seriam criados e aumentaria a arrecadação”⁶²⁵.

Havia ainda, por parte do governo federal (após o golpe de 1964), a pretensão de que a doutrina ditatorial abarcasse todos os espectros da sociedade. E nesse propósito se incluíam os esportes, com ênfase ao futebol⁶²⁶, uma vez que os jogos (e tudo que está implicado neles) são *lócus* e *ethos* de sociabilização e de manifestações de afetos, dinâmicos e complexos. Trata-se de um “fenômeno sociocultural”, que apesar da potencialização que recebe pela “influência da mídia”, se insere em “dimensões econômicas, políticas, educacionais [...], envolve relações de poder, gênero, classes sociais”, agrega “multidões e mobiliza um universo de significações simbólicas, psíquicas, sociais, culturais” e históricas. Algumas modalidades abarcam e empolgam “sociedades e nações, conquistando a adesão de pessoas das diversas camadas” da população⁶²⁷.

⁶²³ *Ibidem*.

⁶²⁴ *Ibidem*.

⁶²⁵ MACHADO, Andréia de Arruda. *Mato Grosso do Sul e sua história: em perspectiva o período divisionista (1977-1998)*, p. 35, 41.

⁶²⁶ FERREIRA, João Fernando Pelho. *De (pre)potência olímpica à “invenção” do país do futebol: a política para os esportes do governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)*, p. 203.

⁶²⁷ CHELLES, Claudinei. *Psicanálise e futebol: o jogo como situação sublimatória e (contra) transferencial no processo formativo*, p. 16.

Motivos esses suficientes para que “a capacidade de mobilização da prática” futebolística atraísse “interesses políticos diversos”⁶²⁸, como ocorreu especialmente a partir da gestão de Médici. Tal governo buscou produzir uma “legitimidade de caráter nacional” e para tanto, adotou várias “medidas visando estimular todos os cidadãos nascidos no território sob controle do Estado brasileiro a se sentirem como partes de uma mesma nação”. Nesse projeto, “diversas [...] estratégias tiveram íntima relação com o futebol” conjugadas à “valorização da integração nacional”⁶²⁹ e aos princípios capitalistas. Para cumprir com seus objetivos o regime investiu substancialmente em publicidade por meio da “Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP)”, principalmente com as “conquistas da Copa de 1970 e da Copa do Sesquicentenário, em 1972”. As produções associavam “a figura dos jogadores a produtos. Pelé, por exemplo, fez 40 peças publicitárias entre 1970 e 1972, promovendo [...] roupas, aparelhos televisivos, carros, bebidas, material esportivo, entre outros”⁶³⁰, fazendo aumentar exponencialmente as vendas.

Também nesse íterim, se pôs em funcionamento a LOTECA, “idealizada durante o governo Costa e Silva (1967 - 1969)” e legalizada “no governo Médici”. Foi “com a assinatura do decreto lei n. 66.118, de 26 de janeiro de 1970 [...] que a Loteria Esportiva passou a existir”, cujo “primeiro concurso” ocorreu “em 19 de abril de 1970”. Em um país de desigualdade social gritante, no qual os jogos de azar já faziam parte do cotidiano, esperava-se “ampliar o número de apostadores a todos os brasileiros, mesmo os não aficionados por futebol”, incluindo os “que não ‘gostassem’ ou não ‘entendessem’, daquela prática. A imprensa foi largamente utilizada para propagandear a atividade, preferencialmente, sem mostrar as “marcas do governo”. Prometia-se uma “real possibilidade de ascensão econômica”; os dizeres “fiquem ricos” eram constantes nas chamadas nas quais se afirmava ser “o palpite [...] a profissão mais rendosa do Brasil”. Por mais que a oferta não se realizasse, se tornava um bom incentivo para as apostas. Tais retóricas estavam acompanhadas do “discurso propagado com a ideia do

⁶²⁸ SCHATZ, Patrícia Volk; ESPÍNDOLA, Carlos José. Jogos e estratégias: o campeonato brasileiro de futebol na década de 1970 e a política de integração nacional, p. 302.

⁶²⁹ MASSARANI, Diano Albernaz. Futebol e integração nacional um estudo da construção de representações sobre a nação brasileira durante o governo médisi (1969-1974), p. 06.

⁶³⁰ FERREIRA, João Fernando Pelho. *De (pre)potência olímpica à “invenção” do país do futebol: a política para os esportes do governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)*, p. 205.

‘Milagre Econômico’, do qual a imensa maioria da população não se beneficiou”⁶³¹, mas que era divulgado como acessível a todos.

Nesse sentido, percebe-se que o futebol passou por um processo de cooptação política e econômica para também fazer parte dos ambientes com forte expressão capitalista. Tal esporte mobilizava, imbricadamente, altíssimos valores em dinheiro (atualmente exorbitantes) e diversos sentimentos; os primeiros restritos a poucos, os segundos advindos de muitos. Nessa conjuntura, os jornais impressos foram instrumentos eficazes na profusão de tais mensagens, mesclando-se afetos futebolísticos com política, ditadura, finanças, regionalismos, identitarismos, vida pública e privada. Tudo foi tratado sob o verniz da informação despretensiosa e desinteressada.

Em 1977, verificou-se a intensidade com a qual no OEMT e no CE tais questões foram abordadas em seus cadernos esportivos diários. Em 04 de janeiro, na página 7 do noticioso cuiabano, eram estampadas as manchetes: “Mixto rompe relações com Atlético Goianense”; “Tricolor pode contratar reforços hoje no Rio de Janeiro”; “Caixa Econômica Federal – Loteria Esportiva”. Na primeira se tratava de um acordo não cumprido pela direção do time de Goiânia no que concernia ao empréstimo de um jogador cuiabano, resultando em litígio jurídico junto ao Tribunal de Justiça Desportiva (TJD). Na segunda, noticiavam-se os esforços do presidente do “Operário VG” para empréstimo, a se concretizar futuramente na compra de jogadores visando, sobretudo, o “Campeonato Brasileiro” de 1978 e o “Torneio Centro Oeste”. Nessa, versava-se que aquele dirigente junto com os diretores do Operário de Várzea Grande, município limítrofe a Cuiabá, não pretendia passar pelos mesmos percalços que o time desta cidade, o Mixto, estava passando. Com isso, se criticavam as eventuais falhas de um e se realçavam as estratégias elaboradas do outro. E ainda, enumerava-se na mesma página, com a terceira nota, um único mato-grossense dentre os ganhadores do concurso-teste nº 318 da LOTECA, com direito a receber Cr\$ 342.091,76⁶³², sem mencionar nomes ou cidades de origem.

Esta última notícia constou no cabeçalho da página 10, em edição do mesmo dia do CE, enfatizando os resultados inesperados das jogadas e a redução de ganhadores em virtude disto. Orientava-se ainda para as apostas seguintes a contarem com “jogos dos campeonatos europeus”. Nas demais reportagens deste jornal, eram abordados assuntos

⁶³¹ FINO, Patrícia; HINTZE, Helio. Jogada de Médici: o uso da loteria esportiva pelo regime militar brasileiro, p. 273-274 (grifos do original).

⁶³² ESPORTES. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7559, p. 07, 04 jan. 1977.

relacionados aos times locais, Operário e Comercial, de Campo Grande; à Seleção Brasileira; à Federação Matogrossense de Desportos (FMD); a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) e a Comissão Municipal de Desportos (CMD), cuja circunscrição contava com “12 [...] clubes de bairros. Eram relatados os impasses que cada uma das entidades estava passando e informava-se o início do Campeonato Estadual para 06 de fevereiro, subsequente⁶³³. Essa previsão acabou não se efetivando pela falta de marcação oficial por parte de Carlos Orione, interventor nomeado na FMD desde 1976, que oscilava entre várias datas sem elencar nenhuma até então⁶³⁴.

Embora no OEMT houvesse várias matérias republicadas do CE, e ambos veículos compartilhassem pautas, nessa ocasião pontuou-se com maior ênfase a “bagunça” e a “enorme polêmica” criada por Orione “entre os clubes do Norte do Mato Grosso”. Tal atitude estaria causando “prejuízos” e dificultando se elencar o “plantel”, motivos pelos quais os dirigentes pleiteavam, a partir do atraso já provocado, uma extensão deste até 06 de março⁶³⁵. Em decorrência disto, no CE se afirmava que “os clubes cuiabanos [...] pressionavam a entidade para que o certame” fosse iniciado em tal data, porque teriam “que liberar os jogadores para os festejos carnavalescos”. Apesar do período em debate coincidir com a posteridade das festividades do carnaval, percebe-se que o tom utilizado pelo redator campo-grandense era provocativo aos dirigentes e não ao interventor responsável pela definição da data⁶³⁶.

Observou-se a variedade de abordagens, o foco na Loteria Federal e o diálogo entre redatores dos dois periódicos envolvendo tanto questões objetivas quanto subjetivas. Esse caso das *alfinetadas* emitidas no jornal campo-grandense, em conjunto a possíveis distorções acerca dos propósitos daqueles gestores, foi um exemplo de elementos subentendidos nas divulgações. Contudo, não foi explicitado nenhum grande embate ou desavença, nesse primeiro momento e dentre outros esportes as notícias futebolísticas eram as que recebiam maior destaque. Outro assunto naquele início de ano foi a futura eleição para a FMD, a ocorrer em março. No CE, afirmava-se que “o

⁶³³ CADERNO de esportes. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7150, p. 10, 04 jan. 1977.

⁶³⁴ A FMD, em 1977, tinha como interventor Carlos Orione, em razão de fraude ocorrida na eleição do ano anterior. Vários conflitos dele com os dirigentes dos times foram relatados nos periódicos. Orione ficou 39 anos no cargo (1977 a 2016). Maiores detalhes podem ser acessados em: COM 32 anos de mando no futebol, Orione vê com otimismo a Copa em Cuiabá. *HNT. Hipernotícias*, on-line, 27 out. 2013. Disponível em: <https://www.hnt.com.br/cuiabanalia/com-32-anos-de-mando-no-futebol-orione-ve-com-otimismo-a-copa-em-cuiaba/30185>.

⁶³⁵ ESPORTES. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7587, p. 09, 05 fev. 1977.

⁶³⁶ CADERNO de esportes. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7177, p. 12, 05-06 fev. 1977.

Sul” parecia estar “mais propenso a apoiar a candidatura de Agripino Bonilha Filho”, concorrente do “interventor Carlos Orione”. Mas este, com domicílio em Cuiabá, teria anunciado uma visita “a Campo Grande [...] para confirmar que seu vice” seria “José Maravieski [...] delegado da Federação” neste município. A isso, Maravieski teria confirmado: “o Norte foi unânime pela minha escolha”. No entanto, ressaltava-se o receio, do delegado, acerca “dos clubes e das ligas do Sul” atendidas por ele, pois segundo sua própria percepção o considerariam “um chato” por gostar “das coisas em seus devidos lugares”⁶³⁷.

No OEMT, foi republicada matéria do CE, relatando o fato de “Bonilha [...], ex-presidente da FMD [...] durante seis anos”, se mostrar surpreso e desconhecedor da “candidatura de Carlos Orione” e alegando só definir sua participação no pleito após abertura do Edital de Convocação. O impasse seria resultado, de “um entendimento selado com expressão máxima de compreensão”, ocorrido no jantar promovido em Cuiabá seis meses antes. Na ocasião, teriam participado Bonilha, Maravieski, Orione, Júlio José de Campos (prefeito de Várzea Grande; ganhador “nas eleições anuladas de 1976”) e Levy Rodrigues do Prado. Naquele evento, o interventor teria se comprometido a não se candidatar, somente a fiscalizar a eleição para assim não acarretar “um arranhão de ordem ética”, ao que os demais teriam concordado⁶³⁸. Na página seguinte, ainda tratando de esportes, noticiavam-se os três ganhadores mato-grossenses do sorteio nº 319 da LOTECA a receberem Cr\$ 103.961,61 cada⁶³⁹.

Sobre a presença de Orione na presidência daquela instituição, como resultado de uma interventoria, relatava-se não ser da aceitação geral. A pretensa elaboração de “um abaixo-assinado, feito pelos clubes e entidades filiados” e sob a responsabilidade de “João Batista Camuru”, a ser encaminhado ao “presidente da CBD, almirante Heleno Nunes”, solicitando eleições imediatas para a Federação conforme previa o próprio parecer do ato interventório, seria uma comprovação disso. A ideia era “enviar um documento com a assinatura dos filiados do Norte e do Sul, dentro dos princípios democráticos”. Dentre as insatisfações estava a falta de “um plano de aplicação da verba de 6 milhões de cruzeiros que se pretendia adquirir” com “empréstimos hipotecários” por meio da FMD, sem especificação de como o valor seria aplicado, para quais finalidades e como seria pago. Ademais, se afirmava que a Federação não poderia

⁶³⁷ CADERNO de esportes. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7156, p. 10, 11 jan. 1977.

⁶³⁸ ESPORTES. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7565, p. 08, 11 jan. 1977.

⁶³⁹ *Idem*, p. 09.

“continuar em estado de exceção”⁶⁴⁰, o que ao final parecia até ironia por estar a Confederação Brasileira de Desportos, recebedora do documento, sob o jugo de um militar, consequentemente adepto de ações autoritárias e compulsórias da ditadura.

Em meio a tais dilemas, as tipificações, *nortista* e *sulista*, apareceram suavizadas e diluídas na escrita, equilibradas entre os afastamentos e afinidades produzidas no texto, cuja atenção estava voltada mais para as personagens do que para os regionalismos. Todavia, *Norte* e *Sul* ganhavam um tom homogeneizante ao que estaria submetido a cada configuração. Porém, a diversidade de clubes e ligas distribuídos nas escalas profissionalizantes e amadoras era enorme. Para o Campeonato Estadual de 1977 previa-se a participação de 15 times dentre os quais poderiam estar: Mixto, União de Rondonópolis (conhecido como “colorado do Leste”)⁶⁴¹, Dom Bosco, Operário VG, Palmeiras de Cuiabá, Comercial de Poconé, Grêmio Esportivo 2 de Jaciara, Cáceres (se referindo ao município e não ao nome de uma equipe específica) e “Americano [...] cuiabano”, tidos como sendo do “Norte”. Ao que concerniria ao “Sul”, o Guanandy de Aquidauana era elencado como uma novidade⁶⁴².

No dia 27 de janeiro, foi publicada uma tabela na qual, dos times anteriormente elencados, não estavam: Comercial de Poconé, Grêmio de Jaciara e Americano; mas acrescia-se: Comercial CG (Campo Grande), Operário CG, SEI CG (Sociedade Esportiva Industriária) e Corinthians CBA (Cuiabá)⁶⁴³. Entretanto, Guanandy⁶⁴⁴ e Cáceres⁶⁴⁵ saíram da disputa logo em seguida. Sugeria-se que as equipes de Aquidauana e de Dourados não participariam do torneio “em razão da precariedade” em que se encontravam seus estádios, prejudicando as condições de jogo⁶⁴⁶.

Antes do fechamento das rodadas, no CE, veiculava-se que “a inclusão de vários clubes sem expressão” naquele Campeonato Estadual tenderia “a apresentar as mesmas deficiências dos anos anteriores, como ausência de público nos estádios”. Frente a isso, pode se pensar que tanto a admiração às agremiações quanto as rivalidades entre elas eram estimuladas, independentemente das localidades de suas sedes. Assim, as propagandas, os investimentos no esporte, bem como, as apostas poderiam incentivar ainda mais a apreciação e a competitividade e fazer a venda de ingressos aumentarem.

⁶⁴⁰ CADERNO de esportes. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7182, p. 10, 11 fev. 1977.

⁶⁴¹ ESPORTES. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7625, p. 08, 25 mar. 1977.

⁶⁴² CADERNO de esportes. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7156, p. 10, 11 jan. 1977.

⁶⁴³ ESPORTES. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7579, p. 08, 27 jan. 1977.

⁶⁴⁴ ESPORTES. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7580, p. 09, 28 jan. 1977.

⁶⁴⁵ ESPORTES. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7581, p. 08, 30 jan. 1977.

⁶⁴⁶ CADERNO de esportes. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7156, p. 10, 11 jan. 1977.

Ou seja, entusiasmos e hostilidades, junto com as entradas para os jogos, se tornavam produtos comercializados naquele espaço. A despeito de tais incitamentos, a dependência entre os diferentes planteis com os resultados obtidos por cada um, em dada etapa do Campeonato, entrava no cômputo para o triunfo de dois únicos finalistas, bem como, nos direcionamentos das torcidas. Mediante isto, em abril se publicava que o Mixto não precisaria só vencer o Dom Bosco, para conquistar a taça no primeiro turno; dependeria também da vitória do Comercial contra o Operário, ambos de CG⁶⁴⁷. Dessa maneira, os torcedores do Mixto acabariam se juntando aos comercialinos, rejeitando os operarianos e os adeptos do outro time cuiabano.

Desse modo, percebeu-se que no primeiro quadrimestre daquele ano, as publicações traziam as mais variadas informações sobre os resultados das partidas não só em âmbito estadual, mas também nacional e internacional, as estratégias de jogos, assuntos contratuais, divergências e convergências de toda monta. Foi observado, que o aspecto cultural de maior animosidade, representado nos periódicos, anteriormente ao anúncio da secção territorial, ficou restrito às torcidas futebolísticas. A conflituosidade se pulverizava entre todos os times independentemente dos locais de atuação. As identificações e diferenciações das torcidas não eram restritivas à regionalidade; e as rivalidades, muitas vezes, se davam entre agremiações de um mesmo município, porquanto, em cada um havia uma liga, sendo comum a competitividade interna.

Nesses cadernos específicos, além das antipatias apareciam as afinidades que se davam em várias instâncias, entre os agentes públicos, os atuantes no esporte e o empresariado, independentemente dos locais de atuação. Em fevereiro, no *Correio do Estado*, por exemplo, foram publicadas as conquistas do novo dirigente da Liga Esportiva Campo-Grandense (LEMC) junto à Federação pelo atendimento a todas as suas reivindicações e pelo apoio financeiro de que precisava⁶⁴⁸. No dia 02 de Março, no OEMT, foi noticiada a gratulação do ex-dirigente daquela instituição, Edmundo da Costa Neto, que “ao final de gestão da Diretoria [...] enviou um ofício ao Governador Garcia Neto agradecendo à Administração Pública Estadual [...] todo apoio ao desporto do Sul de Mato Grosso”. Afirmava-se que Garcia Neto teria contribuído e incentivado o esporte “pessoalmente e através dos diversos órgãos” administrativos “de forma constante e efetiva”⁶⁴⁹.

⁶⁴⁷ ESPORTES. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7644, p. 08, 19 abr. 1977.

⁶⁴⁸ CADERNO de esportes. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7192, p. 12, 26-27 fev. 1977.

⁶⁴⁹ ESPORTES. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7605, p. 09, 02 mar. 1977 (grifos do original).

Já no dia 16 daquele mesmo mês, se publicava sobre o evento no qual o Operário VG conquistara o troféu “José Garcia Neto” no jogo contra a “seleção de Sergipe”. Tratava-se de um “amistoso comemorativo à passagem do segundo aniversário” daquele gestor no poder executivo estadual, cuja festividade reuniu “várias autoridades esportivas, civis e militares” e contou com a participação e possivelmente algum patrocínio da “Cervejaria BRAHMA”⁶⁵⁰. Nessa mescla de signos confluídos para promover aquela confraternização (estendidos a inúmeras outras), dois podem ser destacados como ilusórios de uma paridade social a amenizadores da conjuntura política e econômica vivida no país, o futebol e o álcool.

Entretanto, essa é uma mistura que ultrapassa qualquer controle pretendido. O esporte em si proporciona um “misto de alegria e tristeza, apreensão e relaxamento, sofrimento e prazer [...] vivência de um suspense contínuo”, pois “o jogo enquanto tal jamais perderá a dimensão do acaso, garantia de desconhecimento prévio do resultado da partida”, apesar das intervenções contraventoras às regras impostas⁶⁵¹. No entanto, “mesmo que a racionalização crescente do futebol como um todo seja um processo evidente (na organização empresarial dos times, na regulamentação profissional, no aprimoramento técnico, nos novos esquemas táticos), o que diminui a margem do imprevisto”, este sempre existirá⁶⁵². Ademais, essa modalidade “pode revelar motivações e emoções que a própria consciência sequer suspeita”⁶⁵³ de modo bastante visceral, ainda mais se contar com o componente alcoólico. Isso ficava nítido nas diversas brigas ocorridas dentro e fora do campo, divulgadas recorrentemente, resultando em expulsões de jogadores e julgamentos no TJD⁶⁵⁴.

Por mais que “no transcorrer do século XX [...] as competições” tenham adquirido um “formato altamente regulamentada [...] às quais se atribuem o caráter de representação simbólica do modo não violento e não militar de competição entre as

⁶⁵⁰ ESPORTES. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7617, p. 09, 16 mar. 1977 (grifo do original). Outro exemplo das alianças e das simbologias envolvendo as mais variadas alianças das elites mescladas ao futebol foi a nomeação do torneio “Roberto Jacques Brunini”, remetendo aos sócios no CE e proprietários de empresa de colonização, conforme divulgado no *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7625, p. 08, 25 mar. 1977.

⁶⁵¹ CADERNO de esportes. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7623, p. 10, 20 abr. 1977. Nesta data foi noticiada acusação de dirigentes do Mixto contra diretores do Operário VG que teriam oferecido valores em dinheiro a jogadores daquele time para simularem uma contusão e não entrarem em campo no confronto entre os dois plantéis.

⁶⁵² MARTINO, Duilio D. *Nascimento de uma paixão universal: história do futebol*, p. 27.

⁶⁵³ CHELLES, Claudinei. *Psicanálise e futebol: o jogo como situação sublimatória e (contra) transferencial no processo formativo*, p. 19, 26.

⁶⁵⁴ ESPORTES. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7625, p. 08, 25 mar. 1977.

nações”⁶⁵⁵, a violência escapa a essas barreiras e se manifesta nos gramados, eventualmente, de forma contida e fora deles *quase* sem recalques.

Com o passar dos meses, os elementos associativos anteriormente citados somaram-se às discussões sobre o desmembramento de Mato Grosso. Conjuntamente, eram noticiadas as declarações da cúpula presidencial, os debates políticos e jornalísticos sobre a secção territorial, os premiados pela Loteca, as desavenças que permeavam o esporte com enfoque para as rivalidades entre os times e suas respectivas torcidas, bem como, as movimentações financeiras e os entraves levados à Justiça Desportiva. Em maio de 1977, período de maior efervescência acerca da celeuma separatista (como já demonstrado nos capítulos iniciais desta tese), a imprensa veiculava também as brigas ocorridas nos estádios. O anúncio da divisão coincidiu com casos de violência na cena futebolística mato-grossense, apesar disso, os conflitos passaram a ser mobilizados e, direta ou indiretamente, usados para marcar diferenciações e aproximações dentro da dicotomia *Norte-Sul*, cuiabanos e campo-grandenses, e serem ainda agregados ao desmembramento, nas páginas dos periódicos.

Na edição do CE, do dia 10 daquele mês, foi verificada a conjunção de alguns desses vetores. No cabeçalho da página 10 se anunciava o “maior rateio” da “Loteria” com “697 ganhadores”, cada um perfazendo jus a “Cr\$ 45.172,22” livre de impostos, sem mencionar quantos desses seriam do MT. Era relatada “a revolta dos atletas e técnicos” frente “a decisão” de se “adiar para julho os III Jogos Estudantis Matogrossenses”, conjuntamente, às “mudanças no critério de escolha da seleção” e da eliminação de “três modalidades” daquele evento, basquete, voleibol e handebol masculino. Ao se noticiar a situação do Campeonato Estadual de Futebol, afirmava-se: “Cáceres, Industriária” (SEI) “e União – sem contar o Palmeiras que já está praticamente fora da competição – *lutam desesperadamente contra a eliminação*” no “retorno”⁶⁵⁶.

Era publicado também sobre “o I Congresso de Clubes e Ligas do Sul para debater assuntos ligados à *criação*” de uma “*futura Federação Campograndense de Futebol, entidade que*” dirigiria “o futebol amador e profissional do novo Estado”, (anunciado pelo presidente Geisel, naquele mês, com o nome de Campo Grande, conforme abordado anteriormente e amplamente explorado no CE). E sem muitos

⁶⁵⁵CHELLES, Claudinei. *Psicanálise e futebol: o jogo como situação sublimatória e (contra) transferencial no processo formativo*, p. 19, 26.

⁶⁵⁶ CADERNO de esportes. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7252, p. 10, 10 maio. 1977 (grifos meus).

alardes nesse primeiro momento, ou algum destaque específico, era veiculada a manchete: “Sem garantias Comercial ameaça não jogar amanhã”. Esta iniciava com um depoimento do “vice-presidente” daquela agremiação, “Antônio Simão Abrão”, enfatizando: “Só jogamos quarta-feira” (11.05.1977), “com garantias. Caso contrário o time retorna”. O dirigente estaria “revoltado com a atitude anti-esportiva da torcida mixtense que apedrejou o ônibus da delegação, no final do jogo de domingo” e teria também atingido “ao jogador Cruz com uma pedrada quando o time entrava em campo”⁶⁵⁷.

Frente a isso, e mediante a próxima disputa ocorrer contra o Dom Bosco, Abrão ressaltou a solicitação do clube feita à “Secretaria de Segurança do Estado”, a fim de evitar “acidentes mais graves”. Essa medida já havia sido tomada junto à Federação, porque desde o início da semana anterior “os jogadores dificilmente” saíam “às ruas devido às ameaças do torcedor cuiabano”. Eteócles Ferreira, secretário do Comercial, teria relatado estar “impressionado com o ‘clima de guerra’ existente” que só não fora pior em razão do juiz não ser de “Campo Grande”. Ferreira, para defender “Laércio”, jogador comercialino (responsável por alguma infração durante a partida), afirmou que o arbitro da ocasião, “Civís das Neves”, teria sofrido “coação física e moral” e para “sair com vida do campo” teria tido que marcar um pênalti inexistente de Laércio no mixtense “Traíra”⁶⁵⁸. Sobre essa declaração o redator não emitiu juízo de valor, nem fez qualquer contraposição e seguia dando mais detalhes sobre a rodada.

Já no OEMT, este assunto não apareceu no Caderno de Esportes e sim antecipadamente no “Editorial”, espaço destinado às opiniões. O título não explicitava o ocorrido, entretanto, trazia o posicionamento da gerência sobre aqueles que haviam

⁶⁵⁷ *Ibidem*. Acerca de uma futura Federação de Desporto motivada pela secção de Mato Grosso, no CE, se voltou ao assunto no dia 13 seguinte com a manchete: “CBD sugere criação da nova Federação”. Esta teria sido a sugestão de Orione por considerar “a divisão” como “um fato consumado”, *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7255, p. 10, 13 maio. 1977. No dia 14, subsequente, no mesmo jornal a questão era reiterada mais detalhadamente com a afirmação: “A intervenção permanecerá até que saia a Lei Complementar do novo Estado”. Após esse processo seria convocada uma assembleia para eleição do novo presidente da instituição no Norte e promovida uma reunião com “os clubes, as ligas e os desportistas do Sul” para oficializar a nova Federação, *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7256, p. 12, 14-15 maio. 1977. Mesmo sem garantias sequer de que os trâmites para o projeto de lei seriam levados adiante, no CE, o tema permanecia em pauta como ocorreu nas edições: *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7258, p. 10, 18 maio. 1977; *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7262, capa e p. 10, 21-22 maio. 1977; *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7263, p. 10, 23 maio. 1977; *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7264, p. 10, 24 maio. 1977; *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7265, p. 10, 25 maio. 1977. Entretanto, em 25 de maio no OEMT se divulgava a unidade da Federação com eleição confirmada para o mês de julho, daquele ano, “mesmo que o desmembramento” de MT fosse “efetivado” até aquela data. Nada se mencionou sobre uma nova entidade para o futuro Estado, *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7673, p. 09, 25 maio. 1977.

⁶⁵⁸ *Ibidem*.

participado do embate: “Apenas uma minoria insignificante”. No texto se elucidava as circunstâncias e se lamentava o fato do jogo ter se tornado um “espetáculo de incoerências, como se erros justificassem erros”. Dizia-se que o embate de “três a três” não teria correspondido à “garra” e “inigualável supremacia mixtense”, cujo plantel seria indiscutivelmente merecedor da vitória. Esta só não teria se cumprido, segundo “alguns observadores”, em razão do árbitro, “de Cuiabá”, ter “favorecido e muito o quadro campo-grandense”. Com elogios aos dois times e apontando os motivos de tal injustiça, o periodista frisava que “o mais grave” teria sido a tentativa de apedrejamento ao ônibus do Comercial que se encontrava na Capital⁶⁵⁹.

Arrazoava-se: “Ganhar, empatar ou perder uma partida de futebol, é coisa comum. Juiz ser criticado, isso já é rotina. Contudo, depredar um ônibus que traz time de futebol a Cuiabá é inadmissível”. A argumentação continuava: “nós cuiabanos temos uma nobreza de espírito que está sendo aprimorada há 258 anos de existência. O desmembramento do Estado de Campo Grande já é um fato consumado. Se antes éramos contra [...] fazíamos não por picuinha de ordem pessoal, mas pela grandeza de nossos ideais e assim sempre será”. Afirmava-se serem “uns poucos” a quererem “enodoar o sagrado nome de Cuiabá com manifestações” não coadunadas ao “espírito altaneiro” desta “gente”. Na sequência, reiterava-se: “Estes poucos, estes raros, não falam, não representam, não agem, não correspondem ao impávido povo cuiabano que já está acostumado a servir ao Brasil e a entender os interesses nacionais”. Finalizava-se com uma frase de efeito: “Acreditem não houve divisão, apenas o desmembramento de um novo Estado”⁶⁶⁰.

A escrita trazia uma mescla de distinções e associações, históricas, regionais, políticas, patrióticas e morais; essas sim, não condizentes com as paixões e pulsões endereçadas ao futebol. Afinal, havia inúmeros incentivos para aquele enquadre se concretizar, como a enorme quantia de dinheiro público aplicado no esporte (de maneira desproporcional, os maiores times recebiam mais investimentos), as Loterias Esportivas que geravam promessas de ganho para a população e vultosa lucratividade ao Estado, o encorajamento para a compra de ingressos com objetivo de lotar os estádios e o estímulo ao consumo do álcool. Ademais, esperanças e animosidades, restritas às torcidas futebolísticas, já eram representadas nos jornais anteriormente ao comunicado

⁶⁵⁹ EDITORIAL. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7660, p. 06, 10 maio. 1977.

⁶⁶⁰ *Ibidem*.

da secção territorial. Porém, a cooptação política seguia diretrizes semelhantes ao aliciamento capitalista e ditatorial por qual passava a modalidade.

Tal abordagem retórica buscava também antecipar uma resposta e corresponder de certo modo às orientações vindas de Brasília, mostrando assim, algum alinhamento local aos comandos militares. No mesmo dia, no CE, foi noticiada a “proibição de passeatas, concentração de pessoas em logradouros públicos e qualquer outra manifestação semelhante”. Fora enviada pelo “Ministro da Justiça, Armando Falcão [...], a todos os governadores”, recomendando-lhes “a adoção de medidas preventivas ‘para o resguardo da tranquilidade geral’”, sem tolerância alguma a quaisquer “demonstrações contestatórias” que fossem “distúrbios de fundo” e tivessem “fim subversivo”⁶⁶¹.

Destarte, percebe-se o quanto as insurgências, os escapes dissonantes à sua sanha pedagogizante e às suas determinações comportamentais, mesmo com o uso da força e da letalidade, frustrava a elite. Nesse sentido de apaziguar a situação, no dia seguinte, 11 de maio, naquele noticioso eram publicadas as considerações do deputado Vuolo destacando a “serenidade” e “acima de tudo [...] confiança” nas ações presidenciais, com que “o Norte matogrossense, muito embora anti-divisionista”, recebera a notícia da secção de Mato Grosso⁶⁶².

Quanto aos campo-grandenses, veiculava-se a “nota oficial”, datada do dia anterior, distribuída pelo “delegado Aloísio Franco de Oliveira, da Regional de Polícia de Campo Grande [...], negando a ocorrência de qualquer ato violento contra nortistas radicados” neste município “como consequência do anúncio da divisão territorial”. Explicava-se a divulgação como o resultado de relatos de que “em Cuiabá se comentava com muito rancor o ataque dos campograndenses contra um cuiabano, condutor de um fusca com placa da Capital na Avenida Afonso Pena”. Este teria sido espancado violentamente por um grupo, após ter seu veículo virado e incendiado. Oliveira afiançava tratar-se de “falsa notícia [...], boatos espalhados [...] e transmitidos durante um programa esportivo, em emissora local”, ao que estaria rapidamente desmentindo. Dizia-se a “Delegacia Regional” desconhecer, “por inexistir, qualquer reclamação relacionada com o citado crime de dano, ressaltando a ordem e tranquilidade” na

⁶⁶¹ GOVERNO proíbe passeatas e manifestações no país. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7252, p. 9, 10 maio. 1977.

⁶⁶² VUOLO diz que há serenidade no Norte. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7253, p. 05, 11 maio. 1977.

“cidade no que se relaciona com o anúncio, pelo governo federal, da criação futura de um novo Estado da Federação”⁶⁶³.

Visa-se afastar dos holofotes quaisquer situações deflagradoras de atos insatisfatórios, principalmente se esses pudessem de alguma forma remeter ao separatismo. Ou seja, as possíveis rivalidades ou distinções entre *Norte* e *Sul*, e seus respectivos habitantes, só eram promovidas e aceitas retoricamente de modo parcial nos noticiosos. Qualquer atitude que pudesse corresponder a aquilo que nos próprios jornais se difundia, era imediatamente diluída para apaziguar ânimos e criar um tom harmonioso. Portanto, as identificações e diferenciações usadas binariamente para dar contornos às regiões e às identidades, não ganhavam sustentabilidade, porque não podiam, naquele momento, ser associadas a ações objetivas, que por ventura viessem, por meio da letra jornalística, a dar algum tipo de comprovação às suas existências.

O próprio regime que fomentava regionalismos, com as secções da ADESG ou as redivisões territoriais, era quem os reprimia. No entanto, os escapes às coibições eram constantes, tanto na imprensa quanto nas manifestações sociais. Naquele mês de maio seguiram-se as confusões, os desentendimentos, as ingerências políticas e militares no futebol, as discussões separatistas, as dicotomias entre *Norte-Sul* e as tentativas dos noticiosos em dar significação aos acontecimentos. No dia 25, relatavam-se “as brigas” rotineiras “nos treinamentos do Mixto”, com trocas de “murros [...] à vontade” entre os jogadores⁶⁶⁴.

No dia seguinte, no CE, por ocasião do 35º Aniversário da FMD, foi escrita uma matéria depreciativa à instituição e a seu presidente, para reforçar a defesa da inauguração de uma Federação desportiva para o “Sul” que deveria seguir no mesmo sentido da criação do Estado a porvir. Assim, o engendrando entre futebol e divisão de Mato Grosso ia se fortalecendo. Constatava-se a situação de “um Campeonato Profissional tumultuado por protestos”, sob comando de um “interventor acusado de falta de ética”, em uma entidade que manteria uma “velha tradição [...] conhecida” desde seu surgimento, “em 1942: o regionalismo, as decisões parciais sempre combatidas pelos clubes e ligas do Sul, onde a FMD praticamente só existiu [...] em 1972, quando ela passou a olhar com bons olhos as arrecadações no Morenã” (Estádio Universitário Pedro Pedrossian situado em CG). Verifica-se o uso dos mesmos artifícios

⁶⁶³ DELEGADO Regional desmente violências contra nortistas em Campo Grande. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7253, p. 02, 11 maio. 1977.

⁶⁶⁴ ESPORTES. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7673, p. 09, 25 maio. 1977.

gramaticais, com signos similares, de quando os redatores publicavam defesas ao desmembramento citando o tal aproveitamento dos recursos *sulinos* pelo governo estadual. E ao noticiar os jogos ocorridos no dia anterior (25.05.1977 entre SEI e Operário VG, em Campo Grande; Operário CG e Dom Bosco em Cuiabá), comentou-se acerca de um gol anulado que teria revoltado os dombosquinos, somente⁶⁶⁵.

Todavia, em 27 de maio, no OEMT era publicada a escalada que a violência futebolística alcançou naquela partida, entre Operário CG e Dom Bosco, disputada no estádio cuiabano, “Verdão”, cujas vítimas necessitaram ser hospitalizadas. Com fotos do “ônibus que transportava o Operário”CG “depredado pela torcida”, comunicava-se: “Ivete Pinto da Silva”, de 11 anos, “com fratura na perna esquerda, e “Dinalva Marta da Silva Moraes”, de 20 anos, “com suspeita de fratura no queixo e no crânio”, teriam sido encaminhadas ao “Pronto Socorro Municipal”. Tais ferimentos teriam sido provocados pela polícia militar, com o uso de cassetetes, ao tentar conter o tumulto dos torcedores que tentavam invadir o campo. Parte da multidão não teria conseguido cumprir seu intento e então teria se dirigido “para a tribuna de honra onde se encontravam [...] Oriane [...] e Joaquim Ramalho, diretor dos Departamento de Árbitros”. Essa teria sido a razão pela qual os policiais teriam intervindo, não sendo possível estimar quantas pessoas foram atingidas⁶⁶⁶.

De qualquer forma, pode-se inferir que o policiamento cumpriu severamente as orientações de conter manifestações, sob o pretexto de manter a ordem, desferindo golpes até mesmo em mulheres e crianças que estavam distante, na área descoberta do estádio, fazendo com isso aumentar a revolta e o enfrentamento. Arrazoava-se pela responsabilidade do juiz “Lourival Ribeiro da Paixão, apontado como autor de várias arbitrariedades contra o quadro cuiabano, o Dom Bosco, que não venceu a partida”. O plantel teria sido prejudicado desde o “primeiro tempo”, o que teria se estendido à “fase complementar, já no final” com a anulação de “um gol legítimo do jogador dombosquino”. Estas teriam sido as motivações para o descontentamento da torcida que passou a arremessar “pedras” no “árbitro” e depois no “ônibus”, juntamente a “garrafas” e “pedaços de ferro” deixando os “vidros” e a “lataria” muito danificados. Perante o ocorrido, anunciavam-se as medidas a serem tomadas para o próximo jogo a ocorrer em Campo Grande entre Mixto e Operário CG. Além do “forte dispositivo de segurança” a

⁶⁶⁵ CADERNO de esportes. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7266, p. 10, 26 maio. 1977.

⁶⁶⁶ ESPORTES. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7675, p. 08-09, 27 maio. 1977.

ser montado, “para evitar novos incidentes”, outra atitude seria a “indicação de um juiz do quadro nacional para apitar o jogo”⁶⁶⁷.

Apesar de relatar vários aspectos daquela problemática, na notícia foi frisada a atuação do juiz de Campo Grande, Paixão, como “estopim” para o alvoroço. Naquela data, no *Correio do Estado*, veicularam-se as manchetes: “Civilidade: o pedido do Operário ao torcedor” e “Proteção policial para o interventor”. Pedia-se para a “torcida campograndense [...] dar uma resposta de civilidade aos cuiabanos”, recebendo os mixtenses “com dignidade [...], visando o bem do [...] próprio futebol”. Esse seria o modo de manter “a imagem” dos “sulistas” como aqueles que “sempre” teriam preservado “pela cultura e pela moral no futebol”⁶⁶⁸. Não se adentrou nos detalhes sobre a brutalidade policial e se criou uma distinção entre campo-grandenses e cuiabanos, sem considerar as contingências e as especificidades das circunstâncias deflagradoras do conflito anterior.

No periódico campo-grandense essa diferenciação foi usada para adicionar mais elementos que poderiam ser qualitativos ao *Sul*, nas justificativas divisionistas. Em 17 de junho foi publicado um mapa, no qual se delimitava o futuro ente federativo (Anexo XI), acompanhado da manchete: “Um presente de campeão para a mais nova capital do Brasil”, cujo texto relatava algumas ações dos gestores do Operário CG. Dentre elas estava um jogo de azar próprio, o “Super Galo Milionário” e a construção de uma sede inédita na cidade, configurada em uma “Poli-Esportiva” com “piscina, quadras de tênis, basquete, playground [...] e salões de festas”. Ao final, vinha a frase chavão: “no que depender do Operário Futebol Clube, Campo Grande não vai ser só um novo Estado. Vai ser um novo estado de espírito”⁶⁶⁹.

No dia 27 daquele mês era estampado na capa do CE: “A superioridade do Sul no Campeonato”. Esta matéria destacava o desempenho em campo da agremiação, anteriormente citada, e do Comercial, também de CG⁶⁷⁰. Essas retóricas somavam-se àquelas que colocavam o *Sul* em protagonismo e em oposição ao *Norte*, recorrentemente publicados no CE. Porém, o último jogo do torneio ocorreu somente em 21 de agosto de 1977. Com o resultado, duas vagas seriam garantidas aos times para

⁶⁶⁷ *Ibidem*.

⁶⁶⁸ CADERNO de esportes. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7267, p. 10, 27 maio. 1977.

⁶⁶⁹ UM PRESENTE de campeão para a mais nova capital do Brasil. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7283, p. 03, 17 jun. 1977.

⁶⁷⁰ A SUPERIORIDADE do Sul no Campeonato. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7290, capa – p.12, 27 jun. 1977.

participarem da Copa Brasil daquele ano. Em relação aos pontos, Comercial havia obtido 07, mesmo cômputo do Operário CG, e o Bom Bosco 06⁶⁷¹.

Contudo, a decisão final dependeria dos recursos impetrados pelos clubes no TJD ou em última instância, no STJD (Superior Tribunal de Justiça Desportiva), dentre os quais se questionavam inclusive escalas indevidas de jogadores, cujos julgamentos ficaram conhecidos como “tapetão”. Para o periodista do CE, ironicamente, tratava-se de uma “nova modalidade” nominada de “Campeonato Jurídico Desportivo de Mato Grosso”. Todavia, este não contava com a presença da torcida que só poderia acompanhar pelo rádio, mas não deixava de emocionar, uma vez que “a reunião” era “agitada ao extremo, como a violência [...] nos campos de futebol, também cansativa como uma ‘pelada’”, entretanto, desprovida da oportunidade do “grito de ‘gooooool’”⁶⁷². Com ironia ou não, o Campeonato só foi decidido em 23 de setembro de 1977, quando o STJD definiu que Operário CG e Dom Bosco competiriam na Copa Brasil⁶⁷³.

Mais tarde, a apropriação daqueles conflitos, vinculando-os com as disputas pela secção do Estado, ocorreu em várias ocasiões. Paulo Coelho Machado, em entrevista ao *Executivo Plus*, no ano de 1984, afirmou que aquelas brigas das torcidas resultaram das *provocações* que ele e seus “companheiros” fizeram aos “cuiabanos”, após “a reativação da Liga Sul-mato-grossense”. Paulo asseverou que perante as incertezas sobre a efetivação do desmembramento de MT, por parte do governo federal, temia o fim do mandato de Geisel e que com isto “não” saísse “mais a divisão”. A “estratégia” usada pelo grupo, no intuito de “acelerar o processo”, foi “fazer um trabalho subterrâneo” e criar os “atritos”. Segundo Paulo, aquilo “pegou” porque “apedrejaram um time de futebol de Campo Grande que foi jogar” em Cuiabá, o “Operário”. Alegou ainda que “tudo [...] era publicado na Imprensa e” mandado por membros da Liga “para Geisel” arrazoando-se não ser “possível continuar” com aquela “situação, e isso funcionou”⁶⁷⁴.

Tal versão foi reiterada pelo entrevistador, naquela reportagem, ao escrever: “funcionou de tal forma que o presidente, ao invés de preparar uma lei, divulgou uma nota dizendo da sua intenção de dividir o Estado de Mato Grosso com a criação do ‘Estado de Campo Grande’”. Para o articulista, naquela mesma circunstância, Geisel teria determinado “que os estudos fossem aprontados o mais depressa possível pelo Ministério do Interior para que o Ato Complementar fosse enviado ao Congresso

⁶⁷¹ CADERNO de esportes. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7337, p. 10, 22 ago. 1977.

⁶⁷² CADERNO de esportes. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7345, p. 10, 02 set. 1977.

⁶⁷³ ESPORTES. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7615, p. 07, 23 set. 1977.

⁶⁷⁴ MACHADO, Paulo Coelho. Os bastidores da divisão II, *Executivo Plus*, maio 1984, p. 5-7.

Nacional”⁶⁷⁵. Esta conjunção dos fatos dando veracidade aos relatos de Paulo Coelho Machado, todavia, não correspondeu ao acontecido. A manifestação pública do Presidente, sobre a nova unidade federativa, ocorreu antes de 23 de março de 1977⁶⁷⁶ e a Liga foi reativada no dia 25 daquele mesmo mês⁶⁷⁷. Portanto, cronologicamente, não seria possível as investidas do grupo terem influenciado na decisão da cúpula governamental. Em termos políticos, a participação de civis nos assuntos da União restringia-se aos trabalhos burocráticos, porque aquela gestão estava sob o regime de exceção. Além disso, a partida de futebol, mencionada na entrevista, ocorreu somente em maio⁶⁷⁸.

Recentemente o referido apedrejamento, e sua conjunção à secção do Estado, também foi rememorado em algumas mídias. O jornalista douradense, Valfrido Silva, quando do lançamento de seu livro “Sonhos e pesadelos - Mato Grosso do Sul, 30 anos”, em 2007, ao tratar sobre a divisão, declarou: foi “um tiro que saiu pela culatra ou uma vingança cuiabana”. Isto assim se definiria porque, segundo ele, “nos meses que antecederam a decisão histórica do presidente Ernesto Geisel houve um acirramento nas relações entre campo-grandenses e cuiabanos, chegando-se ao cúmulo de carros com placas de Campo Grande serem apedrejados quando circulavam pelas ruas de Cuiabá”⁶⁷⁹.

Em reportagem de fevereiro de 2011, um site de notícias de Cuiabá afirmava: “Em 1977, quando foi assinada a Lei Complementar 31/77, carros com placas de Cuiabá foram apedrejados em Campo Grande”⁶⁸⁰. Verifica-se, portanto, que aquela conjuntura, pela força da mescla sígnica e dos encaminhamentos dados pela imprensa à época, permaneceu no imaginário jornalístico reforçando estereótipos criados no passado, posicionando-se os *nortistas* ou *sulistas*, como algozes ou vítimas, a depender do local de atuação do emissor da mensagem.

Em virtude disso, podem-se pensar os estádios/gramados como espaços populares de expressão de amor e ódio, sob os quais parte da elite criou estratégias para

⁶⁷⁵ *Ibidem* (grifo do original).

⁶⁷⁶ RANGEL Reis vem sábado e deve esclarecer divisão. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7213, p. 5, 23 mar. 1977.

⁶⁷⁷ CADERNO de esportes. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7252, p. 10, 10 maio. 1977

⁶⁷⁸ AMARILHA, Carlos Magno Mieres. *Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul*, p. 148.

⁶⁷⁹ VALFRIDO Silva lança livro na Capital. Disponível em: <https://www.douradosagora.com.br/noticias/entretenimento/valfrido-silva-lanca-livro-na-capital>.

⁶⁸⁰ AINDA os dois Mato Grosso. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/opiniao/ainda-os-2-mato-grosso-2/80357>.

fomentar seu poder econômico, seu capital simbólico e político. Houve a obtenção de vários benefícios com as manipulações e os direcionamentos dos afetos que ali se manifestavam. Alguns efeitos puderam ser observados posteriormente quando na atualidade aqueles acontecimentos futebolísticos ainda são engendrados à secção de Mato Grosso e utilizados para dar contornos duais e opostos àquele contexto.

Com o uso da propaganda, os desejos foram capitalizados para o futebol, em decorrência da mercantilização dos afetos sob os quais era incidida a força e a violência ditatorial. Ao se fazer uso do sentimento de pertencimento dos sujeitos, se modulavam identidades relacionadas aos times ou aos regionalismos, com traços da semântica militarizada dentro da linguagem da colonialidade. Uma forma de dominação escamoteada que se concretizava no ganho de capital financeiro e simbólico para militares, *donos* de times, patrocinadores, empresários e alguns poucos jogadores.

A torcida, nesse viés consumista, era um componente essencial para fazer a roda dessa economia específica girar e elevar o esporte ao patamar que alcançou. Em um país com imensa desigualdade socioeconômica, o futebol já moldava imaginários coletivos e passou a ser visto não somente como entretenimento, arte, ou espaço para construção de laços sociais e afetivos, mas também como uma possibilidade de mobilidade social. Esta não seria específica a algum jogador, maior símbolo da ascensão financeira, mas a todos aqueles envolvidos de alguma maneira com o mercado futebolístico, incluindo os apostadores com suas expectativas de ganho.

Em 1977, as rivalidades das torcidas foram utilizadas para dar contornos a um regionalismo emoldurado pelos interesses políticos e econômicos, tendo a divisão de Mato Grosso como temática. A estratégia que apareceu na gramática dos jornais foi de direcionamento dos sentimentos de apreciação e depreciação dos torcedores, não mais concentradamente nos times, mas sim nas regiões *Sul* e *Norte*. Todavia, esse método apresentou suas falhas, suas lacunas. Dentre elas acrescenta-se o que se pode observar no hino do Operário de Campo Grande, que mesmo após o desmembramento não sofreu alterações em relação às evocações a Mato Grosso; termo repetido duas vezes em sua estrofe (Anexo XII).

Assim, verificaram-se as nuances, as falhas, as incoerências e a falta de coesão nas retóricas publicadas nos jornais em 1977. Embora se pretendesse a dominação e o controle completos, bem como, a emolduração do mundo, havia os escapes e as dissonâncias não previstas e não contidas. Apesar disso, a evidência, a publicidade, a

amplitude e a tecitura dada pela imprensa mostrou uma eficácia histórica de determinada versão prevalecer e permanecer, em detrimento de muitas outras possíveis.

3.2 – Os jornais *O Estado de Mato Grosso* e o *Correio do Estado* – identificações e diferenciações

No bojo da celeuma divisionista, as adesões à dominação e os afastamentos e silenciamentos sobre a diversidade étnica em Mato Grosso ficaram nítidas no OEMT e no CE. Tal abordagem correspondia às políticas ditatoriais voltadas aos indígenas com propósitos de torná-los cidadãos brasileiros comuns, sem direitos específicos aos seus modos de ser e existir, cuja intenção era promover, em médio e longo prazo, “a emancipação coletiva de povos inteiros”. Este “projeto de integração nacional” iniciado em 1974 visava, sobretudo, rever “a posse sobre as terras tradicionalmente ocupadas” que poderiam não mais estar asseguradas “às coletividades a partir do ato emancipatório”. Inicialmente, “se falou em priorizar [...] indivíduos considerados mais preparados para exercer sua cidadania” e assim estender a ação aos grupos, independentemente de suas especificidades culturais⁶⁸¹.

É importante ressaltar que a legislação brasileira, historicamente, em todas as suas esferas tratava essa parcela da população de maneira discriminatória, julgando-a em muitas ocasiões como inferior e necessitada de assistencialismo, como um meio de manter o controle sobre ela. Somente com a Constituição Federal de 1988, “o Estado não pode mais utilizar da prerrogativa da tutela para controlar a vida particular dos indígenas, nem pode pressionar para que grupos e indivíduos abdicuem de garantias especiais para gozar da cidadania brasileira plena”⁶⁸². Até então, o respeito à dignidade das diversas etnias de manterem suas próprias normas, filosofias, saberes, culturas e territorialidades nas quais eram adotadas formas de uso comum da terra e empregadas tecnologias diferentes à do capital, cujos recursos naturais eram explorados pelo viés da cosmografia e da etnicidade ecológica, passava ao largo dos interesses daqueles que geriam a Nação⁶⁸³.

⁶⁸¹ MAURO, Victor Ferri. Participação de indígenas Terena na resistência à emancipação da tutela durante a ditadura militar, p. 73-85. Neste escrito são discutidas brevemente as regulamentações legislativas sob as quais os indígenas estavam submetidos.

⁶⁸² *Ibidem*.

⁶⁸³ FURLANETTO, Vera Lucia. Pensando a historiografia indígena a partir das perspectivas da etno-história; FURLANETTO, Vera Lucia; MOREIRA, Nathalia Claro. Territories and Territorialities: possible perspectives for thinking the Future of terrestrial life in Brazil. O arcabouço normativo atual prevê maior proteção, embora haja a inegável constância na luta para o cumprimento da Lei Maior.

Em 1977, os indígenas encontravam-se sob a tutela da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e submetidos a um Estatuto específico, Lei 6001/73, promulgado em pleno regime de exceção. Apesar das muitas restrições impostas pelo próprio órgão, muitas vezes, a essa população lhe era permitido o acesso a “direitos políticos, podendo votar e ser” eleita, de modo que a “proteção especial [...] na prática, não impedia os indígenas de exercerem a cidadania”, tanto que alguns ocupavam também cargos públicos. No entanto, “havia uma percepção dos governantes de que a assistência [...] gerava despesas excessivas e inviabilizava a exploração por particulares das riquezas contidas nas áreas” daquelas coletividades. Estava-se, portanto, levando em conta os custos dessa política para a União que a considerava apenas onerosa. “Nesse sentido, interessava retirar progressivamente investimentos públicos das comunidades e abolir o caráter inalienável de suas terras, promovendo a aceleração da incorporação destas à economia de mercado”⁶⁸⁴.

Para Rangel Reis, Ministro do Interior no governo de Geisel, a Fundação deveria “desenvolver nas áreas indígenas projetos especiais, de modo a garantir a autossuficiência das comunidades”. Esse era “um entendimento [...] de que a prioridade não deveria ser assegurar aos” indígenas “a recuperação da posse de seus territórios, mas desenvolver nas áreas em que ocupavam projetos econômicos nos moldes que se aplicavam às populações camponesas”, voltados para a monocultura. Postulava-se por uma emancipação “sem a intermediação do órgão tutor, aparecendo com frequência nesses discursos sempre algum Terena com projeção”⁶⁸⁵, como pôde ser observado nas páginas dos jornais mato-grossenses.

Em 13 de fevereiro daquele ano, a primeira reportagem acerca desses povos, em Mato Grosso, foi publicada no OEMT, republicada do CE. Noticiava-se “a chefia da 9ª Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio, em Campo Grande [...] a ser administrada” por “Joel de Oliveira – irmão do vereador Jair de Oliveira, de Aquidauana”, ambos pertencentes à etnia Terena. Frisava-se o letramento acadêmico de Joel que estaria “cursando o último ano de Ciências Econômicas na FUCMAT”, bem como o fato de possuir “vasto conhecimento dos problemas de seus irmãos indígenas”. Na sequência, se informava sobre o “ante-projeto [...] agrícola” que estaria sendo elaborado pela FUNAI para ser aplicado nas terras daquela comunidade, no município

⁶⁸⁴ MAURO, Victor Ferri. Participação de indígenas Terena na resistência à emancipação da tutela durante a ditadura militar, p. 73-85. Para maiores informações sobre o assunto, recomenda-se a leitura do artigo na íntegra.

⁶⁸⁵ *Ibidem*.

de Aquidauana, especificamente, “nos postos de Taunay e Ipegue”. A proposta era permitir “maior aproveitamento” das “reservas na produção [...] para garantir a sobrevivência” e a “comercialização do excedente” a partir do uso de “máquinas, suplementos e orientação” agrônoma. Ao final, a boa receptividade por parte dos “caciques Tibúrcio, Reginaldo e Isaac” a respeito da “implantação do Projeto de Desenvolvimento Comunitário” ganhou destaque⁶⁸⁶.

Esse assunto foi retomado com bastante ênfase no mês de março, porquanto, havia a previsão de uma visita de Rangel àquele município, em tal mês. Esse seria o início dos preparativos da recepção à Geisel, em Abril, para “os festejos da Semana dos Índios”⁶⁸⁷. No dia primeiro a manchete estampada na página 8 do OEMT era: “Terenas querem emancipação só em 1982”. No entanto, o texto não correspondia ao título, pois o que foi colocado como propositivo era na realidade um manifesto contrário daquela etnia aos assédios do governo federal quanto à integração daquela coletividade. Frente às insistências da cúpula presidencial, solicitava-se, por meio do vereador Jair de Oliveira, um prazo mínimo de “cinco anos [...] para que o grupo” estivesse “preparado para competir em condições de igualdade com a comunidade nacional”⁶⁸⁸. Esses sujeitos habilmente dialogavam com indivíduos não indígenas, ocupantes dos cargos de poder, e assim conseguiam transitar por ambientes privilegiados, conter certas investidas contra seu povo e manter seus princípios culturais.

Essa maneira polida de resistência dos Terenas era um dos motivos que levava a sociedade envolvente a acreditar que seriam eles os mais aptos “a terem os mesmos direitos e deveres dos demais cidadãos brasileiros”, ou seja, a serem desassistidos pelo Estado. Na publicação reiteravam-se os arrazoamentos do Ministro do Interior: “para ele a política indigenista do [...] governo” teria “falhado caso a FUNAI não” conseguisse “liberar a tutela até o final da administração de Geisel” de “pelo menos um grupo” de indígenas. Este serviria de modelo para a implantação daquele projeto às demais etnias. Como de praxe o redator utilizou de aspectos históricos ocidentalizados para justificar tais posicionamentos e argumentava: “estes índios tem um contato muito antigo com a

⁶⁸⁶ ÍNDIO vai chefiar delegacia da FUNAI em Campo Grande. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7594, capa, 13 fev. 1977. Para maior compreensão acerca do contexto ditatorial e as investidas sobre as populações indígenas, cujas estratégias para a emancipação incluíam colocar alguns daqueles sujeitos em cargos públicos, ler: MAURO, Victor Ferri. Participação de indígenas Terena na resistência à emancipação da tutela durante a ditadura militar.

⁶⁸⁷ Desde 1943 se comemorava oficialmente, em 19 de abril, o *dia do Índio*. Somente no ano de 2022 a denominação da data foi atualizada para *dia dos Povos Indígenas*.

⁶⁸⁸ TERENAS querem emancipação só em 1982. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7604, p. 08, 01 mar. 1977.

civilização e participaram inclusive da Guerra do Paraguai [...]. Ao contrário de outros [...], são respeitados nas regiões onde vivem”. Essas colocações rasas, a despeito de toda a historicidade daquela coletividade, ancoravam-se também no contingente populacional da etnia que estaria em torno de “5.000” pessoas “nas aldeias de Taunay, Limão Verde, Água Branca, Ipegue, Cachoeirinha, Lalima, Moreira e Passarinho”. Além disso, enfatizava-se que aquelas áreas estariam todas “voltadas para atividades agrícolas”, todavia, estariam adotando “um processo precário de comercialização de seus produtos”⁶⁸⁹.

Apontavam-se ainda aspectos de estrutura, organização e atividades que se assemelhavam ao “modelo adotado pela sociedade nacional” como “limpeza pública, limpeza geral, [...] movimento de máquinas da lavoura, das carretas de boi” e atuações nos setores da “Delegacia e Justiça”. Quanto à “preservação de costumes” destacava-se o uso da língua materna, entretanto, a alfabetização desta ocorria em concomitância ao português. A vivência desses indígenas nas urbes também era valorada⁶⁹⁰. Sob as premissas da colonialidade, os Terenas eram os mais visados pelo regime porque sabiam “negociar na vivência da alteridade elementos que” pautavam “sua experiência de pertencimento à nação brasileira”⁶⁹¹. A diplomacia dessa coletividade era conseqüentemente apreciada pelos não indígenas, mesmo estes não se aprofundando sobre as epistemologias e paradigmas, muito diferentes das suas e que possibilitavam tais atitudes.

No dia 16 subsequente, uma quarta-feira, anunciava-se: “Rangel e Ismarth visitarão Aquidauana, sábado”. A notícia reportada de Brasília veiculava que o Ministro, acompanhado do Presidente da FUNAI, iria “ao município de Aquidauana, em Mato Grosso, a fim de inspecionar os postos indígenas” mediante a visita de Geisel a Taunay e Ipegue, “no dia 22 de abril próximo”. Inferia-se que os indígenas locais estariam em um “estágio bastante avançado de contato com a população envolvente”, inclusive emprestando sua “mão de obra, algumas especializadas”, a ela. E continuava: “Embora continuem vivendo numa comunidade tribal, onde costumes e línguas não foram esquecidos”, estariam “os índios”, daquelas localidades, “desempenhando muito

⁶⁸⁹ *Ibidem*.

⁶⁹⁰ *Ibidem*.

⁶⁹¹ MAURO, Victor Ferri. Participação de indígenas Terena na resistência à emancipação da tutela durante a ditadura militar, p. 96.

bem seus papéis, dentro da sociedade dos brancos”, por apresentarem similaridades comportamentais a esta, segundo o periodista⁶⁹².

Este colocava uma ressalva inicial para justificar o porquê aquela etnia era bem quista por ele e seguia ressaltando o nível de escolaridade de alguns. Jair de Oliveira, “cacique”, era destacado no texto por sua conclusão do “nível médio” colegial e por sua atuação como “presidente da Câmara Municipal de Aquidauna”, em razão de ter sido eleito vereador por “méritos” próprios e pelo “reconhecimento da população ‘civilizada’”. Ou seja, a valorização dada aos Terenas pelo jornalista se fundamentava no fato daqueles conviverem “pacificamente” com “os brancos”⁶⁹³ e com eles aprenderem, sem causar-lhes incômodos ou estranhamentos. Tais arguições eram condizentes com a permanência de traços coloniais nessa gramática midiática, sem os devidos aprofundamentos necessários para se alcançar minimamente a dimensão sociopolítica da etnia.

A publicação foi requeitada no dia 23 daquele mês, nos dois jornais, cuja republicação do CE foi feita pelo OEMT. Neste, além dos elementos anteriormente mencionados, o projeto de mecanização da terra indígena foi enfatizada⁶⁹⁴. Já naquele havia um *plus*: o uso da visita de Rangel a Aquidauana e de Geisel, com passagem também por Campo Grande, para vincular a notícia à secção do Estado. O título era “Rangel Reis vem sábado e deve esclarecer divisão”. Asseverava-se que na ocasião “o Ministro” deveria “ser terrivelmente assediado não só pelos jornalistas como principalmente pelos líderes políticos, dentre eles alguns ex-governadores, para falar sobre a divisão territorial de Mato Grosso”. Essa inquietação era resultante do primeiro anúncio oficial, acerca do desmembramento, feito por aquela autoridade, no Rio Grande do Sul, uma semana antes⁶⁹⁵.

Reiterava-se: “em Campo Grande, os jornalistas e políticos esperam a visita ministerial com indisfarçável ansiedade, e ao contrário do que devem estar esperando Rangel e Ismarth, o índio deverá ser o que menos interessará”. Aqui não se deixaram dúvidas sobre o desprezo dessa parte da elite mato-grossense às questões indígenas e seus propósitos voltados intensamente para os assuntos separatistas. O redator frisava:

⁶⁹² RANGEL e Ismarth visitarão Aquidauana, sábado. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7617, capa, 16 mar. 1977.

⁶⁹³ *Ibidem*.

⁶⁹⁴ RANGEL estará sábado em Mato Grosso. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7623, capa, 23 mar. 1977.

⁶⁹⁵ RANGEL Reis vem sábado e deve esclarecer divisão. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7213, p. 05, 23 mar. 1977.

caso “o ministro, de imediato”, desse “o assunto por encerrado, limitando-se a falar da possível e futura emancipação dos índios terenas e da visita do presidente Geisel a Mato Grosso, a 28 de abril”, o exacerbamento midiático seria mitigado. Sequencialmente, eram dados detalhes sobre a viagem dos dois agentes, com a hora prevista da chegada e a finalidade do encontro que visava “explicar aos caciques *aculturados* o que” significaria “emancipação”. Na percepção do periodista “ninguém, entre os indígenas” teriam *condições* de alcançar “a profundidade das palavras”⁶⁹⁶. Desse modo, mostrava-se a depreciação aos povos originários e a inabilidade, o descaso, e o menosprezo dos redatores no manejo da diversidade étnica e da alteridade com os outros. Não havia a preocupação ou o interesse de se debater essas questões. Pois, o silenciamento de determinados sujeitos é uma forma de domínio e controle a ser exercido sobre eles.

Seguia-se explanando as prospecções da FUNAI na implantação do projeto agrícola, apontando algumas falhas e ineficácia do órgão, e finalizava retomando o assunto do desmembramento. Faziam-se projeções acerca do encontro de Garcia Neto com aquelas autoridades federais e sua possível solicitação de “confirmação de viva voz do ministro” objetivando “obter esclarecimentos sobre a irreversível divisão territorial de Mato Grosso, em duas unidades distintas”. As expectativas transbordavam pela escrita, ao ponto de dar-se por certa uma confirmação do governador, de tratar diretamente com o presidente Geisel, em 05 de abril, a respeito da separação. Afiançava-se que seriam solicitadas “informações completas e até mesmo orientação de como” o chefe do executivo estadual deveria “proceder para adiantar os trabalhos que” permitiriam “a cisão [...] com menores dificuldades”⁶⁹⁷. Percebe-se que os percalços que envolviam a questão, nesse momento, não foram refutados.

A temática relacionada aos Terenas permaneceu em pauta, recorrentemente, no OEMT (muitas vezes com republicações do CE) até os últimos dias do mês de março e retornou em data próxima à visita de Geisel⁶⁹⁸. Todavia, no primeiro noticioso não se fazia alusões ao desmembramento como ocorria no segundo; elas eram suprimidas mesmo quando se compartilhavam as matérias. Já no CE esses assuntos eram

⁶⁹⁶ *Ibidem* (grifo meu).

⁶⁹⁷ *Ibidem*.

⁶⁹⁸ RANGEL Reis é a favor da emancipação. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7625, capa, 25 mar. 1977; RANGEL Reis hoje em Aquidauana: Índios. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7626, capa, 26 mar. 1977; ÍNDIOS: Rangel explica. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7627, capa, 27 mar. 1977; ÍNDIOS a Rangel: Integração gradativa. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7627, p. 03, 27 mar. 1977 (Esta notícia constou como republicada do CE, porém neste jornal a veiculação só ocorreu no dia seguinte com outro título e texto repetido do OEMT: A VISITA de Rangel Reis aos PIs de Aquidauana. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7217, p. 07, 28 mar. 1977)

mesclados. Na edição correspondente aos dias 26 e 27, uma reportagem trazia o título recortado em dois, com formatos diferentes para dar maior ênfase à chamada. No cabeçalho a frase “Garcia e Rangel, falam de divisão” era escrita menor e em negrito, seguida de: “Hoje, em Aquidauana, um encontro que pode passar à história”, com letras maiores para dar destaque a elas. Embora a grafia utilizada apresentasse como indubitável a conversa entre os dois agentes, ao se colocar o verbo no presente, aquele evento não havia ocorrido ainda⁶⁹⁹.

Logo, observam-se as contradições entre manchete e texto, recorrentemente, publicadas pelos dois periódicos. O parágrafo iniciava assim: “Quando o governador Garcia Neto se encontrar hoje pela manhã com o ministro [...] poderá estar nascendo um dos primeiros grandes fatos históricos do futuro Mato Grosso do Sul”. Dava-se por inequívoco que Rangel, em sua ida aos Postos Indígenas, receberia Garcia Neto “para lhe oferecer explicações detalhadas sobre o plano do governo federal de dividir [...] Mato Grosso em duas unidades, Norte e Sul, com capitais em Campo Grande e Cuiabá, respectivamente”. As prospecções para o porvir continuavam: “ficou acertado que em Aquidauana, hoje, os dois fariam muito” sobre o desmembramento. E as evocações ao passado começaram a ser feitas ao se afirmar que a secção era “um sonho acalentado pelos sulistas desde 1896, quando o capitão João Caetano Teixeira Muzzi” teria se posicionado “contra a chefia política do coronel João Ferreira Mascarenhas e à frente de uma guarda de fronteira” iniciaria o comando do “partido autonomista, que pregava a separação do Sul e a independência em relação a Cuiabá”⁷⁰⁰.

As incertezas e especulações também se sobressaíam ao se assumir a falta de informações, uma vez que não se sabia como seria “o encontro e quem além” dos dois poderia “participar”. Sugeria-se que “o ex-governador José Fragelli” poderia juntar-se a eles. Presumia-se “que o encontro” seria “realizado na cidade, mas” poderia “ocorrer no interior de um carro, durante o percurso de ida e volta” à “aldeia”. Alegava-se estarem “as atenções de todo o” Estado, “Sul e Norte [...], voltadas para Aquidauana, uma simpática cidade”, pois esta, “segundo alguns divisionistas mais entusiasmados” deveria “até mesmo erguer um monumento no local” que contaria, conforme o redator, “com uma frase bastante significativa: Aqui, os sulistas ficaram sabendo que após 80 anos de batalha, venceram a guerra”. Percebe-se no texto o uso dos três regimes de tempo, as

⁶⁹⁹ GARCIA e Rangel, falam de divisão hoje, em Aquidauana, um encontro que pode passar à história. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7216, p. 03, 26-27 mar. 1977.

⁷⁰⁰ *Ibidem*.

evocações a personagens renomados, localidades e cronologias mais distantes possíveis. Estas eram carregadas de alguma plausibilidade, para se tentar emoldurar, monumentalizar, registrar na memória e colaborar com o que seria entendido como o início de uma história pós-divisão de MT, a ser forjada, sobre o novo ente federativo. E seguiam-se na matéria com detalhes sobre a viagem, o desembarque de Rangel, os compromissos a serem cumpridos em relação aos Terenas e o retorno a Brasília, repetindo os tons supremacistas anteriormente citados⁷⁰¹.

Ao final, retomava o assunto do desmembramento aludindo a Vicente Vuolo e suas supostas manifestações feitas na “Câmara Municipal” de Cuiabá “aos vereadores”. O deputado teria dito ser “a divisão [...] irreversível” e alertado “os edis para começarem a tomar uma posição mais definida, para garantir o futuro Mato Grosso do Norte um território produtivo, para que ‘os nortistas’ não” fossem “prejudicados” e não perdessem “o melhor do que” existia “em termos de terras”. O periodista complementava que “o parlamentar” era “o maior opositor” à secção “depois do governador Garcia Neto” e “reconhecia que se a divisão” fosse efetivada “como tudo” indicava “na altura do Paralelo 16, o Norte” seria “um Estado pobre”, porque os municípios de “Rondonópolis, Poconé, Cáceres e outros [...] produtivos” não ficariam naquela circunscrição⁷⁰².

Vuolo ainda teria recomendado “a união de forças para assegurar uma ‘divisão justa’ e capaz de permitir [...] progresso” para o “Norte”, alertando para a necessidade de “uma luta sem quartel, para que o governo federal” proporcionasse “infraestrutura adequada” àquela porção. Veiculava-se também o estranhamento do deputado quanto ao término “do processo” separatista “sem que houvesse consultas aos nortistas, apenas, aos sulistas, maiores interessados” no desmembramento. Porquanto, ele participava da Comissão de Redivisão Territorial, no governo Geisel, e possivelmente as declarações feitas pela cúpula presidencial prescindiram de pareceres burocráticos que a envolveriam. Traziam-se ainda algumas argumentações do “vereador Benedito Alves Ferraz, presidente” daquela “Câmara”. Ferraz “gostaria de ver explicados os lados positivos” da secção, uma vez que assegurava conhecer “perfeitamente os [...] negativos” e não teria encontrado “qualquer justificativa plausível” para a concretização⁷⁰³.

⁷⁰¹ *Ibidem.*

⁷⁰² *Ibidem.*

⁷⁰³ *Ibidem.*

Por conta da omissão do “governo” frente a isso, para o vereador sobriariam “indignações” e “temores”. Ademais, “o presidente da Câmara” teria lembrado “que a despesa de Mato Grosso com o funcionalismo” era “de 43%; com a divisão”, passaria “a ser 86% da receita”, significando “que as duas unidades novas não” teriam “condições de existir como Estados independentes”. A essas ilações o periodista as qualificou como advindas de um “raciocínio totalmente incompreensível [...] fora do alcance” da lógica, desmerecedora de comentários⁷⁰⁴. Essa reação se dava porque no CE evitava-se veicular qualquer juízo de valor negativo ao desmembramento, advindo de seu expediente.

Contudo, aquele panorama, vislumbrado jornalisticamente, acerca da obtenção de informações por meio do Ministro a respeito da implantação do futuro ente federativo, não se realizou. No dia 28, ao se noticiar sobre a visita de Rangel, publicava-se sua disponibilidade ao “diálogo franco e aberto”, desde que não se falasse em divisão de Mato Grosso, ‘cujos estudos’” estariam “sendo feitos”, frustrando dessa maneira as expectativas. Essa asseveração constava na mesma página na qual se tratavam as questões indígenas sob a manchete: “Terenas recusam a emancipação e pedem mais ajuda ao governo”. Mais alguns títulos destacavam as reivindicações daquela população e as respostas do governo como: “A emancipação será gradativa e o índio vai pagar por tudo”⁷⁰⁵.

Nelas se relatava as condições impostas pela coletividade para que a depender dos subsídios a serem recebidos pudesse pensar em uma “integração gradativa à comunidade nacional, mas não a emancipação” anunciada pela União. Reivindicavam, sobretudo, a permanência da tutela da FUNAI, pois temiam ser “prejudicados”. Frente às solicitações o Ministro teria manifestado explicitamente que nada seria doado aos indígenas, todavia, seriam providenciados financiamentos a serem pagos “em prazos bastante longos” e com “juros [...] mais baixos”⁷⁰⁶, ficando a critério deles a aquisição. Em decorrência disso, nota-se a infundada perspectiva de despesas tutelares do órgão e do governo, cujos investimentos não deixavam de ser cobrados de um povo em vulnerabilidade.

O tema voltou ao debate midiático no mês de abril, em período próximo a chegada de Geisel ao Estado. Na capa do OEMT, do dia 19 (seis dias após a outorga do

⁷⁰⁴ *Ibidem*.

⁷⁰⁵ A VISITA de Rangel aos PIs de Aquidauana. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7217, p. 07, 28 mar. 1977.

⁷⁰⁶ *Ibidem*.

Pacote de Abril pelo presidente com o uso do AI-5), relatava-se sobre as providências tomadas para receber o chefe da nação. A reportagem, republicada do CE, comunicava a chegada, naquele dia, do “batalhão precursor [...] em avião especial” a “Campo Grande” para preparar “a visita de Geisel” às aldeias. A prefeitura teria ficado incumbida de “ceder dez veículos - dos mais variados tipos – para” serem “usados, com os respectivos motoristas, pelos elementos da segurança e do cerimonial da Presidência da República”. Ernesto Geisel desembarcaria no “Aeroporto Militar da Base Aérea” daquele município, no dia 28, trocaria de aeronave e seguiria “diretamente para Taunay, onde” fora “construída uma pista de pouso especial”, avaliada em “seis milhões de cruzeiros [...], ao governo estadual”⁷⁰⁷. Desse modo, entende-se a real onerosidade, cujo dinheiro público era utilizado para saldá-la; e verifica-se também a convivência, subserviência e conciliação da elite com os termos ditatoriais, liberais e capitalistas. Curiosamente, aquela reportagem só foi veiculada no CE no dia seguinte⁷⁰⁸, verificando-se assim, que o compartilhamento de notícias entre os dois jornais, eventualmente, assumia a ordem inversa de editoração.

Em 19 de abril a preocupação maior nesse periódico foi discutir assuntos relacionados ao separatismo e da mesma forma se procedeu na data em que Geisel se encontrava em Campo Grande. Na página dois, da edição do dia 28, era anunciado que “Garcia Neto” não falaria “de maneira alguma [...] sobre a divisão territorial de Mato Grosso com o presidente [...] uma vez que” existia “uma audiência marcada” com ele “para o próximo [...] 3 de maio [...] na Capital Federal. Na ocasião, seriam apresentados “ao chefe da Nação os subsídios” colhidos pelo governador para embasarem a secção, reiterando, sobretudo, que “não saberia dizer se” aquilo “influenciaria ou não” nos posicionamentos presidenciais⁷⁰⁹.

Quanto aos indígenas anfitriões de Geisel, Garcia Neto os qualificou como “os maiores donos de nossa Pátria”. Analisando-se as condições precárias e discriminatórias a que eram submetidos, pelo governo federal e pela elite, infere-se que aquela afirmação foi bastante demagoga. Na mesma página, enunciava-se: “Índios de Dourados poderão ter fazenda-modelo”. Essa era uma sugestão dada pelo “secretário de agricultura do município douradense [...] ao general Ismarth de Araújo, presidente” da

⁷⁰⁷ VISITA de Geisel: Providências já foram iniciadas. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7644, capa, 19 abr. 1977.

⁷⁰⁸ PREPARATIVOS para a visita de Geisel. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7236, p. 05, 20 abr. 1977.

⁷⁰⁹ GARCIA não falará de divisão com o presidente Geisel. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7242, p. 02, 28 abr. 1977.

FUNAI, para que, por meio de um convênio entre os dois órgãos, tal projeto fosse implantado nas terras da reserva indígena daquela localidade⁷¹⁰.

Percebe-se o descaso no tratamento às diversas culturas e suas complexidades, desconsiderando suas pluralidades próprias e desvalorizando as linguagens não ocidentalizadas e não enquadradas no capitalismo e no liberalismo. Aqueles pensamentos políticos e jornalísticos se mostraram profundamente precários e causadores de distorções, ao elaborarem um entendimento unificado sobre os saberes que regiam outros povos. Perdia-se, assim, a oportunidade de superar restrições epistêmicas, alterar concepções de valores, pluralizar a visão de mundo, compreender e aprender sobre organizações sociológicas e cosmológicas múltiplas, dentro das permanências e das transformações, com vários grupos étnicos⁷¹¹.

Obviamente, esses não eram os propósitos da elite mato-grossense conforme se observou nas demais veiculações daquele dia. No OEMT, repetiam-se partes daquela reportagem do CE e a única frase sobre a secção foi: “o governador José Garcia Neto [...] adiantou que não falará sobre a divisão”⁷¹². Já no *Correio do Estado*, o mote separatista foi amplamente explorado. Na capa daquela edição constava no cabeçalho a frase: “Bem vindo a Mato Grosso do Sul, presidente Geisel”. Logo abaixo tomando meia página vinha uma foto de perfil do presidente, após descer de uma aeronave, com a mão levantada em cumprimento a quem estivesse a sua frente, e posicionado um pouco antes dele, de costas para o observador, havia um soldado em posição de continência⁷¹³.

Letras miúdas legendavam a imagem, repetindo a nomeação acima, com mais informações sobre a estadia (Anexo XIII). Na sequência, uma afirmativa: “Mato Grosso do Sul, um Estado viável”, e seguia-se a composição, com mais duas fotos e outra manchete. Essa foi a maneira que os editores encontraram de enviar recados indiretos a Geisel e burlar de alguma forma as interdições feitas pelo regime, uma vez que o chefe da União não estava aberto a tratar do assunto com civis ou militares não ligados diretamente à cúpula presidencial, inclusive naquela circunstância. Ademais, se tentava

⁷¹⁰ ÍNDIOS de Dourados poderão ter fazenda-modelo. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7242, p. 02, 28 abr. 1977.

⁷¹¹ FURLANETTO, Vera Lucia. Pensando a historiografia indígena a partir das perspectivas da etno-história.

⁷¹² GEISEL visita novamente Mato Grosso: Índios. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7651, capa, 28 abr. 1977.

⁷¹³ BEM vindo a Mato Grosso do Sul, presidente Geisel. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7242, capa, 28 abr. 1977.

demonstrar, a qualquer um que tivesse acesso àquela edição, o quanto a implantação da nova entidade federativa seria exequível, pois, até uma denominação ela teria⁷¹⁴.

Na página cinco, havia a manifestação de um deputado do MDB, Henrique Pires de Freitas, ressaltando a importância de Dourados na economia regional e criticando os objetivos do “movimento divisionista” de querer “apenas, a elevação de Campo Grande à condição de Capital”. Essa nota foi usada para salientar que “a divisão territorial sempre foi pregada pelos campo-grandenses por motivos mais do que sentimentalistas”, e isso se diferenciaria da atual situação porque “a divisão” que se faria era um “imperativo de segurança nacional”. Essa retórica ajustava os interesses separatistas às justificativas ditatoriais⁷¹⁵ e colocava a elite local como espectadora das ações militares naquele momento. E para complementar tais perspectivas, nas folhas sete e oito foram publicados os textos longos de Antônio Lopes Lins sobre as potencialidades do que seria a porção *Sul*, para reforçar um viés positivo sobre a possibilidade de se criar um novo Estado⁷¹⁶.

No dia seguinte, no OEMT, a capa foi inteiramente dedicada ao governo federal, principalmente, ao chefe da nação e sua visita a Campo Grande e Aquidauana com a ida às aldeias indígenas, Terena⁷¹⁷. Na manchete, em destaque se anunciava: “Divisão: Garcia Neto entrega subsídios a Geisel”. Era trazida uma foto deste, em close. Abaixo, após as demais notícias havia duas fotografias dos Terenas em dança, com a legenda: “Os índios de Aquidauana receberam festivamente o presidente Ernesto Geisel”. Nessa edição do jornal, também foi feita a mescla signífica entre as ações presidenciais, as questões indígenas, a seção territorial e a aceitação popular à ditadura e a seus representantes. A diferença entre o OEMT e CE estava na tônica utilizada em cada periódico, com intenções nítidas de selecionar assuntos mais agradáveis a cada público eleitor quando o tema era o desmembramento; uma distinção feita sob os critérios definidos pelos próprios agentes gestores daquelas duas empresas⁷¹⁸.

⁷¹⁴ *Ibidem*.

⁷¹⁵ DEPUTADO reclama de Campo Grande. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7242, p. 05, 28 abr. 1977.

⁷¹⁶ MATO Grosso do Sul, um Estado viável. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7242, p. 07-08, 28 abr. 1977.

⁷¹⁷ DIVISÃO: Garcia Neto entrega subsídios a Geisel. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7652, capa, 29 abr. 1977. Seguiam-se os títulos: GEISEL regressou às 14 horas (republicada do CE); GEISEL esteve em C. Grande e Aquidauana; ERNESTO Geisel: Inauguração em Taunay; SALÁRIO-mínimo sobe 44,22% em M. Grosso; RECEPÇÃO popular.

⁷¹⁸ EDITORIAL: um lado positivo. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7652, p. 06, 29 abr. 1977.

Geralmente, dentro do universo de matérias, de cada edição, algumas diziam respeito exclusivamente aos locais sedes de cada veículo, enfatizando-os. Isso ocorreu na página seis do OEMT, daquele dia. No “Editorial” trazia-se “um lado positivo” da divisão, caso viesse ou não a se efetivar: “A região Norte” teria passado “a raciocinar em termos de um desenvolvimento agressivo”, ao que o redator descreveu como sendo “o progresso” a chegar àquela “parte do território matogrossense”, alcançando dessa forma os objetivos da ditadura. O *fetice* a esse viés da modernidade, sempre a porvir, e ao desenvolvimentismo a ser alcançado, era constante naquelas duas mídias. Afiançava-se: “As mais legítimas lideranças da região, em todos os campos de atividades, passaram a apresentar uma série de reivindicações, das mais justas e inadiáveis”.

Esse fator demonstraria um *despertar* “para uma realidade: Mato Grosso” estaria “fazendo muito pelo desenvolvimento socioeconômico do país e muito mais” poderia “fazer se” fossem “instaladas as obras de infraestrutura” das quais se *necessitava*. Essa *nova conjuntura* seria o resultado de “uma conscientização geral” dos que *amavam* MT e estariam “empenhados em contribuir para a construção do grande futuro que” estaria “reservado” ao Estado. Convocava-se “todos” a “lutar” e naquele “momento histórico [...] assumir o compromisso” de “encaminhar ao presidente [...] uma relação de obras de infraestrutura” de maneira a “garantir uma participação [...] cada vez maior no futuro do Brasil”⁷¹⁹. O meio comunicacional mais direto com o executivo nacional, utilizado com frequência naquele período e publicizado nos jornais era o telegrama, contudo, não se comentava se eles de fato chegavam à cúpula da União, portanto, não há como mensurar sua eficácia. Além disso, havia um custo para o envio de poucas palavras, configuradas em recados curtos e objetivos. O outro modo de contato, no ínterim do regime de exceção, se dava via políticos seguindo-se trâmites bastante burocráticos e cheios de ritos oficiais e formais.

Consequentemente, a amenização veiculada no CE naquele dia, 29 de abril, afirmando-se que a “visita de Geisel a Campo Grande” foi marcada por “nenhuma audiência, nenhum atraso, *tudo informal*, nada sobre divisão”, não correspondia à formalidade e aos ritos próprios mantidos no estado de exceção e descritos em toda a publicação⁷²⁰. Pontualidade, brevidade, distanciamento, objetividade nos assuntos, permissões para se dirigir ou não ao presidente e aos demais membros do executivo

⁷¹⁹ *Ibidem*.

⁷²⁰ A VISITA de Geisel a Campo Grande. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7243, p. 05, 29 abr. 1977 (grifo meu). Demais títulos da página: GEISEL mostra preocupação com a aftosa no Brasil; DIVISÃO, um assunto que não iria agradar.

federal, bem como, os assuntos aceitos ou não nos possíveis diálogos, faziam parte da organização ditatorial, sob o significante da *disciplina*. Por conseguinte, a produção de contornos retóricos divulgados na imprensa era também um modo de desviar da censura imposta. Essa estratégia era cotidianamente utilizada, e um exemplo se deu na página dois, com o título: “Divisão é tema difícil para muitos”. Nesse artigo se promoveu mais uma vez a distinção entre *nortistas* e *sulistas* e se defendeu motivos favoráveis ao desmembramento, os amparando historicamente⁷²¹. Nessa edição, os Terenas, personagens centrais e causa da presença de Geisel em Mato Grosso, foram mencionados superficialmente.

Essas percepções depreciativas aos indígenas ganhavam maior seriedade nos escritos jornalísticos de Antonio Lopes Lins. Investido da legitimidade e autoridade científica, alcançadas pelo seu lugar universitário de professor e membro do IHGMT que lhe outorgavam um *saber especializado*, escreveu sobre os povos originários. Os tinha como um obstáculo a ser enfrentado desde os bandeirantes. Lins era um entusiasta da modernização, do capitalismo, do colonialismo e da incorporação dos indígenas à nacionalidade. Em “Crônicas do tempo - Do nascimento de Mato Grosso a epopeia de Cuiabá”, publicada no OEMT, em 17 de abril daquele ano, eram narrados os *grandes feitos* dos homens das armas, invasores portugueses, espanhóis e bandeirantes, em uma cronologia que se estendia de 1524 a 1726⁷²². Já em “Crônicas do tempo - O povoamento e o fluxo demográfico de Mato Grosso”, veiculada no CE, em 28 de julho, era dada continuidade àquela *história*. Eram relatadas as reduções em suas finalidades de “catequizar os índios” e a tomada de posse “de terras para o Rei Da Espanha pelos Jesuítas espanhóis”⁷²³.

Eram descritas “as florestas e campos intermináveis, ricos, desconhecidos e perigosos”, considerados como um “grande vazio demográfico” configurando-se no Estado de “Mato Grosso”. Para Lins os indígenas habitantes dessa territorialidade não contavam como população, com exceção dos catequizados. Para ele, teriam sido os bandeirantes “os primeiros a pisar nossas terras”, caracterizados como fortes, aventureiros, audaciosos e disciplinados “que se lançavam à fortuna, na busca do ouro e de pedras preciosas”. Essas atividades foram qualificadas como superiores à preação;

⁷²¹ DIVISÃO é tema difícil para muitos. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7243, p. 02, 29 abr.

⁷²² CRÔNICAS do tempo - Do nascimento de Mato Grosso a epopeia de Cuiabá. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7643, p. 06, 17 abr. 1977.

⁷²³ CRÔNICAS do tempo - O povoamento e o fluxo demográfico de Mato Grosso. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7316, p. 06, 28 jul. 1977.

afinal Raposo Tavares “teria vindo aqui, com centenas de homens, apenas prear índios?”. Aquelas ações violentas e genocidas eram banalizadas e, ao mesmo tempo, valoradas pelo articulista⁷²⁴.

A ênfase ao bandeirante Tavares ficou mais notória ao se relatar os feitos dele de explorar “o planalto e a Serra de Maracaju”, bater “os guaicurus”, destruir “uma catequese em Miranda”, incendiar “Santiago de Xerez”, aprisionar os “indígenas ali” encontrados, dar “‘sumiço’ aos Jesuítas” e assim riscar “todos os traços da passagem dos espanhóis em terras do atual oeste brasileiro”. O professor ressaltou o pensamento vigente, de alguns, de que Raposo, “sem correr o risco de uma guerra [...] cumpriu uma missão secreta: a de eliminar os traços do domínio espanhol para permitir a entrada e colonização portuguesa”. Afirmava-se ainda que a motivação de Raposo Tavares seria “um dos mais fascinantes mistérios de nossa colonização”. A exaltação à crueldade, à escravização e ao extermínio, modulada como heroísmo não parava por aí, eram mencionadas também “as enormes facilidades de sobrevivência, por aqueles que fundaram Cuiabá e Vila Bela”⁷²⁵.

Tais benesses teriam sido “proporcionadas pela pesca e a caça” que de algum modo teria influenciado “no povoamento”. Reforçava-se que “a mola mestra” da colonização daquela região “era a facilidade na obtenção de grandes extensões de terras muito boas, gratuitamente - um patrimônio inestimável para os seus descendentes”⁷²⁶. Ao final, Lins produzia confissões acerca dos saques, dos roubos e dos homicídios que beneficiaram várias gerações de latifundiários com os quais ele convivia. Sua escrita, revelou o menosprezo ao outro, ao indígena, uma vez que a preação ou os assassinatos decorrentes dela não eram problematizados. Ao contrário, enfatizava-se a atuação dos bandeirantes em detrimento da existência, da escravização e do extermínio de vários povos originários, justificando-a como fundamental para o avanço do *processo civilizatório*.

A estereotipia atribuída aos indígenas não ficou restrita ao que se colocava como *fatos históricos* e atravessava outras esferas como a do entretenimento. No OEMT, na sessão “Variedades”, aquela população foi retratada com um visual norte americano, no campo destinado às tirinhas. A reprodução do indígena distante e mítico figurava como uma anedota sob o título “No vale do Apache”, geralmente disponibilizado na página 04

⁷²⁴ *Ibidem*.

⁷²⁵ *Ibidem*.

⁷²⁶ *Ibidem*.

ou 05. Tratava-se de dois quadrinhos que traziam as aventuras do personagem “Águia Branca” com narrativas de indígenas estadunidenses, bastante divulgados à época⁷²⁷.

Consequentemente, as etnias locais e nacionais eram ofuscadas, e suas existências remetidas ao pitoresco, ao exótico e ao afastamento da convivência social. Isso era o resultado de um pensamento supremacista de considerar que Mato Grosso se encontraria entre as “as áreas ditas ‘vazias’”, compostas por faixas de terra, ainda não totalmente sob o controle do Estado brasileiro. Entretanto, essas localidades eram geralmente habitadas por indígenas. Os povos originários que não fossem compreendidos sob o jugo da cultura da colonialidade eram, portanto, inclusive em 1977, entendidos pela elite, como selvagens, bárbaros, incivilizados; sujeitos que precisariam ser *dominados* e *ocidentalizados* aos moldes do que fora feito nos EUA ou sob os princípios europeus⁷²⁸, para depois serem *integrados* ou *emancipados*.

Nessa conjuntura etnocida e racista, as populações afrodiáspóricas, seus descendentes e suas territorialidades não eram mencionados. Quando acontecia alguma referência, esta era feita a negros de outros continentes. Nem mesmo naturalidades, que pudessem remeter às suas permanências em território brasileiro, eram citadas com frequência na imprensa. As origens, bahiana de Eduardo Olímpio Machado⁷²⁹, sergipana de Garcia Neto⁷³⁰ e cearense de Antonio Lopes Lins⁷³¹, raramente eram lembradas na mídia, ao contrário do que ocorria com uma branquitude⁷³² simbolizada nas evocações aos sulistas, mineiros e paulistas. Essa era uma maneira de se tentar promover algum apagamento a uma das piores feridas do país, a escravização de pessoas por mais de três séculos, e de todas as consequências decorrentes dela⁷³³. Esse método, todavia, continha suas falhas, porque os traços da linguagem colonial estavam presentes e se manifestavam também nos silenciamentos propositais como esse, não atingindo integralmente seus intentos. Infere-se, contudo, que toda a diversidade étnica

⁷²⁷ NO VALE do Apache. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7559, p. 04, 04 jan. 1977. Somente em meados de julho aqueles desenhos foram substituídos pelos de Maurício de Sousa e foi aumentado o espaço destinado a eles: CEBOLINHA – Bidu. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7687, p. 05, 12 jun. 1977.

⁷²⁸ GALETTI, Lyli da Silva Guedes. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*, p. 31-33.

⁷²⁹ LINS, Antonio Lopes. *Eduardo Olímpio Machado: o homem, o meio, seu tempo*.

⁷³⁰ GARCIA NETO, José. *Mato Grosso: Estado Solução*. Cuiabá: Entrelinhas, 2014.

⁷³¹ ANTÔNIO LOPES LINS – biografia. Disponível em: <https://portalmatogrosso.com.br/lins-antonio-lobes-5/>.

⁷³² BENTO, Cida. *Pacto da branquitude*.

⁷³³ LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*.

mato-grossense, especialmente durante os debates separatistas, foi em grande medida, restringida às tipificações *sulistas* ou *nortistas*, nas páginas jornalísticas.

Naquele ano, essa semântica permeava também as políticas públicas e seus agentes estatais as reproduziam em vários recintos privilegiados. As discursividades exercitadas nas academias de letras, nos institutos históricos e geográficos; e difundidas pela mídia, tinham como pilar essas mesmas instituições que as autorizavam e legitimavam, de modo que a partir delas se poderia angariar capital simbólico. Assim a exaltação cotidiana à modernidade, ao progresso, ao desenvolvimentismo e a uma homogeneização identitária dualista ganhavam força, e as mazelas cotidianas provocadas por esses imperativos não eram a eles relacionadas. Essa pedagogização ambivalente entre identificações e diferenciações objetivava estabelecer princípios sociais relevantes para a elite. Logo, mirava-se nas benesses a serem obtidas com os recursos financeiros públicos para alguns particulares, já endinheirados, enquanto a maioria da população não tinha acesso a melhores estruturas de produção ou trabalho. Nesse mote, a exploração da Amazônia, a implantação de uma Ferrovia que percorresse Cuiabá e o melhoramento de infraestrutura para a Capital fazia parte das reivindicações mais recorrentes no OEMT naquele ano.

Com o avanço nas discussões acerca do desmembramento territorial de Mato Grosso, nesse periódico, se produzia uma aproximação ao extremo Norte Amazônico do Estado. Seria pela incursão e domínio deste que as promessas capitalistas se realizariam, porém, os custos e as consequências com tal empreitada, principalmente para os habitantes daquela área, não eram problematizados. O “estímulo” a tal intento era promovido pelo “governo federal” que em “1970 [...] criou o Programa de Integração Nacional” por meio do “Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho”. Dentre as finalidades estava a “construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém”. Com isso, se atingiria outro escopo, a “colonização e reforma agrária” em uma “faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa [...], se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica”⁷³⁴. Como abordado anteriormente, a especulação fundiária estava na agenda da elite mato-grossense e reverberava nos jornais.

Em 13 de janeiro de 1977, lauréis eram escritos a favor da “Rodovia Cuiabá-Santarém”, inaugurada em 1976, “pelo presidente Ernesto Geisel”. Dizia-se já estar

⁷³⁴ JOANONI NETO, Vitale. Amazônia na década de 1970. A fronteira sob o olhar do migrante, p. 188.

“demonstrando a sua importância no processo de desenvolvimento econômico e social de grande parte da Amazônia Legal”. Como de praxe, traziam-se elementos históricos para reforçar o prestígio do projeto. Remeteu-se ao ano de 1884, como sendo a gênese da expectativa por uma via de escoamento da “produção do Centro-Oeste” e de “penetração” de produtos necessários à “região” como “adubo, sal, veículos, máquinas e outros equipamentos”. Relatava-se a utilidade “no processo de ocupação”, pois, “ao longo de seu percurso” já teriam se estabelecido “30 mil pessoas”. No entanto, trazia as reclamações dos “empresários” desejan-tes de que “as linhas de colonização do local” fossem “definidas clara e rapidamente”⁷³⁵.

Tinha-se por finalidade a comercialização das terras a “pequenos, [...] médios proprietários” e a “empresas com sólida infraestrutura de operação”, para assim formar “mini-polos de desenvolvimento” e evitar “grileiros”. Solicitava-se ainda a fiscalização do “exército” aos “planos de colonização” de modo a serem feitos ordenadamente e “racionalmente” e trazerem “grandes benefícios e tranquilidade”⁷³⁶. Estes, contudo, não se estendiam às muitas etnias já residentes nas localidades afetadas a exemplo do ocorrido com os Panará situados “nas cabeceiras do Rio Peixoto de Azevedo, na divisa do Mato Grosso e Pará”. A dizimação dessa população foi quase completa, em razão das doenças adquiridas e dos massacres ao frequentar a estrada. As 79 pessoas restantes foram forçadamente transferidas para o Parque do Xingu em 1975 e somente em 1995 reconquistaram parte de seu território original⁷³⁷. Ademais, por “esse espaço ter sido considerado vazio” foi decisório para ter tornado “o avanço dessa nova fronteira do capital muito violento”, porque “toda a ocupação pré-existente de diferentes grupos indígenas, garimpeiros, posseiros, comunidades extrativistas e quilombolas” foi ignorada e descartada “para qualquer fim”⁷³⁸.

Independentemente dos prejuízos causados, em abril, na efervescência das publicações sobre os Terenas, mescladas àquelas sobre a divisão do Estado, no OEMT

⁷³⁵ IMPORTÂNCIA da rodovia Cuiabá-Santarém. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7567, p. 07, 13 jan. 1977.

⁷³⁶ *Ibidem*.

⁷³⁷ INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – Panará. “Também conhecidos como Krenakore [...] alcançaram um feito inédito na história dos povos indígenas e do indigenismo brasileiro, quando em 2000 ganharam nos tribunais, contra a União e a Funai, uma ação indenizatória pelos danos materiais e morais causados pelo contato. Tal vitória, se não lhes apaga as tristes marcas de sua história, projetam-lhes para um futuro mais digno”. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/noticias/rodovia-cuiaba-santarem-cortou-territorios-e-quase-dizimou-indios>; <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Panar%C3%A1#:~:text=Os%20Panar%C3%A1%2C%20tamb%C3%A9m%20conhecidos%20como,raz%C3%A3o%20de%20doen%C3%A7as%20e%20massacres>.

⁷³⁸ JOANONI NETO, Vitale. Amazônia na década de 1970. A fronteira sob o olhar do migrante, p. 187.

era dada continuidade à louvação à “conquista da Amazônia”. Esta teria *começado verdadeiramente* “com homens como Ometto” homenageado por empresários, por ter aberto, juntamente a outros, “um campo de pouso em plena floresta” e construído “mais de 700 km de estradas [...], com recursos próprios”, para fins agroindustriais nos idos de 1961. “Ali tudo teria sido feito a partir do zero, no meio de uma região inóspita e selvagem”, dominada pelo “espírito inovador e pioneiro” de Ometto. Seu grupo, junto a Ariosto da Riva, teria superado as dificuldades e conquistado “rentabilidade” e “bom investimento”. Inicialmente, segundo amigos do *desbravador* só se vira nele “sacrifício e patriotismo”. Todavia, essa era a forma de escamotear a grilagem e a invasão de terras indígenas, cuja fazenda foi estruturada com “cerca de 80 funcionários” em área da população “Xavante”⁷³⁹.

Na retórica do latifundiário “o primeiro encontro com os indígenas partiu da iniciativa deles próprios” e o contato teria se dado com “risadas e mímicas”, e “com o passar do tempo” estes “começaram a frequentar” a sede da agropecuária Suiá-Missu. Frente a isso fora *cedidos* “100 alqueires para que os nativos plantassem milho, arroz, abóbora e mandioca” e “mesmo com essas lavouras à disposição, os Xavantes não deixaram de lado seus velhos hábitos de caçadores”. Nas percepções de Ometto, além dele ter sido *bondoso* ao *garantir a subsistência* daqueles sujeitos, evitava “eventuais desentendimentos” com eles ao determinar “que os colonos não frequentassem o local onde os Xavantes haviam se instalado”. Ou seja, o empresário não residia ali, apenas geria os negócios, por vezes fazia as visitas com o uso de “avião” e tentava amenizar os conflitos à distância. Entretanto, os enfrentamentos se dariam entre os moradores. O “Grupo Ometto” teria ainda sugerido “ao governo” após três anos “que os indígenas fossem transferidos” para o “norte da fazenda. Mas o [...] SPI e a missão salesiana que trabalhava junto à aldeia, preferiram levá-los para a Missão São Marcos, em Barra do Garças”. Novamente, observa-se a destituição da condição de sujeitos das populações étnicas e as coações provocadas por indivíduos de instituições públicas e privadas⁷⁴⁰.

Em 1973, a Suiá-Missu teria sido vendida e “uma nova empresa, a Agropecuária do Cachimbo S.A”, dos mesmos donos, “já estava em andamento” na Amazônia. “O projeto-aprovado pela SUDAM em 1974 e localizado na rodovia Cuiabá-Santarém, às margens do rio Peixoto de Azevedo e a 700 quilômetros de Cuiabá”, próximo de onde

⁷³⁹ COM HOMENS como Ometto é que começou a verdadeira conquista da Amazônia. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7638, p. 06, 12 abr. 1977.

⁷⁴⁰ *Ibidem*.

viveram os Panará, contava com “80 mil alqueires” e visava “à implantação de 67 mil cabeças de gado”. O desastre ambiental de tal empreitada, tão valorada pelos *dominantes* e *capitalistas*, era confirmado ao final quando se relatava que “o desmatamento” era “feito mecanicamente” e “toda madeira [...] utilizada, absorvida, nas serrarias da fazenda em construções, cercas, currais, pontes e o que não era possível usar era estocado para posterior aproveitamento”⁷⁴¹. Por conseguinte, árvores nobres, fundamentais para o bioma da floresta, passaram também a ser comercializadas.

A relevância dada à “ocupação nacional da Amazônia”, especialmente no contexto seccionista, no OEMT, era tanta que se publicava a pretensão de “Cuiabá” ser “o verdadeiro trampolim” para aquele intento. Era nele que se projetavam as oportunidades para o crescimento econômico regional. Frente à possibilidade do desmembramento, veiculava-se a fala do “deputado estadual Antônio Corrêa da Costa” tido, pelo articulista, como “membro de uma das mais tradicionais famílias do Estado”. Afirmando “a potencialidade” mato-grossense, era enfatizado: “Precisamos que ao invés de dividir Mato Grosso conclamásemos a todos os brasileiros de todos os Estados para que nos ajudem a transformar nossas grandes selvas”. Estas, para o deputado, se constituíam em “problema de segurança nacional”, portanto, precisariam virar “áreas produtoras, tanto para a pecuária como para a agricultura”. Nesse sentido, reivindicava “que o governo federal” aumentasse os “recursos financeiros” destinados ao governo mato-grossense e dinamizasse “os programas já existentes, a par da construção da tão sonhada ferrovia, da eletrificação de todo o Norte [...], da construção de hidroelétricas e [...] asfaltamento das estradas unindo os maiores centros”. Isso “ao lado do arrojo e dinamismo do povo” faria o Estado cumprir com “sua predestinação histórica de [...] líder de nosso território pátrio”⁷⁴². Nessa população dinâmica, nitidamente, não eram inclusas as camadas menos abastadas financeiramente.

As motivações para tais postulações eram, similarmente, noticiadas naquele jornal, como ocorreu em 19 de maio. Foram publicizados os incentivos governamentais com o pagamento de 14 milhões de cruzeiros, via SUDAM, direcionados a “Projetos de Infra-Estrutura no interior da Amazônia” contemplando “várias entidades” do Pará⁷⁴³. Visando ter acesso a esses valores expressivos, as propostas de investimentos surgiam

⁷⁴¹ *Ibidem*.

⁷⁴² CORRÊA da Costa: Divisão não interessa ao MT. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7648, p. 09, 24 abr. 1977.

⁷⁴³ SUDAM Cr\$ 14 milhões para projetos de infra-estrutura. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7668, p. 07, 19 maio 1977.

constantemente. Na mesma data, inferia-se que se ocorresse uma liberação imediata “de financiamentos para o plantio” de café na parte “Legal”, poderiam ser “seguramente” plantados “cerca de 30 milhões de cafeeiros na região” contemplando “principalmente” o “Norte de Mato Grosso, ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém”⁷⁴⁴. Nota-se que as discursividades seguiam os caminhos do dinheiro e suas possíveis fontes. Em decorrência disso, se tornou comum, no OEMT, a vinculação da divisão às potencialidades econômicas visando a Amazônia mato-grossense⁷⁴⁵.

Esses eram dois fatores desencadeadores da liberação de verbas federais ao Estado, cuja elite teria acesso direta ou indiretamente. O editorial do dia 31 de maio foi um exemplo, arguia-se acerca da “montagem de um sistema de comunicações para a região denominada como Amazônia mato-grossense” (afirmava-se ser esse o vocativo usado para “Mato Grosso em seus novos limites territoriais”). Para tanto, frisava-se sobre a necessidade de implantação daquela estrutura “após o desmembramento do Estado de Campo Grande” (estava-se seguindo o pronunciamento de Geisel), exatamente porque sairia “caro”, exigiria “recursos volumosos” e seria fundamental para “o desenvolvimento e a ocupação sócio-econômica da região”, sem a qual esses escopos dificilmente se realizariam⁷⁴⁶.

A essas iniciativas, o próprio editor do OEMT se parabenizava. Argumentava-se: “desde que foi tornada pública, oficialmente, a decisão de se desmembrar o Estado”, em tal mídia, se “passou a publicar, diariamente, sem interrupção [...] sobre a nova realidade [...] abordando temas decisivos e importantes”. E a prova de que a redação jornalística orientaria acertadamente eram os “aplausos” recebidos de “Enio Pepino, um dos maiores empresários da Amazônia matogrossense”. Essa aprovação quanto ao “comportamento editorial” se dava pelo “incentivo do plantio de café na região”, feito pelos redatores retoricamente. Nessa exposição enfatizou-se que a divisão modificaria somente “os limites territoriais [...] de Mato Grosso” e não sua “capacidade econômica”⁷⁴⁷, afinal esta era a esfera de preocupação para a elite. Compromissados,

⁷⁴⁴ AM: 33 milhões de cafeeiros em 77. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7668, p. 07, 19 maio 1977.

⁷⁴⁵ Essa aproximação entre os dois temas foi produzida no jornal ao longo de todo aquele ano.

⁷⁴⁶ EDITORIAL – comunicações para a Amazônia Matogrossense. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7677, p. 06, 31 maio 1977.

⁷⁴⁷ SERINGALISTAS: Aplausos a editorial de “O ESTADO”. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7688, p. 10, 14 jun. 1977. O texto motivador dos elogios teria sido o dia 08 daquele mês, no qual Jucá teria citado Enio e sugerido que sem “descuidar da seringueira” fosse promovido o “cultivo de café” na Amazônia matogrossense. EDITORIAL: Nova fronteira do café. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7684, p. 06, 08 jun. 1977.

portanto, em trazer aos leitores as viabilidades da futura reconfiguração territorial, com base nas múltiplas propostas envolvendo a exploração da floresta, os articulistas do OEMT seguiram cotidianamente mencionando essa temática⁷⁴⁸.

Em agosto, mês no qual muito se noticiou acerca do envio do anteprojeto da Lei Complementar, que autorizaria a secção do Estado, para ser discutido no Congresso Nacional⁷⁴⁹, no OEMT aquelas veiculações se sobressaíram. Nessa circunstância, os textos eram maiores e propunham objetivamente modelos de “ocupação integrada da Amazônia”⁷⁵⁰. Os artigos foram publicados em série, do I ao VI, diariamente. Após esse conjunto, outro entrou em cena, com três seções e o título mais aproximado e atualizado à gramática separatista: “Modelo para Implantação de uma nova fronteira”⁷⁵¹. Ao final se propunham convênios entre empresários locais e instituições federais para a composição de “projetos integrados”. Estes deveriam “realizar pesquisas e experimentações, nos campos de agricultura, da pecuária, da exploração florestal e da agropecuária, procurando maximizar o uso dos recursos disponíveis”⁷⁵².

Quanto à parcela de responsabilidade do governo, imputava-lhe a competência de “definir e determinar a metodologia e a sistemática a serem seguidas [...] na realização [...], visando torná-las de aplicação imediata”. Já os “grupos empresariais” disporiam de conhecimento e “capacidade econômica financeira”. Esses seriam os componentes “indispensáveis” e garantidores de viabilidade e “alta segurança em relação ao melhor uso dos recursos naturais”⁷⁵³. Percebe-se o entendimento errôneo e ilusório sobre a infinitude dos ecossistemas e a impetuosidade predatória com a qual se lançavam sobre eles a despeito das populações que ocupavam esses espaços.

Mas essa não era a única diretriz a ser tomada em Mato Grosso a partir do desmembramento. Postulava-se há muito pela construção de uma ferrovia abrangente ao

⁷⁴⁸ Alguns exemplos dessa constância: EDITORIAL – As pesquisas na Amazônia Matogrossense. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7692, p. 06, 18 jun. 1977; AMAZÔNIA Matogrossense: Alcool da mandioca. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7699, p. 10, 26 jun. 1977; CAFÉ na Amazônia terá Cr\$ 3,5 Bi de receita. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7722, p. 10, 27 jul. 1977.

⁷⁴⁹ DISCUSSÃO da lei começa hoje no Congresso. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7340, p. 2, 25 ago. 1977; GEISEL mandou ontem ao Congresso o Projeto de Divisão do Estado. *O Progresso*, Dourados/MT, n. 2079, p. 1, 25 ago. 1977.

⁷⁵⁰ MODELO de ocupação integrada da Amazônia I. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7727, p. 10, 03 ago. 1977.

⁷⁵¹ MODELO para Implantação de uma nova fronteira I. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7733, p. 10, 11 ago. 1977. Até o final daquele ano o assunto estava em pauta no jornal: EDITORIAL: Os benefícios do Pacto Amazônico para Mato Grosso. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7833, p. 08, 27 dez. 1977.

⁷⁵² MODELO para Implantação de uma nova fronteira III. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7735, p. 10, 14 ago. 1977.

⁷⁵³ *Ibidem*.

município de Cuiabá⁷⁵⁴. Embora os apelos a Geisel constassem no OEMT desde janeiro de 1977, a questão ganhou tónus no íterim da celeuma divisionista⁷⁵⁵. Naquele primeiro mês comunicava-se a iniciativa “do deputado Antônio Corrêa da Costa, com apoio dos prefeitos eleitos das regiões Norte, Leste, Oeste e Centro do Estado”, de enviar “um memorial” ao presidente Geisel, reivindicando “a construção imediata de uma ferrovia ligando Cuiabá a São Paulo”. No pedido convocava-se a União, juntamente aos políticos locais, a encarar “o fundamental problema de transportes” para “o escoamento da produção agrícola, pecuária e industrial”. Justificava-se a solicitação no “alto custo por quilômetro de conservação” das rodovias⁷⁵⁶.

Aquele periódico seguiu com o rigor a campanha a favor daquela demanda e nos dias subsequentes passou a imprimir em suas páginas a imagem de uma locomotiva, com vagões, acima da legenda: “Cuiabá precisa de uma ferrovia”⁷⁵⁷. A repetição era uma estratégia comunicacional bastante utilizada pela imprensa naquele ano. Em dezembro ainda se insistia pela implantação dos trilhos, mas dessa vez, entre Cuiabá e Corumbá⁷⁵⁸. No dia 29 do último mês, ferrovia e secção de Mato Grosso foram tratadas na mesma página. Arrazoava-se por uma espera de “quase um século” pela primeira e ressaltava-se estar a segunda dentro de “uma tradição histórica”. Pois, segundo o jornalista, “o Estado [...] já estava dividido nos estudos de Varnhagem, Fausto de Souza” e outros; remetendo a discussão ao início dos 1800⁷⁵⁹.

Esse viés de progresso e desenvolvimentismo, defendido intensamente na mídia, não era bem aceito por muitos indígenas. No livro “A queda do céu”, escrito em

⁷⁵⁴ GALETTI, Lyliá da Silva Guedes. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*.

⁷⁵⁵ Alguns exemplos: FERROVIA Cuiabá-São Paulo: novas esperanças. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7668, capa, 19 maio 1977; EDITORIAL – Ferrovia: novas esperanças. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7669, p. 06, 20 maio 1977; VUOLO defende construção da ferrovia do petróleo. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7694, capa, 21 jun. 1977; PROJETO amplia traçado da ferrovia S.Paulo-Cuiabá – III. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7694, p. 10, 12 jul. 1977; MINISTRO dos transportes amanhã em Cuiabá. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7743, p. 03, 28 ago. 1977.

⁷⁵⁶ FERROVIA: Apêlo a Ernesto Geisel. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7578, capa, 26 jan. 1977.

⁷⁵⁷ CUIABÁ precisa de uma ferrovia. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7579, p. 09, 27 jan. 1977.

⁷⁵⁸ PRESIDENTE da Cotia defende ferrovia e banco de desenvolvimento para MT. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7828, capa, 20 dez. 1977.

⁷⁵⁹ EDITORIAL – Ferrovia para Cuiabá: espera-se há quase um século; A REDIVISÃO territorial do Brasil – I. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7835, p. 06, 29 dez. 1977. Questões envolvendo “as políticas territoriais desenvolvidas pelo Estado brasileiro”, “os interesses materiais envolvidos em construções ferroviárias e as conveniências da política interna e externa do país” abrangentes a Mato Grosso, desde o início do século XX, foram estudadas por Paulo Roberto Cimó Queiroz. Para maiores informações sugerem-se as leituras: QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*; QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*.

parceria pelo antropólogo Bruce Albert e Davi Kopenawa, Xamã, pensador e ativista político Yanomami, os motivos dessa rejeição foram explicitados. Narrou-se inicialmente, sob a ótica de Albert, o cenário encontrado em 1975, quando de sua chegada ao território daquela etnia, especificamente acerca da “Perimetral Norte”. Relatava-se a grande quantidade de “caminhões e escavadeiras gigantes” compondo “o espetáculo lastimável das megalomaníacas obras viárias rasgando a floresta a esmo, com seu cortejo de doenças e devastação”. Nas palavras de Kopenawa, “os brancos subiram os rios e começaram a fazer morrer nossos antigos em grande número. Depois, voltaram de avião e de helicóptero”. Nesse segundo momento, continuava ele: “suas fumaças de epidemia, mais uma vez, fizeram morrer muitos de nós”. Já sobre a década de 1970, afirmava: “Agora, eles tinham resolvido abrir uma de suas estradas até o meio de nossa floresta, e suas doenças iriam com certeza devorar os que tinham sobrevivido”⁷⁶⁰.

O Xamã em sua juventude fora funcionário da FUNAI e apesar de não entender totalmente, naquela ocasião, a língua falada por aqueles que estavam em seu entorno, compreendia e experienciava, junto aos seus, a dimensão dos resultados daquelas ações governamentais. As inferições e inquietações do líder Yanomami se concentravam sobre alguns fatos: “Os brancos rasgam a terra da floresta. Derrubam as árvores e explodem as colinas. Afugentam a caça. Será que agora vamos todos morrer das fumaças de epidemia de suas máquinas e bombas?”. A certeza de Kopenawa era de que a “estrada só iria [...] trazer coisas ruins”. Ademais, “ninguém” os “tinha avisado antes de as obras começarem”. Além disso, havia um temor quanto às incursões do exército. Existiam rumores de que “os soldados tinham atirado nos Waimiri-Atroari e jogado bombas em sua floresta”⁷⁶¹.

A razão teria sido a resistência daquela população: “Não queriam que a estrada atravessasse suas terras. Atacaram os postos da Funai para que os brancos não entrassem onde eles viviam. Foi isso que deixou os militares enfurecidos”. Essa história envolvendo enfrentamentos motivados pela recusa de uns e imposição de outros, trazia medo ao ativista. Apesar desta violência direta e explosiva não ter sido impingida ao seu povo, “as mulheres, crianças e velhos que morreram [...], por causa da estrada” e das “epidemias trazidas pelos operários que os devoraram”, eram suficientes para

⁷⁶⁰ KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*, p. 48, 305-306.

⁷⁶¹ *Ibidem*.

demonstrar as condições de precariedade e escassez, às quais várias etnias estariam compelidas, mediante os ideais capitalistas e liberais transformados em políticas governamentais⁷⁶².

3.3 – As contradições do capitalismo enfrentadas em Mato Grosso – dos limites à eficácia

A modernização tem seus limites. Ela depara-se com as falsas resoluções prometidas pela *panaceia* capitalista calcada na economia. Por suas brechas rompe as disruptividades, as linguagens outras pretensamente barradas, com suas cores, expressões, movimentos, vida. Essas brotam, se espalham e se fortalecem, alargando ainda mais as fissuras. Justamente por isso, são tão odiadas, invisibilizadas, afastadas, supostamente domadas pelos operadores e apoiadores da necropolítica⁷⁶³, do decorrente genocídio e da devastação ambiental⁷⁶⁴.

Em tal cenário, há agravantes vinculados aos léxicos da colonialidade, logo binários, supostamente supremacistas e silenciadores das diversidades disformes às discursividades dominantes, com o objetivo de se alcançar a hegemonia. Dentre eles estava o fato de que “na América Latina de línguas espanhola e portuguesa, a relação *cidade x campo*” teria seguido “o modelo da península ibérica onde os espaços aparecem em oposição”. Paralelamente, “alguns autores mantiveram o regionalismo como forma de expressão tradicional dos elementos culturais que ali se desenvolviam (países andinos com a questão indígena ou a região caribenha com a [...] negra)”⁷⁶⁵.

Contudo, “outros apostaram no desenvolvimento industrial das cidades-capitais como mote de suas narrativas”, tais localidades “receberam grandes quantidades de imigrantes e iniciaram seus processos desenvolvimentistas de progresso”. Por consequência, na “modernidade, o deslocamento” é entendido como “disfórico se não estiver enquadrado em estruturas fortes, o que faz com que se desloquem os matizes regionais”. Foi “com a constituição e consolidação dos Estados-Nação no século XIX” que “a demarcação de fronteiras” adquiriu “importância crescente”⁷⁶⁶. Assim, “a partir dessa ideologia [...] a [...] imigração” começou “a ser tratada como ‘problema’”. Já “no século XX, a imigração” passou “a ser relacionada ‘às crises econômicas e conturbações

⁷⁶² *Ibidem*.

⁷⁶³ MBEMBE, Achille. *Necropolítica*.

⁷⁶⁴ KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*.

⁷⁶⁵ PORTO, Maria Bernadette; TORRES, Sonia. Literaturas migrantes. FIGUEIREDO, Eurídice (org.). *Conceitos de Literatura e Cultura*, p. 225-260.

⁷⁶⁶ *Ibidem*.

sociais internas de países periféricos, resultantes, em grande medida, da política externa das nações hegemônicas, e do fenômeno do pós-colonialismo”⁷⁶⁷.

Em Mato Grosso, “as políticas de ocupação conduzidas pelo Governo Federal, criaram um quadro de deslocamentos internos”, cuja “população migrante, isto é, as pessoas não naturais dos municípios onde residiam à época do Censo, representam 43% da população total [...] em 1970”⁷⁶⁸. No ano de 1977, essa era uma conjuntura amplamente aludida nos jornais mato-grossenses e em várias ocasiões foi associada, de alguma forma, à separação do Estado. Todavia, dizia-se ser um “assunto [...] de difícil abordagem”, de “múltiplas implicações” e “complexo”, logo, “não se” poderia “culpar ninguém”⁷⁶⁹. Com isso afastavam-se prontamente os responsáveis, ou seja, os grandes latifundiários, muitas vezes, proprietários das empresas de colonização, políticos e em ocasiões específicas, também sócios dos jornais, que de muitas maneiras contribuíram para os deslocamentos das pessoas do âmbito rural para o urbano⁷⁷⁰ (como observado no capítulo II desta tese).

Os lucros particulares daqueles poucos, com a modernização conservadora do campo e com o comércio de terras, em sua produção de extermínios, expropriações de territórios indígenas, quilombolas e ribeirinhos, eram ofuscados e a pobreza, resultante disto, acometida a uma massa de sujeitos. Estes buscavam nas urbes, meios de sobrevivência, e esse movimento era colocado como um ônus coletivo a ser arcado com dinheiro público. No “Editorial”, do OEMT, trazia-se a reunião realizada, na sede do periódico, com o “vereador Ovídio Fernandes, da ARENA”, na qual se tratou “da ocupação da Amazônia mato-grossense”. Para o articulista, o fluxo de pessoas decorrente das expectativas de tal *conquista* era uma “situação existente” e precisaria de “ser solucionada o quanto antes, para se evitar problemas mais difíceis no futuro”⁷⁷¹.

⁷⁶⁷ CAPAVERDE, Tatiana da Silva; RAMOS DA SILVA, Liliam (orgs.). *Deslocamentos culturais e suas formas de representação*, p. 13-14 (grifos dos originais).

⁷⁶⁸ FEITOSA, Beatriz dos Santos de Oliveira. *Entre os “imprescindíveis” e os “redundantes”*: olhares sobre constituição de espaços e mundo do trabalho rural na Região Norte de Mato Grosso do Sul Contemporâneo, p. 294.

⁷⁶⁹ EDITORIAL – A ocupação da Amazônia Matogrossense. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7671, p. 06, 22 maio 1977.

⁷⁷⁰ Para maiores informações acerca da atuação dos latifundiários e das empresas de colonização e a implicação destas nas correntes migratórias no Mato Grosso, ler: MORO. Nataniel Dal’. *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*; PERIPOLLI, Odimar João. *Expansão do capitalismo na Amazônia norte mato-grossense: a mercantilização da terra e da escola*.

⁷⁷¹ EDITORIAL – A ocupação da Amazônia Matogrossense. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7671, p. 06, 22 maio 1977.

Colocava-se “a capital” como “sendo o principal polo geo-econômico da região”, portanto, atrairia “para si a grande parcela” da “população” que se dirigiria “à Amazônia em busca do sonhado paraíso”. No entanto, alertava-se: “este processo de ocupação humana [...] não consiste apenas em esperanças, mas também na realidade dos recursos e meios existentes e disponíveis”. Indiretamente, nas entrelinhas, arrazoava-se ser aquele um empreendimento não destinado a *pobres*, ao contrário do sugerido nas campanhas publicitárias, deflagrando o quanto estes eram indesejados no ambiente citadino ou rural. E continuava: “como não há agora o suporte necessário para enfrentar” a “situação” se observaria “uma invasão descontrolada de propriedades particulares”. Segundo o redator, “o mais grave” seria “o surgimento de um sério problema social” configurado no “cinturão de favelas em torno de Cuiabá, comprometendo seriamente o crescimento acelerado”⁷⁷².

Ponderava-se que a “expansão urbana mais intensa” a devir potencializaria a questão, conseqüentemente, os “administradores” públicos seriam aqueles designados a resolvê-la. Ao final da reportagem, argumentava-se ser conveniente “dentro dos estudos relacionados com o desmembramento territorial [...], em benefício do desenvolvimento”, se incluir esse tema. Pois, as “favelas” seriam “o resultado do avanço maciço e descontrolado de grandes massas populacionais em busca do Eldorado Amazônico” e por ser “Cuiabá o principal centro de influência” regional, nela o “problema social” se tornava “mais evidente”⁷⁷³.

O fato das ações das elites, em âmbito público e privado, serem as causadoras daquela realidade não era explicitado. Sete dias depois o debate era retomado; incluíam-se entre os municípios a serem atendidos, quanto às resolutivas sobre a “explosão demográfica”, “Barra do Garças, Cáceres, Barra do Bugres, Rondonópolis e Chapada dos Guimarães”. Criticava-se “o grande deslocamento [...] no eixo da rodovia Cuiabá-Santarém, dando margens ao surgimento de uma imensa quantidade de núcleos populacionais”. Invocava-se o “momento histórico para a vida político-administrativa de Mato Grosso” e pedia-se “atenção maior, uma vez que” caberia “ao governo [...], nos seus limites territoriais”, dar conta da situação envolvendo a migração. Aproveitava-se

⁷⁷² *Ibidem.*

⁷⁷³ *Ibidem.*

para apontar as “reivindicações essenciais”, a serem feitas durante as discussões separatistas: “Transpantaneira, ferrovia com São Paulo, asfalto com Brasília”⁷⁷⁴.

No mês de agosto, eram relatadas algumas consequências das propagandas fundiárias, por meio de uma reportagem com informações colhidas, alegadamente, em “Presidente Prudente”. Narrava-se “o êxodo rural [...] no Paraná”, que estaria “contribuindo para aumentar o número de retirantes pela ponte ‘Prof. Maurício Joppert da Silva’ na divisa de São Paulo com Mato Grosso”. As pessoas estariam viajando “sobre caminhões de mudança” e “criando sério problema para os patrulheiros” em razão da proibição de se “transportar passageiros em veículos de carga sem autorização da autoridade de trânsito”. Dizia tratar-se a maioria de “colonos” paranaenses que estariam “seguindo para o Norte” do Estado, “Acre e Rondônia”, com todos os seus pertences, “atraídos pela notícia de que o ‘governo’” estaria “‘dando terras’”. Havia “outros [...] apenas se transferindo [...] para o Sul de Mato Grosso, a fim de trabalhar nas lavouras de soja e trigo”⁷⁷⁵.

Na mesma página, em outra matéria, sugeria-se que “os fluxos migratórios e os grandes projetos [...] integrados deveriam ser orientados para a infra-estrutura já existente, que” atravessaria “regiões de terras devolutas [...] onde ainda se” poderia programar o seu uso racional e inteligente”, cuja saída seria a organização estatal entregar a execução dessa tarefa para a “iniciativa privada”⁷⁷⁶. Percebe-se, novamente o interesse da elite em pedagogizar e controlar as dissonâncias, formatando-as dentro de seus parâmetros, não importando as condições às quais os migrantes estariam sendo submetidos, desde que não atrapalhassem suas emoldurações capitalistas e higienistas. Buscava-se também a todo momento implicar as empresas particulares no uso e gestão dos recursos públicos.

Em primeiro de novembro, sugeria-se como “acabar com as favelas”. Primeiramente, na nota, descrevia-se “o crescimento acelerado e inexorável de Cuiabá [...] na última década”, devido à “descoberta da Amazônia”. Esse seria “um processo de auto-afirmação de seu conceito aos demais centros urbanos do país”. Ou seja, para o redator, a capital estaria em igualdade às demais em termos de “explosão de progresso”, cumprindo desse modo, com as expectativas da elite. Entretanto, haveria exigências

⁷⁷⁴ EDITORIAL – A ocupação Sócio-Econômica. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7676, p. 06, 29 maio 1977.

⁷⁷⁵ ÊXODO rural do Paraná para Mato Grosso. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7733, p. 10, 11 ago. 1977 (grifo do original).

⁷⁷⁶ MODELO para implantação de uma nova fronteira – I. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7733, p. 10, 11 ago. 1977.

para que o prognóstico fosse positivo, sendo elas: “mais atenção das autoridades responsáveis pelo [...] planejamento urbano” e “recursos e investimentos mais volumosos”, porque o “crescimento” teria “seu preço”. Caso essas medidas não fossem adotadas, argumentava-se: sobressairiam “os problemas”. Dentre estes, estava “o aparecimento de favelas convivendo pacificamente com os novos núcleos habitacionais”, também abundantes⁷⁷⁷.

Dizia-se serem “os favelados [...], na sua maioria, resultantes do processo de migração descontrolado” registrado “praticamente em todo o Brasil”. Com isso, deslocava-se a questão do âmbito regional e da ação dos *dominadores* locais para dissipá-la e distanciá-la de seus campos de atuação. Após, a matéria abordava a falta de “recursos e de lugar onde morar” daqueles menos afortunados, que chegavam e se instalavam “nos arredores da cidade, sem se importarem de quem” era “a terra”. A escrita do jornalista sugeria haver pareceres de “analistas” explanando como evitar “a situação”, cuja maneira implicava diretamente “a Prefeitura de Cuiabá”. A interferência da mesma se daria na “expansão do perímetro urbano, criando, ao mesmo tempo, áreas devolutas, onde pudesse, com o decorrer do tempo e de suas possibilidades, reunir os favelados concedendo-lhes lotes com pagamentos a longo prazo e a um custo acessível”⁷⁷⁸.

Contudo, ao apontar tais alternativas, deixava-se de frisar que aqueles sujeitos em situação de miséria econômica, sem condições quaisquer de arcar com a sobrevivência, assim se encontravam, pois, passaram pelo “processo de expropriação [...] do campo”. E com isso, instigadas pelas propagandas, as pessoas que vendiam suas pequenas propriedades ou aquelas que já não encontravam trabalho rural, em razão da mecanização, se deslocavam em Mato Grosso “na crença de fácil acesso à terra”. Essa parcela da sociedade sofreu todos os efeitos negativos “da política agrária brasileira, mais especificamente aquela ligada à política de ‘integração’ e ‘segurança nacional’ [...] que, na prática, consolidou o projeto modernizador no campo”⁷⁷⁹.

Naquela conjuntura, o “Estado se colocou como mediador/protetor de uma região/área capaz de dar sustentação ao projeto capitalista” fundiário, com “os programas de colonização” e beneficiou largamente “empresas agropecuárias (fazendas,

⁷⁷⁷ UMA SUGESTÃO para acabar com as favelas. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7792, capa, 01 nov. 1977.

⁷⁷⁸ *Ibidem*.

⁷⁷⁹ PERIPOLLI, Odimar João. *Expansão do capitalismo na Amazônia norte mato-grossense: a mercantilização da terra e da escola*, p. 35, 63, 175, 176 (grifos do original).

madeireiras, etc.) nacionais e internacionais [...], grandes fazendeiros, latifundiários e empresários de diferentes áreas de atividades”, dentre os quais estavam muitos políticos mato-grossenses. Já a muitos migrantes restou a “perda da terra [...] e a transformação destes em mão-de-obra, rural e/ou urbana” quando encontravam trabalho e não lhes cabia a mendicância nas cidades. Famílias inteiras “foram obrigadas a abandonar estes programas pela falta de toda forma de incentivos”, especificamente, as “pobres”⁷⁸⁰.

Onze dias após essa última notícia, no OEMT foi abordado o “debate na Câmara” sobre as favelas em Cuiabá, com manchete na capa e “matéria completa na última página”. Novamente foi atribuído às “migrações desordenadas [...] o motivo principal do crescente problema representado pelas invasões de terras ao redor do perímetro urbano [...] e o consequente favelamento”, do qual se estimava participarem “cerca de cinco mil famílias”. Para a mitigação da circunstância sugeria-se “a criação de um Centro de Triagem de Migrantes”⁷⁸¹.

Na conversa entre “vereadores”, “secretários municipais [...] das pastas de Educação e Cultura, Serviços Públicos e Viação e Obras Públicas”, em conjunto ao prefeito, foi realizado um levantamento “das providências já tomadas [...], bem como [...] dos estudos pelos órgãos técnicos”, a respeito de medidas a serem implantadas. Dentre elas estava “a efetuação de uma completa ‘blitz’ pela cidade”, deflagrando a necessidade de controle, em seus múltiplos aspectos, pelos setores burocráticos da municipalidade sobre essa população. “A origem do problema” era atribuída ao fato de “da noite para o dia” surgirem “favelas, onde antes só havia mato [...] que logo se transformavam em bairros”. Colocava-se como “a mais urgente tarefa da prefeitura” o fornecimento de “serviços urbanos” para “essas comunidades [...], água, luz e escolas”, além de, “colocar alguma ordem na ocupação das áreas invadidas”, especialmente, quando essas se configuravam “de particulares”⁷⁸².

Neste caso, a providência adotada era “a remoção dos favelados”. Não se cogitava à época o uso social das propriedades e nem sequer a desapropriação, mesmo mediante indenização. Caberia, portanto, ao “Centro de Triagem” evitar as ocupações e “orientar absorção de mão de obra [...] em trabalhos na própria cidade, ou em outros municípios”. Segundo o prefeito, “a maioria” dos migrantes estaria vindo “de Porto

⁷⁸⁰ *Ibidem*.

⁷⁸¹ O FAVELAMENTO em Cuiabá em debate na Câmara. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7800, capa, 12 nov. 1977.

⁷⁸² FAVELAMENTO em Cuiabá foi debatido pela Câmara Municipal. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7800, p. 10, 12 nov. 1977.

Velho, em Rondônia”, que não estaria mais conseguindo acolher “as levas dos que” procuravam “aquelas paragens tentando conseguir terras para cultivo”. Enfatizava-se tratar-se de “gente do Sul” do país que retornaria “por ter sido frustrada em seus objetivos, descapitalizadas” e “geralmente sem qualificação” profissional (mais uma vez produzia-se o afastamento e desconsiderava os próprios habitantes de Mato Grosso, sofrendores de tais percalços). “Parte desses contingentes” seria absorvida “no Serviço de Limpeza Urbana e na Secretaria de Obras” de Cuiabá⁷⁸³.

Todavia, enfatizava-se ser na “construção civil e nas obras a cargo do 9º Batalhão de Engenharia [...] do Exército, que as oportunidades de emprego” seriam “mais numerosas”. Relatava-se também a existência de “parcela importante de trabalhadores que se” movimentavam “periodicamente” a depender do clima. “Na época da estiagem” partia-se “para o interior com o 9º BEC, para trabalhar na implantação da rodovia”, ou havia os contratos das “empresas agropecuárias para a derrubada de mata e formação de pastos”. Quando ocorriam as chuvas intensas, voltava-se a Cuiabá e a busca por ocupações recaía na “prefeitura”. Informava-se ainda que no espaço citadino ficavam “as mulheres lavando roupa, os filhos pescando, engraxando sapatos, fazendo biscates para ajudar a manter a casa”. Esta contaria “habitualmente com muitas” pessoas “para comer”. A publicação finalizava, afirmando-se que “a fixação na zona urbana” da Capital, “em muitos casos”, era “determinada pela necessidade de dar escolaridade para os filhos”⁷⁸⁴. Essas explanações tinham certa ancoragem na realidade e aparentemente davam conta de abarcar as condições nas quais viviam aqueles sujeitos. No entanto, tratava-se de uma abordagem superficial, não chegando ao cerne das implicações às quais eles estavam infligidos. Em nenhum momento foram pensados o saneamento básico, a saúde, ou os meios para aplacar a fome, por exemplo.

É importante retomar que o mês de novembro foi subsequente à assinatura da lei autorizando a divisão do Estado pelo presidente Geisel, iniciado, por conseguinte, o período de interstício para implantação de Mato Grosso do Sul. Assim, com a secção territorial dada como inequívoca, a discussão política e midiática em alguns momentos recaía nas demandas específicas de cada uma das estruturas administrativas e do quanto de recursos seria preciso para o *bom funcionamento* delas, dentro dos moldes elitistas. Desse modo, ao aludir às precariedades similares à população pobre cuiabana, ocorrida com os campo-grandenses, a manchete no OEMT, republicada do CE era: “Campo

⁷⁸³ *Ibidem.*

⁷⁸⁴ *Ibidem.*

Grande deve 40 milhões de cruzeiros”. Iniciava-se o informativo escrevendo-se sobre “a dívida ativa da prefeitura” resultante do “atraso [...] do contribuinte [...] com o poder público”⁷⁸⁵.

Aproveitava-se para evocar o slogan divulgado pelo poder executivo municipal: “Por uma cidade mais humana”, para questionar os métodos de cobrança dos valores atrasados e o porquê da não aceitação da “eliminação dos débitos”. Essas despesas concerniam, obviamente, aos mais abastados, inclusos os donos dos jornais, cuja preocupação era não obter “habite-se para seus imóveis”, não reunir “condições [...] para abrir firmas” e ficar “proibido de participar de concorrências públicas”. Entretanto, no mesmo patamar da “humanização” pleiteada foram colocadas as favelas, na sequência do texto. Argumentava-se que estas, em Campo Grande, estavam aumentando vertiginosamente, sendo o “dobro” do ano anterior. A do “Aeroporto” teria apresentado maior crescimento, “com mais de 20 [...] casebres [...] representando aproximadamente 80 pessoas vivendo em condições sub-humanas”⁷⁸⁶.

Tal situação era colocada como consequência do “fracasso da Secretaria de Promoção Social”. Esta não teria dado “a menor atenção ao problema, resumindo-se a, vez por outra observar apenas, sem adotar qualquer providência real para promover o desfavelamento, meta principal da administração anterior”. Criticava-se o secretário da pasta, porquanto este teria se pronunciado sobre o início de medidas para tal fim; mas para o periodista tratava-se de um engodo frente à “complexidade do problema”. Dizia-se ainda que a “inércia da Secretaria de Promoção” estaria comprometendo a gestão do prefeito “Marcelo Miranda”. A falta de assistencialismo era indicada como a responsável pelos altos “índices de moléstias e doenças contagiosas, além da sub-nutrição”, cuja resolução se daria com a obrigatoriedade do secretário em “tomar alguma atitude mais urgente, antes que as favelas” crescessem “tanto” a ponto de fugirem “de quaisquer espécie de controle, inclusive sanitário”⁷⁸⁷. Percebe-se novamente que a reportagem passa ao largo das origens e da importância das reversões destas para que de fato houvesse uma solução para a problemática.

Finalizando o ano de 1977, era publicada em edição do OEMT, na página 10, do dia 01 de dezembro, uma extensa reportagem relatando “a longa procissão de miséria” dos “migrantes”. Parte da matéria era oriunda daquela divulgada em 12 de novembro,

⁷⁸⁵ CAMPO GRANDE deve 40 milhões de cruzeiros. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7803, p. 10, 17 nov. 1977.

⁷⁸⁶ *Ibidem*.

⁷⁸⁷ *Ibidem*.

todavia, pela primeira vez se chegou próximo à centralidade do assunto. Citava-se “a crescente mecanização da lavoura, as condições climáticas e briga pela posse de terra”, como “alguns dos fatores” a empurrarem “levas de pessoas rumo às cidades de médio porte”. Porém, ainda não eram apontados os agentes e as políticas estatais responsáveis por tal realidade, como se ela se desse sem tais intervenções e fosse o resultado de causas indefinidas. A culpa por aquele contexto era colocada sobre os próprios migrantes, pois estes chegavam “às centenas diuturnamente [...] de ônibus, de caminhões pau-de arara [...], das mais diversas maneiras, até de carona”⁷⁸⁸.

Por um lado, admitia-se que a ida para “as grandes cidades” se dava em razão do abandono das “difíceis condições” enfrentadas “no campo”. Por outro, arrazoava-se serem sujeitos “com problemas de saúde e alimentação” e, “além das dificuldades” pelas quais passavam, traziam “consigo o agravamento dos problemas urbanos às cidades”. Estas seriam *as vítimas* daquela circunstância, em decorrência de não conseguirem “absorver tamanho volume de pessoas” e ficarem *à mercê* das “favelas” surgidas aos montes “da noite para o dia”. Com isso, o periodista estava afirmando indiretamente que aqueles indivíduos atrapalhavam os projetos capitalistas, de modernização, progresso e desenvolvimentismo almejado pela elite, uma vez que não estariam se encaixando aos ideais de ordem, urbanização, higiene, disciplina e organização, pensados por ela⁷⁸⁹.

Juntamente às “condições desfavoráveis enfrentadas por grandes contingentes nas áreas rurais” era colocada “a crescente oferta de empregos gerados no processo de industrialização”, e a “espetacular explosão de crescimento na área da construção civil”. Logo, para o redator, esses migrantes estariam se equivocando quanto aos lugares para onde estariam se direcionando e indevidamente não assumiriam os devidos postos de trabalho que poderiam (como se de fato houvesse vaga para todos no sistema vigente). Frente a isso, entendia-se que Cuiabá estaria a pagar *uma conta indevida* exatamente no momento em que retomava “seu ritmo mais do que acelerado de crescimento urbano”. Ao se relatar acerca da mecanização, dos baixos salários e da escassez de empregos no campo, se ressaltava a “série de regalias às populações rurais” trazidas pelo “Estatuto do Trabalhador Rural”. Tratava-se de uma “nova legislação” a partir da qual “o

⁷⁸⁸ MIGRANTES: A longa “Procissão da Miséria”. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7813, capa, p.10, 12 dez. 1977 (grifo do original).

⁷⁸⁹ *Ibidem*.

empregador” seria “obrigado a arcar com benefícios a que o trabalhador” teria “direito”⁷⁹⁰.

Em virtude disto, compensaria aos contratantes “ter uma pequena quantidade de empregados fixos, utilizando-se de trabalhadores volantes nos momentos em que a necessidade de mão de obra” fosse “maior como na colheita ou nos desmatamentos”. Ou seja, entre o lucro do patrão e a precarização do trabalho, jogando aqueles que dele dependiam na miserabilidade, defendia-se deliberadamente o primeiro. Isso ocorria, mesmo admitindo-se que aquela circunstância criava e agravava “o fenômeno [...] de crescimento do número de ‘bóias-frias’”. Contudo, era alertado: “se medidas não forem adotadas para regularizar e normalizar a situação do mercado de trabalho no campo, em breve muitas regiões” se encontrariam “num verdadeiro caos”⁷⁹¹.

Entretanto, não era sugerido em hipótese alguma questionar os parâmetros fundiários capitalistas e liberais adotados até então que estariam agravando “a situação de pobreza” e “os problemas de saúde e de educação desta população”. Ao contrário, os bônus para os dominantes já estavam preservados há tempos. Aventava-se por ônus partilhados coletivamente e pagos de preferência com dinheiro público por meio de “paliativos”. Estes poderiam materializar-se em assistencialismos advindos dos órgãos municipais⁷⁹².

No CE, em 30 de novembro, aquela perspectiva de apontar as favelas como uma fragilidade regional, a qual demandaria de recursos federais para ser solucionada, foi explicitada⁷⁹³. Relatava-se “o crescimento das favelas e [...] a criação de núcleos de casebres onde as condições de vida” eram “sub-humanas”, bem como, o atraso por parte “da administração” municipal em abordar o “desfavelamento”. Teria sido, somente, no dia anterior que “o secretário interino Chafic João Tomás” teria anunciado os trabalhos da “Secretaria de Promoção Social” quanto a um levantamento quantitativo. Na nota, questionava-se “quais as providências” deveriam “ser tomadas para a eliminação dos

⁷⁹⁰ *Ibidem*. “Em 2 de março de 1963, com a vigência a partir de 18 de junho [...], veio a lume a Lei n. 4.214, que instituiu o Estatuto do Trabalhador Rural. Este se dirigia a todos os trabalhadores rurais, e não apenas aos empregados rurais, tanto que o art. 2º sequer estabelecia o requisito da subordinação. Fazia referência, inclusive, aos trabalhadores “avulsos ou volantes” (art. 6a), afastando apenas as relações do “pequeno proprietário com os membros de sua família” (art. 180). PACHECO, Iara Alves Cordeiro. *Trabalhador rural*. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/112847/1993_pacheco_iara_trabalhador_rural.pdf?sequence=1.

⁷⁹¹ *Ibidem*.

⁷⁹² *Ibidem* (grifo do original).

⁷⁹³ QUASE um ano depois, favelas voltam a preocupar município. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7415, p. 02, 30 nov. 1977.

aglomerados”. Percebe-se, na retórica, a ausência de preocupação com a melhora das condições de vida dessa coletividade e a presença de um desejo de sua inexistência. Em seguida, era noticiado o uso a ser feito com tais dados: “o secretário” proporia a “Marcelo Miranda uma maratona a Brasília” a fim de contatar o “Ministério do Interior” e a “Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste – SUDECO – para se saber quais” seriam “as condições desses dois órgãos auxiliarem o poder público num programa de desfavelamento orientado, de modo a solucionar, pelo menos em parte, o gravíssimo problema”⁷⁹⁴.

Citavam-se as áreas do Aeroporto e da Vila Nhandá a exigirem maior atenção, em virtude dos terrenos respectivamente pertencerem a INFRAERO e a particulares, portanto, passíveis da incidência de despejos. Tomava-se como base para as ações futuras o caso de Brasília, onde “estudantes da Universidade Federal, do curso de Assistência Social, levaram adiante um arrojado plano” para reverter condições similares “com absoluto sucesso”. Enfatizava-se “os recursos” recebidos para tanto e destacava-se a busca de “Chafic” para “saber de onde eles foram liberados, para que a municipalidade campograndense” pudesse “adotar as suas” medidas. Este seria o motivo da viagem à Capital do país⁷⁹⁵.

O texto terminava impingindo, mais uma vez, a culpa da situação que acometeria a “nova Capital” aos migrantes que chegariam em maior número “a cada dia” e “por falta de terem condições de pagar aluguel” alojavam-se “em quaisquer pontos, criando dificuldades”. Invertiam-se os prejuízos aos quais os pobres estavam submetidos e os atribuíam às urbes; seriam estas as afetadas por tal cenário e não a população mais desfavorecida por aquelas condições. Em decorrência disto, seriam os gestores públicos das cidades quem precisariam de acesso ao dinheiro público para as organizarem. Em outro momento, enquanto as gramáticas política e jornalística se voltavam aos potenciais regionais para justificar a defesa pela secção territorial, a perspectiva apresentada era “de vida melhor para os favelados”⁷⁹⁶.

No mês de maio, o mesmo diário evidenciava o “trabalho conjunto” da “Secretaria de Promoção Social” e “um grupo de estagiárias da Faculdade de Assistência Social”. A parceria visava à realização de um censo, com a função de apurar o “número real dos favelados” e de “analfabetos”; além de verificar o nível de

⁷⁹⁴ PERSPECTIVA de vida melhor para os favelados. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7247, p. 07, 04 maio 1977.

⁷⁹⁵ *Ibidem*.

⁷⁹⁶ *Ibidem*.

“assistência médica” destinado a eles. Esses parâmetros seriam utilizados para se indicar prognósticos relacionados à “fome, miséria, falta de higiene” e atendimento à saúde. Caberia à Secretaria “reunir recursos técnicos e humanos” para tal. Argumentava-se que a questão não deveria ser resolvida “isoladamente”, pois, “todos” deveriam participar, “visto tratar-se de um caso de humanidade”, no qual “cada um” teria “sua parcela de responsabilidade na [...] solução”⁷⁹⁷.

Aqui ficava nítida a distribuição do ônus *humanitário* para a sociedade a despeito do lucro capitalista de apenas alguns membros dela. A culpabilização sobre as condições precárias continuava a recair sobre a “população das favelas”, especialmente àquela que crescia “assustadoramente [...] às margens do Córrego Segredo”. A fartura de “água [...] a curta distância”, encontrada naquela localidade, seria um dos motivos da *insalubridade* na qual se vivia, porque não haveria por parte dos moradores uma preocupação “com a potabilidade da mesma”. O redator, ao fazer tais afirmações, retirava da conta da prefeitura o compromisso com o saneamento básico e o tratamento pluvial. Relatava-se ainda que a secretária, à época, teria ido a Brasília em busca de apoio da “LBA” e da “SUDECO” na expectativa de conseguir a “assinatura de convênios que” permitissem “melhorar o nível de atendimento aos municípios necessitados”⁷⁹⁸, e não às pessoas em si.

Havia, na letra midiática elitista do CE, uma insegurança e um desprezo aos sujeitos desprovidos de dinheiro. E anteriormente ao acirramento das discussões separatistas, em março de 1977, o tratamento dado a eles era ainda mais austero. Naquele mês, nas páginas policiais, foram abordadas as atividades exercidas pela “Secretaria” e “segundo o periodista para que aquele órgão cumprisse devidamente com suas funções, de maneira eficaz, deveria a todo custo evitar que ‘a cidade’ se transformasse ‘em núcleo de desajustados, como vinha ocorrendo nos últimos anos’”⁷⁹⁹. Valorava-se muito mais os aspectos *modernizadores* das urbes do que os pobres que as habitavam. Relatava-se “Campo Grande” com “fama de cidade rica, bonita e movimentada”, o que se constituiria em “tentação para mendigos e andarilhos e desocupados” a ela se direcionar. Advindos “de toda a parte, muitos enfermos, todos sem vontade ou condições para o trabalho, mas cada qual exigindo [...] assistência em forma de abrigo e alimentação”. Esses seriam *defeitos pessoais*, que face à falta de

⁷⁹⁷ *Ibidem*.

⁷⁹⁸ *Ibidem*.

⁷⁹⁹ FURLANETTO, Vera Lucia. 1977: Divisão do estado de Mato Grosso – a colonialidade não cessa de se inscrever, p. 438 (grifo do original).

atendimento público, os motivariam a dormir “ao relento ou” ficar “de mão estendida à caridade, dando aos visitantes a impressão de ser” essa “uma cidade de pedintes”⁸⁰⁰. Focava-se em um projeto de progresso e de desenvolvimento incompatível com a presença desses indivíduos.

Por conseguinte, “solicitava-se à Secretaria medidas para afastar e esconder os indesejáveis, insubmissos, disruptivos, aqueles tidos como os que ‘sujariam’ a imagem turística e higienizada da área central”. Usava-se de muitas depreciações como uma estratégia “para marcar materialmente e objetivamente o perfil daqueles que deveriam ser evitados”, excluídos e isolados dos demais. Esse assunto dividiu a página com os crimes de roubo, furto, violências várias e até com um caso de tentativa de suicídio, colocando-os como característicos de *camadas sociais inferiorizadas*. Esse era um dos modos de oferecer aos leitores “metáforas e metonímias dicotômicas (do que era aceitável e inaceitável)” e dos “periodistas e políticos locais” sentirem-se “à vontade e resguardados” para usarem a imprensa e “bradarem por delimitações sociais, culturais, econômicas, geográficas, territoriais e identitárias regionalistas, desconsiderando toda a diversidade”. Naquele periódico, os “proprietários, colaboradores e funcionários imbuídos a formarem o capital simbólico do noticioso também utilizavam uma retórica que, implícita ou explicitamente, regia as diretrizes do que seria desejável [...] ou não na sociedade”⁸⁰¹.

E definitivamente, os migrantes eram entendidos como um incômodo a ser resolvido pelas prefeituras e pelas campanhas assistencialistas. Não se cogitava serem eles vítimas das políticas modernizadoras excludentes e daqueles que as exercitavam. O modo com que os pobres eram representados jornalisticamente, em conjunto às tentativas frustradas de gerenciar desejos ao mesmo tempo em que os instituía, mostrava a farsa e a falibilidade do sistema capitalista e do liberalismo⁸⁰² para muitos e a eficácia para outros poucos.

Embora fosse mencionado, sobre o “‘boom’ do surgimento das favelas” em Campo Grande ter ocorrido por causa “de pessoas expulsas da terra”, que “sem emprego e sem moradia” alojavam-se como podiam nas urbes, não se expunha tratar-se a maioria da “população oriunda das fazendas do próprio” Sul “do Estado de Mato Grosso”. Na “vila Nhanhá”, por exemplo, das “mais de trezentas famílias, 50% eram provenientes”

⁸⁰⁰ PROMOÇÃO Social. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7213, p. 02, 23 mar. 1977.

⁸⁰¹ FURLANETTO, Vera Lucia. 1977: Divisão do estado de Mato Grosso – a colonialidade não cessa de se inscrever, p. 437.

⁸⁰² Atualmente neoliberal.

de regiões do entorno e caracterizavam “um deslocamento direto do antigo local de residência para esse novo”⁸⁰³. No que diz respeito a Cuiabá, também não se elucidava ser aquela conjunção o resultado do “objetivo” colonizador do “Governo Militar” (no qual, vários empresários e políticos locais estavam envolvidos) na tentativa de “reocupar o Norte de Mato Grosso”. Desse intento adviria o estímulo que deslocava “milhares de pessoas para os citados projetos. Esses brasileiros, ao chegarem às terras, viam-se na contingência de se submeterem às regras já colocadas”⁸⁰⁴.

Muitas das vezes, havia a “impossibilidade” de “escolher entre continuar migrando, voltar ao lugar de partida, ou enfrentar o quadro estabelecido na esperança de conseguir seu espaço”. Dessa forma, “muitos migraram premidos pelas condições, ou a falta delas, em seus locais de moradia”. Também não se comentava acerca das “pressões no campo em todo o país, motivadas por necessidades imediatas (como a seca no Nordeste), ou politicamente organizadas (como as ações dos camponeses sem terra)”, que “forçaram os poderes estabelecidos a agir mediando soluções para evitar crises sociais de maior alcance”, com base apenas no capitalismo e no liberalismo. Sabe-se, entretanto, que “as empresas desenvolveram forte campanha publicitária no Sul e Sudeste do país” almejando atingir “os minifundiários, pequenos produtores capitalizados daquelas regiões que, vendendo dez, por vezes cinco hectares no Paraná, podiam comprar até 200 hectares no Mato Grosso”. Todavia, tal filtro não era eficiente e muitos despossuídos materialmente também eram seduzidos pelas propagandas⁸⁰⁵.

Nesse sentido, a divisão do Estado, e os recursos ensejados com ela, se tornava um horizonte de possibilidades para os *dominantes* encontrarem mais meios de agirem sobre essas coletividades e moldarem-nas conforme seus interesses. Contudo, as crises se deflagravam por todos os lados, demonstrando que a economia, por si só, era incapaz de superá-las, apesar de ser este o diagnóstico evocado por aqueles que ocupavam os ambientes de poder. As enchentes, do ano de 1977, eram mostras disto.

As fortes chuvas, características dos meses de dezembro a fevereiro, e as decorrentes cheias dos rios, quase não deram tréguas naquele ano e afetaram boa parte de Mato Grosso. Desde janeiro, os periódicos, noticiavam as possíveis diretrizes a serem organizadas na tentativa de enfrentar aquela situação. No OEMT, no dia 05, já se

⁸⁰³ BITTAR, Mariluce. Da promoção à assistência social: Campo Grande na luta pela cidadania. In: CUNHA, Francisco Antônio Maia da (org.). *Campo Grande: 100 anos de construção*, p. 244, *apud*, MORO. Nataniel Dal'. *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*, p. 104 (grifo do original).

⁸⁰⁴ JOANONI NETO, Vitale. Amazônia na década de 1970. A fronteira sob o olhar do migrante, p. 191.

⁸⁰⁵ *Ibidem*.

informava a precariedade das estradas e “o tráfego [...] interrompido [...] no trecho Campo Grande – Aquidauana, na BR-262”, em virtude das “condições do tempo”⁸⁰⁶. Republicada do CE, também se anunciava as preparações em “Corumbá [...] para a inevitável enchente” que começaria “a atingir todo o baixo Pantanal”⁸⁰⁷.

Os principais “reflexos negativos” recairiam “junto à população ribeirinha e aos rebanhos bovinos concentrados na região”. Previa-se “cerca de cinco mil desabrigados nos próximos meses”, só naquele município; desses, dois mil deveriam “deslocar-se para Corumbá”, o restante mudaria “para locais mais altos, dentro do próprio Pantanal. Em Porto Esperança, cerca de 800 pessoas” ficariam “ao desabrigo, na zona da ‘cidade’, enquanto outras mil” sofreriam “com as inundações nas áreas ribeirinhas. Como nos anos anteriores, a maior parte dos flagelados” ficaria “alojada em vagões da Noroeste do Brasil, recebendo [...] alimentos e medicamentos por parte das autoridades governamentais”. Cogitava-se abordar “dois pontos básicos”, o “abastecimento urbano e apoio à economia regional, como forma de se evitar um colapso total, com consequências imprevisíveis”. Assegurava-se o “abastecimento de gêneros de primeira necessidade e até de combustíveis”⁸⁰⁸.

Afirmava-se que todos “os residentes [...] em zonas próximas ao Rio Paraguai” receberiam “alimentação [...] fornecida pelo governo” estadual. Seus órgãos ofereceriam também “transporte, 30 mil doses de vacinas anti-tíficas [...], 15 mil [...] polivalente-poliomielite, sarampo e tétano – além de recursos financeiros [...] à municipalidade” para “fazer frente a gastos extraordinários, não previstos e fora das possibilidades” de seus cofres públicos⁸⁰⁹. “Para o vice-governador Cássio Leite de Barros, a inundação de todo o Pantanal” era “inevitável” e a “enchente” seria “geral”, por isso, “todos” deveriam “tomar providências para diminuir a lotação de seus campos”. Barros era um dos “pecuaristas [...] pantaneiros”, latifundiário; e mesmo compondo o executivo estadual, solicitava na ocasião “integral apoio do governo federal” à sua categoria. Dentre os pedidos, estava a construção de pontes “para permitir

⁸⁰⁶ CAMPO Grande-Aquidauana: Continua interrompido. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7560, capa, 05 jan. 1977.

⁸⁰⁷ CORUMBÁ prepara-se para enfrentar enchente. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7560, capa, p. 08, 05 jan. 1977.

⁸⁰⁸ *Ibidem* (grifo do original).

⁸⁰⁹ *Ibidem*.

o escoamento do gado e recursos do Banco do Brasil para garantir a comercialização dos rebanhos a preços justos”⁸¹⁰.

Quanto a Cuiabá, dizia-se estar “preparada”. No “editorial”, daquela mesma data, lembrava-se os alagamentos em 1974 e as medidas da prefeitura para evitar futuros “desabrigados”: a derrubada das “casas do bairro do Terceiro”, como “única solução”. A atuação trágica da municipalidade foi desalojar moradores para que não sofressem mais com inundações. Eram reconhecidos os “dias difíceis” vividos por aqueles sujeitos, porém, absurdamente amenizava-se o ocorrido em razão da “solidariedade humana” recebida “de todos os demais cuiabanos”, especialmente, por haver “a perspectiva da casa nova” que estaria “se transformando em realidade”. Ou seja, há três anos aquelas pessoas aguardavam por moradia. A hipótese cínica do periodista era de que “talvez tenha sido mais difícil para as autoridades que tomaram a decisão de derrubar as casas, pela responsabilidade histórica que assumiram, do que para o próprio morador”. Pois, aquele teria sido um ato decisório para prover a Capital em relação às enchentes que “continuavam chicoteando Mato Grosso”. Estas teriam começado “pelo rio Paraná”, atingido “o baixo rio Paraguai, com reflexos nos seus afluentes” e “inevitavelmente” chegariam “a Cuiabá”⁸¹¹.

Aventava-se a chegada das “águas [...] até à Avenida XV de Novembro” e “parte da Várzea Ana Poupino”, inundando “a região ribeirinha”, mas com “tudo sob controle”. Comemorava-se o fato da “palavra empenhada pelo governo” estar “sendo cumprida” e “ao lado do Novo Terceiro provisório” estar “surgindo um grande e moderno bairro”, com residências “da COHAB-MT”, com “aproximadamente 1.300 unidades”. Arrazoava-se estar o cuiabano com “o coração pleno de esperanças, vendo as casas surgindo, com obras aceleradas, oferecendo trabalho a todos, numa movimentação altamente positiva para o progresso de Cuiabá”⁸¹². O otimismo utilizado para justificar a valorização da modernização urbanística em detrimento à vida das pessoas foi tanto, ao ponto de não serem mencionados os migrantes desassistidos e desempregados.

O assunto das enchentes era constante nos jornais, naquela ocasião, e o vice-governador tinha suas terras situadas próximas a Corumbá, residia neste município e

⁸¹⁰ VICE Governador: inundações é inevitável. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7560, capa, p. 08, 05 jan. 1977.

⁸¹¹ EDITORIAL - Enchente: Cuiabá está preparada. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7560, p. 06, 05 jan. 1977.

⁸¹² *Ibidem*.

mantinha ali forte rede de sociabilidade. Isso fomentava ainda mais as notícias⁸¹³. A maior preocupação, nitidamente, era com o gado. No dia treze anunciava-se acerca de uma “comissão [...] do Sindicato Rural” daquela localidade, a ser enviada “a Brasília para pedir ao presidente Ernesto Geisel a execução de uma série de medidas de emergência, tendo em vista a previsão de grandes enchentes no Pantanal”. Pois, “a elevação dos níveis das águas do rio Paraguai” estaria provocando “desespero entre os fazendeiros”⁸¹⁴.

Estes pediriam pela criação de “um financiamento especial na área da SUDAM, para criadores da Amazônia” adquirirem “vacas e novilhas do Pantanal e também a antecipação da estocagem nos frigoríficos da região, com abate de qualquer tipo de gado, sem limite de idade e peso, desde que” oferecesse “condições de industrialização da carne”. Solicitariam, “ainda, apoio ao setor de transporte” por enfrentarem “grave crise financeira e não” disporem “de verba para pagar caminhões-boiadeiros, o serviço de navegação da Bacia do Prata ou os trens da Noroeste do Brasil – NOB”. Isso, porque “as empresas transportadoras” exigiriam “pagamento antecipado, dificultando a retirada do gado para lugar seguro e, conseqüentemente, a sua comercialização”⁸¹⁵. Pode-se deduzir que parte desses empresários era também latifundiário, reivindicadores, e incomparavelmente suas situações não se assemelhavam a de seus funcionários, sediados nas fazendas, e demais habitantes mediante as inundações.

Em fevereiro, estimava-se “mais de sete mil flagelados em MT”⁸¹⁶. As condições eram calamitosas a ponto de muitos precisarem recorrer às “copas das árvores” para não serem engolidos pelas águas. Este foi o relato do “condutor de boiadas Fausto da Costa” sobre o “Pantanal do Piquiri”, ao chegar a Corumbá, “a bordo de um avião”, sendo um dentre os três “únicos que conseguiram ser resgatados da região”. Falou-se acerca dos “cadáveres rodando pelo rio”, das “centenas de pessoas [...] buscando meios de sobrevivência”, “das reses arrastadas” pela enxurrada e “mortas afogadas”, da falta de embarcações para o transporte das pessoas, e das “famílias inteiras dormindo nos galhos das árvores”, como única forma de escapar da enchente. A esses restavam alguns auxílios do governo, como “três helicópteros [...] da FAB [...] colocados à disposição”,

⁸¹³ ENCHENTES: definida em Corumbá a prevenção. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7562, p. 10, 07 jan. 1977; RIO Aquidauana volta a subir e alarma. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7563, capa, 08 jan. 1977.

⁸¹⁴ PECUARISTAS de Corumbá vão apelar a Geisel. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7567, capa, 13 jan. 1977.

⁸¹⁵ *Ibidem*.

⁸¹⁶ BALANIUC: mais de sete mil flagelados em MT. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7591, capa, 10 fev. 1977.

alguns abrigos provisórios, incluindo os “vagões da NOB”, “o envio de 6.900 quilos de alimentos – açúcar, leite, arroz, feijão, charque [...], fubá” e “vacinas”. Enfim, ações paliativas e sem demonstrar organização da sociedade civil⁸¹⁷.

Na imprensa era mostrada uma disposição quase restrita aos pecuaristas e suas inquietações com o rebanho bovino. Poucos seriam os pontos de acesso, ocorrendo o socorro apenas “pelo ar”. Comunicava-se a existência de “seis aviões [...] presos” nas fazendas, a mercê de serem “semi-encobertos pelas águas”, “mais de mil reses mortas [...], boiando [...], e milhares” que “até o final da semana” teriam o mesmo fim⁸¹⁸. Desde o mês anterior, havia se publicado a declaração do “vice-governador”. Este afirmava estar atuando naquele momento “mais” como “o pecuarista Cássio Leite de Barros, preocupado seriamente com o problema das enchentes em Corumbá”, do que como membro do executivo e “não dando [...] tanta importância à política”⁸¹⁹.

Em meio ao desastre, se noticiava os agradecimentos de Garcia Neto ao presidente da república. Expressava-se “o reconhecimento do povo matogrossense pela sensibilidade com que o Governo Federal” estaria se dedicando ao “problema das cheias” em “grande parte do Estado”. Enumerava-se “todos os órgãos da Administração Federal que participaram [...] das atividades de assistência, auxílio, colaboração, pesquisa e defesa das populações e da economia” de MT, desde “dezembro” do ano anterior. Dizia-se: “em nenhum momento nos tem ficado ausente a mão generosa que ajuda e inspira confiança”, ao se dirigir a Geisel e colocava o povo como *devedor* daquelas ações, que pelas notícias anteriores não pareciam atender a contento⁸²⁰.

Em março eram relatados os prejuízos aos “pastos e pequenas lavouras”, causados próximos ao “rio Araguaia”, e os levantamentos realizados pelo “engenheiro agrônomo Gabriel Julio de Mattos Müller, presidente da FAMATO”. Os estudos versariam acerca das “enchentes no Pantanal” e seriam levados ao superintendente da SUDECO para sugestão de “várias medidas” a serem adotadas “a curto, médio e longo

⁸¹⁷ *Ibidem*.

⁸¹⁸ *Ibidem*; A TRAGÈDIA no Pantanal do Piquiri. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7591, capa, p. 09, 10 fev. 1977; ENCHENTES: Três helicópteros. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7591, capa, 10 fev. 1977; PROSSEGUEM inspeções da Comissão de Defesa Civil nas áreas de enchentes. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7591, capa, 10 fev. 1977. Muitas das reportagens sobre as inundações foram republicadas do CE.

⁸¹⁹ EDITORIAL – a mentira tem pernas curtas. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7569, p.06, 15 jan. 1977.

⁸²⁰ ENCHENTES: Garcia Neto agradece apoio de Geisel. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7599, capa, p. 10, 19-20 fev. 1977.

prazo”⁸²¹. Os pecuaristas continuavam se mobilizando e após uma “reunião em Campo Grande” enviaram suas reivindicações, através de telegrama, “às autoridades governamentais do estado e da Federação”, em razão da “situação emergencial, decorrente das grandes cheias na região do Pantanal”, considerando o “gado salvo e colocado em diversas fazendas”⁸²².

Nos primeiros dias do mês de abril, publicava-se o acompanhamento do governo estadual às cheias no Pantanal por meio da “Comissão da Defesa Civil” e de seus relatórios regulares com especial atenção a “Porto Murtinho, Ladário, Corumbá, Forte Coimbra” e demais localidades passíveis de enchentes. Outros órgãos também estariam em alerta, como “sub-coordenadorias” e “prefeituras”, dispondo de “recursos comunitários [...] para qualquer eventualidade”. Afirmava-se que “à primeira necessidade” seriam “acionados todos os mecanismos de defesa social” inclusive “o envio de agasalhos, alimentos, medicamentos, assistentes sociais, vacinas e vacinadores”, sem brechas para “qualquer risco de imprevidência”⁸²³.

Já no dia 27 as notícias eram mais pessimistas. Com uma republicação do CE, no OEMT, foi manchete: “Enchentes: 1,5 milhões de reses morreriam”, com ênfase novamente aos bois e aos prejuízos futuros dos pecuaristas, caso as previsões de mais chuvas se concretizassem até o mês de julho. Dizia-se que “muito embora o governo” estivesse “pretendendo minimizar a quase inevitável inundação” que iria “ocorrer em meados de junho, com maior gravidade”, não se tinha a intenção de “alarmar em demasia as populações [...] ribeirinhas”, entretanto, destacava-se a situação antevista como uma “das piores possíveis”. Enumerava-se “mais de 2.320 desabrigados [...] são em Porto Esperança e Forte Coimbra” podendo “alcançar [...] 5.000”. Ressaltavam-se, sobretudo, as perdas dos latifundiários com seus rebanhos⁸²⁴.

No dia 12 de maio, os relatos eram de “três mil [...] flagelados” com tendência a aumentar, motivados pela subida do “nível do rio Paraguai, principalmente na área de Porto Murtinho”. Equiparavam-se aquelas condições às mesmas vividas em 1959 para todo o Pantanal mato-grossense. Desta vez, em meio às discuss   es separatistas, a nota

⁸²¹ ARAGUAIA prejudica pastos e 3 cidades. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7607, capa, 04 mar. 1977; ENCHENTES: SUDECO recebe relatório da FAMATO. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7607, capa, 04 mar. 1977.

⁸²² NOVOS apelos dos criadores do Pantanal. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7607, p. 10, 04 mar. 1977.

⁸²³ GOVERNO estadual acompanha cheias no Pantanal. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7632, p. 10, 02 abr. 1977.

⁸²⁴ ENCHENTES: 1,5 milhões de reses morreriam. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7650, capa, p. 08, 27 abr. 1977.

ficou centrada nos “desabrigados” e no “corte de fornecimento de gêneros alimentícios” pelas instituições federais, como o GEACAP (Grupo de Auxílio em Calamidades Públicas) se constituindo “no principal drama das inundações”⁸²⁵. No dia seguinte, relatava-se “o perímetro urbano”, daquele município, alagado, podendo chegar “a estado de calamidade pública”. Arrazoava-se sobre “o desemprego em massa” e a falta de víveres, cuja resolução dependeria do apoio da União, uma vez que seria “difícil [...] o governo estadual sozinho [...] sustentar todos os atingidos”⁸²⁶.

No sábado adjacente, enunciava-se o “apoio total” de “Garcia Neto”, contudo, apesar da situação das chuvas estarem recorrentes no ano de 1977, naquela circunstância ainda se abrigavam as pessoas nos vagões da NOB⁸²⁷. Na mesma página, era reportada uma “nota de esclarecimento” da “Associação Comercial e Clube de diretores lojistas” de Cuiabá, cujos presidentes alegavam terem sido surpreendidos com “assuntos ligados à divisão de Mato Grosso” em uma reunião para a qual foram convidados. Mediante isto, se sentiam obrigados a comunicar que não estavam “contra as autoridades” e sim, pugnando “por todos os meios possíveis, para a integração total” da “região [...], jamais se envolvendo na questão política partidária”⁸²⁸, e ao que parece nem nos tópicos calamitosos da sociedade, porque em nada se manifestaram em favor dos desabrigados.

À exceção deste silenciamento e falta de atitude benevolente de empresários e comerciantes, houve duas notas do mês de março no CE. Em uma eram noticiados “gêneros de primeira necessidade [...] sendo enviados pelo governo estadual, além de contribuições da população e de criadores”⁸²⁹. Na outra, se enunciava “100 cobertores [...] doados pela Casas Pernambucanas”⁸³⁰, algo ainda muito desproporcional frente ao número de carecidos.

⁸²⁵ OS FLAGELADOS já são três mil e podem aumentar. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7662, capa, 12 maio 1977. Publicaram-se acerca das demais enchentes de vulto em Mato Grosso ocorridas nos anos de “1930, 1942, 1959 [...] 1974” e dizia-se a de 1976 estar em curso, com maior potência adquirida em 1977. GABRIEL Müller: pecuária sofre maior impacto. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7589, capa, 08 fev. 1977.

⁸²⁶ RIO Paraguai já está invadindo Porto Murtinho. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7663, capa, 13 maio 1977.

⁸²⁷ GARCIA Neto garante apoio total aos flagelados. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7664, capa, 14 maio 1977.

⁸²⁸ NOTA de esclarecimento. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7664, capa, 14 maio 1977.

⁸²⁹ FLAGELADOS do Piquiri abrigados em Corumbá. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7194, p. 07, 01 mar. 1977.

⁸³⁰ GOVERNADOR recebe hoje relatório sobre Porto Esperança e Forte Coimbra. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7210, p. 02, 19-20 mar. 1977.

Informava-se que desde “novembro de 1976” já existiriam alertas do “DNOS” (Departamento Nacional de Obras de Saneamento) para os fazendeiros retirarem o rebanho bovino das regiões passíveis de alagamento, frente às previsões do órgão sobre “a grande inundação”. Todavia, quanto à população afetada nada foi dito a respeito de medidas protetivas antecipatórias. A esses sujeitos “desabrigados”, ao contrario de consternação, eram-lhes dedicadas ironias infames. Afirmava o redator, estarem eles “felizes pela situação: não trabalham, comem muito bem e ainda deverão continuar sendo alimentados pelo governo por mais dois meses”. Essas palavras foram redigidas logo após se relatar que somente “leite em pó, charque [...], arroz, feijão, fubá e mate” fazia parte dos alimentos fornecidos a eles⁸³¹.

Em 17 de junho era divulgado o “relatório” do “Departamento de Hidrografia [...] em Campo Grande”, sobre os “níveis do rio Paraguai”, e as expectativas de “recuo das águas” eram otimistas. Ponderava-se, a partir disto, pela amenização das perdas “dos pecuaristas pantaneiros”, pois os mesmos poderiam “promover uma operação especial para afastar o rebanho das regiões mais afetadas”⁸³². No mês de agosto noticiava-se o início das baixas no Pantanal, no entanto, ainda com bastantes alagamentos prevendo-se a “normalidade” apenas em “outubro ou novembro”, a partir de quando “os fazendeiros” começariam “a movimentar suas manadas a procura de pastagens”⁸³³. Em dezembro, já se publicava sobre “as inundações [...] em Aquidauana”⁸³⁴.

Nesse sentido, observa-se a preocupação com o *gado*, em detrimento da *população humana* nas enchentes do Pantanal⁸³⁵. Verifica-se que essa postura não ocorria porque se considerava aquele como um ser senciente, alguém que se comunica

⁸³¹ ONDA de cheia máxima ultrapassa Forte Coimbra. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7280, p. 03, 14 jun. 1977.

⁸³² DNOS divulga relatório: Enchentes. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7691, capa, 17 jun. 1977.

⁸³³ PANTANAL começa a baixar, mas ainda tem muita água. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7739, p. 10, 21 ago. 1977.

⁸³⁴ INUNDAÇÕES ameaça e desabrigam famílias em Aquidauana. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7832, p. 14, 24-25 dez. 1977. TAQUARI sobe e ameaça Coxim; Aquidauana pode inundar Pirizal. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7435, p. 09, 23 dez. 1977. TRANQUILA Aquidauana esera amanhã a maior enchente deste século. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7436, p. 07, 24 dez. 1977.

⁸³⁵ Com uma única exceção observada nas declarações do “pecuarista Clóvis de Barros” publicada em fevereiro de 1977, nas quais ele afirmava: “Não se trata mais de salvar gado, mas de salvar vidas”. De qualquer maneira, ainda se propugnava por dualidades excludentes. EMBARCAÇÃO da Marinha vai socorrer flagelados no Pantanal. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7179, p. 02, 08 fev. 1977.

em linguagem própria, ou uma pessoa em âmbito ético, filosófico ou jurídico⁸³⁶. Mas sim, por lhe ser atribuído um valor mercadológico, de objeto de lucro para alguns poucos latifundiários, também políticos, atuantes na esfera pública e privada.

Assim, nem um nem outro (humanos e extra-humanos) tinham valores por si; suas vidas e existências, por elas mesmas, não estavam na esfera da atenção daqueles que tinham o poder de interceder ou não por elas. Por esses motivos, os bovinos recebiam mais cuidados e mereciam investimentos; afinal os lucros destes seriam recebidos por seus exploradores. Já os humanos, vulneráveis às enchentes, eram em tal momento entendidos como problemas.

Todavia, era preciso evitar as perdas financeiras em relação aos bovinos, em razão de sua utilidade e potencial de enriquecimento econômico daqueles que os exploravam, e as perdas eleitorais que poderia advir das pessoas não socorridas. Percebeu-se que a morte era, portanto, pensada, planejada, organizada e estrategicamente direcionada por aqueles que estavam no controle, pois não lhes era interessante, nem que os primeiros sucumbissem às águas, nem que os segundos votassem nos opositores. Seguindo a lógica utilitarista da colonialidade, os pecuaristas tinham no gado uma mercadoria de alto valor comercial (e no voto a chance de manterem-se no poder político) por isso a aflição durante as inundações.

Não havia uma perspectiva sobre pessoas de direitos, extra-humanas, como atualmente preconiza o Direito Animal. Nem havia o entendimento de serem “entes dotados de espíritos” manifestados por meio dos “xapiris”, como poderiam entendê-los os Yanomamis⁸³⁷. Também não eram percebidos como “os teko jára, guardiões de modalidades de ser” sob uma perspectiva Guarani⁸³⁸, ou seres que são afetados, afetam os demais e seu entorno, como apregoa a filosofia contemporânea. Tampouco, seriam considerados sujeitos conforme as propugnações do contra especismo⁸³⁹.

Os bois serviam apenas para o lucro, após serem explorados, violentados, mortos e esquartejados; eram conduzidos à exaustão, sobre suas próprias pernas para o terrível e derradeiro fim, ocorrido durante o percurso ou nos abatedouros. Sequer lhes era permitido o acolhimento digno de companheiros de estada ou de viagem. Jailson

⁸³⁶ FELIPE, Sônia T. Antropocentrismo, sencientismo e biocentrismo: perspectivas éticas abolicionistas, bem-estaristas e conservadoras e o estatuto de animais não-humanos; COELHO, Carlos Cardozo. *Ontofagia: materialismo mágico*.

⁸³⁷ KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*.

⁸³⁸ BENITES, Eliel; PEREIRA, Levi Marques. Os conhecimentos dos Guardiões do modo de ser – teko jára, habitantes de patamares de existência tangíveis e intangíveis e a produção dos coletivos Kaiowá e Guarani.

⁸³⁹ COELHO, Carlos Cardozo. *Ontofagia: materialismo mágico*.

Bezerra de Araújo, condutor de comitiva pantaneira tinha uma percepção diferente; este relatou sua maior dor, nada comparável às “piores necessidades” enfrentadas em seu ofício: “saber que tava levando o gado para morrer e tinha que levar”⁸⁴⁰.

As pessoas humanas, por sua vez, serviam à retórica oportunista, especialmente, quando utilizadas nas inferências políticas e midiáticas nas discussões divisionistas. Destarte, na esteira que leva às contradições, às quais se tentavam disfarçar, estava a falta de saneamento urbano, de distribuição equivalente de recursos financeiros ou materiais, de organização social que considerasse a heterogeneidade do povo, de poder equitativo, de acesso a alguns recintos culturais e políticos, de coesão e de coerência. Por ser a falta constitutiva do sujeito e da sociedade, por conseguinte, dolorosa e angustiante⁸⁴¹, pretendia-se escamoteá-la, justificá-la, negá-la e criavam-se instrumentos ancorados no capitalismo e no liberalismo para amenizá-la.

Por isso, será pela falta que se chegará aos discursos que pretendem encobri-la, sem conseguir, contudo, supri-la ou extirpá-la⁸⁴². Isso pôde ser verificado em muitos momentos na gramática jornalística; a escassez manifestada em todo espaço social, urbano e rural, era nomeada, dirigida e concentrada às *favelas*, que deveriam de algum modo ser extintas. O mesmo se dava em relação às *migrações*, à *desordem social* e à *criminalidade*. Não houve nos noticiosos qualquer problematização sobre as causas conducentes de tais situações, somente sobre os desejos de sua inexistência. Por serem esses, desvinculados da historicidade local não se mostraram satisfatórios ou eficazes.

Assim, os anseios por desenvolvimento a qualquer custo, progresso, modernização e acúmulo de capital financeiro e simbólico ganharam adesão e se difundiram facilmente. Eram essas as metáforas usadas para a negação da falta que sempre retornava metonimicamente em outros significantes. No entanto, tais semânticas atendiam a pouquíssimos setores, principalmente, por não corresponderem às experienciais sociais, culturais e econômicas das sociedades. As ações e os interesses dos dominantes eram permeados de encobrimentos; por vezes não eram explícitos ou transparentes, de maneira que os agentes exerciam a denegação por meio de atitudes paliativas amplamente divulgadas.

Porém, aqueles mesmos defensores da divisão territorial do Estado que diziam assim agir em nome da população, quando esta estava em risco priorizavam seus

⁸⁴⁰ ARAÚJO, Valdinéia Souza de. *Da pecuária ao turismo: transformações no viver pantaneiro*, no entorno da Transpantaneira em Poconé – MT, p. 74.

⁸⁴¹ LEMAIRE, Anika. *Jacques Lacan: uma introdução*.

⁸⁴² EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*.

negócios. Era exemplo disto, o domínio, o controle, a venda e o lucro com a terra e o fato da elite não se importar com os mais pobres que não conseguiam terminar de pagá-la. Muitos pequenos proprietários, quando chegavam ao local adquirido, verificavam que ali não havia preparo nenhum para a produção agrícola e que a atividade demandaria de muitos recursos físicos e financeiros, além de tempo, para a terra se tornar agricultável. Esses fatores faziam com que grande parte dessas pessoas desistissem do campo e procurassem subsistência nas áreas urbanas mais próximas, como Campo Grande e Cuiabá. Ao procurar trabalho e não encontrar, esses sujeitos partiam para a mendicância e até para a insubordinação legal; sobrevivendo e ocupando as cidades como era possível.

Em relação a isso, os mesmos indivíduos que os enganavam (políticos, empreendedores e seus familiares), com a propaganda de terras cultiváveis, não ofereciam nenhum tipo de subsídio, atuavam como organizadores da urbe e não suportavam a presença desses *pobres*. Como resultado, negavam que não se importavam com a situação de vulnerabilidade causada por suas próprias atitudes e promoviam ações de caridade que no fundo era um modo de exercer a higiene social ou apenas provocarem um tipo de distinção, criando fronteiras físicas e simbólicas em relação a tais sujeitos (como será abordado com maior profundidade no subtítulo a seguir). Pois, o objetivo era afastar os indesejáveis dos ambientes ocupados pelas elites. Destarte, o lucro e o bônus da atuação fundiária mercantil, explícita nas discussões separatistas, estavam reservados aos particulares, já os custos e o ônus eram sociais, coletivos e públicos.

3.4 – Negação e denegação das elites mato-grossenses – alguns exemplos

Diante das controvérsias e das insatisfações que o capitalismo gera, inclusive naqueles que usufruem de seus benefícios, bem como, frente à precariedade, cuja grande parte da população imerge, os *dominantes* nem sempre manifestavam abertamente suas motivações e seus objetivos. A subjugação dos migrantes, dos *pobres* e das demais camadas sociais desprovidas de recursos materiais e financeiros, ficava implícita, eventualmente, nas retóricas políticas e jornalísticas, como explanadas acima. A marginalização, concomitantemente, ao processo higienista burguês, nem sempre estava escancarada nas páginas dos periódicos. Todavia, em 1977, a superavaliação das discursividades elitistas, em detrimento às demais, estava alinhada à ideologia

supremacista que atingia todos os âmbitos da vida em coletividade⁸⁴³ e era utilizada midiaticamente naquele ano.

Dentre elas, encontrava-se a pretensão acerca do controle das águas ou a sua contenção, que se chocava constantemente com a dificuldade para a construção e manutenção das estradas. Observou-se, no íterim dos embates separatistas, a insistência cotidiana para a construção de vias comunicacionais terrestres, fossem por meio de asfaltamento ou de ferrovia, como políticas públicas a serem implantadas em Mato Grosso. Os defensores de tais proposituras seguiam aos princípios militares, bem como, a seus próprios interesses mais comezinhos e particulares de latifundiários, como se observou nos capítulos anteriores. Mediante isto, acreditava-se na superação de quaisquer percalços desde que houvesse investimento financeiro.

E era essa a premissa embasadora dos posicionamentos divulgados na imprensa naquele ano, especialmente, quando se debatia sobre a divisão do Estado e se faziam reivindicações pela construção de rodovias e estradas vicinais, como maneiras de facilitar o escoamento da produção. Contudo, em plena crise dos alagamentos, ficaram nítidas as limitações de tais estratégias. É de se questionar, particularmente, os gastos do dinheiro público em prol de uma camada ínfima da sociedade, que solicitava cada vez mais recursos, enquanto os prejuízos para a maioria eram latentes.

A rodovia transpantaneira, por exemplo, era um assunto bastante em voga na conjuntura seccionista de 1977. No auge dos debates ocorridos em maio daquele ano e das inundações destrutivas; no OEMT, postulava-se pela “tese dos ‘bolsões econômicos’”. Com ela aludia-se ao “reinício e aceleração das obras da [...] rodovia” a integrar a “capital com Corumbá”. Ressaltava-se que “embora as duas cidades no futuro” ficassem pertencentes “a dois Estados diferentes”, a referida obra representaria “um importante traço de união sócio-econômico no contexto do desenvolvimento do Pantanal”. Tal enlace seria benéfico a Mato Grosso e ao inédito “Estado de Campo Grande”. Porquanto, o bioma pantaneiro passaria a se situar nas duas unidades federativas, e por ser considerado “inesgotável potencialidade” (tipicamente um pensamento de quem não media suas ações degradadoras da natureza), justificava-se “um investimento de grande monta”, como exigiria aquela construção⁸⁴⁴.

⁸⁴³ A coletividade, nesta tese, é entendida em dimensão ampla, sem a distinção entre cultura e natureza elaborada pelo pensamento binário, antropocêntrico moderno, seguindo a perspectiva de NANCY, Jean-Luc. *Being singular-plural*.

⁸⁴⁴ EDITORIAL – Transpantaneira e desenvolvimento. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7666, p. 06, 17 maio 1977 (grifo do original).

Em conjunto a isto, ressaltava-se: devido aos novos “limites territoriais”, Cuiabá necessitaria “de uma infra-estrutura [...] mais dinâmica e [...] ampla” para o tráfego. Argumentava-se ainda que a Transpantaneira iria suprir tal demanda parcialmente, mas sobretudo, poderia “garantir transporte seguro em todos os meses do ano” e constituir “um apoio decisivo para resguardar o gado na época das enchentes”. Para a concretização desse ideal enfatizava-se a imprescindibilidade dos “recursos federais” de preferência assumindo a totalidade da obra⁸⁴⁵.

Porém, o otimismo editorial foi de algum modo frustrado; no mês seguinte noticiava-se “oito milhões de aves” a serem mortas pela “Transpantaneira”. Republicada do CE, tratava-se da denúncia do “cientista [...] diretor da Fundação do Parque Zoológico de São Paulo, Mario Autuori”, da qual se tivera conhecimento em razão de uma participação deste “em programa da ‘Globo’ falando sobre as saúvas”. Assinalava-se o fato da estrada cortar “no sentido norte-sul o Pantanal, a maior reserva biológica do mundo ameaçado pelos predadores cada vez mais”. Entretanto, ressalvas foram feitas, lembrou-se “que não se” poderia “esperar tudo do governo, tendo em vista que o Brasil” era “um país pobre”, por conseguinte, “grande parte do que se” fazia era “em vista da melhoria do padrão de vida do cidadão brasileiro”⁸⁴⁶.

Por esse motivo, Autuori” teria concitado “a juventude”. Seria esta a responsável “a levar a mensagem da defesa da natureza a milhões de brasileiros”, pois o cientista não estava seguro quanto à sobrevivência da “espécie humana” junto ao “progresso nem sempre organizado”. Percebem-se os contorcionismos na fala de Autuori para não criticar diretamente o regime e não atribuir a este a predação, diluindo-a coletivamente. Ainda assim, o diretor da Fundação estaria “preparando um documentário sobre a situação do Pantanal matogrossense e da ameaça às pernaltas, tendo em vista que” a estrada passava “a menos de 500 metros de um dos maiores criadouros do mundo”⁸⁴⁷.

A esta preocupação o periodista considerava digna e afirmava ser “um alerta muito sério” para as “autoridades” nacionais, estaduais e para os “jovens”. Frisava-se a experiência de Autuori e suas “várias visitas ao território” para o qual ele sugeria “a proteção dos animais ameaçados de extinção”, não só nesta localidade, mas “em todo o Brasil. Arrazoava-se também pelo repovoamento da fauna comum, das ‘cotias, pacas e antas só para citar alguns exemplos’”. Logo abaixo da transcrição da fala do cientista,

⁸⁴⁵ *Ibidem*.

⁸⁴⁶ TRANSPANTANEIRA vai matar oito milhões de aves. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7688, p. 10, 14 jun. 1977, (grifo do original).

⁸⁴⁷ *Ibidem*.

havia as propugnações do editorial cuja escrita relatava a paralisação daquela rodovia, apesar dos “planos para a sua conclusão” continuarem “em evidência, muito embora as últimas inundações” tivessem “causado sérios prejuízos a tudo o que já se fizera”⁸⁴⁸.

Na tentativa de endossar as considerações de Antuori, não responsabilizar as políticas públicas nem seus autores, jogou-se o agravo aos usuários. Frisava-se: “enquanto esteve em regulares condições de tráfego, a estrada tanto teve potencial turístico como de destruição”. Teriam sido “os ‘turistas’” os encarregados pela devastação ambiental, porquanto, não “sabiam se controlar diante da inexistência de fiscalização e simplesmente iniciavam autênticas caçadas a todos e quaisquer tipos de animais pantaneiros que lhes passassem às vistas”⁸⁴⁹. Assim, não eram mencionados os danos já provocados pelas obras de engenharia viária e pelos latifundiários.

Malogrados os alertas e passados 15 dias, se voltava a evocar pela rodovia e se menosprezava aquelas notícias anteriores. O fato de “alguns ecologistas” falarem “da grande ‘ameaça’ que consistia o prosseguimento das obras da Transpantaneira”, que ligaria a “Capital a Corumbá, passando por Poconé”, era refutado no “editorial”. O “destaque ao ‘perigo’ que existia a respeito do extermínio de aves e outros animais existentes no Pantanal” já não faria mais parte da gramática jornalística do OEMT. Afirmava-se ser “em tese, tudo [...] bonito, mas formalístico, longe da realidade”. Além disso, argumentava-se: “se fosse adotado o mesmo critério para tudo neste mundo, o progresso não existiria porque [...] citariam a ameaça disto ou daquilo”⁸⁵⁰.

Para o editor “a inteligência humana” teria condições suficientes “justamente para construir e enfrentar as adversidades que se contrapõem ao que se constrói”. Observa-se o *não* uso do termo *destruir* e sim a dupla escrita relacionada à *construção*, em nítida negação dos atos corrosivos praticados por tal discursividade. Ademais, o que se vivencia atualmente contradiz veementemente aquela opinião. O redator seguia em sua indignação contra “pessoas alienígenas, sem qualquer vinculação com Mato Grosso”, que surgiam e se arvoravam “com o direito de prejudicar os [...] direitos, de matogrossenses” *conhecedores* das “coisas” locais, “sem a sofisticação de falsos modernismos, mas com a naturalidade dos conhecimentos” recebidos “de geração em geração” (não estavam incluídos aí os saberes advindos da ancestralidade dos povos

⁸⁴⁸ *Ibidem*.

⁸⁴⁹ *Ibidem*.

⁸⁵⁰ EDITORIAL – a necessidade da Transpantaneira. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7703, p. 06, 01 jul. 1977, (grifo do original).

originários, obviamente). Se antes as considerações científicas eram relevantes, agora eram identificadas como intromissivas e detratoras⁸⁵¹.

Postulava-se: “saberemos receber até mesmo com humildade, tudo aquilo que venha a nos beneficiar”. No entanto, em nome de todos os moradores do Estado, usava-se a veemência: “não acataremos que ‘falsos profetas’ aqui surjam a título de ilustrarem os seus ‘currículos’ às custas dos nossos problemas, que exigem soluções e não argumentações enganosas”. O diagnóstico científico, nesta oportunidade, era escarnecido juntamente a todo e qualquer indício das mazelas provocadas pela elite, independentemente de onde adviesse. Usou-se até de uma tônica metafísica para desprezar o estudo com rigor acadêmico e profissional e sobrepor-lhe um ideal desenvolvimentista sem embasamento técnico algum. A nota prosseguia: “queremos a Transpantaneira. Que ela seja construída o mais breve possível. Volumosos recursos já foram ali aplicados e os seus primeiros resultados benéficos estão surgindo”⁸⁵².

Contudo, estes não eram apontados, nem era enunciado quem estaria aproveitando deles, apenas se evidenciava o gasto financeiro efetivado. Em continuidade, discorria-se com eloquência: “caberá a nós, numa etapa seguinte, resguardar a flora e a fauna, que constituem outras grandes riquezas matogrossenses, que pertencem a nós [...] e não a pseudos conhecedores do nada”. Sem apresentar os meios a serem utilizados para a proteção ambiental, extravasava-se a semântica dominadora, controladora, supremacista e, conseqüentemente, devastadora de tudo e todos não enquadrados nos princípios capitalistas e liberais, próprios da colonialidade. Finalizando o texto o jornalista reconhecia os percalços de uma natureza indomável (não restrita a essa localidade), todavia ressaltava: “Mato Grosso continua a ser, a despeito de todos os avanços alcançados, um mundo de surpresas”. Estas seriam “positivas” e continuariam “a surgir com maior intensidade”, ao que estariam os “matogrossenses [...] aptos a comandar” no seu próprio “processo de desenvolvimento sócio-econômico”⁸⁵³. Flagrantemente, não foi isto que se verificou durante as enchentes.

É importante frisar que a construção daquela estrada foi iniciada em “1971 [...], cujo objetivo inicial era possibilitar a triangulação entre as três principais cidades do então estado de Mato Grosso (Cuiabá, Corumbá e Campo Grande)”. As duas primeiras “seriam ligadas por esta rodovia, via Poconé. A construção da Transpantaneira

⁸⁵¹ *Ibidem.*

⁸⁵² *Ibidem.*

⁸⁵³ *Ibidem.*

propiciaria melhor infra-estrutura para o escoamento da produção pecuária do Pantanal norte”. As verbas iniciais eram “estaduais e a CODEMAT” foi o “órgão responsável” por sua construção, “encarregada apenas [...] do trecho entre Poconé e Porto Jofre”. O idealizador “do projeto” teria sido “o Engenheiro Agrônomo Gabriel Júlio de Mattos Müller”, cujo embasamento se daria “na experiência de construção de estradas nos *Everglades* dos Estados Unidos”. A ideia teria surgido a partir de um livro traduzido por ele mesmo “sobre como explorar o pantanal deles [...], um brejo”, que teria lá. “Em 1974”, no mandato de Ernesto Geisel, “foi instituído o PRODEPAN, sendo este programa parte da política desenvolvimentista e de integração nacional, iniciada pelo governo militar em fins da década de 1960”⁸⁵⁴.

Dentre os escopos deste programa estava “melhorar o aproveitamento do potencial agrícola e pecuário do Pantanal, atendendo cinco setores básicos: transporte, energia, saneamento, pecuária e industrialização”. Priorizava-se “o setor [...] de transporte, e a continuação da rodovia Transpantaneira entre Porto Jofre e Corumbá foi colocada em primeiro plano”. Entretanto, “isto não ocorreu e dos aproximadamente 400 Km projetados [...] foram construídos apenas 145,3 Km entre Poconé e Porto Jofre”. Logo, em detrimento de todo recurso gasto, “os problemas de escoamento da produção pecuária no Pantanal norte não foram resolvidos”, porque “o programa não correspondeu às expectativas em nenhum dos setores básicos [...], pois foram utilizadas técnicas inadequadas à realidade pantaneira”. Um dos infortúnios atribuídos às obras da estrada em questão foi a “forma irresponsável de gestão de dinheiro público”, computando um “ônus para o país [...], uma vez que grande parte das verbas foi adquirida através de empréstimos externos”⁸⁵⁵. Além disso, essa lógica ditatorial que em 1977 comandava as narrativas políticas e jornalísticas, cujos lauréis e reivindicações orçamentárias se sobrepunham a quaisquer necessidades básicas do restante da população, não satisfazia *por completo* nem mesmo a elite, tornando-se uma demanda potencialmente infinita.

Nem por isso, se deixava de apregoá-la. O reconhecimento dos estragos causados por ela nessa técnica viária, não era suficiente para se repensar os rumos adotados, por conseguinte, negava-se sua falibilidade. Em Campo Grande, no íterim das grandes chuvas, no CE eram relatados os “sérios prejuízos não só a moradores como

⁸⁵⁴ ARAÚJO, Valdinéia Souza de. *Da pecuária ao turismo: transformações no viver pantaneiro*, no entorno da Transpantaneira em Poconé – MT, p. 32, 54, 60, 159.

⁸⁵⁵ *Ibidem*.

também ao poder público municipal”. Julgava-se ser uma situação de *normalidade* o “desespero” dos habitantes das “regiões [...] sujeitas a inundações” e “inexplicável” a ocorrência “na rua Y Juca Pirama” (atual Marechal Cândido Mariano Rondon, localizada no centro da cidade). Nesta, “as águas captadas pelas galerias pluviais”, ainda “não terminadas, ocasionaram o levantamento de uma secção de quase quinze metros da tubulação [...] enterrada a mais de dois meses”⁸⁵⁶.

Eram descritos “o lamaçal muito grande” dificultando a “locomoção”, complicações “nos cruzamentos”, a queda de veículos em “valas abertas pelas empreiteiras” e as “partes da pavimentação” levadas pelas “enxurradas [...] abrindo enormes crateras”⁸⁵⁷. Já em âmbito estadual, noticiava-se a interrupção do “tráfego rodoviário entre Cuiabá e Brasília, pela BR-364 que” era “totalmente asfaltada, devido a uma obstrução em sua pista, em virtude de queda de barreiras e abatimentos de aterros”, afetando especialmente “os quilômetros 277 e 284 [...], sub-trecho Rondonópolis – Alto Garças”⁸⁵⁸.

No OEMT, eram oferecidos mais detalhes “das fortes chuvas” sobre “Mato Grosso inteiro” e eram destacados os “esforços” do “DNER [...], DERMAT e [...] 9º BEC”. Inferia-se estarem as enchentes anulando “todo o empenho” de tais “instituições” que tentariam “evitar maiores consequências para o tráfego de veículos”, também através das “pontes”⁸⁵⁹. Para a “recuperação” destas, previa-se o investimento de “12 milhões de cruzeiros” a ser feito “somente” pelo “2º Distrito Rodoviário sediado em Campo Grande”⁸⁶⁰. Um valor bastante considerável quando comparado aos quilos de alimentos destinados ao desabrigados. Apesar do enfoque dado ao Pantanal, em razão de parte das riquezas dos latifundiários pecuaristas concentrarem-se lá, percebeu-se que as águas inundavam até os centros urbanos, nos quais esses sujeitos residiam e se pretendiam seguros. Além de Campo Grande, na Capital “as águas [...] chegaram a atingir o início da Avenida 15 de novembro”, no dia 07 de fevereiro daquele ano⁸⁶¹, e

⁸⁵⁶ CHUVAS causam sérios problemas e prejuízos em Campo Grande. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7176, p. 03, 04 fev. 1977.

⁸⁵⁷ *Ibidem*.

⁸⁵⁸ INTERROMPIDO tráfego entre Cuiabá e Brasília. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7176, p. 03, 04 fev. 1977.

⁸⁵⁹ EDITORIAL – Mato Grosso sob fortes chuvas. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7587, p. 6, 05 fev. 1977.

⁸⁶⁰ BALANIUC vai pedir helicópteros da FAB para atender Pantanal. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7179, p. 02, 08 fev. 1977.

⁸⁶¹ RIO Cuiabá pode superar hoje “o ponto de alarme”. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7179, p. 09, 08 fev. 1977; RIO Cuiabá voltou ontem a subir: quase no alerta. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7589, capa, 08 fev. 1977.

em junho avariaram “os setores de telex e teletipo” da sede do OEMT, bem como provocaram vários destelhamentos e inundações em muitos pontos⁸⁶².

Enquanto o povo vivia o caos e a elite reivindicava por garantias de seus lucros e recursos extras, da esfera federal, o governador preocupava-se com “as repercussões [...], tomando todas as providências para” minimizá-las, “a fim de que” o Estado pudesse “continuar na senda do progresso”. Para Garcia Neto, a reputação de Mato Grosso era uma prioridade naquele momento como foi explicitado em suas declarações⁸⁶³. Essa apreensão do chefe do executivo poderia estar atrelada aos expressivos investimentos da União. Só do “Ministério dos Transportes” estavam previstos “181 milhões” de cruzeiros “já consignados no exercício de 1977”. Seriam distribuídos para “a conclusão das obras da Transpantaneira [...] rodovia BR-262, trecho Aquidauana-Corumbá [...] 75 milhões”; “Morro do Azeite-Corumbá [...] 65 milhões”; “sistema rodoviário do Pantanal (PRODEPAN) [...] 21 milhões [...] para serem aplicados pelo DNER” e para o início da “construção da BR-463 [...], Dourados-Ponta Porã [...], 20 milhões”⁸⁶⁴. Todavia, naquela situação, não era apenas o recebimento do dinheiro público que interessava aos *dominantes*; suas disputas e conciliações com poderosos agentes externos influenciavam semelhantemente suas ações e retóricas.

Em março era publicizada “a luta” iniciada “com a Camargo Corrêa”⁸⁶⁵. Referia-se a uma empreiteira amplamente beneficiada pelo governo, sendo considerada “a maior construtora da ditadura, tendo um vertiginoso [...] crescimento” durante o período de exceção. “A empresa de Sebastião Camargo [...] era conhecida pela associação com as Forças Armadas” e contribuição “com a Operação Bandeirante”, de modo a cooperar “com o aparato repressivo do regime”. Isso de dava porque o proprietário era membro “do Círculo Militar de São Paulo”. Havia acusações de que “o grupo” praticava “trabalho escravo em uma fazenda na Amazônia” naquela época. “A empresa acumulava altas receitas e lucros com denúncias de maus tratos em relação aos trabalhadores”⁸⁶⁶.

⁸⁶² A CIDADE dia a dia – chuvas. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7690, p. 06, 16 jun. 1977.

⁸⁶³ GARCIA Neto sobrevoou regiões inundadas. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7589, capa, 08 fev. 1977.

⁸⁶⁴ TRANSPORTES: 181 milhões, em 77, para M. Grosso. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7590, capa, 09 fev. 1977.

⁸⁶⁵ SIGILO da reunião no DNOS é explicada: vai começar a luta com a Camargo Corrêa. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7590, capa, 09 fev. 1977.

⁸⁶⁶ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empresas e ditadura, o outro lado - os grupos econômicos perseguidos pelo regime civil-militar brasileiro: o caso das empreiteiras, p. 29-31.

Há registros de uma grande “rebelião ocorrida em um canteiro de” suas “obras [...] em 1981, quando os operários da construção da hidrelétrica de Tucuruí fizeram um levante contra as condições de trabalho e a repressão dos agentes da empresa”. Esta era permeada pela semântica “autoritária e excludente”, condizente com a fase ditatorial. Pode-se dizer que “a modernização do Estado” teve o auxílio de vários empreendimentos dentre os quais estava a “Camargo Corrêa, com toda a truculência demonstrada [...] em suas violações contra” seus funcionários “e apoio à política de terrorismo” governamental⁸⁶⁷. No ano de 1977, em Mato Grosso, essa firma era uma concorrente na especulação fundiária⁸⁶⁸ e na agropecuária.

Denunciavam-se, no CE, os transtornos originados pela “barragem da ilha da Camargo Corrêa, no Pantanal do Piquiri, e que teria sido a grande responsável pelas violentas inundações” iniciadas em fevereiro e persistentes por meses. Calculavam-se “prejuízos de milhões de cruzeiros” aos fazendeiros circunvizinhos. Expunha-se “o represamento e a canalização das águas do rio [...] para apenas uma região”, incitando “a revolta dos pecuaristas prejudicados”. O descontentamento teria sido suficiente, segundo o periodista, para acarretar “uma reação do Departamento Nacional de Obras e Saneamento”. Esperava-se que seu diretor geral, Harry Amorim Costa (primeiro governador do MS indicado pela presidência da república, em 1979), encontrasse “uma fórmula de eliminar a barragem e diminuir em mais de 70% os efeitos das enchentes” naquela localidade⁸⁶⁹.

Entretanto, o próprio jornalista reconhecia ser a “ilha [...] um velho espinho atravessado na garganta do DNOS, um assunto quase intocável até” aquele momento, “principalmente pela potência que a empresa” representaria. Dizia-se ser ela “capaz de impedir a realização de medidas importantes” e fundamentais, porque a despeito “dos inúmeros protestos” de conhecimento “do DNOS”, os servidores que chefiavam esse departamento mantinham “muita reserva em torno do problema” chegando a considerá-lo “um assunto proibido”. No decorrer do texto, as expectativas iniciais de “eliminação da barragem” já davam espaço para se cogitar “torná-la menos nociva” e encontrar maneiras de obrigar “os proprietários a construírem pontes que permitissem a necessária vazão das águas em épocas de” chuvas fortes, “sem prejudicar as propriedades próximas”. Admitia-se a falta de informações acerca da “extensão da imensa”

⁸⁶⁷ *Ibidem*.

⁸⁶⁸ Conforme abordado na página 150 desta tese, essa era uma realidade desde a década de 1950.

⁸⁶⁹ SIGILO da reunião no DNOS é explicada: vai começar a luta com a Camargo Corrêa. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7198, p. 05, 05-06 mar. 1977.

edificação, formando “quase um círculo [...], uma muralha”, protegendo “a ilha”, com “guardas” para garantir que “ninguém” entrasse “sem autorização”. Aquela obra não deixaria “a água passar para o interior da propriedade, mas” represava-a “nas fazendas vizinhas e até mesmo nas mais distantes”⁸⁷⁰.

Apesar dessas ilações, afirmava-se serem elas contrárias ao entendimento de Amorim Costa, para quem não haveria comprovação de “que a barragem da Camargo Correa” seria “causadora” dos infortúnios. Aliás, o diretor apoiaria benfeitorias que “na medida do possível” defendessem as propriedades das cheias, especialmente para “preservação” da “área e dos rebanhos”. Amorim teria se comprometido, no máximo, a realizar “um estudo para verificar” se aquela construção era “prejudicial”. Frente à proposta conciliadora, o redator evocava a “ecologia pantaneira” como motivo para uma futura demolição, “pelo menos em parte”, da ilha, caso ficasse “comprovado” seu malefício. Contudo, a manobra crítica acabou sendo refutada ao se mencionar que o assunto não era “especificamente” da “alçada” do DNOS; e restaram ameaças: “já se fala até mesmo em provocar o rompimento da barragem, para que a erosão se encarregue de abrir estradas que permitam o livre escoamento das águas”. Arrazoava-se ser isto, “apenas sinais de uma revolta que” estaria “crescendo a cada dia”⁸⁷¹.

Sabendo-se da lealdade entre Amorim e Geisel, bem como, dos benefícios concedidos à Camargo Corrêa percebe-se mais uma razão para a elite mato-grossense pleitear a divisão do Estado. A implantação de uma nova entidade federativa seria a oportunidade e o instrumento adequado, para os políticos latifundiários locais gerirem a seu crivo a atuação de agentes tidos como externos. O tema voltou à pauta do CE, no mês de abril, quando se anunciava a probabilidade de inundação em Cáceres. Frente às alarmantes cheias, reiterava-se: “o que se registra de mais grave, no Pantanal da região Norte, é a barragem da Fazenda São João, da Camargo Corrêa”. Frisava-se: “para se protegerem das inundações, os proprietários levantaram uma autêntica muralha, que desvia grandes volumes de água contra pequenas” fazendas (dado discutível, se pensados os latifúndios pecuários da região). Tal cenário era “classificado, pelos prejudicados, como ‘desastre ecológico’, pois” além daquela denúncia primeira a obra estaria arrasando “com a flora e a fauna”⁸⁷².

⁸⁷⁰ *Ibidem*.

⁸⁷¹ *Ibidem*.

⁸⁷² RIO Paraguai, agora, ameaça inundar Cáceres. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7242, p. 05, 28 abr. 1977 (grifo do original).

Com isso, comprovava-se mais uma vez os contorcionismos retóricos usados midiaticamente, a depender do modulador em questão, nítidos principalmente nos debates separatistas⁸⁷³, e que aqui se fazia convenientemente em nome de um *respeito ao ecossistema*. Nessa situação de embate entre latifundiários, na qual não havia cedência dos órgãos federais a favor dos mato-grossenses, se usava da destruição do bioma, como um ato denegatório, para imputar ao adversário algum ônus que o desprestigiasse (essa era a via mais comum para a elite). Expressava-se nessas interpelações certa esperança quanto a um poder econômico infundável, a ponto de ter a capacidade de conter as águas como se acreditava fazer a Camargo Corrêa, ao qual, políticos, agropecuaristas, empresários e militares almejavam alcançar.

Nesse sentido se enfatizava rotineiramente, em 1977, os gastos e os possíveis ganhos financeiros com a engenharia viária e com as enchentes. No OEMT escreveu-se sobre uma “missão” a ser coordenada pelo “Ministério da Agricultura [...], com objetivo de reavaliar a situação [...] no Pantanal”. Pretendia-se “verificar a operacionalização das medidas anteriormente adotadas” considerando a necessidade de serem complementadas. Para tanto, seriam mobilizados, além da “Assessoria Econômica” daquele ministério, “representantes do Banco do Brasil, Banco Central, Ministério do Interior, COBAL, Secretaria de Planejamento da Presidência da República e Ministério dos Transportes”. Dentre as avaliações das diretrizes, adotadas em ocasiões passadas, estavam: “aquisição prioritária do excedente da safra de bovinos para a formação do estoque regulador da COBAL, linhas especiais de crédito e maior número de vagões para transporte”. Consequentemente, seriam feitos “contatos com as classes produtoras, frigoríficos e autoridades”⁸⁷⁴; ou seja, somente pessoas com alto poder aquisitivo seriam atendidas aumentando ainda mais suas potencialidades.

Em âmbito urbano eram evidenciados os estragos “nas obras já prontas ou que estavam sendo feitas” em Campo Grande. Noticiava-se o interrompimento “por várias horas” nas ruas de “acesso à Vila Glória”, ocorrendo primeiro na “Avenida Calógeras” e depois “13 de maio [...], Rui Barbosa” e “Pedro Celestino”, afetando também “a ligação bairro Amambai-cidade”. Apresentava-se como “causa principal” do alagamento no centro, “a barragem da linha férrea” que não permitiria “a passagem de grande volume de água e muito menos, a canalização” do córrego Prosa, “pretendida pelo DNOS e

⁸⁷³ Era comum as publicações acerca da divisão de Mato Grosso compartilharem a mesma página com outras notícias de impacto.

⁸⁷⁴ MISSÃO reavaliará situação no Pantanal matogrossense. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7614, capa, 12 mar. 1977.

prefeitura municipal”. Condição semelhante teria atingido os bairros, “Santo Amaro”, “Vila Palmeira e Almeida”, “Cabreúva”, “Conjunto Sargento Amaral”, “Monte Castelo”, “Nova Campo Grande” e “Jockey Clube”. Dizia-se não se saber calcular as perdas para o “Poder Público”, em específico ao que concernia às obras nas ruas “Candido Mariano”, “Júlio de Castilho” e “Avenida Afonso Pena”⁸⁷⁵.

Contudo, é importante elencar: Canalizações anteriores aumentaram as desigualdades sociais e o sofrimento para os mais *pobres*, como quando iniciadas as obras no “Córrego Segredo”, em 1976. Os habitantes da chamada “Favela do Querosene”, que ficava em seu entorno, foram deslocados em nome de uma “modernização infra-estrutural”. Esta beneficiou, “sobretudo, a elite [...] que residia na cidade, tais como: militares, profissionais liberais, funcionários públicos, dentre outros. O restante da população, de fato, não usufruiu, senão clandestinamente” dela. Se “as limitações existiam [...], as que afligiam a elite foram resolvidas de forma muito exemplar”, como ocorreu com a cimentação “do Córrego Maracaju”. Quanto àquelas sofridas pela parcela menos favorecida da população, “foram efetivamente tratadas como questão de segundo plano e até mesmo agravadas”⁸⁷⁶.

O mesmo ocorreu com o “Córrego Segredo”, “se por um lado os comerciantes e moradores tiveram amainado o problema das enchentes, por outro lado, os moradores da ‘Favela do Querosene’ (ou do Segredo) passaram a ter cada vez mais dificuldades”. Isto porque, “o asfaltamento da área central [...] significou tormento para os ‘pobres’, afinal, a água que não atrapalhava mais as pessoas no centro foi a que passou a incomodar mais ainda os ‘favelados’”. Era relatado, frequentemente o “desespero em época de chuva, já que as águas inundavam suas moradias, encharcavam seus poucos pertences e, por vezes, chegavam até a causar vítimas fatais”. Seus “casebres” ou “barracos” eram depreciados nas narrativas jornalísticas e seus moradores qualificados como migrantes que viviam em “‘miseras habitações’, ambientes anti-higiênicos, imorais, ilegais [...] e ‘sem as mínimas condições’” de moradia⁸⁷⁷.

Porém, “a maior parte” desses sujeitos, desqualificados pela elite, eram naturais “de municipalidades do próprio Estado de Mato Grosso. Trabalhadores rurais que, ao não terem mais ocupação no campo, rumaram para a cidade de Campo Grande”. Ali,

⁸⁷⁵ NO SÁBADO uma nova tromba d’água – inundações desespero na cidade. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7228, p. 09, 11 abr. 1977.

⁸⁷⁶ MORO. Nataniel Dal’. *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*, p. 117, 148, 149, 155, 157, 342, 343.

⁸⁷⁷ *Ibidem* (grifos do original).

“trabalharam, quando havia trabalho, em atividades braçais, geralmente informais, recebendo em troca remunerações quase sempre ínfimas”. Alguns “esmolavam/mendigavam/pediam auxílio e/ou vendiam variadas mercadorias em vias de comunicação de grande movimento, como a Rua 14 de Julho e a Avenida Afonso Pena”. Para amenizarem um pouco as dificuldades, “residiam em áreas próximas ao centro comercial da cidade, pertencentes ao poder público, assim como no caso da ‘Favela do Segredo’ distante nem 1 quilômetro da Rua 14 de Julho”⁸⁷⁸.

Desse modo, para distinguirem-se dessa camada do povo e estabeleceram limites em relação a ela, os *dominantes* utilizavam-se também da arquitetura urbanística. Concebiam-na como uma marca do progresso, uma metáfora do poder e um símbolo de supremacia. Dentre os casos emblemáticos a ser citado, está o do prédio localizado na Avenida Afonso Pena, quase esquina com a Rua Rui Barbosa, área central de Campo Grande, pertencente à família Coelho Machado. A construção verticalizada recebeu o nome de “Edifício Inah”, estampado na frente do residencial, com “15 andares” e iniciado nos “anos 60”⁸⁷⁹.

A torre teria sido projetada “para ser um condomínio de amigos e familiares” e sua denominação seria “uma homenagem à matriarca da família, a escritora, cronista, artista plástica e pecuarista”. Acredita-se que a filha de Eduardo Olímpio Machado manteria “a porta sempre aberta para receber os amigos literatos”. Seria ela “dona do apartamento 201, na cobertura”, onde “dizia” não haver “nada [...] de pomposo, apenas recordações” da “vida como esposa de um militar, [...] Adriano Metello Junior, com quem teve um filho e cinco netos”. Percebe-se que embora se ostentasse os léxicos da riqueza econômica, retoricamente negava-os. Por outro lado, segundo declarações de seu neto, “arquiteto e pecuarista, Eduardo Machado Metello Junior”, a “inauguração foi um acontecimento em Campo Grande, talvez” por ter sido “o primeiro de esquadrias de alumínio na cidade, projetado por Rubens Gil de Camillo”⁸⁸⁰.

Metello Junior, em seu relato, trouxe fragmentos sobre a força e o potencial da rede de sociabilidade daquela família ao afirmar que o “pai juntou com alguns amigos e fez um condomínio para toda família viver”, em uma época com “poucos prédios [...] na cidade”. A construção da obra teria sido iniciada “em 1966” e inaugurada “em 1970,

⁸⁷⁸ *Ibidem*.

⁸⁷⁹ ARQUITETURA - Prédio na Afonso Pena foi construído para família e guarda memórias de Inah. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/arquitetura-23-08-2011-08/predio-na-afonso-pena-foi-construido-para-familia-e-guarda-memorias-de-inah>. Anexo XIV.

⁸⁸⁰ *Ibidem*.

na presença do então prefeito Antônio Mendes Canale”. O edifício conta com “dois apartamentos por andar, com 240m² cada”, uma superfície nada modesta. Outra expressão de superioridade pode ser verificada quando se narra sobre a “vista privilegiada”. Para o herdeiro da Inah: “era incrível olhar a Campo Grande de cima. Minha avó adorava, assim como a minha mãe e meu pai. Sem dúvidas é um prédio que estará sempre marcado na história da família”⁸⁸¹.

Com tais argumentações, percebe-se na discursividade das elites, que se pronunciavam na imprensa, uma fala aparentemente despretensiosa, como se não estivesse impregnada de vestígios de comando, discriminação e subordinação dos demais. Aquele residencial foi uma reprodução e manutenção de desigualdades sociais e pode ser lido como signo de segregação social, de diferenciação, especialmente no contexto das enchentes. As inundações atingiam vários municípios, deixavam inúmeros desabrigados, assolavam vidas, residências, ruas e veículos, mas não afetariam os corpos dos habitantes daquela edificação. Essa era mais uma fantasia elitista envolvendo também o controle e a contenção das águas. Perceberam-se, naquele contexto, as iniciativas das elites por uma reinvenção urbana, ao mudarem o cenário citadino, por meio da verticalização, correspondendo ao cosmopolitismo moderno.

Na falibilidade de suas investidas, laureavam-se os montantes a serem investidos pela União em prol dos mais ricos. Em maio noticiava-se os “Cr\$ 868 milhões” a serem disponibilizados, “por meio do ‘novo Programa de Recuperação das Atividades Agropecuárias do Pantanal Matogrossense – PROPAN’ [...], para ajudar os pecuaristas prejudicados pela enchente”. Descritos como os “objetivos [...] principais”, estavam a “prorrogação por dois anos de todos os créditos [...], financiamento com limite máximo de 400 mil cruzeiros por cliente [...], uma verba destinada para recuperação de benfeitorias avariadas pela cheia e plantações de novas pastagens”. A motivação para tal incentivo era a “criação de gado de corte na região”, que teria “interessado [...] bastante” o “governo federal”. Atividade esta, exercida largamente por latifundiários, dentre os quais estavam militares, políticos e donos dos jornais⁸⁸².

Nesse mesmo tom, no mês seguinte eram publicados os “cinco milhões de dólares” a serem aplicados em “Mato Grosso nos próximos anos”. Esses teriam “o principal objetivo de controlar racionalmente as inundações da área” pantaneira, “sem

⁸⁸¹ *Ibidem*.

⁸⁸² PANTANAL vai ter recursos de Cr\$ 868 milhões. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7676, p. 10, 29 maio 1977 (grifo do original).

extingui-las”, para dessa maneira preservar as características *originais* do lugar (como se isso fosse possível). Enumerava-se que “aproximadamente 750 mil dólares” seriam “provenientes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Outros um milhão e 200 mil [...], da Organização dos Estados Americanos – OEA, enquanto o restante” seria “de parte do Ministério do Interior” do “governo brasileiro”. Tal informação teria sido “prestada em Campo Grande pelo perito em Hidrologia, da OEA, Hugo Oscar Bento”. Este teria efetuado “inúmeros sobrevoos na região pantaneira, acompanhado” de “Newton de Oliveira Carvalho, responsável pelo serviço de pesquisas da Divisão Adjunta de Estudos e Projetos – DAEP – do Departamento Nacional de Obras e Saneamento”⁸⁸³.

Entretanto, observam-se as contradições entre as asseverações de Oscar Bento e a escrita jornalística. O perito teria dito: “não se pode pensar em deter as enchentes do Pantanal porque isso significaria o mesmo que decretar o seu desaparecimento”. Frisava-se: “a formação arenosa da região [...] propícia, na ausência das cheias [...], extensos desertos”. A isso, era sugerida como “solução única existente [...], o pecuarista ‘aprender a conviver com a enchente’”. E ressaltava-se o “absurdo” que seria “tentar qualquer projeto”, com vistas “à eliminação desse fenômeno natural” garantidor da “integridade pantaneira” e “principal fator de sua existência”. A proposta do representante da OEA era a de “minorar os efeitos” daquele fenômeno “sobre a pecuária”, construindo-se “pequenos ‘polders’ nas propriedades”. Estes seriam utilizados pelos fazendeiros “no período de inundação” para “recolher o gado, retornando os rebanhos aos pastos assim que” as águas baixassem. “Paralelamente, se dotaria o Pantanal de uma adequada infraestrutura de escoamento”, cujo projeto não era detalhado⁸⁸⁴.

⁸⁸³ MT: CINCO milhões de dólares para o Pantanal. *Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7687, p. 10, 12 jun. 1977.

⁸⁸⁴ *Ibidem*. (grifo do original). Polder, segundo o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo, “é uma estrutura hidráulica artificial para controle de enchentes em pontos baixos, próximos a rios, áreas ribeirinhas em geral e o mar. O polder dispõe de um sistema composto por um dique (muro de contenção), reservatório, dutos e bombas. Quando ocorrem chuvas de grande intensidade, especialmente no verão, os diques evitam que o rio transborde inundando as áreas ocupadas. O sistema de galerias de águas pluviais local direciona as águas da chuva para um pequeno reservatório (menor que um piscinão). Nele, a água é armazenada e lançada de volta ao rio, após o período de pico de vazão”. Disponível em: <http://www.daee.sp.gov.br/site/polder-da-vila-itaim-obras-seguem-em-ritmo-acelerado/#:~:text=O%20p%C3%B4lder%20%C3%A9%20uma%20estrutura,%2C%20reservat%C3%B3rio%2C%20dutos%20e%20bombas>. Contudo, conforme se verificou na descrição sobre o dique da fazenda da Camargo Corrêa não era o melhor método a ser utilizado no Pantanal mato-grossense. Maior aprofundamento pode ser encontrado em: ARAÚJO, Valdinéia Souza de. *Da pecuária ao turismo: transformações no viver pantaneiro, no entorno da Transpantaneira em Poconé – MT*, p. 64.

Mencionava-se ainda o acordo entre “governo brasileiro, a OEA e o PNUD”. Juntos estes organismos já teriam aplicado “na fase do chamado ‘Projeto Pantanal I’”, dedicado a “estudos hidrológicos da Bacia do Alto Paraguai, cerca de 2,5 milhões de dólares”. No II, teria havido a “distribuição em vários pontos [...] de pluviômetros, estações automáticas de transmissão de níveis d’água, vaporizadores e outros equipamentos”, de modo a fornecerem “os dados para o modelo matemático” operacionalizado “por computadores”, no “Sistema de Previsão de Enchentes”. Essa ferramenta daria “ao criador até [...] dois meses de antecedência, as possibilidades de ocorrerem inundações em determinadas áreas”. Quanto ao funcionamento, afirmava-se ter se realizado em 1977, e que somente “os pecuaristas que nele não acreditaram” teriam ficado “em situação difícil”⁸⁸⁵.

Para o redator essa tecnologia seria mais uma das panaceias financiadas pelo capitalismo, em benefício dos fazendeiros (porém não aplicável às pessoas que precisavam se abrigar nas copas das árvores, por exemplo). Logo, exaltava-se o dobro do valor nele investido, a ser direcionado nos meses futuros “aos estudos de desenvolvimento integrado da Bacia do Alto Araguaia”⁸⁸⁶. Em nenhum momento foram sugeridos recursos ou meios para garantir maior proteção aos moradores (menos abastados) e trabalhadores pantaneiros. Pelo que se pode inferir sobre os latifundiários relacionados aos jornais, eles não residiam nas fazendas e sim nos centros urbanos; em âmbito rural ficavam somente seus funcionários.

Era evidente o quanto os membros da elite não se comprometiam com o bem estar das pessoas de menor poder aquisitivo (apesar de utilizarem tal falácia em suas gramáticas) e quando não usavam da negação sugerindo sua adaptabilidade, deliberadamente, silenciava-se sobre elas. Em suas ambivalências e deslizamentos nem sempre o pudor se fazia presente e às vezes a falta deste era explicitada, como foi o caso de Cássio Leite ao priorizar sua pecuária em detrimento dos afazeres governamentais. Enquanto era informado pela imprensa o grande número de desabrigados, o então vice-governador declarou que a sua prioridade eram suas fazendas.

Todavia, nos exercícios denegatórios⁸⁸⁷ desses agentes, pretensos de alcançar uma hegemonia, estavam as ações de *caridade*. Esta era, sobretudo, desprovida da

⁸⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁸⁶ *Ibidem*.

⁸⁸⁷ Na “denegação (Verneinung), o que está em jogo, portanto, não é apenas uma oposição afirmação\negação, mas [...] uma série de negações e negações de negações que engendram um processo

solidariedade habitual, do senso comunitário e da ética horizontalizada, observados nas coletividades indígenas e quilombolas. “Comprometida com uma economia da dádiva”, e dessa maneira “reproduzindo, no cenário contemporâneo, as posições desiguais do modelo capitalista de produção, a caridade, não raro, engessa indivíduos e minorias em posições subalternas”. Obviamente, não se tinha o escopo de alterar a estrutura precária a qual a maior parcela populacional estava acometida, porque “a satisfação” de “necessidades básicas não reverte a posição econômico-simbólica desigual e ancestralmente humilhante a que certas minorias são submetidas pelo arranjo capitalista”⁸⁸⁸.

Assim, para negar que não se importavam com a situação a qual submetiam inúmeros sujeitos com suas investidas fundiárias, exemplificadamente, praticavam atos *caridosos*, que em nada modificavam também suas fortunas. Inah foi citada, tanto no CE quanto no OEMT, como uma mulher “bem nascida, economicamente próspera [...], mas também com muito trabalho no campo assistencial”⁸⁸⁹, bem como, “nas lutas políticas e nos serviços da Comunidade”⁸⁹⁰. Conquanto, na ausência das atitudes pessoalistas, atribuidoras aos seus praticantes o status da *generosidade*, havia as ações públicas exercidas pelas prefeituras e demais instituições, inclusas as privadas, a reproduzirem “os sistemas de valores e de hierarquia presentes nas relações sociais”. Consequentemente, entendem-se os princípios defendidos pelos *dominantes*, cuja instituição de uma nova máquina administrativa, a partir da secção do Estado, seria mais uma gradação imposta aos demais. Nesse sentido, “a comunicação” midiática funcionava “como um mecanismo legitimador das linhas de força”⁸⁹¹, contribuindo para a instituição de fronteiras das mais diferentes ordens, tanto objetivas quanto subjetivas. Estas, entretanto, em diversas ocasiões passavam pelo escamoteamento de suas finalidades.

As evocações e manipulações do “popular”, nas festividades preparadas em prol da divisão do Estado, em maio e outubro de 1977, são exemplos dessa teatralidade

no qual o afirmado e o negado não são excluídos pela negação seguinte, mas superados (*aufgehoben*)”. ATAIDE, Glauber. Hegel e Freud: a *Aufhebung* hegeliana na denegação (*Verneinung*) freudiana, p. 05.

⁸⁸⁸ LUCAS, Luciene; HOFF, Tânia. A face oculta da caridade: linhas de força e de fratura no discurso midiático do bem, p. 29.

⁸⁸⁹ FALECEU Dona Inah Machado Metello. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7254, p. 02, 12 maio 1977.

⁸⁹⁰ NA ASSEMBLEIA, voto de pesar pela morte de Inah Metello. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7268, p. 09, 28-29 maio 1977.

⁸⁹¹ LUCAS, Luciene; HOFF, Tânia. A face oculta da caridade: linhas de força e de fratura no discurso midiático do bem, p. 29, 32.

corroborada pela imprensa. Houve, naquelas oportunidades, o escopo de levar “uma massa” de pessoas às ruas e associá-las a uma comemoração motivada pela secção territorial, fomentada com auxílio do CE. Este grupo midiático, “em parceria com a Prefeitura Municipal, mobilizou recursos públicos e privados para promover o último evento, juntamente com algumas empresas como “Andorinha e Mota”, e demais entidades: “Liga Sul Mato-grossense, Secretaria de Educação e Cultura, Diretórios Acadêmicos das Faculdades Unidas Católicas, Universidade Estadual de Mato Grosso e Centro de Ensino Superior”⁸⁹².

Objetivava-se reunir o máximo de sujeitos para serem representados na páginas jornalísticas, “por meio de fotografias e, posteriormente”, serem elencados como divisionistas, simpatizantes “de todo o processo” e favoráveis “aos atos políticos”. Especialmente àqueles divulgados pelos periódicos “que nortearam a divisão do estado e criação de Mato Grosso do Sul”. Foram noticiados “sentimentos [...] de alegria e [...] posturas emotivas da população”, para assim “amparar as ações festivas dos organizadores, apoiadores e políticos”, também “em seus agradecimentos destinados ao presidente Geisel”. Contudo, “essa narrativa sobre um contentamento do povo não correspondia aos registros” imagéticos. Ficou nítida a falsa “unidade social” e a não correspondência à “perspectiva [...] de uma comemoração coletiva, consensual e homogênea”, cuja construção da “percepção” do “desmembramento” como “um anseio massivo” foi publicada no CE⁸⁹³.

Somente através do “acesso a informações” dos “bastidores”, nos “preparativos daquele evento”, foi possível ter “outras interpretações”. Conjuntamente a isso, na apreciação do “conteúdo” das fotos, “foram observadas as pessoas e os objetos retratados, bem como as posturas, as paisagens [...] e a estruturação final” dada a elas no periódico. Verificou-se o “alheamento” daqueles sujeitos “quanto a uma comemoração”, porque “as expressões [...] registradas” mostravam interesses “em algo que as imagens não captaram”. A persuasão dos organizadores das festividades, “para promover a aglomeração”, passava pela “contratação, [...] geralmente pelo poder público”, de “automóveis maiores com vários lugares” para irem “até os bairros da periferia” e chamarem “as pessoas que ali estavam convidando-as para um passeio no

⁸⁹² FURLANETTO, Vera Lucia. Política e imprensa: a manipulação do “popular” na história da divisão territorial do Estado de Mato Grosso, em 1977, p. 193-214. In: OLIVEIRA, Beatriz dos Santos de; SOTANA, Edvaldo Correa (orgs.). *Pesquisa histórica com a imprensa de (no) Mato Grosso: fontes, temas & abordagens*.

⁸⁹³ *Ibidem*.

centro da cidade, com promessa de lanches e brindes”. Além disso, “cantores locais eram pagos para realizarem *shows*”. Essa era uma maneira de garantir a presença de um público considerável, “que correspondesse ao que fora previamente e posteriormente anunciado” no jornal. O oferecimento de “um leque de significantes relacionados às metonímias mais habituais, como a alimentação e o lazer”, era a forma de “cooptar os desejos de cada sujeito a ser envolvido e despertar-lhe o interesse de ser conduzido”⁸⁹⁴.

No entanto, a “importância e reconhecimento, dos quais poderiam demandar”, findava-se ao comporem “uma massa volumosa e servil, que de algum modo seria identificada (e se identificaria) depois como ‘a população’, pelas páginas impressas”. Em tais circunstâncias, “a estratégia principal utilizada no *Correio do Estado* foi a representação das comemorações por meio de fotografias, para ‘comprovar’ que a população foi simpatizante de todo o processo” separatista. “A tônica jornalística foi alinhada aos discursos políticos para defender seus interesses e moldar o imaginário político-social de seus leitores”. Por conseguinte, foram preponderantes os atos de “selecionar, organizar, redigir, editar e dispor de uma gramática própria, ao veicular tais narrativas”⁸⁹⁵. Destarte, a funcionalidade do *popular* na lógica elitista, além de servir aos anseios denegatórios como uma tentativa de esconder a perversidade da colonialidade, servia como justificativa para a manutenção da mesma. As aproximações e preocupações com a camada do povo, inferiorizada e empobrecida pelos supremacistas, tinham o propósito de conferir a estes a legitimidade de suas próprias ações e o *status* de autoridade perante aquela.

Ressalta-se ainda que nos periódicos não eram enfatizadas outras atividades econômicas além daquelas praticadas pela elite. Eram realçadas somente as potencialidades de acordo com a ótica capitalista. Divulgava-se uma representação dentro do que era considerado positivo e estivesse coadunado a um futuro sempre em progresso e desenvolvimento, da qual o desmembramento territorial de Mato Grosso foi a maior metáfora naquele ano. Por outro lado, o posicionamento de alguns políticos, contrários à divisão, pode ser pensado também sob o viés do medo ao fantasma da escassez. O receio a eventual perda da estabilidade política e financeira poderia ser acionado frente à secção do Estado, com a diminuição de recursos em razão de menores investimentos federais.

⁸⁹⁴ *Ibidem* (grifo do original)

⁸⁹⁵ *Ibidem*. Para obter maiores detalhes sobre o assunto e se ter acesso às fotografias citadas, recomenda-se a leitura do capítulo em questão.

Caso a ação presidencial resultasse em um período de carestia e crise, isso poderia afetar os mais abastados. Para estes a falta era a realidade apenas da outra parcela da população, sendo por eles temida e evitada materialmente de muitas maneiras. Em âmbito urbano, enquanto para alguns a vulnerabilidade de pernoitar nas ruas, a fragilidade do barraco na favela, a ausência ou precariedade do trabalho, a fome, o frio, a destruição de seus poucos pertences e corpos pelas águas eram cotidianos; para outros a preocupação estava no lamaçal, na inexistência do asfalto para o tráfego de seus veículos, nas restrições à construção de grandes obras, na perda da eleição ou do cargo público.

Portanto, entrar em contato com possíveis situações que afetassem suas *sensações* de abundância financeira, poderia desencadear temores nesses últimos. Dentre múltiplas formas, tais angústias poderiam ser amenizadas pela expectativa de ganhos monetários, como se observou nas páginas jornalísticas. Logo, quando começaram a ser veiculadas informações de que o governo federal distribuiria e aplicaria recursos igualmente nos dois Estados, MT e MS, as manifestações contrárias à divisão diminuiriam nas publicações.

Assim sendo, verificou-se a incessante inscrição da colonialidade, em 1977, nesse território do Centro-Oeste brasileiro. Isso ocorreu, especialmente, porque agentes operaram em favor da difusão de semânticas derivativas daquela linguagem, ressaltando os traços da dominação. Dentre os vetores moduladores de tal pretensão hegemônica, se destacou o debate sobre a instituição de uma nova unidade federativa e tudo que ela pudesse implicar. No íterim do regime de exceção, a ditadura conferiu mais camadas perniciosas às gramáticas praticadas pela elite. Esta, para fomentar suas discursividades, pautadas na superioridade, e torná-las modelos para o restante da população, criava e sustentava redes de sociabilidade, atuava em diferentes ambientes privilegiados e transitava por diversas áreas do campo social, como será abordado a seguir.

IV – AMPLO TERRITÓRIO E LAÇOS ESTREITOS: TECITURAS DISCURSIVAS E CIRCUITOS DE AFETOS

Nas discursividades dos intelectuais que ocupavam os jornais observaram-se expectativas de direcionar e organizar toda a coletividade. Ou seja, na imprensa se exprimia uma tônica disciplinar, cuja “produção de saberes e circulação de ideias” difundiam “valores, leituras de mundo, práticas culturais e posturas políticas”⁸⁹⁶, bem como, mobilizavam afetos e companheirismos. Tratava-se de um léxico que determinava quais ações e pensares deveriam ser seguidos por todos os sujeitos daquela sociedade, especialmente, pelas “pessoas comuns”⁸⁹⁷. Em 1977, no MT, os veículos de informação foram utilizados largamente, por uma pequena parcela da população, para divulgar quais aspectos da vida seriam ou não passíveis de serem desejados e alcançados. Dentre eles estavam inclusos implícita e explicitamente os critérios elitistas, empregados ao longo do tempo, para se estabelecerem os laços sociais e definirem os sentimentos circulantes.

Isso foi verificado, especialmente, nos embates separatistas divulgados midiaticamente nos quais havia homologias e confrontos. Estes eram emoldurados pelas atuações ambivalentes de agentes que, historicamente, ora se uniam, ora divergiam. A dimensão territorial do Estado foi um dos fatores elencados como decisivos para se criar uma nova fronteira, estabelecer limites e forjar diferenciações entre *nortistas* e *sulistas*. No entanto, os sujeitos que defendiam tais questões estabeleciam suas relações familiares, sociais e comerciais em vários municípios, independentemente da localização geográfica, extrapolando as divisas jurisdicionais.

Nesse sentido, foram examinadas as contradições nos apregoamentos acerca da necessidade de circunscrições administrativas menores e por outro lado averiguou-se os deslocamentos sem restrições. Era projetada a construção de um futuro no qual se modulariam identidades regionalizadas, todavia, os circuitos de afetos e as redes de sociabilidades das elites não estavam constrictos a essas tipificações.

Os intelectuais, em posição de *inteligência*, poderiam ser vistos como agentes *educadores informais*, mediando “aspectos socioculturais da vida”⁸⁹⁸. Havia conformidade e engajamento com as ideologias da política estatal e nacional,

⁸⁹⁶ PINTO, Adriana Aparecida. *Relatório de pesquisa*, p. 13.

⁸⁹⁷ MORO, Nataniel Dal’. *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*, p. 20.

⁸⁹⁸ PINTO, Adriana Aparecida. *Relatório de pesquisa*, p. 24.

institucionalizada, e o fomento das mesmas⁸⁹⁹. A internacionalidade também era almejada.

Algumas pessoas em posição de *dominância*, incluindo os proprietários (em algum momento) do CE e do OEMT, transitavam pelos espaços intelectuais, jornalísticos, econômicos e políticos no ano de 1977. Isso se dava apesar das transformações ocorridas na imprensa nacional nas décadas de 1940 e 1950, que tinham por finalidade implantar a transição dos noticiosos políticos-literários para os empresariais. “Marcada pela intenção de produzir o jornalismo neutro, objetivo e distante dos partidos e grupos políticos”⁹⁰⁰, essa não foi uma realidade vivenciada nos periódicos aqui estudados.

Como abordado anteriormente, as mudanças ocorreram em níveis superficiais, como nos expedientes apenas, criando um distanciamento ilusório entre quem *falava* e quem era *falado* na imprensa. Essa estratégia poderia produzir maior legitimidade e autoridade frente aos leitores, contribuindo para o aumento do capital simbólico e financeiro dos grupos atuantes nos periódicos, devido à credibilidade angariada. Dentre aqueles que operavam direta e indiretamente, desde a estruturação até a produção midiática final, estavam respectivamente: sócios, editores, redatores, articulistas, diagramadores, fotógrafos, financiadores, investidores e anunciantes, etc.

Ademais, os jornais eram uma boa ferramenta para marcar e divulgar as posições sociais e discursivas de cada sujeito. Os mais endinheirados circulavam facilmente por várias esferas e isso era difundido como atributos individualizados, apesar de somente ser possíveis em virtude dos vínculos estabelecidos. Porém, nem todo reconhecimento, prestígio ou força, adquirido em uma das áreas pôde ser revertido satisfatoriamente para as outras.

Eventualmente, havia maior tolerância quanto à mobilidade dessas pessoas pelos lugares de privilégio, permitindo acúmulo e ampliação de poderes. Quando o investimento econômico estava presente, como inicialmente foi tratado nos capítulos anteriores, esse cenário era favorecido com amparo também das redes de sociabilidade.

⁸⁹⁹ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Réne (org.). *Por uma história política*.

⁹⁰⁰ SOTANA, Edvaldo Correa. *A paz sob suspeita* – Representações jornalísticas sobre a manutenção da paz mundial, 1945 – 1953.

4.1 – O econômico e o intelectual

A passagem do econômico para o intelectual era perceptível desde o início do século XX em Mato Grosso. Era comum os filhos das famílias mais abastadas terem acesso aos estudos formais. Sujeitos advindos de outros locais, estabelecidos no Estado, formadores das elites e suas gerações posteriores, também passaram pelo privilégio de educarem-se em centros de referência. Isso ocorreu com Eduardo Olímpio Machado, por exemplo. Nascido no dia 08 de agosto de 1875, em Xiquexique, Bahia, na “fazenda de Pedras, de propriedade de seus pais”, Machado foi biografado como “descendente de fidalgos da velha Ibéria”. O letramento figurava entre as distinções sociais. O “interesse pelas causas superiores”, impulsionado pela “hereditariedade” e pelas “sugestões genéticas”, era atribuição dada aos que conseguiam concluir cursos superiores; um pensamento compatível com a moral burguesa⁹⁰¹.

Habilidades para “serviços braçais” eram tidas como inferiores. Estas estariam restritas às “pretas escravas tratadas no estilo de gente de casa”, dentro de uma lógica supremacista e racista. Ao se versar sobre a infância de Machado, descrevia-se acerca de “toda a velha estrutura patriarcalista” que compunha a dinâmica familiar. Esses elementos, apesar de serem uns dos piores componentes colonialistas, foram elencados como qualidades. Desde “menino”, a ele teriam sido dadas possibilidades de se locomover da zona rural para a “cidade”, onde teria cursado “a escola primária”. “Depois da morte dos pais” foi “o tio e tutor Fernando Machado, que se responsabilizara, junto àqueles, pela continuidade de seus estudos”⁹⁰².

Em Salvador, Eduardo Olímpio Machado cursou o “ginásio ou liceu” em “humanidades”, atividade que para Antônio Lopes Lins estaria restrita a “verdadeiros gênios”. A essa condição foram feitas atribuições de virtudes e heroísmos natos, cuja intelectualidade estaria atrelada a “tendências e vocação”, e não ao fato de apenas uns poucos terem condições financeiras e/ou familiares para acessarem e manterem-se nesses ambientes culturais. Dentre as vantagens de pertencer à “aristocracia” estava a escolha por qual “escola superior famosa” cursar, das quais Machado optou pela “Faculdade de Direito” da Bahia. Após sua formatura, teria advogado e atuado na promotoria pública em Ilhéus. Em 1902, foi convidado por Joaquim Murtinho para

⁹⁰¹ LINS, Antonio Lopes. *Eduardo Olímpio Machado: o homem, o meio, seu tempo*, p. 20-27.

⁹⁰² *Ibidem*. Lins supervalorizou e atribuiu grandiosidade moral ao biografado, na escrita desse livro. As ações de Machado foram afastadas do peso da colonialidade e das atrocidades vinculadas a ela. Isso garantiu ao biógrafo um prêmio em dinheiro custeado pelos filhos de Machado e lauréis da ALH-CG.

“integrar a magistratura” em Corumbá, no Mato Grosso, para onde se mudou. Passou por Nioaque, onde constituiu família, depois Cuiabá. Em 1912, mudou-se para Campo Grande, local de sua residência até o fim da vida⁹⁰³. Machado casou-se com Elvira de Souza Coelho, cujos estudos foram realizados “na Europa”⁹⁰⁴. Ela era descendente de pai português, também abastado. Com as uniões matrimoniais, as elites matogrossenses mantinham ou aumentavam os capitais monetários e simbólicos. Por vezes, primos se casavam entre si⁹⁰⁵ a despeito dos graus de parentescos próximos. A prática da endogamia possibilitava-lhes manter posses, poder e domínio. Nessa conjectura a intelectualidade vigorava como um ícone agregador.

Quanto aos filhos de Eduardo e Elvira⁹⁰⁶, Inah formou-se na “na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro” e foi referenciada midiaticamente como “escritora, cronista, artista plástica e pecuarista”⁹⁰⁷. Teria sido “seu talento” de “poetisa e pintora” o motivo pelo qual “a Academia de Letras e História de Campo Grande deu-lhe uma cadeira”, conforme narrou o articulista do CE⁹⁰⁸. Sem desmerecer os conhecimentos de Inah, sabe-se que ela e seu irmão Paulo estiveram dentre os fundadores da ALH-CG e que eles mesmos, juntamente aos demais, criavam e distribuíam lugares e premiações de deferência entre si⁹⁰⁹, para os quais os recursos pecuniários eram basais.

Paulo, por sua vez, “nasceu em São Paulo”, localidade onde estudou “no Colégio São Bento”, e formou-se “em Direito pela Faculdade Fluminense do Rio de Janeiro”, apesar de ter passado “sua infância em Campo Grande”; “exerceu advocacia” na cidade

⁹⁰³ *Idem*, p. 35-77.

⁹⁰⁴ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 273.

⁹⁰⁵ Essa dinâmica pode ser observada na família Barbosa Martins, conforme apresentado na página 66 desta tese, na nota de rodapé 224.

⁹⁰⁶ Da união deste casal, nasceram três crianças, Eunice, Inah e Paulo, sucessivamente. Não foram localizadas informações concernentes à escolaridade da primogênita, somente sobre seu casamento. Este teria se realizado com o médico, Eduardo da Costa Manso, herdeiro de Manoel da Costa Manso, Ministro do Supremo Tribunal Federal aposentado em 1939. O filho de Eunice, Murilo, formou-se em direito e também era fazendeiro. MANOEL DA COSTA MANSO – Supremo Tribunal federal. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/ostf/ministros/verMinistro.asp?periodo=STF&id=239>; LINS, Antonio Lopes. *Eduardo Olímpio Machado: o homem, o meio, seu tempo*; MATO GROSSO DO SUL – criação e instalação – 30 anos. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul.

⁹⁰⁷ FALECEU Dona Inah Machado Metello. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7254, p. 02, 12 maio 1977.

⁹⁰⁸ ARQUITETURA - Prédio na Afonso Pena foi construído para família e guarda memórias de Inah. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/arquitetura-23-08-2011-08/predio-na-afonso-pena-foi-construido-para-familia-e-guarda-memorias-de-inah>.

⁹⁰⁹ AMARILHA, Carlos Magno Mieres. *Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul*, p. 128.

sede de seu curso superior e lá “morou por 25 anos”⁹¹⁰. Residiu grande parte de sua adolescência, juventude e vida adulta fora de MT, uma situação de alto custo, obviamente. Ademais, sua naturalidade e histórico permitem questionar a autotipificação *sul-mato-grossense* evocada por ele no íterim dos embates sobre a divisão do Estado. Nota-se como particularidade das elites uma linha sucessória profissional. A inserção na imprensa e seu uso para a difusão de seus ideais e publicização de suas figuras podem ser incluídas como mais uma peculiaridade delas. Além disso, a ocupação de ambientes de letramento cultural também está inserida dentre seus legados. Além disso, Paulo foi casado com Zilá Corrêa Machado, filha de “Leonardo Corrêa da Silva e Dulce Guimarães Corrêa”. Este era conhecido como “Autonomista” e teve uma “propriedade na região que se tornou bairro em Campo Grande e ganhou o nome de Jardim Autonomista em sua homenagem”⁹¹¹.

Zilá teria estudado no “internato” do “colégio Auxiliadora”, em Campo Grande, situado na rua “Pedro Celestino, administrado pelas freiras”⁹¹². São escassas as informações sobre sua biografia; infelizmente percebe-se um apagamento de sua trajetória. Até em seu obituário, disponível na rede de *internet*, foi colocada como coadjuvante de sua própria historicidade e descrita como “viúva do historiador Paulo Coelho Machado”⁹¹³. Este, o caçula de suas irmãs, teve ampla divulgação de sua atuação e lhe foi dado protagonismo midiático, como pôde ser observado em 1977.

Já Garcia Neto era originário de “Rosário do Catete [...], Sergipe” e teve o privilégio de concluir “os cursos primário e secundário em Aracajú e o superior na Escola Politécnica da Bahia”. Formou-se em engenharia e, concomitantemente, como oficial da reserva do exército pelo CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Exército). Essas atribuições possibilitaram sua mudança para o Rio de Janeiro, em 1944, e o emprego na “Empresa de Construção Civil Coimbra Bueno”. Foi em razão deste trabalho que, no ano seguinte, o futuro governador chegou a Mato Grosso “para

⁹¹⁰ CRUZ, Sérgio. Datas e fatos históricos – pesquisas do jornalista. Disponível em: datasefatoshistoricos.blogspot.com/search/label/1917; MATO GROSSO DO SUL – criação e instalação – 30 anos. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, p. 116-117.

⁹¹¹ ARQUITETURA - Prédio na Afonso Pena foi construído para família e guarda memórias de Inah. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/arquitetura-23-08-2011-08/predio-na-afonso-pena-foi-construido-para-familia-e-guarda-memorias-de-inah>.

⁹¹² BRITEZ, Adriana Espindola. *A representação da educação secundária em Campo Grande nas fontes da historiografia regional e memorialística (1920-1960)*.

⁹¹³ CIDADES - Morre Zilá Machado, viúva do historiador Paulo Coelho Machado. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/morre-zila-correa-esposa-do-historiador-paulo-coelho-machado>.

dirigir o escritório de cadastro e urbanismo de Cuiabá”⁹¹⁴, localidade de sua moradia definitiva. Na capital, “em 1946 [...] tornou-se professor da Escola Técnica de Mato Grosso, na qual exerceria o magistério durante os sete anos subsequentes”⁹¹⁵. Casou-se com Maria Lygia de Borges Garcia, oriunda de Manaus, Amazônia, que “na infância e adolescência” teria vivido “no Rio de Janeiro, São Paulo e Aquidauana” e cujo pai “Francelino Leite Borges, estudou e foi criado em Hanover, na Alemanha e retornou ao Brasil durante a I Grande Guerra”⁹¹⁶. Essas seriam circunstâncias às quais era atribuído o *status* de erudição.

Da união do casal nasceram cinco crianças, Fernando Robério, Carlos Antônio, Maria Alice, Gláucia e José Luíz⁹¹⁷. Este último seguiu a carreira do patriarca e cursou engenharia; mais tarde se tornaria “professor Titular da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Centro de Ciências e Engenharia e Tecnologia”. O mesmo teria atuado nas “Centrais Elétricas Mato-grossenses S/A – CEMAT – Cuiabá, além de exercer atividades em outros setores técnicos como Engenheiro Projetista de Estruturas em Concreto Armado na ENGEPRO S/C”. Seria também “membro do Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia da 14ª Região, Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS”. Além disso, teria coordenado a “Câmara Especializada de Engenharia Civil do CREA 14ª Região – Cuiabá/MT” e presidido a “Comissão para Estudo de Viabilidade para Criação do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul”, após 1977⁹¹⁸. Consta ainda que Fernando Robério, além de exercer a mesma atividade do irmão, teria incluído em seu currículo a advocacia⁹¹⁹.

José Manuel Fontanillas Fragelli herdou o seu último sobrenome do pai Nicolau. Este era descendente do “imigrante italiano chamado Giuseppe Fragelli” que saíra “de Nápoles no sul da Itália, sua cidade natal, num navio”. A chegada teria ocorrido em “Montevideo, capital do Uruguai, com três de seus irmãos”. Sua origem era a “cidade

⁹¹⁴ GARCIA NETO, José. *Mato Grosso: Estado Solução*, p. 23-26.

⁹¹⁵ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 254.

⁹¹⁶ CONTO que me contaram - Livro de Maria Lygia Garcia traz registros preciosos da história de MT. Disponível em: <https://www.obomdanoticia.com.br/o-bom-da-vida/livro-de-maria-lygia-garcia-traz-registros-preciosos-da-historia-de-mt/151677#:~:text=%22Maria%20Ly%E2%80%A6>;

⁹¹⁷ PRONUNCIAMENTO de Osvaldo Sobrinho em 20/11/2009. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/382256>.

⁹¹⁸ PROJETO de lei nº, de 2013 (do Sr. Wellington Fagundes). Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1119780.

⁹¹⁹ GOVERNO Garcia Neto implantará Centros Sociais e Urbanos. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7218, p. 06, 08 nov. 1975; DNER aprova estudos da estação rodoviária. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7511, p. 10, 28 out. 1976.

de Piaggine, província de Salerno. Naquele país situado na foz do Rio da Prata, entre Brasil e Argentina, Giuseppe Fragelli se dedicou ao pastoreio de carneiros”. Em busca de “novas oportunidades [...], rumou para o interior do continente, passando pelo norte da Argentina, Paraguai até chegar à primeira cidade brasileira nesta rota: Corumbá”. Já “em 1882 [...] passou para o ramo de construção civil” e logo em seguida contraiu matrimônio com a também italiana “Thereza Provenzano”, demonstrando a tendência de valorização à sua etnicidade em detrimento de outras. Afinal, “ele se orgulhava muito de não ter ‘sangue brasileiro’ e só europeu, o que expressa sua crença na superioridade racial dos brancos” eurocentrados. Da união nasceram “Nicolau, Palmira, Vicente, Ângelo, Sebastião, Antônio e Luiz”⁹²⁰, sequencialmente.

O “bom capital econômico e social” do casal permitiu que todos os meninos estudassem “no Colégio Salesiano Santa Tereza em Corumbá, no nível primário”. Os filhos, depois disso, “foram para capital do Estado, Cuiabá, de modo a concluir os estudos secundários” no “São Gonçalo”. Subsequentemente, ingressaram em “cursos superiores, com Nicolau e Luiz [...] escolhendo Medicina [...], Vicente [...] Farmácia e Ângelo Odontologia. Sebastião e Antônio [...] concluíram engenharia. De modo a aliar capital cultural”, econômico e “social” toda a prole adotou “a estratégia matrimonial voltada para cônjuges já bem posicionados na elite”⁹²¹. Notam-se as marcas do machismo e do patriarcado recaídas sobre Palmira, a única herdeira sem registros de formação universitária, a quem foi reservado o que se considerava na época um *bom casamento*⁹²².

Nicolau por sua vez, “concluiu seus estudos secundários no Liceu Salesiano São Gonçalo em Cuiabá, como aluno interno”, depois “foi para Porto Alegre, cursar Escola Militar. Mas acabou desistindo e preferiu Medicina. Primeiro lá mesmo em Porto Alegre por dois anos e depois no Rio de Janeiro, tendo concluído o curso em 1911”. Nicolau teria sido o primeiro sujeito nascido em “Corumbá a se formar” médico. Casou-se “com Maria Carmen Fontanillas e viajou no mesmo dia em núpcias para Paris, de modo a cursar uma especialização em Cirurgia na Cidade-Luz [...], acabou ficando lá por cerca de um ano e meio”. A esposa era neta do “espanhol Inácio Fontanillas. Ele e sua” consorte “eram egressos da cidade de Ferrol na Galícia espanhola” e tiveram dois

⁹²⁰ ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Um guardião do udenismo: a trajetória política de José Fragelli (1934-1971)*, p. 71-74, 79 (grifo do original).

⁹²¹ *Idem*, p. 74-75. Essas questões de gênero ficam evidentes quando nas pesquisas pouquíssimas informações são encontradas sobre a biografia da maioria das mulheres citadas nesta tese.

⁹²² Para aprofundamento sobre tais conceitos recomenda-se a leitura de VIANA, Dalila Sena; COSTA, Maria do Socorro Moura. *A cultura do patriarcado no Brasil: da violência doméstica ao feminicídio*.

filhos: “o General Francisco Franco, ditador daquele país por quase quarenta anos (1939- 1975)” e “Inácio Fontanillas” pai de Maria Carmen. Este “era barbeiro e depois virou um grande comerciante, acumulando diversas propriedades”, cujas herdeiras, “Maria e [...] Ester, estudaram em Montevideu, uma vez que eram fluentes em espanhol pela origem familiar”. Maria Carmen, após um período na França em razão de seu casamento, “já retornou de Paris grávida do primeiro filho”, José Fragelli⁹²³, que nasceu em Corumbá.

Este se mudou, ainda adolescente, com seu genitor e irmãos para Campo Grande em razão do falecimento de sua mãe em 1928. Nesta cidade, “foi matriculado por seu pai [...] no Salesiano Dom Bosco”; e “entre 1931 e 1932, José Fragelli foi transferido para cursar o 3º e 4º anos no Rio de Janeiro, nos colégios São José e Santo Ignácio, como estudante interno”. Por questões de saúde “acabou voltando para o Salesiano Dom Bosco para concluir o 5º ano, em 1933”. Depois, formou-se “na prestigiada Faculdade de Direito da USP, situada no Largo de São Francisco”, e retornou a Campo Grande em 1939. Logo em seguida foi nomeado promotor de justiça, “pelo Interventor Júlio Müller” com intermédio de “Vespasiano Barbosa Martins” político à época e “muito amigo” de seu pai. Além disso, Fragelli exercia a advocacia particular⁹²⁴; foi biografado também como “pecuarista [...], proprietário rural” e “professor em cursos ginásial e comercial, e diretor do Colégio Osvaldo Cruz, em Campo Grande”⁹²⁵. Percebe-se a atuação de alguns membros da elite também como educadores formais. Essa atividade poderia estar conjugada à “posição discursiva” desses agentes como “mestres” frente aos demais. Isto remeteria à possibilidade de se sentirem em um lugar de domínio de saberes, não restritos a um conhecimento específico e circunscrito epistemologicamente como acontece em âmbito escolar. Mas, se trataria de uma pretensão totalitária de designar as objetividades e subjetividades para a sociedade em geral, colocando os outros na condição de “servos” dessas formulações⁹²⁶.

Maria de Lourdes Ribeiro, a esposa de Fragelli, conforme citada anteriormente nesta tese, era sobrinha de Fernando Corrêa da Costa. Lurdes, assim referida na mídia, foi “herdeira de uma das famílias [...], do então Mato Grosso uno”, com grande poder econômico e político. Nascida em “Cuiabá, no dia 2 de junho de 1922”, sua

⁹²³ *Idem*, p. 78-79.

⁹²⁴ *Idem*, p. 86, 90, 93, 95, 106, 122.

⁹²⁵ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 254.

⁹²⁶ BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*; LACAN, Jacques. *O seminário, Livro 17: O avesso da psicanálise* (1969 - 1970).

naturalidade teria se dado “por força das circunstâncias”. Relata-se que “sua mãe, Maria Constância, nas últimas semanas de gestação, visitava a família na Capital [...]; e o pai [...] o governador Pedro Celestino, não deixou que a filha se lançasse na longa e cansativa viagem de retorno” a Aquidauana onde residia com seu cônjuge “coronel José Alves Ribeiro”. No entanto, com poucos “meses de vida”, Lurdes regressou “no colo da mãe [...] à fazenda da família”. Ao completar “11 anos de idade” ela teria sido enviada para um “colégio interno” no “Rio de Janeiro” do qual saíra aos “18 anos”, pouco antes de seu matrimônio. Lá teria frequentado “o ginásio no colégio Sion, em Petrópolis”, onde também a “mãe havia estudado”; cursou “o Colegial” e aprendeu outros “idiomas”. Contudo, há relatos de sentir-se orgulhosa por ter se casado “cedo, e” saber “determinar a [...] vida” acompanhando seu “marido” e fazendo “tudo como ele queria”. Lurdes saíra do “rigoroso internato de freiras [...] antes de completar 19 anos, no dia 15 de junho de 1941 [...] já de casamento marcado”. O futuro esposo foi por ela conhecido em um baile de carnaval em Campo Grande⁹²⁷. Dessa união nasceram “dois filhos”, formados em engenharia, “Nelson e Nei Fragelli” que segundo relatos “se dedicam à atividade agropecuária”⁹²⁸.

Júlio José de Campos, por sua vez, “nasceu em Várzea Grande (MT) no dia 11 de dezembro de 1946, filho de Júlio Domingos de Campos e Amália Curvo de Campos”. Seus “estudos primários” foram realizados “no Grupo Escolar Pedro Gardés, em Várzea Grande, e os secundários no Colégio Estadual de Mato Grosso, em Cuiabá. Mais tarde, estudou em Goiás onde fundou e presidiu” uma “Associação do Estudante Mato-Grossense”. Sua formação de nível superior foi em “agronomia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho”. Nesta exerceu “o cargo de vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes de Agronomia do Brasil, entre 1967 e 1968”. Concluiu o curso “em 1969 e, no ano seguinte, retornou à sua cidade natal, Várzea Grande, assumindo a Secretaria de Viação e Obras Públicas da prefeitura municipal”. Nos anos de “1971 e 1972” ocupou o cargo de “engenheiro-chefe do Setor de Colonização e Operações da Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso (Codemat)”. Foi também “vice-presidente do Consórcio Internacional de Desenvolvimento do Pantanal, entre 1974 e 1977, e membro do Conselho Estadual de Transporte do Estado de Mato Grosso entre 1975 e 1976”. Exerceu, “entre 1977 e

⁹²⁷ AQUIDAUANA se despede de Lourdes Fragelli. Disponível em: <https://www.opantaneiro.com.br/noticias/aquidauana-se-despede-de-lourdes-fragelli/126615/>.

⁹²⁸ MARIA DE LOURDES RIBEIRO FRAGELLI – obituário. Disponível em: <https://www.diariodecuiaba.com.br/artigo/maria-de-lourdes-ribeiro-fragelli/496061>.

1978”, o professorado “de cooperativismo” na “Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT”. Atualmente é descrito como “professor, agrônomo, corretor” e político. “É viúvo da professora Isabel Campos [...] e pai de Laura, Consuelo, Júlio Neto e Silvia”⁹²⁹.

Júlio e Isabel casaram-se em “1975”. A esposa nasceu em Cuiabá, no dia 09 de outubro de 1946. Por causa da “morte da mãe, seu pai José Pinto, comerciante do bairro do Porto, internou-a juntamente com outras três das quatro irmãs, no Asilo e Orfanato Imaculada Conceição, em Poconé”. Depois disso ingressou “no Colégio Imaculada Conceição em Cáceres, onde fez os cursos primário e secundário. Retornou a Cuiabá onde concluiu o curso Normal-Magistério, no Colégio Coração de Jesus”. Sua formação foi “em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras que viria ser um dos embriões da Universidade Federal de Mato Grosso, da qual foi uma das fundadoras, conselheira e se aposentou como professora”. Enquanto cursava letras, Isabel teria montado “em um galpão ao lado do ‘bolicho’ de seu pai, uma pequena escola que deu o nome de Santa Isabel”. No ano de 1973 exerceu “o cargo de delegada de ensino de Mato Grosso”⁹³⁰.

O pai de Júlio Campos, “Júlio Domingos de Campos” era conhecido como “o empresário” de alcunha “seu ‘Fiote’”. Este nasceu “em Várzea Grande, no dia 9 de janeiro de 1917, [...] filho de Benedito Paulo de Campos e Porfíria Paula de Campos, ambos de Nossa Senhora do Livramento”. O casal se radicou “em Várzea Grande em 1902”. Da união “três filhos” foram gerados “Gonçalo, Júlio Domingos e Maria Agostinha”. Domingos teria começado a trabalhar “desde criança” e ao atingir a juventude “se casou com dona Amália Curvo, natural de Nossa Senhora do Livramento”. Ela “passou a colaborar com o esposo ainda jovem no ramo de Bolicho”. Após o matrimônio se estabeleceram “com uma casa comercial varejista e batizada de ‘A Futurista’, na atual Avenida Couto Magalhães, esquina com Rua 24 de maio”. O “apoio de toda família” teria sido fundamental para “progrediram na vida profissional trabalhando no comercio. O casal teve dez filhos: seis mulheres e quatro homens: Doralice, Júlio, Circe, Juraci, Jaime, João, Ivete, Benedito, Marilene e Márcia”⁹³¹.

⁹²⁹ JÚLIO JOSÉ DE CAMPOS – biografia. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/parlamento/deputados/405/perfil>.

⁹³⁰ CAMPOS (Isabel Pinto de) – biografia. Disponível em: <https://portalmatogrosso.com.br/campos-isabel-pinto-de/> (grifos do original).

⁹³¹ SEO FIOTE: 102 anos de uma história política – biografia. Disponível em: <https://www.olhardireto.com.br/artigos/exibir.asp?id=10366&artigo=seo-fiote-102-anos-de-uma-historia-politica> (grifos do original).

Amália Curvo de Campos, a mãe de Júlio José de Campos, por sua vez, “nasceu em 15 de janeiro de 1.925, na localidade rural de ‘Jacundá’, pertencente ao município de Nossa Senhora do Livramento/MT”. Era “filha de Francisco Alberto Curvo e Benedita Bernardina Cunha Curvo, e neta de Ana Antônia Curvo e João Alberto Curvo (avós paternos), e de Felipe Vieira da Cunha e Ana Rita Cunha (avós maternos)”. Seria “aos oito anos de idade” que Amália teria ido “para a cidade de papa-banana viver na casa dos seus tios Manoel Odorico Maciel e Estevina Monteiro da Silva, onde começou sua alfabetização”. Sua “primeira professora Antônia de Arruda, popularmente conhecida como professora Tetê”, juntamente com “Maria Antônia Monteiro e a diretora Maria Arlindo da Costa” a teriam principiado no ensino. “Com seis meses de estudos já sabia ler e escrever”. Amália teria passado “quatro anos em Nossa Senhora do Livramento e depois se mudou para Cuiabá”. Na capital foi “morar na Rua 13 de Junho, na casa do seu tio João Lourenço de Figueiredo, Pai de Cesário Neto e Guilhermina Figueiredo [...] professores de renome” no município. “Na sequencia, [...] estudou na Escola Barão de Melgaço durante três anos [...] onde concluiu o curso técnico em enfermagem para servir em Livramento, sua terra natal”. Mais tarde “foi morar em Várzea Grande [...] no Bairro do Porto, na casa de seus parentes Lícínio Monteiro da Silva e Isabel Arruda Monteiro da Silva”. Teria sido ali “que ela conheceu o futuro marido, seo Fiote”. O matrimônio teria ocorrido no ano de 1944. Da extensa prole, “dois dos [...] filhos” seguiram a carreira da matriarca na saúde e “se formaram” na área médica, “João Francisco de Campos e Márcia Campos como farmacêutica/bioquímica”⁹³².

Na família de Laucídio Coelho e Lúcia Martins Coelho, o poder aquisitivo destes genitores permitiu que um dos filhos morasse e se especializasse no exterior. Hélio nascera “na Fazenda Bela Vista”, atualmente situada no “município de Nova Alvorada do Sul”. Seu curso “ginasial” foi realizado “no Internato Dom Bosco em Campo Grande”. Depois foi para o “pré-médico” no “Colégio Pedro II”, em 1941, no Rio de Janeiro, onde fez a faculdade “de medicina na Universidade do Brasil”. Em “1950 [...] mudou-se para Nova York nos Estados Unidos”. Naquele país, ele

⁹³² ESCRITOR livramentense relatou parte da biografia de dona Amália Curvo em livro lançado em 2010. Disponível em: <https://www.nossasenhoralivramento.mt.gov.br/Noticias/Escritor-livramentense-relatou-parte-da-biografia-de-dona-amalia-curvo-em-livro-lancado-em-2010-2204/> (grifos do original).

frequentou o “internato no Berkeley Memorial Hospital, Berkeley – Califórnia”, e a sua “residência em Cirurgia no Franklin Hospital” aconteceu em “San Francisco”⁹³³.

Foi ali que conheceu “Cynthia Jane Folley”, enfermeira com quem casou. Tiveram o primeiro descendente naquela cidade e outro em Chicago, dois anos depois. Hélio ainda praticou “residência no St Luke’s Hospital, Chicago [...] afiliado a Universidade de Illinois”. Somente em 1956 o casal voltou ao “Brasil com seus dois filhos, estabelecendo-se [...] em Campo Grande [...] por dois meses, apenas para o nascimento” do terceiro herdeiro. Após esse acontecimento, mudou-se para São Paulo, no mesmo ano, e naquela cidade o médico passou a atuar “na Escola Paulista de Medicina” e no “Hospital São Paulo”. Exerceu o professorado “no departamento de Clínica Cirúrgica, setor de Cirurgia Vascular”⁹³⁴.

Nesse ínterim, Hélio teria publicado “numerosos trabalhos em revistas médicas e capítulos em livros didáticos”. Naquele Estado nasceram mais três meninas, e quando a última já havia completado dois anos, em 1965, a família retornou a “Campo Grande”. Nesta localidade houve a conciliação da prática da “medicina com a agropecuária e outras atividades”, e também ocorreu a nomeação como “professor da Clínica Cirúrgica na” futura “UFMS e Coordenador do curso de Medicina”. Em 1974, Hélio ingressou no “Curso Superior de Guerra da ESG – EMFA – Rio de Janeiro” e no ano seguinte já coordenava a secção sul da “ADESG em Mato Grosso”⁹³⁵.

Há registros de que pela “Financiar Imobiliária”, empresa da qual o médico era sócio, juntamente com os demais membros de sua família, foram construídos “09 (nove) prédios de alto gabarito em Campo Grande e 01 (um) em Cuiabá”, além da venda de vários “loteamentos próprios e de terceiros” naquelas duas “cidades” e em “Várzea Grande, Rodonópolis, Dourados e Sidrolândia”⁹³⁶. Dentre esses empreendimentos consta o “Hotel Campo Grande”, no município de mesmo nome, que teve “Laucídio Coelho” como o “maior investidor”, em conjunto aos demais familiares⁹³⁷.

O edifício de 13 andares tinha o mesmo número de “sócios entre pai, esposa, filhos e genros” como cotistas. Segundo o contrato social, “o prazo de duração da sociedade foi de 15 anos” e teve um investimento inicial de “quatrocentos mil cruzeiros

⁹³³ HÉLIO MASTINS COELHO – biografia. Disponível em: <http://www.heliocoelho.com.br/>.

⁹³⁴ *Ibidem*.

⁹³⁵ *Ibidem*.

⁹³⁶ *Ibidem*.

⁹³⁷ CONTRATO do primeiro hotel de luxo em Campo Grande completa 49 anos de história. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/arquitetura-23-08-2011-08/contrato-do-primeiro-hotel-de-luxo-em-campo-grande-completa-49-anos-de-historia#>. Acesso em: 10 jul. 2023.

novos”. Este valor atualizado em 2018 “corresponderia” a quase três milhões de reais, de acordo com reportagem do jornal on-line *Campo Grande News*. Fizeram parte da sociedade “Laucídio” com a aplicação de “328 mil cruzeiros novos” e os demais “Adelaide Martins Coelho, Eudeter Martins Coelho, Itálvio Coelho, Wilson Coelho, Lúdio Martins Coelho, Rachid Saldanha Derzi, Magno Martins Coelho, Hélio Martins Coelho, Edmar Pinto Costa, José Cândido de Paula, Marcelo Renato Miranda e Antônio Barbosa de Souza”, com “seis mil”, cada um⁹³⁸.

Hélio teria ainda, após a implantação do novo Estado, presidido a “Acrissul (Associação dos Criadores de MS)” e o “Sindicato Rural de Campo Grande”⁹³⁹. Quanto à agropecuária, há relatos sobre organizações de mais de quarenta exposições⁹⁴⁰, obviamente gerando mais lucros e consolidação aos negócios parentais. Ainda nesse setor, haveria a participação em projetos “de Arroz Irrigado em Rio Brilhante” e “na Fazenda San Francisco em Miranda/MS, com área de 3.800 ha”. A família Coelho ficou conhecida também por realizar “o Cruzamento Industrial de bovinos em convênio com” a “EMBRAPA”, especialmente no que concernem “às raças: Nelore, Simental, Marchigiana, Chianina, South Deuon, Red Angus e Pardo-Suíço”⁹⁴¹.

Tal *expertise* e disposição monetária favoreceu a “abertura da Empresa Fazendeiro Nutrição Animal com sede em Campo Grande/MS e filial em Rio Brilhante/MS, destinada à produção de rações e suplementos alimentares”, e o “confinamento de bovinos na Fazenda Remanso” situada neste último município. A “implantação de melhoramento genético [...] das Raças Nelore, Pardo Suíço Corte, Composto Montana Tropical, destinadas a produção de carne”. Essa atividade promovida pelos Coelho contou “com avaliação genética pelo ‘modelo animal’ (científica) coordenadas por professores da USP de Ribeirão Preto e Pirassunga”, e a

⁹³⁸ *Ibidem*.

⁹³⁹ HÉLIO MASTINS COELHO – biografia. Disponível em: <http://www.heliocoelho.com.br/>.

⁹⁴⁰ Conforme consta no site oficial da EXPOGRANDE (Exposição agropecuária de Campo Grande), trata-se de “uma das maiores feiras de agronegócio, que atrai milhares de pessoas todos os anos, bem no coração da América Latina. Um evento que reúne um público diversificado entre produtores rurais, empresários, pesquisadores, estudantes e visitantes interessados em conhecer as novidades e oportunidades do setor agropecuário”. Esse evento teria, na edição de 2023, movimentado a venda de “mais de quatro mil animais”; arrecadado “mais de dezoito milhões de reais em leilões”; movimentado financeiramente “cento e dez milhões de reais” e contato com a presença de no mínimo “102 mil pessoas”. Para maiores detalhes sobre as exposições, acessar: <https://expogrande.com.br/>.

⁹⁴¹ HÉLIO MASTINS COELHO – biografia. Disponível em: <http://www.heliocoelho.com.br/>.

“franquia com Leachman Cattle Campany de Montana, USA” conveniada a “São Paulo”⁹⁴².

A lista de atuação daquela família se estende ainda pela “criação de gado Pardo-Suíço [...] utilizando transferência de embriões desde 1992”; plantio de “soja, milho, arroz irrigado, aveia, milheto e sorgo”; pela “implantação do programa de qualidade ‘Genética Aditiva’ na pecuária bovina, programa com base científica, que elimina todos os animais, que não sejam iguais ou superiores aos seus progenitores” (um cálculo frio e cruel, típico do sistema capitalista); “plantio de eucalipto em Miranda” e fomento do “programa de Gir Leiteiro com avaliação genética”⁹⁴³.

Quanto a Italívio, além de também participar dos empreendimentos, já citados, da família, teria se formado pela Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, local onde tinha terras e negócios. No site do Senado Federal, em razão de seus mandatos políticos, ele é descrito como “advogado, banqueiro, fazendeiro e industrial”⁹⁴⁴. Já o cunhado, Rachid Saldanha Derzi, de ascendência libanesa, “nasceu em Ponta Porã” e “cursou o Colégio Dom Bosco em Campo Grande”. Depois, também “ingressou na Faculdade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, pela qual se diplomou em 1939”. Subsequentemente, “fez cursos de especialização em cirurgia, obstetrícia e pediatria”. Derzi foi “membro da *junta deliberativa do Instituto Nacional do Mate* desde 1938, exerceu essa função até 1942, quando assumiu o cargo de médico do posto de saúde de sua cidade natal”⁹⁴⁵.

Outro membro da elite mato-grossense, “Pedro Pedrossian nasceu no município de Miranda, no estado do Mato Grosso, em 13 de agosto de 1928. Formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Mackenzie, em São Paulo”. Seus pais, de origem armênia, investiram no currículo do filho que após concluir seus estudos, “fez carreira no campo do transporte ferroviário. Trabalhou na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, onde atuou com engenheiro residente e chefe da divisão de ferrovia no Mato Grosso”. Pedrossian, “no Rio de Janeiro”, assessorou o “presidente da Rede Ferroviária Federal”. E “de 1961 até 1964 foi o Diretor Superintendente na Estrada de Ferro Noroeste do

⁹⁴² *Ibidem*.

⁹⁴³ *Ibidem* (grifo do original).

⁹⁴⁴ ITALÍVIO COELHO – biografia. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1753>.

⁹⁴⁵ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 263.

Brasil, em Bauru, no Estado de São Paulo”⁹⁴⁶. Apesar de ter sido considerado “outsider” ou “personagem polêmico” na política regional, especialmente por não ter “pertencido à oligarquia”, mas ter se “integrado” a redes vinculadas a ela, mais tarde⁹⁴⁷, é inequívoco que Pedrossian fazia parte de uma camada socioeconômica privilegiada.

Sua esposa Maria Aparecida Pedrossian “ficou órfã aos 10 anos de idade”. Segundo o biógrafo, “o pai faleceu em decorrência de um câncer e a mãe, de AVC [...]”. Maria era “paulista, nascida na Mooca, bairro tradicional paulistano formado por italianos” e teria cursado até “apenas a 8ª série do ensino fundamental”. A perda dos pais a teria levado, “aos 14 anos”, quando pôde “conquistar a carteira de trabalho”, a empregar-se “como vendedora” em lojas varejistas de artigos diversificados. Apesar de não ter concluído os estudos escolares, Maria frequentou “o curso de aeromoça aos 18 anos”. Em decorrência disto, teria trabalhado “na Real, uma das principais companhias aéreas da época, e viajava para países como Estados Unidos, Argentina e Uruguai”. Pouco tempo depois, “aos 21 anos” conheceu o futuro esposo na “Praça da Sé, centro de São Paulo”. Relata-se que “por anos, o casal acabou morando em cidades [...] como Lins, Araçatuba e Bauru”, até mudar-se para “Miranda, onde residia a família do ex-governador”. Da união, teriam nascido seis filhos⁹⁴⁸.

Frente ao exposto, verifica-se que os investimentos dos dominantes na escolaridade de sua prole visavam, dentre outras questões, renomé-la para ocupar ambientes da elite e com isso justificar e ampliar todo capital ascendente. O conhecimento adquirido no ensino formal, de alguma maneira, era revertido em estratégias e tecnologias sofisticadas utilizadas no aprimoramento da atuação daqueles agentes, nas mais diversas áreas. Percebe-se que os cursos de nível superior geralmente eram realizados em outros Estados ou no exterior, sendo necessários fartos recursos para tanto. Universidades locais foram instaladas em MT no início da década de 1970⁹⁴⁹

⁹⁴⁶ PEDRO PEDROSSIAN – Personalidades – Acervo. Disponível em: <https://www.memoriadaeletricidade.com.br/acervo/31638/pedro-pedrossian>; PEDRO Pedrossian deixou grandes obras como legado para MS. Partido da Mobilização Nacional. Disponível em: <https://pmn.org.br/noticias/engenheiro-civil-pedro-pedrossian-deixou-grandes-obras-como-legado-para-ms/>.

⁹⁴⁷ ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002)*, p. 60, 70.

⁹⁴⁸ ÓRFÃ aos 10 anos, Maria foi primeira-dama por 3 vezes e quis ser candidata por independência. Disponível em: https://www.ojicare.com.br/2022/07/07/orfa-aos-10-anos-maria-foi-primeira-dama-por-3-vezes-e-quis-ser-candidata-por-independencia/#google_vignette; MORRE Maria Aparecida Pedrossian, ex-primeira-dama de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/12/23/morre-maria-aparecida-pedrossian-ex-primeira-dama-de-mato-grosso-do-sul.ghtml>. Foram encontradas informações acerca de somente um filho e um neto do casal.

⁹⁴⁹ *Idem*, p. 72-75.

e ampliaram o acesso ao ensino superior para alguns indivíduos de diferentes camadas sociais. No entanto, em 1977, percebeu-se que os espaços destinados ao controle econômico ainda eram ocupados, em sua maioria, pelos mais abastados, com formação acadêmica. Isso se devia ao fato da própria categoria intelectual ser ainda reduzida.

Havia naquele período altos índices de analfabetismo⁹⁵⁰ frente os quais o governo federal estabelecia como meta a implantação do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), no maior número de municípios possível. Esta modalidade de ensino foi implantada no Brasil após o “golpe civil-militar de 1964” e ajudaria a reprimir “os movimentos de educação e cultura popular de base libertadora (ou conscientizadora)”, ou seja, as “práticas educativas de orientação freireana”. Nesse sentido, “a educação de adultos passou a ser realizada numa perspectiva de suplência da educação formal”. A criação do Mobral ocorreu “em 1967 objetivando a eliminação do analfabetismo no país até 1975”, todavia, “começou a funcionar, efetivamente, em setembro de 1970 e foi extinto em 1985”, não cumprindo esse seu escopo. Tal Movimento era gerido na expectativa de legitimar o estado de exceção e minimizar as “tensões sociais [...], como programa nacional e laico”. Com ele, pretendia-se de alguma forma “ampliar junto às camadas populares as bases sociais de legitimidade do regime no momento em que esta se estreitava junto às classes médias em face do AI-5”⁹⁵¹.

Além disso, a “Lei Saraiva” de “09 de janeiro de 1881, que exigia do eleitor o saber ler e escrever”, e toda a discussão suscitada por ela ao longo dos anos, foram estímulos para que em meados do século XX houvesse maior atuação do “Departamento Nacional de Educação”. Dentre os interesses envolvidos, havia um “fundamento político” sobre “o crescimento das bases eleitorais”. Já “no âmbito econômico” acreditava-se “que a ‘insuficiência cultural’ do país”, sob as égides da colonialidade, “constituía um entrave ao desenvolvimento e ao progresso”⁹⁵². Assim, entende-se a campanha pela ampliação do Mobral, calcada em tais premissas, realizada em 1977 pela União, em parceria com os Estados e municípios, e publicada frequentemente no CE e no OEMT. Em 03 de fevereiro, se iniciavam os apelos midiáticos incitados pelo “presidente da Comissão” cuiabana daquele Movimento. O objetivo era contar com a imprensa para divulgar e motivar as pessoas que ainda não fossem alfabetizadas “a se

⁹⁵⁰ JOANONI NETO, Vitale. Amazônia na década de 1970. A fronteira sob o olhar do migrante.

⁹⁵¹ XAVIER, Cristiane Fernanda. História e historiografia da educação de jovens e adultos no Brasil - inteligibilidades, apagamentos, necessidades, possibilidades, p. 02, 06, 07. Recomenda-se a leitura do artigo original, caso haja interesse em maiores detalhes sobre o assunto.

⁹⁵² *Idem*, p. 04 (grifos do original).

matricularem” nos “cursos” a serem “instalados” naquele ano⁹⁵³. No dia 09 de março houve a renovação anual do convênio entre governo federal e estadual, “para a execução de programas de alfabetização”, junto aos municípios distribuídos em setores “Norte” e “Sul”. Segundo a reportagem, havia “a programação” de atender “76.600 pessoas” no Mato Grosso, somente naquela vigência⁹⁵⁴.

Para atingir esse propósito, as ações não ficariam restritas aos setores burocráticos e educativos governamentais. “Varias entidades” foram convocadas para mobilizar e encaminhar “adultos analfabetos” aos “postos” de ensino. Dentre elas estavam as “associações de moradores de bairros”, a “Liga dos Apóstolos da Caridade” e a “Junta do Serviço Militar”⁹⁵⁵. Nessa confluência de setores sociais, religiosos e ditatoriais, os jornais cumpriam com parte da função, ao ser difundido amplamente em suas páginas o imperativo: “leve ao Mobral quem não sabe ler e escrever”⁹⁵⁶.

Em abril, noticiava-se o acordo entre “a Coordenação Estadual do MOBREAL-Norte [...], através de sua coordenadora adjunta Thaís Moreira da Silva, e a FETAGRI” (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), por meio “de seu presidente Jonas Pereira de Souza”, para a “criação de salas na zona rural”⁹⁵⁷. Na mesma data, divulgou-se também a assinatura do responsável pelo setor “Sul” e do prefeito de Campo Grande, a fim de permitir “a alfabetização de mais de 1.200” moradores. Neste pacto a administração municipal cederia “os locais para as aulas, conduções, etc.”, e o Movimento forneceria “monitores e assistência técnica”. Esse teria sido “o segundo convênio firmado entre a Prefeitura e o MOBREAL”. O primeiro ocorrera “em fevereiro”, do mesmo ano, “para levar a 15 escolas da REME” (Rede Municipal de Educação), “os benefícios do Programa de Educação Integrada – PEI”, com a finalidade de que “o primário” fosse concluído em “um ano”. Informava-se que com iniciativas como estas se pretendia reduzir “90%” dos índices de analfabetismo até “1980”⁹⁵⁸. Esse seria um novo contingente eleitoral a ser conquistado pela elite. Havia, contudo, além do escopo de garantir o maior número de votantes, gerar mão de obra barata com

⁹⁵³ A CIDADE dia a dia - MOBREAL. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7585, p. 06, 03 fev. 1977.

⁹⁵⁴ SECRETARIA de educação firma convênio com MOBREAL. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7611, p. 10, 09 mar. 1977.

⁹⁵⁵ MOBREAL intensifica recrutamento de analfabetos. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7613, p. 10, 11 mar. 1977.

⁹⁵⁶ LEVE ao MOBREAL quem não sabe ler e escrever. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7620, p. 10, 19 mar. 1977. Em muitas edições subsequentes daquele ano foram repetidas essa mesma nota, alternando-se as páginas da publicação.

⁹⁵⁷ A CIDADE dia a dia – convênio. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7633, p. 06, 03 abr. 1977.

⁹⁵⁸ ALFABETIZAÇÃO – Prefeitura firma convênio com MOBREAL. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7222, p. 11, 02/03 abr. 1977.

habilidades técnicas e funcionais básicas. Não existia o propósito de emancipar as demais camadas da população com o letramento.

Essa situação pôde ser observada em nota do OEMT, na qual se veiculava a promoção de “cursos de tratoristas e de vendas”, pela “Coordenadoria Geral da Comissão Municipal do Movimento”, para os “alunos já alfabetizados”⁹⁵⁹. Verificaram-se ainda várias adesões a essa modalidade de ensino. Quando da reunião com os gestores das municipalidades do Estado, o governador proferiu a palestra: “Município – célula base da Nação”. Nela, Garcia Neto teria destacado “a importância das unidades municipais no complexo desenvolvimentista nacional, suas atribuições e suas obrigações [...] com a coletividade”. Em complemento, “o secretário de Educação, Louremberg Nunes Rocha” teria preparado uma fala “sobre a ação do MOBREAL no Plano Educacional Integrado do Estado”. Por sua vez, “o professor Mongelli” abordaria como aquele era “o Programa prioritário do governo federal”. Já “o prefeito Ramez Tebet, de Três Lagoas”, arrazoaria como os chefes dos executivos municipais seriam elementos desencadeadores “do MOBREAL”. No segundo dia do evento, os proferimentos acerca da temática ficariam “a cargo de Terezinha Porto e Geraldo Magela Machado do DEGRAM” e do “coordenador do INCRA [...], Clóvis Rodrigues Barbosa”⁹⁶⁰. Havia uma articulação, promovida dentro de várias instituições públicas e privadas, com a expectativa de ampliar e validar o Movimento.

Para deixar o ingresso aos cursos mais atrativo, cooptar mobrealinos e tentar minimizar evasões, várias atividades gregárias foram propostas durante o ano. Exemplificando, cita-se a promoção de jogos de “futebol de salão” com times dos estudantes, cuja iniciativa foi apresentada como “vitoriosa [...] no campo esportivo”⁹⁶¹. No ramo do entretenimento, foi promovida “uma festa junina” por parte da “Comissão Municipal do MOBREAL”, com “bandas de música” e grupos de “danças”⁹⁶². Houve ainda convocações para afazeres cívicos. No dia da Independência do Brasil, os coordenadores do Movimento teriam organizado o “Bom Passeio” feito “a pé”, contando “com a participação de grande número do público, além dos alunos [...] e

⁹⁵⁹ A CIDADE dia a dia – MOBREAL. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7709, p. 06, 08 jul. 1977.

⁹⁶⁰ GARCIA abre hoje encontro de prefeitos. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7296, p. 02, 04 jul. 1977.

⁹⁶¹ ENCERRADO o certame de futebol de salão do MOBREAL. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7655, p. 08, 03 maio 1977.

⁹⁶² A CIDADE dia a dia - MOBREAL. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7686, p. 03, 11 jun. 1977.

autoridades civis e militares”⁹⁶³. Essas condutas eram praticadas na intenção de que aqueles que estivessem sendo alfabetizados se sentissem pertencentes a um *núcleo especial* e se mostrassem para a sociedade não como sujeitos autônomos, com historicidades e desejos próprios, e sim como uma peça de propaganda; *uma extensão* do MOBRAL. Ao fim, era este que estava sendo valorado e colocado em foco.

Entretanto, essa maneira de publicizar o Movimento suscitava discussões e dissensos quanto ao cumprimento irrestrito dos desígnios institucionais do mesmo. Em 20 de setembro foi divulgada a defesa de “Arlindo Lopes Corrêa [...] presidente do órgão” frente às “acusações de desvios” do “objetivo legal” previsto. Imputava-se à Organização a violação “das finalidades principais de alfabetizar adultos e adolescentes para promover programações extras nas áreas da saúde, da cultura e dos desportos”. Explanava-se sobre “um pensamento de autoridades da educação, de parlamentares e de amplos setores da opinião pública e do próprio ministro Ney Braga, no sentido de que as atividades do MOBRAL terminariam automaticamente ao” zerar os índices⁹⁶⁴.

Mediante isto, Corrêa teria se manifestado pela continuidade da Instituição, mesmo depois de cumprido seu escopo primário. Sustentava-se em sua “tese [...] que a infraestrutura montada” permitiria “ao ministério e ao próprio governo federal a implantação de outros programas de desenvolvimento social de âmbito nacional ou regional”. Era afirmado, por ele, que a “ação” do Movimento “não se” limitava “à clientela-alvo, envolvendo desde os analfabetos até os cidadãos mais qualificados da comunidade”. Esse viés estaria apoiado “na premissa de que ‘a educação deve ser para todos (acesso) de todos (participação) e durante toda a vida (processo de personalização)’”. Ademais, todas as atuações realizadas até então estariam, conforme a declaração, “resguardadas pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, que criou o MOBRAL e atribuiu ao órgão como ‘atividades permanentes’ a erradicação do analfabetismo e ‘a educação continuada de adolescentes e adultos’”⁹⁶⁵.

Percebe-se que a flexibilidade, autonomia e liberdade, por menores que fossem não eram toleradas pelo governo ditatorial, mesmo quando praticadas dentro de dispositivos legais. Bastava favorecer minimamente, de algum modo, a população em geral para que a coação fosse utilizada. Esta poderia ser manifestada de muitas

⁹⁶³ DIA DA Independência: Civismo encerra comemorações da “Semana da Pátria”. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7750, capa, 09 set. 1977.

⁹⁶⁴ ARLINDO Corrêa defende continuidade do MOBRAL. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7758, p. 02, 20 set. 1977.

⁹⁶⁵ *Ibidem* (grifos do original).

maneiras, incluindo a extinção de setores e cargos estatais. Nota-se também, que a defesa de Côrrea prepondera pela permanência da Instituição, independentemente se esta fosse usada para fins similares àqueles vigentes. Ou seja, sobressaía-se o apelo para a manutenção do emprego e da posição de comando, em detrimento do tipo e da qualidade do serviço a ser oferecido.

No concernente à taxa de analfabetismo, Corrêa afiançava “um decréscimo gradativo [...], de 33,6 por cento [...] em 1970 [...] para um percentual [...] de 26% [...] em 1973”. Isso corresponderia “a 15 milhões e 100 mil analfabetos adultos, dando-se a queda percentual para 22 por cento, em 1974 [...], 19 [...] em 1975, e finalmente 16,4 [...] em 1976”. Essa minoração colocaria, segundo ele, o Brasil em equivalência a “países europeus, ‘como a Grécia e a Iugoslávia’, correspondente ao total de dez milhões e 600 mil [...] adultos”, ainda não alfabetizados. O “presidente” do Movimento acrescentava: “sem o MOBREAL, ao invés deste resíduo, haveria um total de 19 milhões”⁹⁶⁶. Em suas argumentações Corrêa teria explanado acerca dos sujeitos que colocavam “em dúvida a validade de dados divulgados por esta Instituição, visto recorrerem a censos do IBGE e a pesquisas do Instituto Gallup de São Paulo”. Assim, endossava que tal apresentação não era confiável, pois não se comprovaria por outros meios de averiguação.

Em termos eleitorais, ressalta-se que “os iletrados só depositariam o voto na urna em novembro de 1985, na primeira eleição após a ditadura, para escolher prefeitos de capitais, estâncias hidrominerais e cidades em área de segurança nacional”⁹⁶⁷. Isso deixa explícito o quanto no íterim do regime de exceção as elites não pretendiam sociabilizar conhecimentos, mas sim se apoderar dos atos decisórios de toda a sociedade. Resguardava-se aos *dominantes* o acesso aos postos de comando, cujo ensino contínuo dava-lhes ainda mais legitimidade. Na década de 1970 era dada importância ao letramento, em razão deste possibilitar ascensão (ou manutenção) aos ambientes privilegiados frequentados e criados por eles. Isso ocorria dessa maneira porque o país era majoritariamente composto por analfabetos, tornando a educação formal de qualidade um diferencial entre as camadas sociais.

Nessa conjuntura, as redes de sociabilidade, permeadas pela intelectualidade, ultrapassaram o parentesco, garantidor das oligarquias no passado, e se tornaram a

⁹⁶⁶ *Ibidem* (grifos do original).

⁹⁶⁷ POR 100 anos, analfabeto foi proibido de votar no Brasil. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/04/por-100-anos-analfabeto-foi-proibido-de-votar-no-brasil>.

sustentação do poder. Alguns políticos, a exemplo de Garcia Neto e Pedro Pedrossian, enfrentaram severas críticas por não pertencerem às famílias entendidas como tradicionais pela elite matogrossense⁹⁶⁸. No entanto, a partir de suas relações sociais e familiares construíram capital intelectual, político e aumentaram o econômico, fazendo uso do espaço midiático, ao longo dos anos. Percebe-se, nas disputas entre a elite pelo controle pretensamente hegemônico, o uso de elementos moduladores, elencados como critérios essenciais para se ocupar determinados ambientes. Esses atributos mudavam a depender do que e de quem estaria pleiteando ou usufruindo de tal vantagem. Nos embates por cargos políticos e estatais, era comum que o local de nascimento se tornasse algo deletério ou primoroso, de acordo com os agentes envolvidos. Todavia, essas condições não eram suficientes para alijar alguém ou garantir sua permanência na *hierarquia* social; já o letramento nessa conjectura, sobretudo para os homens, era indispensável.

4.2 – O intelectual e o jornalístico

Ser culto na década de 1970 era necessário e suficiente para atuar jornalisticamente. Não havia formação oficial para exercer atividades na imprensa. Naquela época, não se exigia estudo universitário “na área da comunicação” e “a entrada no exercício se dava por indicação de outros jornalistas atuantes e pela habilidade do pretendente com as letras”⁹⁶⁹. Como apresentado anteriormente, o poder econômico era um facilitador para formações acadêmicas em instituições de renome. Todavia, alguns raros, não tão afortunados, ingressavam no ambiente escolar mais modesto e adquiriam conhecimentos que lhes permitia serem admitidos nos veículos midiáticos. Em tal cenário destacaram-se três sujeitos, Archimedes Pereira Lima, José Barbosa Rodrigues e Pedro Rocha Jucá. A historicidade destes personagens apresenta traços similares e entrelaçamentos entre si⁹⁷⁰. Lima foi biografado por Jucá, por exemplo, e todos mantinham estreitas relações com pessoas do âmbito político, empresarial, intelectual e cultural. Esses laços sociais e de compadrios puderam ser

⁹⁶⁸ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 130-140.

⁹⁶⁹ FURLANETTO, Vera Lucia; GONCALVES, Dilza Porto. No teatro das comemorações do Sesquicentenário: a educação em Mato Grosso, p. 118-119.

⁹⁷⁰ No ano de 2024, Jucá encontrava-se com 83 anos, já Lima e Rodrigues faleceram em 1993 e 2003, respectivamente. Há menos registros sobre as atividades do primeiro, em relação aos outros dois. Ao que tudo indica há a preferência pela historicização pós-morte desses sujeitos.

verificados por meio das empresas jornalísticas, como foi apontado no primeiro capítulo desta tese.

Quanto a Archimedes Pereira Lima, este teria nascido em Campo Grande no ano de “1910 [...], descendendo de Francisco Pereira Lima e Ana Mendes Lima”⁹⁷¹, casado com Zelinda Noce Pereira Lima⁹⁷². Não há informações sobre sua educação formal⁹⁷³, apenas relatos sobre sua atuação profissional, como “jornalista [...], historiador, empresário [...], professor” e “advogado”⁹⁷⁴. Consta que Archimedes fora “rábula”⁹⁷⁵, “provisionado pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso”⁹⁷⁶, com o que exerceu interinamente a promotoria de Justiça “na comarca de Nioaque”⁹⁷⁷. Ou seja, ele não tinha ensino superior em advocacia; “sem diploma”, atuava “em juízo” por ter sido autorizado institucionalmente, “tal como os egressos das academias nacionais ou estrangeiras”⁹⁷⁸. Tal condição teria possibilitado também o exercício como “Tabelião de Notas, do 4º Ofício, da Comarca de Corumbá [...], de 19 de agosto de 1941 a 3 de julho de 1942”⁹⁷⁹.

O *notório saber* era preponderante para a configuração daquela situação, bem como, os contatos políticos. Sobre estes, sabe-se de sua ligação de longa data com os irmãos “Júlio”⁹⁸⁰ e “Filinto Müller”, o que de alguma maneira teria facilitado sua inserção e manutenção nas cenas jornalística e política. Sob patrocínio do primeiro

⁹⁷¹ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 235.

⁹⁷² JUCÁ, Pedro Rocha. *Exemplo e palavra de jornalista* – em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima, p. 178.

⁹⁷³ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 235.

⁹⁷⁴ JUCÁ, Pedro Rocha. *Exemplo e palavra de jornalista* – em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima, p. 13, 17, 134. Neste subcapítulo, serão tratadas as atuações jornalísticas, historiográficas, professorais e advocacias de Archimedes. O que diz respeito a sua inserção no âmbito político e empresarial será abordado no próximo tópico, 4.3. As datas sobre as quais escreveu Jucá serão, em sua maioria, consideradas aqui como verídicas quando não houver a possibilidade de averiguação em outras fontes.

⁹⁷⁵ CUIABÁ 301 anos – Archimedes Pereira Lima. Disponível em: <https://www.boamidia.com.br/4-cuiaba-301-anos-archimedes-pereira-lima/>.

⁹⁷⁶ JUCÁ, Pedro Rocha. *Exemplo e palavra de jornalista* – em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima, p. 17.

⁹⁷⁷ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 235.

⁹⁷⁸ PIMENTEL, Daniel Cavalcanti. *Eram os rábulas de aldeia - sobre a advocacia sem diploma no Brasil (1870-1889)*, p. 12-14.

⁹⁷⁹ JUCÁ, Pedro Rocha. *Exemplo e palavra de jornalista* – em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima, p. 17.

⁹⁸⁰ *Idem*, p. 29-30. Essa informação foi apresentada também na página 55 desta tese.

dirigiu o OEMT e com a orientação do último, fundaria o “Partido da Mocidade em Campo Grande”, no ano de “1934”⁹⁸¹.

A lista de atividades de Archimedes na imprensa é extensa e teria se iniciado em 1929 ao participar da fundação e direção do periódico “*O Correio do Sul*, em Campo Grande”. A mesma responsabilidade teria tido com a “*Folha do Sul*, em 1935”, no município “de Aquidauana”. Neste mesmo ano, estaria vinculado também ao “*Nove de Julho*, de Campo Grande”. Quatro anos depois seria a vez de dirigir “*O Estado de Mato Grosso*”, em Cuiabá. “De 1937 a 1939, foi redator dos jornais *Gazeta de Notícias* e *Diretrizes*, tradutor da Agência Havas” e articulista do “*Correio da Manhã*, todos do Rio de Janeiro”. Um ano antes de ocorrer a divisão do Estado de MT, estaria atuando no “*Diário de Mato Grosso*”, de Cuiabá. Relata-se ainda que “nos últimos anos de sua vida, escreveu nos jornais *Correio do Estado*, de Campo Grande; *O Estado de Mato Grosso*, *Diário de Cuiabá* e *A Gazeta*, todos de Cuiabá”. Profissionalmente, fora “registrado na Associação Brasileira de Imprensa sob a matrícula nº. 3.798, recebendo a carteira nº. 1.375”, somente “em 1937”⁹⁸².

A sua inserção no “serviço público” teria se dado pelo professorado, obtendo o “primeiro cargo [...] de secretário da Escola Normal” em “Campo Grande”, no ano “de 1930”. Em “1933”, Archimedes atuou no “magistério” do “Ginásio Municipal de Araçatuba”, em “São Paulo”. Já no ano de “1935”, em “Aquidauana”, ele teria sido “diretor do Grupo Escolar Antônio Correia”⁹⁸³. Como um cidadão errante, de múltiplas facetas e compromissado com seus apadrinhadores, as funções dele ganharam outro patamar nos períodos seguintes. Dentre elas destaca-se a função de “diretor da imprensa oficial e do departamento estadual de imprensa e propaganda (1937-1945)”, durante a intervenção de Julio Müller no governo do MT⁹⁸⁴.

Informa-se que no ano de 1937, teria “juntamente com Benjamim Duarte Monteiro, Jaime de Vasconcelos, Ranulfo Paes de Barros, Amarílio Calháo, Armando da Silva Carmelo, Ernesto Pereira Borges” fundado o “sindicato dos jornalistas do

⁹⁸¹ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 235. Maiores detalhes sobre os resultados dessas relações para Archimedes serão estudados no próximo item, 4.3.

⁹⁸² JUCÁ, Pedro Rocha. *Exemplo e palavra de jornalista* – em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima, p. 16 (grifos meus).

⁹⁸³ *Idem*, p. 17-22.

⁹⁸⁴ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 235, 255.

estado” de Mato Grosso do qual “foi presidente”⁹⁸⁵. Afirmar-se, lhe terem conferido “o registro número 01” de “sindicalizado”⁹⁸⁶. Entretanto, Jucá relatou mais tarde, na biografia escrita sobre Archimedes, que tal empreitada não logrou sucesso, pois, a entidade “não chegou a funcionar devido às dificuldades políticas da época”⁹⁸⁷.

Independentemente disto, percebe-se que era seguida a tendência, iniciada na “década de 1920”. Nesta “o jornalismo, assim como a literatura e algumas instituições [...], foi colocado a serviço da recuperação da nacionalidade” (e, salvo períodos excepcionais, das regionalidades), fazendo parte do “projeto corporativo, que visava organizar as profissões”. Estas se tornavam “um meio, um recurso, para atuar” no aparelhamento “da nação e inserir-se na política estatal”. Particularmente, a partir da década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República, objetivava-se identificar, reconhecer e regulamentar o mundo do trabalho de maneira que houvesse contribuição para o “fortalecimento das funções do Estado”⁹⁸⁸.

Nesse sentido, haveria a preponderância de um ideal no qual os jornalistas estariam imbuídos da “missão”, não resumida “à defesa da nação”, mas também, de se inserirem “em partidos políticos e na burocracia pública”. Para isto, aumentaram-se as entidades de representação das categorias profissionais. Consequentemente, a criação de um sindicato local visava, sobretudo, “vínculos com a política estatal”⁹⁸⁹. A partir de tal organização vários recursos materiais e simbólicos poderiam ser conquistados, seria fomentado o alinhamento aos princípios das elites e se ampliariam as possibilidades de atuação profissional, de maneira inclusive a acumulá-las.

Verifica-se a partir dessa conjuntura que, mesmo tendo falhado no intento de criar uma instituição representativa, Archimedes foi reconhecido como “empresário, político e jornalista, tudo ao mesmo tempo”⁹⁹⁰. Ademais, teria sido “o primeiro a obter

⁹⁸⁵ VIEIRA, Thaís Leão. O Edifício Teatral e os sentidos do *Art Déco* como discurso de progresso no Estado Novo em Mato Grosso, p. 4-5.

⁹⁸⁶ CUIABÁ 301 anos – Archimedes Pereira Lima. Disponível em: <https://www.boamidia.com.br/4-cuiaba-301-anos-archimedes-pereira-lima/>.

⁹⁸⁷ JUCÁ, Pedro Rocha. *Exemplo e palavra de jornalista* – em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima, p. 20. Outra controvérsia trazida pelo autor é quanto à data de fundação que não teria ocorrido em 1937, mas sim em 1939.

⁹⁸⁸ PETRARCA, Fernanda Rios. Construção do Estado, esfera política e profissionalização do jornalismo no Brasil, p. 84-86.

⁹⁸⁹ *Ibidem*. Para maior entendimento acerca dos imbricamentos entre as associações profissionais com a política partidária e governamental, ler o artigo na íntegra.

⁹⁹⁰ ARCHIMEDES: da glória à morte na mesma avenida. Disponível em: <https://olivire.com.br/archimedes-da-gloria-a-morte-na-mesma-avenida>.

registro [...] profissional por Mato Grosso” no âmbito da imprensa⁹⁹¹ e “nos quase 10 anos de direção de *O Estado de Mato Grosso* [...] era, ao mesmo tempo, diretor, repórter, fotógrafo, revisor e contato publicitário”⁹⁹². Houve ainda o assentimento quanto às suas várias habilidades e à força de seus laços sociais, motivos pelos quais ele “ocupou a cadeira 13 da Academia Mato-grossense de Letras (AML) e fez parte do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso”⁹⁹³. Além disso, teria escrito alguns “opúsculos”: “*Um ponto de vista (A propósito da questão separatista)*, em 1937; *A Companhia Mate-Laranjeira vista por um repórter*, em 1939; *Problemas mato-grossenses*, em 1941; *Arnaldo Serra*, em 1944, e *A batalha da borracha em Mato Grosso*, em 1945”. Dezesesseis anos depois voltaria a publicar: “*Goiás, a um passo da reforma agrária*, em 1961; *Homenagem a um trabalhador e Edgar Vieira, um realizador*, em 1976”; E por fim, “*Alerta a Garcia: perigo à vista*”, entregue aos leitores, em 1977⁹⁹⁴.

O primeiro título mencionado teria sido um “livreto” produzido para divulgar, a posteriori, a “entrevista” concedida ao “jornal *O Diário de São Paulo*, na sua edição de 10 de abril de 1934 [...], a propósito da questão separatista [...], quando ele tinha apenas 26 anos” e “se encontrava residindo em Araçatuba desde a *Revolução Constitucionalista*”⁹⁹⁵. Esta ocorreu “em 1932”, decorrente de “tensões políticas e sociais que levaram à revolta contra o governo provisório de Getúlio Vargas”, eclodida em São Paulo. Tratou-se de uma resposta de alguns oligarcas, desta localidade, contrários à interventoria ali instalada. Naquele contexto, “o movimento rebelado aguardou quais seriam os estados que apoiariam São Paulo contra o governo”⁹⁹⁶.

Consta que houve “adesão de parte significativa dos líderes políticos *sulistas* [...], em razão da presença em Campo Grande, na chefia da Região Militar, do general

⁹⁹¹ ANDRADE, Danusa Santana. *A cobertura dos jornais Correio do Estado, de Campo Grande, e o Estado de Mato Grosso, de Cuiabá, na criação de Mato Grosso do Sul: uma análise de conteúdo*, p. 59.

⁹⁹² JUCÁ, Pedro Rocha. *Exemplo e palavra de jornalista* – em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima, p. 13 (grifo meu).

⁹⁹³ ARCHIMEDES: da glória à morte na mesma avenida. Disponível em: <https://oliveira.com.br/archimedes-da-gloria-a-morte-na-mesma-avenida>.

⁹⁹⁴ JUCÁ, Pedro Rocha. *Exemplo e palavra de jornalista* – em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima, p. 13 (grifos meus). Dos escritos citados, foi encontrado somente o livro *Problemas Matogrossenses*, publicado em Cuiabá pela Imprensa Oficial e disponível no catálogo da biblioteca da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

⁹⁹⁵ *Idem*, p. 131-134. Sobre o periódico informado por Jucá, foi encontrado no site da Hemeroteca Nacional o título *Diário de S. Paulo*, correspondendo à outra referência feita na página 134, da biografia. Todavia as edições disponíveis abrangem somente os anos de 1870 a 1879.

⁹⁹⁶ GRANATO, Natália Cristina. Elitismo e autoritarismo no discurso militar apologético da Revolta “Constitucionalista” de 1932, p. 3-4, 13. Para maiores detalhes sobre aquele momento histórico recomenda que o artigo seja lido na íntegra.

Bertoldo Klinger, que deveria exercer a função de comandante militar da rebelião”. Este nomeou “para Mato Grosso um governador *revolucionário* (Vespasiano Martins), que, pelo menos por ora, exerceria suas funções” naquele município⁹⁹⁷. Por outro lado “o interventor em Cuiabá (Leônidas de Matos) se manteve na posição de apoio a Getúlio”⁹⁹⁸. Frente a esta querela, “esse episódio tem sido alçado por vários autores”, da historiografia oficial, “à condição de uma *primeira divisão* do Estado”; o que na academia já foi entendido como “uma versão fantasiosa”. Considera-se “mais plausível que as elites sulistas (majoritariamente campo-grandenses) tenham vislumbrado naquele episódio não necessariamente a ocasião da separação do Sul, mas *apenas* a oportunidade da mudança da capital” para Campo Grande⁹⁹⁹.

Foi sobre esse acontecimento, e à hipótese consequente, que Archimedes teria se pronunciado e oferecido sua perspectiva ao jornal; o fez também, depois, na apresentação do opúsculo a ser publicado em 1937. Nesta, a primeira ressalva se dava ao oposicionismo defendido à época entre *nortistas* e *sulistas*; dizia ele: “mato-grossenses somos todos, do Norte, do Sul, do Centro, do Leste ou Oeste”. Quanto ao alegado “movimento separatista no Sul”, afirmava não ter passado “de uma atitude passageira, motivada pelo descaso que votavam, até então, os [...] governantes, a uma região que tinha anseios de progresso”. Contudo, frisava não ser isso o suficiente para “justificar a ideia que muitos” faziam daqueles que não moravam na Capital, como desprovidos de “sentimentos mato-grossenses”. Ressaltava ainda, que o pensamento “de desagregação do território” encontrava tanta “repulsa” no *Sul* quanto no *Norte*, e que a “separação”, na época desta sua escrita, estaria “banida daquela região”¹⁰⁰⁰.

Todavia, ressalvas foram feitas no sentido de amenizar “trechos” transcritos “da entrevista” nos quais existiam “uma fêrula candente contra o Sr. Leonidas Mattos”. Deste teria sido “implacável adversário político”, cuja oposição contava com apoio de “Júlio Müller [...] chefe de Polícia de então”. Por fim, teriam sido feitas menções elogiosas tanto ao *Sul* quanto ao *Norte*, reiterando não ser possível “a mística de alguns estudantes” de que houvesse a “separação” do primeiro em relação ao segundo, por ser este “uma região [...] tão rica, [...] fecunda” e “pródiga em recursos naturais de toda a

⁹⁹⁷ QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (Um breve ensaio), p. 159 (grifo meu).

⁹⁹⁸ ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002)*, p. 13.

⁹⁹⁹ QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (Um breve ensaio), p. 160 (grifos do original).

¹⁰⁰⁰ JUCÁ, Pedro Rocha. *Exemplo e palavra de jornalista* – em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima, p. 132-133.

espécie”¹⁰⁰¹. Embora Archimedes tivesse combatido o governo do interventor em Mato Grosso, mostrou-se posteriormente um correligionário de Vargas¹⁰⁰².

Observa-se nas postulações de Arquimedes, independentemente da veracidade delas, uma tentativa de adaptar sua retórica à nova conjuntura em que se encontrava; uma vez que em 1932, residia em Campo Grande, em 1934, em Araçatuba e no ano de 1937, já estaria em Cuiabá. Assim, percebe-se certa adequação de sua posição às discursividades das redes de sociabilidade com as quais estava envolvido em cada período. Quanto aos demais textos, *A Companhia Mate-Laranjeira vista por um repórter* e *Problemas mato-grossenses*, diziam respeito a “artigos” escritos por ele no OEMT enquanto o dirigia. “Ambos abordavam os mais palpitantes assuntos da economia regional”¹⁰⁰³, segundo seu biógrafo.

A *batalha da borracha em Mato Grosso* seguia a mesma estruturação dos dois anteriores e nela Archimedes tratava “de outro importante assunto da economia regional e que ele próprio defendeu, pois foi um dos pioneiros nos seringais mato-grossenses”. Já *Arnaldo Serra* teria sido uma publicação necessária para habilitar-se “ao ingresso na Academia Mato-grossense de Letras”, na qual tomaria posse em “maio de 1946”. Já “no período que esteve afastado de Cuiabá, publicou apenas *Goiás, a um passo da reforma agrária*”. Este escrito estaria intimamente ligado ao cargo público que exerceu naquele Estado. Ao retornar à “capital mato-grossense, editou *Homenagem a um trabalhador e Edgar Vieira, um realizador*, ambos” a respeito de “seu grande amigo”, cujo nome intitulou este último livro. Por fim, teria escrito “*Alerta a Garcia: Perigo à vista [...]*” abordando o processo de crescimento demográfico de Mato Grosso em altos índices”¹⁰⁰⁴. Como explanado no capítulo anterior desta tese, o aumento populacional

¹⁰⁰¹ *Idem*, p. 145. Possivelmente Archimedes estaria fazendo alusão aos “jovens estudantes residentes no Rio de Janeiro”, que após a derrota da rebelião paulista “parecem haver decidido radicalizar suas posições, passando a defender por escrito e abertamente, pela primeira vez, a separação entre o Sul e o ‘Norte’ do Estado. Surge então, em fins de 1932, a *Liga Sul-mato-grossense*, fundada no Rio de Janeiro pelos referidos estudantes, que lança três documentos principais: um *Manifesto aos habitantes do sul de Mato Grosso*, datado de outubro de 1933; um *Manifesto da mocidade do sul de Mato Grosso ao Chefe do Governo Provisório e à Assembléia Constituinte*, datado de janeiro de 1934 [...]; e uma *Representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte*, aparentemente de março de 1934, acompanhada de um abaixo-assinado com milhares de assinaturas (esses documentos estão reproduzidos in Martins, 1944:90 e ss.). Outro documento, de teor semelhante, rebatendo críticas do então general Rondon às pretensões dos sulistas e assinado por personalidades de destaque nessa região, foi publicado em Campo Grande em março de 1934 (*A divisão de Mato Grosso: resposta ao General Rondon*); QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: Divisionismo e identidades (Um breve ensaio), p. 160 (grifos do original).

¹⁰⁰² *Idem*, p. 68.

¹⁰⁰³ *Idem*, p. 36.

¹⁰⁰⁴ *Idem*, p. 36, 38.

era uma preocupação da elite em 1977, por tratar-se de pessoas pobres que chegavam ao Estado.

A essa “extraordinária [...] capacidade de escrever”, nas palavras de Jucá, em razão de uma extensa produção de Archimedes, por redigir para os diários nos quais trabalhou, em conjunto com seu ingresso na AML e no IHGMT, lhe teriam conferido o atributo de literato e historiador¹⁰⁰⁵. Esta última designação também fora conferida a Pedro Rocha Jucá, que passou por situações semelhantes às de seu biografado, tendo atuado longo tempo de sua vida no periódico fundado com auxílio deste. Jucá foi redator-chefe do OEMT e também exercia “a profissão de professor de geografia no Colégio Estadual José Barnabé de Mesquita, em Cuiabá”. Tornou-se “membro oficial do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-Grossense de Letras, com ingressos em 1973 e 1981, respectivamente”¹⁰⁰⁶. “Filho de Lauro Jucá de Souza e Maria Felicidade Rocha Jucá”, teria nascido “em Crato - CE, no dia 12 de maio de 1941”, e concluído duas graduações a de “Bacharel em Direito” e de licenciatura “em Pedagogia”. Sua migração “para Mato Grosso, residindo inicialmente em Corumbá, onde chegou” se daria “no ano de 1959”. Neste município, fundaria “o Centro dos Estudantes Secundários de Corumbá”. Entretanto, no “mesmo ano, mudou-se para Cuiabá, terra que escolheu para viver e constituir família”¹⁰⁰⁷.

Ali cumpriu “o serviço militar e concluiu o curso científico no então Colégio Estadual de Mato Grosso”; suas duas formações superiores se deram “pela Universidade Federal de Mato Grosso”. A seu tempo, contraiu matrimônio com “Carmina Póvoas Jucá,

¹⁰⁰⁵ *Idem*, p. 36.

¹⁰⁰⁶ FURLANETTO, Vera Lucia; GONCALVES, Dilza Porto. No teatro das comemorações do Sesquicentenário: a educação em Mato Grosso, p. 118-119.

¹⁰⁰⁷ PEDRO ROCHA JUCÁ – biografia. Disponível em: <https://academiamtdeletras.com.br/pedro-juca/item/140-pedro-rocha-juca>.

e com ela teve quatro filhos: Marcelo, Márcia Fátima, Marcos e Mauro”¹⁰⁰⁸. Foi chamado de “jornalista por vocação”, porque teria iniciado “nessa área quando contava apenas 16 anos”. Nesta idade, teria “fundando o jornal estudantil *A Voz da Mocidade*, e, ao lado de um grupo de jovens estudantes do Colégio Salesiano de Crato, feito circular *O Ideal*, periódico estudantil”. Somado a isso, “colaborou junto aos jornais *O Momento*, *Folha da Tarde*. Contando com apenas 20 anos de idade”, ingressou no OEMT e nele ficou “por 25 anos”. “Foi também colaborador do jornal *O Combate*, órgão da União Democrática Nacional. Ao lado do jornalista Eugênio de Carvalho, atuou na implantação da *Rexpress* (Brapress), primeira agência de notícias de Mato Grosso”. Depois, “entre 1961 e 1972, foi correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, e na mesma condição da revista *Visão*.”. Ademais, teria integrado “a equipe de fundadores do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Mato Grosso, presidindo a instituição por nove anos”. Esta, ao contrário da primeira tentativa de Archimedes, entrou e permaneceu em atividade¹⁰⁰⁹.

Relata-se ainda que “Jucá [...] idealizou e fundou a JORNAMAT” e na “sua gestão, como Presidente daquela entidade” teria realizado “vários Congressos Regionais de Jornalistas: em Campo Grande, Corumbá, Aquidauana e Dourados”¹⁰¹⁰. Dando mostras de que sua atuação não estava restrita a Cuiabá. Ele teria sido também “o

¹⁰⁰⁸ SIMEONE, Amanda Pereira; SCALOPPE, Marluce de Oliveira Machado. Jucá, um contador de Histórias Reais, p. 02. Sabe-se que Carmina era detentora de uma pequena parcela das cotas do OEMT. Porém, não foram encontradas informações detalhadas sobre ela. Há apenas breves menções como esposa de Jucá, inclusive no único obituário disponível na *internet*, MORRE Carmina Póvoas Jucá, esposa de Pedro Jucá. Disponível em: <https://www.hnt.com.br/no-de-cachorro/morre-carmina-povoas-juca-esposa-de-pedro-juca/450597>. Portanto, não houve a possibilidade de saber se havia algum grau de parentesco dela com “Lenine de Campos Póvoas, filho de Rosa e do Professor Nilo Póvoas, sobrinho de Isac Póvoas e neto de [...] Pedro Póvoas”. Este considerado pela família como “um dos heróis da Guerra do Paraguai”. Lenine foi “mestre na Universidade Federal de Mato Grosso; integrante do Instituto Geográfico e Histórico de Mato Grosso; Deputado por dois mandatos, inclusive constituinte; fundador, ministro [...], e presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso; Vice-Governador; Presidente da Federação Mato Grossense de Mineração; Chefe da Casa Civil; Secretário de Administração; Fundador e Presidente da Fundação Cultura [...]; Presidente da Federação Mato Grossense dos Desportos; integrante da Academia Mato Grossense de Letras, casa esta que presidiu por mais de 10 anos, onde ocupou a cadeira n.º 33; historiador e titular de mais de 30 obras, tendo publicado o seu primeiro livro aos 23 anos de idade”, DE LENINE Póvoas para Lenine Póvoas. Disponível em: <https://www.hnt.com.br/artigos/de-lenine-povoas-para-lenine-povoas/15612>. Percebe-se, desse modo, o descaso midiático quanto à biografia das mulheres como se elas não estivessem protagonizando a cena pública. Os lauréis produzidos pelos homens de letras habitualmente serviam para legitimarem-se uns aos outros, validando suas atitudes perante a sociedade, exaltando seus feitos para justificarem suas ações e suas posições, atribuindo-se prêmios e homenagens entre si, deixando de lado as companheiras, na maioria das vezes.

¹⁰⁰⁹ PEDRO ROCHA JUCÁ – biografia. Disponível em: [https://academiamtdeletras.com.br/pedro-juca/item/140-pedro-rocha-juca,\(grifos meus\)](https://academiamtdeletras.com.br/pedro-juca/item/140-pedro-rocha-juca,(grifos%20meus)).

¹⁰¹⁰ MENDONÇA, Rubens de. Discurso de recepção cadeira 22, p.27.

primeiro autor mato-grossense a publicar livros virtuais”. Adepto da tecnologia, “alimentava um portal na *internet* até o ano de 2013, no qual editava o jornal eletrônico *Varanda Cuiabana*, com a finalidade de divulgar a cultura do Estado de Mato Grosso” e elogios a “líderes” que, pelo viés do capitalismo e do liberalismo, “contribuíram para o crescimento, expansão da capital mato-grossense”¹⁰¹¹.

Dentre os livros publicados de Jucá estão: “*A Imprensa Oficial em Mato Grosso, 1986; Personalidades da História de Mato Grosso, 1987; Os Símbolos Oficiais de Cuiabá, 1990; Os Símbolos Oficiais do Estado de Mato Grosso, 1994*”. Estes títulos remetem a uma tentativa de monumentalizar, registrar para a história, signos e figuras que dariam contornos a nova configuração territorial do Estado e reiteraria suas *raízes* e aquilo que foi elencado como sua *tradição*. Observa-se que todos foram escritos após 1979, ano em que foi instalado Mato Grosso do Sul, em decorrência da divisão.

Já “*Exemplo e Palavra de Jornalista*” de “1995”, foi utilizado nesta tese por trazer dados objetivos, da vida de Archimedes Pereira Lima, importantes para se pensar suas relações políticas e sociais. Contudo, trata-se de uma biografia póstuma, elogiosa e enaltecida ao personagem escolhido, sem críticas ou contrapontos às suas discursividades. Além disso, apesar de se propor a construir uma historiografia, Jucá raramente referencia suas fontes e não fornece lista bibliográfica. As subjetividades do autor ficaram explícitas no texto, de maneira que se possa vislumbrar um alto grau de amizade e lealdade entre ele e seu biografado. Ao que tudo indica, “*Júlio Müller, Um Grande Estadista*” de “1998”, obedeceria à mesma tônica ovacionista, tendendo à construção de um *herói*, para ser tipificado e usado de modelo aos mato-grossenses. Os demais escritos: *Diário Histórico de Mato Grosso* (2002); *Os Jucás dos Inhamuns* (2002); *Mato Grosso de hoje e sempre – I* (2003); *Mato Grosso de hoje e sempre – II* (2004) e *Mato Grosso de hoje e sempre – III* (2005) foram publicados em formato digital. Seu último livro teria sido *Imprensa Oficial de Mato Grosso: 170 anos de história*, de 2009¹⁰¹².

Por atuar nos recintos privilegiados de letramento cultural, na imprensa e manter forte rede de sociabilidade, Jucá foi condecorado com várias insígnias, como a de “*Cidadão Cuiabano Honorário, da Câmara Municipal de Cuiabá, pelo Decreto*

¹⁰¹¹ SIMEONE, Amanda Pereira; SCALOPPE, Marluce de Oliveira Machado. Jucá, um contador de histórias reais, p. 03.

¹⁰¹² PEDRO ROCHA JUCÁ – biografia. Disponível em: <https://academiamtdeletras.com.br/pedro-juca/item/140-pedro-rocha-juca>; SIMEONE, Amanda Pereira; SCALOPPE, Marluce de Oliveira Machado. Jucá, um contador de Histórias Reais, p. 03 (grifos do original).

Legislativo nº 030/72, de 11/12/1972”, a “*Comenda da Ordem do Mérito de Mato Grosso*” e muitas outras. Além disso, “em 2011, foi criado o Prêmio Pedro Rocha Jucá, ano que o jornalista fundador do Sindicato de Jornalistas completou 70 anos”. Nesse momento, ele foi colocado como cidadão modelo, de forma que no “edital público, o prêmio tinha por objetivos: incentivar a produção de jornalismo de boa qualidade em Mato Grosso” e “premiar as boas iniciativas jornalísticas publicadas”. Mas não parava por aí, sua maneira de atuar na profissão seria usada para “colaborar com o aprendizado de estudantes de jornalismo e congregar a categoria dos profissionais de imprensa”¹⁰¹³. Assim, sua atuação atravessada pelos laços sociais, políticos e empresariais, de alguma maneira se reproduziria dentre os novos ingressantes na carreira e seria também legitimada pelos pares.

Outro patamar observado nas relações das elites e seus aliados foi o âmbito maçom. Consta que Jucá seria membro da “Academia Maçônica de Letras de Mato Grosso, figurando como o primeiro Presidente” e “correspondente da Academia Brasileira Maçônica de Letras”¹⁰¹⁴. Na biografia escrita sobre Archimedes, relatou que este figurava entre os “fundadores” do “Rotary Clube de Cuiabá”, em 1941, cuja “presidência” estaria a cargo do “Interventor Júlio Müller”. Na “primeira reunião [...], James Roth [...] representante [...] internacional” da Instituição maior, da qual a cuiabana derivava, estaria presente. Aquela *sucursal* teria sido criada após as de “Campo Grande e Corumbá”¹⁰¹⁵.

A ocasião teria contado com “25 rotarianos” dispostos a contribuírem com “a difusão cada vez maior dos ideais de confraternização” particulares daquela entidade. Nas congratulações realizadas, o “companheiro de Campo Grande, Manoel Ferreira de Azambuja” foi mencionado, em razão dos “esforços desenvolvidos [...] para a fundação” daquele “clube em Cuiabá”. Em ata foi registrado o “ambiente da mais pura camaradagem e franca cordialidade” existente no evento. As reuniões ocorriam após jantares às “sextas-feiras” em recintos luxuosos da época, como “no salão do Grande Hotel”¹⁰¹⁶. Posteriormente houve a expansão do que se chamava a “família rotariana”,

¹⁰¹³ SIMEONE, Amanda Pereira; SCALOPPE, Marluce de Oliveira Machado. Jucá, um contador de histórias reais, p. 03-04. A lista completa das homenagens oficiais recebidas por Jucá pode ser conferida no artigo de referência.

¹⁰¹⁴ ANDRADE, Danusa Santana. *A cobertura dos jornais Correio do Estado, de Campo Grande, e o Estado de Mato Grosso, de Cuiabá, na criação de Mato Grosso do Sul: uma análise de conteúdo*, p. 76.

¹⁰¹⁵ JUCÁ, Pedro Rocha. *Exemplo e palavra de jornalista* – em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima, p. 29, 31.

¹⁰¹⁶ *Idem*, p. 30-31.

com a inauguração de outras sedes na Capital: “Cuiabá-Bandeirantes [...] Bosque, sob a presidência de Pedro Rocha Jucá; e [...] Porto”¹⁰¹⁷.

Tais locais se tornavam mais um elo a estreitar as relações sociais e afetivas daqueles sujeitos, bem como, um novo campo a ser disputado entre eles. As chamadas “lojas maçônicas” caracterizavam-se por, “desde sua inserção” no Brasil, serem “predominantemente constituídas por uma minoria [...] escolarizada” de homens. Um grupo que se entendia “como elite” empenhada a “produzir representações” reveladoras das condições daqueles agentes “perante a sociedade”¹⁰¹⁸. Dentre as “bandeiras [...] fomentadas no interior” desses “círculos maçônicos estaria o ideário liberal”¹⁰¹⁹, compartilhado pelos dominantes e seus asseclas, em suas atividades intelectuais, políticas e jornalísticas, podendo as executar em mais um âmbito de *sagração* masculino, com a pretensão de aumentar a credibilidade dos indivíduos ali envolvidos, junto ao espaço social.

Quanto a José Barbosa Rodrigues, não se tem notícias de que também fosse um confrade¹⁰²⁰, no entanto, apresentou muitas outras semelhanças aos dois colegas de profissão. “Filho de Gabriel Barbosa Martins e Júlia Barbosa Rodrigues”, teria nascido “em Poços de Caldas, Minas Gerais”, no dia “30 de junho de 1916”. Naquela localidade, concluiu “o ginásio, estudou filosofia e depois trabalhou com seu pai na empresa funerária da família”. Somente, “em 1943, aos 27 anos, mudou-se para Mato Grosso (MT), juntamente com sua esposa, a professora Henedina Hugo Rodrigues, e seu filho primogênito José Maria Hugo Rodrigues”¹⁰²¹. Ela, “nascida no dia 10 de fevereiro de 1918, em Guaxupé, no interior de Minas [...], preferia ser chamada de Eneida”; e possuía “diploma de normalista de 1º e 2º graus”. Os motivos da migração orbitariam sobre as restrições de oportunidades laborais na cidade natal, local de “veraneio”, onde seria habitual “trabalhar seis meses por ano e nos outros seis viver

¹⁰¹⁷ *Ibidem*.

¹⁰¹⁸ SILVA, Ivanilson Bezerra da; BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. (2018). Elite maçônica e as escolas da Loja Sete de Setembro na revista A Maçonaria no Estado de São Paulo (1912- 1932), p. 02. Caso haja interesse em aprofundar o assunto, sugere-se a leitura do artigo na íntegra.

¹⁰¹⁹ SILVA, Augusto César Acioly Paz. A maçonaria, intelectuais e pensamento político nas décadas iniciais do século XX, p. 62.

¹⁰²⁰ Termo comumente utilizado para tratamento entre pares dentro da maçonaria, a exemplo do que foi usado em JUCÁ, Pedro Rocha. *Exemplo e palavra de jornalista* – em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima, p. 13.

¹⁰²¹ FRANCO, Stélla Carolina Carvalho. *José Barbosa Rodrigues e a construção da memória e da identidade sul-mato-grossense*, p. 25.

daquilo que havia ganho antes”¹⁰²². Quanto aos critérios para escalar o destino, restam conjecturas.

Há argumentos de que as pretensões iniciais eram de se fixarem “em Ponta Porã, porém, ao chegarem a Campo Grande, mudaram os planos diante da possibilidade de encontrar emprego”, neste município. “Há duas hipóteses [...] sobre a transferência da família de Minas Gerais para o sul de Mato Grosso” e a escolha do local para estabelecer domicílio. Uma é de “que eles teriam sido atraídos pelas repercussões positivas da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), com a expectativa de adquirir terras a um preço baixo e usufruir do crescimento econômico da região”. A outra “considera que o destino final” estaria a centenas de quilômetros de distância. Esta argumentação respaldava-se no fato de “Rodrigues” carregar consigo “uma carta destinada ao governador do Território Federal de Ponta Porã”, cujo conteúdo evidenciava haver “ligações” dele “com políticos e com os interventores do governo de Getúlio Vargas”. Isto de algum modo sugeria “que sua mudança tinha um viés político-partidário”¹⁰²³ e de que haveria a possibilidade de ali residirem.

Aparentemente, naquele primeiro momento sobressaiu-se o interesse por encontrar meios de custear a vida. “Em Campo Grande, Henedina conseguiu trabalho na Escola Boa Vista, na região mantida por imigrantes japoneses, conhecida como Mata do Ceroula”. Já “no ano seguinte, em 1944, Rodrigues começou a lecionar na mesma instituição, onde permaneceu até o ano de 1946. Posteriormente, ele atuou como inspetor da escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora”. Depois de três anos “em 1949, foi convidado a lecionar a disciplina de Metodologia e Didática na Escola Normal Joaquim Murtinho”. Sua atuação, contudo, não ficou limitada ao professorado. “Para complementar a renda familiar procurou outros” afazeres. Devido aos baixos salários recebidos até então, que dificultavam garantir o sustento da família, Rodrigues expandiu sua mão de obra e buscou ocupação na “Imprensa”¹⁰²⁴. Ele “começou como zelador no *Jornal do Comércio* e tempos depois passou a ser redator, assumiu a editoria-chefe do

¹⁰²² CORREA, Lívine de Albuquerque. *Grupo Correio do Estado, de jornal a conglomerado midiático (1954-1980)*, p. 63.

¹⁰²³ FRANCO, Stélla Carolina Carvalho. *José Barbosa Rodrigues e a construção da memória e da identidade sul-mato-grossense*, p. 25.

¹⁰²⁴ *Ibidem*.

jornal antes comandado por um grupo”¹⁰²⁵. Ali “se projetou como jornalista, o que lhe rendeu o convite para trabalhar no *Correio do Estado*, em 1957”¹⁰²⁶.

Há relatos historiográficos de que “ao ganhar maior importância nas decisões da direção e capital financeiro, Rodrigues comprou a parte de Costa Moraes e se tornou dono” desse periódico¹⁰²⁷. Entretanto, com base nos estudos realizados nesta tese¹⁰²⁸, não é possível afirmar que, em 1977, (ou qualquer outro período anterior) José Barbosa Rodrigues fosse proprietário do CE, uma vez que a documentação empresarial não foi atualizada na Junta Comercial. Por outro lado, sua inserção no meio comunicacional trouxe-lhe prestígio social e algum ganho financeiro, além de possibilitar o mesmo acesso aos filhos que passaram a trabalhar com ele no jornal.

As relações estabelecidas a partir deste recinto levaram-no a outros ambientes como a AHL-CG, ASL e IHGMS (estas duas últimas criadas pós 1979), bem como, a construir exitosas e longevas redes de sociabilidades com pessoas dos mais variados setores da elite. No ano da divisão de MT, 20 anos após ter ingressado no CE, neste se podia verificar os laços sociais e semânticos que perpassavam pela discursividade do editor-chefe. Pode-se pensar ainda nos atravessamentos políticos partidários que o influenciaram desde “sua formação escolar, dos 14 anos aos 29 anos”, quando “ele viveu” sob “as ideologias nacionalistas da Era Vargas (1930-1945)”. Já adulto, “dos 48 anos aos 69 anos”, seria a vez da “ditadura civil-militar (1964-1985)” com sua “Doutrina de Segurança Nacional”¹⁰²⁹. Teria sido esse o contexto que possibilitou também a Rodrigues extrapolar as páginas jornalísticas e enveredar pelos livros. Foram dez escritos: *Palavras de um Professor* (1949); *Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau*; *Campo Grande, meu amor e Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado* (1978); *História de Campo Grande* (1980); *História da Terra Mato Grossense* (1983); *História de Mato Grosso do Sul* (1984); *Glossário Mato Grossense*; *Meus Haicais* (1987); *Primeiro jornal de Campo Grande* (1989); *Pedras Lascadas* (1998).

¹⁰²⁵ FURLANETTO, Vera Lucia. *Mato Grosso do Sul: sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio do Estado*, p. 23.

¹⁰²⁶ SCHWENGBER, Isabela de Fátima. *Representações do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul (1995 a 2000)*, p. 54.

¹⁰²⁷ FURLANETTO, Vera Lucia. *Mato Grosso do Sul: sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio do Estado*, p. 23. Tal perspectiva foi adotada na escrita da dissertação em razão de historiografias anteriores trazerem esses dados: SCHWENGBER, Isabela de Fátima. *Representações do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul (1995 a 2000)*, p. 53.

¹⁰²⁸ Consultar as páginas 59 a 62.

¹⁰²⁹ FRANCO, Stélla Carolina Carvalho. *José Barbosa Rodrigues e a construção da memória e da identidade sul-mato-grossense*, p. 77.

Esses seus textos traziam algumas peculiaridades. No primeiro, percebe-se a escolha de dar notoriedade à mestria, elencando-a como atividade precípua a qual merecia destaque, a partir da qual algo considerado importante e respeitoso poderia ser transmitido aos leitores. Possivelmente, assim tenha ocorrido por atuar naquela área à época da publicação. Esse seu trabalho inicial também pode ter auxiliado na produção do segundo e terceiro títulos, formatados para serem distribuídos nas escolas com fins didáticos. Em *Mato Grosso do Sul: para 3º série do 1º grau* foram escritas “42 páginas, 17 capítulos, com [...] conteúdos sintéticos e sucintos”. Isto de alguma maneira contribuiria “para melhor memorização dos alunos”. Ademais, havia “um conjunto de questões ao final de cada capítulo” para reiterar a compreensão dos dados trazidos anteriormente¹⁰³⁰.

Tal escrito de modo geral continha elementos enaltecendo as “potencialidades naturais e econômicas da região, visando despertar entre os estudantes o ufanismo, o civismo e o orgulho de pertencer a MS”¹⁰³¹. O segundo, voltado para o município, sob um viés mais literário trazia similaridades com o anterior. O terceiro contou com a mesma distribuição interna que o primeiro e um número maior de páginas, 139. Nele “o autor selecionou dados históricos, geográficos e estatísticos regionais que julgou mais pertinentes para o conhecimento da população”. Não houve “uma ordem temática” na organização dos capítulos, “os quatro primeiros [...] reuniam informações históricas e os sete seguintes uma mescla de dados geográficos e estatísticos”. Os outros cinco seguiam o mesmo teor historiográfico dos iniciais. “Por fim, no último e o mais extenso capítulo, Rodrigues apresentou dados” específicos aos “55 municípios sul-mato-grossenses existentes na época”¹⁰³².

Nota-se que este texto e os outros, do mesmo ano, foram editados logo após a secção territorial. Teria havido, portanto, por parte de Rodrigues empenho e “esforço para ser o primeiro a escrever a [...] síntese da história de MS, a fim de que o passado fosse conhecido pelos” então “sul-mato-grossenses e pelos brasileiros”. Na ânsia por mostrar e incutir na população “o que era Mato Grosso do Sul”¹⁰³³, optou por utilizar vários meios e veículos para divulgar suas perspectivas. Sabe-se que “o discurso regionalista não é emitido a partir de uma” objetivação “exterior a si”, mas sim “na sua própria locução”. A esta, uma determinada localidade é submetida e “é encenada,

¹⁰³⁰ *Idem*, p. 47.

¹⁰³¹ *Ibidem*.

¹⁰³² *Idem*, p. 44.

¹⁰³³ *Idem*, p. 40.

produzida e pressuposta”. Logo, “ela é parte da topografia” da retórica, “de sua instituição”. Nesse sentido, tanto a imprensa quanto a escola se tornaram instrumentos difusores do viés apresentado pelo autor acerca de um regionalismo inventado às pressas, tendente a estereotípias e inúmeros silenciamentos. Frisa-se que a heterogeneidade regional dificilmente pode ser condensada em poucas linhas, como supôs fazer Rodrigues. No entanto, a semântica empregada por ele sobre tal local retirou as infinitas possibilidades de configurações outras, nas quais a diversidade estivesse presente. Foi, portanto, investindo na “repetição regular de determinados enunciados”, pelas mais variadas mídias, que Rodrigues se propunha a moldar e definir “o caráter”¹⁰³⁴ do MS e dos seus habitantes.

Os demais títulos, com exceção dos poéticos *Meus Haicais* e *Pedras Lascadas*, serviram a mesma pretensão historiográfica do autor. “Deste modo, suas abordagens privilegiaram acontecimentos políticos e militares, que serviram tanto para construção de uma galeria de heróis regionais quanto para estimular o senso cívico e patriótico de seus leitores”¹⁰³⁵. O propósito de que aqueles ideais fossem assimilados subjetivamente, por todas as pessoas residentes no novo Estado, ganhava fomento ao introduzi-lo no ensino formal, com a proposta de orientar a narrativa de professores e estudantes.

As discursividades de Rodrigues foram homenageadas das mais variadas formas e em diversos âmbitos, tanto durante sua vida quanto após a sua morte. Para tratar deste

¹⁰³⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*, p. 34-35. Ressalta-se que em *Histórias da Terra Mato Grossense*, outro livro de Rodrigues, “cada evento histórico assume um peso diferente [...], a exemplo dos povos indígenas, que foram extintos no processo de ocupação e povoamento, e o papel dos pioneiros, exaltados como civilizadores do sertão. A escravidão negra e a presença dos afrodescendentes, entretanto, foi ignorada, salvo pouquíssimos indícios das suas existências. [...] Isto é, indígenas, escravizados, africanos, afrodescendentes, assim como as mulheres e outros atores sociais, foram silenciados”. Em sua análise sobre os escritos desse historiador, Stélla Franco relatou: “A escravidão africana foi raramente abordada por Rodrigues [...], assim como a presença de afrodescendentes em MS. Segundo o autor, a ‘raça negra’ seria ‘inexpressiva’ no estado de MS em razão da ‘colonização da região sul mato-grossense ter sido praticamente contemporânea à abolição da escravatura’[...]. A escravidão africana encontrava-se restrita ao Norte de MT [...] a existência de negros escravizados e quilombos é registrada nas crônicas da primitiva capital matogrossense’ [...]. Assim, as raras referências à escravidão são justificadas pela necessidade de complementação da mão de obra indígena e pela demanda de homens para acompanhar os bandeirantes e os pioneiros [...]. A historiografia acadêmica, contudo, demonstrou a existência da escravidão indígena e africana nas expedições dos bandeirantes, nas monções, na mineração, no extrativismo vegetal, na pecuária, nas plantações de cana de açúcar e nas atividades domésticas, etc.[...] tinham sido identificados dez quilombos em MT. Rodrigues [...] registrou apenas a existência do quilombo do Piolho, localizado no município de Vila Bela. Fundado por José do Piolho, o quilombo passou a ser administrado pela sua viúva, a rainha Tereza, após sua morte. O quilombo, no entanto, foi destruído em 1779, após os ataques de uma expedição formada com esse fim, isto é, extingui-lo. A resistência dos quilombolas foi vista como digna de admiração e como símbolo da resistência negra no Brasil e em MT”. FRANCO, Carolina Carvalho. *José Barbosa Rodrigues e a construção da memória e da identidade sul-mato-grossense*, p. 65, 100-101.

¹⁰³⁵ *Idem*, p. 77. A dissertação aqui referenciada contempla a análise aprofundada sobre a obra de José Barbosa Rodrigues; logo, recomenda-se sua leitura completa.

quesito, Stélla Franco dedicou um capítulo inteiro de sua dissertação para enumerar “as práticas de celebração e autocultuações” em torno de tal personagem. Chamam a atenção algumas delas como as advindas de literatos, empresários, políticos, militares, da municipalidade e do governo de MS após sua instalação. Bem como, a criação de uma “instituição cultural [...] própria [...] em 1982”. A “*Fundação Barbosa Rodrigues*” tinha por objetivo “desenvolver atividades no ramo da preservação da memória local”¹⁰³⁶, estando de acordo com os propósitos dele, anteriormente citados.

Por esses fatores, arrazoa-se haver semelhanças entre as atuações dos três agentes aqui apresentados (mesmo que tivessem ocorrido em datas diferentes) em múltiplos ambientes. E nestes, foram criadas representações adequadas aos interesses da elite com a qual as relações eram mantidas. Houve ainda, a mediação¹⁰³⁷ realizada por eles em âmbito político, educacional, cultural, moral e subjetivo. A este seriam direcionados “mecanismos de identificação coletiva” com a finalidade de “cimentar e fazer evoluir o laço social”. Decorrentemente, se teria a “servidão voluntária, na qual a autoridade”, de quem prescreveu tal fórmula, prevaleceria “sobre a igualdade” fazendo a “ideia de emancipação” dos sujeitos desaparecerem¹⁰³⁸. Por conseguinte, a semântica dominante que se fazia circular por meios privilegiados, como os jornais, os livros, as revistas, etc., formavam valores e ideias de como a sociedade deveria se comportar, pensar e sentir. Ao serem oferecidas versões próprias, emolduradas em desejos, (de apenas alguns, impostos como se fossem comuns a todos) através de *significantes vazios*, estes ganhavam eficácia porque se tornavam uma força de *recalque* e *sublimação* por seus princípios identificatórios. Todavia, por serem propostos como homogêneos continham falhas e fissuras pelas quais emergiam animosidades, conflitos, intrigas e disputas (inclusive entre aqueles que os construía). Em muitas ocasiões, essas eram amenizadas por uma horizontalidade superficial amparada nos compadrios e lealdades.

Além disso, Archimedes, Jucá e Rodrigues foram qualificados como historiadores. A escrita deles era produzida sob o vértice do memorialismo, calcada nas vivências de cada um e em suas percepções particulares. Embora fosse usada a cronologia, às vezes, e estivessem engajados “na preservação das memórias, das

¹⁰³⁶ *Idem*, p. 140.

¹⁰³⁷ SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, Réne (org.). *Por uma história política*.

¹⁰³⁸ DUNKER, Christian Iago Lenz. Crítica psicanalista do populismo no Brasil: massa, grupo, classe. In: HOFFMANN, Christian; BIRMAN, Joel (orgs.). *Psicanálise e Política: uma nova leitura do populismo*, p. 14.

tradições, dos patrimônios e dos fatos históricos”; a credibilidade *científica* e a veracidade fornecida a eles advinham dos Institutos e de suas atividades jornalísticas e culturais. Nestes recintos, os próprios membros endossavam-se uns aos outros e em decorrência disso eram legitimados e exaltados como possuidores de “qualidades excepcionais” nas áreas da pesquisa e das diversas profissões que exerciam cuja intelectualidade era tida como essencial¹⁰³⁹. A erudição, nestes casos, era uma facilitadora para que os ambientes fossem transponíveis por eles, de modo a aproveitarem de suas produções nas mais diversas esferas.

Percebe-se que os três indivíduos citados utilizaram-se dos “artigos que foram, anteriormente, publicados” nos noticiosos para em algum momento os organizar “em formato de livro”¹⁰⁴⁰. Contudo, os escritos elencados como dignos de extrapolarem as páginas jornalísticas continham teores específicos e similares entre si, especialmente quando diziam respeito ao intento de “resgatar e preservar” um “passado” idealizado. Ademais, era proposta uma “narrativa [...] pomposa, adjetivada, subjetiva, desprovida de preocupações teóricas e metodológicas”, como observado anteriormente no texto de Jucá sobre Archimedes. Logo, o viés memorialístico não se ampara apenas em “devaneios” e “imaginação”, mas também contem “fatos” objetivos, sob os quais incorre a *subjetivação* dos autores que os fazem transitarem pelas variadas camadas “entre verdade e verossimilhança”. O seu ponto de insustentabilidade estaria no fato do “rigor científico” ser preterido. Os três historiadores dispensavam habitualmente “as referências bibliográficas e as fontes, salvo em pouquíssimas exceções, não” eram “citadas”. Quando as documentações eram “mencionadas” isso ocorria “de forma vaga ou incompleta”. Para muitas informações apresentadas não era oferecida a “procedência de tais dados”¹⁰⁴¹. Trata-se de um trabalho que não contempla um método possibilitador de averiguações posteriores daquilo que foi historiografado.

Portanto, é obstruído a outros pesquisadores seguirem os caminhos das análises anteriormente trilhadas. Em contrapartida, ficam explícitas as relações existentes entre

¹⁰³⁹ FRANCO, Stélla Carolina Carvalho. *José Barbosa Rodrigues e a construção da memória e da identidade sul-mato-grossense*, p. 39, 53, 59. Algumas análises de Franco sobre José Barbosa Rodrigues e seus escritos se aplicam também aos outros dois personagens, em razão das características similares apresentadas entre eles.

¹⁰⁴⁰ *Ibidem*.

¹⁰⁴¹ *Idem*, p. 70. As propugnações acerca das diferenças entre memória e história, e sobre a operação historiográfica, podem ser verificadas, respectivamente, em: LE GOFF, Jacques. *História e memória*; DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Já o que diz respeito ao memorialismo, recomenda-se: AGUIAR, Joaquim Alves de. Introdução. In: AGUIAR, Joaquim Alves de. *Espaços da memória: um estudo sobre Pedro Nava*; PORTO, Patrícia de Cássia Pereira. *Narrativas memorialísticas: memória e literatura*.

as fabricações daqueles sujeitos e seus lugares de produção¹⁰⁴². Infere-se, portanto, que possibilitar o teste da falibilidade daquelas apresentações, seu tensionamento, questionamentos ou problematizações, próprio do fazer científico, não estava em seus horizontes. Consequentemente, o desafio encontrado nesses textos pelos leitores é o de separar a objetividade dos juízos de valor feitos pelos autores e contextualizá-los¹⁰⁴³.

Ao se examinar a produções de Archimedes, Jucá e Rodrigues, compará-las com as publicações realizadas nos periódicos em 1977 e articulá-las com o trânsito desses sujeitos pelas Academias e Institutos, traços de seus perfis foram observados. Resumidamente, nas primeiras notou-se uma perspectiva mais autobiográfica. Nas segundas buscava-se erudição e refinamento, cujas referências internacionais e nacionais eram constantemente citadas no OEMT. Já nas terceiras verificou-se a difusão das vozes dos políticos ligados ao CE, mesmo quando os emissores eram ocultados. Todos os textos eram atravessados pelas semânticas capitalistas, liberais e ditatoriais.

Reitera-se: o ofício era construído a partir da experiência na redação, uma vez que “a exigência do diploma para exercer o jornalismo foi criada pelo Decreto-Lei 972/69, durante a ditadura militar”, de maneira não retroativa. Depois, houve o amparo da “Constituição de 1988 que assegurou o livre exercício da atividade, desde que atendidas as qualificações profissionais estabelecidas em lei”¹⁰⁴⁴. Desse modo, esses agentes não tiveram uma formação oficial que orientasse o exercício da profissão, logo, a intelectualidade por ser necessária e suficiente para a atuação jornalística era enaltecida. Mas não só, essas aferições, simultaneamente às conjunções dessas pessoas nas redes de sociabilidades abordadas anteriormente, possibilitou-lhes lenta ascensão econômica (quando defrontados aos agropecuaristas), porém, com um reconhecimento social mais imediato, como veremos adiante.

4.3 – O jornalístico e o político

Aqueles que ingressavam na vida política partidária advinham do campo econômico ou intelectual (em sua maioria eram dos dois concomitantemente) e estavam intrinsecamente relacionados com a atuação nos periódicos. Ao se examinar o CE e o OEMT, desde a fundação, resquícios de características da imprensa do século XIX foram notados. Tanto o exercício concomitante de proprietário, tipógrafo e redator,

¹⁰⁴² DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*.

¹⁰⁴³ Há dentre as propostas desta tese o enfrentamento de tais obstáculos.

¹⁰⁴⁴ PROFISSÃO regulamentada – veja decisão que fixa exigência de diploma para jornalista. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2005-nov-30/veja_decisao_fixa_exigencia_diploma_jornalista/.

quanto o emprego precário oferecido aos trabalhadores dos jornais, bancados por membros da burguesia ou do governo, eram habituais no início dos 1800 no Brasil¹⁰⁴⁵. Os relatos acerca das funções multifacetadas de Archimedes, Jucá e Rodrigues remetem a esta insalubridade laboral a qual foram submetidos, principalmente em seus primeiros anos de profissão.

Embora, “no início do século XX”, os noticiosos começassem “a perder o caráter artesanal e amador para se transformarem em empresas” e com isto houvesse “modificações de temática” com inclusão de “assuntos policiais, esportivos e mundanos”, a “difusão da ideologia voltada para o progresso” se mantinha¹⁰⁴⁶. Outra peculiaridade dos impressos, em 1808, eram os “textos de opinião, com forte teor político por conta do contexto, que convidava à intervenção pública e à mobilização em torno da discussão de temas fundamentais para o ordenamento social”. As publicações eram usadas como “porta-vozes de grupos [...] defensores de diferentes concepções de nação, liberdade, soberania, cidadania, participação política, organização estatal, economia”¹⁰⁴⁷, etc.

A maior efervescência foi observada especialmente nos idos de 1822, no qual a independência do país era debatida e a “gestão da crise” se fazia necessária. Porém, apesar de divergências ou consensos, era comum que “os escritos de circunstância” apresentassem “ao público o novo vocabulário político de maneira didática, organizada e, também, polêmica”. Com eles, “o objetivo [...] era criar e acepillar o entendimento de seus leitores acerca” de “valores” e “ideário” inéditos a fim de servirem “à edificação de um Estado liberal”¹⁰⁴⁸, cuja gramática permaneceu nas décadas finais de 1900.

No tangente ao primeiro atributo elencado, observou-se no CE a atuação de alguns sócios majoritários, políticos à época, no expediente jornalístico, especialmente nos primeiros anos após sua fundação. Em sua edição inaugural de 07 de fevereiro de 1954, constava apenas José Fragelli como diretor-presidente e o funcionário Antonio Marques como diretor-gerente. Enfatizava-se que “a redação não se” responsabilizava “pelos conceitos emitidos nos artigos dos seus colaboradores”¹⁰⁴⁹, conquanto não os nomeasse.

¹⁰⁴⁵ BACELLAR, Carlos Eduardo Gadelha. *200 anos de imprensa no Brasil*, p. 17, 22.

¹⁰⁴⁶ BACELLAR, Carlos Eduardo Gadelha. *200 anos de imprensa no Brasil*, p. 17, 22.

¹⁰⁴⁷ LEVATI, Edú Trota. *Os periódicos da Independência e suas geografias políticas: estudo do surgimento do Brasil independente e de sua inserção no contexto mundial (1808-1822)*, p. 108-109.

¹⁰⁴⁸ MANHÃES, Fabíula Paulo de Freitas. *O soldado e a pena: um estudo sobre as repercussões da Guerra da Cisplatina na imprensa fluminense (1825-1828)*, p. 30.

¹⁰⁴⁹ EXPEDIENTE. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 01, p. 05, 07 fev. 1954.

Dois anos depois, houve uma separação entre o que seria a “empresa” de “papellaria-tipografia-artes gráficas em geral” e o jornal colocado como “diário vespertino de maior circulação em Mato Grosso”. Neste, somente acionistas eram elencados. Apesar de Rodrigues ser descrito nas atas documentadas como redator-chefe desde 1955, seu nome também não aparecia ali e constava apenas na primeira parte como “diretor-gerente”¹⁰⁵⁰. Ao que se referia ao veículo de informação, propriamente dito, o diretor continuava Fragelli; e Rachid Saldanha Derzi e Wilson Loureiro figuravam como os redatores. Estes três receberam o predicado de *doutor* como um capital simbólico que os precedesse, atribuindo-lhes autoridade para emitirem suas opiniões e as apresentarem ao espaço público.

A ressalva inicial quanto aos artigos ali veiculados se mantinha, acrescida de não haver devolução dos originais mesmo quando não publicados, deixando explícita a existência da colaboração de outros agentes naquelas páginas. Nessas edições percebeu-se a ênfase dada aos políticos, com reforço a suas intelectualidades, seus títulos e posições sociais para legitimá-los frente aos leitores. Bem como, o distanciamento de Rodrigues do ambiente informativo ao não envolvê-lo com aspectos comunicacionais e deixá-lo restrito à “oficina de obras” relacionada ao “serviço de tipografia”¹⁰⁵¹, ou seja, a afazeres de ordem técnica e burocrática. Essa distinção permaneceu por longos anos e em 1977 ainda estava presente¹⁰⁵².

Na análise dos expedientes dos anos seguintes, feita por amostragem, foi averiguado que em 1961, Derzi (um representante agregado da família Coelho) foi alçado a redator-chefe, enquanto Loureiro permanecia na mesma função em companhia de Manoel de Oliveira Lima¹⁰⁵³. Quatro anos mais tarde, com a mesma atribuição destes dois últimos, acrescentou-se Júlio Silva e Augusto Gamba¹⁰⁵⁴. Nos três anos seguintes, porém, não constaria mais a figura do redator-chefe. Assim, desde 1966, o nome de Derzi deixava de constar no CE, como alguém que contribuía diretamente para aquela escrita jornalística, junto de Loureiro e Lima que também foram retirados¹⁰⁵⁵.

¹⁰⁵⁰ EXPEDIENTE. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 595, p. 02, 10 mar. 1956.

¹⁰⁵¹ *Ibidem*.

¹⁰⁵² No ano da divisão de MT, no CE especificava-se um expediente com duas partes. Uma dizendo a respeito da “Empresa Correio do Estado LTDA” caracterizada como “indústria-comércio-imprensa” e a outra como “Correio do Estado (Diário Matutino)”. Rodrigues figurava como Diretor da primeira. EXPEDIENTE. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7149, p. 02, 03 jan. 1977.

¹⁰⁵³ EXPEDIENTE. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 1998, p. 02, 29 set. 1961.

¹⁰⁵⁴ EXPEDIENTE. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 2906, p. 02, 04 jan. 1965.

¹⁰⁵⁵ EXPEDIENTE. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 3178, p. 04, 06 jan. 1966.

Essa constituição se mostrou por mais dois anos. Em 1969 o cargo do diretor perdeu a insígnia de gerente, que o sucedia, e esta passou a pertencer a José Maria Hugo Rodrigues¹⁰⁵⁶. O acréscimo foi colocado logo abaixo dos redatores, deixando implícito que ele teria atribuições relacionadas diretamente às notícias. No ano posterior, Gamba deixou de constar naquele recorte¹⁰⁵⁷. Em 1971, Antonio João Hugo Rodrigues juntou-se a Júlio da Silva como redator¹⁰⁵⁸. Esta configuração só foi alterada em 1974 com a entrada de Marcos Fernando Hugo Rodrigues, na mesma função dos outros dois, e Paulo de Tarso Hugo Rodrigues como editor. Este permaneceu somente até 1976 no expediente do CE.

Essas observações mostraram que a materialidade dos documentos empresariais e a grafia jornalística não são suficientes para se compreender a real operação dos bastidores midiáticos. Percebem-se as muitas incoerências entre elas e as possibilidades de serem tomadas apenas como vestígios das redes de sociabilidades sustentadas em tais ambientes; complexos laços que se expandem para outros setores da vida desses indivíduos. Apesar da tendência mundial de modernização da imprensa, a partir da década de 1950, e as postulações pelo afastamento dos políticos das redações¹⁰⁵⁹, isto não aconteceu totalmente em Mato Grosso. Tal distanciamento foi camuflado porque os sujeitos, em determinado momento, deixaram de aparecer em primeiro plano nos periódicos. Ou seja, não tinham mais seus nomes expostos como autores das reportagens, porém eram proprietários, autofinanciadores, ditavam a tônica a ser seguida e poderiam ainda ter seus artigos de opinião publicados anonimamente.

Isto ficou notório na implantação do OEMT, em 1939, quando Archimedes Pereira Lima foi colocado na linha de frente do noticioso, enquanto Júlio Müller e João Ponce figuravam como meros apoiadores¹⁰⁶⁰. Neste veículo, entretanto, a dinâmica na apresentação dos expedientes e a rotatividade de funcionários foi maior. Em 1946, na capa, passou a ser afirmado que a “propriedade e direção” eram de Archimedes¹⁰⁶¹. Somente em 1950 ele retomou o posto de diretor, apenas¹⁰⁶².

Todavia, no ano seguinte aquela menção foi substituída e em seu lugar estava Ranulpho Paes Barros; a propriedade foi atribuída a “Júlio S. Müller” e o jornal

¹⁰⁵⁶ EXPEDIENTE. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 5397, p. 02, 02 jan. 1969.

¹⁰⁵⁷ EXPEDIENTE. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 5700, p. 02, 07 jan. 1970.

¹⁰⁵⁸ EXPEDIENTE. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 5530, p. 02, 02 jan. 1971.

¹⁰⁵⁹ SOTANA, Edvaldo Correa. *A paz sob suspeita* – Representações jornalísticas sobre a manutenção da paz mundial, 1945 – 1953.

¹⁰⁶⁰ Conforme foi abordado na página 55 desta tese.

¹⁰⁶¹ EXPEDIENTE. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 1465, capa, 19 jun. 1946.

¹⁰⁶² EXPEDIENTE. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 1829, capa, 01 jan. 1950.

caracterizado como “órgão independente dedicado ao interesse do povo”¹⁰⁶³, ficando desta maneira até setembro de 1953¹⁰⁶⁴. Dois anos depois, Müller já não figurava mais como dono e ao lado de Barros foram colocados os deputados, Henriques Gomes da Silva e Clóvis Hugueneu¹⁰⁶⁵. No ano seguinte, Darcy Gomes de Barros substituiu estes dois últimos¹⁰⁶⁶. Em 1957, Ranulpho Paes Barros passou a ser designado como diretor redator-chefe; incluíram-se o diretor superintendente assumido por Arídio Orestes Marinho e o diretor secretário, no qual constava Afonso Pinto Duarte. Athayde Alcantara da Silva era o chefe de oficinas¹⁰⁶⁷.

Este foi o ano em que o primeiro contrato social do OEMT foi registrado, em março na Junta Comercial, e nele Marinho não estava entre os proprietários. No entanto, assim foi designado em julho de 1958¹⁰⁶⁸. Um mês depois, o sócio Pedro Paulo Bocayuva Bulcão foi colocado junto dele, e Rubens de Mendonça ocupou a vaga de diretor secretário¹⁰⁶⁹ sendo substituído no ano seguinte por “Lenine C. Póvoas”¹⁰⁷⁰. Este ficou até 1960¹⁰⁷¹. Os dois proprietários anteriores passaram à alcinha de diretores e aquele espaço antes ocupado por eles estava em branco¹⁰⁷². Em 03 de fevereiro de 1961, o expediente do OEMT era composto apenas por Afonso Pinto Duarte, ainda como Diretor Superintendente, e Pedro Rocha Jucá chefiando a redação¹⁰⁷³; essa foi sua primeira aparição como funcionário naquelas páginas. Posteriormente, foi acrescentado Milton Figueiredo no posto de Diretor secretário¹⁰⁷⁴ e o nome de Jucá deixou de constar¹⁰⁷⁵. Este retornou, no ano posterior, ao mesmo ofício de antes¹⁰⁷⁶ e nele se mantinha em 1977¹⁰⁷⁷, enquanto nas demais funções ocorreram grande mobilidade.

Embora exista um documento empresarial de 1969, no qual se comprove a compra deste periódico pela família Coelho; matéria do CE noticiou o empreendimento oito anos antes. Na capa da edição número 1998 de setembro de 1961, afirmava-se a aquisição do OEMT por Rachid Saldanha Derzi. Enfatizava-se o cargo de Deputado

¹⁰⁶³ EXPEDIENTE. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 1979, capa; p. 02, 29 abr. 1951.

¹⁰⁶⁴ Sem expediente. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 2303, p. 02, 08 set. 1953.

¹⁰⁶⁵ EXPEDIENTE. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 2648, p. 02, 14 set. 1955.

¹⁰⁶⁶ EXPEDIENTE. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 2940, p. 02, 12 dez. 1956.

¹⁰⁶⁷ EXPEDIENTE. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 3001, p. 02, 29 mar. 1957.

¹⁰⁶⁸ EXPEDIENTE. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 3310, p. 02, 09 jul. 1958.

¹⁰⁶⁹ EXPEDIENTE. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 3331, p. 02, 07 ago. 1958.

¹⁰⁷⁰ EXPEDIENTE. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 3450, capa, 03 fev. 1959.

¹⁰⁷¹ EXPEDIENTE. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 3779, capa, 18 ago. 1960.

¹⁰⁷² EXPEDIENTE. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 3731, capa, 17 maio 1960.

¹⁰⁷³ EXPEDIENTE. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 3877, capa, 03 fev. 1961.

¹⁰⁷⁴ EXPEDIENTE. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 3885, capa, 22 fev. 1961.

¹⁰⁷⁵ EXPEDIENTE. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 3917, p. 02, 29 maio 1961.

¹⁰⁷⁶ EXPEDIENTE. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 4078, p. 02, 24/25 abr. 1962.

¹⁰⁷⁷ EXPEDIENTE. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7570, p. 06, 16 jan. 1977.

Federal do alienatário ao se tornar o “novo proprietário do único diário da Capital”. Ademais, aquela mídia foi elencada como “um dos mais antigos e melhores órgãos de publicidade do Estado”, cuja orientação estaria “sob [...] eminente deputado, defensor das causas de Mato Grosso”. Afirmava-se ser aquela uma apuração feita pela “reportagem” do CE, como se Derzi fosse alguém distante, conquanto, constasse como redator-chefe neste veículo¹⁰⁷⁸. Isto ocorreu um ano após os nomes dos proprietários deixarem de ser grafados no expediente do OEMT.

Neste, matéria de 1967, trazia um histórico dos adquirentes da empresa e as sucessões da propriedade. No entanto, não foram apresentadas as datas dos acontecimentos e tanto informações dos expedientes quando dos contratos sociais foram utilizadas. Marinho foi elencado como um dos proprietários, sendo que isso só constou nas páginas jornalísticas. Argumentava-se ter sido ele o vendedor do “O Estado ao deputado federal Rachid Saldanha Derzi”. Enfatizava-se, por outro lado, que na data daquela nota, o periódico estaria “entregue exclusivamente ao jornalista Pedro Rocha Jucá”. Tal dado, porém, não condizia com o contrato social, apenas com o expediente¹⁰⁷⁹. Essa mescla entre documentos oficiais e apresentações públicas realizada naquela escrita mostra a dificuldade de esmiuçar a retórica, dos fatos. De qualquer modo, ficaram inegáveis as escritas de conveniência.

Apesar de com o tempo, o nome dos políticos pararem de aparecer com funções diretas naqueles meios de comunicação, sua influência na vida de seus fiéis apadrinhados ia além da letra jornalística. O currículo de Archimedes é marcado pelos traços dessas relações. Ele foi “secretário da Agricultura em Mato Grosso” de 1946 “até 1947”, “presidente da Fundação Brasil Central” - FBC, desde 1951 a 1954, nomeado pelo então chefe da União “Getúlio Vargas”¹⁰⁸⁰.

¹⁰⁷⁸ DEPUTADO Federal adquire o jornal “O Estado de Mato Grosso”. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 1998, capa, 29 set. 1961.

¹⁰⁷⁹ O ESTADO de Mato Grosso nos seus 28 anos de vida. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 5107, p. 06, 28 ago. 1967.

¹⁰⁸⁰ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 235. Sublinha-se que Filinto Müller, irmão de Júlio, “entre 1930-1945 [...] não precisou estar no Mato Grosso, nem exercer cargo eletivo ou” ser “nomeado pelo estado”, e “ainda assim foi quem decidiu e influenciou sobre a política estadual, sobretudo após janeiro de 1937. Isso só foi possível por causa da configuração institucional específica dos anos Vargas, de centralização política, aumento do aparato repressivo e dos recursos advindos da posição na polícia. Este posto estratégico possibilitou meios de conceder inúmeros ‘favores’ aos conterrâneos, desde oferecer emprego, ajuda monetária, pagar por campanhas eleitorais e alistamento, como também Filinto intercedia pelos interesses de lideranças junto a Vargas. Exercer cargo administrativo federal sempre importou para o predomínio político no estado, [...] em um contexto autoritário da ditadura proporcionou mais possibilidades e recursos”. Obviamente, “o pós-1945, sem dúvida, exigiu plausível ajustamento da sua atuação política [...] a cada mudança de período constitucional, tanto que teve cargos de 1930 até seu

Esta foi “uma entidade criada em 1943 vinculada diretamente à presidência da república”, cuja característica era ser “a primeira instituição estabelecida no país com o objetivo de servir de instrumento de intervenção do Estado sobre o território”. Com tal instituição buscava-se em “âmbito regional”, direcionado ao “Centro-Oeste [...], desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental”¹⁰⁸¹; “ao lado da Marcha para o Oeste, integrou o projeto de abertura e colonização de Mato Grosso e da Amazônia”¹⁰⁸².

Afirma-se que “nesse posto” Archimedes teria participado “das construções da ponte sobre os rios Garças e Araguaia, principal ligação de Mato Grosso com o estado de Goiás”. Além disso, ele teria integrado o projeto da “BR-158, via que dá acesso a Nova Xavantina e outros municípios da região chegando até Canarana, na divisa com o estado do Pará”¹⁰⁸³. Sobre tal período de direção, haveria a declaração de “nunca ter ocorrido uma chacina nos contatos feitos com 14 tribos indígenas nos trabalhos de desbravamento”¹⁰⁸⁴. Essa tentativa de amenizar a violência acaba por deflagrá-la, uma vez que houve a necessidade de informar a ausência da dizimação, nesse caso específico. Denota-se, por outro lado, que essa era a condição esperada e habitual nas investidas realizadas nos territórios indígenas.

Comprovação disto foi “o rastro de violências e despossessão produzido pelas práticas de territorialização” daquela Fundação. Ela “se constituía como agente estatal no mesmo momento em que testava seus limites na sua relação com corpos, territórios e objetos locais”, resultante de “processos contingentes e conflituosos”. Reitera-se que “embora a coerção seja prática comum à formação de qualquer Estado”, especificamente, “no caso de regiões nascidas do colonialismo europeu a violência parece ter sido intrínseca à dinâmica das relações sociais que estruturam essas sociedades”. Por outro lado, é necessário frisar que essa atuação não ficou isenta de

falecimento em 1973”. Além disso, “Em 1947, elegeu-se senador, e por mais três vezes consecutivas”, mantendo estreito vínculo com Getúlio. Na relação política entre os irmãos, verificou-se que “Júlio Müller tinha estabelecido carreira de 1930-1945, teve atuação política no PE e foi interventor durante todo Estado Novo, trazendo recursos para o estado. Júlio aproveitou melhor que Fenelon a oportunidade advinda do contexto nacional e o capital social de Filinto”; *Idem*, p. 203, 211, 212, 246.

¹⁰⁸¹ VIEIRA, Thaís Leão. O Edifício Teatral e os sentidos do *Art Déco* como discurso de progresso no Estado Novo em Mato Grosso, p. 4-5.

¹⁰⁸² ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 235. Ressalta-se que em tal período Filinto Müller foi chefe da polícia do distrito federal do presidente Vargas.

¹⁰⁸³ ANDRADE, Danusa Santana. *A cobertura dos jornais Correio do Estado, de Campo Grande, e o Estado de Mato Grosso, de Cuiabá, na criação de Mato Grosso do Sul: uma análise de conteúdo*, p. 59-60.

¹⁰⁸⁴ JUCÁ, Pedro Rocha. *Exemplo e palavra de jornalista* – em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima, p. 69.

enfrentamentos, pois, “as populações subalternas, também geraram respostas [...], seja pela ação coletiva organizada, seja por meio de movimentos moleculares em busca de liberdade”¹⁰⁸⁵. Porém, voltando às manifestações do diretor da Fundação, percebe-se que ao reiterar não se ter chegado ao extremo de um massacre total, quando de sua gestão, não significava que os parciais e individuais deixaram de existir. Por isso, não era de se estranhar que a tônica utilizada nos jornais tivesse esse viés de superioridade, violência e menosprezo pelas camadas subalternizadas pelas elites.

Em Goiás, Archimedes foi “secretário de Indústria e Comércio e chefe do escritório de representação” daquele Estado “em Brasília, durante o ano de 1961, assumindo em 1962 as funções de Presidente do Instituto de Desenvolvimento Agrário”. No mesmo ano ocupou a função de “secretário de Agricultura e Reforma Agrária de Goiás, no governo do seu particular amigo Mauro Borges”. Depois, “voltou ao serviço público no dia 4 de março de 1977, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe da Casa Civil do governo José Garcia Neto, permanecendo” nele “até dia 4 de agosto de 1978”, mostrando que sua atuação não se restringia a alguma região específica. Nesse interstício, apesar de não estar inserido diretamente no executivo estatal, desempenhou atividades no ramo empresarial. Foram duas experiências, uma ligada ao governo¹⁰⁸⁶, no segundo mandato de Fernando Correa da Costa (1961-1966)¹⁰⁸⁷ e a outra também atrelada a políticos locais¹⁰⁸⁸.

Teria atuado na Usina Jaciara, para a qual foi nomeado diretor em 1965, após manifestação favorável dos deputados na Assembleia Legislativa de Mato Grosso¹⁰⁸⁹. Para enaltecer seu biografado, Jucá escreveu que Archimedes teria sido o responsável por “definir o projeto e a sua execução” e junto com o governador da época selado “uma das mais significativas páginas do desenvolvimento sócio-econômico” do Estado. Isto teria ocorrido porque “o chefe do executivo [...] estava concluindo os seus” intentos “de ocupação das grandes áreas de terras produtivas na região” de “Cáceres e já havia decidido a acionar o processo de industrialização de Mato Grosso”. Teria sido do “jornalista” o apontamento da “opção pela agro-indústria [...] como a mais viável para

¹⁰⁸⁵ MAIA, João Marcelo Ehlert. Fronteiras e state-building periférico O caso da Fundação Brasil Central. p. 914, 916.

¹⁰⁸⁶ JUCÁ, Pedro Rocha. *Exemplo e palavra de jornalista* – em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima, p. 17, 83, 84.

¹⁰⁸⁷ COSTA, Fernando Correia da – Biografia. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/costa-fernando-correia-da>.

¹⁰⁸⁸ JUCÁ, Pedro Rocha. *Exemplo e palavra de jornalista* – em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima, p. 113.

¹⁰⁸⁹ *Idem*, p. 86.

aquela oportunidade, merecendo destaque a necessidade de se explorar a potencialidade da cana-de-açúcar”. Este motivo somou-se a supostamente ter trazido “o esboço do primeiro grande projeto industrial [...] visando à produção de açúcar e álcool” daquela localidade e foi acrescido dos “entraves” enfrentados por ele, em razão de “Jacara” ser “um município recém criado, sem definição econômica e com pouca população”. Perante tais conjunturas, Archimedes foi comparado ao “Super-Homem das revistas em quadrinhos”. Na esteira de tais elogios ressaltou-se: “embora não sendo um Clark Kent da ficção, era [...] acostumado com a realidade [...] do Estado”¹⁰⁹⁰, o que justificaria sua nomeação.

Foram averiguadas algumas incongruências na escrita de Jucá em comparação à historiografia acadêmica, algumas notas jornalísticas e outros arquivos, bem como certa ânsia daquele em projetar Archimedes. Houve a informação de que Jacara teria sido desmembrada “de Cuiabá e de Poxoréo, pela Lei nº 1.949, de 11 de novembro de 1963”¹⁰⁹¹, no entanto, esta normativa diz respeito à criação de Ivinhema¹⁰⁹². A correta é a de “nº 1.188, de 20 de dezembro de 1958”¹⁰⁹³, citada posteriormente na página 102 do referido livro¹⁰⁹⁴. Esses cinco anos a menos na história do município enfatizavam as dificuldades enfrentadas quanto à implantação da Usina.

Publicação do OEMT de 1966, sobre a inauguração daquele empreendimento, arrazoava ser de “Bernardo Baís Neto”, então “Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas”, a idealização do projeto. Argumentava-se “ter tido” ele “restrições do povo cuiabano pelo seu temperamento ainda jovem”, porém, não se poderia “jamais [...] ser negada sua capacidade administrativa”. Em sua mão o “órgão [...] deixou de ser um mero [...] expedidor de títulos de terra” porque ele teria levado “a técnica para aquele setor”. Ademais foi elencado como “amigo de todas as oportunidades” e “patriota”¹⁰⁹⁵. Este era um predicado bastante apreciado no período ditatorial.

Quanto a Archimedes dizia-se ter “que ser lembrado, também”, porque havia sido “trazido novamente para Mato Grosso pela mão” de Baís Neto. Sua atuação em

¹⁰⁹⁰ *Idem*, p. 83-86.

¹⁰⁹¹ *Idem*, p. 85.

¹⁰⁹² IVINHEMA – história. Disponível em: <https://www.ivinhema.ms.gov.br/portal/servicos/1001/historia/>.

¹⁰⁹³ JACARA – história do município. Disponível em: <https://www.jacara.mt.gov.br/historia>.

¹⁰⁹⁴ JUCÁ, Pedro Rocha. *Exemplo e palavra de jornalista* – em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima, p. 102.

¹⁰⁹⁵ MATO Grosso volta a produzir açúcar. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 4830, capa, 25 jan. 1966.

Goiás foi mencionada para validar que na sua volta teria “a incumbência de executar os planos de Usina Juciara S/A”. Frente à sucessão de “uma série de fatos” o secretário teria solicitado “o seu afastamento do governo” e o “companheiro de imprensa”, do redator, foi quem “levou a grande obra até sua conclusão”¹⁰⁹⁶. Nessa veiculação, o jornalista ficou em segundo plano, não lhe foram atribuídas genialidade e superpotência; houve apenas o relato do cumprimento de sua tarefa.

Jucá, em seu texto afirmou ainda que aquela empresa “foi um presente caído do céu para todos, a começar do município de Jaciara”. Este teria atingido seu ápice posteriormente como “um dos mais ativos economicamente, embora a Usina [...] não tenha atingido todos os seus objetivos iniciais”¹⁰⁹⁷. As falhas, entretanto, não foram elencadas pelo articulista. Tal apontamento foi realizado por Claudia Maria Waechter Pedroso em sua dissertação. Nesta abordou-se acerca da “sociedade de economia mista” resultante do “esforço do governo do Estado para evitar perder as cotas do IAA” (Instituto do Açúcar e do Alcool), “mantendo a pequena produção [...] e [...] investindo na atividade açucareira”. Para tanto, teria sido usado “algum equipamento de duas usinas existentes, [...] a Santa Fé e a Conceição. Ambas inativas e que podiam ter peças sobressalentes para a construção da nova”. Ao contrário do que foi apontado até então, “a iniciativa” teria partido “do interesse da CIPA” (Colonizadora Industrial, Pastoril e Agrícola LTDA) “pertencente à família Ferreira Sobrinho vinda de Campinas, com sede na cidade de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo”. Esta teria atuado na “fixação da população” em Mato Grosso desde “1948” e aberto “o loteamento do primeiro núcleo urbano chamado de São Nicolau, que posteriormente deu origem ao município de Jaciara”¹⁰⁹⁸.

Neste local teria se dado “início à implantação de sua fábrica em terreno às margens do Rio Tenente Amaral” onde “foram realizadas as primeiras lavouras de cana na Gleba Pombal [...]. A Usina instalada era de pequeno porte. Tinha uma capacidade nominal de produção de açúcar de 60.000/100.000 sacas por safra. Os subprodutos não eram aproveitados”. Quanto à “primeira safra” esta teria ocorrido somente “no ano de 1963 e, sob a administração do Governo do Estado”, depois da quarta “foi privatizada. A empresa, todavia, mostrou-se deficitária, em todo o tempo e por diversos motivos”.

¹⁰⁹⁶ *Ibidem*.

¹⁰⁹⁷ JUCÁ, Pedro Rocha. *Exemplo e palavra de jornalista* – em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima, p. 84.

¹⁰⁹⁸ PEDROSO, Claudia Maria Waechter. Jaciara/MT: do tempo passado da colonização e da usina ao tempo futuro da agricultura moderna e do turismo, p. 38, 53.

Teria sido providenciado o arrendamento dela a “uma cooperativa de produtores rurais sediada” naquele município, em 1970, a qual “realizou duas safras, mas, também, não suportou os prejuízos, tendo sido obrigada a rescindir o contrato [...] antes do vencimento”. Foi “após a rescisão” que “o Governo”, já sob o comando de José Fragelli, “decidiu privatizar a empresa no final de 1971, mediante venda do controle acionário, em concorrência pública”¹⁰⁹⁹. Neste período Archimedes não estaria mais à frente de sua direção.

Segundo Jucá, “o pedido de renúncia” teria se dado em “30 de maio de 1966” por mera “formalidade, para não obstruir as indicações que seriam feitas pelo governador, o engenheiro Pedro Pedrossian”¹¹⁰⁰ (ou seja, ficou explícito que seu cargo foi uma recomendação política não compatível com o novo mandato). Mas antes, o autor transcreveu em quatro páginas a Ata da “sétima assembleia geral extraordinária” para a qual foram convocados os “acionistas”. Objetivava-se a aprovação do “aumento do capital da empresa” e a tomada de conhecimento acerca dos “principais fatos ocorridos” naquela “gestão” de “dez meses e dezenove dias”, completados a “31 de janeiro de 1966”¹¹⁰¹, data do encontro.

No registro foram citadas dentre outras questões: a inauguração ocorrida oito dias antes; o aumento do capital “de cinquenta milhões para um bilhão de cruzeiros”; as “diligências trabalhosas [...], demoradas e dispendiosas a Belém, sede da SPVEA” (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia criada em 1953 e depois substituída pela SUDAM), órgão responsável por aprovar “os esquemas de aumento de capital [...], os estudos de técnicos e empresas especializadas” para o que foi usada “boa dose de experiência administrativa” do diretor; reformulação “dos esquemas de financiamento” a fim de “utilizar dos benefícios da Lei 4.216” (esta estendia à região amazônica os benefícios do art. 34 da Lei n.º 3.995, de 14 de dezembro de 1961 - Plano Diretor da SUDENE, relacionada a incentivos fiscais); “financiamento de novecentos milhões de cruzeiros” obtidos da SPVEA e “elevação ao dobro, mediante entendimentos com a Empresa Colonizadora Industrial Pastoril e Agrícola (CIPA), da área doada à empresa”¹¹⁰². Esta foi a única citação referente à Colonizadora.

¹⁰⁹⁹ *Idem*, p. 53.

¹¹⁰⁰ JUCÁ, Pedro Rocha. *Exemplo e palavra de jornalista* – em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima, p. 100.

¹¹⁰¹ *Idem*, p. 97-98.

¹¹⁰² *Idem*, p. 97-100.

Consta que esse investimento inicial não surtiu os efeitos desejados. “Em janeiro de 1972 foi realizada a concorrência pública das ações da Usina Jaciara. Ao assumir [...] o grupo empresarial adquiriu os ativos e passivos a serem considerados”. Foram “poucos [...] os ativos que não necessitassem de reforma, manutenção e modernização. Diferentemente do passivo que era imenso”. Dentre os maiores ônus estava o fato de “administrativamente a empresa se” encontrar “completamente endividada” e existir “atraso com fornecedores”, pendências no “pagamento de impostos estaduais e federais, Previdência, salário de trabalhadores, empréstimos em bancos”. Bem como, “prestação de contas atrasados com a SUDAM. Isso exigia parcelamentos junto ao governo. Havia ainda superação de protestos e ações executivas. Ou seja, a empresa não possuía mais crédito e seu conceito era de mau pagador”¹¹⁰³. Dados esses não referidos no escrito de Jucá.

Este, seguindo a esteira de homenagens ao seu colega de profissão, relataria sobre a “abnegação” daquele “na Companhia Cervejaria Cuiabana”, a qual também contaria com o envolvimento, colaboração ou incentivo de agentes ligados ao Estado. Desta feita, tratava-se de Vicente Vuolo, membro do legislativo mato-grossense, e “do engenheiro Cássio Veiga de Sá” que durante o governo de Júlio Müller “participou de obras realizadas” na “Capital”. Depois, ele ingressaria “na Fundação Brasil Central” a convite do jornalista, com quem manteve “sólida amizade até sua morte”. Para dar início ao “novo investimento industrial em Mato Grosso”, Archimedes teria se mudado temporariamente para São Paulo e precisado realizar “30 viagens em cinco anos” até “Belém” para “aprovar o projeto na SUDAM”. A finalidade era garantir “a obtenção de incentivos fiscais [...] de acordo com o Decreto-Lei nº 756/69, abrindo as portas para outros projetos”¹¹⁰⁴.

Tal normativa dispunha “sobre a valorização da Amazônia” e dava “outras providências” para que “todas as pessoas jurídicas registradas no País” pudessem realizar deduções do Imposto de Renda se cumpridos alguns requisitos. Nesse sentido, entende-se a importância e os motivos pelos quais no OEMT, em 1977, há a constante tentativa de inserir Cuiabá e Mato Grosso na parte amazônica do Brasil. O caso da Cervejaria se enquadrava no benefício de se poder deduzir “até 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido para inversão em projetos agrícolas, pecuários,

¹¹⁰³ PEDROSO, Claudia Maria Waechter. Jaciara/MT: do tempo passado da colonização e da usina ao tempo futuro da agricultura moderna e do turismo, p. 54.

¹¹⁰⁴ JUCÁ, Pedro Rocha. *Exemplo e palavra de jornalista* – em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima, p. 111-116.

industriais e de serviços básicos que a SUDAM” declarasse como sendo de “interesse para o desenvolvimento da Amazônia”. Além disso, “os recursos oriundos das deduções [...] que especificamente” tivessem “sido deduzidos para aplicação em turismo na Região Amazônica”, poderiam “ser, mediante indicação da pessoa depositante, aplicados em projetos de outros setores”, também “aprovados” por aquele órgão¹¹⁰⁵. Logo, seria permitida a retroalimentação desses valores entre os agentes responsáveis por tais empresas.

Quanto aos “incentivos fiscais”, argumenta-se serem “os instrumentos mais tradicionais das políticas públicas que visam reduzir as desigualdades regionais no Brasil”. Sua regulação teria iniciado “nos anos 1960” e seus “mecanismos se mostraram peças resilientes ao tempo”. Contudo, “foram reconfigurados, extintos, recriados, avaliados, reformados, mas continuaram a produzir efeitos de redução/isenção de carga tributária”. Sua “lógica mais disseminada é a de ofertar vantagens tributárias ao setor privado para se instalar em regiões menos desenvolvidas, que, em contrapartida, realizariam investimentos produtivos para alavancar a economia local”. Teria por objetivo gerar “emprego e renda”. Todavia, “a concessão de incentivos fiscais” mostrou-se “inerte, desconfigurada logicamente, repleta de permanências de legislações sobrepostas ao longo das décadas e desvinculadas de novos diagnósticos das regiões”¹¹⁰⁶. Portanto, seria vantajosa apenas para uma ínfima parcela da população.

Arrazoa-se terem sido essas ações fundamentais para a inauguração da empresa em 1973 e posterior transferência do “controle acionário [...] para a Brahma”, na qual Archimedes teria permanecido até o fim da sua vida. Apesar de aposentado e exercendo outras atribuições na esfera pública, se manteria como “relações públicas” na firma usufruindo de algumas regalias¹¹⁰⁷. Frente a esse contexto, percebe-se sua habilidade na leitura das leis e na adaptação dos empreendimentos aos termos jurídicos para o recebimento de incentivos fiscais e apoio financeiro do governo. Isto o teria levado a ser percebido pela elite como um exímio conhecedor dos trâmites burocráticos, apto a

¹¹⁰⁵ BRASIL - Presidência da República Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-lei nº 756, de 11 de agosto de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0756.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%20756%2C%20DE%2011%20DE%20AGOSTO%20DE%201969.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20valoriza%C3%A7%C3%A3o%20econ%C3%B4mica%20da%20Amaz%C3%B4nia%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs%20Ancias.

¹¹⁰⁶ PORTUGAL, Rodrigo. Avaliação de desenho dos incentivos fiscais federais para o desenvolvimento regional, p. 03, 20.

¹¹⁰⁷ JUCÁ, Pedro Rocha. *Exemplo e palavra de jornalista* – em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima, p. 113-115.

atender os auspícios de seus apadrinhados e de algum modo obter certas recompensas por isso.

De forma módica, Jucá teria conseguido alcançar prestígio também e chegou a ocupar “o cargo de Secretário Municipal de Cultura de Cuiabá [...] na administração pública”¹¹⁰⁸. Além disso, desenvolveu atividades nos ambientes de letramento cultural e recebeu várias homenagens, anteriormente citadas. No tangente a Rodrigues, não há registros de sua atuação no executivo ou legislativo estatal. Por outro lado, teve “acesso a um valioso instrumento de comunicação e soube usá-lo estrategicamente”. Somado a isto, chegou “a criar a própria fundação” e desfrutar “de um *status* econômico, político, social e profissional”¹¹⁰⁹ com inserção em várias instituições, nas quais se prezava pela intelectualidade.

Tal conjuntura, aparentemente, levava a se pensar em relações horizontalizadas entre esses três agentes e os políticos para os quais trabalharam em algum momento. Sendo esta a característica mais difundida nos noticiosos, nos livros memorialísticos e nas honrarias recebidas. Entretanto, este estudo dos periódicos mostrou serem elas hierarquizadas. O fato de Derzi outorgar uma procuração para que Jucá gerisse o OEMT, para além do que constava no expediente do jornal, somente em 1975, é significativo disso. Foram observados também os constantes lauréis a membros da família Coelho, publicados naquele veículo, tanto na década de 1960 quanto posteriormente.

O outorgante foi descrito como “uma das mais conceituadas expressões políticas”¹¹¹⁰ e aclamações a seu nome eram recorrentes. Em 1977, exaltava-se o fato de “Rachid Saldanha Derzi [...] ser agraciado pelo presidente Ernesto Geisel com a Ordem de Rio Branco, no grau de Grande Oficial, uma das maiores homenagens que um brasileiro” poderia “receber em seu próprio país”. Avalizava-se ser uma “sublime honra” oferecida ao “senador mato-grossense” que teria motivado sentimentos de “orgulho cívico a todos” habitantes do Estado. “Pois, um dos seus filhos mais ilustres” acabara “de receber” a reverência “de maior significação, reservada apenas aos grandes nomes da Pátria”. Derzi foi chamado ainda de “nosso ilustre conterrâneo”, cujo crescimento na política o teria elevado a ser “um dos políticos consagrados da

¹¹⁰⁸ PEDRO ROCHA JUCÁ – biografia. Disponível em: <https://academiamtdeletras.com.br/pedro-juca/item/140-pedro-rocha-juca>

¹¹⁰⁹ FRANCO, Stélla Carolina Carvalho. *José Barbosa Rodrigues e a construção da memória e da identidade sul-mato-grossense*, p. 72.

¹¹¹⁰ DEPUTADO Rachid Derzi. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 3877, capa, 03 fev. 1961.

República”. Foi também adjetivado como “uma das vozes mais autorizadas do Senado Federal”, que com “prestígio pessoal” teria sido alçado “ao exterior” e “chegado ao ponto mais alto da vida parlamentar”. E mesmo assim, continuaria “sendo aquele amigo médico, companheiro de todas as horas, o conterrâneo que” amava “realmente a sua terra natal e que” sabia “honrá-la a todo o instante”. Porque, teria ele “uma vida abnegada às grandes reivindicações do seu povo”. Por esses motivos, “os mato-grossenses sempre se” orgulhariam dele¹¹¹¹.

Lúdio, por sua vez, seria para o editor “um dos mais expressivos líderes da pecuária brasileira e um dos mais profundos conhecedores dos problemas do pantanal mato-grossense”. Isso ocorreu durante o período das enchentes, a propósito de uma reunião realizada com “os representantes de órgãos federais ligados ao setor”, na qual teria sido o latifundiário “um dos principais intérpretes das reivindicações” de seus pares. Esta atitude foi julgada apropriada, pois para o articulista o “alto gabarito” do fazendeiro/político estava coerente com “os revezes” que a categoria teria “sofrido” nos “últimos anos”. Pois, seria aquela “a base principal da economia mato-grossense” e necessitava de “estímulo” para continuar “a cumprir seu importante papel no desenvolvimento sócio econômico” do Estado “garantindo riquezas para todos”¹¹¹². A falácia dessas propugnações capitalistas e a menção a outros que pudessem ser tipificados como *nortistas* ficaram, contudo, não ditos na celebração dessa personagem.

No campo da política partidária, este filho de Laucídio, foi apresentado como o sustentador de “grande responsabilidade [...] ao ser eleito presidente da ARENA mato-grossense”, no ano de 1977. Em uma republicação do CE, ressaltavam-se “os seus grandes méritos pessoais e a sua habilidade no comando partidário”, cuja “escolha” fora “merecida e justa [...], pois ninguém melhor do que ele” teria “força e experiência necessárias para reunir os políticos arenistas”. Estes estariam “praticamente divididos em alas e sub alas”, enfraquecendo a legenda “com repercussão negativa junto ao eleitorado”. Por ser Lúdio, “ligado profundamente às regiões do Norte e do Sul por liames comerciais”, conheceria de maneira satisfatória “a psicologia dos habitantes das duas regiões que sempre soube compreender e controlar”¹¹¹³.

¹¹¹¹ EDITORIAL - Justa homenagem a Derzi. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7648, p. 06, 24 abr. 1977.

¹¹¹² EDITORIAL – as reivindicações dos pecuaristas. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7598, p. 06, 18 fev. 1977.

¹¹¹³ APOIO e colaboração a Lúdio: ARENA – todas as correntes arenistas estão se congregando em torno do seu presidente em Mato Grosso. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7706, capa, 05 jul. 1977. Para maiores informações sobre os conflitos internos daquele partido (e as nomeadas: *Ala independente* e

Ademais, contaria “com vasto círculo de amizades no seio da população simples” daquele “sertão” e “nos altos escalões da esfera federal”. Frente a “um território praticamente dividido” e da “incompreensão existente entre os líderes municipais”, setor no qual estariam as disputas mais evidentes. Lúdio teria disposição para “vencer todos esses empecilhos, dando ao seu partido toda a sua atenção, todo o seu carinho e toda a sua capacidade de trabalho a fim de conseguir a união tão necessária e reclamada, das forças arenistas dispersas por falta de uma liderança segura e firme”¹¹¹⁴.

Por tais motivos, eram endereçados “veemente apelo a todos os mato-grossenses e campograndinos, principalmente aos arenistas em geral, para” emprestarem “seu apoio e sua colaboração ao novo presidente da ARENA”¹¹¹⁵. Verifica-se a tentativa de exaltar Lúdio como um exímio conciliador, contudo, o articulista acaba apontando e reforçando distinções, inclusive entre o latifundiário e o restante do povo a quem se clama por adesão. Apesar da nota ser estendida aos moradores, de modo geral, percebe-se o endereçamento àqueles possíveis coligados que não estariam aceitando as diretrizes da nova presidência. Ou seja, se havia a necessidade de pedir amparo e cooperação é porque esses faltavam e as performances de congregação de Lúdio não eram tão desenvoltas assim.

Italívio, outro sócio do OEMT, também tinha abertura e ampla divulgação neste noticioso. Na mesma página foram veiculadas a posse daquele em seu novo cargo político e as considerações, desse, favoráveis à seção de Mato Grosso. Era por ele afirmado que o “desmembramento” beneficiaria “a todos”. A mesma tônica gregária foi utilizada. Arrazoava-se caber “aos mato-grossenses de todas as áreas a grande responsabilidade de viabilizar o grande progresso” esperado. Era suposta por Italívio “uma corrida de grandes proporções dos brasileiros para a efetiva ocupação da Amazônia”. Por esta feita, ele se incluía a “todos” os que trabalhavam e viviam ali e precisariam se “esforçar ao máximo para acompanhar ou participar, e se possível liderar essa onda de desenvolvimento”¹¹¹⁶.

Autêntica) recomenda-se ler: FURLANETTO, Vera Lucia. *Mato Grosso do Sul: sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio do Estado*.

¹¹¹⁴ APOIO e colaboração a Lúdio: ARENA – todas as correntes arenistas estão se congregando em torno do seu presidente em Mato Grosso. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7706, capa, 05 jul. 1977.

¹¹¹⁵ *Ibidem*.

¹¹¹⁶ ITALÍVIO: desmembramento beneficiará todos. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7675, capa, 27 maio 1977.

Era enfatizado pelo redator que “o senador arenista fez questão de ressaltar sua condição de mato-grossense” e de “estar empenhado em conseguir, com os demais parlamentares, a aplicação imediata de programas” que assegurassem “a infraestrutura necessária ao embasamento do progresso nos dois Estados”. Ao que concluía estarem estes “irmanados”, “contribuindo com mais uma estrela no pavilhão nacional” e dariam um “exemplo magnífico de brasilidade”¹¹¹⁷. Desse modo superlativo, embora a temática fosse conflitante, Italívio também estaria naquele momento se caracterizando (e tendo respaldo midiático para tanto) como um pacificador e modelo de cidadão local e nacional a ser seguido.

No CE, naquele mesmo ano, dentre os nomes mais citados estavam Lúdio Martins Coelho, Italívio Coelho, Rachid Saldanha Derzi, José Fragelli e Fernando Correa da Costa. Coincidentemente ou não, esses sujeitos figuraram como cotistas do jornal nos documentos empresariais. Embora o caso de Rodrigues seja mais emblemático, há indícios de certa subalternização, especialmente, à família Coelho. Ademais, a inclusão parental nas sociedades comerciais e fundiárias destes clãs foi seguida por Jucá e Rodrigues. Embora não seja possível comprovar a existência de uma relação trabalhista (mesmo que informal) entre estes e aqueles políticos, em 1977, averiguou-se a conservação de uma fidelidade aos princípios e valores (morais e econômicos) daqueles.

Um exemplo disto foi a constituição da *Rádio Cultura*. Alguns estudos apontaram a difusora como mais um dos empreendimentos do “grupo *Correio do Estado*”. Estariam também integrados a este, a emissora “*Mega 94 FM*, além da *TV Campo Grande*”¹¹¹⁸. Esta faria parte da “Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão” junto à “Rádio Canarinho FM”; haveria ainda “uma produtora de vídeo”. Somando-se a esses “veículos” estariam “a TV Guanandi (filiada à Rede Bandeirantes [...]), a TV Dourados (repetidora do SBT)” naquele “município” e “o jornal *Diário da Serra*, extinto no segundo semestre de 1998”; as outras duas foram vendidas nos anos 2000¹¹¹⁹.

Aquela primeira firma teve seu contrato social assinado em 1971, com o nome de “Radio Jornal – Empresa Radiojornalística LTDA”, CQC-MF (CNPJ) – 03119724/0001-47. O Capital Social era de 100.000 cruzeiros, divididos igualmente

¹¹¹⁷ *Ibidem*.

¹¹¹⁸ ANDRADE, Danusa Santana. *A cobertura dos jornais Correio do Estado, de Campo Grande, e o Estado de Mato Grosso, de Cuiabá, na criação de Mato Grosso do Sul: uma análise de conteúdo*, p. 13.

¹¹¹⁹ FRANCO, Stélla Carolina Carvalho. *José Barbosa Rodrigues e a construção da memória e da identidade sul-mato-grossense*, p. 28.

entre: José Maria Hugo Rodrigues; Marcos Fernando Hugo Rodrigues; Paulo de Tarso Hugo Rodrigues; Antonio João Hugo Rodrigues e Júlio da Silva. O ato foi publicado no Diário Oficial do município de Campo Grande no ano seguinte e registrado no Cartório de 4º Ofício daquela comarca. Nesta certidão constou “Radiojornal Empresa Radiojornalística Matogrossense LTDA” como razão social da empresa. Houve uma alteração em 1977, na qual não estavam mais Paulo e Júlio, de maneira que o Capital de 100.000 foi dividido igualmente entre os outros três. Dois anos depois, o investimento subiu para 500.000 cruzeiros distribuídos em partes igualitárias entre aqueles sócios restantes¹¹²⁰.

E nesse caso, questiona-se a correspondência do documento com a realidade, por notar-se elementos de “contratos relacionais” que “não podem ser monitorados ou controlados por terceiros”. Nestes, se formariam “cadeias de relações sociais que permitem transmitir e disseminar a confiança” e, conseqüentemente, “baseadas em reciprocidade [...], desencorajar comportamentos oportunistas”. Nesse sentido, “as relações econômicas se tornam mescladas com contexto social” e “a confiança interpessoal observada nas estruturas hierárquicas passa a funcionar como um ‘lubrificante’ para as diversas transações econômicas que ocorrem entre os agentes corporativos”. Assim, “ao invés de antecipar todas as contingências futuras, os contratos relacionais” premeditam “uma serie de incertezas, na forma de transações entre os parceiros de interatividade”. Logo, tais acordos “são caracterizados como incompletos por definição” e “os problemas” desse arranjo “que porventura possam surgir em uma relação de trabalho podem ser reduzidos de forma significativa com a presença da confiança”, mantendo-se certa informalidade neles¹¹²¹.

Foram algumas publicações realizadas no próprio CE que levaram a tal pergunta. Em 1973, com a inauguração da Rádio Cultura, utilizaram-se três edições para divulgar, além do evento, a homenagem ao “pecuarista Laucídio Coelho”, pois, “o transmissor recebera” seu nome. Esta estaria “assinalada” na “placa de bronze” afixada no aparelho. O feito era justificado porque aquele indivíduo teria prestado “relevantes serviços a Mato Grosso, principalmente à região Sul” e era considerado um “venerando

¹¹²⁰ Contrato Social da empresa *Radio Jornal – Empresa Radiojornalística LTDA*. CQC-MF (CNPJ) – 03119724/0001-47 e demais aditivos.

¹¹²¹ ZANINI, Marco Tulio Fundão; MIGUELES; Carmen Pires. Confiança em contratos relacionais: um estudo teórico, p. 118-119 (grifo do original).

e benquisto cidadão” com “87 anos” à época. Seria ele “o chefe da ilustre família, cuja capacidade de trabalho” era tida como “das mais elogiáveis”¹¹²².

Dava-se a seguinte significação para o funcionamento da difusora: levar “às cidades e aos campos sulinos suas irradiações, cobrindo agora a região centenas de vezes perlustradas pelo homenageado quando, nas lides pastoris, desde o início do século, carreava para Mato Grosso boa parcela da sua arrecadação”. Frisava-se ainda que “quando Laucídio não mais pôde se dedicar ao trabalho, a sua família unida em torno de seu chefe” continuaria com as “atividades” agropecuárias “e econômicas, dando ao Estado uma expressiva contribuição material, moral e financeira”. Ao que parece, para o articulista, a obrigatoriedade de recolhimento de impostos realizado por aquele sujeito era digno de ser tratado como algo extraordinário. Ao término, incluía a esposa, “veneranda D. Lúcia” na construção de “um império” e, sobretudo, em ter dado “ao Estado uma prole constituída de gente que” viveria “do trabalho e para o trabalho, proporcionando ocupação para muitas centenas de jovens e chefes de família”¹¹²³. Dentre estes, pode-se conjecturar sobre Rodrigues e todos os seus filhos que puderam exercer ofícios em empresas dos Coelho.

No dia seguinte, em outra matéria, eram oferecidos detalhes acerca da solenidade. Na presença das “mais altas autoridades representativas do município” de Campo Grande, “a Radio Cultura, através de seus dirigentes” convidara “a sra. Nilda Coelho” (consorte de Lúdio) “para descerrar a placa inaugural do Transmissor ‘Laucídio Coelho’”. O marido dela, “banqueiro”, teria cumprido com a ação de colocá-lo “no ar” acionando “o painel central de controle que possibilitou mais uma vez, a Rádio [...] espalhar seu som por todo o Mato Grosso, durante 24 horas ininterruptas, diariamente”. Seria, portanto, “a emissora que a cidade ouve [...] proporcionando som de ótima qualidade”¹¹²⁴. Além disso, seria mais um canal a propagar as lógicas e as ideologias elitistas.

Na terceira reportagem enfatizava-se mais uma vez a honraria feita ao patriarca e enumerava os participantes daquele festejo. Nilda teria recebido “também um ramallete de flores, entregue por uma das funcionárias da emissora”. A Lúdio “coube” representar “o homenageado” e “ligar o novo transmissor [...] que colocou, definitivamente, a Rádio

¹¹²² RADIO Cultura homenageia Laucídio Coelho. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 6259, capa, 19 jul. 1973.

¹¹²³ *Ibidem*.

¹¹²⁴ TRANSMISSOR Laucídio Coelho. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 6260, capa, 20 jul. 1973 (grifo do original).

Cultura 24 horas no ar”. Já “o professor José Barbosa Rodrigues”, em nome de “toda a direção” daquela empresa, “falou aos presentes” sobre a reverência feita a Laucídio. Esta teria ocorrido em razão do pecuarista “ter sido um grande batalhador em benefício de todo o Mato Grosso” e “um dos primeiros desbravadores do Estado, então quase desconhecido, muito antes da invenção do rádio”. O descendente do laureado, por sua vez, teria revelado “que toda a família Coelho ficou bastante comovida com a homenagem e que, tinha certeza, ficaria gravada eternamente em seus corações”. Além disso, teria enfatizado seus “votos para que a emissora” continuasse “trabalhando no sentido de informar corretamente e proporcionar boas músicas e bons programas a todos os mato-grossenses”¹¹²⁵. Ou melhor, sob os auspícios do entretenimento se deveria difundir uma versão do mundo condizente com as semânticas desses políticos latifundiários.

Ainda na esteira das inquirições já citadas, observou-se que no CE manteve-se a mesma Inscrição Estadual de número 28002805-9 e o ICGMF (CNPJ) – 03232071/0001-08 originais desde sua fundação até 1984. Neste período, figuravam no expediente o diretor: José Barbosa Rodrigues; o gerente: Marcos Fernando Hugo Rodrigues; e os redatores: Antonio João Hugo Rodrigues, Júlio Silva, Ester Figueiredo Rodrigues (esposa de Antonio João), Marcos Fernando Hugo Rodrigues e José Maria Hugo Rodrigues¹¹²⁶. No mês de agosto daquele ano passou a ser usada a Inscrição Estadual – 282 229 116 e o CGC-MF (CNPJ) – 03119724/0001-47, o mesmo da Rádio Cultura¹¹²⁷.

Logo, pode-se pensar que naquela data a firma constituída para dar existência ao jornal foi abandonada, ficando em funcionamento apenas o CNPJ da Rádio. Desse modo, percebe-se o quanto essas fontes documentais não acompanharam a realidade da vida; mostram apenas resquícios dela. Sem o rigor dos registros empresariais não há como saber se os antigos cotistas mantinham seus recursos no negócio ou se novos interessados foram integrados ao capital. Inegavelmente, por seu turno, os sócios de direito ou de fato usavam aquele recinto privilegiado para formar laços sociais, compartilhar seus valores e influenciar nas diretrizes da redação. Na falta de documentos oficiais, indícios nos levam a alguns personagens que, em 1977, tinham ostensivamente suas opiniões e relações políticas impressas naquelas páginas e que

¹¹²⁵ CULTURA inaugura Transmissor “Laucídio Coelho”: personalidades visitam Parque Gráfico do CE. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 6261, capa, 21-22 jul. 1973 (grifo do original).

¹¹²⁶ EXPEDIENTE. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 9363, p. 02, 09 ago. 1984.

¹¹²⁷ EXPEDIENTE. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 9364, p. 02, 10 ago. 1984.

mesmo sendo *ex* ou atuais financiadores mantinham a lealdade junto a Rodrigues, seus filhos e agregados, e vice-versa. Ressalta-se que a empresa original do jornal foi cancelada em 1994 e a única alteração que consta desde 22.11.1973, sobre aquele CNPJ específico na Junta Comercial, é a de 11.12.1981, informando a mudança de endereço da sede¹¹²⁸. Não é possível por esses arquivos saber como seguiu a constituição dos sócios ao longo dos anos.

Já aqueles dados da rádio estão ativos até os dias atuais. De 1979 até 29.09.1992, os únicos registros na Junta Comercial foram de alteração do endereço da sede. Somente em 31.07.1996 houve um comunicado simples, assinado por José Barbosa Rodrigues e Antonio João Hugo Rodrigues, informando que apesar de não ter arquivado ato em dez anos a empresa se encontrava em funcionamento¹¹²⁹. A assinatura de Rodrigues no documento abriu também a possibilidade de se pensar nas hipóteses acima, uma vez que ele não constava, até então, na sociedade da empresa.

Quanto aos apelos à identidade regional, observou-se que até dia 10.10.1977, na descrição antecedente à data e ao número da página, no cabeçalho do CE, estava escrito, diariamente, Campo Grande, MT. No dia 12 daquele mês se escreveria apenas CG, e dois dias depois, MTS (Mato Grosso do Sul). Em 26.10.1977, passou a constar MS e, no dia 02 de dezembro, o nome atribuído ao Estado a ser implantado ficou por extenso: Mato Grosso do Sul. Essa dinâmica foi usada para que não restassem dúvidas quanto ao novo significante a dar contornos históricos, culturais e identitários aos *sulistas*. Tal recurso linguístico contribuiu para a criação simbólica de um novo cenário a acontecer.

Desse modo, infere-se que para alguns agentes daquelas redes de sociabilidade, independentemente do campo de atuação, lhes era dada a “sagração” do enfoque público¹¹³⁰. No âmbito jornalístico, em 1977, notou-se que Rodrigues e Jucá (e ao seu tempo, Archimedes) foram elencados para figurarem como representantes dos políticos que estavam resguardados pelos bastidores. Derzi, Itálvio e Lúdio, por seus turnos, seriam as vozes da família Coelho a ecoarem pelos meios de comunicação. Além daqueles, algumas outras pessoas também se beneficiaram ao serem alcançadas à frente ou ao lado nos embates elitistas, cujos favorecimentos (nem sempre duradouros) serão mais explorados adiante.

¹¹²⁸ Contrato Social da *Empresa Correio do Estado Limitada*, ICGMF (CNPJ) – 03232071/0001-08 e demais aditivos.

¹¹²⁹ Contrato Social da empresa *Radio Jornal – Empresa Radiojornalística LTDA*. CQC-MF (CNPJ) – 03119724/0001-47 e demais aditivos.

¹¹³⁰ BARROS FILHO, Clóvis de; PERES NETO, Luiz; LOPES, Felipe Tavares Paes; PRADO, Magali (org.). *Teorias da Comunicação em Jornalismo*.

4.4 – O político e o intelectual

A intelectualidade, associada aos laços sociais, propiciou o ingresso de indivíduos na política partidária. Alguns acabaram usufruindo das vantagens de um mandato por menor período, embora continuassem a ter acesso a cargos em órgãos públicos ou instituições particulares. Todavia, quando o letramento não estava acompanhado do poder econômico, a reversibilidade do reconhecimento e dos seus produtos foi menos aceita no âmbito eleitoral. Este foi o caso de Antonio Lopes Lins e Nelly Elias Bacha.

Lins foi deputado estadual de 1971 a 1975 pela ARENA¹¹³¹. Este feito poderia ser resultante das intrincadas relações mantidas ao longo de sua vida, contudo, ficou restrito a uma única legislatura. A atuação dele, junto ao âmbito político governamental, pode ter se estreitado em razão de seu trabalho como “Inspetor do Banco do Brasil”. Anteriormente, atuava como “gerente de agências (a última em Campo Grande)”. Seus afazeres no novo posto teriam se iniciado em 1962, na cidade de Corumbá, e logo foi incumbido de atuar em Goiás. Conforme artigo redigido por ele próprio, e veiculado no CE, se trataria do aceite ao convite feito pelo “Diretor Múcio Teixeira” para ser sua “pessoa de confiança”. A “tarefa” a ser realizada seria “delicada, com inúmeras implicações políticas e econômicas”, entendida por ele como “privilégio”. Teixeira era goiano, e segundo o articulista “estava interessado no desenvolvimento do seu Estado, mas não conseguira levar a diretoria a ignorar ou tangenciar o regulamento do Banco para dar assistência maciça à obra pioneira de colonização, que se intentava”¹¹³².

Tal empreitada estava sob o comando do governador “Mauro Borges” a quem Lins confessou seu fascínio e qualificou como “grande [...] entusiasta que derrubava tabus” e com disposição para inovar no território gerido. Caberia ao admirador “estudar *in-loco*, cuidadosamente, posição, condições e características dos projetos a serem assistidos, bem como, os seus aspectos jurídicos e dar sua impressão sobre a viabilidade dos financiamentos solicitados, à luz das instruções vigentes”. Entretanto, a finalidade era “fazer um trabalho capaz de convencer a Superior Administração a deferir os créditos desejados”. Resumidamente, era preciso encontrar brechas normativas ou

¹¹³¹ MEMBROS Parlamentares - 7ª Legislatura (1971 - 1975). Disponível em: al.mt.gov.br/parlamento/membros-parlamentares.

¹¹³² CRÔNICAS da vida. I - meu conhecimento com Archimedes Pereira Lima, em Goiás. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7321, p. 06, 03 ago. 1977.

adaptar as propostas aos desígnios legais. Contudo, Lins lastimava que “o Regulamento não permitiu o empréstimo direto pretendido pelo Governo” de Goiás. Sua expedição, por outro lado, concluiu “milhares de financiamentos deferidos, depois, a colonos, pelo Banco do Brasil”¹¹³³. Obviamente, as pessoas mais pobres não estavam inclusas, porque se tratavam de empréstimos e essas não poderiam oferecer as garantias necessárias para comprovarem a quitação futura das dívidas. Cumpriam-se, desse modo, as investidas capitalistas e liberais a movimentarem as finanças tanto públicas quanto privadas.

Essa conjuntura explicitou as trocas de favores existentes em tais vínculos. Dessas conexões poderiam também surgir camaradagens duradouras. Isto teria ocorrido naquela circunstância entre Lins e Archimedes. Este “desempenhava [...], cumulativamente, as funções de Secretário de agricultura e Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Agrícola de Goiás” e estaria a esperar por aquele no aeroporto. O encontro teria propiciado “amizade e admiração” que o primeiro afirmava ser “para o resto da vida”. O convívio teria se dado “por três meses” em “uma maratona” por “cidadezinhas situadas nos extremos norte e nordeste” do Estado, julgadas pelo articulista como “quase vazias” e de difícil acesso. Os percalços foram amenizados pelo uso “de avião” e “veículo”, disponibilizados pelo governo, enfrentando-se ainda atoleiros e mata fechada para os quais necessitavam usar “a força dos [...] braços”. Os interesses dos dois sujeitos eram recíprocos e se coadunavam. Ambos objetivavam “sentir as necessidades dos colonos, detectar as deficiências, procurar e localizar as falhas e distorções” para então “sanar ou corrigir” as mesmas, com a finalidade de angariar a liberação do dinheiro pelo Banco. Tudo era feito em nome de levar “o progresso a uma região extremamente difícil”¹¹³⁴, conforme Lins em seu relato orgulhoso sobre as próprias ações e as do companheiro. Isto o teria feito solicitar por iniciativa própria a continuar trabalhando naquele Estado por mais tempo.

Mais tarde, quando Archimedes havia retornado a Cuiabá e Lins a Corumbá, eles voltariam a se encontrar na Capital. O primeiro “já era membro da Academia Matogrossense de Letras quando” o segundo foi “eleito”¹¹³⁵, sendo o seu preceptor em 1971. Tanto o “discurso de posse” quanto o de “recepção” estavam eivados de elogios recíprocos versando sobre honra, labor, dedicação, intelecto, oralidade, idealismo e afetos tidos como específicos daqueles indivíduos considerados “beneméritos”.

¹¹³³ *Ibidem*.

¹¹³⁴ *Ibidem*.

¹¹³⁵ CRÔNICAS da vida. II – um pioneiro retorna ao se Estado. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7323, p. 06, 05 ago. 1977.

Archimedes se designou “egresso da atividade literária” naquele período, em razão de dedicar-se a “empunhar, em benefício do [...] Estado e do país, outros instrumentos de ação e de trabalho” e não mais “a pena”. O convite de recebimento àquele recinto fora aceito, sob menções de auspiciosidade e agradecimento, por “sentimento puro de amizade”¹¹³⁶.

Esta foi recordada por Lins em 1977, quando dos embates seccionistas, para amenizar as discordâncias entre os dois sujeitos. Este argumentava que a “única divergência, no terreno cívico-intelecual” entre eles teria sido “quanto à divisão do Estado”. Lins, “nascido no Nordeste, vindo para Campo Grande apenas por uma decorrência de” suas “funções de administração no Banco do Brasil”, se tornaria um “ferrenho divisionista, sem embargo da profunda estima” nutrida “ao povo cuiabano”; conforme suas palavras. Para Archimedes, eram atribuídas as características de “campo-grandense nato, orgulhoso de sua terra, sempre” envaidecido de Mato Grosso cujo *sonho* era “conservá-lo [...] extenso e unido, para orgulho dos pósteros e por uma afirmação de sua vocação de grandeza”. Em diálogo ocorrido entre eles em agosto daquele ano, teria havido o reconhecimento por parte deste último de “que manter” a união de tais terras “era apenas um sonho bonito, mas utópico”¹¹³⁷. Dessa forma, Lins evocava a permanência das afeições entre as pessoas para legitimar uma defesa separatista e ponderar as celeumas políticas ocasionais.

Posteriormente, na biografia de Archimedes, foi escrito que este, em 1977, enquanto “chefe da Casa Civil [...] sempre” acompanhando “o governador José Garcia Neto [...] ainda lutou pela unidade territorial de Mato Grosso”. Entretanto, “a decisão do governo federal era final, monolítica”, portanto, “não era possível mudar o rumo da história”. Mediante aquele contexto, o “mérito” de Garcia Neto, em conjunto com Archimedes, teria sido o “de modificar os dados que os técnicos federais alimentavam o projeto, a fim de defender, no seu alcance, os interesses” do Estado. Na estada “em Brasília durante uma semana”, ambos reivindicariam “o máximo possível para que [...] Mato Grosso remanescente não enfrentasse maiores dificuldades” com o desmembramento. Todavia, o biógrafo arrazoou que por ter assentido à cúpula

¹¹³⁶ JUCÁ, Pedro Rocha. *Exemplo e palavra de jornalista* – em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima, p. 218-227.

¹¹³⁷ CRÔNICAS da vida. II – um pioneiro retorna ao se Estado. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7323, p. 06, 05 ago. 1977.

presidencial e “ao sair do Palácio do Planalto [...] dizer [...] que vestira ‘a camisa da divisão’ [...], o governador” teria sofrido “danos políticos com aquele seu gesto”¹¹³⁸.

De fato, Garcia Neto não angariou nenhuma vaga em cargos eletivos, após 1978, ao findar seu mandato na chefia do executivo estadual¹¹³⁹. Contudo, ressalta-se que havia uma “complexidade das relações entre as elites na competição pelo predomínio estadual”. O ex-governador, no entanto, em 1983, “tornou-se diretor da Eletronorte, companhia de energia do centro-oeste e norte do país” e a “deixou em 1988”. Depois disso, “abandonou a vida pública e passou a atuar na iniciativa privada, com a firma de engenharia A. G. Global Construção S.A”. Logo, restringir os rumos da carreira política de Garcia Neto a um ato específico seria desconsiderar “as limitações institucionais enfrentadas pelos atores”, a “trajetória” de cada um e os imbricamentos das suas redes de sociabilidade em “suas rupturas e permanências”. Sobretudo, é importante enfatizar a existência da “dinâmica do processo político”¹¹⁴⁰, bem como, os entremeios e os emaranhados acordos políticos ocorridos nos bastidores.

Nelly Elias Bacha, por sua vez, exerceu a vereança por dezesseis anos em Campo Grande. No ano de 1977, ela fazia parte do MDB considerado partido de oposição e estava em seu segundo mandato¹¹⁴¹. Há registros de que ela teria ajudado a “criar” tal partido no Estado “percorrendo o então Mato Grosso uno em uma Rural Willys juntamente com Plínio Barbosa Martins, Walter Pereira, Juarez Marques Batista, Eustácio Eudociak, sob o comando de Wilson Barbosa Martins”¹¹⁴². A entrada dela na

¹¹³⁸ JUCÁ, Pedro Rocha. *Exemplo e palavra de jornalista* – em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima, p. 136 (grifos do original).

¹¹³⁹ GARCIA NETO – biografia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131443/biografia>.

¹¹⁴⁰ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 40, 255. Para maiores informações recomenda-se a leitura do referido estudo na íntegra.

¹¹⁴¹ BACHA, Nelly Elias. Câmara Municipal de Campo Grande. Disponível em: <https://camara.ms.gov.br/?s=Nelly+Elias+Bacha>.

¹¹⁴² NELLY Bacha, ex-prefeita de Campo Grande, chora e lamenta pelo esquecimento. Disponível em: http://web.archive.org/web/20181116001004/http://www.oestadoonline.com.br/noticia/17573/nelly_bacha_exprefeita_de_campo_grande_chora_e_lamenta_pelo_esquecimento.html. Sobre Wilson Barbosa Martins sabe-se que “nasceu na fazenda São Pedro, Rio Brillhante - MS, filho de Henrique Barbosa Martins e de Adelaide Barbosa Martins. Seu tio, Vespasiano Barbosa Martins, foi senador pelo antigo estado do Mato Grosso (1935-1937), novamente senador pelo Mato Grosso (1946-1955). Seu irmão, Plínio Martins, foi prefeito de Campo Grande, vereador, deputado federal entre 1983 e 1991. Foi alfabetizado na escola da fazenda Entre Rios, mudou-se para Campo Grande em 1929, onde foi interno no ginásio municipal de João Tessori Júnior, em 1930, a instituição mudou o nome para Ginásio Dom Bosco. Em 1932, seu pai e seu tio Vespasiano apoiaram São Paulo na Revolução, Henrique comandou o Batalhão Gato Preto, com 400 homens que trabalhavam em sua empresa ervateira Gato Preto. Wilson viu o embarque das forças de Bertoldo Kingler para São Paulo na estação de Campo Grande. Em 1934, mudou-se para São Paulo, onde terminou o ginásio no Liceu Rio Branco. Ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, quando foi colega de José Fragelli, Jânio Quadros, Franco Montoro, Ulysses Guimarães. Se opôs ao golpe de 1937, participando de um jantar solidário aos seus professores

política teria se dado por ligações estreitas com a família deste, que mais tarde, ao governar o novo MS, em 1983, nomearia Nelly como a primeira prefeita mulher em Campo Grande, já pelo PMDB, por três meses¹¹⁴³. Em outra fonte há a afirmação de que o ingresso no cargo se deu por motivos de vacância, “em substituição ao engenheiro Heráclito de Figueiredo. Como os prefeitos eram nomeados, ele foi exonerado” por causa do fim do mandato de antigo governador e Nelly, em razão de estar como Presidente da Câmara Municipal, assumiu¹¹⁴⁴. Ela seria “filha de libaneses, nascida em Corumbá, formada em Filosofia Pura na Pontifícia Universidade Católica, em São Paulo” e “professora pela prefeitura e pelo governo do Estado”. Além disso, teria

presos, sendo preso por essa razão. Wilson trabalhou no controle de correspondência dos presidiários em São Paulo, presenciou violências contra presos políticos, em uma ocasião viu Patrícia Galvão. Formou-se em 1939 e abriu escritório em São Paulo. Retornou a Campo Grande em 1941, no ano seguinte, Wilson e seu irmão Plínio casaram-se com as irmãs Nelly e Ruth Barbosa Martins, filhas de Vespasiano. Depois, junto com Fragelli compraram os cursos letivos do Colégio Oswaldo Cruz e deram aula na instituição. Em 1947 Fernando Corrêa da Costa o convidou para ser secretário-geral da prefeitura de Campo Grande”. Em 1954, “junto com Fragelli fundaram o Correio do Estado. Em 1950 foi candidato da UDN a prefeitura de Campo Grande, quando Ari Coelho venceu. Mas se elegeu suplente do senador por Mato Grosso no pleito de outubro de 1954, não chegou a exercer o mandato. Eleito prefeito de Campo Grande na legenda da UDN em outubro de 1958, assumiu a prefeitura em janeiro do ano seguinte até 1963. Em outubro de 1962 elegeu-se deputado federal por Mato Grosso, pela UDN, ocupou a cadeira na Câmara dos Deputados em fevereiro seguinte. Em outubro do mesmo ano tornou-se vice-líder do seu partido na Câmara. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) filiou-se ao MDB. No pleito de novembro de 1966 reelegeu-se na legenda do MDB, exercendo a partir de maio de 1967 a vice-liderança de seu partido na Câmara. Em fevereiro de 1969 teve seu mandato parlamentar cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos pelo Ato Institucional nº 5, editado em dezembro do ano anterior, voltando a exercer a advocacia. Em 1974 foi eleito para o diretório do MDB, mas não ocupou o cargo, aguardando obter do Tribunal Superior Eleitoral a recuperação de seus direitos políticos, o que só viria a ocorrer com a anistia decretada em agosto de 1979. Entre 1979 e 1981, Wilson Martins foi o primeiro presidente da seção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Mato Grosso do Sul, defendendo presos políticos. No pleito de outubro de 1982, foi o primeiro governador eleito do Mato Grosso do Sul e novamente eleito governador em 1994, na legenda do PMDB, no primeiro turno e com 41,43% dos votos. Foi empossado em 1º de janeiro do ano seguinte no Executivo estadual, sucedendo a Pedro Pedrossian (1991-1995). Sua filha, Celina Jallad tornou-se deputada estadual pelo PMDB de Mato Grosso do Sul”. ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 268-269. Para mais detalhes ler também: ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002)*. Ressalta-se que os posicionamentos de Wilson Barbosa Martins não fizeram parte da análise nesta tese porque em 1977 não figuravam nos jornais CE e OEMT, possivelmente por estar impedido de participar da política eleitoral naquele período.

¹¹⁴³ NOVA gestora - Campo Grande (MS). Disponível em: <https://www.msnoticias.com.br/editorias/politica-mato-grosso-sul/campo-grande-ganha-1a-prefeita-mulher-em-122-anos/136323/>.

¹¹⁴⁴ NELLY, a primeira prefeita da Capital nos últimos 20 anos. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 15111, p. 02, 14 mar. 2003.

também estudado no Colégio Maria Auxiliadora¹¹⁴⁵, em CG, no qual constituía amizade com as filhas de Wilson, suas colegas na escola¹¹⁴⁶.

De qualquer maneira, no ano do desmembramento territorial de MT, a vereadora assumiu uma posição, veementemente, separatista. Não esteve presente na reunião ocorrida entre a “Liga Sul-Mato-Grossense” e os membros do executivo estadual no “frigorífico Bordon”, em abril de 1977¹¹⁴⁷. Contudo, associou-se àquela no mês de março, para sua reestruturação, “na residência de Paulo Machado”, juntamente a “grande número de militantes divisionistas”, compondo o “Diretório Central” ao lado de “José Fragelli”, “Antonio Lopes Lins” e outros¹¹⁴⁸.

Suas críticas à gestão de Garcia Neto fomentavam discórdias entre *Norte* e *Sul*. Em junho, Nelly teria “denunciado [...] em sessão da Câmara, que ‘fatos estranhos’ estavam acontecendo no SESI de Campo Grande, onde estaria sendo retirado o que” haveria “de melhor para ser levado a Cuiabá, num ‘esbulho à [...] população’” do primeiro município. Nova acusação seria realizada “contra o Norte, desta feita relacionada com a Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso – SANEMAT. Em requerimento apresentado à mesa [...] a vereadora” teria solicitado “informações do presidente estadual e do diretor local [...] para saber quais foram as razões que levaram o dirigente estadual do órgão a retirar de Campo Grande e enviar a Cuiabá uma máquina utilizada para desentupir esgoto”¹¹⁴⁹. Para Nelly, haveria indícios de usurpação ou concentração de recursos pelo executivo central em detrimento àquela municipalidade.

A aquisição do mecanismo, segundo a nota, custara “280 mil cruzeiros” advindos “de verbas enviadas pelo governo federal, através do PLANASA, com fim específico de trabalhar em Campo Grande”. Ao “final da nota a vereadora” teria pedido o envio de ofícios “ao ministro do interior, Rangel Reis, ao diretor” do órgão intermediador, “e aos parlamentares federais e estaduais com domicílio em Campo Grande, a fim de informá-los sobre” a “estranha ocorrência e pedir a intercessão daquelas autoridades no sentido de que a referida máquina” fosse “enviada de novo” ao

¹¹⁴⁵ NELLY Bacha, ex-prefeita de Campo Grande, chora e lamenta pelo esquecimento. Disponível em: http://web.archive.org/web/20181116001004/http://www.oestadoonline.com.br/noticia/17573/nelly_bacha_exprefeita_de_campo_grande_chora_e_lamenta_pelo_esquecimento.html.

¹¹⁴⁶ NELLY Bacha relembra trajetória política e história de vida - vídeo. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/politica/nelly-bacha-relembra-trajetoria-politica-e-historia-de-vida/102810/>.

¹¹⁴⁷ Conforme abordado na página 89 desta tese.

¹¹⁴⁸ AMARILHA, Carlos Magno Mieres. *Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul*, p. 148.

¹¹⁴⁹ SANEMAT está levando tudo para Cuiabá, a nova denúncia na Câmara Municipal. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7282, p. 04, 16 jun. 1977 (grifos do original).

município de origem. Arrazoava-se que Nelly “mostrava-se bastante irritada com medidas [...] adotadas pelas autoridades nortistas, principalmente depois que foi anunciada a divisão territorial de Mato Grosso”¹¹⁵⁰. Os medos e as advertências sobre as perdas a porvir já podiam ser observadas nessas manifestações da vereadora. Os protestos pela falta do preparo administrativo, necessário em caso de desmembramento, também estavam implícitos. As propugnações alardeavam prejuízos e geravam desconfiança, mas não eram propostas medidas ou ações preventivas eficazes. A tônica ficava na esfera de uma espoliação ameaçadora.

Outra nota do CE trouxe a contestação do “presidente da SANEMAT” a “denúncia” anterior. José Luiz de Borges Garcia teria dito preferir “um contato direto com a imprensa, ao invés de prestar esclarecimento através de ofício”, por isso a demora de cinco dias para oferecer respostas. Nestas, explicava-se ter ocorrido a aquisição de “duas máquinas” iguais; “uma para atuar na região Norte e outra” no “Sul, não especificamente em Cuiabá e Campo Grande, mas onde fossem necessárias, em qualquer cidade”. Concentrar ambas na Capital seria temporário e ocorrera porque “os equipamentos” eram “norte-americanos e a firma que efetuou a venda determinou que uma equipe de técnicos fosse até Cuiabá, para instruir os futuros operadores, tendo em vista que ninguém sabia como utilizá-las”. Os manobreadores dos veículos também foram levados e após o encerramento do “curso” seriam “novamente transferidos” para o município da vereadora. Foi ressaltado o uso das máquinas sob demanda, para atender as localidades independentemente de onde estivessem situadas. José Luiz teria dito que a “empresa” dirigida por ele “não” *raciocinaria* “em termos de divisão”, permanecendo assim até que a secção fosse “efetuada”¹¹⁵¹. Com isso se acreditava ter dado as informações necessárias.

Outras reclamações foram feitas, no mês seguinte, concernentes à “Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Mato Grosso”. Nelly teria afirmado que o responsável por aquela, teria agido para “extinguir a Superintendência Regional de Campo Grande, removendo seu titular para Cuiabá e diminuindo a capacidade diretiva do órgão”. Além disso, teria ele determinado “a remoção de dois tratores Komatsu para a Capital e também” ordenado “a retirada de duas máquinas do mesmo porte, [...] tudo nos últimos meses”. Em termos de valores, estaria se falando em mais de “1 milhão de cruzeiros”

¹¹⁵⁰ *Ibidem*.

¹¹⁵¹ PRESIDENTE da SANEMAT contesta denúncia de vereadora do MDB. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7286, p. 07, 21 jun. 1977 (grifos do original).

(preço este aproximado de cada máquina) de um “parque mecânico [...] dotado de 16 tratores de grande porte e de 30 menores, destinados a vários tipos de serviços, como desmatamento de cerrados, aração, gradeação e terraplanagem para construção de estradas”. Para Nelly, a situação deflagrava, sobretudo, o “falho [...] planejamento do governo”. Na sequência foram elencadas atitudes duais deste favorecendo o *Norte*, com tais serviços, em detrimento do *Sul*. E ao final era perguntado: “porque tal diferença de tratamento”?, argumentando-se que o último sustentaria o Estado e o primeiro receberia “os cuidados”¹¹⁵². Retórica essa habitualmente divulgada no CE.

Após a assinatura da Lei que autorizou a secção territorial e a criação de mais um ente federativo, neste periódico foi publicada a reportagem: “Discriminação regional Norte-Sul – vingança pela divisão ou predação de fim de festa?”, sem autoria. Nela afirmava-se que “o povo de Mato Grosso do Sul, ao saber que o novo Estado ficaria ainda quase [...] um ano e meio dependente do governo sediado em Cuiabá, tomou-se de uma viva apreensão”. Isso se dava após “ouvidas muitas fontes”, incluso “um industrial”, as quais proferiram “murmúrios [...] a respeito do tratamento” a ser recebido “durante esse tempo [...], especialmente Campo Grande que primeiro empunhou a bandeira da divisão e com maior entusiasmo lutou por ela”. Referia-se a um previsto “ataque” ao “desenvolvimento” dessa “cidade” concernente à “rede elétrica [...], águas e esgoto [...], asfaltamento”. Sugeria-se ainda que “máquinas e materiais de reparo de estrada” seriam levadas, se limitariam “a aplicação de verbas”, não seria iniciada “nenhuma obra pública nova” e “até o Banco do Estado” suspenderia ou reduziria “suas operações” naquela praça¹¹⁵³.

De todas as possíveis ocorrências, seria “o fisco” a maior “expição”. Isto porque se fossem adotadas as medidas, anteriormente citadas, fariam “tudo parar”. Ademais, rejeitava-se a presença de “um grupo de fiscais dentro” das “indústrias” e das “casas comerciais” locais “contando matéria-prima e produto acabado, devassando as prateleiras para apurar estoques, vasculhando escritas e contas com o objetivo exclusivo de tomar dinheiro, de devastar ou de tirar uma boa fatia, sem importar-se com os incômodos e aborrecimentos” causados. Frente a isto não haveria “empresa” que aguentasse¹¹⁵⁴. Ou seja, não se estava reclamando das onerações às camadas mais

¹¹⁵² VEREADORA faz nova denúncia contra órgão estadual. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7302, p. 02, 12 jul. 1977.

¹¹⁵³ DISCRIMINAÇÃO regional Norte-Sul – vingança pela divisão ou predação de fim de festa? *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7411, p. 07, 25 nov. 1977.

¹¹⁵⁴ *Ibidem*.

vulneráveis da sociedade ou da paralisação de serviços públicos, e sim de terem que cumprir com as normas, ainda vigentes, às quais as elites estavam submetidas e delas discordavam, acreditando-se vitimadas.

Todavia, tal declaração remetia à falta de transparência exigindo dos servidores públicos maior averiguação. A reação do repórter foi perguntar ao entrevistado se ele achava que as “firmas não” pagavam “corretamente?”. O questionamento foi considerado “ingênuo” por quem respondia e arrazoou-se não ser “o problema [...] tão simples assim”. Justificava-se ser “praticamente impossível manter uma organização perfeita no comércio e na pequena indústria”. Somente “as super-nacionais, ou as grandes companhias, que visavam, principalmente, acobertar-se da falta de escrúpulos de seus próprios prepostos e por isso” manteriam “um controle contábil e fiscal meticoloso e oneroso” estariam a salvo. A culpa pela administração incauta recairia na “desvalorização constante das mercadorias” obrigando “a remarcações permanentes” fazendo com que só se tivesse dimensão dos lucros nos “balanços” de “fim de ano”. Por isso, não haveria preparo para receber o fisco e se ficava a mercê do “*animus*” e da vontade de “mostrar eficiência e acuidade” daqueles trabalhadores¹¹⁵⁵. Desse modo, ficavam nítidas as preocupações da elite sempre voltadas para os ganhos próprios e não com o agenciamento estatal, propriamente dito.

Um dito “amigo [...], político na área municipal” também fora ouvido e teria advertido quanto à “verdadeira onda de funcionários de Cuiabá que seriam deslocados da velha capital para o Sul, nesse ano e meio, para constituírem o cerne da burocracia do novo estado”. Ia-se na contramão do que poderia ser esperado com o desmembramento, o efluxo do aparelho governamental em exercício, e inferia-se pela sobrecarga de pessoal. Afligia-se estarem “todos os postos [...] ‘entupidos’ [...] quando” o “primeiro governador” assumisse “suas funções, em 1º de janeiro de 1979” e “os cuiabanos” continuassem “a ditar ordens a todos [...], até o fim da atual gestão”. Embora o jornalista enfatizasse o “respeito pelo governador Garcia Neto”, afirmava ser o chefe do executivo “o que menos sabe e manda nessas coisas”. Consequentemente reiterava as percepções dos dois entrevistados e de alguma forma amenizava as denúncias feitas por Nelly por parecerem “não [...] mais do que providências sazonais ou decorrentes de anomalias ou fatos naturais, não trazendo maiores dificuldades” a Campo Grande¹¹⁵⁶.

¹¹⁵⁵ *Ibidem* (grifo meu).

¹¹⁵⁶ *Ibidem* (grifo do original).

Quanto à atuação da “Secretaria da Fazenda”, pontuada pelo “industrial”, noticiava-se ter iniciado “uma onda de fiscalização extremamente minuciosa” conforme relatado por aquele. Ao que se dizia ser impróprio por causa da “recessão verdadeiramente dramática para o comércio e a pequena indústria”, afinal “a própria direção central da República, para reduzir o ritmo inflacionário”, fazia “campanhas por preços baixos e menores lucros – e a falta de dinheiro, generalizada”, teria acarretado “a queda das compras”¹¹⁵⁷. Isso expôs algumas questões como: a falácia capitalista de super desenvolvimento no período ditatorial, a culpabilização e responsabilidade atribuída à população pelos encargos sociais, bem como, a pretensão dos dominantes resguardarem as vantagens particulares em detrimento dos ônus públicos.

Sequencialmente, sugestionava-se ser o “arrocho fiscal” praticado no “Sul” o causador da desproporção na arrecadação de impostos em relação ao “Norte” e caracterizava a situação como “ação repressiva de Cuiabá contra [...], especialmente Campo Grande, visando esvaziar sua economia”. Depois, apelava-se a “Garcia Neto” para “fazer cessar toda a discriminação, de não permitir nenhuma manifestação de animosidade, de não deixar que seus funcionários” criassem “atritos ou” perturbassem “o bom andamento dos trabalhos do comércio e da indústria” locais. Creditava-se ao governador o não consentimento ao fisco para continuar “a ameaçar potencialmente ou [...] massacrar os contribuintes” naquela “cidade ou em outros municípios”¹¹⁵⁸. Assim, no interstício de implantação de MS, julgava-se que deveriam ser arrefecidas certas leis. Com isso, mostrava-se não haver receios quanto ao bem estar do povo no processo da divisão do Estado, e sim angústia a respeito de qualquer circunstância que pudesse ameaçar ou prejudicar os privilégios da elite.

Essa gramática jornalística era tão representativa desta camada da sociedade, ao ponto de Nelly se prontificar a requerer em “sessão da Câmara Municipal, solicitando a mesa, que fosse transcrito nos anais da Casa” tal “editorial”. Frisava-se a importância do texto abordar “diversos aspectos sobre a economia do Estado de Mato Grosso do Sul, e as discriminações que” este poderia “sofrer por parte do Norte”. Ressaltava-se que “a intenção da vereadora”, denunciante de situações semelhantes, era “alertar toda a

¹¹⁵⁷ *Ibidem.*

¹¹⁵⁸ *Ibidem.*

edilidade dos riscos” possíveis de serem sofridos até a implantação definitiva da futura unidade¹¹⁵⁹.

Contudo, averiguou-se que mesmo ao lado dos dominantes, Nelly não perdurou por muito tempo na carreira política. Depois do ano de 1988, ela teria preferido “deixar de disputar mandato”. O motivo: ao ser “batida nas urnas por duas vezes, entendeu que estava na hora de parar porque sua forma de fazer política [...] era diferente daquilo que alguns eleitores desejavam e era fomentada por certos postulantes a cargo eletivo, ou seja, a ‘comercialização de votos’”. Acreditaria ela ter deixado “cedo a disputa pela renovação de mandato” e apregoava que o *apodrecimento* do certame seria fundamental para as pessoas *discernirem* entre a *honestidade* e a *desonestidade* daqueles que concorriam aos pleitos¹¹⁶⁰.

Tal conjuntura, ao que consta, não foi apaziguadora para a ex-vereadora. Aos “76 anos, não contém as lágrimas. Chora pelo abandono em que se encontra por parte dos amigos”. Esse teria sido o “desabafo [...] feito nos últimos momentos da entrevista na varanda de sua residência”, noticiada em 2018. Na ocasião, ela reclamaria do ostracismo e do seu esquecimento por parte de correligionários, apesar de ser também “advogada trabalhista” e mencionar a manutenção patrimonial, pois viveria “dos poucos recursos de alguns alugueiros”. Nelly teria deixado subentendido o afastamento de colegas políticos por temerem alguma delação de sua parte, por isso a ignorariam¹¹⁶¹.

Outro acontecimento marcante em seu percurso foi a condenação, ocorrida em 2020, pelo crime de “injúria racial” cometido no ano de 2013. O ato teria se dado “na fila do açougue de um supermercado”, da qual Nelly solicitou ser passada “na frente” de “uma mulher” que a precedia. O argumento utilizado foi de ter “mais o que fazer” e de que “preto” teria nascido para lhe “servir”¹¹⁶², se referindo à vítima. Aquela atitude era totalmente dispensável, porque Nelly já teria o respaldo do “Estatuto da Pessoa Idosa”,

¹¹⁵⁹ VEREADORA quer transcrição de editorial publicado pelo “CE”. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7415, p. 02, 30 nov. 1977.

¹¹⁶⁰ NELLY Bacha relembra trajetória política e história de vida. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/politica/nelly-bacha-relembra-trajetoria-politica-e-historia-de-vida/102810/> (grifos do original).

¹¹⁶¹ NELLY Bacha, ex-prefeita de Campo Grande, chora e lamenta pelo esquecimento. Disponível em: http://web.archive.org/web/20181116001004/http://www.oestadoonline.com.br/noticia/17573/nelly_bacha_exprefeita_de_campo_grande_chora_e_lamenta_pelo_esquecimento.html.

¹¹⁶² EX-PREFEITA de Campo Grande é condenada por injúria racial: “preto nasceu para me servir”. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/ex-prefeita-de-campo-grande-e-condenada-por-injuria-racial-preto-nasceu-para-me-servir/>.

o qual a garantia “atendimento preferencial imediato e individualizado”¹¹⁶³ em relação à outra cliente. Esses são exemplos dos perigos e as consequências negativas da adesão irrestrita à semântica dominante/supremacista. Igualmente, demonstra a falta de continuidade e as conveniências temporárias das redes de sociabilidade para alguns sujeitos, especialmente se eles não se encontravam no mesmo espectro socioeconômico da elite com a qual conviviam.

Entretanto, houve aqueles, cujos parentescos e letramentos contribuíram para prover maior estabilidade de *status*, também no meio político. Dentre eles, enfatiza-se José Luiz de Borges Garcia, filho de Garcia Neto, e Paulo Coelho Machado, descendente de Eduardo Olímpio Machado, pois ganharam amplo destaque midiático. Além dos dados de ambos, já mencionados, acrescenta-se o fato do governador ter utilizado a máquina estatal para beneficiar e ampliar o capital econômico e simbólico de vários membros de sua família. “Em fins de 1976 e início de 1977, foi acusado pela imprensa paulista e carioca e pelo MDB, partido oposicionista, de ter nomeado mais de 20 parentes, inclusive sua mulher e os filhos, para cargos administrativos”. Aventava-se que os “vencimentos [...] representavam [...] uma despesa de novecentos mil cruzeiros para os cofres públicos”. A resposta à acusação de nepotismo teria sido “que não havia dado emprego a seus parentes, mas sim trabalho, e que por isso não os demitiria”¹¹⁶⁴.

Para José Luiz de Borges Garcia, sua filiação foi imprescindível para conquistar seu currículo. Durante o mandato de seu pai, frente ao executivo estadual, foi nomeado diretor da SANEMAT (Companhia de Saneamento de Mato Grosso)¹¹⁶⁵. Quanto aos irmãos: “Fernando Robério” ocupava a função de “assessor especial da Casa Civil”, sob a chefia de Archimedes considerado “amigo de longa data” do patriarca¹¹⁶⁶, e “Fernando Robério” exercia a coordenação “geral do Programa de Centros Sociais e Urbanos do

¹¹⁶³ BRASIL - Presidência da República Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm#:~:text=LEI%20No%2010.741%2C%20DE%201%2C%20BA%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20Idoso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs&text=Art.,a%2060%20\(sessenta\)%20anos.&text=Art.,-2o%20O](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm#:~:text=LEI%20No%2010.741%2C%20DE%201%2C%20BA%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20Idoso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs&text=Art.,a%2060%20(sessenta)%20anos.&text=Art.,-2o%20O).

¹¹⁶⁴ ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*, p. 254-255. Tal fato foi abordado com mais detalhes por: ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002)*.

¹¹⁶⁵ GARCIA NETO, José. *Mato Grosso: Estado Solução*, p. 242-243; GARCIA Neto inspeciona Anel e Grande Terceiro. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7606, capa, 03 mar. 1977.

¹¹⁶⁶ GOVERNADOR retorna hoje a Cuiabá. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7788, capa, 27 out. 1977.

Estado”¹¹⁶⁷. Já o cunhado deles, “Rodrigues Palma”, foi indicado por Garcia Neto para “prefeito de Cuiabá”. Consta ainda que certas viagens para tratar de assuntos governamentais a Brasília, por exemplo, eram realizadas com a participação de vários membros da família, incluindo a Primeira Dama do Estado¹¹⁶⁸. Isto possibilitava o estreitamento dos laços sociais em outros ambientes.

Paulo Coelho Machado, por seu turno, presenciou o pai na chefia da municipalidade de Campo Grande, em um período em que a cidade estava se estruturando. Embora, a carreira de Paulo no legislativo tenha sido breve (apenas dois mandatos como vereador) atuava nas esferas sociais, econômicas, culturais e políticas mais abrangentes. Pois, além de fazer parte da elite, similarmente aos outros membros de sua família ele era proprietário de grandes extensões de terras, produtor rural, pecuarista e estava às voltas com as discussões separatistas. Nesses termos, ganhou protagonismo em algumas reportagens acerca da divisão por sua contundente defesa sobre a necessidade de se instaurar um novo Estado que abarcasse Campo Grande, em 1977.

Ademais, a agropecuária era uma das atividades mais rentáveis da época; e praticada por muitos sujeitos que também participavam do campo político garantindo-lhes grande poder econômico e atuação pública. Portanto, nada mais privilegiado do que ocupar o espaço de poder político e administrativo em sua fase inicial, com a implantação de MS, e a partir dele legislar em causa própria, sobretudo, nas questões tributárias principalmente em relação às alíquotas fiscais. Os dominantes possuíam muitas cabeças de gado no Pantanal e as notícias acerca das enchentes explicitou a importância dada ao bovino e o quanto as pessoas atingidas foram colocadas em segundo plano. A ênfase jornalística dada à perda das reses no Pantanal comprovou essa hipótese. Paulo Coelho transitava com habilidade por vários ambientes, era advogado de formação e atuou como secretário de agricultura no governo Fragelli.

Seu círculo familiar, social, político e administrativo, bem como, o conhecimento sobre as conduções das questões fiscais pelo Estado eram amplos. Isto favoreceria o interesse maior por uma atuação que pudesse moldá-las de maneira favorável a si e a outros em semelhantes situações. Ele e seus parentes usufruíam de uma posição econômica e social considerável. Consequentemente com o poder de

¹¹⁶⁷ GOVERNO Garcia Neto implantará Centros Sociais e Urbanos. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7218, capa, 08 nov. 1975.

¹¹⁶⁸ GOVERNADOR retorna hoje a Cuiabá. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 7788, capa, 27 out. 1977.

mando e a influência em seu meio, poderia ambicionar a extrapolação de suas ações e posicionamentos da esfera local ao ponto de intervir diretamente em decisões nacionais ou regionais mais amplas. Por mais que esses traços aparecessem em sua discursividade, sabe-se que o período ditatorial não foi propício para os civis romperem as barreiras e adentrarem nos assuntos da cúpula do Governo Federal. Portanto, o desmembramento ocorreu seguindo os trâmites burocráticos adotados no regime de exceção, sob o comando da cúpula presidencial, sem ingerência das elites locais e excluindo a participação do povo¹¹⁶⁹.

Quanto às denúncias realizadas em 1977, sobre os impactos administrativos que poderiam ocorrer com a divisão do Estado, verificou-se terem certa pertinência. Os acontecimentos a partir da implantação de MS, não foram prejudiciais aos dominantes como se alardeava, certamente, mas às camadas mais vulneráveis da população. Apesar das reclamações dos gestores, o volume de dinheiro público investido foi assombroso. Há relatos de que o relatório do IPEA previa a destinação de “CR\$ 150 milhões em 1978” para o novo ente a ser criado e “CR\$ 100 milhões em 1979” para cobertura do *déficit* orçamentário do Estado remanescente. Todavia, “representante de Mato Grosso na Comissão Especial” em audiência com membros do alto escalão presidencial, incluindo-se o chefe maior, no ano antecedente à instalação da unidade federativa, teria solicitado para MT “1.826.635.000,00” cruzeiros. Segundo o membro do governo estadual à época, o pedido foi “quase que integral e solenemente ignorado”. Em outra oportunidade o valor requisitado foi de “Cr\$ 3.352.245.487,00”¹¹⁷⁰. Ao que tudo indica as negociações foram intensas. Contudo, o valor real destinado aos cofres dos dois governos estaduais e sua suficiência só podem ser aferidos a partir de uma profunda pesquisa econômica e contábil respaldada nos documentos oficiais daquele período.

Entretanto, caso notório de descaso com o povo foi o dos pensionistas, pois, “a relação entre Governo, servidores ativos” e “aposentados [...] do estado de Mato Grosso há muito tempo se desgastava”. Uma série de “conflitos e antagonismos com o poder público eram avigorados pelos atrasos constantes nos vencimentos que perduravam meses e quando pagos eram parcelados”. Logo, “após a criação de Mato Grosso do Sul, essa situação se intensificou, mesmo com as exigências da Lei Complementar nº. 31, não houve a existência real de responsabilidade em compor a folha de pagamento pelos

¹¹⁶⁹ Pormenores sobre o andamento do processo de divisão do Estado de Mato Grosso podem ser consultados em: FURLANETTO, Vera Lucia. *Mato Grosso do Sul: sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio do Estado*.

¹¹⁷⁰ VALLE, Pedro. *A divisão de Mato Grosso*, p. 82, 84, 89, 92.

dois estados (MS e MT)". Desde os "primeiros anos de existência" da nova unidade "predominou, tanto para o poder público como para a sociedade, certo desarranjo e morosidade administrativa". Somente a veemência da retórica política, observada pelos jornais em 1977, e os recursos recebidos da União, não foram suficientes para garantir o "processo de construção de uma unidade político-administrativa eficiente, eficaz e efetiva"¹¹⁷¹ para o povo.

A normativa instituidora da futura entidade federativa "estabeleceu que em janeiro de 1979" fosse realizada "a implementação da primeira assembleia legislativa e" dada "a posse do primeiro governador". E assim, foi feito, no dia primeiro daquele mês¹¹⁷². A despeito de todo o ufanismo com o qual o evento foi tratado no CE, uma das primeiras ações da inédita gestão foi extinguir "todos os cargos de provimento em comissão, ocupados ou vagos". Com respaldo legal, também foram exonerados "todos os funcionários que" os "exerciam"¹¹⁷³. O "protesto" teria sido "geral", no entanto, a justificativa do articulista teria sido de aprovação à medida porque os "desempregados" deixariam somente de usufruir as "polpudas gratificações que até então vinham recebendo". Enquanto isso, "cada secretário de Estado" receberia "67 mil cruzeiros"¹¹⁷⁴; o "de Administração" chegaria a afirmar a continuidade dos "efetivos" e que a perda do trabalho acometeria "apenas aqueles que praticamente não faziam nada mas recebiam altos salários". Usava-se a retórica do "fim do empreguismo político"¹¹⁷⁵, mas exclusivamente para os que não participassem dos altos escalões e sem preocupação alguma com os serviços em andamento ou de atendimento ao público. Isso se pensado unicamente em termos burocráticos e organizacionais, pois o descaso de imediato com os trabalhadores foi notório.

Além disso, em meios às crises latentes divulgadas, aos "inativos e pensionistas" recairia o atraso dos proventos, atingindo "cerca de 10 mil" pessoas. A situação seria usada pelo governador de MT, Cássio Leite, para barganhar junto à União "a liberação de recursos previstos na lei complementar que dividiu o Estado". A responsabilidade

¹¹⁷¹ LEAL, Maria Jacinta Pereira. *Servidores estaduais aposentados e pensionistas de Mato Grosso após a criação de Mato Grosso do Sul*, p. 13.

¹¹⁷² GEISEL instalou solenemente Mato Grosso do Sul. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7734, capa, 03 jan. 1979; ASSEMBLEIA Constituinte, mesa eleita e empossada. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7734, p.11, 03 jan. 1979.

¹¹⁷³ GOVERNO exonera os comissionados. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7735, capa, 04 jan. 1979.

¹¹⁷⁴ MS: extintos os cargos em comissão; SECRETÁRIO de Estado vai ganhar Cr\$67.000. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7735, p.03, 04 jan. 1979.

¹¹⁷⁵ EMPREGUISMO político acabará aqui no Mato Grosso do Sul. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7737, capa, p. 03, 06-07 jan. 1979.

com os aposentados seria dos três entes em conjunto¹¹⁷⁶. Ademais, “nos quatro primeiros anos, depois de promulgada” aquela Lei, ocorreram “constantes disputas [...] locais” pela chefia do executivo estadual, o que gerou “numerosa rotatividade nos cargos de escalões intermediários das carreiras” dos “funcionários” públicos, “provocando interrupção constante do andamento de propostas e execução de projetos de formação do novo Estado”¹¹⁷⁷.

Há estudos nos quais se defende a hipótese de que “a escolha do primeiro governador do MS, Harry Amorim Costa”, por parte de Geisel teria ocorrido por ter sido “técnico de confiança do presidente” e ter ligações, com o Sul do antigo estado de Mato Grosso, decorrente de obras realizadas por ele”¹¹⁷⁸. No entanto, há outra versão relatando a ligação de parentesco entre os dois: em face “das disputas internas na Arena sulista”, o chefe do executivo nacional, “optou por indicar [...] o engenheiro [...] Amorim Costa, então Presidente do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), que era seu concunhado”¹¹⁷⁹. Esse motivo possibilita entender a consideração por parte do general de que aquela “seria a pessoa certa para organizar o novo estado administrativamente”. Os elos familiares para absorver recursos públicos ficavam mais uma vez explícitos. Contudo, a permanência na função foi breve, não completou nem

¹¹⁷⁶ CÁSSIO acusa União pela crise no Norte. *Correio do Estado*, Campo Grande/MT, n. 7763, capa, p. 11, 06 fev. 1979. Cássio Leite de Barros “em 14 de agosto de 1978, por força de dispositivo constitucional, assumia o Governo de Mato Grosso”. Ele era “advogado, pecuarista e empresário corumbaense” e foi “eleito vice-Governador na chapa encabeçada pelo Dr. José Garcia Neto para o período 1975/1979. A vacância do cargo se verificou com a renúncia do Governador para concorrer a uma das cadeiras do Senado da República no pleito de 15 de novembro, que se avizinhava”. VALLE, Pedro. *A divisão de Mato Grosso*, p. 11.

¹¹⁷⁷ LEAL, Maria Jacinta Pereira. *Servidores estaduais aposentados e pensionistas de Mato Grosso após a criação de Mato Grosso do Sul*, p. 14. Maiores informações sobre as disputas políticas pós-implantação de Mato Grosso do Sul podem ser obtidas em: ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002)*; SOUZA, Claudio Freire. *Da Organização da Educação Pública em Mato Grosso do Sul nos Governos Nomeados 1979 a 1983*. In: MARIN, Jérry Roberto; ALVES, Claudio Vasconcelos (orgs.). *História, Região e Identidades*.

¹¹⁷⁸ LEAL, Maria Jacinta Pereira. *Servidores estaduais aposentados e pensionistas de Mato Grosso após a criação de Mato Grosso do Sul*, p. 15. A historiadora Marisa Bittar foi precursora dessa tese: “Diante da inviabilidade do consenso entre as duas facções da ARENA sul mato-grossenses, o governo militar, apostando numa ‘solução técnica’, indicou Harry Amorim Costa. [...] Tudo se resolvera numa sessão secretada Senado Federal, realizada a 30 de março de 1978, que aprovou a indicação de Harry Amorim Costa para governar Mato Grosso do Sul por 37 votos a favor, 8 contra e uma abstenção: eis como se escolhia um governador durante a vigência dos governos militares. [...] Consta que os senadores emedebistas Franco Montoro (SP), Marcos Freire (PE) e Leite Chaves (PR) rejeitaram a indicação e lamentaram que o 1.º governador não fosse um mato grossense”, BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, p. 352 (grifo do original).

¹¹⁷⁹ ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002)*, p. 126.

um ano, ocasionando rotatividade na principal atribuição dentro da nova unidade federativa¹¹⁸⁰.

Todavia, as consequências negativas das celeumas políticas, das disputas pelo poder e “a instabilidade de governadores acarretou um período de muita indefinição e vulnerabilidade social”, bem como falta de “organização e planejamento do Estado”. Tal circunstância resultou em “ingerência [...], desamparo, ‘perda’ de direitos e garantias sociais”¹¹⁸¹ daqueles que dependiam diretamente dos recursos da aposentaria para sobreviverem.

A duração de “cinco meses e onze dias” da chefia de Amorim e a atitude inicial de exoneração em massa comprometeu ainda mais a situação dos pensionistas. Isto porque naquela ocasião ainda “não havia servidores públicos oficialmente lotados no aparelho burocrático [...] de Mato Grosso do Sul”. Além disso, nos “primeiros anos de governo não” havia concordância entre os chefes dos dois entes sobre “a determinação da Lei da Divisão”. Isso de dava especialmente no *Sul*, cujos gestores não admitiam ter que “contribuir com a folha de pagamento dos aposentados que trabalharam para Mato Grosso, contudo com domicílio no estado de MS”. A avareza capitalista e liberal desses agentes os levaria a manter o “entendimento de que a responsabilidade pelos débitos e ônus remuneratórios” daquela parcela da população “eram do MT e da União. Já o poder executivo de Mato Grosso não concordava em participar da composição da folha de pagamento por considerar que a incumbência era do Governo Federal”¹¹⁸².

O fato deste “ter desmembrado o seu território” e ter feito a parte remanescente perder “a arrecadação de impostos e tributos” antes angariados, era utilizado para pressioná-lo a conceder mais dinheiro. “Esse impasse resultou na diminuição dos proventos dos aposentados e pensionistas residente no MS, pois eles não receberam a porcentagem salarial devida pelo MT”. Houve um expressivo e cruel “jogo de empurra-empurra entre entidades públicas, no cumprimento das obrigações sociais”. O resultado foi “um cenário de condescendência de falhas e erros no atendimento à sociedade;

¹¹⁸⁰ “Os governadores de Mato Grosso do Sul [...] foram: Harry Amorim Costa (01/01/1979 até 12/06/1979); Londres Machado (13/06/1979 até 29/06/1979; e 30/10/1980 até 06/11/1980); Marcelo Miranda Soares (30/06/1979 até 30/11/1980); Pedro Pedrossian (07/11/1980 até 15/03/1983)”, depois deste período os governadores de Mato Grosso do Sul passaram a ser eleitos pelo voto direto, AMARILHA, Carlos Magno Mieres. *Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul*, p. 159.

¹¹⁸¹ LEAL, Maria Jacinta Pereira. *Servidores estaduais aposentados e pensionistas de Mato Grosso após a criação de Mato Grosso do Sul*, p. 15 (grifo do original).

¹¹⁸² *Idem*, p. 16.

letargia nas ações e programas assistenciais e dubitável transparência e acessibilidade nas informações públicas além dos litígios e distorções comunicacionais e jurídicas”¹¹⁸³.

Naquela conjuntura, “comprovou-se que o desapareço e desconhecimento das atribuições de competências governamentais, por parte dos agentes públicos, promoveram a propagação de informações equivocadas ao cidadão”. Ademais, “esboçou uma gestão pública eivada de precariedade, desamparo e despreparo funcional”¹¹⁸⁴. Nesse sentido, verificou-se o quanto a retórica divisionista, na qual os interesses da população e a identidade regional foram evocados, em 1977, era dissociada dos propósitos daqueles que a proferiam.

Quanto aos políticos e seus asseclas, podemos entendê-los como *sujeitos psicanalíticos* que em nada se distinguem das demais pessoas que compõem a sociedade. A diferença se daria no acesso daqueles aos recursos materiais e financeiros. Isso era usado midiaticamente para atribuir-lhes falaciosamente pensares e agires tidos como mais nobres, porque estariam voltados ao coletivo. Entretanto, observou-se pela análise de suas discursividades a existência de um posicionamento contrário àqueles veiculados pelos jornais. Ou seja, apareceram mesquinhas, encerramentos em si mesmos e interesses particulares, comungados nas redes de sociabilidades. Na defesa e conservação de posses buscava-se sempre por *mais*; calcava-se especialmente nas reivindicações de recursos e instrumentos públicos, como pode ser verificado nas discussões acerca da divisão do Estado.

O investimento na intelectualidade de alguns, também seria um acréscimo tanto de ordem financeira quanto simbólica. O atributo do letramento para aqueles mais abastados se configuraria como uma extensão sógnica do poder monetário familiar e não necessariamente uma ampliação moral-social utilizada para fazer circular conhecimentos e incluir no campo do saber diversos sujeitos outros. Ressalta-se que os laços sociais e afetivos de tais sujeitos se davam pelos contornos do dinheiro; a erudição seria apenas um “a mais”, utilizado para realçar os aspectos capitalistas das relações, com intenções de conservar as finanças ou alcançá-las. Consequentemente era a materialidade, os recursos econômicos dos quais os primeiros não abriam mão, que gerava as lacunas entre eles e os demais membros da população. Uma vez que os privilegiados não compartilhavam da vulnerabilidade pecuniária, imaginariamente, colocavam-se longe do desamparo estrutural psíquico. Isso fazia com que não

¹¹⁸³ *Idem*, p. 17.

¹¹⁸⁴ *Ibidem*.

usufruísem de trocas sociais mais amplas, das relações com outras camadas da sociedade, da heterogeneidade compartilhada, da sociabilidade diversificada e da solidariedade comunitária.

Quando essa *falta estruturante* recebia *significantes* propriamente materiais/intelectuais com um *a mais* de poder (político ou jornalístico, por exemplo) o sujeito permaneceria em um estado *imaginativo*. Neste, os seus *iguais* seriam somente aqueles que compartilhassem das mesmas situações e, conseqüentemente, *os outros* seriam colocados em uma condição *distante* de subalternidade ou superioridade, ensejando a dialética social dos *dominantes* e *dominados*. No entanto, todos estariam imersos nas mesmas *angústias primeiras*, básicas, primárias e intestinais, participantes da mesma ordem simbólica da linguagem constitutiva da sociedade, da cultura, da historicidade e das normas, independentemente das experiências individuais, embora as ignorassem ou rejeitassem.

No MT, em 1977, os marcadores da diferença constituídos por léxicos de aproximação e distanciamento foram direcionados também, forçosamente, para aspectos identitários. Tais tipificações *nortistas* ou *sulistas*, se não encaradas a partir de uma posição analista/crítica poderia ter o escopo de direcionar as pessoas menos atentas para qualquer um dos lados, ambivalentemente, sem questionamentos às narrativas hegemonicamente construídas e veiculadas pela imprensa. O movimento e as forças disruptivas, promovidas por coletividades, de enfrentamento aquele contexto, raramente foram divulgadas nos períodos, como seria o caso dos protestos dos servidores exonerados ou da indignação dos pensionistas em relação aos atrasos de suas aposentadorias.

Nesse sentido, podemos inferir que os políticos não eram um reflexo da sociedade, mas sim parte integrante da mesma, articulando uma gramática elaborada com elementos das várias esferas pelas quais circulavam. Contudo, não se voltavam para interesses altruístas em relação aos demais indivíduos. Ao contrário, suas discursividades serviam muito mais para moldar o mundo e, por conseguinte, a vida dos sujeitos a sua volta, com base em seus desejos mais comezinhos e assim manterem o domínio sobre determinados espaços e os demais corpos. Criava-se, sobretudo, uma

semântica de diferenciação e distanciamento para eventualmente forjar aproximações novas, porém plásticas e superficiais a serem difundidas midiaticamente¹¹⁸⁵.

Além disso, “no primeiro quartel do século XIX” os “agentes que se utilizavam da pena e da prensa” faziam uso de uma “espacialidade imaginada ensejada” nos “impressos” para congregar “referências geográficas pertencentes, originalmente, a diferentes contextos históricos e geográficos, mas que eram apropriadas de acordo com as circunstâncias” daquele “tempo presente”¹¹⁸⁶, e em alguma medida eram configuradas similarmente nos embates separatistas de 1977. Frente à errância de Archimedes, averiguou-se a propositura de tornar Jucá e Rodrigues como os *pontos fixos* de apoio aos políticos. Àqueles foi dada a incumbência de dar bordas às respectivas regiões, de acordo com as percepções elitistas.

Ademais, os sujeitos que escreviam nos periódicos, por dominarem a tônica jornalística e política, demonstravam habilidade, fluidez e segurança em seus argumentos. Com isso poderiam ganhar a admiração dos leitores, especialmente daqueles que estavam fora desses ambientes. Sobretudo, se os receptores não tivessem a consciência de que tais atributos eram apenas o resultado do *hábitus* daqueles agentes, em razão da socialização dos mesmos e da busca por metas de interesse próprio, que assim os moldavam. O reconhecimento estaria, portanto, submetido a *ilusão naturalista*. Logo, seriam compreendidos como os detentores de importantes conhecimentos, inteligentes e suficientemente preparados para expressarem suas considerações e desse modo, autorizarem e legitimarem suas retóricas, como verdades absolutas. Assim, as oposições binárias, midiaticamente postuladas entre *sulistas* e *nortistas*, poderiam ganhar tônus, especialmente após 1979, e restarem representadas como significativas e diferenciadoras de uns em relação aos outros, apesar de forjadas.

¹¹⁸⁵ Para maior compreensão dessas formulações pode-se consultar: ROUANET, Sergio Paulo. *Imaginário e dominação*; LIMA, Denise Maria de Oliveira. *Diálogo entre a sociologia e a psicanálise: o indivíduo e o sujeito*.

¹¹⁸⁶ LEVATI, Edú Trota. *Os periódicos da Independência e suas geografias políticas: estudo do surgimento do Brasil independente e de sua inserção no contexto mundial (1808-1822)*, p. 109-110.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1977, a secção territorial do Estado de Mato Grosso foi um tema preponderante nos jornais OEMT e CE. Por este motivo, coube a esta pesquisa redimensionar a análise das discursividades políticas e midiáticas sobre os impactos do desmembramento, cujas performances identitárias, *sulistas* e *nortistas* mato-grossenses, foram amplamente mencionadas. A partir da produção de uma historiografia profunda, baseada nos estudos das redes de sociabilidades, em suas aproximações e afastamentos em torno de objetivos comuns, lutas por interesses mútuos e de conveniência, houve o propósito de reavaliar algumas inferências feitas até então sobre o divisionismo.

Inicialmente foram questionadas e problematizadas as dualidades opositoras criadas e repercutidas, inclusive na historiografia, acerca da diferenciação entre *Norte* e *Sul*, resultantes do *habitus* da colonialidade cujos binarismos o compõem. Verificou-se que o uso destes, nos jornais supracitados, correspondia muito mais aos anseios supremacistas de vozes privilegiadas, formatadas em bases elitistas dentro daquela linguagem, que utilizavam dos periódicos para difundirem os desejos e quereres de apenas alguns, de se diferenciarem por um significante *Sul* e ocuparem os espaços de poder em um novo ente federativo.

Com isso, ficou nítido o ímpeto de se produzir uma educação informal, pela imprensa, para ofuscar a diversidade geográfica e populacional colocada em posição subalternizada e sem direito à expressão pública. Logo, as dissonâncias e consonâncias ocorridas em um mesmo espaço, independentemente das fronteiras forjadas sobre ele e das possíveis identificações que ele pudesse suscitar ficaram explicitadas.

Quanto aos noticiosos, observou-se incidência da tônica hegemônica desde as suas fundações. A defesa era pelo desenvolvimento e progresso local, sob as diretrizes capitalistas e liberais, cujas publicações oportunamente soavam populares. Os princípios de imparcialidade e objetividade preconizados pelo jornalismo eram evocados para dar respaldo e credibilidade àquelas páginas. No entanto, forjava-se uma concepção de sociedade que correspondia à linha editorial, às ideologias a serviço da corporação a que pertenciam, na qual estavam incluídos os fundadores, financiadores e anunciantes. Pelos recursos e instrumentos empregados pretendia-se que os veículos de comunicação fossem porta-voz de falas autorizadas perante seus leitores.

Os vínculos políticos e institucionais entre empresários e alguns agentes públicos ficaram nítidos na composição societária, ao se traçar as gêneses dos dois

jornais. Bem como, a formação de coalizões entre pessoas interessadas na estrutura administrativa e financeira do Estado, com destaque para a família de Laucídio Coelho, com cotas em ambos os impressos. Os documentos empresariais do *Correio do Estado* e do *O Estado de Mato Grosso*, adquiridos das Juntas Comerciais e as reportagens divulgadas, permitiram entender as configurações dos grupos entre as elites mato-grossenses e destas com os demais membros da sociedade.

No entanto, os registros incompletos dificultaram a identificação da composição societária real e a propriedade efetiva dos jornais no ano da secção territorial. Por outro lado, a cooperação entre CE e OEMT no compartilhamento de matérias e republicações mútuas, ficou evidente. Apesar de aparentarem independência editorial, esses veículos estavam subordinados ao controle político e econômico de seus acionistas majoritários e financiadores, comprometendo suas gramáticas. Nesses periódicos, os diretores e redatores-chefes seguiam orientações explícitas e tácitas, e reproduziam interesses da elite aos quais aderiam.

Ali também eram corroboradas as semânticas da colonialidade, funcionando como instrumentos de legitimação dos *dominantes*, com a finalidade de concentrar o controle simbólico. Os funcionários em posições de destaque, embora detentores de responsabilidades e prestígio intelectual, como Archimedes, Jucá e Rodrigues, estavam condicionados por mecanismos refinados e repetiam as lógicas capitalistas e ditatoriais. Havia uma dinâmica ambígua, marcada por aspirações de amizade/lealdade e restrições estruturais, que reforçava as desigualdades e consolidava os interesses dos políticos e alguns correligionários.

Em 1977, surgiu uma urgência midiática em estabelecer distinções entre o *Norte* e o *Sul* como consequência de possíveis riscos às conquistas já consolidadas ou em processo de obtenção. Tais tipificações, entretanto, não se mostraram relevantes antes de serem oficialmente formalizadas, sendo até então utilizadas de maneira estratégica, por meio de significantes vazios, conforme os conflitos emergiam. Isto ocorreu porque ao longo da história política de Mato Grosso, foi possível identificar contradições, adaptações e variações nas condutas de certos indivíduos, que ajustavam suas posturas de acordo com as situações econômicas, políticas e sociais contingentes, ainda que algumas ambições permanecessem constantes.

Nesse contexto, destacam-se os deslocamentos e as mudanças nas atuações de figuras como os Corrêa da Costa, os Müller, os Campos, os Coelho e os Machado, bem como em, Fragelli, Pedrossian e Archimedes. Existiram homologias e conflitos entre

eles, nos arranjos que visavam, sobretudo, os benefícios do poder hegemônico. Os laços ultrapassavam os âmbitos familiares e se fortaleciam ao serem atravessados pela mídia jornalística.

Essas redes de sociabilidades conectavam indivíduos alinhados ao mesmo compromisso ideológico. Esses vínculos, convenientemente, poderiam gerar acordos, alianças, mas também desavenças, antagonismos, cisões, disputas ou até mesmo indiferença. Tais interações, em determinadas situações, seguiram um direcionamento racional e estratégico, embora muitas vezes se manifestassem em ações intuitivas, já que o envolvimento político não resultou exclusivamente de planejamentos calculados, mas também de impulsos emocionais e afetivos, que frequentemente suplantam a razão.

Os defensores do separatismo não buscavam, somente, preservar o que já detinham, mas almejavam alcançar novos patamares, projetando expectativas futuras. Mesmo que as teias sociais estivessem, em parte, consolidadas, excetuando-se seus movimentos cíclicos, visava-se ampliar benefícios econômicos e simbólicos. Por isso, as dicotomias invocadas careciam de solidez, pois, ao serem contestadas, revelavam contradições e a multiplicidade de intenções entre seus proponentes.

Dessa forma, o apelo a uma identidade, coletiva regional, feito por políticos e seus aliados em 1977, serviu como expediente para objetivos dissimuladamente privados, seja no âmbito pessoal, familiar ou de pequenos grupos. A tentativa de criar uma cultura singular era marcada pela ambivalência, instabilidade e flexibilidade, ainda que contasse com elementos compartilhados e consolidados ao longo do tempo, especialmente em relação ao Mato Grosso. Nesse sentido, os binarismos não se sustentavam e as tipificações duais, particularmente entre *nortistas* e *sulistas*, não se coadunaram à exatidão dos escopos de seus enunciadores e interlocutores.

Os que apoiavam a secção do Estado, naquele ano, não estavam contestando as normas dominantes, mas sim buscando aumentar sua influência na criação delas. Almejavam fortalecer, ampliar e manter os privilégios já adquiridos dentro de uma nova estrutura federativa. Assim, políticos e outros agentes de poder que se viam como formadores de opinião desenvolveram retóricas sobre regionalismo para emular o desenvolvimento capitalista moderno alinhado com premissas liberais. Esses indivíduos, com autoridade perante a sociedade, pretendiam definir as bordas de quais tipificações poderiam ser desejáveis. Nesse cenário, adotar uma identificação com o *Sul* ou com o *Norte* tornava-se uma estratégia, dependendo das vantagens e benefícios que essa escolha poderia proporcionar em termos de influência e poder.

A complexidade, nesse cenário, não se restringia aos territórios previamente adjetivados nem a seus limites geográficos/jurídicos oficiais. As dinâmicas de afetos, moldadoras dos laços sociais, historicamente derivavam de uma narrativa supremacista destinada a disciplinar e subjugar, física e simbolicamente, aqueles que se afastavam dos ideais de progresso, desenvolvimento e modernidade. Exemplos dessas insubordinações seriam as comunidades indígenas e quilombolas, ao conservarem a riqueza de suas tradições e espaços sociais. Por isso, a fragmentação geográfica e a exploração utilitária dos territórios, com foco em ganhos financeiros, estavam alinhadas ao projeto de ofuscá-las.

Ademais, acreditava-se que ao diminuir as extensões territoriais se garantiria maior controle e gestão da sociedade. Nesse contexto, a divisão promovida durante o governo Geisel encontrou respaldo não apenas entre setores de Mato Grosso, mas também em outros grupos. Contudo, essa aceitação não foi unânime; diversos atores decidiram lutar por interesses específicos, especialmente quando esses já haviam sido difundidos, direta ou indiretamente, em seus ambientes de convivência.

Diversas instituições, como ADESG, CCSMT, IHGMT e posteriormente IHGMS, Academias de Letras, em conjunto às imprensas locais, foram equipadas para atender aos interesses das elites mato-grossenses nos campos, intelectual, cultural, político e econômico. Em 1977, durante o ápice das tensões sobre a fragmentação territorial, as categorias *nortistas* e *sulinas* não representavam identidades fixas ou pré-estabelecidas, mas ambições de criar modelos declaradamente traçados.

Estas aspirações eram elaboradas naquelas entidades e difundidas para o público externo. Tais anseios eram compartilhados entre diferentes esferas sociais, sendo o setor econômico o mais eficaz para romper ou criar fronteiras e viabilizar a circulação ideológica, emocional e política de grupos e pessoas específicas, independentemente do território.

Havia uma determinação desses agentes em relação aos meios para escoamento e comercialização de seus produtos agrícolas e pecuários. Em face disto, organizavam suas articulações em blocos políticos regionalizados. Estes funcionariam estrategicamente para orientar os processos administrativos e burocráticos, e servirem de canal para os recursos públicos estaduais e federais a serem direcionados para atender às suas demandas locais. Isso porque as atividades rurais geravam suas principais riquezas, que se expandiam para outros setores, sem limitações territoriais, incluindo o político que as estimulava ciclicamente. O destaque, à região elaborada sob

aquela contingência, era dado na esfera jornalística. Em determinada ocasião vigoravam o Leste, Oeste ou Sudoeste de Mato Grosso, e não apenas *Norte e Sul*.

As duas últimas estavam especialmente atreladas à metáfora da *divisão* de Mato Grosso, em 1977, e eram usadas politicamente, junto à cúpula do governo federal, para servirem de destinos aos financiamentos públicos. Os jornais, nestes casos, serviam como holofotes para tais requerimentos. Elaboravam-se argumentações e justificativas visando à saída de tais localidades do espectro da *periferia* e o alcance ao *status* de *centros modernos* e *desenvolvidos* a beneficiarem, sobretudo, a camada mais abastada da sociedade. Consequentemente, a contrariedade ou a defesa do desmembramento era apenas uma das formas de se reafirmar antigas solicitações à cúpula presidencial, até então não atendidas.

Por outro lado, as propostas de redivisão no Brasil, amparadas no mandato de Geisel, se davam em virtude da necessidade política de regionalização do controle e concentração de recursos para a expansão do poder, frente à múltipla diversidade. Pleiteavam-se limites territoriais frequentemente mais esquadrihados e definidos, cada qual com seu aparato governamental, de modo a servirem à dominação por meio do direcionamento do dinheiro público, ao qual apenas alguns privilegiados teriam acesso.

Nessa conjuntura os binarismos hierárquicos foram fartamente utilizados. Em um ímpeto capitalista colocava-se também natureza e tecnologia em oposição. A primeira deveria ser controlada e superada por meio da pavimentação e da agropecuária. Já a segunda, composta por instrumentos diversos, possibilitaria a modernização para atingir tal fim. Nesse sentido, os regionalismos serviam como amalgama justificadora de aproximações e distanciamentos entre os sujeitos.

Isso ocorreu tanto nas aglutinações menores (como na criação de uma associação que daria contornos ao Sudeste mato grossense), quanto nas separações (a exemplo da secção do estado ou dos municípios e distritos emancipados). Não havia, porém, homogeneidade em nenhum desses recortes, ao contrário, sobressaía-se as multi-pluri-diversidades geográficas, étnicas e culturais.

Entretanto, na tentativa de silenciamento destas, usava-se de comparações com outros países *desenvolvidos* e associava-se o advento do progresso ao acesso a recursos públicos. Assim, eram apresentadas demandas locais relacionadas ao trânsito e aos deslocamentos, invocavam-se os termos do governo ditatorial tangentes à modernização, integração e desenvolvimentismo e apresentavam-se elementos culturais e tradicionais para mencionar a população como um todo.

Apesar das dualidades serem uma constante na gramática jornalística e política, houve as triangulações trazidas quando outros moduladores entravam em jogo. O caso de se aventar a criação do Estado do Pantanal, com capital em Corumbá, posicionado-a a Oeste, foi exemplar. Sugeria-se autonomia e diferenciação aos signos *sulistas* e *nortistas*. Isso ocorreu, similarmente, em Dourados onde alguns sujeitos protagonizaram embates conexos, no que dizia respeito à divisão, com a pretensão de emplacar o município como capital ao invés de Campo Grande. Essa expectativa basearia as muitas divergências entre aqueles que se intitulavam *sulistas* e conflitavam naquele momento, cada um defendendo suas respectivas localidades de atuação.

Em tal circunstância as relações se mostraram voláteis e ambivalentes de aproximação e diferenciação ao *Norte*, sobressaindo-se a heterogeneidade. Naquela desavença os douradenses postularam por uma preservação das tipificações reconhecidas como tradicionalmente mato-grossenses e refutavam qualquer identificação com os campo-grandenses. Consequentemente, a condensação de múltiplas vivências em apenas dois polos distintos se rendeu em face de um novo componente triádico que foi a nomeação oficiosa da entidade federativa, a ser criada, como Estado de Campo Grande.

Por outro lado, quando políticos goianos postularam pela reformulação de seus limites territoriais reivindicando a absorção de terras mato-grossenses, as disputas internas foram amenizadas. Para contestar os goianos, foi formulada uma retórica homogeneizadora na qual *Norte* e *Sul* mato-grossenses foram unificados. Sem distinções, propugnava-se pela aliança de *todos* os habitantes do Estado em defesa de sua área.

Observou-se que as performances identitárias daqueles sujeitos eram flexíveis, pois, eles se deslocavam e migravam com frequência internamente. Seus negócios, propriedades e atividades intelectuais e/ou políticas não obedeciam a fronteiras, de nenhuma ordem. As relações de parentesco, de solidariedade e de capital simbólico e econômico não se desintegravam ou isolavam como afirmavam os militares e aqueles que compartilhavam das mesmas premissas, em razão de distâncias quilométricas. Desse modo, compreendeu-se a complexidade das homologias e competições políticas aos extrapolarem os locais de nascimentos, de atuações ou de residências.

Todavia, manter o poder dominante era primordial. Portanto, se pretendeu estabelecer fronteiras cada vez menores, como maneira de condensar os aparelhos estatais, bem como, os recursos públicos. Nas digladias e nas discussões acerca da

formação de novos entes, usava-se dos regionalismos como *armas* simbólicas. Assim, seriam delineados o pertencimento, conhecimento, autoridade e legitimidade frente ao que era pleiteado.

Dar bordas ao cenário, definindo-o simplificaradamente e superficialmente, de preferência em termos dicotômicos, foi primordial para justificar as secções. Por conseguinte, era sugerida uma coesão forjada, para uns em detrimento de outros, sob as égides históricas, sentimentais, geográficas e econômicas. Nesse intento, os jornais e demais recintos comerciais e de letramento cultural se tornaram excelentes instrumentos.

Quando da defesa para a implantação de Mato Grosso do Sul, em 1977, verificou-se o anseio de alguns proprietários de grandes extensões de terras em angariarem maior domínio político e legislativo. Tal propósito coadunava-se, convenientemente, à modernização conservadora do campo; uma estratégia adicionada pelas forças armadas quanto à ocupação da fronteira. A finalidade era de promover a produção agropecuária para servir à exportação. Isto, porém, trazia consequências danosas aos trabalhadores rurais mais pobres.

Apesar de gerar lucratividade para os latifundiários, a contrapartida para se atingir tal estágio demandava um custo muito alto, fazendo com que os grandes produtores não cessassem de solicitar auxílios governamentais e os pequenos sucumbissem. As promessas da expansão capitalista faziam com que até os não ruralistas (mas vinculados a estes) reivindicassem as possíveis vantagens a serem conquistadas (devido ao progresso e ao desenvolvimento serem prenunciados também às urbes). Portanto, as discursividades separatistas foram analisadas conjuntamente às questões fundiárias.

Houve, sobretudo, durante a ditadura civil-militar a fusão entre União e forças armadas, na qual as premissas de vigilância e ordenamento territorial foram agenciadas dentro de diretrizes militares. A segurança de caráter centralizador e autoritário foi fundamentada na razão instrumental do Estado e na exclusividade deste em tomar decisões sobre tais políticas, favorecendo imensamente às elites.

Esse cenário propiciou os desejos e quereres de alguns sujeitos a postularem pela separação de Mato Grosso, sob os auspícios de sentirem-se como vindouros *proprietários* de uma unidade federativa. Essas eram as iniciativas de pessoas cuja educação foi atravessada pela ordem social escravocrata, em um mundo político de constantes perseguições aos adversários e com quase nenhuma participação popular.

Por esses motivos, não foram encontradas, na gramática separatista midiática, preocupações de se sugerir qualquer prejuízo aos habitantes menos favorecidos, caso o desmembramento se realizasse. Pois a disputa territorial e simbólica se daria nas esferas econômica, política e jornalística, conformada aos anseios supremacistas e dentro da tônica militar. Tal semântica contou com investimentos para sua circulação, contudo, não se constituiu potencialmente hegemônica em decorrência de não ter tratado das necessidades mais latentes do cotidiano de grande parte dos moradores apesar dos sentimentos e afetos mobilizados.

Foram observadas ainda, as bases no parentesco da política partidária, desde a formação das oligarquias, embora as ultrapassassem, carregava-se os traços que se traduziam como uma extensão do familiar envolvendo compadrios, lealdades e compromissos. Além disso, a articulação entre o poder político e econômico foi respaldada pelos mecanismos institucionais e jurídicos do Estado. Tal processo viabilizou a conversão das *terras devolutas* em propriedades particulares, consolidando, por um lado, uma estrutura fundiária vigente e, por outro, estabelecendo as bases para a territorialização da capital em Mato Grosso.

E nesse processo destacaram-se José Fragelli, Fernando Corrêa da Costa, os proprietários da Casa Bancária Financeira Imobiliária S/A, a Imobiliária Ipiranga, Construções Comércio Camargo Corrêa S.A., Empresa Colonizadora Rio Ferro LTDA, Sociedade de Agricultura e Colonização Araraquara Mato Grosso, Sociedade de Melhoramentos Irmãos Brunini (companhias particulares, ditas de colonização); dentre os quais estavam acionistas do CE e OEMT.

Os eventos ocorridos entre as décadas de 1950 e 1970 evidenciam que as discussões sobre divisões e redivisões territoriais, levantadas em 1977, derivaram de um contínuo e histórico interesse das elites em estabelecer um modelo de territorialidade capitalista que as favorecia, em prejuízo de outros grupos. Figuras como Fragelli, Brunini e os Coelhos, integrantes das redes de sociabilidade da época, há muito tempo promoviam a capitalização das terras com o objetivo de apropriar-se delas ou comercializá-las.

Para tal, recorreram a variados mecanismos vinculados ao Estado, ao judiciário e ao setor empresarial. Além disso, os jornais sob seus controles foram amplamente utilizados para sustentar, justificar e validar essas iniciativas. Os meios de comunicação desempenharam papel crucial na implementação de uma estratégia que priorizava suas perspectivas em detrimento das demais.

Em 1977, houve uma convergência entre a aspiração de domínio territorial e os planos governamentais do presidente Ernesto Geisel, cada qual com objetivos próprios, porém compatíveis. Esse alinhamento promoveu debates sobre emancipações distritais, municipais e especialmente estaduais. Dentre todas as propostas versadas no CE e no OEMT, que refletiram as diversas demandas dos políticos latifundiários, a divisão de Mato Grosso foi a que ganhou maior destaque.

Nos periódicos as discussões se acirraram a partir do momento em que a cúpula presidencial mostrou de maneira mais contundente, no mês de março daquele ano, o interesse de enfim seccionar Mato Grosso. Os trâmites burocráticos para a apreciação e aprovação do projeto foram obedecidos dentro dos arbítrios do governo federal. No regime de exceção da época, os líderes tinham por método tomar decisões importantes sem consultar a sociedade civil ou outras esferas do poder. Essa era uma das características do centralismo e da concentração do poder dos militares.

Apesar disso, os políticos civis, no ano da divisão, fizeram questão de sustentar uma retórica que sugerisse maior protagonismo, buscando minimizar as restrições de suas atuações. Por fim, mesmo que suas gramáticas fossem concretizadas em políticas públicas por outros atores, isso bastava para que reivindicassem a autoridade e legitimidade sobre o tema, como no caso da secção.

Passado, presente e futuro, juntamente com elementos identitários e regionalistas, foram mobilizados na formulação de suas projeções e na construção de suas perspectivas, impondo os princípios da *di-visão*. Assim, montaram suas discursividades conferindo-lhes veracidade, garantindo-se no poder, impondo normas e tirando proveito delas. Nesse sentido, não se admite a versão de que havia um movimento separatista secular em Mato Grosso. Os assuntos relacionados à redivisões territoriais foram tidos como resolvidos e estabilizados na maior parte do tempo, entretanto, em momentos de crise retornavam à pauta. E a depender da conjuntura política eram tratados com maior ou menor ênfase.

Desde 1974, ao assumir o mandato, Geisel incluiu em suas metas intervir nas configurações geográficas de algumas regiões brasileiras. O foco estava na reestruturação da economia brasileira assentada na redistribuição territorial. A Escola Superior de Guerra foi acionada para rever os estudos anteriormente realizados. Criou-se no ano de 1976 uma Comissão Especial para elaborar projetos de lei sobre Redivisão Territorial e Política Demográfica. O escopo era incluir no II Plano Nacional de desenvolvimento (PND 1975-1979) nova disposição territorial e demográfica do

subcontinente Amazônia-Centro-Oeste, com atenção especial à situação de Mato Grosso.

Alguns setores da sociedade foram chamados para fazer levantamentos estatísticos concernentes às suas regiões e apresentá-los ao governo federal. Nesse sentido, os interesses presidenciais sobre desmembramentos e as pesquisas em andamento eram explícitos. Contudo, o manejo de tais informações pela União era tratado em sigilo. Restava, desse modo, aguardar os pronunciamentos e as diretrizes superiores.

Consequentemente, o desmembramento foi determinado exclusivamente pela alta cúpula do governo federal, obedecendo aos ritos do regime autoritário, sem levar em consideração os dados provenientes das comunidades locais. Em 11 de outubro de 1977, o então presidente general Ernesto Geisel assinou uma lei que resultou na secção do Estado de Mato Grosso e na criação de Mato Grosso do Sul. Justificou-se a decisão no desenvolvimento geoestratégico do país, porém, ela foi unilateral, sem a participação da população ou dos políticos civis locais.

Por outro lado, a adesão explícita à tônica dos generais também foi manifestada de forma evidente na imprensa, ganhando maior destaque a partir de 1964 e mantendo essa tendência nos anos seguintes ao golpe. O apoio à implantação do regime autoritário e a construção de boas relações com os militares foram constantemente expressos e alimentados. Em 1977, no CE e OEMT havia alinhamento à ditadura e se utilizava de uma abordagem que, informalmente, buscava educar o público ao selecionar os acontecimentos a serem noticiados, além de definir como seriam organizados e apresentados aos leitores.

Perspectivas supremacistas regionais eram coadunadas aos interesses nacionais e internacionais, com a finalidade de angariar a aprovação do povo. O objetivo disto tinha traços eleitorais, mas não se tratava da questão diretamente e a envolvia em outros temas complexos, como economia, política e cultura, para desta maneira dar uma significância singular aos seus argumentos.

Além disso, após o golpe de 1964, o governo federal buscou expandir uma doutrina ditatorial a todos os aspectos da sociedade, incluindo os esportes, com destaque para o futebol. Este, em especial, se apresenta como um lócus de interação social e um espaço onde emoções dinâmicas e complexas se manifestam. Trata-se de um fenômeno sociocultural que, embora amplificado pela influência da mídia, está profundamente inserido em esferas econômicas, políticas, educacionais e abarca relações de poder,

gênero e camadas sociais diversas. O futebol reúne multidões e mobiliza um vasto campo de significações simbólicas, psíquicas, sociais, culturais e históricas.

Em razão disto, nos periódicos os estádios/gramados foram tratados como espaços populares de expressão de amor e ódio. E a elite utilizou dos afetos ali circulantes, de forma estratégica para fomentar seu poder econômico e seu capital simbólico e político. Acontecimentos futebolísticos foram engendrados à secção de Mato Grosso e perduraram midiaticamente.

Já no que diz respeito aos silenciamentos e ocultamentos jornalísticos propositais, em 1977, verificou-se recaírem sobre a diversidade étnica em Mato Grosso. Em decorrência dos traços escravistas, nas semânticas veiculadas, esse teor discriminatório era endereçado especialmente aos povos originários e quilombolas. As políticas ditatoriais voltadas aos indígenas com propósitos de torná-los *cidadãos brasileiros comuns* também faziam parte daquele método. O escopo era deixá-los sem direitos específicos aos seus modos de ser e existir, cuja intenção era promover, em médio e longo prazo, o que o regime chamou de *emancipação*. Em meio aos embates separatistas as condições de precariedade e escassez às quais várias etnias estariam compelidas, por causa dos ideais fundamentados no dinheiro e no liberalismo, ficaram ao largo das discussões.

No entanto, a modernização enfrenta limites explícitos. Esbarra nas soluções ilusórias oferecidas pela panaceia capitalista. Pelas suas fissuras emergem linguagens outras, inicialmente rejeitadas, trazendo suas expressões, movimentos e vitalidade. Essas manifestações florescem, se expandem e ganham força, ampliando ainda mais as rachaduras no sistema. Por isso, são alvo de ódio, invisibilidade e marginalização, controlados por aqueles que sustentam a necropolítica, o genocídio consequente e a destruição ambiental.

Os anseios de desenvolvimento a qualquer preço, progresso e acumulação de capital, tanto financeiro quanto simbólico, conquistaram adesão e se disseminaram. Contudo, os mesmos defensores da divisão territorial do Estado, que afirmavam agir em benefício da população, priorizavam seus interesses quando esta enfrentava dificuldades. Um exemplo claro disso era o domínio, o controle e o lucro com a terra, enquanto a elite ignorava a situação dos menos abastados impossibilitados de quitar suas dívidas. Muitos pequenos proprietários, ao chegarem às áreas adquiridas das empresas colonizadoras, cujos alguns proprietários foram políticos e sócios dos jornais, constataram a ausência de infraestrutura adequada para a produção agrícola.

Para tornar a terra produtiva são necessários recursos materiais, financeiros e tempo, o que fez com que muitos desistissem do campo, migrando para centros urbanos próximos, como Campo Grande e Cuiabá, em busca de melhores condições. Sem conseguir emprego, muitos acabaram recorrendo à mendicância ou a atos ilegais, ocupando as cidades da maneira que puderam para sobreviver. Paradoxalmente, os políticos, empreendedores e seus familiares, responsáveis por enganá-los nas propagandas, com promessas de terras férteis, além de não oferecerem nenhum tipo de apoio ou subsídio, agiam como organizadores das áreas urbanas e repudiavam a presença desses pobres em seus espaços.

Nesse sentido, os ganhos das elites estavam resguardados há tempos. Já para as pessoas em situação de miserabilidade, propunha-se o ônus coletivo. Os custos por suas existências deveriam ser arcados de preferência com recursos públicos, por meio de ações paliativas que poderiam ser originadas em órgãos municipais, em formato de mero assistencialismo.

Por conseguinte, o desmembramento do Estado e os recursos daí derivados configuravam um cenário de possibilidades para os *dominantes* ampliarem seus meios de influenciar as coletividades e as moldarem de acordo com seus objetivos. Entretanto, crises eclodiam de todos os lados, evidenciando que a economia, por si só, não era capaz de resolvê-las, embora esse fosse o diagnóstico predominante entre os ocupantes das esferas de poder. As enchentes de 1977 ilustraram bem essa realidade.

Naquele contexto, percebeu-se que a preocupação recaía sobre o gado, em detrimento da *população humana* afetada pelas inundações no Pantanal. Tal postura não derivava de uma acuidade que atribuísse aos *extra-humanos* características de seres sencientes, capazes de comunicação própria, ou do reconhecimento deles como *pessoas de direito* em âmbitos éticos, filosóficos ou jurídicos. Em vez disso, o valor atribuído aos bovinos estava ligado à sua função econômica, sendo considerados instrumentos de lucro para alguns latifundiários, que também atuavam na política e ocupavam espaços de decisão pública e privada.

Assim, nem *humanos* ou *extra-humanos* eram valorizados por suas existências em si. Suas vidas, fora da utilidade capitalista, não figuravam entre as prioridades daqueles com poder de intervenção. Por essa lógica, os bois recebiam atenção e investimentos, uma vez que seus lucros beneficiavam os exploradores. Já os primeiros, expostos à vulnerabilidade das enchentes, eram tratados como problemas.

Diante das contradições e insatisfações geradas pelo capitalismo, inclusive entre aqueles que dele se beneficiam, e frente à precariedade que domina grande parte da população, as elites não expunham abertamente seus interesses e objetivos. Havia a subjugação de migrantes, pobres e demais grupos sociais desprovidos de recursos materiais e financeiros, muitas vezes de forma implícita nas retóricas políticas e jornalísticas.

A marginalização, associada ao processo higienista burguês, nem sempre foi explícita nas páginas dos noticiosos. Contudo, em 1977, a valorização excessiva das discursividades elitistas, em detrimento das demais, estava em sintonia com uma ideologia supremacista que permeava os diversos âmbitos da vida coletiva e era amplamente explorada pelos meios de comunicação naquele período.

Apenas as potencialidades alinhadas à lógica do capitalismo eram evidenciadas. A narrativa oficial promovia uma percepção otimista, associada a um futuro de progresso e desenvolvimento, onde o desmembramento territorial de Mato Grosso surgia como a principal metáfora daquele contexto.

Em contrapartida, a resistência de determinados políticos à divisão pode ser compreendida sob a ótica do receio diante do espectro da escassez. O temor de perder a estabilidade política e econômica era reforçado pela perspectiva de diminuição dos recursos federais e pelas consequências financeiras que a separação territorial poderia acarretar a eles.

Ademais, se a decisão presidencial resultasse em um período de carestia e crise, isso também impactaria os mais privilegiados, que, embora não enfrentassem a falta em seu cotidiano a temiam profundamente. Para as elites, a indisponibilidade de recursos era um problema distante, uma realidade enfrentada por outra parcela da sociedade, mas evitada por eles através de diversas estratégias materiais.

Enquanto, nas áreas urbanas, muitos lidavam diariamente com a precariedade de dormir ao relento, habitar barracos frágeis, enfrentar a fome e o frio ou perder seus poucos pertences para as enchentes, outros direcionavam suas preocupações a questões como a lama que dificultava o tráfego de seus carros, a ausência de infraestrutura para grandes empreendimentos ou o risco de perder eleições e cargos públicos.

A mera possibilidade de situações que colocassem em risco suas percepções de estabilidade financeira gerava apreensões, frequentemente amenizadas pela perspectiva de ganhos monetários, como demonstrados nas reportagens da época. Nesse sentido, quando surgiram notícias de que o governo federal distribuiria e aplicaria recursos de

modo equitativo entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, as objeções à divisão começaram a diminuir na imprensa.

Em 1977, a permanência da colonialidade revelou-se de forma evidente nesse território do Centro-Oeste brasileiro. Esse processo foi especialmente fomentado por sujeitos comprometidos em difundir discursos que reforçavam os pilares da dominação. Nesse cenário, o debate sobre a criação de uma nova unidade federativa e suas consequências emergiu como um dos principais instrumentos dessa aspiração hegemônica.

Era projetado um futuro no qual as identidades regionalizadas estariam formatadas e as elites poderiam continuar excluindo dessas tipificações seus circuitos de afetos e suas redes de sociabilidades. A posição de *inteligência* dos *dominantes* os auxiliava a serem vistos como agentes *educadores informais*, mediando vários setores socioculturais. Nesses grupos estavam inclusos aqueles que transitavam pelos espaços intelectuais, jornalísticos, econômicos e políticos no ano de 1977, especialmente, os proprietários (em algum momento) do CE e do OEMT.

Os atravessamentos e as permeabilidades ocorridas nesses lugares de privilégio eram facilitados pelo dinheiro. Era habitual para a prole das famílias mais favorecidas terem acesso à educação formal. Pessoas oriundas de outras regiões, que residiram no Estado e integraram as elites locais, assim como suas descendências, também usufruíram do benefício de estudar em instituições renomadas, nos grandes centros, às vezes internacionais.

Isso pôde ser verificado na análise dos fragmentos biográficos de Eduardo Olímpio Machado, José Garcia Neto, Nicolau Fragelli, Inácio Fontanillas, Pedro Celestino, Júlio José de Campos, José Pinto, Francisco Alberto Curvo, Laucídio Coelho e Pedro Pedrossian. O marcador intelectual era predominantemente masculino, embora algumas mulheres da elite também tenham tido acesso a ele. Os investimentos nos enlances matrimoniais e nas gerações futuras seguiam os mesmos padrões visando *consagrá-las* para criarem e ocuparem ambientes disitntos, inclusos os veículos de comunicação e, com isso, justificar e ampliar todo capital ascendente.

No início da década de 1970, Universidades locais foram instaladas em Mato Grosso e tornaram o ensino superior acessível a algumas pessoas de outras camadas populacionais. Porém, em 1977, se observou que ainda eram os sujeitos mais abastados, com estudos acadêmicos, a adentrarem e circularem nos espaços destinados ao controle econômico. Pois, a própria categoria intelectual ainda era mínima; havia naquele período altos índices de analfabetismo.

Para os não tão afortunados, o ingresso no ambiente escolar se dava em estabelecimentos modestos. Ali eram adquiridos conhecimentos que lhes permitiram serem admitidos nos veículos midiáticos, por exemplo, uma vez que ser culto era necessário e suficiente para atuar jornalisticamente. Em tal cenário destacaram-se três sujeitos, Archimedes Pereira Lima, José Barbosa Rodrigues e Pedro Rocha Jucá.

Seus textos eram atravessados pelas semânticas capitalistas, liberais e ditatoriais e estavam condizentes com os princípios dos *dominantes*. As motivações que levavam a isto não estavam restritas ao fato de não usufruírem de uma formação oficial que os orientasse no exercício da profissão. Mas sim, às conjunções dessas pessoas nas redes de sociabilidades que de alguma maneira possibilitaram-lhes lenta ascensão financeira (quando comparadas aos latifundiários) e rápido prestígio social.

Já os que entravam na esfera política partidária provinham do meio econômico ou intelectual (frequentemente de ambos ao mesmo tempo) e mantinham uma ligação estreita com a atuação na imprensa. Esse foi o caso de José Fragelli e Rachid Saldanha Derzi, que atuaram no expediente jornalístico nos primeiros anos de fundação do CE. Com o passar dos anos, saíram dessa esfera de apresentação, todavia continuaram nos bastidores, como ocorreu com Derzi. Este foi sócio e diretor do OEMT, porém, nunca figurou no expediente daquele noticioso. Por situação similar passaram Júlio Müller e João Ponce.

Apesar de com o tempo, o nome dos políticos pararem de aparecer com funções diretas naqueles meios de comunicação, sua influência na vida de seus fiéis apadrinhados ia além da letra impressa. Archimedes, Rodrigues e Jucá usufruíram de honrarias materiais e simbólicas ao serem colocados à frente dos periódicos. Houve aqueles, como Paulo Coelho Machado e José Luiz de Borges Garcia, cujos laços familiares foram imprescindíveis para a construção de seus currículos. Outras pessoas também se beneficiaram ao serem alçadas aos embates elitistas, embora tenham mantido a *sagração pública* por menor período.

Antonio Lopes Lins e Nelly Elias Bacha foram exemplos disto. A intelectualidade, associada aos laços sociais, propiciou o ingresso de indivíduos na política partidária. Contudo, o letramento não estava acompanhado do poder econômico, logo, a reversibilidade do reconhecimento e dos seus produtos foi menos aceita no âmbito eleitoral. Lins foi deputado estadual e ficou restrito a uma única legislatura. Nelly manteve quatro mandatos como vereadora de Campo Grande, mas depois entrou em ostracismo, e na velhice reclamou do abandono por parte de amigos e políticos. Em 2020 a ex-vereadora foi condenada por crime de injúria racial.

Ambos defenderam a divisão territorial de Mato Grosso e participaram da ativação da Liga Sul-Mato-Grossense, ao lado de membros da elite. O primeiro apontava as potencialidades e viabilidades para a criação de mais um Estado. A segunda criava discórdias e fomentava alardes sobre possíveis prejuízos a serem causados pela gestão de Garcia Neto. Isso gerava desconfiças, no entanto, não eram apresentadas propostas ou ações preventivas eficazes. A tônica ficava na esfera de uma espoliação ameaçadora à administração no futuro ente.

Com a implantação de Mato Grosso do Sul, em 1979, observou-se de fato a precariedade do aparelho estatal, mas não em desfavor dos *dominantes* e sim das parcelas mais vulneráveis da população, das quais estavam inclusos os pensionistas. Aqueles ficaram resguardados em razão do acesso a recursos materiais e financeiros. Isso era usado midiaticamente para atribuir-lhes falaciosamente pensares e agires tidos como mais nobres, porque estariam voltados ao coletivo. Entretanto, observou-se pela análise de suas discursividades a existência de um posicionamento contrário àqueles veiculados pelos jornais. Já os últimos tiveram que enfrentar a falhas no atendimento, lentidão na implantação de ações e programas assistenciais, questionável transparência, dificuldade em obter informações públicas, além de conflitos e distorções tanto comunicacionais quanto jurídicas.

Por fim, averiguou-se que política, economia, jornalismo, intelectualidade, cultura, sociabilidades e circuitos de afetos multicomplexos foram condensados e representados pelas publicações do OEMT e do CE. Um dos objetivos disto, em 1977, foi dar contornos à divisão de Mato Grosso. Além disso, com esta pesquisa foi possível desestabilizar as identidades *sulista* e *nortista* evocadas à época, para justificar o desmembramento ou a manutenção da extensão territorial do Estado. Inferiu-se que tais modulações duais, eventualmente evocadas naquele ano, diziam mais a respeito das vontades e interesses de certos agentes em conquistarem legitimidade junto ao povo,

durante a celeuma do divisionismo, do que a um sentimento identitário previamente instaurado.

Verificou-se igualmente que as tipificações recaíam em retóricas cotidianas rasas e eram embasadas em uma semântica estatal construída a partir da linguagem da colonialidade. Isto, porém, não foi suficiente para ofuscar historicidades outras, também observadas naquele contexto. Portanto, este estudo abre possibilidades para a formulação de novas problematizações e questionamentos, ensejando futuras pesquisas. Há muito ainda a ser examinado ao que se refere à política e à imprensa em Mato Grosso, no bojo do desmembramento do Estado e na criação de Mato Grosso do Sul.

O interstício entre a assinatura da lei e instituição da nova entidade federativa merece uma investigação pormenorizada. As questões de gênero, incipientemente abordadas aqui, devem ser aprofundadas. A confecção de um índice onomástico trará maiores detalhes sobre os articulistas. As situações de racismos e discriminações étnicas precisam ser esmiuçadas. Uma averiguação minuciosa, que liste cronologicamente os eventos burocráticos seguidos pelo regime de exceção em relação à secção e as respectivas publicações jornalísticas, pode ser um excelente auxílio aos historiadores. Esses são apenas alguns dos temas a serem explorados dentro deste vasto campo de pesquisa.

REFERÊNCIAS

1917 - NASCE Paulo Coelho Machado, advogado, professor, político e historiador. Disponível em: <https://datasefatoshistoricos.blogspot.com/search/label/1917>. Acesso em: 10 jul. 2023.

A ESPECULAÇÃO com as terras em Mato Grosso. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro/RJ, n. 19128, p. 07, 04 ago. 1955.

A VERGONHOSA negociatas de terra. *O Estado de Mato Grosso*, Cuiabá/MT, n. 2457, p. 06, 12 set. 1954.

AGUIAR, Joaquim Alves de. Introdução. In: AGUIAR, Joaquim Alves de. *Espaços da memória: um estudo sobre Pedro Nava*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 13-26, 1998.

AINDA os dois Mato Grosso. Disponível em: <https://www.midianews.com.br/opiniaio/ainda-os-2-mato-grosso-2/80357>. Acesso em: 15 fev. 2021.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo/Recife: Cortez Massangana, 1999.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-64, jan./jun. 2008.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro. Vozes, 1984.

AMARILHA, Carlos Magno Mieres. *Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2006.

AMEDI, Nathália da Costa. *A invenção da capital eterna: discursos sensíveis sobre a modernização de Cuiabá no período pós-divisão do estado de Mato Grosso (1977-1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

ANDRADE, Danusa Santana. *A cobertura dos jornais Correio do Estado, de Campo Grande, e o Estado de Mato Grosso, de Cuiabá, na criação de Mato Grosso do Sul: uma análise de conteúdo*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

ANKERSMIT, Frank. *A escrita da História: a natureza da representação histórica*. Londrina: EdueL, 2012.

ANTÔNIO LOPES LINS – biografia. Disponível em: <https://portalmatogrosso.com.br/lins-antonio-lobes-5/>. Acesso em: 13 maio 2022.

AQUIDAUANA se despede de Lourdes Fragelli. Disponível em: <https://www.opantaneiro.com.br/noticias/aquidauana-se-despede-de-lourdes-fragelli/126615/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

ARAÚJO, Ana Cristina. História das Mentalidades - opinião. *APH - Associação de Professores de História*. Disponível em: <https://aph.pt/historia-das-mentalidades/>. Acesso em: 02 jun. 2023.

ARAÚJO, Valdinéia Souza de. *Da pecuária ao turismo: transformações no viver pantaneiro, no entorno da Transpantaneira em Poconé – MT*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005.

ARAÚJO, Valterlei Borges de; SUZUKI, Júlio César. Afirmar é negar: Vitor Ramil, um caso fronteiriço na música popular brasileira. In: CAPAVERDE, Tatiana da Silva; RAMOS DA SILVA, Liliam (orgs.). *Deslocamentos culturais e suas formas de representação*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019. p. 112-130.

ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. *Um guardião do udenismo: a trajetória política de José Fragelli (1934-1971)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Geografia, História e Documentação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2022.

ARCHIMEDES: da glória à morte na mesma avenida. Disponível em: <https://oliveira.com.br/archimedes-da-gloria-a-morte-na-mesma-avenida>. Acesso em: 25 nov. 2024.

ARQUITETURA - Prédio na Afonso Pena foi construído para família e guarda memórias de Inah. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/arquitetura-23-08-2011-08/predio-na-afonso-pena-foi-construido-para-familia-e-guarda-memorias-de-inah>. Acesso em: 27 dez. 2021.

ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Elites políticas de Mato Grosso: trajetórias, práticas políticas e mudanças institucionais 1930-1964*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

ATAIDE, Glauber. Hegel e Freud: a Aufhebung hegeliana na denegação (Verneinung) freudiana. *Em curso* - Revista da Graduação em Filosofia da UFSCar, v. 2, 2015. Disponível em: <https://doi.editoracubo.com.br/10.4322/2359-5841.201510252328>. Acesso em: 02 jun. 2023.

AZEVEDO, Natanael Duarte de. *No cinema com a psicanálise: Seven e a perversão*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

BACELLAR, Carlos Eduardo Gadelha. *200 anos de imprensa no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Faculdades Integradas Hélio Alonso, Rio de Janeiro, 2008.

BACHA, Nelly Elias. Câmara Municipal de Campo Grande. Disponível em: <https://camara.ms.gov.br/?s=Nelly+Elias+Bacha>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BANCO FINANCIAL S.A – situação atual. Disponível em: <https://www.informecadastral.com.br/cnpj/banco-financial-sa-03377934000135>. Acesso em: 15 mai. 2023.

BARBOSA, Leonardo Martins. A “transição moderada” e as origens ideológicas da direita democrática na Nova República. *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, v. 41, n. 03, p. 569-588, set./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/tdX8Z978HqMkHxH8RrgSnvw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 jun. 2024.

BARCELOS, Silvânio Paulo de. *Quilombo Mata Cavalô: terra, conflito e os caminhos da identidade negra*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

BARROS FILHO, Clóvis de; *et al.* (orgs.). *Teorias da Comunicação em Jornalismo*. São Paulo: Saraiva, 2010.

BARROS, José D’Assunção. *Imaginário, Mentalidades e Psico-História – uma discussão historiográfica*. Disponível em: <http://www.cei.unir.br/artigo71.html>. Acesso em: 02 jun. 2023.

BARROS, José D’Assunção. *O uso dos conceitos: uma abordagem interdisciplinar*. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

BARROS, José D’Assunção. *Os conceitos: seus usos nas ciências humanas*. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, Réne. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BENITES, Eliel; PEREIRA, Levi Marques. Os conhecimentos dos Guardiões do modo de ser – teko jará, habitantes de patamares de existência tangíveis e intangíveis e a produção dos coletivos Kaiowá e Guarani. *Revista Tellus*, n. 44, p. 195-226, 2021.

BENTO, Cida. *Pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BITTAR, Mariluce. Da promoção à assistência social: Campo Grande na luta pela cidadania. In: CUNHA, Francisco Antônio Maia da (org.). *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz, 1999, p. 237-254.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

BITTAR, Marisa. *Sonho e realidade: vinte e um anos da Divisão de Mato Grosso*. Campo Grande: Multitemas, UCDB. 1999.

BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado*. v. 1: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. Campo Grande: Editora UFMS, 2009.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado*. v. 2: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses. Campo Grande: Editora UFMS, 2009.

BITTAR, Marisa. O inesperado 1977: quarenta anos da criação de Mato Grosso do Sul. *Revista Eletrônica História Em Reflexão*, v. 11, n. 22, p. 225-244, 2017.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JR, Amarílio. Educação e tecnologia tecnocrática na ditadura militar. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a04v2876. Acesso em: 22 jun. 2023.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro; LIMA, Angelita Pereira de. História da imprensa goiana: dos velhos tempos da Colônia à modernidade mercadológica. *Revista UFG*, ano X, n. 5, dossiê 200 anos da imprensa no Brasil, dez. 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/admin/Downloads/admin,+05_09_Dossie9%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/admin/Downloads/admin,+05_09_Dossie9%20(1).pdf). Acesso em: 29 jun. 2023.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A influência do jornalismo. In: BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. p. 99-120.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. Comunicação feita em Noroit (Arras) em janeiro de 1972. *Les Temps Modernes*, 318, jan. 1973. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1464421/mod_resource/content/1/A_Opini%C3%A3o_P%C3%BAblica_N%C3%A3o_Existe_%28Pierre_Bourdieu%29.pdf. Acesso em: 06 mar. 2023.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, Jean; *et al.* (orgs.). *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Jahar Editores, 1968. p. 105-146.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. *Política e Sociedade – Revista de Sociologia Política*, n. 6, p. 15-57, abr. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1930>. Acesso em: 10 out. 2023.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista de Ciência Política*, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan/jul. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/3JY6Zsr9yVZGz8BYr5TfCRG/>. Acesso em: 09 out. 2023.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL - Presidência da República Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-lei nº 756, de 11 de agosto de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0756.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%20756%2C%20DE%2011%20DE%20AGOSTO%20DE%201969.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20a%20valoriza%C3%A7%C3%A3o%20econ%C3%B4mica%20da%20Amaz%C3%B4nia%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias. Acesso em: 06 jan. 2025.

BRASIL - Presidência da República Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm#:~:text=LEI%20No%2010.741%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20Idoso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.&text=Art.,a%2060%20\(sessenta\)%20anos.&text=Art.,-2o%20O](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm#:~:text=LEI%20No%2010.741%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20Idoso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.&text=Art.,a%2060%20(sessenta)%20anos.&text=Art.,-2o%20O). Acesso em: 19 jan. 2025.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Estados Nacionais e povos indígenas: análise da experiência Guarani. *Cadernos do CEOM (UNOESC)*, v. 33, p. 71-90, 2010.

BRITEZ, Adriana Espindola. *A representação da educação secundária em Campo Grande nas fontes da historiografia regional e memorialística (1920-1960)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unispe, 1992.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”, *In*: LOPES LOURO, Guacira (org.). *O corpo educado*. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.

CAMPOS, Isabel Pinto de – biografia. Disponível em: <https://portalmatogrosso.com.br/campos-isabel-pinto-de/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empresas e ditadura, o outro lado - os grupos econômicos perseguidos pelo regime civil-militar brasileiro: o caso das empreiteiras. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 39, n. 79, e23106, jan./abr. 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752023000100006>. Acesso em: 29 jun. 2023.

CAPAVERTÉ, Tatiana da Silva; RAMOS DA SILVA, Liliam (orgs.). *Deslocamentos culturais e suas formas de representação*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

CARDOSO, Ciro Flamarion, Uma nova história política? *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2012. p. 37-54.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2012.

CÁSSIO DE LEITE BARROS - biografia. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/barros-cassio-leite-de>. Acesso em: 26 jun. 2023.

CASTRO, Julio Cesar Lemos de. Aplicações da teoria lacaniana dos discursos na área da Comunicação. *Intercom – RBCC*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 99-113, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/698/69868744007/69868744007.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2023.

CELEBRAÇÃO e reforço na equipe. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://ihgms.org.br/artigos/celebracao-e-reforco-na-equipe-55>. Acesso em: 18 jul. 2023.

CENTENÁRIA, mesa de jacarandá “marca” grito separatista de fazendeiros por MS. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/reportagens-especiais/centenaria-mesa-de-jacaranda-marca-grito-separatista-de-fazendeiros-por-ms>. Acesso em: 10 jul. 2023.

CERTIDÃO - Registro de Imóveis de Campo Grande 2ª Circunscrição - Livro Nº 2 - Registro Geral. Matrículas 46.649, 46.650, 46.651, 46.652 e 46.653. Disponível em: https://www.casadeleiloes.com.br/envios/leiloes_edital3090.pdf. Acesso em: 18 jul. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. O Discurso Político. In: EMEDIATO, Wander; *et al.* (orgs.). *Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 251-268.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1988.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

CHAUÍ, Marilena. O totalitarismo neoliberal. *Anacronismo e irrupción*, v. 10, n. 18, p. 307-328, mayo/oct. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/admin/Downloads/Dialnet-OTotalitarismoNeoliberal-7456781.pdf>. Acesso em: 06 de jun. 2023.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHELLES, Claudinei. *Psicanálise e futebol: o jogo como situação sublimatória e (contra) transferencial no processo formativo*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

CIDA, Bento. *O Pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CIDADES - Morre Zilá Machado, viúva do historiador Paulo Coelho Machado. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/morre-zila-correa-esposa-do-historiador-paulo-coelho-machado>. Acesso em: 10 jul. 2023.

COELHO, Carlos Cardozo. *Ontofagia*: materialismo mágico. Rio de Janeiro: ape'ku, 2020.

COELHO, Fabiano; LEITE, Eudes. Visitar os mortos, compreender a vida. Para que serve a História? In: COELHO, Fabiano; et al. (orgs.). *História: o que é, quanto vale, para que serve?* São Paulo: Letra e Voz, 2021. p. 35-62.

COM 32 anos de mando no futebol, Orione vê com otimismo a Copa em Cuiabá. HNT. Hipernotícias, on-line, 27 out. 2013. Disponível em: <https://www.hnt.com.br/cuiabanalia/com-32-anos-de-mando-no-futebol-orione-ve-com-otimismo-a-copa-em-cuiaba/30185>. Acesso em: 24 jul. 2023.

COMUNIDADE QUILOMBOLA - MATA CAVALO. Disponível em: <https://www.nossasenhoralivramento.mt.gov.br/Nossa-Cidade/Turismo-e-Cultura/11/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

CONTO que me contaram - livro de Maria Lygia Garcia traz registros preciosos da história de MT. Disponível em: <https://www.obomdanoticia.com.br/o-bom-da-vida/livro-de-maria-lygia-garcia-traz-registros-preciosos-da-historia-de-mt/151677#:~:text=%22Maria%20Ly%E2%80%A6>. Acesso em: 24 jul. 2023.

CONTRATO do primeiro hotel de luxo em Campo Grande completa 49 anos de história. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/arquitetura-23-08-2011-08/contrato-do-primeiro-hotel-de-luxo-em-campo-grande-completa-49-anos-de-historia#>. Acesso em: 15 mai. 2023.

CORREA, Lívine de Albuquerque. *Grupo Correio do Estado, de jornal a conglomerado midiático (1954-1980)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018.

COSTA, Fernando Correia da – biografia. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/costa-fernando-correia-da>. Acesso em: 08 dez. 2024.

CRUZ, Sérgio. Datas e fatos históricos – pesquisas do jornalista. Disponível em: datasefatoshistoricos.blogspot.com/search/label/1917. Acesso em: 08 mai. 2023.

CUDISCHEVITCH, Clarice de Oliveira. *Vida de foca*: uma análise do projeto de treinamento do jornal O Estado de S. Paulo. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CUIABÁ 301 anos – Archimedes Pereira Lima. Disponível em: <https://www.boamidia.com.br/4-cuiaba-301-anos-archimedes-pereira-lima/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

CUIABÁ 301 ANOS – Gabriel Müller. Disponível em: <https://www.boamidia.com.br/5-cuiaba-301-anos-gabriel-muller/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

DE CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise*: entre ciência e ficção. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

DE LENINE Póvoas para Lenine Póvoas. Disponível em: <https://www.hnt.com.br/artigos/de-lenine-povoas-para-lenine-povoas/15612>. Acesso em: 16 dez. 2024.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo. Contexto, 2005. p. 111-153.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL – Câmara dos Deputados – Ano XXX, nº 131 – Capital Federal, 24 out. 1975, p. 1. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-geral?termo=Redivis%C3%A3o+Territorial+e+Pol%C3%ADtica+Demogr%C3%A1fica#gsc.tab=0&gsc.q=Redivis%C3%A3o%20Territorial%20e%20Pol%C3%ADtica%20Demogr%C3%A1fica&gsc.page=1>. Acesso em: 08 mai. 2023.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL – Câmara dos Deputados – Ano XXXI, nº 025 – Capital Federal, 7 abr. 1976, p. 57. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-geral?termo=Redivis%C3%A3o+Territorial+e+Pol%C3%ADtica+Demogr%C3%A1fica#gsc.tab=0&gsc.q=Redivis%C3%A3o%20Territorial%20e%20Pol%C3%ADtica%20Demogr%C3%A1fica&gsc.page=1>. Acesso em: 08 mai. 2023.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL – Câmara dos Deputados – Ano XXXI, nº 101 – Capital Federal, 18 set. 1976, p. 04. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-geral?termo=Redivis%C3%A3o+Territorial+e+Pol%C3%ADtica+Demogr%C3%A1fica#gsc.tab=0&gsc.q=Redivis%C3%A3o%20Territorial%20e%20Pol%C3%ADtica%20Demogr%C3%A1fica&gsc.page=1>. Acesso em: 08 mai. 2023.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL – Câmara dos Deputados – Ano XXXII, nº 70 – Capital Federal, 29 jun. 1977, p. 68. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-geral?termo=Redivis%C3%A3o+Territorial+e+Pol%C3%ADtica+Demogr%C3%A1fica#gsc.tab=0&gsc.q=Redivis%C3%A3o%20Territorial%20e%20Pol%C3%ADtica%20Demogr%C3%A1fica&gsc.page=1>. Acesso em: 08 mai. 2023.

DIÁRIO OFICIAL – Governo do Estado de Mato Grosso, p. 03, 25 out. 1977. Disponível em: <file:///C:/Users/admin/Downloads/res-20-1977.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

DOMANSKA, Ewa. Retroactive ancestral constitution, new animism and alter-native modernities. *Storia della storiografia*, v. 65, n. 1, p. 61-75, 2014.

DOSSE, François. *História do estruturalismo: o campo do signo*. v. 1. Trad. Álvaro Cabral. Bauru: Edusc, 2007.

DREIFUSS, René Armand; DULCI, Otávio Soares. As forças armadas e a política. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 132-181. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b4km4/pdf/sorj-9788599662632-05.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2024.

DUNKER, Christian Iago Lenz. Crítica psicanalista do populismo no Brasil: massa, grupo, classe. In: HOFFMANN, Christian; BIRMAN, Joel (orgs.). *Psicanálise e Política: uma nova leitura do populismo*. São Paulo: Instituto Langage/Université Paris Diderot, 2018. p. 203-224.

DUNKER, Christian Iago Lenz; PAULOS, Clarice Pimentel; MILÁN-RAMOS, José Guilherme. *Análise psicanalítica do discurso: perspectivas lacanianas*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. 5ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

EDITORA CUIABÁ LTDA – situação atual. Disponível em: <https://www.informecadastral.com.br/cnpj/editora-cuiaba-ltda-03469780000101>. Acesso em: 11 mai. 2023.

ESCRITOR livramentense relatou parte da biografia de dona Amália Curvo em livro lançado em 2010. Disponível em: <https://www.nossasenhora dolivramento.mt.gov.br/Noticias/Escritor-livramentense-relatou-parte-da-biografia-de-dona-amalia-curvo-em-livro-lancado-em-2010-2204/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

EXPOGRANDE (Exposição agropecuária de Campo Grande). Disponível em: <https://expogrande.com.br/>. Acesso em: 15 mai. 2023.

EX-PREFEITA de Campo Grande é condenada por injúria racial: “preto nasceu para me servir”. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/ex-prefeita-de-campo-grande-e-condenada-por-injuria-racial-preto-nasceu-para-me-servir/>. Acesso em: 28 dez. 2024.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FEITOSA, Beatriz dos Santos de Oliveira. *Entre os “imprescindíveis” e os “redundantes”*: olhares sobre constituição de espaços e mundo do trabalho rural na Região Norte de Mato Grosso do Sul Contemporâneo. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Geografia, História e Documentação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

FELIPE, Sônia T. Antropocentrismo, sencientismo e biocentrismo: perspectivas éticas abolicionistas, bem-estaristas e conservadoras e o estatuto de animais não-humanos. *Revista Páginas de Filosofia*, v. 1, n. 1, jan-jul/2009. Disponível em:

file:///C:/Users/admin/Downloads/S%C3%B4nia%20T.%20Felipe.%20Antropocentrismo,%20sencientismo%20e%20biocentrismo.pdf. Acesso em: 07 fev. 2024.

FERREIRA, João Fernando Pelho. *De (pre)potência olímpica à “invenção” do país do futebol: a política para os esportes do governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NCQ3t3hRjQdmgJvSjLYMLN/>. Acesso em: 07 fev. 2024.

FINANCIAL IMOBILIÁRIA LTDA – situação atual. Disponível em: <https://www.informecadastral.com.br/cnpj/financial-imobiliaria-ltda-03234788000199>. Acesso em: 15 mai. 2023.

FINO, Patrícia; HINTZE, Helio. Jogada de Médici: o uso da loteria esportiva pelo regime militar brasileiro. *Revista Rua*, Campinas, n. 23, v. 2, p. 267-289, nov. 2017.

FRANCO, Stélla Carolina Carvalho. *José Barbosa Rodrigues e a construção da memória e da identidade sul-mato-grossense*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022.

FRANK, Eduardo Klock. *Projeto Rondon - primeira fase (1967-1989): participação UFRGS*. Disponível em: https://www.inf.ufrgs.br/rondon/wp-content/uploads/2020/10/Artigo_Rondon_Primeira_Fase.pdf. Acesso em: 21 jun. 2023.

FREUD, Sigmund. *O ego e o id*. Rio de Janeiro: Imago; 1976.

FREUD, Sigmund. *Sigmund Freud obras completas volume 4 - A interpretação dos sonhos (1900)*, Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, Sigmund. *Totem e tabu: algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e a dos neuróticos*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

FURLANETTO, Vera Lucia. 1977: Divisão do estado de Mato Grosso – a colonialidade não cessa de se inscrever. *Anais do Simpósio Internacional Independências do Brasil, 13 a 16 de maio de 2024*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2024.

FURLANETTO, Vera Lucia. Divisão territorial de Mato Grosso: as representações midiáticas e as disputas políticas. *Anais - Democracia, Negacionismos, Saúde pública e Ensino de história*. VIII Semana de História do Pontal e VII Encontro de Ensino de História. Portal de Eventos da Universidade Federal de Uberlândia, 2022.

FURLANETTO, Vera Lucia. *Mato Grosso do Sul: sua criação pelas representações dos jornais O Progresso e Correio do Estado*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

FURLANETTO, Vera Lucia. Na arena do poder: disputas políticas e identitárias na discursividade midiática de agentes públicos, douradenses e campo-grandenses, na história da criação de Mato Grosso do Sul, em 1977. *Revista Eletrônica História Em Reflexão*, v. 17 (33), p. 270-296, 2023.

FURLANETTO, Vera Lucia. *Os discursos sobre a criação de Mato Grosso do Sul e eventos comemorativos*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

FURLANETTO, Vera Lucia. Pensando a historiografia indígena a partir das perspectivas da etno-história. *VIII Encontro de pesquisas históricas (EPHIS) da PUCRS*, 2021, Porto Alegre. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/ephis/assets/edicoes/2021/arquivos/20.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2024.

FURLANETTO, Vera Lucia. Política e imprensa: a manipulação do “popular” na história da divisão territorial do Estado de Mato Grosso, em 1977. In: OLIVEIRA, Beatriz dos Santos de; SOTANA, Edvaldo Correa (orgs.). *Pesquisa histórica com a imprensa de (no) Mato Grosso: fontes, temas & abordagens*. Curitiba: Appris, 2024. p. 193-214.

FURLANETTO, Vera Lucia; GONCALVES, Dilza Porto. No teatro das comemorações do Sesquicentenário: a educação em Mato Grosso. In: LIMEIRA, Aline de Moraes (org.). *História da educação & projetos de Brasil no processo de independência*. Curitiba: Appris, 2022. p. 109-128.

FURLANETTO, Vera Lucia; MOREIRA, Nathalia Claro. Territories and Territorialities: possible perspectives for thinking the Future of terrestrial life in Brazil. *SEE-U: Sustainable Development Goals, a global scientific conference at UFPR*, 2023. Disponível em: <https://eventos.ufpr.br/seeu/seeu2021/schedConf/presentations>. Acesso em: 08 ago. 2023.

FURLANETTO, Vera Lucia; PALHANO, Hadylse Maria Lourdes. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sob as proposições de Januário da Cunha Barbosa e Rodrigo de Sousa da Silva Pontes. *15º Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFGD*. Dourados, 2021.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GADELHA, Kaciano Barbosa. Notas de um arquivo queer. *Revista Interdisciplinaria de estudos de gênero de El Colegio de México*, v. 7, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/riegcm/v7/2395-9185-riegcm-7-e581.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2024.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá: Ed. UFMT: Ed. Entrelinhas, 2012.

GARCIA NETO – biografia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131443/biografia>. Acesso em: 08 ago. 2023.

- GARCIA NETO, José. *Mato Grosso: Estado Solução*. Cuiabá: Entrelinhas, 2014.
- GIARD, Luce. “Um caminho não traçado” por Luce Giard. In: DE CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*. Trad. Guiherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 7-41.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- GRANATO, Natália Cristina. Elitismo e autoritarismo no discurso militar apologético da Revolta “*Constitucionalista*” de 1932. *SciELO Preprints*, 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6959/13101>. Acesso em: 07 fev. 2024.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1966.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 1, 1988.
- GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil: o caso da Copa de 70*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 1ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 103-133.
- HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 33-118.
- HARAWAY, Donna. *O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.
- HÉLIO MASTINS COELHO – biografia. Disponível em: <http://www.heliocoelho.com.br/>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- HOFFMANN, Christian; BIRMAN, Joel (org.). *Psicanálise e política: uma nova leitura do populismo*. São Paulo: Instituto Langage/Université Paris Diderot, 2018.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HOMEM, Maria. O erro como desvelamento e limite. *Revista Percurso*, 2009. Disponível em: <https://mariahomem.com/o-erro-como-desvelamento-e-limite/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

INSTITUCIONAL - Escola Superior de Guerra - ESG. Disponível em: <https://www.gov.br/esg/pt-br>. Acesso em: 12 jul. 2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – Panará. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/noticias/rodovia-cuiaba-santarem-cortou-territorios-e-quase-dizimou-indios>; <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Panar%C3%A1#:~:text=Os%20Panar%C3%A1%2C%20tamb%C3%A9m%20conhecidos%20como,raz%C3%A3o%20de%20doen%C3%A7as%20e%20massacres>. Acesso em: 12 jul. 2023.

ITALÍVIO COELHO – biografia. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1753>. Acesso em: 15 mai. 2023.

IVINHEMA – história. Disponível em: <https://www.ivinhema.ms.gov.br/portal/servicos/1001/historia/>. Acesso em: 28 dez. 2024.

JACIARA – história do município. Disponível em: <https://www.jaciara.mt.gov.br/historia/>. Acesso em: 28 dez. 2024.

JOANONI NETO, Vitale. Amazônia na década de 1970. A fronteira sob o olhar do migrante. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, ISSN 1679-1061, n. 16, p. 186-206, Jan./Jul. 2014. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/1595/1943>. Acesso em: 03 jun. 2024.

JORNAL ESTADÃO MATO GROSSO, Cuiabá/MT, on-line, 11 mai. 2023. Disponível em: <https://www.estadaomatogrosso.com.br/>. Acesso em: 11 mai. 2023.

JORNAL O ESTADO DE MATO GROSSO – Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098086&pagfis=2>. Acesso em: 06 jul. 2020.

JORNAL O ESTADO DE MATO GROSSO, Cuiabá/MT, on-line, 17 jun. 2019. Disponível em: <<https://oestadodematogrosso.com.br/>>. Acesso em: 28 set. 2020.

JUCÁ, Pedro Rocha. *Exemplo e palavra de jornalista* – em memória do jornalista Archimedes Pereira Lima. Cuiabá: Editora Memórias Cuiabanas, 1995.

JÚLIO JOSÉ DE CAMPOS – biografia. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/parlamento/deputados/405/perfil>. Acesso em: 24 mai. 2023.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas & Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. Lisboa, PT: Edições 70, 2011.

LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. *O seminário, Livro 17: o avesso da psicanálise (1969 - 1970)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LACAN, Jacques. Simbólico, Imaginário e Real. In: LACAN, Jacques. *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 9-53.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 22: RSI*. Inédito.

LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2011.

LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales - CLACSO, 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEAL, Maria Jacinta Pereira. *Servidores estaduais aposentados e pensionistas de Mato Grosso após a criação de Mato Grosso do Sul*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019.

LEMAIRE, Anika. *Jacques Lacan: uma introdução*. Trad. Durval Checcinato. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LEOTTI, Odemar. *Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IHGMT: relações de poder, escrita, política, cientificidade e a invenção do mato-grossense moderno 1895 a 1934*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

LEVATI, Edú Trota. *Os periódicos da Independência e suas geografias políticas: estudo do surgimento do Brasil independente e de sua inserção no contexto mundial (1808-1822)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LIMA, Denise Maria de Oliveira. *Diálogo entre a sociologia e a psicanálise: o indivíduo e o sujeito*. Salvador: EDUFBA, 2012.

LIMA, Venício A. de. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 61, p. 48-57, març./maio 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13317/15135>. Acesso em: 12 jul. 2023.

LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LINS, Antonio Lopes. *Eduardo Olímpio Machado: o homem, o meio, seu tempo*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2010.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, Brasília, Unb, n. 322, 2002.

LUCAS, Luciene; HOFF, Tânia. A face oculta da caridade: linhas de força e de fratura no discurso midiático do bem. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 38, abr. 2009. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/RevistaFAMECOS/2009/no38/5.pdf>. Acesso em: 17 set. 2024.

LÚCIA MARTINS COELHO – filhos. Disponível em: <https://sites.google.com/site/jornalluciamartinscoelho/home/1-semester/matematica>. Acesso em: 14 fev. 2023.

MACEDO, Daniel Almeida de. *Mato Grosso: governo, política e sociedade (1977 – 2010)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MACHADO, Andréia de Arruda. *Mato Grosso do Sul e sua história: em perspectiva o período divisionista (1977-1998)*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA) – Unidade Universitária Amambai, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Amambai, 2020.

MACHADO, Paulo Coelho. Os bastidores da divisão II, *Executivo Plus*, maio 1984, p. 5-7.

MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Fronteiras e state-building periférico o caso da Fundação Brasil Central. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 35, n. 69, p. 895-919, set/dez 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/7LWLCmXynsCHyXG4DQjVW9d/>. Acesso em: 14 dez. 2024.

MANHÃES, Fabíula Paulo de Freitas. *O soldado e a pena: um estudo sobre as repercussões da Guerra da Cisplatina na imprensa fluminense (1825-1828)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023.

MANOEL DA COSTA MANSO – Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/ostf/ministros/verMinistro.asp?periodo=STF&id=239>. 21 ago. 2023.

MANSAN, Jaime Valim. A Escola Superior de Guerra e a formação de intelectuais no campo da educação superior no Brasil (1964-1988). *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 70, p. 826-850, jul.-set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/khk5wDwXFpF9tK8ptjrY4xm/?format=pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

MARIA DE LOURDES RIBEIRO FRAGELLI – obituário. Disponível em: <https://www.diariodecuiaba.com.br/artigo/maria-de-lourdes-ribeiro-fragelli/496061>. Acesso em: 04 dez. 2024.

MARIA LEONOR COELHO – irmãos. Disponível em: <https://ancestors.familysearch.org/en/L5XS-LKK/maria-leonor-coelho-1905-1965>. Acesso em: 12 mai. 2023.

MARIN, Jérri Roberto. D. Francisco de Aquino Corrêa e a construção da identidade mato-grossense. *Horizonte*, Belo Horizonte, n. 50, v. 16, p. 780-811, maio/ago. 2018.

MARIN, Jérri Roberto. A criação da província eclesiástica de Cuiabá em 1910. In: MARIN, Jérri Roberto (org.). *Circunscrições eclesiásticas católicas no Brasil* [recurso eletrônico]: articulações entre igreja, Estado e sociedade. Campo Grande: Ed. UFMS, 2021. p. 33-70.

MARTÍN-BARBERO, Jésus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

MARTINELLI, Delaine Márcia. *A gênese do estado de Mato Grosso do Sul: matizes de uma identidade - análise semiótica do Manifesto/Requerimento da Liga Sul-mato-grossense de 1934 e de textos jornalísticos veiculados em 1977*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.

MARTINO, Duílio D. *Nascimento de uma paixão universal: história do futebol*. São Paulo: COESP, 1997.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.

MASSARANI, Diano Albernaz. Futebol e integração nacional um estudo da construção de representações sobre a nação brasileira durante o governo médici (1969-1974). *Recorde*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 1-27, jan./jun. 2021.

MATO GROSSO DO SUL – criação e instalação – 30 anos. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2008.

MATO GROSSO DO SUL – subsídios para o diagnóstico do estado. EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) vinculada ao Ministério da Agricultura. Coordenadoria Regional II. Campo Grande, dezembro de 1977.

MAUGER, Gérard. Bourdieu et la psychanalyse. *Politiques de communication*, Presses universitaires de Grenoble, n. 8, p. 49-84, 2017. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-politiques-de-communication-2017-1-page-49.htm>. Acesso em: 06 mar. 2023.

MAURO, Victor Ferri. Participação de indígenas Terena na resistência à emancipação da tutela durante a ditadura militar. *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 19, n. 40, p. 73-102, set./dez. 2019. Disponível em: <https://tellusucdb.emnuvens.com.br/tellus/article/view/608>. Acesso em: 14 jul. 2024.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEIRA, Leonice Maria. *Um estudo sobre os reflexos das ações da ditadura militar através do jornal O Estado de Mato Grosso - (1964-1974)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

MEMBROS Parlamentares - 7ª Legislatura (1971 - 1975). Disponível em: al.mt.gov.br/parlamento/membros-parlamentares. Acesso em: 15 mai. 2023.

MENDES, Luís César Castrillon; *Publicar ou arquivar?* A Revista do IHGB e a escrita da História Geral do Brasil (1839-1889). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.

MENDONÇA, Rubens de. Discurso de recepção cadeira 22. *Revista da Academia Mato-Grossense de Letras*, n. especial comemorativo do 60º aniversário da fundação da Entidade, 1982.

MENEZES, Maria Lucia. Parque indígena do Xingu: efeitos do modo de vida urbano e da urbanização no território indígena. *Novos Cadernos NAEA*, v. 11, n. 2, p. 183-196, dez. 2008, ISSN 1516-6481. Disponível em: <file:///C:/Users/admin/Downloads/278-1266-2-PB.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2023.

MICELI, Sérgio. A sociologia faz sentido. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 2008. p. 9-19.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. *Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu/PR, 1(1), p. 12-32, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/admin/Downloads/moliveira,+772-2645-1-CE.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2023.

MORENO, Gislaine. *Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MORO. Nataniel Dal'. *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MORRE Carminda Póvoas Jucá, esposa de Pedro Jucá. Disponível em: <https://www.hnt.com.br/no-de-cachorro/morre-carminha-povoas-juca-esposa-de-pedro-juca/450597>. Acesso em: 16 dez. 2024.

MORRE Maria Aparecida Pedrossian, ex-primeira-dama de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2022/12/23/morre-maria-aparecida-pedrossian-ex-primeira-dama-de-mato-grosso-do-sul.gh.html>. Acesso em: 23 mai. 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, n. 79, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/jZh4sttTXLWN5KJMWXJNQzt/#>. Acesso em: 09 fev. 2024.

MP ELEVA salário mínimo a R\$ 1.320 a partir de maio. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/05/02/mp-eleva-salario-minimo-a-r-1-320-a-partir-de-maio>. Acesso em: 21 ago. 2023.

MURTINHO, Max Nunes. *Análise econômica da divisão de Mato Grosso (1970 – 2000)*. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento Regional) – Faculdade de Economia, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

NANCY, Jean-Luc. *Being singular-plural*. Stanford: Stanford University Press, 2000.

NELLY Bacha relembra trajetória política e história de vida - vídeo. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/politica/nelly-bacha-relembra-trajetoria-politica-e-historia-de-vida/102810/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

NELLY Bacha, ex-prefeita de Campo Grande, chora e lamenta pelo esquecimento. Disponível em: http://web.archive.org/web/20181116001004/http://www.oestadoonline.com.br/noticia/17573/nelly_bacha_exprefeita_de_campo_grande_chora_e_lamenta_pelo_esquecimento.html. Acesso em: 16 jan. 2025.

NOGUEIRA, Ana Claudia Pinheiro Dias. *Dora Ribeiro: esboço de vida e obra*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

NOVA ALVORADA DO SUL completa hoje 26 anos de emancipação. Disponível em: <https://www.topmidianews.com.br/interior/nova-alvorada-do-sul-completa-hoje-26-anos-de-emancipacao/78690/>. Acesso em: 24 mai. 2023.

NOVA gestora - Campo Grande (MS). Disponível em: <https://www.msnoticias.com.br/editorias/politica-mato-grosso-sul/campo-grande-ganha-1a-prefeita-mulher-em-122-anos/136323/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil*. Clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

NUNES, Livia Eveline de Almeida. *O papel das assessorias de imprensa na construção do caderno de cidade do jornal O Povo*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

ÓRFÃ aos 10 anos, Maria foi primeira-dama por 3 vezes e quis ser candidata por independência. Disponível em: https://www.ojacare.com.br/2022/07/07/orfa-aos-10-anos-maria-foi-primeira-dama-por-3-vezes-e-quis-ser-candidata-por-independencia/#google_vignette. Acesso em: 23 mai. 2023.

PACHECO, Iara Alves Cordeiro. *Trabalhador rural*. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/112847/1993_pacheco_iara_trabalhador_rural.pdf?sequence=1. Acesso em: 08 dez. 2024.

PALHARES, Carolina de Castro. *Relações entre imperialismo estadunidense e luta armada na ditadura civil-militar brasileira: o caso da Ação Libertadora Nacional*.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

PEDRO PEDROSSIAN – Pedro Pedrossian Filho. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/73455>. Acesso em: 23 mai. 2023.

PEDRO PEDROSSIAN – personalidades – Acervo. Disponível em: <https://www.memoriadaeletricidade.com.br/acervo/31638/pedro-pedrossian>. Acesso em: 23 mai. 2023.

PEDRO Pedrossian deixou grandes obras como legado para MS. Partido da Mobilização Nacional. Disponível em: <https://pmn.org.br/noticias/engenheiro-civil-pedro-pedrossian-deixou-grandes-obras-como-legado-para-ms/>. Acesso em: 23 mai. 2023.

PEDRO ROCHA JUCÁ – biografia. Disponível em: <https://academiamtdeletras.com.br/pedro-juca/item/140-pedro-rocha-juca>. Acesso em: 08 dez. 2024.

PEDROSO, Claudia Maria Waechter. *Jaciara/MT: do tempo passado da colonização e da usina ao tempo futuro da agricultura moderna e do turismo*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

PENNYCOOK, Alastair. *Critical applied linguistics: a critical introduction*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.

PENNYCOOK, Alastair. *Language as a local practice*. New York, Routledge, 2010.

PENNYCOOK, Alastair. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.). *Por uma linguística aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 67-83.

PEREIRA, João Pedro Ribeiro. *"Um povo sem identidade cultural definida": José Octávio Guizzo e a construção da identidade sul-mato-grossense (1967-1989)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

PEREIRA, Levi Marques. A reserva indígena de Dourados: a atuação do Estado brasileiro e o surgimento de figurações indígenas multiétnicas. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (orgs.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

PEREIRA, Vinícius Vieira. *A produção da relação centro e periferia no pensamento econômico: das teses marxistas do imperialismo capitalista às teorias da dependência*. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

PERIPOLLI, Odimar João. *Expansão do capitalismo na Amazônia norte mato-grossense: a mercantilização da terra e da escola*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 3ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PETRARCA, Fernanda Rios. Construção do Estado, esfera política e profissionalização do jornalismo no Brasil. *Revista de sociologia e política*, v. 18, n. 35, p. 81-94, fev. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/Qvn4snbXkjLFM9rcSTLxtPP/?lang=pt>. Acesso em: 14 dez. 2024.

PIMENTEL, Daniel Cavalcanti. Eram os rábulas de aldeia - sobre a advocacia sem diploma no Brasil (1870-1889). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

PINTO, Adriana Aparecida. *Nas páginas da imprensa: a instrução/educação nos jornais em Mato Grosso (1880 – 1910)*. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.

PINTO, Adriana Aparecida. *Relatório de pesquisa*. Pós-Doutorado em História – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018.

POLDER da Vila Itaim – obras seguem em ritmo acelerado. Disponível em: <http://www.daee.sp.gov.br/site/polder-da-vila-itaim-obras-seguem-em-ritmo-acelerado/#:~:text=O%20p%C3%B4lder%20%C3%A9%20uma%20estrutura,%2C%20reservat%C3%B3rio%2C%20dutos%20e%20bombas>. Acesso em: 17 set. 2024.

POR 100 anos, analfabeto foi proibido de votar no Brasil. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/04/por-100-anos-analfabeto-foi-proibido-de-votar-no-brasil>. Acesso em: 17 set. 2024.

PORTO, Maria Bernadette; TORRES, Sonia. Literaturas migrantes. In: FIGUEIREDO, Eurídice (org.). *Conceitos de Literatura e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUFF; Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. p. 225-260.

PORTO, Patrícia de Cássia Pereira. Narrativas memorialísticas: memória e literatura. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 195-211, 2011.

PORTUGAL, Rodrigo. Avaliação de desenho dos incentivos fiscais federais para o desenvolvimento regional. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. v. 26, E202425, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/n7ZfSgYv9TJrVXXGCfJtNbx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 dez. 2024.

PRÉDIO na Afonso Pena foi construído para família e guarda memórias de Inah. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/arquitetura-23-08-2011-08/predio-na-afonso-pena-foi-construido-para-familia-e-guarda-memorias-de-inah>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PROCESSO n. 73/53 - Contrato de colonização firmado entre o Estado e a Casa Bancária Financeira Imobiliária S/A. Assembleia Legislativa – Estado de Mato Grosso – Cuiabá, 19 dez. 1953. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/processo-n-7353-contrato-de-colonizacao-firmado-entre-o-estado-e-casa-bancaria>. Acesso em: 17 jul. 2023.

PROFISSÃO regulamentada – veja decisão que fixa exigência de diploma para jornalista. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2005-nov-30/veja_decisao_fixa_exigencia_diploma_jornalista/. Acesso em: 15 fev. 2021.

PROJETO de lei nº, de 2013 (do Sr. Wellington Fagundes). Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1119780. Acesso em: 10 jul. 2023.

PRONUNCIAMENTO de Osvaldo Sobrinho em 20/11/2009. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/382256>. Acesso em: 20 jun. 2023.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 19-41, jan/jun 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/6KjwJ5V5XB3NsVwBpvDVRXr/#>. Acesso em: 07 fev. 2024.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1997.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio). *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru, SP: EDUSC; Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004.

REIS NETO, João Augusto dos; GRAMMONT, Maria Jaqueline de. Exu nas escolas: rompendo as fronteiras do currículo colonizado. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 19, n. 3, jul./set 2021, Epub 17-Dez-2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762021000301131. Acesso em: 07 fev. 2024.

RODRIGUEZ, Margarita Victória e SIMÕES, Caroline Hardoim. A história de valorização docente da educação básica em Mato Grosso do Sul (1979-1996). *Fineduca – Revista de Financiamento da Educação*, Porto Alegre, v. 1, n. 10, 2011.

ROUANET, Sergio Paulo. *Imaginário e dominação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

ROUDINESCO, Elisabeth. *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SANTOS, Antonio Bispo. Somos da terra. *Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, ago. 2018. Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/somos-da-terra/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SANTOS, Everton Rodrigo. Ideologia e dominação no Brasil (1974- 1989): um estudo sobre a Escola Superior de Guerra. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 153-185, jan./abr 2007. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/3f8c/9f1652d1f1f3251dedf92421a62e086d18e7.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SANTOS, Luana Souza; TAFNER JUNIOR, Armando Wilson. Comunicação social como ferramenta política do agronegócio. In: OLIVEIRA, Beatriz dos Santos de; SOTANA, Edvaldo Correa (orgs.). *Pesquisa histórica com a imprensa de (no) Mato Grosso: fontes, temas & abordagens*. Curitiba: Appris, 2024. p. 269-294.

SANTOS, Roberto de Souza. Ideologia desenvolvimentista e o discurso regionalista no Tocantins. *Revista Produção Acadêmica - Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/ NURBA*, v. 8, n. 1, p. 80-93, 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/admin/Downloads/IDEOLOGIA+DESENVOLVIMENTISTA+E+O+DISCURSO+REGIONALISTA+NO+TOCANTINS.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2024.

SCHATZ, Patrícia Volk; ESPÍNDOLA, Carlos José. Jogos e estratégias: o campeonato brasileiro de futebol na década de 1970 e a política de integração nacional. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 302-324, 2016.

SCHWENGBER, Isabela de Fátima. *Representações do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul (1995 a 2000)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2005.

SEABRA COELHO, George Leonardo. Cotidiano, imprensa e política: a construção simbólica da cidade de Goiânia por intermédio do jornal O Popular. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 23, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202143>. Acesso em: 29 jun. 2023.

SEO FIOTE: 102 anos de uma história política – biografia. Disponível em: <https://www.olhardireto.com.br/artigos/exibir.asp?id=10366&artigo=seo-fiote-102-anos-de-uma-historia-politica>. Acesso em: 17 jul. 2023.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, n. 20, maio/jun/jul/ago 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mSxXfdBBqqhYyw4mmn5m8pw/#>. Acesso em: 09 fev. 2024.

SILVA, Augusto César Acioly Paz. A maçonaria, intelectuais e pensamento político nas décadas iniciais do século XX. *REHMLAC+*, ISSN 2215-6097, v. 14, n. 1, ene./jun. 2022. Disponível em: https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1659-42232022000100060. Acesso em: 17 dez. 2024.

SILVA, Ivanilson Bezerra da; BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. Elite maçônica e as escolas da Loja Sete de Setembro na revista A Maçonaria no Estado de São Paulo (1912- 1932). *Rev. Bras. Hist. Educ.* 18, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/kYmjBZMh5Cnh3JXn6rjXxZS/>. Acesso em: 17 dez. 2024.

SILVA, José Francisco Graziano da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVA, Jovam Vilela da. *A divisão do Estado de Mato Grosso: (uma visão histórica – 1892 – 1977)*. Cuiabá: EdUFMT, 1996.

SILVA, Marcio Antônio Both. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, n. 70, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 73-102.

SIMEONE, Amanda Pereira; SCALOPPE, Marluce de Oliveira Machado. Jucá, um contador de histórias reais. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste – Campo Grande – MS, 2015*. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2015/resumos/R46-0400-1.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2024.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Réne (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231-269.

SOBRE a ADESG - Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Disponível em: <https://adesg.org.br/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SOLE, Maria Cristina Petrucci. *O sujeito surdo e a psicanálise: uma outra via de escuta*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

SOTANA, Edvaldo Correa. *A paz sob suspeita – Representações jornalísticas sobre a manutenção da paz mundial, 1945 – 1953*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010.

SOUZA JR, Paulo Sergio de. A língua do outro e a nossa: política, tradução e psicanálise. *Estudos Avançados*, 35(103), p. 53-62, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/192353>. Acesso em: 08 mar. 2023.

SOUZA, Claudio Freire. Da organização da educação pública em Mato Grosso do Sul nos governos nomeados 1979 a 1983. MARIN, Jérri Roberto; ALVES, Claudio Vasconcelos (orgs.). *História, Região e Identidades*. Campo Grande, Editora UFMS, 2003.

SOUZA, João Carlos de . *Sertão cosmopolita: a modernidade de Corumbá (1872-1918)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

STEINMETZ, George. Bourdieu’s disavowal of Lacan: psychoanalytic theory and the concepts of “habitus” and “symbolic capital”. *Constellations*, v. 13, n.4, 2006. Disponível em: <http://www->

personal.umich.edu/~geostein/docs/Steinmetz%20Bourdieu%20and%20Lacan%20Constellations%202006.pdf. Acesso em: 06 mar. 2023.

TOREZAN, Zeila C. Facci; AGUIAR, Fernando. O sujeito da Psicanálise: particularidades na contemporaneidade. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. XI, n. 2, p. 525-554, jun/2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v11n2/04.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2023.

VALFRIDO Silva lança livro na Capital. Disponível em: <https://www.douradosagora.com.br/noticias/entretenimento/valfrido-silva-lanca-livro-na-capital>. Acesso em: 15 fev. 2021.

VALLE, Pedro. *A divisão de Mato Grosso*. Brasília: Royal Corte, 1996.

VIANA, Dalila Sena; COSTA, Maria do Socorro Moura. A cultura do patriarcado no Brasil: da violência doméstica ao feminicídio. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 10. n. 05, maio 2024. Disponível em: [file:///C:/Users/admin/Downloads/\[199\]-A+CULTURA+DO+PATRIARCADO+NO+BRASIL-+DA+VIOL%C3%80NCIA+DOM%C3%89STICA+AO+FEMINIC%C3%8DDIO.pdf](file:///C:/Users/admin/Downloads/[199]-A+CULTURA+DO+PATRIARCADO+NO+BRASIL-+DA+VIOL%C3%80NCIA+DOM%C3%89STICA+AO+FEMINIC%C3%8DDIO.pdf). Acesso em: 04 dez. 2024.

VICENTINA e sua história. Disponível em: <http://www.vicentina.ms.gov.br/vicentina/historia/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

VIEIRA, Thaís Leão. O Edifício Teatral e os sentidos do *Art Déco* como discurso de progresso no Estado Novo em Mato Grosso. *XXVII Simpósio Nacional de História – conhecimento histórico e diálogo social*. Natal – RN, 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364957367_ARQUIVO_AnaisANPUHThaisLeaoVieira.pdf. Acesso em: 03 jun. 2024.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 3. p. 195-216.

WEINGARTNER, Alisolete Antônia dos Santos. Eduardo Olímpio Machado. In: MENECOZI, Arnaldo Rodrigues (org.). *Campo Grande: personalidades históricas – Volume I*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2012. p. 125-132.

XAVIER, Cristiane Fernanda. História e historiografia da educação de jovens e adultos no Brasil - inteligibilidades, apagamentos, necessidades, possibilidades. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 19, p. 2-24, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/mZx7pP7TQFrm7vf63TJgkmr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 jun. 2024.

ZANINI, Marco Tulio Fundão; MIGUELES; Carmen Pires. Confiança em contratos relacionais: um estudo teórico. *Cadernos EBAPE.BR*. Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, 17 (1), mar. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cebape/a/K69YKnymXvXCMwnNHPvtMkh/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ZORZATO, Osvaldo. Alicerces da identidade mato-grossense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, ano 161, p. 419-436, jul/set, 2000.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904 – 1983)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

FONTES PRINCIPAIS

JORNAL O PROGRESSO, Dourados. Índice Acumulado: 11 jan. 1977 - 30 dez. 1977.

JORNAL CORREIO DO ESTADO, Campo Grande. Índice Acumulado: 13 jan. 1977 - 30 dez. 1977.

JORNAL O ESTADO DE MATO GROSSO, Cuiabá. Índice Acumulado: 11 jan. 1977 - 30 dez. 1977.

Contrato Social da empresa *Banco Financial S.A.* CNPJ – 03377934/0001-35 e demais aditivos - Junta Comercial de Mato Grosso do Sul. Acesso em: 06 mar. 2023.

Contrato Social da *Empresa Correio do Estado Limitada*. ICGMF (CNPJ) – 03232071/0001-08 e demais aditivos - Junta Comercial de Mato Grosso do Sul. Acesso em: 23 jan. 2023

Contrato Social da empresa *Editora Cuiabá LTDA*. CGC (CNPJ) – 03.469.780-0001 e demais aditivos - Junta Comercial de Mato Grosso. Acesso em: 23 jan. 2023.

Contrato Social da empresa *Financial Imobiliária LTDA*. CNPJ – 03234788/0001-99 e demais aditivos - Junta Comercial de Mato Grosso do Sul. Acesso em: 06 mar. 2023.

Contrato Social da empresa *Radio Jornal – Empresa Radiojornalística LTDA*. CQC-MF (CNPJ) – 03119724/0001-47 e demais aditivos - Junta Comercial de Mato Grosso do Sul. Acesso em: 23 jan. 2023.

APÊNDICE I

A tabela abaixo contém os quinhões relacionados à Família Coelho na CIMOBRÁS, em 02 de setembro de 1963.

Nome	Ações	Valor (em cruzeiros)
FRIMA	345.000	20.700.000,00
Laucídio Coelho	81.035	4.862.100,00
Italívio Coelho	4.842	590.520,00
Ruben Figueiró	732	43.920,00
Magno Martins Coelho	3.872	232.320,00
Lúdio Martins Coelho	3.520	211.200,00
Edmar Pinto Costa	10.420	625.200,00
Maria Leonor Coelho Barbosa	2.189	131.340,00
Hélio Martins Coelho	2.638	158.280,00
Wilson Coelho	2.100	126.000,00
Adelaide Martins Coelho	2.210	136.600,00
Eudeter Martins Coelho	2.194	131.640,00
Durval Coelho Barbosa	250	15.000,00
Lúcia Martins Coelho	3.063	183.780,00
Rachid Saldanha Derzi	2.740	164.400,00

APÊNDICE II

A tabela abaixo mostra os nomes das pessoas da Família Coelho e seus respectivos aportes para o aumento do capital financeiro da CIMOBRAS, em 30 de janeiro de 1969. Nos dados consta o parentesco entre elas, a quantidade de ações que cada uma possuía e o valor correspondente.

Parentesco	Nome	Ações	Valor (em cruzeiros novos)
Irmão	Hélio Martins Coelho	4.838	174,17
Esposa	Cynthia Folley Coelho	367	12,85
Filho	Eduardo Folley Coelho	20	0,70
Filho	Cristina Folley Coelho	20	0,70
Filho	Neneth Folley Coelho	20	0,70
Filho	Roberto Coelho Foley	20	0,70
Irmão	Lúdio Martins Coelho	27.565	992,34
Esposa	Nilda de Almeida Coelho	12.223	440,03
Filho	Lúdio Martins Coelho Filho	1.734	62,42
Irmão	Magno Martins Coelho	38.884	1.399,82
Esposa	Jurema Peron Coelho	8.336	300,10
Filho	Magno Martins Coelho Filho	1.664	59,90
Filho	Lúcia Helena Peron Coelho	1.664	59,90
Filho	Elizabeth Perón Coelho	1.664	59,90
Filho	Isabel Perón Coelho	1.664	59,90
Filho	Emory Perón Coelho	1.664	59,90
Filho	Maria Beatriz Perón Coelho	1.664	59,90
Filho	Eugênio César Peron Coelho	1.674	60,26

Parentesco	Nome	Ações	Valor (em cruzeiros novos)
Filho	Renato Peron Coelho	3.334	120,02
Irmão	Italívio Coelho	112.055	4.033,98
Esposa	Maria da Glória Lessa Coelho	16.665	599,94
Filho	Laucídio Coelho Neto	13.471	484,96
Filho	Hamilton Lessa Coelho	13.471	484,96
Filho	Aluízio Lessa Coelho	13.471	484,96
Irmã	Edvirges Coelho Derzi	812	29,23
Esposo	Rachid Saldanha Derzi	15.808	195,55
Patriarca	Laucídio Coelho	797.390	28.706,04

ANEXO I

Seriema

Oh! Seriema de Mato Grosso
Teu canto triste me faz lembrar
Daqueles tempos que eu viajava
Tenho saudades do teu cantar

Maracaju, Ponta-Porã
Quero voltar oh! Meu Tupã
Rever os campos que eu conheci
E a seriema eu quero ouvir

(<https://www.vagalume.com.br/irmas-castro/seriema.html>)

CORREIO DO ESTADO

ANO XXIV CAMPO GRANDE. MT - (QUARTA FEIRA) - 6 DE ABRIL DE 1977-N. 7225.

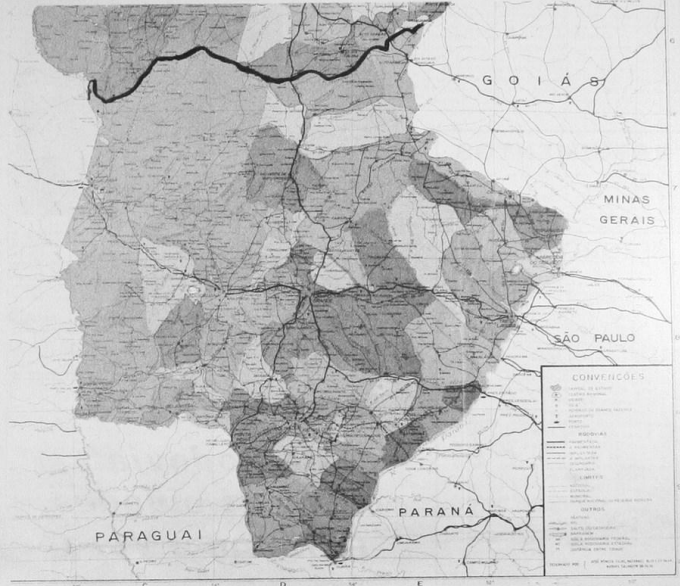
SOJA: RECORDE

Foz de Iguaçu - As cotações da soja no mercado internacional batem ontem novo recorde, alcançando 358/357 dólares a tonelada. Este valor ultrapassa até os obtidos em 1.974, só sendo inferiores às cotações de 1.973. Estes valores podem representar até Cr\$ 210,00 o saco, a nível da lavoura, mas os saqueadores gaúchos continuam retendo o produto, a espera de preços ainda melhores.

Garcia: divisão, só em estudos



Garcia ontem falou com Geisel e depois disse que a divisão está apenas sendo estudada. Página 9.



A linha escura é a "linha inteligente" sugerida pelos divisionistas, que acreditam que esta será a forma do Mato Grosso do Sul. Página 3.

SAFRA DE SOJA EM DOURADOS DEVERÁ ATINGIR 600 MIL TONELADAS

página 5



Quase uma semana depois da tromba d'água, Prefeitura começa a recuperar estragos. Página 2.



Fauna pantaneira, inclusive onças pardas e pintadas, serão estudadas para que se encontre a melhor forma de preservação. Página 7.

AS ORIGENS DOS MOVIMENTOS DIVISIONISTAS

Para o historiador Demosthenes Martins, membro da Academia de Letras e História de Campo Grande e da Academia de Letras de Mato Grosso, os primeiros movimentos pela divisão do Estado não deram de ter uma influência muito grande do caudilhismo do Rio Grande do Sul, uma vez que muitos gaúchos derrotados em suas revoluções regionais acabaram imigrando para o Sul de Mato Grosso e aí continuaram tentando resolver problemas políticos a maneira das pampas.

Com um considerável conhecimento de causa (heu entrei em tudo que foi bagunça desse País desde 1912 quando — com 18 anos — aprendi a dar tiros de carabina em Belém do Pará, na Revolução que depois a oligarquia dos Lemos, até 1964. Mas isso é uma outra história...), o pernambucano Demosthenes Martins conta que era fácil conseguir um "exército" para essas revoluções:

"Era só chegar na fazenda de um amigo para conseguir cavalo e carne para alimentar os peões que viviam sol-

dados, sem nem querer saber porquê iam lutar. Dez peões de uma fazenda, vinte de outra e formava-se um "exército" em uma semana. E ninguém fugia do tiroelito.

Motivos para os movimentos separatistas — com ou sem armas — também não faltavam: havia sempre a rivalidade de duas regiões que tiveram formação econômica, social e cultural muito diferentes.

O Norte do Estado, liderado por Cuiabá, a Capital — estava baseado em uma economia extrativista, que co-

meçou com os garimpos de ouro e diamantes e continuou com a exploração da borracha, que tinha um valor extraordinariamente alto no começo do século. O Norte era mais rico que Cuiabá, a maior cidade do Estado (no período áureo do garimpo ela chegou a ser maior que São Paulo. Pelo censo de 1872, tinha 35.987 habitantes, contra 31.395 da Capital paulista).

O Sul vivia basicamente da pecuária e de uma agricultura de subs-

sistência. A liderança da região era compartilhada pelos municípios de Nioaque (de onde se desmembrou Campo Grande), Miranda e Bela Vista. Os sulistas eram muito pobres, pois — como lembra Demosthenes Martins — o gado servia quase que só para a produção de couro: "a carne era para ser consumida nas fazendas ou jogada fora, pois não havia como exportar, nem mesmo salgada, porque os preços não compensavam os custos de frete. Só o couro tinha condições de ser exportado, até mesmo para a Europa".

Detentores do poder público e econômico, os norteistas pouco se preocupavam com a sorte dos habitantes do Sul, que — entretanto — tinham que pagar seus impostos ao governo de Cuiabá.

Entre o Norte e o Sul, indiferente às rivalidades políticas — como permaneceu até hoje —, estava Corumbá. Construída na margem direita do Rio Paraguai, a cidade era o principal porto e entreposto comercial de

Mato Grosso.

Até Corumbá chegavam os grandes "vapores fluviais" que subiam os rios Paraná e Paraguai — a partir de Montevideo ou Buenos Aires — trazendo mercadorias importadas da Europa e Estados Unidos que eram consumidas por toda a região.

Demosthenes Martins lembra que até o leite era importado e que muitas vezes viúvas freqüentes pediram "leite de leite" nos empórios. Por Corumbá também era escoada a produção do Estado. Basicamente, borraça e castanha-do-Norte e couros — do Sul de Corumbá, para quem se todo Mato Grosso, as mercadorias chegavam e saíam em barcos menores que as distribuíam pelos afluentes do Paraguai, para atingir as cidades de Aquidauana, Miranda, Coxim, Rondonópolis, Foz de Esperança, Cáceres e Cuiabá. Em 1912, 264 dessas pequenas embarcações estavam registradas na capitania de Corumbá.

Detentora de todas as redes do comércio, Corumbá chegou a ser a cidade mais rica do Estado — como

ainda hoje atestam os majestosos sobrados e palacetes e jardins construídos bem ao longo da "trilha do couro". Entretanto, nunca disputou — talvez até pela maioria de bons comerciantes — o poder político com Cuiabá.

A revolução do trem

A situação social, econômica e política do Estado parecia estar solidamente firmada, indiferente às revoluções caudillescas e movimentos separatistas, quando em 1914 chegaram ao Sul do Mato Grosso os trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

As estruturas centenas, que os caudilhos não chegaram a fazer tremar, começaram a balançar aos primeiros apitos das "Marias-Fumaça".

Elas garantiram uma ligação direta e permanente com São Paulo em apenas 3 dias de viagem. Os fazendeiros do Sul, podiam, agora, exportar café e não apenas couro. A agricultura podia deixar de ser apenas de subsistência. A integração da região mais pobre de Mato Grosso, a mais rica do País não tardaria a inverter os

pólos de atração do Estado.

Ao mesmo tempo em que a agricultura e pecuária se desenvolvia aceleradamente no Sul — atraindo colonos de São Paulo e imigrantes fugidos da guerra na Europa — o Norte sofria um sério golpe, ainda na mesma década. A queda dos preços da borraça.

Foi nessa época que Campo Grande, a pequena e esquecida vila fundada em 1899 — começou a se transformar na maior e mais importante cidade do Estado. Além de desenvolver sua agricultura e pecuária, conquistou a posição de principal entreposto comercial, antes exercida por Corumbá.

A febre de progresso fez com que os sulistas esquecessem por um bom tempo das suas ideias divisionistas. Mas elas voltaram com força redobrada na revolução de 1932.

Fatores sociológicos

Alados a essas características, outros motivos são considerados importantes como aceleradores das intenções separatistas. Dentre elas, destaca-se a falta de comunicação, por muitos anos, entre norteistas e sulistas e, ainda, a diferença de hábitos, entre as duas populações, além das origens totalmente diferentes.

Enquanto que o Sul, originalmente, foi colonizado pelos paulistas e mineiros desbravadores, o Norte, apesar de inicialmente receber a mesma influência, gradativamente foi oferecendo opções sociais diferentes. A ligação dos norteistas e até mesmo dos corumbenses, no Sul, com os cariocas, deu origem a uma diferença marcante na população.

Os norteistas, notadamente os culabanos, pelas facilidades do transporte fluvial — embora o mais demorado na época era o mais cômodo — sempre relacionaram-se mais com o Rio de Janeiro, enquanto que os sulistas, com São Paulo e Minas, pelas características geográficas e pelos aspectos terrestres. A ligação de Campo Grande-Cuiabá, por rodovia, é praticamente nova e data menos de 35 anos. Com isso, as duas regiões se isolaram e não ocorreu a

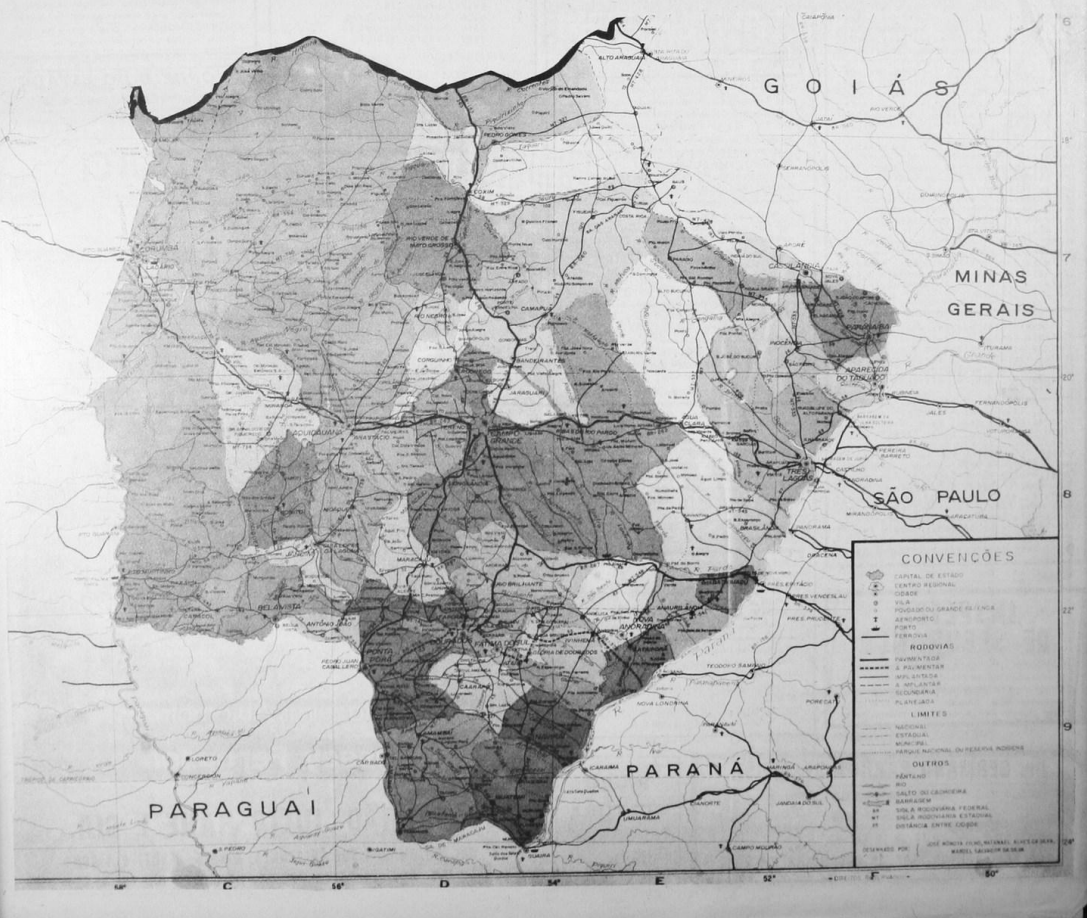
necessária mistura entre os povos, surgindo, daí, as diferenças marcantes notadas atualmente.

Além disso, o Sul praticamente foi colonizado com a ajuda de uns poucos escravos, que no Norte eram muito mais numerosos. A mistura do negro com o branco e com o índio, fez nascer ali uma raça diferente, de cor mais parda, enquanto que no Sul, sem essas ligações frequentes, a população não apresentou as mesmas características da do Norte.

A formação de hábitos, logicamente, tinha que apresentar diferenças sensíveis e daí parece ter surgido um desencanto sociológico ou algo muito semelhante em decorrência, o norteista não se dá bem com o sulista e vice-versa.

Esses fatores — todos, aliados a outros, foram a causa determinante das constantes agressões entre norteistas e sulistas, que nunca recrudesceram e que parecem só ter fim com a independência de cada um.

ASSIM DEVERÁ FICAR O FUTURO MATO GROSSO DO SUL



Colasuonno: Dividir Para Administrar Melhor



Colasuonno coordena os planos para a divisão do Estado de Mato Grosso

RIO — Em artigo assinado por Roberto Videla, a revista "MAGNETE", em seu último número, faz importantes revelações sobre o desmembramento territorial de Mato Grosso para permitir o surgimento do Estado de Campo Grande. Assim afirma a revista: "O Professor Miguel Colasuonno, 38 anos, ex-prefeito de São Paulo e atual coordenador dos projetos que visam a dividir o Estado de Mato Grosso, diz que a iniciativa passou a ser considerada desde que diversos órgãos do Ministério do Planejamento detectaram as novas realidades socio-econômicas da região. A partir daí criou-se uma equipe, integrada por geógrafos, economistas, sociólogos e juristas, para inventariar as características distintas das vastas zonas mato-grossenses e submetê-las a Brasília. Verificou-se, então, segundo Colasuonno, que o norte de Mato Grosso tinha muito mais influências dentro da região amazônica e a parte sul do estado mostrava uma grande soma de interferências com a região geoeconômica do oeste de São Paulo, principalmente no eixo pecuário de Araputuba — Três Lagoas. "Nosso trabalho — observa Colasuonno — é fundamentalmente de equipe estabelecemos nossas decisões com dados obtidos através das pesquisas realizadas nos órgãos dos Ministérios do Interior, Agricultura e Planejamento. Não há, portanto, um responsável, mas sim um coordenador. "O colegiado governamental adotou algumas decisões preliminares. O trabalho de levantamento topográfico e das diferenças geoclimáticas, por exemplo, foi feito com a preocupação de não se criar nenhuma região econômica ou geográfica, entre outras, que apresentasse problemas ao nível da divisão de estados. O ex-prefeito paulista destaca a proposta que a criação dos novos estados aproveitará os dados do relevo topográfico, como rios e montanhas, entre os paralelos 17 e 18, dentro dos limites de uma linha natural.

DOBRAR RECURSOS

Miguel Colasuonno garante que as duas novas unidades — Estado de Mato Grosso e Estado de Campo Grande — só terão vantagem com a decisão governamental. No sul (Campo Grande), "é evidente que o eixo Camapuã — Três Lagoas é marcado pela atividade pecuária, com tendência para uma pecuária de corte, com carne de boa qualidade". A forma de criação "intensiva" determinará, de acordo com o coordenador, a dimensão das propriedades, que serão certamente de porte médio. A ida do Estado de Campo Grande, na faixa que se liga com os Estados de São Paulo e do Paraná, surgirá seguramente um dos grandes eixos agrícolas do Brasil. "Ao norte de Mato Grosso", afirma Colasuonno, "teremos basicamente a exploração dos recursos naturais e a pecuária extensiva. Como se trata de uma região que encontra-se numa reserva econômica do mundo, a preservação do equilíbrio ecológico na Amazônia, Colasuonno afirma que não há nenhuma desvantagem para o Estado de Mato Grosso: Brasília sempre está adequando os estados às suas condições naturais. "Acho que só há vantagens nessa decisão. Retomando a divisão, para dobrar recursos e não separando para dividir recursos. Por isso, algumas das medidas formuladas não podem ser ditadas por uma comissão, mas sim por quem Brasília ainda não estabeleceu o total dos

a divisão do Estado de Mato Grosso

recursos a serem dados às novas unidades. No momento, realizam-se estudos das principais vocações das duas regiões para criar uma infraestrutura básica e a partir daí calcular uma dotação orçamentária que torne viáveis essas vocações. Esse estudo prévio é julgada fundamental para a elaboração das listas de necessidades orçamentárias.

AS PERSPECTIVAS

Colasuonno, que é assessor direto do ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, anuncia que a infra-estrutura, em estudos concretos numa série de serviços: as zonas vitais básicas, apoio às principais cidades com a instalação de redes de abastecimento de água e energia elétrica; extensão das redes de serviços sanitários e multiplicação das unidades educacionais de acordo com as vocações regionais. Paralelamente, serão criados Fundos de Desenvolvimento Agrícola, Pecuário e Industrial para atender a um programa de crédito seletivo e à orientação da produção dos dois estados. A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste já determinou os objetivos dos principais projetos. O governo federal instalará botões econômicos para o mercado de gado, procurando evitar os danos que os intermediários infligem aos distribuidores de carne. "Vamos orientar a produção para conseguir preços adequados", declara Colasuonno, analisando que os pecuaristas estão atendendo aos pedidos de informações do governo através dos bancos e serviços dos municípios. Essas instituições centralizam os relatórios e orientam Brasília na elaboração dos projetos. A primeira fase do trabalho é mais jurídica e administrativa, com a implantação dos dois novos estados, a definição de suas regiões, limites e capitais. "Após termos estruturado administrativamente as duas unidades, virá uma segunda fase, que alcançará os programas de apoio e de estruturas econômicas para as vocações dos novos estados. Para esta segunda fase, as opiniões dos pecuaristas e dos demais setores da atividade privada serão ouvidas", diz Colasuonno.



Assim ficariam os dois Estados

O ESTADO DE MATO GROSSO

ÓRGÃO INDEPENDENTE A SERVIÇO DE MATO GROSSO

DIÁRIO MATUTINO

EDITORA CUIABÁ LTDA. Fundado em 27 de Agosto de 1979

Cuiabá, 17 de maio de 1977, (Terça-feira) — ANO XXXVIII — Nº 7.666

Melhor Aproveitamento do Cerebro na Educação

Uma série de artigos do Professor Pedro Rocha José

182 — AS PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES — I.

Continuamos com a história para sentirmos a evolução do homem, na passagem de uma civilização progressiva, lenta na base inicial, mas violenta na atualidade e sem limites de "magnificação para o futuro". O jornalista Antonio Lopes Lima, na sua coluna "Crônicas do Tempo", para o jornal "CORREIO DO ESTADO", de Campo Grande, nos traz estas importantes revelações: "A região de Jerico, na atual Jordânia — a célebre cidade bíblica que teve sua civilização revelada pelas ruínas descobertas arqueológicas — aliada em um vale 800 metros abaixo do nível do mar, à extremidade setentrional do Mar Morto, foi provavelmente, aquela onde se operou a mudança do homem, de mero colhedor de plantas selvagens para produtor de alimentos.

Isso aconteceu ao longo milênios anteriores à era cristã, ou dos milênios atrás, como ficou provado com os testes pelo carbono 14, que mede o grau de deterioração do carbono radioativo em remanescentes orgânicos. E a partir daí, embora lentamente, a civilização se desenvolveu em bases sólidas, permitindo erguerem-se cidades e os estabelecimentos políticos e econômicos. Entretanto, foi na parte superior da planície e entre os rios Tigre e Eufrates, na situação fértil da região conhecida por Mesopotâmia (palavra que significa "entre rios") que a civilização encontrou condições excepcionais para expandir-se, fazendo nascerem os primeiros grandes impérios.

A sua velha cultura, nessa região — contrariada pelos arqueólogos, parece ser a conhecida pelo nome Hamurá, nas proximidades da atual cidade de Mossul. Tem quase sete mil anos (5.800 anos antes de Cristo). E outras, quase da mesma idade, se desenvolveram, se enterraram, foram destruídas e ali se criou um novo povo forte, provavelmente vindo da Ásia Central através do território do império da Pérsia, que já encontrava o comércio e a produção de metais.

Nesse, assim, a primeira grande civilização humana surgiu, ou da atual civilização, a cultura Hamurá, que, no tempo milênios antes de Cristo, chegou a uma notável altura de riqueza material e poder político. As cidades surgiram ali há mais de cinco mil anos e se desenvolveram graças à fertilidade dos solos e a uma sociedade estratificada por necessidades comuns, onde a cooperação individual representava o único meio de con-

trair ou manter canais naturais de irrigação, sem os quais a agricultura permanente seria impossível.

A realidade nasceu da necessidade de um poder forte, em condições de distribuir as questões de terra e promover o racional aproveitamento da água. Essas questões fizeram das cidades-Estado daquele tempo verdadeiros campos de luta, que terminaram por destruir a própria civilização.

Conquistada por Babilônia, talada na invasão dos gútuas, unificada por Utugal, cujo trono um general ambaico usurpou e os desastres de Babilônia acabaram por perder para outro general ambaico, a Suméria desapareceu, por fim, com a invasão elamita, mais ou menos 2.000 anos antes de Cristo. Ficaram dela, além das ruínas de suas cidades, que os arqueólogos desenterraram — Ur — (é onde saiu o patriarca Abraão para fundar a comunidade, depois povo e nação israelita), Erech, Kish, Adab, Lagash, Umma, Nippur, Eridu e outras — com seus zigurates — (torres de culto, semelhantes à Babel de que nos fala a Bíblia), mitos e lendas de gigantes, heróis e sem-deuses, como esse lendário Gilgamesh, rei de Erech, forte e belo, que não deitava nenhuma virgem para o seu amado", o homem que matou Hummu, o guardião da floresta dos cedros que montava fogo, destruiu o touro do céu, desceu ao fundo do mar para buscar a perfunção e espumante flor da juventude eterna e a perdeu, nem momento de descuido, para uma serpente.

Desaparecendo como poder político, a herança cultural da Suméria, bem como algumas das suas cidades perduram e com elas os conquistadores fizeram surgir dois grandes impérios. Os assírios, os babilônios pastores nômades que se impuseram aos antigos habitantes, transformaram Babilônia, uma modesta aldeia sumeriana, na capital de um império fabuloso que devia sobreviver, com interesses de grandiosidade e submissão, por mais de 1.300 anos e fizeram de Assur a sede de outro império rival — a Assíria — que dividida com a Babilônia a supremacia da região e da maior parte do mundo antigo, por um período de 1.200 anos.

O mais conhecido rei babilônio foi Hamurá, célebre pela sua codificação de leis sumerianas, sob seu cetro, uma região que se estendia do Golfo Pérsico até além atuais fronteiras turcas, ao leste, era montes Zafra ao Rio Khabur, no norte, era um grande guerreiro no Babilônia, diplomata excepcional.

No Auge do Discurso, o Voo da Dentadura

DOURADOS: "CORREIO DO ESTADO"

O vereador Celso Amaral, da ARENA de Dourados, já discursava há 20 minutos, protestando contra a "ineficiência dos nossos deputados" que deixaram que o governo estadual instalasse, em Campo Grande, uma Faculdade de Agronomia, quando, subitamente, foi obrigado a parar: sua dentadura superior inclinou um estranho "voo", da tribuna, ao mesmo da sala de sessões. A emoção e a retórica do vereador foram tão grandes que não só os demais vereadores, como todos que estavam no plenário faziam um silêncio de palatral e, talvez, por isso o barulho da dentadura caindo ao solo repercutiu como uma bomba e foi um verdadeiro delírio, notadamente para os que combatem no legislativo. Assim, Amaral já havia derrubado, na mesa, uma garrafa de água mineral no momento em que, empolgado, dava um tremendo "peçoção" na bancada. — Por Dourados em perigo a dentadura e a vida — arrematou em seguida, com voz estranhamente cavernosa o vereador que descendo da tribuna, encurvou-se, pegou a dentição artificial e colocou-a em seu devido lugar não sem, antes, consultá-la rapidamente se ele não estava avariada e se o permitiria continuar ostentando um belo sorriso. Constrangido — afinal, a intenção de ruir a boca fora violada — Celso Amaral decidiu não continuar seus protestos na próxima sessão, da terça-feira, quando está a dentadura

na lá Ceverá estar reajustada e, os que estiverem presentes, já não estarão com aquele ar de divertimento não-relatável e duro de suportar.

GRUPO

financial

INFORMA

Farmácias de PLANTÃO

Para Hoje

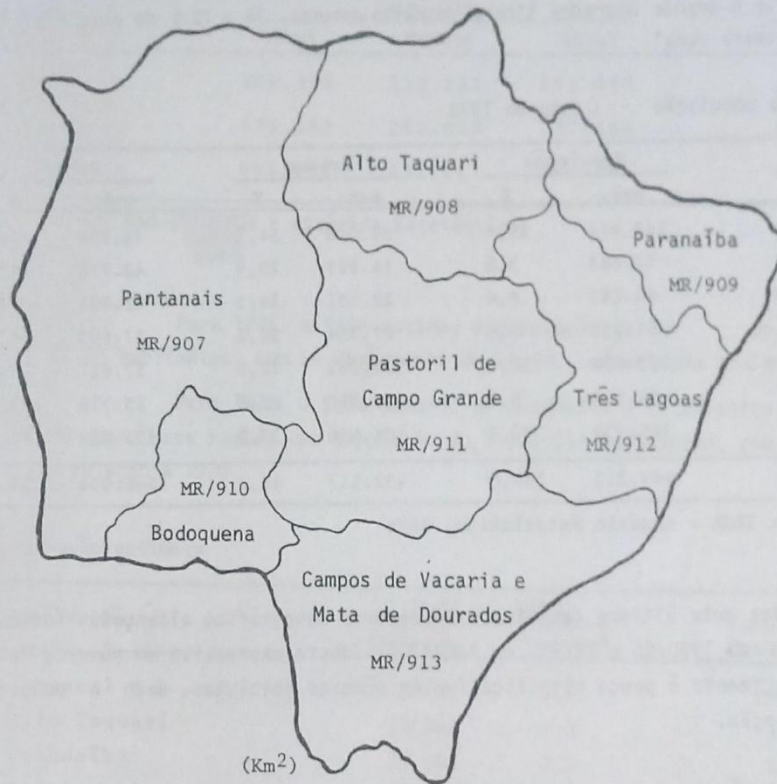
PAX 2652

S. SALVADOR 5651

RODRIGUA SILVA

ANEXO V

Divisão Regional e Municípios



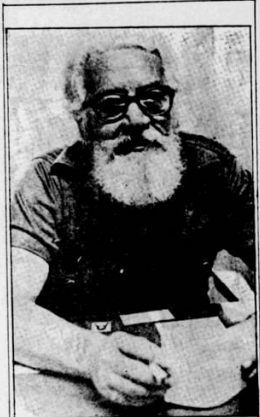
	(Km ²)		(Km ²)
<u>MR/907</u> - Anastácio	5.288	Rio Brilhante .	6.616
Aquidauana	16.708	Rio Negro	1.528
Corumbá	62.561	Rochedo	979
Ladário	329	Sidrolândia ...	6.562
Miranda	8.795	Terenos	3.886
Porto Murinho .	16.580		
<u>MR/908</u> - Camapuã	15.000	<u>MR/912</u> - Água Clara	11.047
Coxim	15.783	Brasilândia ...	11.082
Pedro Gomes	4.199	Três Lagoas ...	12.857
Rio Verde de MT .	9.488		
<u>MR/909</u> - Apar.do Taboado.	2.719	<u>MR/913</u> - Amambai	8.938
Cassilândia	5.735	Anaurilândia ..	2.750
Inocência	6.726	Bataguassu	1.861
Paranaíba	7.933	Bataiporã	3.271
		Caarapó	3.831
<u>MR/910</u> - Antonio João ...	1.281	Dourados	4.879
Bela Vista	4.662	Fátima do Sul .	615
Bonito	5.285	Glór.de Dourados	335
Caracol	2.801	Iguatemi	4.674
Guia L.da Laguna	2.202	Itaporã	529
Jardim	2.507	Ivinhema	2.585
Nioaque	4.113	Jateí	2.155
		Naviraí	3.819
<u>MR/911</u> - Bandeirantes ...	4.023	Nova Andradina.	5.610
Campo Grande ...	8.477	Ponta Porã	5.800
Corguinho	1.861	Angélica	803
Jaraguari	2.366	Aral Moreira ..	1.851
Maracaju	4.082	Deodópolis	529
Ribas do R.Pardo	17.738	Eldorado	1.111
		Mundo Novo	803

Colônia, 14 de Setembro de 1977
(Quarta-feira) — ANO XXIX Nº 7.752
EDIÇÃO DE JOI: 6 Páginas
PREÇO DESTE EXEMPLAR: CR\$ 1,00

ESTADÃO DE MATO GROSSO

Fundado em 27/08/1939 EDITORA CUIABÁ LTDA.

Por 15 a 3, Foi Rejeitada Emenda de Goiás Contra Mato Grosso



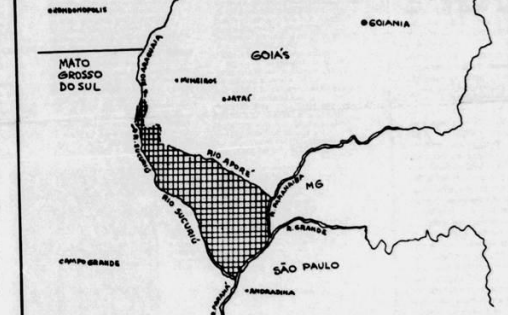
Nem os Goianos a Entendem

O ex-superintendente da SUDECO, engenheiro Sebastião Duarte Camargo, concedeu uma entrevista ao jornal "CINCO DE MARÇO", de Goiânia, criticando aqueles que pretendiam anular áreas do território mato-grossense. O jornal "CINCO DE MARÇO" deu amplo destaque a matéria, publicando em manchete de primeira, e dedicando ainda uma página inteira, que é transcrita na íntegra, para mostrar as divergências a respeito que ocorreram em Goiás, onde a emenda nem ao menos foi entendida. A propósito, o jornalista Pedro Rocha Jucá, enviado especial de "O ESTADO DE MATO GROSSO", fez uma importante reportagem a respeito.

BRASÍLIA, ANDA — Por 15 votos contra três, a Comissão Mista do Congresso Nacional rejeitou ontem emenda da bancada de Goiás que propunha a anexação de mais de seis mil quilômetros quadrados de terras ao seu Estado. O relator, foi vencido nessa emenda, a qual dera parecer favorável, alegando que com isso punha termo a uma pendência que vinha de 1780. O projeto será votado hoje à noite no plenário, em sessão conjunta convocada para as 19 horas. A discussão que resultou na rejeição da emenda goiana motivou sérios atritos entre o senador Benjamin Farah (MDB-RJ) e o relator senador Ourens (ARENA-GO). Farah reclamou contra provocações do seu colega e acusou que estava ali para abordar uma coisa séria, uma mensagem do presidente da República e não para criar o Estado de Tocantins ou o de Rondônia ou do Acre, entre outros. Atribuiu a Farah a ocorrência, quando da discussão de emendas que criavam o Estado de Tocantins. O sr.

Siqueira Campos (ARENA-GO), autor da emenda, assegurou que Goiás tem um grande inimigo no governo federal que é o ministro do Interior, Rangel Reis. Segundo Siqueira Campos, o ministro é incapaz, juntamente com os seus técnicos. Acha que o relator, de corrações, votaria pelo Estado de Tocantins, mas não o faz para atender ao ministro do Interior. "Se quiser o ministro é candidato a governador do Estado de Mato Grosso do Sul", acrescentou. Contudo, lutará até o último instante pela criação do Estado de Tocantins, no Norte de Goiás, porque isso significa, para ele, a criação de importante polo de desenvolvimento para a região, que tem todas as condições de transformar-se em Estado.

"O ministro do Interior" — disse Siqueira Campos — "como os seus imensos tecnocratas que ocupam o seu Ministério, tem sido um inimigo de Goiás. E Goiás tem outro inimigo, que é o próprio governador Irapuan Costa Junior, omisso, desinteressado e incapaz."



Das duas áreas litigiosas Goiás reivindica pela emenda apenas o contestado 1, confrontante com Mato Grosso do Sul

Esta mapa chegou a ser publicado pelo jornal "O POPULAR", de Goiânia, acompanhada de notícia sobre a aceitação da emenda de Goiás anexando vastas áreas dos territórios mato-grossenses, na região Sul, frizando o vizinho Estado mas mais reivindicando a área contestada que se encontra na região Norte.

Os Palestinos Receberam Com Satisfação a Declaração Americana

Página 4

Simonsen: Economia Nacional Entra Agora Numa Fase Mais Executiva

BRASÍLIA, ANDA — "A política de distribuição de renda e um processo gradual e se faz muito mais sentido. Há, entretanto, certos objetivos mais urgentes", disse ontem o ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, a respeito do segundo item da política econômica do governo nacional, anunciada logo no início da administração e que previa,

num primeiro plano, o ajuste da economia nacional aos impactos provocados pela crise do petróleo, e, a seguir, a redução dos desníveis regionais e melhor distribuição da renda nacional. Pouco antes, o ministro havia declarado que no setor econômico os próximos 18 meses tempo que resta da administração Geresdi, "toda de drásticas" deveria ocorrer, uma vez que temos que

consolidar os resultados obtidos até agora em termos de equilíbrio da balança de pagamentos e inflação. Não bastam resultados bons em três meses para comemorar, pois é preciso transformar tais resultados em dados mais sólidos". Simonsen observa que a economia entra agora numa fase mais executiva do que de novas formulações "pois não adianta formular se

não executar e neste ano é meio que falta tempo que manter uma ampla ação executiva. As duas observações do ministro da Fazenda, quanto à distribuição de renda e à condução da política econômica até o final desse governo, permite a dedução de que em termos relativos ao primeiro caso não, se deve esperar, pois são conflitos eves objetivos.

Enterprise Realizou Com Êxito o Seu 2º Voo Livre

BASE AÉREA DE EDWARDS, EUA, APF — O taxi espacial "Enterprise" efetuou com êxito seu segundo voo livre sobre esta Base Aérea da Califórnia. Os astronautas Joe Engle e Richa Truly pilotaram a nave durante cinco minutos, durante os quais fizeram várias manobras antes de aterrissar em uma pista preparada no fundo de um lago seco. A nave possui entre uma nuvem de pó, lançada por dois caças do Exército do Ar norte-americano que a acompanharam durante seu voo para fins de observação e para garantir a segurança. A nave foi lançada a uma altitude de 15 mil metros e realizou manobras de subida e descida. A Agência Nacional de Aeronáutica e do Espaço (NASA) resolveu reduzir a cinco a série de oito vãos livres previstos em princípio, devido ao comportamento perfeito do taxi espacial

Cruzeiro e Boca Juniors Decidem Hoje a Libertadores - 77

Página 7

Seleção Brasileira Jogará Com o Milan

RIO — O ministro Heleno Nunes, presidente da CBD, confirmou as últimas horas da tarde de ontem que o Milan aceitará o convite para enfrentar a Seleção Brasileira no próximo dia 12 de outubro, no Estádio "Mestalla", no Rio de Janeiro. Explicou o dirigente que a CBD teve dificuldades para conseguir um adversário, pois naquela data vários jogos das eliminatórias da Copa do Mundo serão realizados. Como a Itália joga no dia 15

A NATO Quer Transformar o Helicóptero em Arma Anti-Tanque

PARIS, por Alberto Carbonel, da AFP — O helicóptero promete converter-se em arma decisiva da panoplia anti-tanque da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) frente às massas blindadas do Pacto de Varsóvia, estimaram os especialistas militares. A ameaça que a arma blindada da Europa Socialista faz pesar sobre os países da Aliança Atlântica não é nada desprezível. As forças do Pacto de Varsóvia, segundo estatísticas dos meios militares, atingem aproximadamente 55.000 tanques, frente a 22.000 dos ocidentais. A característica original do helicóptero é sua possibilidade de decolagem e a aterrissagem em qualquer terreno, sem uma instalação especial. Em caso de guerra,

destacaram os experts, pode-se instalar bases de operações próximas a frente, o que permite ao helicóptero uma possibilidade de intervenção quase imediata. O especialista italiano Sergio Coniglio destacou que o helicóptero "permite obter uma superioridade local de armas anti-tanques para deter uma ponta blindada inimiga, que tenha furado a frente". Assim, explicou, "se ganhara tempo para que cheguem ao pulso do combate forças mais consistentes, capazes de levar uma batalha de desgaste, porém que são menos rápidas". Para o emprego do helicóptero na luta anti-tanque, os militares americanos elaboraram uma técnica de "voo rasante". O helicóptero se dedica a uma altura ao redor

de um metro com referência ao obstáculo mais próximo. Ao explorar todos os acidentes do terreno, o piloto pode alcançar uma posição de tiro sem ser descoberto, e sobretudo, ao abrigo da defesa anti-aérea inimiga. Os exércitos da França e da República Federal alemã, criaram outra possibilidade de arma anti-tanque. Trata-se do transporte de tropas especializadas na luta anti-tanque, que podem ser helicópteros até a proximidade imediata do inimigo, atacá-lo, e dedicá-lo para outra posição. Em ambos os casos, a técnica de "voo rasante" é utilizada. Os especialistas franceses de para-quedistas, destinados a intervenção no ultramar,

acaba de incluir em seu organograma um regimento de helicópteros especializado na luta anti-tanque, todavia, o helicóptero aparece indefeso ante um avião de caça de potência inferior. Um avião de potência inferior, em termos de velocidade, pode ser utilizado na Segunda Guerra Mundial, sem sistemas sofisticados de pontaria e de identificação de objetivos, pode destruir um grupo de helicópteros empilhados na luta anti-tanque. Por outro lado, os experts consultados afirmaram que até agora, a utilização do helicóptero como arma anti-tanque, não passou do terreno do exercício técnico. Com efeito, em nenhum dos últimos conflitos — a guerra do Vietnã ou o conflito franco-francês de Képou — os helicópteros foram empregados nesse tipo de combate.

ANEXO VII

financial imobiliária s.a.



CONSTRUÇÕES
FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS
ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS
CORRETAGEM DE IMÓVEIS
ASSESSORIA IMOBILIÁRIA
CONCESSÕES DE LOTEAMENTOS
AVALIAÇÕES DE IMÓVEIS

FONES: 4-2565 E 4-3604

RUA 13 DE MAIO, 2184 - CAMPO GRANDE MT

ANEXO VIII

GRUPC
financial
INFORMA

Farmácias de PLANTÃO

Para Hoje

ARAÚJO.....2854
GLOBO.....2617
FARMASAUDE

ANEXO IX



banco financial s.a.

Matriz: CORUMBÁ - MT.

Administração Geral: CAMPO GRANDE - MT.

Rua 13 de Maio, 2.815 - End. Teleférico "FINANCIAL"

ANEXO X



ANEXO XI

CORREIO DO ESTADO

Técnicos da SUDECO e SEPLAN hoje em Campo Grande: III PND

Técnicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste da Universidade Federal de Brasília, estão sendo esperados hoje pela manhã, em Campo Grande, para uma reunião com vários órgãos municipais, estaduais e federais,

representados por seus dirigentes.

Extra-oficialmente indicou-se que os técnicos da SUDECO, SEPLAN e UNB iniciarão uma coleta de subsídios que o governo federal utilizará para a elaboração do III Plano Nacional de Desenvolvimento - III PND, contendo as diretrizes principais do governo federal para o período 78/80.

Acredita-se que os representantes dos dois órgãos federais e da Universidade de possan adiantar algumas providências que serão tomadas em relação ao futuro Estado de Campo Grande, que será criado pelo governo federal e sobre os investimentos que serão feitos.

QUEM QUER UM SENADOR BIÔNICO?

Caso de Canale é levado a ministro da Justiça

Cuiabá-O ministro da Justiça, Arraon do Falcão, recebeu em audiência o deputado federal Emílio Viceze Vuolo, da Arena, que lhe manifestou a sua "re-ação" do Norte-procuração no caso do senador Mendes Canale, que deverá ser o

chamado "senador biônico" de Mato Grosso, ou seja, eleito pelo próprio Congresso, sem a participação popular.

O parlamentar mostrou ao ministro Canale, que vai ficar como representante do Estado de Mato Grosso, embora a

portanto, não tem condições de representar o povo nordestino no Senado. Com a divisão, o único senador que não terá que concorrer às eleições será justamente Canale, que vai ficar como representante do Estado de Mato Grosso, embora a

nha sido lançado para o cargo no futuro Estado de Campo Grande. Canale terá mais quatro anos de mandato e é o grande candidato à eleição indireta, podendo, posteriormente, permanecer outros quatro (ou até oito) anos no Senado, representando

do Norte. Vuolo deixou bem claro ao ministro Canale é senador sulino e que, nessa condição, não poderá ser representante de Mato Grosso, que corresponde ao Norte. Como o que o governo vai fazer será a criação do Estado de Campo Grande, automaticamente Canale passa ao acervo do Norte e vai permanecer nessa condição e é justamente isso que ninguém quer, no Norte. E nem no Sul, onde ele não poderá concorrer.

Falcão, diante do abacaxi, prometeu estudar a situação, para ver se encontra uma solução conciliatória.

Ferrovias

Vuolo também informou ao ministro da necessidade de o governo federal utilizar as providências para levar a ferrovia até a Região Norte, solicitando a colaboração daquele Ministério e informando que, oportunamente, tentará uma audiência com o presidente Geisel.



Canale, orfão de Norte e Sul

Seguro profissional para trabalhadores municipais

Aplicando sua filosofia de maior humanização da cidade também ao funcionalismo municipal, o prefeito de Campo Grande, engenheiro Marcelo Miranda Soares, determinou a contratação de uma empresa especializada no setor de seguro profissional para os operários lotados nos quadros da Prefeitura de Campo Grande.

O seguro contra

tado proporcionará aos operários municipais os seguintes benefícios, cobrindo oito horas de jornada de trabalho: A) Por morte acidental, cinquenta mil cruzeiros; B) Por invalidez permanente, cinquenta mil cruzeiros; C) Assistência médica - hospitalar, cinco mil cruzeiros.

Além disso, no caso de internamento, o seguro pagará diárias

hospitalares até 180 dias, à razão de 100 cruzeiros por dia.

Todos os chamados trabalhadores braçais - operários de obras, lixeiros, faxineiros, garçons, etc., de ambos os sexos, lotados nos quadros de funcionários da Prefeitura Municipal terão suas jornadas de trabalho protegidas em casos de acidentes pelo seguro profissional.

Paraguai sobe mais um centímetro

Em Porto Murtinho, o nível do Rio Paraguai subiu, ontem, mais um centímetro em relação ao dia anterior. O Serviço de Hidrologia, do DNOS, divulgou ontem o nível de 7,75 metros naquela cidade. Em Ladário, 5,24 metros; em Porto Esperança, 5,32 metros; em Forte Coimbra, 4,64 metros; em Cáceres, 5,29 metros. O Rio Paraguai só continua apresentando elevações em seu nível em Murtinho, enquanto que nas demais localidades continua em baixa acelerada.

O engenheiro Roberto Votto Braga, do DNOS, disse ontem que o "pique" máximo em Murtinho, se exceder os sete metros, será em poucos centí

metros, sendo quase treze e 7,05 metros, certo que fique em no máximo.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E OPERADORES DE MESAS TELEFÔNICAS NO ESTADO DE MATO GROSSO-SINTEL COMUNICADO

Comunicamos às Empresas e Estabelecimentos em geral que possuem empregados nas funções de Operadores de Mesas Telefônicas (Telefonistas em geral não vinculadas a Empresas Telefônicas) que, conforme o CNPS/SE/0683, de 29.04.77, do Sr. Secretário de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, a taxa de reajustamento salarial para os que têm em março sua data-base, é de 40% (quarenta por cento), aplicada aos salários os do mês de março de 1976 com vigência a partir de 01.03.77 a 28.02.78, efetuada as compensações legais.

Cuiabá, 30 de maio de 1977

Luiz de Carvalho

PRESIDENTE

ALUGO

CONJUNTOS PARA ESCRITÓRIOS E APARTAMENTOS RESIDENCIAIS
TRATAR COM Dra. TEREZINHA CASTRO
FONES: 4-9600 a 4-9607.

Um presente de campeão para a mais nova capital do Brasil.

Estado novo, vida nova. E sede nova para o Mais Querido, que a torcida merece.

Depois do sucesso do Super Galo Milonário, o Operário Futebol Clube tinha que agradecer em grande estilo ao amor, ao incentivo e ao calor dessa multidão de torcedores que vai aos campos para gritar, chorar e sofrer junto com o Galo nos momentos difíceis.

Que se emocione e explode foguetes nos momentos de Glória. Que compre o Carnê do Super-Galo para ganhar prêmios, já certo, mas também para ajudar, para dar força, para empurrar o Campeão para frente.

O Campeão, comovido, agradece. Não com um simples «muito obrigado».

Agradece com a construção de uma nova sede, a Poli-Esportiva, que já começou a ser construída nas imediações do Frigorífico Bordon e que será simplesmente um dos mais modernos e mais requintados Centros Esportivos do Brasil.

Com uma grande e maravilhosa piscina, Quadras de Tênis, Vôlei, Basquete, Playground para a torcida-mirim brincar à vontade e Salões de Festas para que os sócios comemorem as muitas vitórias do futuro.

Essa Poli-Esportiva já foi um sonho. Agora é realidade. Você vai ver, logo logo. E tem mais uma coisa: não que depender do Operário Futebol Clube, Campo Grande não vai ser só um novo Estado.

Vai ser um novo estado de espírito.

?



Operário Futebol Clube

Poli-Esportiva:

O sonho que virou realidade.

ANEXO XII

02/07/2024 14:56

Downloads | Operário Futebol Clube



Downloads

Clique nos links abaixo para começar o download.

Hino do Operário Futebol Clube

Garra, amor e tradição
Destinado a ser campeão
De Mato Grosso o mais querido
E em campo é o mais temido

Garra, amor e tradição
Destinado a ser campeão
De Mato Grosso o mais querido
E em campo é o mais temido

O Operário é dono da torcida
De Campo Grande a mais unida
É Galo em qualquer terreiro
E valente como o povo brasileiro

O, o , o , pe, e, e, ra, ri, ô ,ô, ô
O, o , o , pe, e, e, ra, ri, ô ,ô, ô

Garra, amor e tradição
Preto e branco está no coração
Pra aqueles que sabem torcer
E o Operário só pensa em vencer

Letra e Música : Luiz Carlos Amarilha



<https://operario.com.br/node/1649>

1/3

CORREIO DO ESTADO

ANO XXIV CAMPO GRANDE, MT (QUINTA FEIRA) - 28 DE ABRIL DE 1977-N. 7242.

LOTERIA FEDERAL

Rio - Foram os seguintes os resultados de ontem da extração da Loteria Federal: 1º prêmio, bilhete de número 35.388, ficou para o Rio de Janeiro; 2º prêmio, bilhete 11.564, para Minas Gerais; 3º prêmio, bilhete 05.876, para São Paulo; 4º prêmio, bilhete 18.162, para Santa Catarina; 5º prêmio, bilhete 36.233, ficou para São Paulo. O prêmio especial dessa extração, bilhete 46.900, saiu para o Rio de Janeiro.

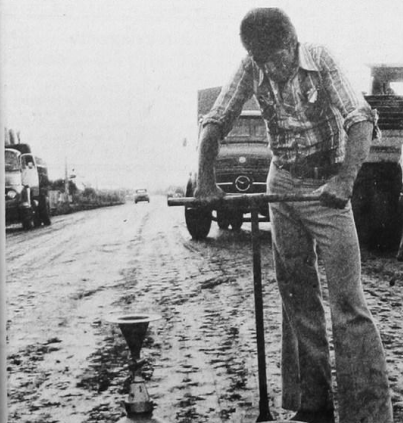
BENVINDO A MATO GROSSO DO SUL, PRESIDENTE ERNESTO GEISEL



Hoje o presidente Geisel visita o Mato Grosso do Sul: inaugura, em Campo Grande, o Centro Nacional de Pesquisas de Gado de Corte, concede audiências e depois segue para aldeias dos índios terenas, para anunciar amplo apoio do governo às comunidades indígenas de Aquidauana. Página 3.

Mato Grosso do Sul, um Estado viável

página 7 e 8



Prefeitura testa pavimentação anti-pó. Página 11.



Garcia chegou ontem e foi recebido por Marcelo Miranda e general Gentil Marcondes e anunciou que não fala com Geisel, hoje, sobre divisão. Página 2.

Rio Paraguai, agora, ameaça inundar Cáceres

página 5

ANEXO XIV



As imagens da esquerda estão disponíveis no endereço: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/arquitetura-23-08-2011-08/predio-na-afonso-pena-foi-construido-para-familia-e-guarda-memorias-de-inah> (Acesso em: 06 jun. 2023). A primeira, de cima para baixo, se refere ao edifício ainda em construção, entre os anos de 1966 e 1970. A segunda é uma imagem aérea, sem data, na qual o prédio aparece em destaque. E a terceira é uma imagem mais atual da lateral do condomínio, no sentido rua Pedro Celestino para a rua Rui Barbosa. As outras duas fotografias, da direita, foram realizadas por esta autora no ano de 2024. Uma, da lateral da torre, no sentido rua Rui Barbosa para a rua Pedro Celestino; e a outra, da fachada.